



Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO

**OS MÚLTIPLOS USOS DO TERRITÓRIO DA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL DA COSTA DOS CORAIS (ALAGOAS –
PERNAMBUCO): REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TURISMO.**

Autor: Celso Cardoso Gomes
Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Brasília, Distrito Federal.
Dezembro de 2019

CELSO CARDOSO GOMES

**OS MÚLTIPLOS USOS DO TERRITÓRIO DA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL DA COSTA DOS CORAIS (ALAGOAS –
PERNAMBUCO): REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TURISMO.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como Requisito para Obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Brasília, Distrito Federal.

CELSO CARDOSO GOMES

**OS MÚLTIPLOS USOS DO TERRITÓRIO DA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL DA COSTA DOS CORAIS (ALAGOAS – PERNAMBUCO):
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TURISMO.**

BANCA EXAMINADORA

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia, aprovada em ____ de dezembro de 2019, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho
Orientador GEA - UnB

Prof. Dr. Giovanni de Farias Seabra
Geografia UFPB /UFRR
(Membro Externo)

Dr. João Mendes da Rocha Neto
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
(Membro Externo)

Prof. Dr. Roberto Eduardo Castillo Pizarro
IFGoiano – Campus Rio Verde
(Membro Externo)

Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos
PPGEO-Campus Cora Coralina/Goiás - UEG
(Membro Externo)

FICHA CATALOGRÁFICA

GOMES, CELSO CARDOSO.

Os múltiplos usos do território da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais (Alagoas – Pernambuco): reestruturação produtiva e turismo. /orientador Fernando Luiz Araújo Sobrinho. -- Brasília, 2019. 359 p.

Tese (Doutorado em Geografia) -- Universidade de Brasília, Departamento de Geografia, 2019.

1. Múltiplos Usos. 2. Turismo. 3. Território. 4. Unidade de Conservação; 5. APACC. 5. Reestruturação Produtiva. I. Luiz Araújo Sobrinho, Fernando, orient. II. Título.

Dedico este trabalho ao meu pai, Luiz Francisco Gomes, minha filha, Maraia Eskinazi, minha esposa, Mércia Eskinazi e, especialmente, in memoriam, da minha amada mãe “Margarida Cardoso Gomes”, que com extrema maestria exigiu, cobrou, orientou e indicou os caminhos da educação, como sendo, a única forma de alcançar degraus mais elevados e ter uma vida digna, de modo que contribuiu para incentivar-me a trilhar esse caminho, muitas vezes tortuoso, conflitante, motivador e desmotivador, entretanto de conquistas. Destaco e dedico, também, a todos que de alguma forma incentivaram-me a trilhar esse caminho de vitórias, assim vislumbrar novos sonhos.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um sentimento majestoso que deve permear a nossa prática de vida, ao mesmo tempo em que, é uma tarefa repleta de responsabilidade, porque o convívio com diferentes pessoas possibilita contribuições diversas, entretanto, antes de todos, devo agradecer, especialmente, à Deus, por ter concedido muita paz nos momentos de conflitos, saúde nas ocasiões de fragilidade, sabedoria nos tempos de desesperanças e muita fé nos instantes de descrença, assim possibilitou o meu caminhar de vida e de construção deste trabalho.

Diante da grande responsabilidade em agradecer, não posso iniciar, sem destacar, especialmente, os meus pais (*in memoriam* da minha mãe), que com muita garra, determinação, conflitos e, sobretudo, humildade, sempre orientaram, apoiaram e incentivaram o caminho do estudo/educação a ser percorrido, pois somente dessa forma conseguiria alcançar uma vida melhor, mesmo que os obstáculos surgissem, destacavam a importância de enfrentá-los de cabeça erguida, sem esmorecer e na busca de galgar degraus mais elevados, contudo de forma digna e humilde, por isso agradecê-los, é o mínimo, que posso fazer e retribuir pelos esforços, noites em claro e dias cansativos de trabalho que tiveram durante essa trajetória de ensinamentos.

Nesse percurso de vida e estudo, passei um grande tempo adormecido, com certeza, hibernava naquele momento, foi quando minha esposa deu uma chacoalhada nos meus brios, mostrando-me a importância de seguir em frente e buscar renovações no contexto do desenvolvimento intelectual, portanto, agradeço gentilmente as palavras, o apoio e os incentivos nos momentos de grande dificuldade e bonança.

O caminhar é recheado de grandes dificuldades, entretanto para essas ocasiões precisamos de entusiasmos, determinação, foco, força e fé, que são características que contribuem para a superação, exatamente quando sentia-me amargurado, desesperançado e aflito que as poucas palavras, os carinhos e as conversas, com minha filha, faziam abrir meu sorriso e revitalizavam meu corpo e alma, de modo que novamente seguia adiante energizado, por isso que agradeço a imensa contribuição, que mesmo muitas vezes fez, sem saber de tão grandioso feito.

Quero agradecer, especialmente, a Universidade de Brasília, especificamente, ao Departamento de Geografia e o Programa de Pós-graduação em Geografia por ter possibilitado esta experiência que foi extremamente exitosa.

Aos meus companheiros de sala de aula do ZEQUINHA BARRETO pelo incentivo e contribuições em seguir estudando e pesquisando.

Aos Professores da Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília pelo incentivo provocante a buscar novos caminhos, com isso alcançar degraus mais elevados.

Ao Professor e Orientador Fernando Luiz Araújo Sobrinho, pela seriedade e paciência, bem como por ser essa pessoa, extremamente, humilde e humana, que não mede esforços para ajudar o próximo, independentemente de cor, credo, raça ou gênero, do mesmo modo que contribui não, somente, com a função de orientação, mas também de conselheiro, amigo, irmão e pai acadêmico, sempre à disposição para o diálogo e o trabalho. Não tenho dúvida, que o escrito, é muito pouco para agradecê-lo, todavia faço de coração aberto, muito obrigado.

Aos meus amigos e companheiros de caminhada, que nesta jornada repassaram conhecimento e saber, em especial, da Pós-graduação em Geografia: Carla Guldani, Letícia Michelotto, Temízia Lessa, Yata Anderson, Camila Gaberline, Caio Cursini, Daniel Neto, Diogo Diniz, Joesley Bastos, Orimar Sobrinho, Edilene Silva, Lara Cristine, Welington Aragão, Pedro Moreira, Marcos Godoy etc.

Quero também agradecer, especialmente, aos amigos Sidnei Felipe, Wagner Freitas, Eduardo Marcusso e Luís Cláudio que compartilharam momentos de conflitos, angústias, dificuldades e felicidades para além da universidade, posso dizer que, quatro grandes irmãos que Deus colocou em meu caminho.

Agradeço aos familiares e, particularmente, a Felipe Viégas, por sempre está disponível a contribuir, em qualquer que fosse a situação, obrigado meu amigo.

Nessa trajetória foram diversos órgãos e instituições que contribuíram com a construção desta pesquisa, por isso agradeço-lhes, em especial, ao ICMBIO, ao IBAMA, a Cooperativa de Marinheiros de Tamandaré, a Associação de Jangadeiros de Passo de Camaragibe, as Colônias de Pescadores, a Associação de Turismo Comunitário do Peixe-Boi Marinho, como também outras associações e cooperativas que tenham contribuído com dados, diálogos, entrevistas semiestruturadas, fotografias e materiais úteis à pesquisa.

Destaco também a importante contribuição das prefeituras dos municípios envolvidos, particularmente, através das Secretarias Municipais de Turismo e Meio Ambiente, por conseguinte agradeço-lhes a receptividade e a colaboração por disponibilizarem uma diversidade de materiais.

Enfim, agradecer a todas as pessoas que contribuíram de forma direta e indireta, para o sucesso do trabalho.

“Mas eu voltei para casa e eu só pensava no não, porque as vezes o sim constrói, mas o não constrói muito mais, ele engrandece a gente porque fortalece e nos dá coragem, o não muitas vezes é importante”.

(Petrúcio Amorim)

RESUMO

O tema da presente pesquisa versa sobre os múltiplos usos do território, especialmente em UC, e a influência das políticas públicas para o entendimento do processo de reestruturação produtiva do território, da proteção ambiental e para o desenvolvimento local e regional, particularmente pelo turismo, no território contíguo e de influência da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais – APACC. A área foi escolhida, como recorte espacial, devido a grande relevância ecológica, pois se trata da maior Unidade de Conservação Federal Marinha Costeira do Brasil, possui mais de 400 mil hectares de área, considerada de uso sustentável, busca coadunar os objetivos de conservação/preservação ambiental dos recifes de coral a partir dos seus usos direto e indireto dos recursos naturais. Ficou estabelecido, como recorte temporal, o período de 1990 a 2019, pois na década de 1990 é que ficam aparentes as políticas de megaprojetos turísticos e, em seguida, os investimentos do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – PRODETUR/NE, como também é o momento de criação da Unidade de Conservação – UC, em 1997. Diante do exposto, o objetivo geral da pesquisa foi analisar os múltiplos usos do território, especialmente em UC, as contribuições das políticas públicas, em especial, ambientais e turísticas, para a reestruturação produtiva, proteção ambiental e o desenvolvimento local e regional, em particular no território da APACC. Os múltiplos usos do território, inclusive o turístico, têm contribuído para conflitos ambientais nas escalas local e regional que são derivados do ineficiente planejamento, da antagônica gestão do turismo, da deficiente aparelhagem técnica, bem como da baixa qualificação profissional dos recursos humanos. Para a análise, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico e documental, posteriormente observação de campo e entrevistas semiestruturadas nos órgãos públicos, associações ligadas ao turismo e instituições privadas que fazem parte do arranjo produtivo do turismo, visando responder as questões de pesquisa, hipóteses e objetivos da tese. Como principais resultados, tem-se que, as políticas públicas contribuíram para a reestruturação produtiva do território, de maneira que se constitui o território turístico da APACC, como também estimulou a proteção ambiental, entretanto refletiu em contradições e antagonismo que resultaram em desigualdades socioespaciais. Constatou-se também que, o território turístico da UC, é um ambiente de elevada fragilidade ambiental e que os múltiplos usos têm contribuído para eminente risco ambiental, por isso que, o planejamento adequado e a gestão ambiental e turística devem corroborar, com o empoderamento e o sentimento de pertencimento dos atores sociais locais, assim reverbera em proteção e equilíbrio do ambiente. Identificou-se que, há um discurso desenvolvimentista, que fomenta e fortalece a inserção do turismo no território, contudo os resultados têm maximizado, sobretudo, o crescimento econômico, de modo que se distancia dos propósitos do desenvolvimento, pois os benefícios sociais e ambientais ficam aquém do esperado, logo surgem antagonismo e contradições entre os múltiplos usos e os abusos nesse território. Por fim, as devidas considerações finais que revela a confirmação das hipóteses da tese, desvela os objetivos geral e específicos e responde as questões de pesquisa, como também destaca outras questões relevantes identificadas durante as etapas metodológicas e de redação final da pesquisa.

Palavras-Chave: Múltiplos Usos; Turismo; Território; Unidade de Conservação; APACC; Reestruturação Produtiva..

ABSTRACT

We studied the multiple uses of the territory, in Unities of Conservation in Brazil, and the influence of public policies for the understanding of the process of productive restructuring of the territory, environmental protection, for local and regional development, particularly for tourism. The research was developed in the contiguous territory, influenced by the Costa dos Corais Environmental Protection Area – APACC, chosen due to its great ecological relevance. The area consisted of a spatial cut as it is the largest Coastal Marine Federal Conservation Unit in Brazil, reaching more than 400 thousand hectares. Costa dos Corais is considered of sustainable use, seeking to match the conservation/preservation objectives with the direct and indirect uses of natural resources in the coral reefs. The period from 1990 to 2019 was established as a time frame, since in the 1990s the policies of tourism megaprojects and then the investments of the Northeast Tourism Development Program - PRODETUR/NE are cleared, and is the moment of creation of the Conservation Unit - UC, in 1997. Therefore, our aim was to analyze the multiple uses of the territory, especially in UC, the contributions of public policies, especially environmental and tourism, to productive restructuring, environmental protection and local and regional development in the APACC territory. The multiple uses of the territory, including tourism, contributed to environmental conflicts at the local and regional levels that stem from the inefficient planning, the antagonistic tourism management, poor technical equipment, and low professional qualification. We performed a bibliographic and documentary survey, field observation and semi-structured interviews in public agencies, tourism associations and private institutions that are part of the tourism productive arrangement. Our results shows that the public policies contributed to the productive restructuring of the territory, building the tourist territory of the APACC, stimulating the environmental protection, however, it brought contradictions and antagonism that resulted in socio-spatial inequalities. The tourist territory of the UC is an environment of high environmental fragility and the multiple uses contribute to an imminent environmental risk. So, proper planning and environmental and tourist management should bring empowerment and the feeling of belonging by the local social actors, resulting in protection and balance of the environment. We identified a developmental discourse that encourages and strengthens the insertion of tourism in the territory, which has maximized the economic growth but distancing the purposes of development once the social and environmental benefits are below expectations. The antagonism and contradictions arise between multiple uses and abuses in this territory. Therefore, the results reveal the confirmation of the thesis hypotheses, unveil the general and specific objectives and answer the research questions, highlighting other relevant questions identified during the methodological and final stages of the research.

Keywords: Multiple Uses; Tourism; Territory; Conservation Unit; APACC; Productive Restructuring..

RESUMÉN

El tema de esta investigación es sobre los múltiples usos del territorio, especialmente en la UC, y la influencia de las políticas públicas para la comprensión del proceso de reestructuración productiva del territorio, la protección del medio ambiente y el desarrollo local y regional, particularmente para el turismo. territorio contiguo e influencia del Área de Protección Ambiental de la Costa de Coral - APACC. El área fue elegida como un corte espacial, debido a su gran relevancia ecológica, ya que es la Unidad de Conservación Federal Marina Costera más grande de Brasil, tiene más de 400 mil hectáreas de área, considerada de uso sostenible, que busca cumplir con los objetivos de conservación. preservación ambiental de los arrecifes de coral de sus usos directos e indirectos de los recursos naturales. El período de 1990 a 2019 se estableció como un marco de tiempo, ya que en la década de 1990 las políticas de megaproyectos turísticos se hicieron evidentes, y luego las inversiones del Programa de Desarrollo de Turismo del Nordeste - PRODETUR / NE, así como momento de la creación de la Unidad de Conservación - UC, en 1997. Dado lo anterior, el objetivo general de la investigación fue analizar los múltiples usos del territorio, especialmente en la UC, las contribuciones de las políticas públicas, especialmente ambientales y turísticas, a la reestructuración productiva, protección ambiental y desarrollo local y regional, particularmente en el territorio APACC. Los múltiples usos del territorio, incluido el turismo, han contribuido a conflictos ambientales a nivel local y regional que se derivan de la planificación ineficiente, la gestión antagónica del turismo, el equipamiento técnico deficiente y la baja calificación profesional de los recursos humanos. Para el análisis, se realizó inicialmente una encuesta bibliográfica y documental, luego observación de campo y entrevistas semiestructuradas en agencias públicas, asociaciones de turismo e instituciones privadas que forman parte del acuerdo productivo turístico, con el objetivo de responder las preguntas de investigación, hipótesis y objetivos. de la tesis. Como resultados principales, tenemos que, las políticas públicas contribuyeron a la reestructuración productiva del territorio, por lo que constituye el territorio turístico de APACC, así como la protección del medio ambiente estimulada, sin embargo se refleja en contradicciones y antagonismos que dieron lugar a desigualdades socio-espaciales. También se observó que el territorio turístico de la UC es un entorno de alta fragilidad ambiental y que los usos múltiples han contribuido a un riesgo ambiental inminente, por lo tanto, la planificación adecuada y la gestión ambiental y turística deben corroborar, con el empoderamiento. y el sentimiento de pertenencia de los actores sociales locales, por lo tanto, repercute en la protección y el equilibrio del medio ambiente. Se identificó que existe un discurso sobre el desarrollo que alienta y fortalece la inserción del turismo en el territorio, pero los resultados han maximizado principalmente el crecimiento económico, por lo que está lejos de los fines del desarrollo, porque los beneficios sociales y ambientales son Por debajo de las expectativas, pronto surgen antagonismos y contradicciones entre múltiples usos y abusos en este territorio. Finalmente, las consideraciones finales apropiadas que revelan la confirmación de las hipótesis de tesis, revelan los objetivos generales y específicos y responden las preguntas de investigación, así como destacan otras preguntas relevantes identificadas durante las etapas de redacción metodológica y final de la investigación.

Palabras llave: turismo; Territorio; Unidad de conservación; APACC; Reestructuración productiva; Usos Múltiples.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Turismo, Pesquisa e Preservação – APA Costa dos Corais.....	36
Figura 02 – Barreira de Corais – Praia dos Carneiros, Tamandaré/PE – APACC.....	37
Figura 03 – Vista aérea dos recifes de corais – Porto de Pedras /AL.....	38
Figura 04 – Mirante de Maragogi/AL – Território Turístico da APACC.	45
Figura 05 – Número de visitantes em UCs no Brasil (Milhões).	127
Figura 06 – UCs mais visitados do Brasil.	128
Figura 07 – O uso turístico das piscinas naturais de Maragogi/AL.....	131
Figura 08 – Atratividade dos Recifes de Coral – APACC.....	131
Figura 09 – Recifes de Coral Praia de Paripueira/AL – APACC.....	142
Figura 10 – Manguezais nas margens do Rio Tatuamunha – APACC.	149
Figura 11 – Manguezal no Rio Tatuamunha – APACC.....	152
Figura 12 – Praia e Foz do Rio Tatuamunha – Santuário do Peixe-Boi Marinho- APACC...	153
Figura 13 – Recifes de Coral na Praia dos Carneiros, em Tamandaré/PE – APACC.....	154
Figura 14 – Recifes de Corais – APACC.	155
Figura 15 – Piscinas Naturais da Praia Porto da Rua – São Miguel dos Milagres/AL.	156
Figura 16 – Praia de São José da Coroa Grande/PE – APACC.	158
Figura 17 – Evolução histórica dos municípios do território da APACC.....	162
Figura 18 – Equipamento turístico modelo <i>resorts</i> - APACC.	169
Figura 19 – Vista aérea dos recifes de corais – Maragogi/AL.	191
Figura 20 – Usos do território – APA da Costa dos Corais.....	192
Figura 21 – Piscina Natural – Praia dos Carneiro, Tamandaré/PE – APACC.	193
Figura 22 – Galés de Maragogi/AL – APACC.	194
Figura 23 – Gráfico – Número de UCs e Percentual em relação ao BIOMA.	210
Figura 24 – Gráfico – Número de APA e Percentual em relação ao BIOMA.	211
Figura 25 – Municípios contemplados com recursos do PRODETUR/NE I.	235
Figura 26 – Polos Turísticos - PRODETUR/NE II.	238
Figura 27 – Condomínios Village Praia dos Carneiros.	244
Figura 28 – Salinas de Maragogi <i>Resorts</i> - APA da Costa dos Corais – APACC.....	245
Figura 29 – Modelo Cancun – México.....	256
Figura 30 – Cancun Resort – Riviera Maya - Modelo Cancun – México.....	257

Figura 31 – Flats Carneiros Beach Resorts, Tamandaré/PE.....	258
Figura 32 – Localização do Projeto Costa Dourada – AL/PE.....	268
Figura 33 – PE -072 - Via Litorânea de Guadalupe — Ponte sobre o Rio Ariquindá.	270
Figura 34 – Rodovia AL – 101 – Maragogi/AL.....	271
Figura 35 – Vista Aérea da Praia de Tamandaré/PE.	272
Figura 36 – Recifes de Coral – APACC.....	273
Figura 37 – Parque Natural Municipal do Forte de Tamandaré- PNMFT.	274
Figura 38 – Urbanização da orla Marítima de Paripueira/AL – Projeto Orla.	277
Figura 39 – Comercialização de Loteamento em Tamandaré/PE.	278
Figura 40 – Especulação imobiliária com uso da sustentabilidade, Tamandaré/PE.	278
Figura 41 – Especulação Imobiliária/Condomínios, Tamandaré/PE.....	279
Figura 42 – Estrutura de receptivo de <i>Day Use</i> – Praia dos Carneiros, Tamandaré/PE.....	281
Figura 43 – Visitação das Piscinas Naturais com Catamarã, Maragogi/AL.	284
Figura 44 – Visitação das Piscinas Naturais de São Miguel dos Milagres/AL.	285
Figura 45 – Piscina Natural da Praia dos Carneiros, em Tamandaré/PE.	286
Figura 46 – Visitação as Galés de Maragogi/AL.	294
Figura 47 – Clube Flats Meridional - Praia dos Carneiros, Tamandaré/PE.	296
Figura 48 – Condomínios Fechados/Bairros Fantasmas em Tamandaré/PE.....	297
Figura 49 – Construção Irregular na Linha de Costa – Praia de Mamucabinhas, em Tamandaré/PE.	298
Figura 50 – Despejo de Efluente/Esgoto a céu aberto- APACC.	302
Figura 51 – A atividade de pesca na APACC.	303
Figura 52 – Santuário do Peixe-Boi – Soltura do Peixe Boi Luna.....	311

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – População (Estimativa 2018) – Área territorial – Densidade Demográfica	41
Tabela 02 – População (Estimativa 2018) e Índice de Desenvolvimento Humano	42
Tabela 03 – Número de empregos ativos em 31/12	43
Tabela 04 – Número de empregos ativos em 31/12 por setor	44
Tabela 05 – Comparativo População Estimada/PEA/População Ocupada.	182
Tabela 06 – Principais atividades econômicas do território da APACC.....	183
Tabela 07 – Principais atividades econômicas do território da APACC.....	184
Tabela 08 – Atividades relacionadas ao setor de serviços e comércio.....	185
Tabela 09 – Quantitativo Geral de Unidades de Conservação.	209
Tabela 10 – Valores aplicados por estado, envolvendo somatório dos recursos do BID e da Contrapartida Local (Estados e União).	236
Tabela 11– PRODETUR/NE II – Investimentos em cada estado de acordo com fonte de financiamento.	243
Tabela 12 – Gastos PRODETUR Nacional por Estado (Valores em R\$) – Convênios 2008	247
Tabela 13 – Comparativo Domicílios Ocupados/Esgoto Sanitário Ocupado – APACC	301

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Mapa de localização da APA Costa dos Corais – APACC.	33
Mapa 02 – Localização e Zoneamento da APACC.	34
Mapa 03 – O território turístico da APA Costa dos Corais – APACC.	35
Mapa 04 – Zona da Mata de Pernambuco – APACC.	39
Mapa 05 – Municípios Alagoanos da APACC.	40
Mapa 06 – Rodovias no território turístico da APACC.	141
Mapa 07 – Divisão política da Região Nordeste.	171
Mapa 08 – Sub-regiões Nordestinas.	172
Mapa 09 – Localização e limites da APACC.	224
Mapa 10 – Polos turísticos PRODETUR/NE.	234
Mapa 11 – Municípios contemplados com PRODETUR/NE I e II da APACC.	239
Mapa 12 – Municípios Alagoanos da APAAC Contemplados com Recursos do PRODETUR/NE.	240
Mapa 13 – Municípios do Polo Costa dos Arrecifes Contemplados com Recursos do PRODETUR/NE.	242
Mapa 14 – Mapa de Rodovias de acesso ao Território Turístico da APACC.	290

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Síntese das Seções da TESE.....	48
Quadro 02 – Categorias das unidades de conservação – Brasil.	124
Quadro 03 – Principais usos definidos das UC.	125
Quadro 04 – Dimensões das Redes.	136
Quadro 05 – Objetivos Gerais e Específicos da APACC.	143
Quadro 06 – Composição do CONAPACC.....	144
Quadro 07 – Zoneamento da APACC.....	146
Quadro 08 – Resumo das regras por tipo de atividade por Zona – APACC.....	148
Quadro 09 – Visão geral dos municípios do Território da APACC.	151
Quadro 10 – Legislação Específica da APACC.....	157
Quadro 11 – Períodos da urbanização do litoral nordestino (Alagoas e Pernambuco).	160
Quadro 12 – Histórico das políticas públicas ambientais no Brasil (1934-2019).	204
Quadro 13 – Estrutura do SISNAMA.	207
Quadro 14 – Estrutura do SNUC.....	208
Quadro 15 – Histórico das políticas públicas do turismo no Brasil.	221
Quadro 16 – Síntese das políticas, planos, programas e projetos para o Litoral Sul – PE.	225
Quadro 17 – A Política de Megaprojetos Turísticos no litoral nordestino.	228
Quadro 18 – Síntese das políticas, planos, programas e projetos para o Litoral Norte – AL.	229
Quadro 19 – Componentes e Estratégia do PRODETUR Nacional.....	246
Quadro 20 – Resumo das diretrizes gerais do PRODETUR.	248
Quadro 21 – Instrumentos para a Gestão Ambiental e Turística dos municípios da APACC.....	250
Quadro 22 – Segmentação/Subzonas do Território Turístico da APACC.	282
Quadro 23 – Principais Atrativos Turísticos dos municípios do território da APACC.....	283
Quadro 24 – Resumo dos usos do turismo no território da APACC.....	300

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APACC	Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais
APP	Área de Preservação Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BRAZTOA	Associação Brasileira das Operadoras de Turismo
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPENE	Centro de Pesquisas e Extensão Pesqueira do Nordeste
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CNMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNTUR	Conselho Nacional de Turismo
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
CT	Centro Turístico
CTI/NE	Comissão de Turismo Integrado do Nordeste
CTG	Centro Turístico de Guadalupe
EAA	Estudo de Avaliação Ambiental
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMPETUR-SETUR	Secretaria de Turismo de Pernambuco
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMMA	Fundo Municipal de Meio Ambiente
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GIZ	Agência Alemã de Cooperação Técnica
GEF Mar	Projeto de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas
GERAN	Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste
GERCO	Gerenciamento Costeiro

IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IRCOS	Instituto Recifes Costeiros
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTUR	Ministério do Turismo
OECD	Organization for Economic Co-operation and Development
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAPP	Parcerias Ambientais Público-Privadas
PARNAS	Parques Nacionais
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável
PEA	População Economicamente Ativa
PEI	População Economicamente Inativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIO	Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima
PLANTUR	Plano de Turismo
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNMFT	Parque Natural Municipal do Forte de Tamandaré
PNT	Plano Nacional do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROMATA	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável na Zona da Mata
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte e do Nordeste
RD	Região de Desenvolvimento
REBIO	Reserva Biológica
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPU	Superintendência de Patrimônio da União
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação
UCs	Unidades de Conservação
ZAD	Zona de Preservação da Vida Silvestre
ZEEC	Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro
ZH	Zona Hoteleira
ZM	Zona Marítima
ZPVS	Zona de Preservação da Vida Silvestre
ZRD	Zona Rural Diversificada
ZTVL	Zona de Turismo, Veraneio e Lazer
WTTC	World Travel & Tourism Council

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE TABELAS	14
LISTA DE MAPAS	15
LISTA DE QUADROS	16
LISTA DE SIGLAS	17
INTRODUÇÃO.....	22
1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA: RECORTES E PROBLEMATIZAÇÃO	33
2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E TURISMO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DOS SEUS MÚLTIPLOS USOS	51
2.1 Produção do espaço.....	53
2.2 Território	67
2.2.1 Território, Territorialização e Territorialidade.....	74
2.2.2 Os múltiplos usos do território	79
2.3 Turismo	81
2.3.1 Turismo e território	89
2.3.2 Turismo, planejamento e gestão ambiental.....	94
3 TURISMO, DESENVOLVIMENTO E REDES: REFLEXÕES SOBRE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS – O CASO DA APACC	102
3.1 A questão ambiental e o desenvolvimento: breve histórico.....	102
3.1.1 Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável	108
3.1.2 Turismo, desenvolvimento e sustentabilidade.....	116
3.2 Turismo em áreas naturais protegidas	123
3.3 Redes Geográficas: o caso da APA da Costa dos Corais	132
4 OS MÚLTIPLOS USOS DO TERRITÓRIO DA APA COSTA DOS CORAIS - APACC: REFLEXÕES SOBRE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL/LOCAL.....	141
4.1. O território da APACC e sua contiguidade.....	141
4.2 Territorialização com moldes de urbanização turística.....	160
4.3. O despertar do turismo no litoral nordestino.....	171
4.4 Os múltiplos usos do território da APACC.....	181
4.5 A reestruturação produtiva do território.....	187

4.6 As contradições socioespaciais no processo de reestruturação produtiva.....	190
5 POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E TURÍSTICAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO DA APACC.	197
5.1 As políticas públicas espaciais	197
5.2 Panorama das políticas públicas ambientais no Brasil.....	201
5.3 Panorama das políticas públicas de turismo no Brasil	212
5.4 As políticas públicas ambientais e de turismo no território da APACC	222
5.4.1 O Polo Turístico Costa dos Corais/AL.....	239
5.4.2 O Polo Turístico Costa dos Arrecifes/PE	241
5.4.3 A finalização do PRODETUR II e a migração para o PRODETUR Nacional	242
5.5 As políticas públicas municipais de turismo e meio ambiente no território da APACC ..	249
5.6 As contribuições das políticas públicas para a reestruturação produtiva do território da APACC.....	252
6 A TURISTIFICAÇÃO E A DINÂMICA PRODUTIVA DO TERRITÓRIO DA APACC: AS CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS, OS RISCOS AMBIENTAIS E AS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	255
6.1 A turistificação do território da APA da Costa dos Corais – APACC.....	255
6.2 A dinâmica produtiva do território turístico da APA da Costa dos Corais	280
6.3 Os conflitos, antagonismos e contradições socioespaciais relacionadas à dinâmica produtiva do turismo	292
6.4 Os riscos ambientais no território turístico da APACC	309
6.5 Perspectivas para o desenvolvimento local: planejamento e gestão do território	313
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	318
REFERÊNCIAS	332
APÊNDICES	355

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender a produção do espaço através de sua relação indissociável com o território que é fruto das relações sociais de produção e reprodução do capital, assim analisar os múltiplos usos do território, neste caso da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC), que, ao longo das últimas décadas (1990-2019), tem sofrido intensas transformações socioespaciais, por este motivo, é imprescindível proceder-se uma apreciação dos fatores que contribuíram para essa dinâmica e reestruturação produtiva do território desta unidade de Conservação – UC.

Analisar os múltiplos usos do território relacionado à reestruturação produtiva, turismo e unidade de conservação revela-se como um desafio complexo e intrigante porque as categorias que estão envolvidas por si só, já se apresentam emaranhadas em destacada complexidade para defini-las e compreendê-las, contudo, ao mesmo tempo estimula entender as relações imbricadas nesse território, cujo intuito é desvendar a realidade através do conhecimento geográfico.

O território da APACC¹ tem sido palco, ao longo das últimas décadas (1970-2019), de políticas públicas que estimularam múltiplos usos do seu território, todavia historicamente as suas características naturais estimularam o desenvolvimento da economia açucareira, atividade que desempenhou importante papel em termos sociais e econômicos, particularmente, até o final da década de 1990, quando adentra em severa crise econômica que estimulou e propiciou a reestruturação produtiva do território, com isso possibilitando que fosse desenvolvido o turismo, inicialmente de segunda residência (CRUZ, 2000; 2001; 2007).

O turismo é uma atividade que permeia realidades complexas, antagônicas e contraditórias, particularmente devido à forma como se apropria do espaço, o modo que é materializado na localidade (SANTOS, 1997), bem como o tipo de planejamento realizado e da gestão desses espaços, principalmente quando o território no qual ocorre essa dinâmica se trata de Unidade de Conservação – UC.

A complexidade da atividade turística, especialmente em territórios de unidade de conservação, faz com que possa contribuir positivamente ou negativamente para a localidade (CRUZ, 2000; 2001; 2007; RODRIGUES, 1996, 1999), por isso a importância de se destacar que o turismo deve ser incorporado, a depender do município ou território, como mais uma

¹ Os limites territoriais da APA Costa dos Corais, aqui compreendido, vão além da sua delimitação oficial enquanto APA, consideraremos o seu entorno, isto é, o território contíguo e de influência por entender que as dinâmicas espaciais superam a oficialidade e se relacionam com as áreas dos municípios que estão limítrofes ou se sobrepõem a sua delimitação.

atividade econômica e não como a atividade principal, em virtude de que os aspectos sociais, econômicos e culturais presentes devem ser mantidos e fortalecidos. Sendo assim deve-se empoderar a sociedade desse território, com vistas a desenvolver o turismo de forma participativa, endógena e numa perspectiva inicial local e regionalizada.

A atividade turística tem crescido de forma acelerada, podendo ser observado quando se analisa o número de viagens, de embarque e desembarques (OMT, 2018), apesar de que tem contribuído para o crescimento econômico, na maior parte dos casos, assim como se distancia de uma prática fundamentada na sustentabilidade ambiental², com isso propiciando a maximização de impactos econômicos, sociais e ecológicos, de forma negativa, e descaracterizando a possibilidade de propiciar o desenvolvimento local e regional.

A expansão do turismo no Brasil, entre 2017 e 2018, teve um incremento econômico, de cerca de 3,1 % no PIB, logo apresenta um ritmo menor do que a taxa de crescimento no mundo que atingiu cerca de 3,9% em 2018 (MTUR, 2019), especialmente porque as políticas públicas e os investimentos são direcionados praticamente apenas para o segmento de sol e praia. Deste modo, a faixa costeira nordestina se destaca apresentar características naturais, sociais e culturais que contribuem para a inserção desta atividade.

A faixa costeira nordestina tem sido alvo, nas últimas décadas (1990-2019), do setor público e privado no tocante aos investimentos e desenvolvimento do turismo, visto que suas características contribuem para o fortalecimento da atividade; contudo, a partir de um discurso desenvolvimentista, que aparentemente se mostra propiciador, apenas, de crescimento econômico (FURTADO, 1963; 1974; 1983), fortalecimento de grandes grupos econômicos, acumulação de capital e o desenvolvimento desigual (SMITH, 1988), características que não são diferentes no território da APACC.

A atividade turística, no território da APACC, é destacada pelas esferas pública e privada como mola propulsora do desenvolvimento e como uma opção mais rentável (SELVA, 2000) quando comparada às demais atividades econômicas, porém este modelo tem contribuído, especialmente, para o crescimento econômico, desigualdades socioeconômicas e contradições no espaço.

A lógica econômica vigente tem por base as características hegemônicas do capital (HARVEY, 2005), sob influência das instituições públicas que buscam atender às necessidades

² A rigor, considera-se impossível existir uma sustentabilidade que não se atrele, minimamente, ao ambiente. Em outras palavras, toda sustentabilidade é ambiental. Se foge desta ideia, distancia-se da própria natureza da sustentabilidade. Desta forma, consideramos um pleonasmo o uso do termo “sustentabilidade ambiental”, mesmo reconhecendo o esforço geral em destacar o real encaixe da definição de sustentabilidade. Todavia, neste artigo esta redundância será evitada.

das grandes corporações econômicas, conseqüentemente criando condições para o desenvolvimento da atividade econômica, neste caso o turismo, proposta numa perspectiva desenvolvimentista³.

O modelo adotado pelas grandes corporações do turismo e governos neoliberais tem como base a acumulação do capital e divisas, fato que promovido um efeito inverso, isto é, potencializa efeitos econômicos e acentua os problemas sociais e ecológicos, descumprindo as promessas de geração de emprego, distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida (SEN, 2000).

Nas áreas em que o turismo acontece, são instalados equipamentos e serviços para o seu funcionamento, contudo, o planejamento e a gestão são ineficientes, a infraestrutura municipal é deficiente e é pouco estimulada a participação dos agentes produtivos do espaço turístico, de modo que os municípios, na maioria dos casos, não conseguem com seu quadro de pessoal, com os instrumentos e estrutura para gestão ambiental, gerir as práticas turísticas locais de tal forma que os efeitos ecológicos, sociais, econômicos e institucionais possam contribuir para o desenvolvimento.

A tese a ser defendida apresenta relevante importância para a geografia e para o turismo no Brasil, uma vez que buscará compreender os antagonismos e contradições dos múltiplos usos do território, a reestruturação produtiva através das políticas públicas, em especial do turismo, planejamento e gestão, bem como as relações socioespaciais, especialmente, na faixa litorânea da Região Nordeste, mais precisamente no território da APACC.

A partir dos pressupostos ressaltados na problematização **defende-se** aqui que a reestruturação produtiva do território, neste caso da APACC, foi desencadeada pelas políticas públicas, em especial ambientais e turísticas, que contribuíram para os múltiplos usos do seu território e foram determinantes para transformações socioespaciais, impactos e proteção ambiental e para o desenvolvimento local e regional, notadamente e de maneira ímpar pela atividade turística.

O turismo passa a ser a opção para diminuição das desigualdades socioespaciais e reestruturação econômica, em virtude de que a crise da agroindústria canavieira na Zona da Mata Nordestina, a partir da década 1970, impulsionou as desigualdades sociais, políticas públicas de ordenamento do território, agregou valor à zona costeira, o que se somou à necessidade de se inserir o Brasil no mercado turístico internacional, fato que provocou intensas

³ O desenvolvimentismo é entendido como um discurso proferido pelas esferas públicas e privadas para a resolução de problemas socioeconômicos de uma localidade, todavia, o que se estabelece é somente o crescimento econômico, portanto, muitas vezes, aumentando as desigualdades socioeconômicas.

modificações na estrutura socioeconômica, principalmente, a partir da década de 1990, pois a intervenção do poder público juntamente com o mercado, passou a utilizar a atividade turística como salvação da problemática socioeconômica.

A dinâmica produtiva do território da APACC, mais especificamente no Litoral Norte de Alagoas e no Litoral Sul de Pernambuco, teve uma economia organizada e estruturada na monocultura da cana-de-açúcar para atender às demanda de produção do açúcar e do álcool, da industrialização – que foi impulsionada pela construção do Complexo Industrial e Portuário de Suape e pelo turismo de segunda residência que contribuiu efetivamente para o processo de urbanização e turistificação, de forma preliminar, pelos loteamentos, condomínios e, em seguida, pelos hotéis, pousadas e *resorts*.

A presente tese tem, como recorte espacial, o território da APACC, escolha desta área acontece devido à sua relevância ecológica e por ser território turístico de uma unidade de conservação, sendo esta de domínio Federal e que se trata da maior área de proteção ambiental marinha costeira do Brasil. Neste território turístico também se encontram: a Reserva Biológica de Saltinho, Mata Pedra do Conde, Mata de Pau Amarelo, o Parque Natural Municipal Forte de Tamandaré e a APA de Guadalupe, entre outras unidades de conservação que, configuram, portanto, uma importantíssima área no contexto ambiental brasileiro e que possui múltiplos usos do seu território.

A APACC foi criada, em 1997, com o objetivo de proteger os recifes de corais, visto que se trata de uma APA Marinha, caracterizada por: ser a maior UC Federal Marinha Costeira do Brasil; possuir mais de 400 mil hectares de área; estender-se por aproximadamente, 120 km de praias e mangues; ser considerada de uso sustentável, e buscar coadunar os objetivos de conservação/preservação ambiental, bem como usos direto (pesca) e indireto (turismo e pesquisa) dos recursos naturais de maneira sustentável. A APA abriga uma importante barreira de corais que é protegida pela legislação federal, todavia os múltiplos usos do seu território têm desencadeado riscos ambientais consideráveis, daí se depreende a importância desta pesquisa quanto, ao planejamento e gestão do território, com vistas também, a garantir a preservação da área para usufruto das gerações futuras.

Foi escolhido como recorte temporal da tese, o período de 1990 a 2019, pois na década de 1990 é que há a criação da APACC (1997), como também é iniciada uma expansão da atividade turística no litoral nordestino por meio de políticas públicas, com isso nos anos seguintes, foi aprofundada a reestruturação produtiva do território, quadro este que se estende até a atualidade (2019). De maneira que compreender os detalhes envolvidos nessas transformações pode possibilitar a diminuição das desigualdades sociais e estimular o

desenvolvimento. A criação da UC contribuiu como fomento, em especial, do turismo porque está atrelado ao discurso de proteção e o uso do território pela atividade, o que a partir do período elencado como recorte temporal maximizou a reestruturação produtiva.

Importante destacar que o Litoral Norte de Alagoas e o Litoral Sul de Pernambuco, território em que está localizada a APACC, possui uma economia estruturada sobre a tríade formada pela agricultura, sendo principal a produção da cana-de-açúcar, indústrias, e em ritmo acelerado, o turismo (principalmente o segmento de sol e praia) que propiciou, a partir da década de 1970, a reestruturação produtiva do território e o processo de urbanização turística através, inicialmente, dos loteamentos para o turismo de segunda residência.

Diversas instituições de fiscalização e regulação ambiental estão presentes no território turístico da APACC, como também os principais municípios dessa área possuem Conselhos de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA e Conselho de Turismo – COMTUR, isto é, existe uma estrutura de gestão ambiental e turística mas, contraditoriamente à reestruturação produtiva do território ao longo das décadas (1990-2019), tem contribuído para gerar contradições socioespaciais, apesar da possibilidade que estas UC possuem para estimular o turismo e, através deste, o reconhecimento do ambiente, a proteção ambiental e o desenvolvimento.

O território da APACC possui baixos níveis de desenvolvimento e intensas desigualdades socioespaciais (LIMA, 2006; KASPARY, 2012; GOMES, 2013; GOMES; ARAÚJO SOBRINHO, 2018) e, apesar do quadro social adverso, possui destacada importância ambiental. Neste contexto, a presença de instituições ambientais, órgãos ambientais e organizações não governamentais em áreas estratégicas do turismo em Alagoas e Pernambuco, permitiu que fosse beneficiada por recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE e por significativo crescimento do setor turístico nestas últimas décadas (1990-2019). Apesar das características mencionadas e da estrutura de gestão ambiental e turística existente, o território possui grandes contradições socioespaciais. Por estes motivos, e considerando-se o recorte praticamente regional da análise, depreende-se o ineditismo e os aspectos diferenciais do presente estudo.

Os estudos existentes sobre o território, turismo e desenvolvimento da APACC são fragmentados com análises apenas de um município ou polo turístico, com isso não foram realizados aprofundamentos que relacionem a dinâmica produtiva do território no contexto dos 11 (onze) municípios que compõem a UC, cujo foco é compreender, sobretudo a totalidade espacial, bem como a provável formação da rede geográfica nesse território alavancada pela reestruturação produtiva, neste caso, pelo turismo.

A devida pesquisa deverá fomentar a realização de trabalhos que façam a relação do turismo, unidades de conservação, reestruturação produtiva, território, políticas públicas e desenvolvimento local e regional, já que em consultas a periódicos CAPES, assim como bancos de teses e dissertações no âmbito de Brasil ficou evidente a existência de poucas investigações que façam esta relação no âmbito de unidades de conservação, especialmente na APACC, consequentemente sendo interessante direcionar a análise nesse sentido.

Em síntese, pergunta-se em que medida as políticas públicas contribuíram para a reestruturação produtiva do território?; Quais são os múltiplos usos do território?; Quais as contribuições das políticas públicas para a proteção ambiental e o desenvolvimento local e regional?; Se a dinâmica do turismo contribui para as transformações socioespaciais?; Quais os efeitos e as transformações que ocorreram no território no período do recorte temporal?, Tendo o turismo como a atividade econômica dinamizadora, entretanto complexa do ponto de vista econômico, social e ambiental.

A tese tem como objetivo geral analisar os múltiplos usos do território, especialmente em UC, as contribuições das políticas públicas, em especial, ambientais e turísticas, para a reestruturação produtiva, proteção ambiental e o desenvolvimento local e regional, em particular no território da APACC, no período de 1990 a 2019. Além disso, visou elucidar a realidade inerente ao território da APACC, para tanto, estabeleceram-se, como objetivos específicos: a) Identificar os múltiplos usos do território da APACC; b) Descrever e discutir a turistificação e a dinâmica do território turístico da APACC; c) Identificar e relacionar as políticas públicas ambientais e turísticas e o seu rebatimento na reestruturação produtiva do território e na proteção ambiental; d) Relacionar as políticas públicas para o turismo com as contribuições para o desenvolvimento local e regional; e) Apontar as contradições socioespaciais no território turístico da APACC.

A metodologia de pesquisa adotada teve como foco o aprofundamento das leituras e o levantamento bibliográfico sobre as principais categorias de análise que embasam o estudo, isto é, os conceitos de Espaço, Produção do Espaço, Território, Rede, Turismo e Desenvolvimento. A discussão teórica e inter-relação dessas categorias contribuirão para compreender a dinâmica dos múltiplos usos do território da APACC, de forma que a análise tenha foco na totalidade espacial.

Infere-se que o conhecimento pode ser adquirido de variadas formas, pois depende, especialmente, do objetivo do pesquisador e os caminhos que este estabeleceu para a sua construção. Inicialmente a busca pelo conhecer ocorria a partir do senso comum, todavia com o passar do tempo se abriu espaço para o conhecimento científico, isto é, constituído a partir de

pesquisa científica, com o respeito aos critérios de cientificidade (DEMO, 1995, p. 18), norteado pela formulação do problema e por caminhos metodológicos que possam desvendar a realidade com embasamento científico, neste caso, com intuito de desvelar os antagonismos, os conflitos e as contradições das relações sociais de produção, de forma que permita entender os movimentos internos e externo das relações socioespaciais de forma dialética.

A compreensão da realidade do espaço geográfico deve acontecer a partir de sua totalidade social porque é fruto de oposições e contradições entre as condições objetivas e subjetivas do espaço, isto é a realidade social concreta no espaço, embasada na relação entre a sociedade e a natureza que estão em constante movimento interno e externo de mudança, amparados em conflitos e antagonismos, logo, compreende-se que, o espaço é por sua vez social e suas inter-relações acontecem dialeticamente.

A dialética tem como premissas a mudança e o conflito que desencadeiam o novo ou o velho, a vida ou a morte, o claro ou o escuro, de maneira que a sua antítese é o despertar da mudança para sua tese, muitas vezes a partir de conflitos, mas também a sua síntese constituirá uma nova tese que já não será a inicial por conta dos conflitos e mudanças envolvidos nesse processo.

Destaca-se, que a dialética é composta de “tese”, que é a ideia e uma afirmação, em seguida constrói-se uma “antítese”, que é oposta à “tese” e uma afirmação contrária, com isto surgindo a “síntese”, etapa que expressa a superação da contradição, desta forma a “síntese” “supera a tese e a antítese (portanto, é algo de natureza diferente), ao mesmo tempo em que conserva elementos das duas e conduz a discussão, nesse processo, a um grau mais elevado. E, na sequência, dá origem a uma nova tese, que inicia novamente o ciclo” (SALATIEL, 2008).

O método dialético subsidiou o embasamento para elucidação das dúvidas sobre os múltiplos usos do território, a reestruturação produtiva e a relação com o turismo, de modo que contribuiu para desvendar a realidade do espaço. Para Lefebvre (1991) o espaço é social e um produto social, refletido e produzido na realidade social, entretanto materializado no espaço, pois a sua produção se dá no cotidiano da sociedade, deste modo um processo que se apropria do espaço de forma dialética, logo está enraizada no âmago geográfico que é o espaço.

O espaço geográfico é complexo e recheados de contradições (SANTOS, 1996), destacando-se nesse quadro, principalmente, a relação entre a sociedade e a natureza. Por conseguinte, para analisá-lo é interessante partir do pressuposto da dialética socioespacial, considerando que os antagonismos existentes no espaço são frutos dos movimentos: interno e externo que surgem a partir da *práxis* humana, podendo assim compreender a conexão lógica da produção e reprodução desse espaço.

O levantamento bibliográfico também possibilitou caracterizar o território da APACC, entender o processo de urbanização e a dinâmica produtiva histórica, com isso permitindo perceber as transformações e mudanças que nortearam os múltiplos usos do território, assim como a reestruturação produtiva do território e as contradições socioespaciais nesse processo.

As contradições socioespaciais foram identificadas antecipadamente pelas leituras e levantamento bibliográfico, entretanto, um primeiro trabalho de campo foi realizado entre setembro e outubro de 2017, o que contribuiu para que fossem identificadas no espaço, de forma preliminar, as devidas contradições.

De forma geral, para o desenvolvimento dos objetivos propostos, foram necessárias algumas etapas metodológicas, que podem ser sintetizadas em 06 (seis) grandes fases:

1) Levantamento teórico, metodológico e conceitual – ao longo do desenvolvimento da tese –, e levantamento de dados primários e secundários – em órgãos competentes e instituições públicas e privadas, relacionados à temática da pesquisa no intuito de compreender a dinâmica do turismo e sua relação com o território para, com isso, identificar os múltiplos usos do território, compreender a história local e o surgimento da atividade turística, como tem ocorrido na gestão ambiental e turística, bem como no processo de turistificação e configuração regional estabelecida na área.

2) Identificação e análise por meio de documentos e dados nos Portais dos Ministérios de Trabalho e Emprego para identificar o número de pessoas ocupadas, geração e evolução de emprego e renda; Turismo identificação e análise de fluxos turísticos, história e políticas; Meio Ambiente identificação de políticas públicas, dados de visitação, fluxo de investimentos, estruturação da legislação ambiental brasileira; e Desenvolvimento das intervenções nas esferas públicas (Federal, Estadual e Municipal) de políticas públicas, planos, programas e projetos de desenvolvimento, especialmente, voltados ao turismo;

3) Levantamento de dados de arrecadação de impostos e indicadores socioeconômicos dos municípios estudados junto a órgãos como IBGE, IPEA, prefeitura, Secretarias de Gestão e Planejamento, entre outros, além da identificação das políticas públicas ambientais e turísticas a partir da visita aos portais dos Ministérios de Meio Ambiente (ICMBIO, IBAMA) e Turismo, como também Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Turismo, assim como aos órgãos ambientais dos Estados de Alagoas e Pernambuco (CPRH e IMA-AL);

4) Confeção e apresentação do relatório de qualificação da pesquisa em dezembro de 2017, com o objetivo de apreciação do desenvolvimento da pesquisa, assim como ajustar possíveis lacunas para a construção da TESE;

5) Realização de trabalhos de campo nos municípios do território turístico da APACC, com a finalidade de confrontar a teoria e a empiria, com isso analisar e responder aos objetivos, questões de pesquisa e hipóteses. Durante o trabalho de campo, foram realizadas 15 (quinze) visitas a área estudada, sendo cada uma com períodos de 05 (cinco) dias de permanência ou mais ao território turístico da APACC nos seguintes meses: junho/agosto/setembro/dezembro de 2018 e fevereiro/março/abril/maio/junho/agosto de 2019, sempre na busca de aproximação da realidade pesquisada.

O trabalho de campo foi estruturado através de entrevistas semiestruturadas, diálogos informais, registros fotográficos, levantamento documental, visitas a órgãos públicos, associações, atrativos turísticos, restaurantes, hotéis e pousadas, organizações não governamentais, cooperativas e ao Núcleo de Gestão Integrada – NGI Costa dos Corais, cujo intuito foi de aproximação do objeto de estudo a ser investigado.

Com a finalidade de fazer a análise foram realizadas 50 (cinquenta) entrevistas semiestruturadas, com os atores sociais elencados em quatro categorias principais, são elas: os gestores públicos municipais (secretários e/ou diretores de turismo e de meio ambiente, agentes públicos, etc.); os agentes de produção do espaço turístico (guias de turismo, recepcionistas, agentes de viagens, proprietários de restaurantes, pousadas e hotéis, marinheiros, jangadeiros, professores, condutores ambientais e população local); as associações (pescadores, bugueiros, jangadeiros, turismo, sindicatos, hotéis/pousadas, marinheiros, etc.); e as organizações não governamentais (meio ambiente, cultura, turismo, social, etc.).

Do total de entrevistas 16 (dezesesseis) foram gestores públicos, entre secretários de meio ambiente e de turismo, bem como de outras funções administrativas, dos 10 (dez) municípios do território contíguo e de influência da UC, cujo objetivo foi de identificar as atividades desenvolvidas na localidade, a dinâmica do turismo, legislação ambiental e turística, políticas, programas e projetos turísticos e de meio ambiente, infraestrutura institucional, estrutura de gestão ambiental e turística, o quadro (pessoal) técnico especializado, associações e organizações não governamentais, os múltiplos usos do território, o crescimento do setor hoteleiro, o planejamento e envolvimento dos atores sociais, a existência de outras unidades de conservação e a relevância da atividade turística para a área em questão (Apêndice 1).

Em se tratando dos agentes de produção do espaço turísticos foram realizadas 18 (dezoito) entrevistas semiestruturadas que tinham como foco compreender a importância do turismo para a população local, mas também identificar o potencial turístico da localidade, os pontos positivos e negativos do crescimento do turismo, as funções de trabalho ocupadas, a renda mensal, o custo de vida, as condições sociais desses atores, como também entender se a

população local tem abandonados suas atividades artesanais (pesca, marisco, etc.), identificar outros usos do território, e por fim, se há preparação por meio de cursos, capacitações, entre outros, dos atores sociais para atuarem no mercado do turismo (Apêndice 2).

Foram aplicadas 08 (oito) entrevistas semiestruturadas aos presidentes e cooperados de associações, cujo objetivo foi identificar se o turismo tem contribuído positivamente com a área de atuação da associação/cooperativa/sindicato, se há parcerias do poder público junto a essas entidades, como também se órgãos públicos têm incentivado economicamente, outro ponto destacado foi se as associações têm promovido cursos, capacitações e diálogos com foco a melhoria do fluxo de trabalho relacionado ao turismo (Apêndice 3).

Também foram aplicadas 04 (quatro) entrevistas semiestruturadas a pessoas responsáveis por organizações não governamentais, cujo foco foi verificar quais os objetivos da instituição, o tempo que está presente na área, identificar quais perspectivas positivas e negativas relacionadas ao turismo no território, a situação das desigualdades sociais, possíveis conflitos socioambientais, os múltiplos usos do território, impactos ambientais do turismo, o que tem sido realizado pela instituição para mitigar possíveis conflitos e se a criação da APACC tem estimulado a proteção ambiental e o crescimento do turismo (Apêndice 4).

Por fim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a gestão da APACC, cujo objetivo foi identificar qual o quadro de pessoal que UC possui, verificar a infraestrutura de veículos, equipamentos, instalações, etc., os projetos, programas e ações desenvolvidas, as parcerias público-privadas, os recursos existentes, o número de visitantes, a documentação existente, os principais impactos ambientais na visão do gestor público, os pontos positivos e negativos da relação turismo e APA, os conflitos socioambientais, os múltiplos usos do território oficial, mais também contíguo e de influência, os avanços no contexto da conservação do período de criação (1997) até o momento atual (2019).

Nessa fase, também se fez importante à tabulação dos dados levantados (prévios e de campo) e a elaboração de mapas, utilizando-se do SIG *ArcGIS*. De forma geral, os dados obtidos nas entrevistas subsidiaram a construção de cartogramas e mapas de localização, zoneamento, identificação, rodovias de acesso, polos turísticos, municípios contemplados pelo PRODETUR, do mesmo modo que permitiu elaborar tabelas e quadros sínteses de políticas, programas e projetos ambientais e turísticos do território em questão, bem como a estrutura de gestão ambiental e turística, resumo dos atrativos turísticos, identificação dos múltiplos usos do território da APACC, conflitos ambientais, as formas de utilização do território turístico e os equipamentos do turismo.

O contato direto com a realidade pesquisada permitiu o registro fotográfico de atrativos turísticos, condições sociais, infraestrutura municipal e turística, impactos positivos e negativos ao ambiente, conflitos socioambientais, riscos ambientais, usos do território, em especial o turístico, a especulação imobiliária conectada ao uso turístico, a estrutura de gestão da APACC, equipamentos da gestão e do turismo, visitação dos atrativos, rodovias de acesso e demais formas presentes nesse território que subsidiam a dinâmica do turismo e sua relação com a UC.

6) E por fim, foram realizadas análises das informações obtidas, construção de textos parciais, amadurecimento teórico-empírico, para posterior redação final e defesa da tese.

É notória a presença de formas espaciais que evidenciam as rugosidades do território que agora expressam formas-conteúdos diferentes e fortalecem a dinâmica produtiva do território com novas estruturas, funções e processos (SANTOS, 1985) que indicam uma lógica capitalista instituída e que tem, como foco, a exploração, expropriação e segregação socioespacial com o suporte do estado e do mercado, a fim de se apropriar das características locais e das antigas formas, dando-lhes novos significados ao espaço; logo, o turismo dá origem a novos fluxos com muita fluidez no território que nem mesmo percebesse as mudanças nos fixos e nas formas, apenas o futuro mostrará as novas funções adquiridas pelas formas que dão novo conteúdo imbricados na dinâmica capitalista nesse território estratégico para o capital.

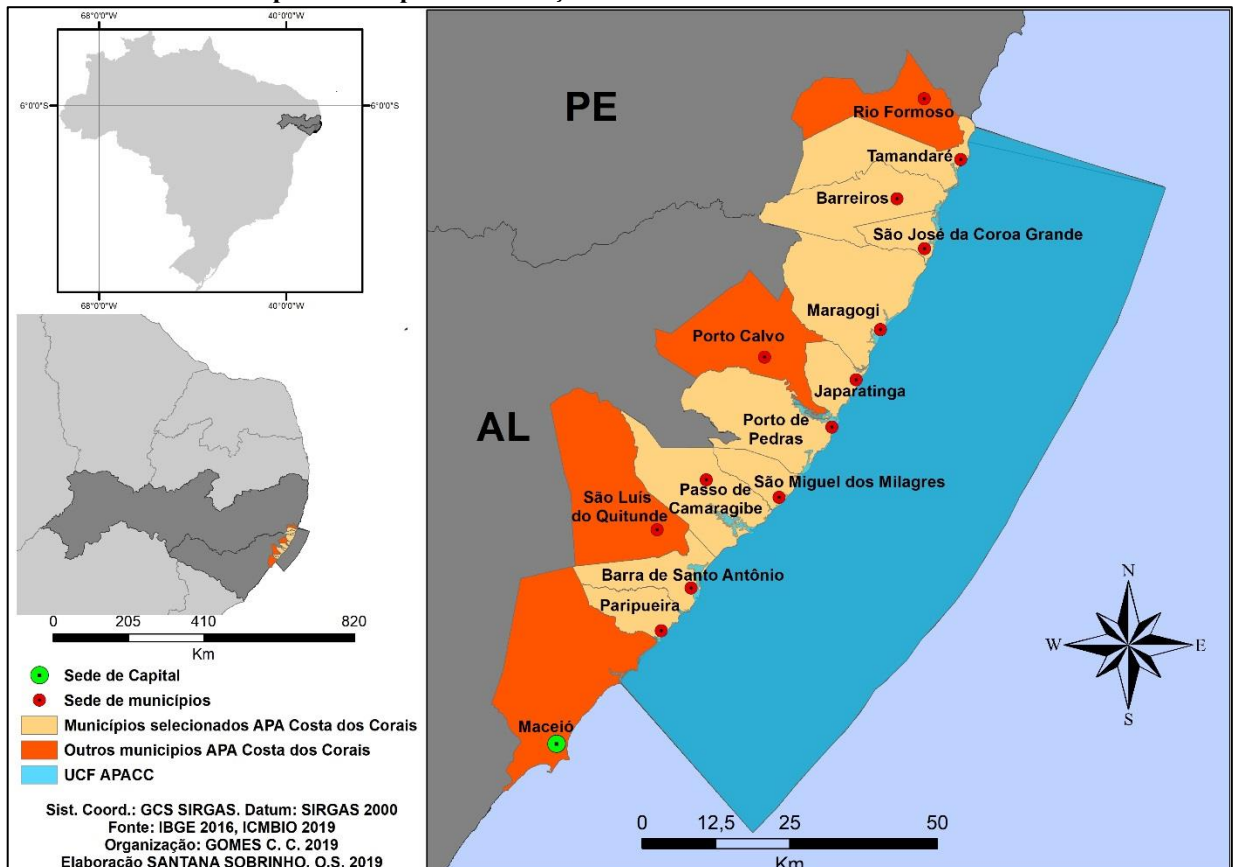
O território da APACC, do ponto de vista turístico, é estratégico para Alagoas por abrigar o município de Maragogi que é o segundo maior indutor do turismo no estado; já para Pernambuco tem-se a Praia dos Carneiros no município de Tamandaré que tem contribuído para o aumento do fluxo de visitação. Outro ponto importante a se destacar é a posição geográfica privilegiada, isto é, a equidistância entre o território da UC e de Maceió e de Recife, fato que tem facilitado o acesso ao território turístico e fortalecido a dinâmica da atividade, apesar de que serem necessárias melhorias na infraestrutura da área.

Por fim, defende-se que o território turístico da APACC foi fruto da intervenção do Estado através de políticas públicas que reorganizaram o espaço produtivamente para atender a estímulos econômicos do território em crise. A consequência disso foi a promoção do país no mercado global do turismo que, paralelamente, instigou os investimentos nas grandes corporações turísticas, fundamentado no discurso desenvolvimentista, esta prática potencializa as desigualdades socioespaciais e prioriza o trade turístico, em detrimento da população local. Neste contexto, antagonicamente, a proteção ambiental pretendida é substituída por transformações significativas no ambiente que levam a um desenvolvimento maximizado, apenas, quanto aos aspectos do crescimento econômico numa lógica flexível, acumulativa e centralizadora do capital.

1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA: RECORTES E PROBLEMATIZAÇÃO

O território turístico da APACC está localizado no Litoral Norte de Alagoas e no Litoral Sul de Pernambuco, cujo perímetro integra a Região Turística da Costa dos Corais/AL e a Região Turística histórica da Costa dos Arrecifes e Manguezais (MTur, 2017), mais precisamente entre a foz do Rio Meirin, no município de Maceió/AL, seguindo pela linha de praia até a foz do Rio Formoso, na praia dos Carneiros (Mapa 01), no município de Tamandaré/PE (FERREIRA *et al*, 2000; ICMBIO, 2013). Foram selecionados os municípios desse território que estão conectados à zona de praia, isto é, à área contígua e de influência que está exatamente interligada ao uso turístico da UC.

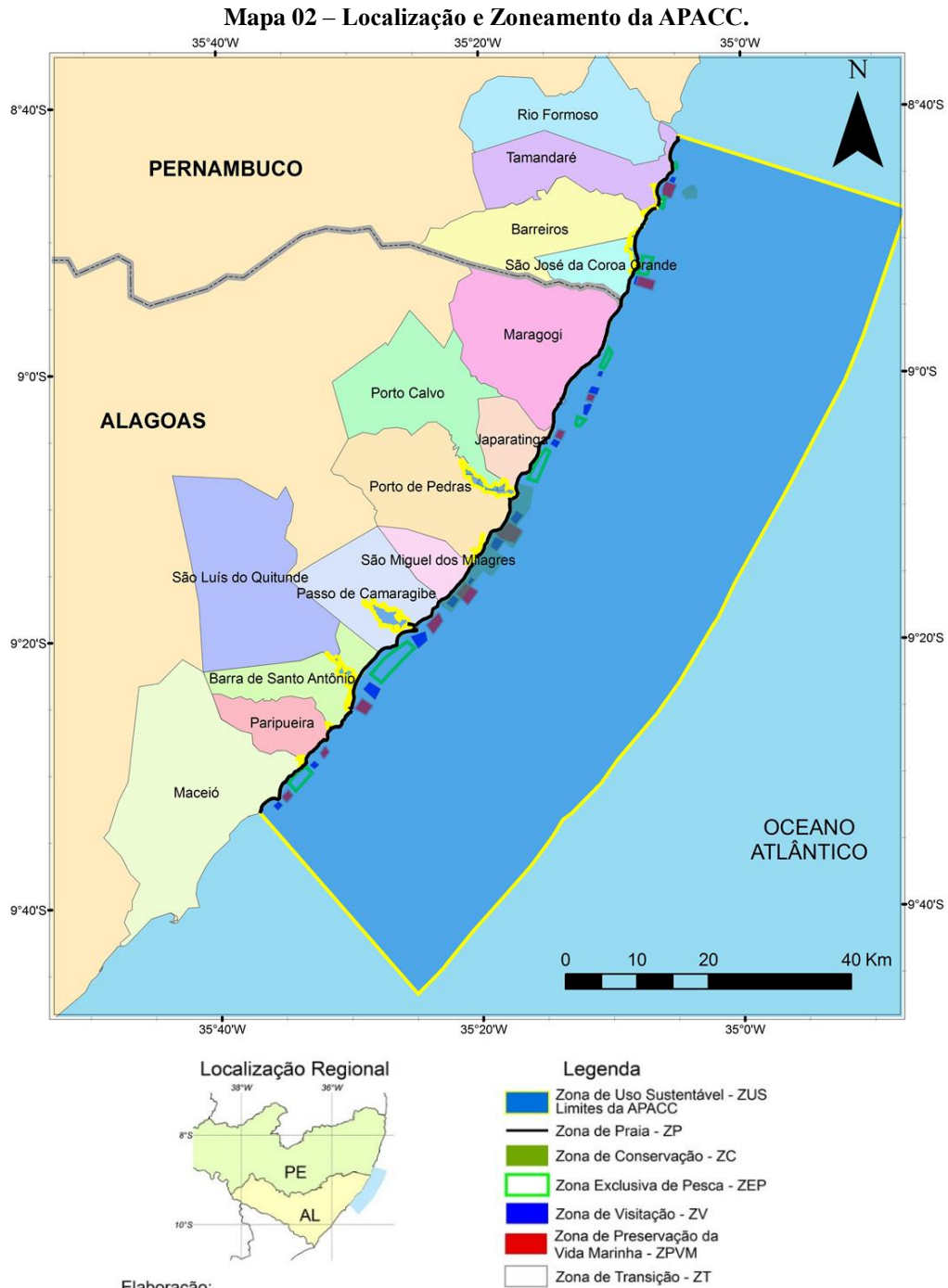
Mapa 01 – Mapa de localização da APA Costa dos Corais – APACC.



Fonte: IBGE, 2016; ICMBIO, 2019. Elab. SANTANA SOBRINHO, O.S, 2019. Org. por GOMES, C.C., 2019.

A UC tem uma vasta área marinha, sendo a zona de contato com a praia um dos espaços principais de uso conforme o zoneamento da APACC (Mapa 02). Embora toda a Zona de Uso Sustentável – ZUS também seja relevante para a pesquisa, o foco dos estudos será limitado ao território turístico (KNAFOU, 2001; RODRIGUES, 2001; STEINBERGER, 2006; FRATUCCI, 2008) desta APA, exatamente por se considerar a inter-relação dos territórios

municipais com a Zona de Praia - ZP, Zona de Visitação – ZV e demais zonas (ICMBIO/APACC, 2013).



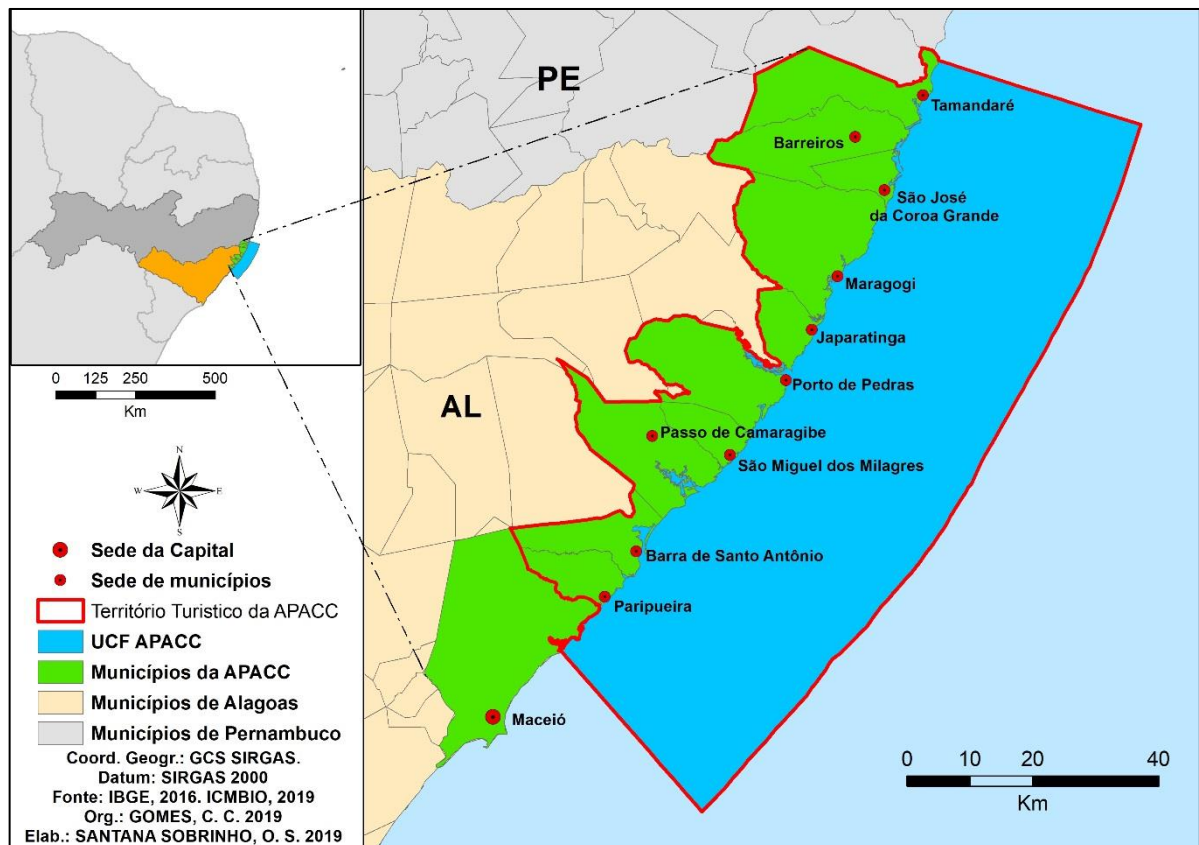
Fonte – ICMBIO, 2013.

Tal escolha se deve ao fato de que, na unidade municipal, ocorre o uso turístico, seja pela apropriação e consumo do espaço turístico (BOULLÓN, 2002), seja pelos equipamentos

de turismo, do mesmo modo que acontecem os conflitos, contradições, antagonismos e, sobretudo, o uso do território turístico.

Importante destacar que a dinâmica do território turístico da APACC não se resume ao seu espaço de visitação, isto é, os recifes de corais e arenitos, praias, rios, manguezais, piscinas naturais, etc. Abrange equipamentos turísticos como hotéis, pousadas, restaurantes, agências de turismo e estruturas administrativas, etc. as quais são contíguas à UC e que exercem influências em sua dinâmica turística. Assim sendo, é o somatório das formas espaciais, suas funções, estruturas e processos (SANTOS, 1985) com o espaço natural, neste caso a Zona de Visitação, portanto configura-se como o foco da pesquisa o que aqui é denominado de território turístico da APACC (Mapa 03).

Mapa 03 – O território turístico da APA Costa dos Corais – APACC.



Fonte: IBGE, 2016; ICMBIO, 2019. Elab. SANTANA SOBRINHO, O.S, 2019. Org. por GOMES, C.C., 2019.

A APACC foi criada pelo IBAMA através de decreto em 23 de outubro de 1997, considerada uma das sete áreas de prioridade máxima para a conservação dos recifes de corais no mundo, é a maior UC Federal Marinha Costeira do Brasil e a única a proteger esse ecossistema na zona de costa (ICMBIO/APACC, 2013). Possui 120 km de praias, mangues, restingas e recife de corais, além de 18 milhas náuticas, sendo o seu objetivo principal proteger

os recifes de corais e arenitos, fauna e flora, assim como os manguezais (Figura 01). O seu gerenciamento é realizado em conjunto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade - ICMBIO e pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, através do Projeto Recifes Costeiros.

Figura 01 – Turismo, Pesquisa e Preservação – APA Costa dos Corais.



Fonte: ICMBIO, 2016 - adaptado por Celso Gomes, 2017.

Com o intuito de estudar e preservar os ambientes recifais no Brasil, foi criada, em 1994, a Sociedade Brasileira para Estudos dos Recifes de Coral – CORALLUS, com isso foram fortalecidas as iniciativas de identificação, análise e pesquisas nos recifes de corais no país, especialmente no Litoral Norte de Alagoas e no Litoral Sul de Pernambuco pela interessante barreira de coral existente nesse território (FERREIRA *et al*, 2000).

Em 1997, foi organizado um seminário por iniciativa da CORALLUS com o apoio do Centro de Pesquisas e Extensão Pesqueiras no Nordeste – CEPENE - IBAMA, Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco e do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, denominado “Recifes de Coral Brasileiros: Pesquisa, Manejo Integrado e Conservação”, o evento contou com a participação de vários cientistas nacionais e estrangeiros que alertaram o governo brasileiro sobre a importância da preservação

dos ambientes recifais, dos significativos impactos ambientais ocorrentes e a possibilidade de ações que garantissem a proteção dos recifes de coral (MAIDA *et al.*, 1997).

Como resultado do seminário promovido pela CORALLUS, foi elaborada uma proposta para manejo, conservação e pesquisa dos recifes de coral que foi apresentada ao Governo Brasileiro (MAIDA *et al.*, 1997), no intuito de garantir a proteção desses ambientes para as gerações futuras. Tal iniciativa pressionou e impulsionou a criação da APACC através de decreto em 1997 e caracterizou a UC como sendo a primeira a proteger parte dos recifes costeiros distribuídos ao longo de cerca de 3.000 km da zona costeira nordestina (MAIDA; FERREIRA, 2003).

A unidade de conservação (UC) abriga uma importante barreira de corais que é protegida pela legislação federal (Figura 02) e tem como um dos seus objetivos o ordenamento das atividades através de uma gestão participativa, tendo em vista o uso sustentável dos recursos naturais (FERREIRA *et al.*, 2000), com isso contribuir para a conservação da biodiversidade costeira e marinha, além de melhorar a qualidade de vida da população local, todavia, os usos múltiplos do seu território têm desencadeado riscos ambientais consideráveis, deste modo, à importância da pesquisa, do planejamento e da gestão do território, cujo intuito também é a garantia de preservação para as gerações futuras.

Figura 02 – Barreira de Corais – Praia dos Carneiros, Tamandaré/PE – APACC.



Fonte: Bruno Silva (<https://emalgulugardomundo.com.br/praias-dos-carneiros-pernambuco>), 2018.

Trata-se de uma APA Marinha e que é a maior UC Federal Marinha Costeira do Brasil, possui mais de 400 mil hectares de área, considerada de uso sustentável (PLANO DE MANEJO APACC, 2013), busca coadunar os objetivos de conservação/preservação ambiental, bem como os usos diretos (pesca) e indiretos (turismo e pesquisa) dos recursos naturais de maneira sustentável (Figura 03), em um território que abriga um cenário paisagístico de grande beleza cênica, particularmente, pelas praias e piscinas naturais, mas também possui um contexto histórico, cultural e arquitetônico importantíssimo, pois sua história se confundiu com a colonização da zona costeira brasileira.

Figura 03 – Vista aérea dos recifes de corais – Porto de Pedras /AL.



Fonte: viverbrasil.altervista.org/portodepedras (Acesso em: 10 abr.2019), 2018.

No território turístico da APACC, existem outras unidades de conservação estaduais e municipais sobrepostas, como por exemplo, a APA de Guadalupe, Reserva Biológica de Saltinho (Pernambuco), Área Estuarina de Carro Quebrado, Mata da Pedra do Conde, Mata de Pau Amarelo (Alagoas) e o Parque Natural Municipal do Forte de Tamandaré – PNMFT (Forte Santo Inácio de Loyola). Tais UC integram uma importantíssima área no contexto ambiental brasileiro e mundial, haja vista o fato de permitir múltiplos usos do seu território em sua área de influência.

Estão localizados, no território turístico da APACC, os municípios pernambucanos de Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande e os municípios Alagoanos de Maragogi, Japaratinga, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres, Passo do Camaragibe, Barra de Santo

Antônio, Paripueira e Maceió⁴ (ICMBIO, 2013). Eles pertencem, respectivamente, ao Litoral Sul do Estado de Pernambuco e ao Litoral Norte do Estado de Alagoas.

Os municípios pernambucanos pertencentes à APACC estão localizados na Mesorregião da Mata Pernambucana, mais precisamente na Microrregião Geográfica Mata Sul Pernambucana (Mapa 04).

Mapa 04 – Zona da Mata de Pernambuco – APACC.



Fonte: IBGE, 2016; ICMBIO, 2019. Elab. SANTANA SOBRINHO, O.S, 2019. Org. por GOMES, C.C., 2019.

A Mesorregião da Mata Pernambucana encontra-se dividida em Microrregião da Mata Setentrional, Vitória de Santo Antão e Microrregião da Mata Meridional, sendo esta última localizada nos municípios pernambucanos pertencentes à APACC.

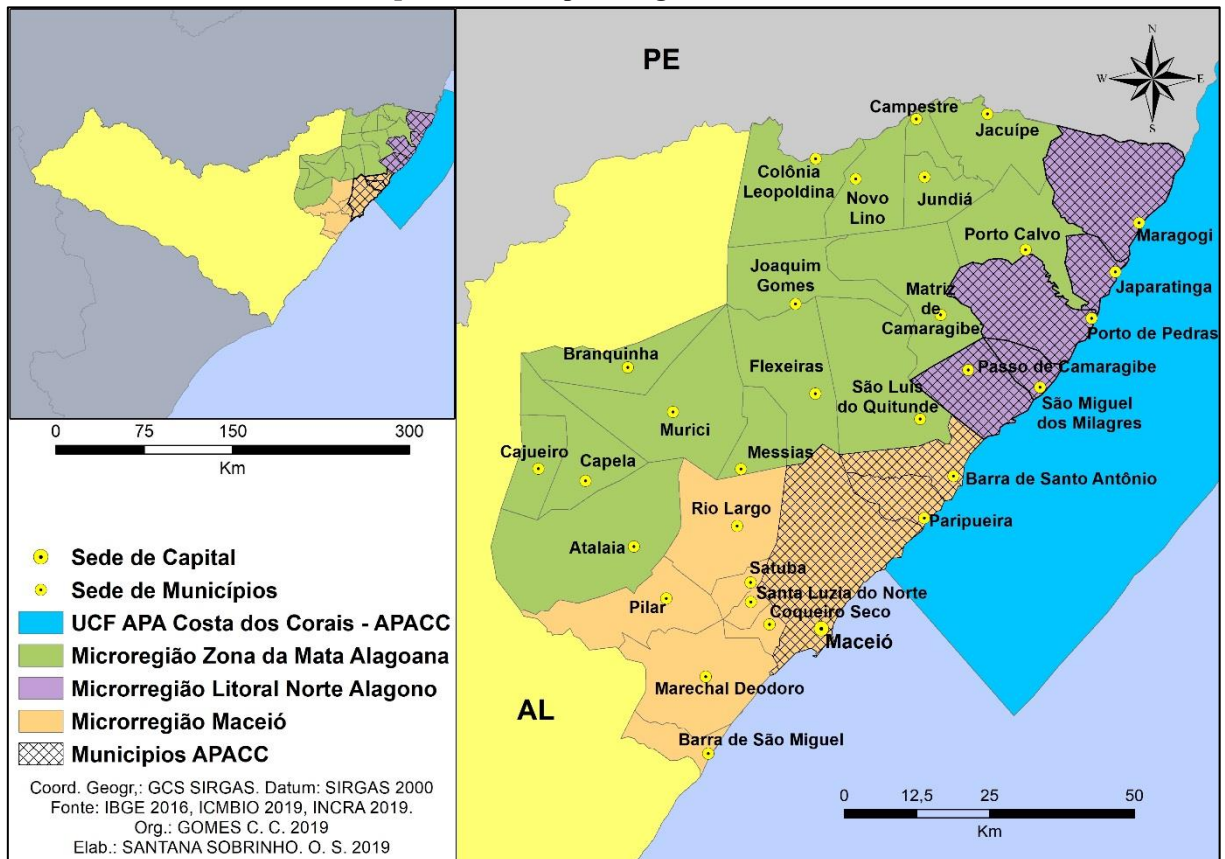
Do ponto vista econômico, existe outra classificação para o território da Zona da Mata, isto é, em Regiões de Desenvolvimento – RD, sendo que os municípios pernambucanos pertencentes à APACC estão localizados na RD Mata Sul que tem como características

⁴ O município de Maceió/AL apesar de estar no território turístico da APA da Costa Corais não será considerado no estudo, uma vez que está nos limítrofes da unidade de conservação, de modo que poderá alterar simbolicamente os dados por se tratar de uma capital, com isso gerar uma representatividade irreal da área de estudo.

principais os resquícios de Mata Atlântica, a produção da agroindústria canavieira, o clima tropical com duas estações bem definidas, o inverno e o verão, bem como é uma área marcada pela colonização portuguesa e influência holandesa, pois foi palco de batalhas e também de grande riqueza econômica no período colonial brasileiro.

Os municípios alagoanos que pertencem à APACC estão localizados na Mesorregião do Litoral Alagoano, mais precisamente na Microrregião da Grande Maceió e do Litoral Norte Alagoano (Mapa 05). Os municípios do Litoral Norte Alagoano pertencem também ao arranjo produtivo local Costa dos Corais que foi constituído pelo governo estadual, com o intuito de fortalecer a economia do território aliando as suas características geográficas, culturais e econômicas.

Mapa 05 – Municípios Alagoanos da APACC.



Fonte: IBGE, 2016; ICMBIO, 2019. Elab. SANTANA SOBRINHO, O.S, 2019. Org. por GOMES, C.C., 2019.

No território turístico da APACC estão presentes diversas instituições de fiscalização e regulação ambiental, como exemplos, o ICMBIO, IBAMA, IMA/AL, CPRH/PE, da mesma maneira que nos principais municípios dessa área possuem Conselhos de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA e Conselhos Municipais de Turismo – COMTUR, além da presença

de organizações não governamentais como são os casos dos Institutos Yandê e Tamo Juntos no Litoral Norte de Alagoas (KASPARY, 2012).

Existe uma estrutura de gestão ambiental e turística, mas opostamente e contraditoriamente à reorganização produtiva do território ao longo das décadas (1990-2019) tem contribuído (SELVA, 2000; SELVA; COUTINHO, 2010) para contradições socioespaciais, apesar da possibilidade que esta UC possui de estimular o uso turístico e, através deste, o reconhecimento do ambiente, a proteção ambiental e o desenvolvimento.

A APACC tem, em seu território turístico, 11 (onze) municípios, apesar disso, os que apresentam maior importância populacional (Tabela 01), política, econômica e social são Tamandaré/PE, São José da Coroa Grande/PE, Barreiros/PE e Maragogi/AL, visto que apresentam uma estrutura para a gestão, ou seja, promove uma política de gestão ambiental e turística através do ordenamento e da gestão do território.

Tabela 01 – População (Estimativa 2018) – Área territorial – Densidade Demográfica

Território Turístico da APACC			
Município	Pop. Estimada	Área Territorial – km²	Densidade Demográfica (hab./km²)
AL - Barra de Santo Antônio	15.792	137,98	114,45
AL - Japaratinga	8.317	85,9	96,82
AL – Maragogi	32.369	334	96,91
AL – Paripueira	13.016	93	139,95
AL - Passo do Camaragibe	15.232	244,5	62,30
AL - Porto de Pedras	7.873	257,7	30,55
AL - São Miguel dos Milagres	7.888	76,7	102,84
PE - Barreiros	42.552	233,4	182,31
PE - São José da Coroa Grande	21.004	69,3	303,09
PE -Tamandaré	23.149	213,7	108,25
Total	187.192	1746,18	107,20

Fonte: IBGE, 2018 –Diretoria de Pesquisas, adaptado por Celso C Gomes, 2019.

O território da APACC possui uma concentração populacional estimada de 187.192 habitantes (IBGE, 2019), sendo os municípios de Barreiros/PE e Maragogi/AL os mais populosos, enquanto Porto de Pedras/AL e São Miguel dos Milagres os menos populosos (Tabela 01). Em relação à densidade demográfica os municípios de São José da Coroa Grande/PE e Barreiros/PE apresentam os maiores percentuais, já os municípios Porto de Pedras/AL e Passo de Camaragibe possuem as menores densidades demográficas desse território turístico (Tabela 01).

Os municípios do território turístico da APACC possuem um quadro de desigualdades sociais elevado e fica externado quando se observam a incidência de pobreza que atinge uma média de 62,46% (Tabela 02) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM que tem uma média de 0,576 (IBGE 2010, PNUD, 2013), logo considerado baixo de acordo com a escala proposta pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil⁵ (PNUD, 2019), evidentemente é importante considerar outros aspectos e políticas nacionais para compreender o quadro de desigualdades sociais, a exemplo o Programa Bolsa Família – PBF (BRASIL, 2003) por ser uma política de transferência de renda que pode exercer influências em dados do território em questão.

Tabela 02 – População (Estimativa 2018) e Índice de Desenvolvimento Humano

Território Turístico da APACC				
Município	Pop. Estimada	IDHM 2000	IDHM 2010	Incidência de Pobreza
AL - Barra de Santo Antônio	15.792	0,378	0,557	61,48%
AL -Japaratinga	8.317	0,414	0,570	57,32%
AL – Maragogi	32.369	0,419	0,574	64,12%
AL – Paripueira	13.016	0,423	0,605	77,25%
AL - Passo do Camaragibe	15.232	0,382	0,533	55,71%
AL - Porto de Pedras	7.873	0,344	0,541	61,23%
AL - São Miguel dos Milagres	7.888	0,444	0,591	51,05%
PE - Barreiros	42.552	0,471	0,586	61,09%
PE - São José da Coroa Grande	21.004	0,474	0,608	66,31%
PE -Tamandaré	23.149	0,402	0,593	69,02%
Total	187.192	0,415	0,576	62,46%

Fonte: IBGE/POF-2002/2003-IBGE, 2018 - PNUD, 2013, adaptado por Celso C Gomes, 2019.

Quando se compara o IDHM dos anos 2000 com a última edição do Atlas Brasil 2013, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD se percebe uma moderada evolução durante a década, sendo o município de menor IDHM Porto de Pedras/AL – 0,541, já o que apresenta maior IDHM é São José da Coroa Grande/PE – 0,608 (Tabela 02), apesar de estar numa escala média do IDHM, ainda assim apresenta uma incidência de pobreza de 66,31%

⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH. Possui uma escala de 0 – 0,499 (Muito Baixo), 0,500 – 0,599 (Baixo), 0,600 – 0,699 (Médio), 0,700 – 0,799 (Alto) e acima de 0,800 (Muito Alto). O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras.

acima da média do território turístico e revela um quadro de extremo desenvolvimento desigual (SMITH, 1988).

O município de Paripueira/AL possui 77,25% de sua população em situação de pobreza, ao passo que o seu IDHM é 0,605 (Tabela 02), o dado caracteriza expressamente o desenvolvimento desigual do município, característica comum aos demais municípios da área em questão, visto que possuem intensas desigualdades sociais fomentada pela ineficiência das políticas públicas, mais também pelo processo de reestruturação produtiva, inclusive pelo turismo, que vem acontecendo ao longo das décadas (1990-2019).

O território turístico da APACC possui 20.781 empregos (MTE/RAIS, 2018), sendo os municípios de Barreiros e Tamandaré, ambos em Pernambuco que apresentam maiores índices de emprego (Tabela 03). De forma preliminar, conclui-se que a proximidade destes municípios com a Região Metropolitana de Recife e o Porto de Suape/PE, bem como o incremento do turismo já existente em Tamandaré/PE tenha impulsionado a maior geração de empregos.

Tabela 03 – Número de empregos ativos em 31/12

Território Turístico da APACC				
Município	Ano			
	2016	2017	Var. Abs.	Var. Rel. (%)
AL - Barra de Santo Antônio	981	994	13	1,33
AL -Japaratinga	976	910	-66	-6,76
AL - Maragogi	4.436	4.935	499	11,25
AL - Paripueira	1.169	1.313	144	12,32
AL - Passo do Camaragibe	1.246	1.055	-191	-15,33
AL - Porto de Pedras	762	729	-33	-4,33
AL - São Miguel dos Milagres	941	1.062	121	12,86
PE - Barreiros	4.134	4.601	467	11,30
PE - São José da Coroa Grande	1.183	1.585	402	33,98
PE -Tamandaré	3.042	3.597	555	18,24
Total/Médio	18.870	20.781	1911	10,12

Fonte: Pessoal ocupado: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. MTE/RAIS - Município - 2018, adaptado por Celso C. Gomes, 2019.

Os municípios de Japaratinga/AL, São Miguel dos Milagres/AL e Porto de Pedras/AL apresentam os menores índices de empregos (Tabela 03), de maneira inicial são possíveis motivações a desarticulação e falta de investimentos por parte governamental, apesar da relativa proximidade com a Região Metropolitana de Maceió/AL.

Importante destacar que o território turístico da APACC tem uma população estimada de 187.192 habitantes (IBGE, 2018), logo apenas 11,10% da população está empregada (Tabela 03), dado que deixa clara a situação grave de geração de emprego e renda, notadamente reflete-

se em desigualdades socioespaciais e reverbera no desenvolvimento descompassado, potencializador apenas de crescimento econômicos, mas não estimula benefícios sociais (GOMES, 2013).

O território da APACC apresenta um baixo quantitativo de emprego, sendo a maior parte deles na Administração Pública (Tabela 04), aproximadamente 38,95%, dos 20.781 empregos ativos (MTE/RAIS, 2018; IBGE, 2019). Os setores de comércio e serviços têm destaque em relação à geração de empregos diretos e indiretos no território contíguo e de influência da APACC (Tabela 04). Pode-se destacar que o turismo é uma das atividades responsáveis pelo interessante incremento no comércio e serviço, portanto, percebe-se que a gestão deste espaço e da atividade turística pode contribuir para minimizar as desigualdades sociais, todavia se estiver alicerçada no empoderamento da sociedade local, participação e gestão do turismo.

Tabela 04 – Número de empregos ativos em 31/12 por setor

Território Turístico da APACC				
Município	2016/2017			
	Comércio	Serviços	Administração Pública (Ref.2016)	Total
AL - Barra de Santo Antônio	87	724	592	1.403
AL - Japaratinga	43	734	389	1.166
AL - Maragogi	465	3.200	1.609	5.274
AL - Paripueira	175	650	152	977
AL - Passo do Camaragibe	76	808	1.058	1.942
AL - Porto de Pedras	22	649	489	1.160
AL - São Miguel dos Milagres	80	879	523	1.482
PE - Barreiros	1.268	509	1.563	3.340
PE - São José da Coroa Grande	467	239	623	1.329
PE - Tamandaré	555	1.056	1.097	2.708
Total	3.238	9.448	8.095	20.781

Fonte: Pessoal ocupado: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. MTE/RAIS - Município - 2018, adaptado por Celso C. Gomes, 2019.

Os municípios de Maragogi/AL e Tamandaré/PE apresentam, respectivamente, os melhores índices de geração de empregos no setor serviços, quando se observa o setor comercial do território turístico da APACC, ambos os municípios também são destaques no quantitativo de empregos originados (Tabela 04). Os dados indicam que o processo de reestruturação produtiva ocorrido na área, destacadamente pelo turismo, tem contribuído para a geração de emprego e renda nas atividades de serviços e de comércio, mas a sazonalidade da atividade turística, os baixos investimentos, as ineficientes políticas públicas e a desarticulação na gestão do território têm contribuído para o baixo percentual na geração de empregos no território turístico da APACC.

Há uma desestruturação dos municípios somados aos baixos investimentos do estado e da união e maximizados pelas públicas desarticuladas, hierarquizadas e verticalizadas que resultam numa taxa de geração de empregos baixa, inclusive alguns municípios têm retroagido suas taxas.

O cenário produtivo do território da APACC sofreu intensas modificações, a partir de meados da década de 1970 com a decadência da agroindústria canavieira (ANDRADE, 1989), momento em que aconteceu a implantação, ao longo da orla, dos loteamentos de segunda residência (Casas de Veraneio) que visavam estimular o turismo nos fins de semana como forma de inserir o Brasil no contexto turístico mundial e reorganizar produtivamente a zona costeira.

Os levantamentos de dados revelaram, de forma inicial, múltiplos usos do território da APACC, são destaques, a indústria de transformação, construção civil, agropecuária, extração vegetal e mineral. As características naturais, a beleza cênica da zona costeira, a presença de UC sobrepostas, meios de hospedagens, órgãos públicos, organizações não governamentais, localização privilegiada entre os Estados de Alagoas e Pernambuco neste território contribuíram para que, no processo de reestruturação produtiva, com o declínio da agroindústria canavieira, fosse introduzido o turismo (Figura 04) como atividade para acabar com as desigualdades socioeconômicas (SILVA; FERREIRA, 2008).

Figura 04 – Mirante de Maragogi/AL – Território Turístico da APACC.



Fonte: Celso C Gomes, 2019.

A dinâmica do turismo nesse território tem resultado no surgimento de problemas sociais diversos e políticas públicas para atender, de certa forma, apenas ao mercado turístico. O marco deste acontecimento são os investimentos que aconteceram na área, cuja perspectiva foi a de estimular o desenvolvimento da região através de macroprojetos de turismo no Litoral Norte de Alagoas e Litoral Sul de Pernambuco. Foi o caso do Projeto Costa Dourada que construiu o Centro Turístico de Guadalupe, apoiado pelo PRODETUR/NE; o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata - PROMATA; Projeto Pinzon; Projeto Porto; Projeto Corais; Projeto Una; Projeto Tesouros do Mar; Projeto Civilização do Açúcar entre outros (CONDEPE/FIDEM, 2001).

De forma geral, as políticas públicas foram importantes para a reestruturação produtiva do território e inseriram o turismo como uma das principais atividades econômicas do Litoral Norte de Alagoas e do Litoral Sul de Pernambuco, exatamente os municípios que fazem parte do território turístico da APACC; o modelo é estruturado através de grandes empreendimentos turísticos como hotéis, *resorts*, condomínios, *privês*, bem como do turismo de segunda residência, que é caracterizada pela sazonalidade, isto é, visitação intensa na alta estação do turismo.

Os municípios que estão no território turístico da APACC foram beneficiados por investimentos do PRODETUR/NE, PDITS, Projeto Orla, são alvo estratégico das políticas públicas estaduais e federal, área muito importante do ponto de vista ecológico, tem múltiplos usos do seu território, relativa influência pela proximidade do Complexo Industrial Portuário de Suape, proximidade de duas capitais (Recife/PE e Maceió/AL), apresenta grandes desigualdades socioeconômicas e problemas ecológicos.

Diante da sintética problemática exposta, foram necessárias algumas questões de pesquisa para nortear a investigação com foco a compreender a dinâmica do território turístico da APACC, são elas:

- a) Quais as influências das políticas públicas na reestruturação produtiva do território da APACC, proteção ambiental e o desenvolvimento local e regional?
- b) A criação da APACC estimulou o desenvolvimento do turismo e garante a proteção ambiental do seu território?
- c) A dinâmica do turismo contribui para transformações socioespaciais?
- d) As políticas públicas potencializam a sustentabilidade do território turístico?
- e) Quais os efeitos e as transformações que ocorreram no território turístico no período do recorte temporal, da presente TESE?

Serão apontadas possíveis causas dos problemas relativos aos antagonismos e contradições existentes pelo uso do território estimulado pelas políticas públicas, reestruturação produtiva e inserção do turismo no território da APACC, dentre elas a ineficiência do planejamento ambiental e turístico do território, a gestão verticalizada e centralizada, bem como o pouco envolvimento dos agentes produtivos do espaço. Assim, tem-se as seguintes hipóteses:

- a) as políticas públicas ambientais e turísticas promovidas pelo Estado no território da APACC contribuíram para a reestruturação produtiva, proteção ambiental e o desenvolvimento, tanto que promoveu um dinamismo econômico no sentido de evitar contradições socioespaciais;
- b) uma das atividades que tem se destacado no Brasil, mas em um ritmo mais lento que o mundial, é o turismo, apesar disso pode ser dinamizador da economia local e regional, assim como propiciador de benefícios sociais e ecológicos, quando pautado no planejamento e gestão integrados. No território da APACC a dinâmica turística tem sido rápida e estimuladora do desenvolvimento, especialmente, do crescimento econômico, enquanto a sustentabilidade tem ficado distante de ser efetivada;
- c) a gestão da atividade turística no Brasil, em particular, no território turístico da APACC, tem o planejamento ineficiente e desarticulado nas esferas pública e privada, com isso, não se aproxima da possibilidade de contribuir com o desenvolvimento local e regional;
- d) a gestão ambiental direcionada ao turismo no âmbito de unidades de conservação tem acontecido de forma desarticulada, centralizada e a participação dos atores sociais não tem sido efetiva, dinâmica e transparente, em especial, na APACC;
- e) a dinâmica socioespacial existentes no território da APACC não tem contribuído com a proteção do ambiente, do mesmo modo que não tem empoderado os atores sociais, assim como, pouco têm contribuído para o desenvolvimento regional e local, particularmente, através do turismo.

Portanto, diante dos pressupostos externados a partir da problematização, dos objetivos apresentados, da abordagem metodológica proposta e das hipóteses que nortearam a pesquisa, a tese está organizada em 06 (seis) seções. O quadro 1 representa, de forma esquemática, o tema central e o objetivo principal de cada seção, assim como os respectivos conceitos chave que foram utilizados.

Quadro 01 – Síntese das Seções da TESE.		
Títulos das Seções	Objetivo Geral	Conceitos Chave
Seção I – Apresentação da Pesquisa: Recortes e Problematização	Apresentar e caracterizar o objeto de pesquisa e problematizar as questões por meio de suas particularidades	Caracterização do território, sugestão de questões, problematizar o objeto de pesquisa.
Seção II – Território, Turismo e Desenvolvimento: a produção do espaço a partir dos seus usos e a formação da rede geográfica.	Realizar revisão bibliográfica dos conceitos de Território, Territorialização e a Produção do Espaço na visão dos principais autores da geografia, bem como de outras áreas do conhecimento.	Território, Territorialização, Turismo, Produção do Espaço e Múltiplos usos do Território
Seção III – Turismo, desenvolvimento e redes: reflexões sobre áreas naturais protegidas – o caso da APACC	Discutir teoricamente a relação do turismo, desenvolvimento e as redes geográficas, tendo como foco as áreas naturais protegidas, neste caso a APACC.	Turismo, Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável, Áreas Naturais Protegidas e Rede Geográficas.
Seção IV – Os múltiplos usos do território da APA Costa dos Corais: reflexões sobre a reestruturação produtiva local/regional	Identificar e analisar sinteticamente os múltiplos usos do território relacionando com o processo de urbanização do território associada à dinâmica produtiva histórica e paralelamente refletindo sobre a reestruturação produtiva local/regional	Usos múltiplos do território, urbanização, dinâmica produtiva, reestruturação produtiva.
Seção V – Políticas públicas ambientais e turísticas: contribuições para reestruturação produtiva do território dos municípios da APA Costa dos Corais	Discutir as políticas ambientais e turísticas no âmbito federal e estadual, assim como as suas contribuições para a reestruturação produtiva do território	Políticas Ambientais, Políticas de Turismo, Políticas Espaciais, SNUC, regionalização do turismo, Sustentabilidade e gestão ambiental.
Seção VI – A turistificação e a dinâmica produtiva do território da APACC: as contradições socioespaciais, os riscos ambientais e as perspectivas para o desenvolvimento local	Realizar discussão do processo de turistificação e da dinâmica produtiva do território da APA Costa dos Corais, assim como a análise da relação conflitante entre o Turismo, o Território, a preservação ambiental e o discurso desenvolvimentista das esferas públicas e do mercado, cujo intuito será compreender a dinâmica socioespacial, seus antagonismos e suas contradições.	Turismo, contradições socioespaciais, discurso governamental e do mercado, o desenvolvimento, desenvolvimento desigual, planejamento, gestão do território – ambiental e turística, relação dicotômica preservação x conservação

Na Seção I – “APRESENTAÇÃO DA PESQUISA: RECORTES E PROBLEMATIZAÇÃO”: será realizado breve apresentação da pesquisa, caracterização do território no contexto socioeconômico e ambiental, com intuito de subsidiar a problematização, de forma que serão levantadas as questões da pesquisa e hipóteses relacionadas aos objetivos geral e específicos, cujo intuito é fomentar a defesa da tese.

Na Seção II – “TERRITÓRIO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DOS SEUS USOS E A FORMAÇÃO DA REDE”, pretende-se realizar revisão bibliográfica sobre as categorias de análise geográfica: Região, Território, Turismo, Desenvolvimento, Produção do Espaço e Rede na visão dos principais autores da geografia, bem como de outras áreas do conhecimento, mas também refletir sobre a formação da rede a partir do contexto dos usos do território. Portanto, as categorias geográficas que serão discutidas representarão a fundamentação teórica que possibilitarão aprofundar a análise da tese e dos objetivos da pesquisa.

Na Seção III – “TURISMO, DESENVOLVIMENTO E REDES: REFLEXÕES SOBRE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS – O CASO DA APACC”. Será discutida, teoricamente, a relação do turismo, desenvolvimento e as redes geográficas, tendo como foco as áreas naturais protegidas, neste caso, a APACC, sendo norteado por autores de geografia e de outros campos do conhecimento.

Na Seção IV – “OS MÚLTIPLOS USOS DO TERRITÓRIO DA APA COSTA DOS CORAIS: REFLEXÕES SOBRE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL/LOCAL”. Objetiva-se, nesta seção, identificar e analisar sinteticamente os múltiplos usos do território relacionando com o processo de urbanização associado à dinâmica produtiva histórica e paralelamente refletir sobre as contradições socioespaciais no processo de reestruturação produtiva local e regional do território da APA Costa dos Corais.

Na Seção V – “POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E TURÍSTICAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO DA APA COSTA DOS CORAIS”, serão discutidas, nesta seção, as políticas públicas ambientais e turísticas no âmbito federal e estadual, assim como as suas contribuições para a reestruturação produtiva do território.

Na Seção VI – “A TURISTIFICAÇÃO E A DINÂMICA PRODUTIVA DO TERRITÓRIO DA APACC: AS CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS, OS RISCOS AMBIENTAIS E AS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL”. Nesta seção, serão realizadas discussões do processo de turistificação e da dinâmica produtiva do território, assim como identificar as contradições socioespaciais, destacar a relação

contraditória e antagônica entre o turismo e o discurso governamental, com a preservação x conservação, planejamento e gestão do território.

Para finalização serão realizadas as “CONSIDERAÇÕES FINAIS”, momento que serão apresentadas reflexões em torno do objeto de pesquisa, na perspectiva de compreender e dar respostas aos objetivos geral e específicos, mais também as hipóteses levantadas. De forma geral pretende-se defender a tese estabelecida por meio das questões, reflexões, argumentações e análise para que assim haja sustentação da conjectura, com isso sejam propostas possíveis atenuações, fortalecimentos e maximizações de ações para melhoria da qualidade de vida dos atores sociais presentes nesse território.

2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E TURISMO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DOS SEUS MÚLTIPLOS USOS

A presente seção visa realizar revisão bibliográfica sobre as categorias de análise geográfica: território; territorialização; produção do espaço; bem como discutir e aprofundar questões basilares sobre os conceitos de Turismo, Desenvolvimento e Planejamento. Em ambos os casos na visão dos principais autores da geografia, bem como de outras áreas do conhecimento, mas também refletir sobre a formação da rede a partir do contexto dos múltiplos usos do território. Portanto, as categorias geográficas que serão discutidas representarão a fundamentação teórica que possibilitarão aprofundar a análise da tese e dos objetivos da pesquisa.

A partir do entendimento das perspectivas da produção do espaço dar-se-á a possibilidade para que sejam compreendidas as transformações socioespaciais, o desenvolvimento desigual (SMITH, 1988) e, sobretudo, o processo histórico de produção, reprodução e apropriação do espaço através das relações sociais que são imbricadas de interesses e conflitos dos atores sociais envolvidos nesta dinâmica; assim, entende-se que o espaço é mutável, produto e produtor, condicionado e condicionador dos objetos e técnicas oriundos do trabalho (SANTOS, 1997). Portanto, as rugosidades presentes no espaço (SANTOS, 1985), neste caso do território turístico da APACC, são frutos de processos contraditórios e antagônicos fortalecidos pelo modelo de produção vigente a partir de interesses do estado e do mercado.

Para entender a produção do espaço, é imprescindível verificar as marcas inscritas nesse território e que são frutos das relações sociais de produção, especialmente, quando se trata de uma unidade de conservação – UC, uma vez que os interesses de proteção ambiental poderão não estar alinhados com o de exploração e uso dos bens naturais por atividades econômicas como o turismo, daí decorre a importância de se analisar a formação histórica, econômica, social e espacial (SANTOS, 1977) de modo a garantir um futuro permeado de equilíbrio ambiental e desenvolvimento.

O território é outra categoria geográfica fundamental para o desenvolvimento da tese porque os processos, apropriações, produções e reproduções que ocorrem e estão inscritos no espaço são originados a partir das relações sociais de usos do território, ou seja, é o território usado (SANTOS, 1985; 1999; 2000; STEINBERGER, 2006), essencialmente neste cenário de uma unidade de conservação, que envolve a importância de proteção, a oportunidade para

estimular o uso pela atividade turística, a possibilidade de desenvolvimento local e a necessidade de garantir o espaço para as sociedades futuras; isto posto, percebe-se que se trata de interesses distintos que por vezes são contraditórios e adversos, mas que podem maximizar os impactos ambientais.

Entender o território contribui para desvelar a estrutura social incutida e paralelamente à própria complexidade dos seus usos a partir das ações impostas pelas relações sociais de produção, entretanto, o desenvolvimento da análise deverá convergir para a totalidade porque somente assim poder-se-á compreender as partes, embora se possa estudar as partes separadamente, apenas serão completamente entendidas quando se analisa a totalidade social e não é diferente para a APACC, pois se deter exclusivamente à UC, somente se compreenderiam os processos naturais de impactos, proteção e usos específicos dos seus limites e fronteiras, no entanto, se faz necessário relacioná-los com outras partes pertencentes ao território usado, isto é, o território turístico que envolve os municípios nessa região turística e até mesmo a dinâmica do turismo nacionalmente.

A compreensão das relações sociais de produção no território usado externa elevada complexidade pela constante dinâmica dos processos advindos da inter-relação do sistema de objetos e ações que, com a evolução, são ressignificadas as formas espaciais; por sua vez, as estruturas e funções são transformadas, de modo que criam novos espaços e as formas-conteúdo são alteradas significativamente. Consequentemente, em casos como o espaço turístico (BOULLÓN, 2002) atrelados a uma UC, a apropriação e ressignificação podem estimular a proteção, mas contraditoriamente podem impactar o ambiente severamente.

Diante das nuances existentes nos múltiplos usos do território se faz necessário utilizar uma abordagem crítica que contribua para compreender as diversas contradições, antagonismos e complementaridades originadas das relações sociais de produção, somente assim por meio de uma análise profunda e dialética que se terá a possibilidade de chegar à totalidade, certamente, social, uma vez que o turismo deriva da complexa relação de apropriação do espaço, da articulação socioeconômica e do equilíbrio ambiental, particularmente quando se trata de UC, por isso, não adianta apenas trabalhar em uma escala de fatores e sim na totalidade da atividade turística no território.

A relação do território e do turismo também se estabelece como uma análise importante para o desenvolvimento da pesquisa porque há um processo de uso, apropriação e reprodução pela atividade permitindo a materialidade do acontecimento e formando territórios turísticos (CRUZ, 2000; 2001; 2007; KNAFOU, 2001; FRATUCCI, 2008) que são originados pelo

processo de turistificação (CRUZ, 2000, 2007; KNAFOU, 2001; BENEVIDES, 2007; FRATUCCI, 2008, YÁZIGI, 2009).

Os territórios turísticos surgem de intensas transformações espaciais que dão origem e ressignificam as funções, processos e estruturas do espaço (SANTOS, 1985), evidentemente, essas modificações acontecem por meio de conflitos, contradições e adversidades que provocam rupturas e criam novos espaços, muitas vezes, simulacros (YÁZIGI, 2009), todavia são, por vezes, aparentes as rugosidades que deram origem à nova estrutura socioespacial para atender à lógica econômica vigente que parte de um discurso desenvolvimentista incitado pela intervenção estatal e do mercado que, exclusivamente, visa atender aos interesses capitalistas das grandes corporações do turismo.

A atividade turística pode contribuir consideravelmente para o território que está materializada, desde que o poder público parta de um planejamento participativo que envolva os agentes do espaço turístico, inclusive, com poder decisório, tenha um entendimento da complexidade do turismo, equilibrando a dinâmica econômica, social e ambiental, conseqüentemente contribuindo com o desenvolvimento numa escala local e regional (BUARQUE, 2002; 2004; ENDLICH, 2007; HANAI, 2012;).

O conceito de desenvolvimento tem sido confundido com o de crescimento econômico (LEWIS, 1960; JAGUARIBE, 1962; FURTADO, 1983; BOISIER, 2001; SEN, 2000; 2001; OLIVEIRA, 2002; SACHS, 2004), na verdade há complementaridade, visto que, no bojo do desenvolvimento há crescimento econômico, justiça social e equilíbrio ecológico, dessa forma, localidades que tenham o turismo como mais uma atividade econômica poderão alcançar a diminuição das desigualdades socioespaciais. Em vista disso, para o desenvolvimento da tese será entendido o desenvolvimento de forma totalitária que contribua para alavancar não só as questões econômicas, mas também as sociais e ecológicas.

As categorias geográficas e os conceitos que subsidiarão a análise serão discutidos nesta seção, cujo objetivo é revelar, esclarecer, aprofundar e embasar o contexto teórico paralelamente à vivência prática da pesquisa, assim demonstrando e evidenciando autores que possam contribuir para a devida análise.

2.1 Produção do espaço

O caminho percorrido pela ciência geográfica ao longo de sua história está norteado por dilemas, oposições, dicotomias e contradições, sendo um dos pontos-chave para esta problemática a sua principal categoria analítica que é o “espaço”, haja vista que o termo é

utilizado para designar diferentes ações, por exemplo, “o espaço humano, o espaço de sala de aula, o espaço na embarcação”, de modo que adquiriu significados distintos e tem se distanciado do objeto alvo da ciência, embora, nesta trajetória, diversos autores no período denominado da modernidade e/ou pós-modernidade tenham problematizado a questão (BAUMAN, 2001, DEBORD, 2003, SANTOS, 1978; 1979; 1985; 1996, GIDDENS, 1991, SOJA, 1983, HARVEY, 2008; LEFEBVRE, 2006; MASSEY, 2008) ou mesmo antes com a Geografia Tradicional (RATZEL, LA BLACHE, RITTER, HUMBOLDT), segundo Santos (1996, p. 10) “É indispensável uma preocupação ontológica, um esforço interpretativo *de dentro*, o que tanto contribui para identificar a natureza do espaço, como para encontrar as categorias de estudo que permitam corretamente analisá-lo”.

De acordo com Carlos (2011), a partir da metade do século XIX e início do século XX, vários artistas expressaram – obviamente, através de suas criações, dentre elas, música, pintura, poesias, entre outras artes – o processo de abstração do espaço em relação ao tempo, de maneira que se expressa à velocidade do universo técnico e se perde o referencial espacial.

A abstração espaço-tempo não se configura como uma análise simplória e muito menos recente, pode-se dizer que o distanciamento deste referencial espacial tem origem bem mais remota, pois a compreensão de espaço nas obras de Friedrich Ratzel e Paul de Vidal de La Blache no século XIX (MORAES; FERNANDES, 1990) eram interpretadas como opostas onde homem e natureza estavam separados, inclusive, foram estigmatizados, respectivamente, como determinista e possibilista, exatamente por terem sido entendidos, neste período, como se estivessem em lados opostos, todavia, se forem analisadas as obras com mais aprofundamento, são identificados os caminhos que convergem.

De acordo com Moraes e Fernandes (1990) La Blache assim como Ratzel, criticavam que as ciências que desconsideram a Geografia, desconsideravam que o próprio “palco” tem vida: “Parte-se do homem para chegar ao homem; representa-se a Terra como “o palco onde se desenrola a atividade do homem”, sem refletir que o mesmo palco tem vida” (LA BLACHE, 1954, p. 29), já Ratzel (1982, p. 90) enfatiza que “(...) todo o acontecimento se faz no espaço, e por isso toda a história possui seu teatro”. Ambas as citações desmistificam a teoria de ideias opostas, bem como já adentra a questão espacial.

A dicotomia do conceito de natureza e as teorias construídas por Ratzel e La Blache fizeram com que a ciência geográfica fosse dividida em geografia física e geografia humana, por conseguinte, está separação contribuiu para conceituar e entender o espaço dos mais variados significados.

A oposição conceitual – contida nos séculos XIX e XX – começa a ser superada com o entendimento de natureza para Marx, em virtude de que está fundamentada na *práxis* humana e sua relação histórica, com isso, “afastou-se das teorias deterministas, naturalista e idealista” (QUAINI, 1979, p. 45), uma vez que elas desconsideravam a relação do homem com a natureza, bem como a sua existência no âmbito da própria natureza, conseqüentemente deixando de ser um momento recíproco da história dos homens e da natureza, para ser um momento histórico determinado da produção social.

Quaini (1979, p. 42), ao analisar as teses de Feuerbach, concluiu que, no contexto do hegelismo “a natureza e homem são as únicas grandezas sobre as quais pode operar a teoria”, demonstrando assim a relação intrínseca entre os mesmos, ainda de acordo com afirmação de Quaini (1979, p. 42), pois destaca que “é verdade que Marx foi bem além do naturalismo ingênuo e da limitada antropologia de Feuerbach conduzida na Ideologia Alemã, uma teoria da natureza e do homem muito mais rica e fecunda.” (QUAINI, 1979, p. 42). Para Marx, o grande mote não é a natureza como problema filosófico e ontológico, mas antes de tudo a natureza como fruto da “*práxis* humana”, pois somente assim será possível perceber “o homem como existência natural e a natureza para o homem como existência humana”.

A uma relação indissociável do homem e a natureza conectada principalmente por dois aspectos, a história da natureza e a história dos homens que acontecem mutuamente, isto é, segundo B. Bauer, das “antíteses da natureza e da história”, como se fossem duas “coisas” separadas, e o homem não tivesse sempre diante de si uma natureza histórica e uma história natural. (QUAINI, 1979, p. 44 e 45).

A reafirmação do conceito de natureza para Marx contribuiu para a compreensão da referência espacial, embora esta discussão persista até a contemporaneidade. Segundo Santos (1982),

Desde, porém, que a natureza é uma natureza humanizada, a explicação não é física, mas social. A geografia deixa de ser uma parte da física, uma filosofia da natureza, para ser uma filosofia das técnicas. As técnicas são aqui consideradas como o conjunto de meios de toda espécie de que o homem dispõe, em um dado momento, e dentro de uma organização social, econômica e política, para modificar a natureza, seja a natureza virgem, seja a natureza já alterada pelas gerações anteriores. (SANTOS, 1982, p. 2)

Um dos fatos que contribuíram para fomentar uma melhor compreensão da relação espaço-tempo e natureza-homem foram os avanços nos estudos das técnicas e das noções de espaço e tempo como afirma Santos (1982)

As técnicas devem ser estudadas na sua coabitação em um lugar, mas também na sua sucessão. Aqui, uma vez mais, as noções de espaço e de tempo se conjugam. Isto é fundamental para podermos interpretar a sequência das relações entre o homem e a natureza, as formas de sucessão das forças produtivas e das relações de produção ligadas à história de uma determinada área: esse método é o único que nos permite definir corretamente uma sociedade com um espaço. (SANTOS, 1982, p. 2)

Todavia, os mais variados pesquisadores sobre as técnicas não se preocuparam em envolver a questão do espaço, deixando-o de fora e nem simplesmente citando-o, conseqüentemente se distanciando da possibilidade de efetivação da técnica em um dado espaço (Santos, 1996).

Historicamente, retratando o pensamento geográfico, sabe-se que as ciências no período do século XIX e anterior a este demonstravam desconsiderar o espaço, de acordo com Foucault (1980, p. 70) “O espaço foi tratado como o morto, o fixo, o não-dialético, o imóvel. O tempo, ao contrário, era a riqueza, a fecundidade, a vida e a dialética”, uma vez que já era estabelecida uma relação, neste caso, de separação entre o espaço e o tempo, este último ganhou notoriedade porque indicava o fazer histórico, por sua vez, a sociedade o percebia como de valiosa importância, apesar da análise dos fatos contribuir para uma interpretação, de certa forma, obscura e sem aprofundamento. Segundo Foucault (1986)

Seja como for, creio que a angústia de nossa era está fundamentalmente relacionada com o espaço, sem dúvidas muito mais do que com o tempo. Provavelmente, o tempo se nos afigura como sendo apenas uma das várias operações distributivas possíveis dos elementos dispostos no espaço (FOUCAULT, 1986, p. 23).

Portanto, a relação espaço e tempo é apresentada de forma contrária, como se eles não estivessem interligados de maneira dialética, além de suas inter-relações não estabelecerem um campo de forças que é externado por meio de suas relações de poder no próprio espaço conectado ao tempo histórico. Segundo Santos (1979),

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, (...) a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. (...) Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial (SANTOS, 1979, p. 42-43).

Evidentemente, pensar o espaço é relacionar com o tempo, ambos estão em constante movimento, conectados intrinsecamente e dialeticamente, apenas assim é possível entender os processos, formas, estruturas e funções que acontecem no espaço, segundo Santos (1992) (SANTOS, 1992), de maneira que as técnicas se efetivam historicamente a partir da *praxi humana* e assim um mosaico de elementos de diferentes períodos são materializados no espaço,

segundo Santos (1985, p. 21-22) “[...] sintetiza, de um lado a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade. (...) a noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo”.

O espaço retrata a dimensão social, já o tempo estabelece a dimensão da mudança; assim, compreender a relação e imbricação do espaço e do tempo é a resposta para desvendar o mistério da relação da produção e reprodução do espaço na modernidade, visto que o progresso técnico acelerou a velocidade do tempo e abstraiu o espaço (BAUMAN, 2001), tornando o primeiro até mais importante que o segundo, todavia a materialidade dos acontecimentos acontece no espaço.

O tempo é a dimensão da mudança e o espaço é a dimensão do social, conseqüentemente, pensar as implicações de tempo e do espaço pode ser a chave para a compreensão das relações da natureza, da sociedade e do espaço, assim como sua produção e reprodução. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é “um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado” (MASSEY, 2005, p. 29).

A heterogeneidade do espaço não se apresenta fechada e completa, haja vista que as interconexões são mutáveis, fruto da ação da temporalidade expressada na concretude do espaço, no entanto, mostra-se como produto de suas relações espaciais, pois, segundo Massey (2005, p. 32) “O argumento aqui é que o espaço é igualmente vivo e igualmente desafiador, e que, longe de ser morto e fixo, a própria enormidade de seus desafios significa que as estratégias para dominá-lo têm sido muitas, variadas e persistentes.”

A nova escala de análise imposta na pós-modernidade é a do cotidiano, pois tem adquirido centralidade devido ao “processo de reprodução geral da sociedade manifesta-se, e pode ser compreendido concretamente, no plano da vida cotidiana”. (CARLOS, 2011, p. 15), mais principalmente entender a “noção de produção do espaço, indicada como campo dessa reflexão, marca a passagem da compreensão do espaço produto da ação humana para a compreensão do movimento triádico, que entende o espaço pelo movimento ininterrupto que o define enquanto condição, meio e produto da reprodução social” (CARLOS, 2011, p. 24).

Ao analisar a contextualização de Massey (2005) e Carlos (2011) permite entender as inter-relações, multiplicidade e pluralidade do espaço, bem como desconectar o tempo do espaço, a fim de compreender que o espaço é que garante a condição de existência dessas relações que geram o tempo.

Destaca-se, também, o processo de integração tempo-espaço que se dá, prioritariamente, na modernidade e cujo objetivo é um projeto de homogeneização que permita a produção e reprodução do capital, inclusive com o apoio da sociedade, porquanto esta não percebe que este projeto pode ser modificado. Percebe-se, também, o processo de fragmentação do espaço, exatamente a partir da relação espaço-tempo, cujo interesse é a não-totalidade, distanciando, assim, a realidade do processo de produção espacial e de uma totalidade social.

Essas formas de entender o espaço não estão separadas, na verdade interligadas e formam um único conjunto composto por diversas interpretações do espaço pelo geógrafo na atualidade, contudo marcada pela globalização e internacionalização das economias, responsáveis por novos modos de interpretar o espaço.

Para compreender a produção do espaço se faz necessário analisar a relação da sociedade temporalmente, cujo intuito é entender a produção desse espaço a partir das categorias de análise espacial, são elas: o Processo que pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer implicando em conceitos de tempo e mudança; a Forma que se trata do aspecto visível de uma coisa, refere-se ademais ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão; a Função que sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa e; a Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo, o modo de organização ou construção, segundo Santos (1992, p. 49) "o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente mudança".

A compreensão dos fenômenos espaciais demanda uma base teórica e metodológica de análise por meios das categorias de análise espacial, são elas: estrutura, processo, forma e função que, correlacionando na análise espacial, possibilitará o entendimento totalitário e sem dicotomia do espaço-tempo, como também entender as técnicas e suas relações com o espaço.

A constituição do espaço está atrelada às técnicas, à natureza, à sociedade e ao tempo, de modo que tais elementos estão em constante relação, movimento e contradição que sintetizam a produção do espaço, pois, como afirma Santos (1978, p. 122), "O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares".

De fato, as respostas da evolução espacial são frutos da conseqüente transformação do processo produtivo tanto dos aspectos materiais ou imateriais ao longo do tempo histórico quando suas formas e funções são estereotipadas pelas técnicas que foram potencializadas a partir "[...] dessa *práxis humana*, sem cuja ajuda a existência não pode ser entendida. Assim, o pensamento espacial não se pode fazer fora da busca de uma compreensão do fato tal qual se

dá, mas uma busca que vai além da apresentação e nos permite chegar à representação. (SANTOS, 1982, p. 4).

Deste modo, ficam externadas as relações sociais de produção a partir de cada momento histórico, bem como de suas técnicas que contribuem para uma espacialidade construída e efetivada simultaneamente, de acordo com Soja (1993, p. 26) “trata-se de um espaço outro, daquilo que Lefebvre descreveria como *l’espace vécu*, a espacialidade efetivamente vivida e socialmente criada, simultaneamente concreta e abstrata, a contextura das práticas sociais [...]”, noutra passagem o autor destaca que “É um espaço raramente visto, pois tem sido obscurecido por uma visão bifocal que, tradicionalmente, encara o espaço como um constructo mental ou como uma forma física – uma ilusão dual [...]” (SOJA, 1993, p. 26).

O espaço, ressaltado por Soja (1993), está conectado a uma totalidade, por sua vez, socialmente produzida e construída no espaço, mas também produto e produtor, bem como condicionada e condicionador a partir do espaço, por isso, a visualização deve ser a de totalidade dialética, segundo Santos (1985, p. 8) “El espacio debe ser considerado como una totalidad, a modo de la propia sociedad que le da vida. Considerarlo así es una regla de método cuya práctica exige que se encuentre, paralelamente, a través del análisis, la posibilidad de dividirlo en partes”.

Entender o espaço a partir de sua totalidade, na verdade o espaço produz e reproduz totalidade constituída por suas relações, transformações, modo de produção e contradições sociais. As formas e funções presentes no espaço refletem um constructo da totalidade social e do seu movimento, garantindo assim que mesmo que seja fragmentado o entendimento de suas partes, a relação delas avaliza a totalização social a partir de sua dinâmica (SANTOS, 1979; 1982; 1996).

De acordo com Santos (1996, p. 63) o espaço é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.”, destacando-se, nesse quadro, principalmente, a relação entre a sociedade e a natureza, portanto, para analisá-lo, é interessante partir do pressuposto da sua totalidade, considerando que as contradições existentes no espaço são frutos dos movimentos: interno e externo que surgem a partir da *práxis humana*, podendo assim compreender a conexão lógica da produção e reprodução deste espaço.

A dinâmica que conduz a totalidade do espaço é permeada pela instância social que possibilita produzir e reproduzir as suas formas e funções, particularmente, impulsionadas pela relação do homem com a natureza e o modo de produção, de acordo com Saquet e Silva (2008, p. 31) “o espaço, além de instância social que tende a reproduzir-se, tem uma estrutura que

corresponde à organização feita pelo homem. É também uma instância subordinada à lei da totalidade, que dispõe de certa autonomia, manifestando-se por meio de leis próprias”.

Neste contexto, a complexidade da totalidade espacial direciona para uma estrutura social dinâmica e em movimento, pois, segundo Santos (1982, p. 7): “O espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de certa autonomia, na medida em que sua evolução se faz segundo leis que lhe são próprias. Existe uma dialética entre forma e conteúdo, que é responsável pela própria evolução do espaço”.

A compreensão da realidade do espaço, neste caso geográfico, deve acontecer a partir de sua totalidade social porque é fruto de oposições e contradições entre as condições objetivas e subjetivas do espaço, isto é a realidade social concreta no espaço, embasada na relação entre a sociedade e a natureza que estão em constante movimento interno e externo de mudança, amparados em conflitos, oposições e contradições, logo compreendendo que o espaço é, por sua vez, social.

De acordo com Lefebvre (1961, 1995) o espaço é social, logo não é algo dado e sim produzido e reproduzido pelo homem através do trabalho. O ser humano altera a natureza a partir de suas relações sociais no espaço, evidentemente de forma dialética, a partir do movimento universal de interação, porém, principalmente, pela contradição.

A tese de que o espaço é social segundo Lefebvre (1961; 1995) também é compartilhada por Santos (2001) quando este destaca que o espaço é essencialmente social. E, ainda, o espaço é um fator da evolução social e não só uma condição, redutíveis uns aos outros. Constitui uma realidade objetiva, produto social em permanente movimento e em transformação, impondo sua própria realidade. Há uma relação íntima entre a sociedade e o espaço.

A sociedade é uma totalidade social em permanente mudança, assumindo novas formas ou novas funções, criando uma organização espacial diferente que até então não existia. A sociedade é definida pelo espaço, resultado da produção e de sua história, no qual os processos produtivos se impõem ao espaço pela sociedade. Portanto, é também uma instância social. Segundo Santos (1977, p. 182), “as relações sociais de produção só têm existência social na medida em que existam espacialmente, elas se projetam no espaço, inscrevem-se no espaço enquanto o produzem. Senão, elas seriam uma abstração pura”.

Segundo Steinberger (2006, p. 37), “[...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de uma estrutura de relações sociais que se manifestam através de processos e funções e são o testemunho de uma história escrita no passado e no presente”, por conseguinte, as rugosidades permitem compreender a dinâmica e a constituição que as formas

espaciais são formas-conteúdo, visto que os objetos geográficos que as representam ganham valor ao longo do tempo histórico.

Os objetos geográficos são dinamizados pelos processos sociais que dão vida e se realizam por meio de formas-conteúdos expressas territorialmente, conseqüentemente é “forma-conteúdo e é natureza, pois é expressão do conjunto de objetos geográficos artificiais e naturais” (SANTOS, 1996, p. 100). As mais diversas explicações são de suma importância para a compreensão do espaço, segundo Steinberger (2006)

Essas explicações são fundamentais por refinarem o entendimento do espaço não só como uma totalidade constituída por partes, mas como uma totalidade em movimento. São fundamentais também porque permitem entender frações como partes inter-relacionadas do espaço total, que é relacional. Encontrar as frações é encontrar as diferenciais da integral, ou seja, o seu real-concreto no âmbito da totalidade do espaço. Esse real-concreto é percebido através das formas que se tornam formas-conteúdo pelas ações. (STEINBERGER, 2006, p. 43)

O espaço possui formas que possibilitam formas-conteúdo, como também possui elementos, são eles: os homens; as empresas; as instituições; o denominado meio ecológico e as infraestruturas (SANTOS, 1985, p. 8). Os elementos contribuem para o entendimento das relações dialéticas a partir da *praxis humana* que acontecem no espaço, de maneira que não estão isolados e parados, isto é, estão em constante movimento interno e externo dialeticamente. Por sua vez, para compreender estas interações e materialização no espaço se faz necessário examinar a forma, a função, a estrutura e o processo, uma vez que podem subsidiar o entendimento da totalidade socioespacial.

De acordo com Milton Santos (1999), as categorias de modo de produção, a formação socioeconômica e o espaço são interdependentes, ou seja, a sociedade só se realiza por meio do espaço por ela produzido, sendo este espaço compreendido pela sociedade. Então, espaço e sociedade não são coisas separadas, reunidas *a posteriori*. O objeto de análise social não se dá no território em si, de modo estático, mas no território entendido como território usado. “O território não pode ser uma categoria de análise, tem de ser considerado território usado [...], noção de um território em mudança, de um território em processo (SANTOS, 1999, p. 18-19).

Os objetos que estão e constituem o espaço são produtos das relações sociais e de suas inter-relações também no espaço e a partir do sistema de ações (SANTOS, 1997), de maneira que são derivados do uso das técnicas e do trabalho a cada momento histórico, como também do modo de produção, com isso possibilitando a produção e reprodução do espaço, pois, segundo Santos (1982, p. 2), os fatos, objetos e coisas têm origem em “[...] um modo de produção e os modos de produção se realizam por intermédio das técnicas, cujo número é

grande: técnicas produtivas, técnicas sociais, técnicas políticas, etc. Mas, nenhuma sociedade utiliza técnicas que sejam exclusivamente originárias de um só momento histórico”. Deste modo, é possível analisar a dialética socioespacial a partir de cada momento histórico, isto é, as rugosidades presentes no espaço são originadas em um período técnico diferenciado e determinado no tempo histórico, às formas por si só não responderiam à análise, mas as formas-conteúdo, sua estrutura e funções estão inscritas, produzidas e reproduzidas no espaço.

Segundo Saquet e Silva (2008, p. 31) “O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução”. A produção do espaço é eminentemente social, ou seja, a *praxi humana* propicia a relação indissociável entre os sistemas de objetos e sistema de ações, de forma contínua e dialética. Segundo Carlos (2011)

a partir da tese segundo a qual a sociedade em seu processo constitutivo de humanização produz continuamente um espaço num movimento perpétuo, tornando-o imanente a sua própria existência. A noção de produção aponta a análise de um conteúdo que transcende as formas morfológicas ou a paisagem para enfocar o processo constitutivo dessa produção bem como os sujeitos dela, as mediações que tornam o processo real, tanto quanto a distribuição dos produtos desse processo (CARLOS, 2011, p. 20).

Por conseguinte, a produção do espaço não se limita a uma mera intervenção social tornando-o um produto qualquer é muito mais complexo, abrangente e de constituição múltipla, bem como não se deve considerar uma soma de objetos, mas sim sua totalidade, suas relações, inter-relações entre o espaço-tempo-sociedade. Segundo Lefebvre (1976):

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a produção das relações (sociais) de produção. (LEFEBVRE, 1976, p. 34).

A análise da produção do espaço deve partir do pressuposto de sua complexidade para evitar visões contraditórias e simplistas, de acordo com Lefebvre (1976) inicialmente se deve verificar as seguintes questões: “quem produz e para quem? O que é produzir? Como e por que produzir?” (LEFEBVRE, 1973, p. 78). De modo que permitirá driblar as limitações conceituais que contribuiriam para uma compreensão efêmera do espaço e sua produção, assim como sua reprodução.

O espaço é um produto social (LEFEBVRE, 1973; SANTOS, 1985) que influencia, mas também é influenciado, segundo Alvarenga e Santana (2015, p. 6) “é um produto que, ao mesmo tempo, intervém na reprodução desta sociedade, organizando o trabalho produtivo, as redes de distribuição, os fluxos de circulação, os lócus de consumo e de produção, etc. Este produto é também, dialeticamente, produtor”, logo o espaço é condicionador, mas também é condicionado.

De acordo com Lustoza (2012, p. 8) a “[...] produção do espaço está fundado nas relações de trabalho entre os homens e a natureza, coloca-se como uma relação que deve ser entendida em suas várias determinações”, a autora destaca o trabalho e suas relações como principal categoria nesta produção, segundo Lefebvre (1961; 1973; 2001) a categoria trabalho se trata do ponto-chave para a compreensão da produção do espaço, uma vez que não reduz a análise à exploração apenas da natureza objetiva, mas se aprofunda nas suas relações materiais, imateriais, ideológicas e da objetivação da formas concretas ou mesmo abstratas, de forma que “a materialização do Trabalho leva-nos, então, a pensar o espaço como contendo dupla dimensão: o espaço como valor de troca e como valor de uso” (GODOY, 2008, p. 127), evidentemente tal situação só é possível em função da *praxis* humana e de suas relações nesse contexto de produção espacial.

Importante destacar que os conceitos de trabalho e produção possuem “características distintas se considerados a partir da *práxis* e do conflito social que os colocam em movimento. O espaço social produzido por essas relações contém, em sua formação, a dialética das relações sociais” (GODOY, 2008, p. 127). Ambos os conceitos são cruciais para a compreensão das modificações e transformações espaciais, embora não se possa entendê-los como sinônimos, mas como complementares, segundo Lefebvre (2001, p. 37-39) “a ‘produção’ envolve não somente o sentido econômico do termo, mas o “sentido da filosofia inteira: produção de coisas (produtos) e de obras, de ideias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e de verdades”, por isso, a análise espacial deve ter como premissa a sua complexidade, a fim de contribuir com o entendimento das contradições, adversidades e complementaridades que possam ser encontradas nas relações de produção e reprodução no espaço.

Segundo Santos (1982, p. 161) “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”, assim, compreender a produção do espaço é analisar a sua totalidade que deve ser o foco a partir das suas transformações e pelo seu movimento histórico que possibilitará verificar “em diferentes escalas as noções de totalidade e tempo”. O movimento que contribui para produção do espaço, especialmente, advindo do trabalho é originado a partir de cada período histórico e em cada sociedade que o produz, inclusive as formas, funções e estruturas ficam

inscritas no espaço com as características utilizadas por este grupo social em sua totalidade espacial. De acordo com Alvarenga e Santana (2015) cada sociedade produz, de forma própria, o seu espaço, sendo que “[...] cada novo modo de produção se apropria do espaço já existente, às vezes lentamente, adaptando-se, e às vezes violentamente, o transformando. (ALVARENGA; SANTANA, 2015 p. 6)

A produção do espaço constitui possibilidade para a reprodução da vida, cujo intuito é a perpetuação cíclica da sociedade, todavia “[...] no capitalismo ele *produz* espaço com fins de acumulação, ultrapassando a mera reprodução da vida, e garantindo também a reprodução das relações de trabalho [...] e a reprodução das relações sociais de produção” (ALVARENGA; SANTANA, 2015 p. 6 e 7). De fato, o objetivo no contexto do modo de produção capitalista é a produção, manutenção e reprodução do próprio capitalismo, independentemente de haver desigualdades socioeconômicas que, por sinal, são características do próprio sistema capitalista.

A lógica do capital (SANTOS, 1993; ALVES, 2007; HARVEY, 2005) contribuiu para a produção e reprodução do espaço a partir de homogeneidades, principalmente, articuladas em múltiplas escalas, mas destacadamente é enfatizada a escala global, cujo intento é inserir o espaço no contexto econômico mundializado pregando uma unificação dos procedimentos, inclusive das técnicas, para que não haja impedimentos à produção e à reprodução do capital de maneira fluída no e pelo espaço (BAUMAN, 2001). Segundo Alvarenga e Santana (2015)

[...] este novo espaço tende a formar-se em escala mundial, ao mesmo tempo integrando e desintegrando as escalas locais, homogeneizando e fragmentando. Harvey (2015), também, apreende de uma maneira renovada a função desempenhada pelo Estado na reprodução do capital, atualizando sua percepção de um papel expansivo territorialmente, para uma análise mais contemporânea ao demonstrar a capacidade e alcance internacional dos capitais, ainda centralizados nos países mais ricos, mas ao mesmo tempo mais globalizados, menos atrelados a sua origem. (ALVARENGA; SANTANA, 2015 p. 8)

Tendenciosamente, a produção do espaço fica imbricada em relações capitalistas de homogeneização, fragmentação e segregação que a sociedade nem se dá conta, pois é como se o espaço fosse abstraído em função do tempo e que, no mesmo momento, suas dimensões, relações e movimentos fossem apagados, obscurecidos e esquecidos exatamente para que o capital possa fluir indiscriminadamente, provocando suas transformações e se apropriando do espaço. De acordo Alvarenga e Santana (2015)

É importante superar a “ilusão de transparência” que se constrói pela ideia de que a realidade se mostra no visível. A produção e organização do espaço no capitalismo se fazem como “fachada”, criando a ilusão de que aquela imagem construída para ser vista representa o todo das relações sociais que a compõem. Desta forma, os usos possíveis já estariam todos pré-determinados e só caberia ao seu habitante adequar-se às formas existentes (ALVARENGA; SANTANA, 2015, p. 9).

De maneira que as formas espaciais adquirem novos conteúdos que foram influenciados pela dinâmica do capital, praticamente em alguns casos, se não na maioria, provocando a ilusão de transparência (HARVEY, 2005). Com isso, os objetos do espaço passam a ser estabelecidos a partir de um sistema de mercadorias para atender uma lógica capitalista que visa padronizar e homogeneizar, logo contribuindo para que as relações sociais de produção atendam a uma dinâmica socialmente construída e, praticamente, determinada pelo novo espaço criado pela civilização do capital (CHESNAIS, 1996) que estabelece um modelo criado para ser socialmente necessário (ALVARENGA; SANTANA, 2015).

De acordo com Harvey (2005, p. 47), “Tudo o que precisará acontecer, se for para sustentar o sistema capitalista, será a criação de condições apropriadas para a renovação da acumulação”, de forma que a produção do espaço seja dinâmica, homogênea e fragmentadora, entretanto, constituída dialeticamente, obscurecida e partir de crises para a renovação do próprio sistema.

Segundo Harvey (2005, p. 47) “Em geral, as crises periódicas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional. Podemos conceber cada crise como uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior”, por conseguinte, o espaço integra novos processos, formas, estruturas e funções que contribuem, especialmente, para uma racionalização capitalista, cuja base é a produção e a reprodução do espaço, especialmente, pela acumulação. De acordo com Godoy (2008, p. 129) “O espaço da racionalidade, da produção e da reprodução, da ideologia, do poder e, também das possibilidades de superação dos conflitos e contradições internas das relações capital-trabalho [...]”.

As contradições e racionalidades inerentes da produção do espaço são intermediadas pelo Estado, cujo objetivo é controlar e efetivar as condições necessárias para uma organização espacial norteada pela a acumulação e pelo poder político, econômico e social, segundo Lustoza (2012, p. 8) “O Estado usa o espaço de maneira a assegurar seu controle dos lugares, sua hierarquia, a homogeneidade do todo e a segregação das partes. Desta forma, a organização espacial representa a hierarquia do poder”.

A organização espacial estará condicionada à expansão e concentração geográfica que contribuem para o processo de acumulação de capital, como afirma Harvey (2005, p. 52 e 53): “são ambas consideradas produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação de capital. Em geral, parece que o imperativo da acumulação produz concentração da produção e do capital, criando, ao mesmo tempo, uma ampliação do mercado para realização”.

De acordo com Harvey (2005), no processo de produção, organização e reprodução do espaço são necessários ajustes espaciais internos e externos, o primeiro provoca modificações nas condições de circulação do capital, já o segundo contribui para a inserção de novos territórios que estejam desconectados do capital, conseqüentemente o ajuste espacial possibilitará um mecanismo de alívio para fluidez e acumulação de capital, como também modificará o *design* espacial que é constituído a partir dos “aspectos de forças produtivas da sociedade, que juntamente com a tecnologia, o conhecimento humano e a força de trabalho, contribuem para o nosso “potencial de produção”. (LUSTOZA, 2012, p. 9).

O entendimento do *design* espacial perpassa pelas relações de produção do espaço, visto que as formas de apropriação e consumo do espaço são impulsionadas pelo modo de produção capitalista que, por sua vez, contribuirá para a acumulação e formatação de um novo espaço. A lógica do capital atribui valor de uso ao mesmo tempo em que o ambiente da reprodução e surgimento deste é denominado de espaço de raridade.

Segundo Lustoza (2012, p. 15) “[...] os ambientes construídos e naturais adquirem uma importância cada vez maior, destacando a natureza como recurso e como valor de uso, reforçando os ambientes naturais como valor para a produção de um novo espaço transformando-os em áreas urbanizáveis”. De modo que haja a apropriação privada do ambiente natural e, assim, esses espaços são produzidos ou mesmo reproduzidos como raros. Segundo Carlos (2001),

o processo de reprodução do espaço se realiza produzindo novas contradições, como a da raridade o espaço (barreira e limite a ser superado pelo capitalismo)” de áreas na metrópole para a expansão das atividades econômicas como decorrência do próprio desenvolvimento da economia, acaba exigindo/construindo um modo de superá-la. (CARLOS, 2001, p. 174)

Os espaços de raridade podem estar nos centros urbanos ou nas regiões interioranas e são aproveitados para estimular a dinâmica do capital a partir das relações de produção através do consumo coletivo, consumo do espaço ou mesmo o próprio espaço enquanto objeto de consumo (LEFEBVRE, 2001).

A reestruturação produtiva do espaço, especialmente, motivada pelo turismo que se apropria do ambiente natural, neste caso Unidade de Conservação – UC, que se pode considerar como “espaço de raridade”, assim adquirindo valor de uso e de troca, isto é, a capacidade que a lógica do capital tem de transformar o recurso natural em mercadoria para atender à dinâmica do capital, cujo objetivo é que a UC seja utilizada como atrativo turístico para fomentar acumulação do capital, na maior parte dos casos, de acordo com Lustoza (2012)

Desta maneira a própria forma espacial pode ser convertida em mercadoria, juntamente com a terra, algo que arquitetos, planejadores urbanos e turistas conheceram algum tempo. Assim, as relações sócio-espaciais impregnam o modo de produção ao mesmo tempo como produtor e produto, relação e objeto, de forma dialética que se opõe à redução a preocupações de classe ou de território. (LUSTOZA, 2012, p. 8)

Portanto, as relações sociais de produção efetivam o espaço enquanto mercadoria viabilizando a reprodução do capital e superando, inclusive as barreiras espaciais (HARVEY, 2005). Segundo Lustoza (2012)

O espaço produzido enquanto mercadoria entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro de modo a viabilizar a reprodução. As possibilidades de ocupar o espaço são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma nova lógica associada à forma de dominação do espaço, que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tomando espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. Deste modo o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reproduzível. (LUSTOZA, 2012, p. 14)

Diante do que foi exposto sobre o conceito de espaço, suas origens, relações, produção, reprodução e mecanismo para contribuir para a acumulação do capital, a presente pesquisa está norteada a partir do entendimento do espaço como social, contraditório, articulado a partir de um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações, no qual as relações sociais de produção acontecem dialeticamente produzindo e reproduzindo esse espaço, particularmente, através de ajustes espaciais, bem como dos movimentos internos e externos dos objetos que solidariamente convergem para a totalidade espacial, logo constituída da relação espaço-tempo-sociedade em um contexto histórico.

2.2 Território

A ciência geográfica possui algumas categorias de análise, sendo uma delas o território que é uma das categorias que tem sido alvo de pesquisas, apreciações e discussões no âmbito da geografia e de outras ciências, pois tem adquirido significados múltiplos que muitas vezes explicitam superficialmente e confundem o seu conceito. Por isso, interessante compreender a sua origem e sua trajetória até o período contemporâneo.

A etimologia da palavra território vem do latim *territorium* que significa pedaço de terra apropriado, também interpretado como porção delimitada da superfície terrestre (HAESBAERT, 1997, 2005). Importante ressaltar que sempre o conceito de território esteve relacionado a terra e poder, de acordo com Haesbaert (2009)

De qualquer forma, duvidosa ou não, é interessante salientar essa analogia, pois muito do que se propagou depois sobre território, inclusive a nível acadêmico, geralmente perpassou direta ou indiretamente estes dois sentidos: um, predominante, dizendo respeito à terra e, portanto a território como materialidade, outro, minoritário, referido aos sentimentos que o ‘território’ inspira (por exemplo, de medo pra quem dele é excluído, de satisfação para aqueles que dele usufruem ou que com ele se identificam). (HAESBAERT, 2009, p. 43-44).

O território como delimitação, apropriação, disputa e pertencimento que está inter-relacionado com a política e o solo, segundo Souza (2000) o primeiro grande autor da Geografia Política, o alemão Friedrich Ratzel, nos oferece, por meio de sua obra *Politische Geographie* (RATZEL, 1974) exemplos da relação exclusiva que há entre o Estado e o solo.

O Estado não é, para nós, um organismo meramente porque ele representa uma união do povo vivo com o solo [*boden*] imóvel, mas porque essa união se consolida tão intensamente através da interação que ambos se tornam um só e não podem mais ser pensados separadamente sem que a vida venha a se evadir”. (RATZEL, 1974, p. 4)

A conexão do território ao solo permitiu construir ligações com a política e o poder, pois ficou reconhecido como área delimitada por fronteiras e limites, mas sobretudo é evocado como o território nacional pela a estreita conexão com o solo, o poder e o Estado, assim adquire um sentimento patriótico (SOUZA, 2000) que o conduziu para esta única acepção.

A partir da década de 1960 é que o conceito de território passa a ter maior relevância, visto que surgem as primeiras abordagens mais aprofundadas e de cunho científico. Diversas ciências passaram a averiguar o conceito de território possibilitando a construção de várias abordagens (HAESBAERT, 2009). De maneira geral, “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder” (SOUZA, 2000, p. 78). Segundo Raffestin (1993) o território é uma consequência a partir da intervenção no espaço realizada pelos agentes sociais de produção, ou seja

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...]. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Fica evidente que o território somente se origina quando os atores territorializam o espaço, isto posto, metaforicamente por Raffestin (1993, p. 144) quando ressalta que “O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”, esta prisão original é entendida como espaço dado semelhante uma matéria-prima, uma vez que entende o espaço como sendo à primeira natureza, primitiva, intocada que é referenciada por Karl Marx,

quando nela acontecem as relações sociais por meio da *praxis* humana “transforma-se de natureza ou espaço natural em sociedade que, por sua vez, ao se apropriar deste espaço o transforma em território [...]. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço” (RAFFESTIN, 1993, *op. cit.*).

Souza (2000) concorda que o espaço antecede o território, contudo, destaca que Raffestin (1993) “incorre no equívoco de ‘coisificar’, ‘reificar’ o território, ao incorporar ao conceito o próprio substrato material – vale dizer, o espaço social” (SOUZA, 2000, p. 96.), por conseguinte, compreender o território envolve elevada complexidade tanto do campo das ações, como do poder e de sua interação dialética com o espaço, de acordo com Steinberger (2006, p. 62) “Não existe espaço sem território nem território sem espaço. Isso não quer dizer que um venha antes e o outro depois – são simultâneos. O que os une é o processo de totalização”.

Entender o território como totalidade é a possibilidade de superar as oposições e contradições que uma análise superficial e embasada em preconceitos possa influenciar idealizações simplistas. Esta dicotomia que abarca o território deve ser superada através de uma interpretação que envolva “a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o ‘imaginário geográfico’ que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações” (HAESBAERT, 2006, p. 42).

As relações no território são apresentadas de formas contrárias e contraditórias, em decorrência do fato de que há um dinamismo no processo de interação com: o espaço; a sociedade; o modo de produção; circulação; distribuição; consumo; do mesmo modo suas articulações no contexto político; ideológico; simbólico; etc., onde o Estado tem o papel de mediação dos conflitos e regulação. Isto posto, apresenta-se como características inerentes ao território os processos dinâmicos/dialéticos e simultâneos de “[...] construção/destruição/manutenção/transformação [...]” (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

O dinamismo do território está representado pelo conjunto de ações e poderes expressados nas formas, funções, processos e estruturas do espaço, segundo Santos (1999, p. 07) o “território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Em vista disso, pressupõe compreender os aspectos funcionais, a lógica política e econômica expressa nas relações sociais de produção e de poder, já que elas contribuem para entender o território e seus componentes indissociáveis tanto na realização de funções, quanto na produção de significados (HAESBAERT, 1999; 2006; 2010). De acordo com Saquet (2003)

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades temporais, territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. (SAQUET, 2003, p.28).

O território é estabelecido dialeticamente através das relações sociais de produção, sendo este um produto histórico concretizado em distintos momentos e que pode estar sobreposto, com isso apresentando um verdadeiro mosaico de paisagens, evidentemente impulsionada pela dinâmica socioespacial (SAQUET, 2015), por sua vez, estimulada pelo modo de produção, no caso capitalista, amplia a reprodução do capital, a força de trabalho e da cultura territorializada com foco na totalidade, na inseparabilidade de suas ações e nas relações humanas. Segundo Saquet (2003)

O território é resultado do processo de produção do e no espaço. [...] Para nós, espaço e território se confundem se revelam mutuamente. Um está no outro. Ambos se efetivam pelas atividades dos homens, são sociais, portanto, produzidos. [...] Acreditamos que não é possível separar o inseparável, o uno e pensar o território separadamente do espaço”. (SAQUET, 2003 [2001]. p. 26-27)

Para complementar o entendimento de território, Souza (2000, p. 96, *grifos nosso*) destaca que o “[...] poder é onipresente nas relações sociais, o território está, igualmente, presente em toda a espacialidade social - *ao menos enquanto o homem também tiver presente*”. De forma que todo território, tem como premissa, um espaço constituído das suas relações de produção no espaço social, todavia, nem todo espaço social constitui um território (SOUZA, 2000), em razão disso, ao se analisar o espaço, deve-se considerar sua totalidade.

A totalidade espacial do território é fruto de suas relações sociais de produção e reprodução que provocam um arranjo territorial expressado num campo de forças recheado de poder e simbolismos materiais e imateriais, de acordo com Saquet (2015):

Há, portanto, no território, fixação e movimento, contradições e unidades, dominação e subordinação, controle do e no espaço geográfico, que está contido na formação territorial, não como substrato, palco, mas como elemento presente, inerente às conjunções internas do território. (SAQUET, 2015, p. 40)

O território se constitui como uma categoria analítica da geografia, se trata na verdade do território usado porque converge para uma totalidade, com isso, torna-se um campo privilegiado para análise “na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso (SANTOS, 2000, p. 9). Ainda

de acordo com Santos (1994, p. 15-16) o território são formas, o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”.

De acordo com Steinberger (2006, p. 61-62) “[...] as ações dos atores usando o território ao longo do tempo produzem espaço como uma totalidade que se expressa materialmente em uma configuração territorial”, que é constituída fundamentalmente como resultado da produção histórica do espaço quando há o uso do território. Noutra passagem de Steinberger (2006), fica clara a formação da configuração territorial

[...] É a sua expressão material. Envolve o território e o conjunto de objetos geográficos existentes sobre ele. É a totalização perfeita, acabada e congelada em um determinado momento histórico. Difere de espaço, como totalização em movimento, que reúne essa materialidade e a vida que a anima, por ser dotado de inércia dinâmica”. (STEINBERGER, 2006, p. 61-62)

Apesar da totalidade social externada pelo território há diferenciações em função das relações sociais de produção acontecerem com maior ou menor intensidade de trocas de fluxos através dos seus fixos, da mesma maneira que são ou estão distribuídas as formas, como estão materializados os processos diante da estrutura que possuem e as funções que exercem no território (SANTOS, 1992).

As desigualdades territoriais podem ser analisadas a partir de categorias das diferenciações no território, são elas:

1. Zona de densidade e de rarefação: permite verificar se as coisas naturais e artificiais, objetos, homens tem fluidez nos movimentos e preenchem o espaço mais densamente ou mais espaçadamente, segundo Santos e Silveira (2006, p. 295) “Na realidade, trata-se de um verdadeiro palimpsesto, objeto de superposições contínuas e descontínuas, abrangentes ou localizadas, representativas de épocas, cujos traços tanto podem mostrar-se na atualidade como haver sido já substituídos por novas adições”.

2. Fluidez e viscosidade: se os objetos, coisas naturais e artificiais possuem fluidez no território, eles possibilitam uma melhor densidade, por isso, a zona de viscosidade é menor e contribui para a aceleração das relações de produção, de modo que as trocas serão efetivadas com maior dinamismo e cria-se uma fluidez virtual e efetiva do território, de acordo com Santos e Silveira (2006, p. 261) “A presença dos meios produz a fluidez virtual, enquanto a fluidez efetiva é dada pelo uso efetivos dessas vias”.

3. Os espaços da rapidez e da lentidão: são, do ponto de vista material, os dotados de maior número de vias estruturadas tecnicamente para que haja maior absorção de veículos e

impulsione o maior dinamismo para o transporte particular e público, já do ponto de vista social, os espaços de rapidez são os que aceleram as relações econômicas, sociais e culturais.

4. Espaços do mandar e do fazer: são os ordenadores da produção, do movimento e do pensamento em relação ao território como um todo, assim a dinâmica produtiva está presente nos espaços do fazer, de acordo com Santos e Silveira (2006, p. 263) “Os espaços dos quais se pode dizer que dão ordens são também lugares onde se superpõem divisões de trabalho que se sustentam mutuamente, de tal maneira que os espaços do mandar acabam sendo espaços de fluidez efetiva e também espaços de rapidez”.

5. Espaços luminosos e os opacos: os primeiros são aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, com isso, atraem atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Já os Opacos são aqueles que têm baixa presença técnica e tecnológica, assim, possuem atividades de menor capitalização e densidade técnica e informacional.

6. Espaços que mandam são aqueles que possuem uma densidade técnica maior, por sua vez, apresentam rapidez e fluidez elevada, além de serem luminosos; por outro lado, os espaços que obedecem são os que têm uma menor estrutura técnica e tecnológica.

Estas categorias possibilitam entender o território, as suas formas, estruturas, funções e processos que foram constituídos a partir das relações sociais de produção e expressam a totalidade social.

A totalidade social é uma construção da relação do homem com a natureza inscrita, produzida e condicionada no espaço, ou seja, a natureza e o homem são intrínsecos e indissociáveis, de modo que há uma história natural e uma natureza histórica que são mútuas (SALATIEL, 2008), ambas foram produto da evolução e construção espacial que ora condiciona e que ora é condicionador, movimento que ocorre estimulado pelo próprio espaço e possibilita o seu caráter eminentemente social, segundo Santos (1982, p. 9) “O movimento do espaço isto é, sua transformação, constitui, na realidade, uma modalidade de transformação de uma multiplicidade, quer dizer, da sociedade global, objeto real mais abstrato, em objetos concretos, fruto de sua própria determinação”.

Os processos que constituem um modo de produção são histórica e espacialmente determinados através de uma formação social e se tornam concretos sobre uma base territorial historicamente determinada, logo, as formas espaciais são as linguagens desses, de modo que o conjunto de relações caracterizam uma dada sociedade, bem como dando significado particular a cada lugar, entretanto, apenas apreendido na totalidade social, reproduzida e influenciada no e pelo espaço.

A totalidade social é compreendida a partir de uma análise socioespacial, considerando as instâncias da totalidade do espaço, são elas: a instância econômica, cujo foco são as relações de produção que geram acumulação, formação e uso do território, portanto, analisar o espaço e relacionar com atividade econômica e social da localidade; a instância jurídico-política que destaca o constrangimento e emolduramentos políticos sobre a formação e o uso do território, logo podendo compreender a relação entre o uso e o processo político; a instância ideológica, cujo mote é o direcionamento ideológico da formação e do uso do espaço e a instância espacial que vislumbra o uso do território com suas formas-conteúdo, de modo que é objeto e ação, possuindo, inclusive, autonomia como categoria.

A partir das instâncias da totalidade espacial, pode-se analisar a formação econômica, social e espacial do território, por conseguinte, compreendendo as partes e o todo desse processo de maneira relacional, as rugosidades e as influências ideológica e política, segundo (SANTOS, 1978, p. 181) “a análise espacial deve ter como ponto de partida o capital global existente na formação socioeconômica por excelência – o Estado Nação”, de acordo com o autor, o Estado Nação é percebido como uma totalidade, por sua vez, a categoria “formação socioespacial” está conectada à totalidade social.

Visando compreender a realidade geográfica foi escolhida como categoria de análise para a pesquisa o território usado, ou melhor, é essencial compreender que “o território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado. Ou seja, para que o território se torne uma categoria de análise dentro das ciências sociais e com vistas à produção de projetos, isto é, com vistas à política, com “P” maiúsculo, deve-se tomá-lo como território usado” (SANTOS, 1999, p. 18).

O processo de formação e os usos do território, a reestruturação produtiva e a relação com o turismo são derivadas da apropriação do espaço a partir de campos de forças sociais, econômicas, do consumo de suas paisagens e da lógica do capital (CHESNAIS, 1996), assim sendo, muitos territórios são apropriados pelo turismo em função da atratividade que possuem, estrutura administrativa, equipamentos turísticos, investimentos do setor público e a própria capacidade de estimular a atividade a partir de sua atratividade, é o caso do território turístico da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais – APACC, cujo fluxo turístico tem aumentado consideravelmente ao longo das décadas (1990 a 2019) (GOMES, 2018; MTur, 2019; SEDETUR/AL, 2019; SETUR/PE, 2019).

O território turístico da APACC tem sido oportunizado para que gestores e operadoras turísticas explorem o local, a fim de estabelecer uma lógica capitalista, no entanto, é um espaço de conflitos e poder nos âmbitos social, econômico e ecológico. Segundo Santos (2002),

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2002, p. 96).

Destarte são produzidas e estabelecidas relações de força e poder no território que são expressa de maneira contraditória e antagônica nas porções do território com objetivos de exploração turística da área, ao mesmo tempo em que quer protegê-la, por isso, estabelece-se uma dialética social e da natureza por meio dos seus diferentes atores sociais.

A apropriação do espaço, no caso da reestruturação produtiva do território pelo turismo na APACC, é fruto do processo de turistificação que, para ser compreendido, preconiza uma análise da totalidade social (SANTOS, 2006). Portanto, pode desvendar a complexa realidade dos múltiplos usos do território. “Sob esta ótica se tem a possibilidade de aprofundar a discussão sobre as relações entre turismo e território” (KASPARY, 2012, p. 52), seus usos, suas relações de poder social, econômico e ambiental.

Os fixos e fluxos no espaço, interação e expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos. (SANTOS, 2006, p. 38), desta forma, a análise espacial evidenciará as conexões e desconexões no âmbito social através da geração de emprego e renda, bem como a melhoria da qualidade de vida (SEN, 2000); econômico por meio do Produto Interno Bruto – PIB e elevação da arrecadação; e ecológico considerando a sustentabilidade e o equilíbrio nesse território turístico.

2.2.1 Território, Territorialização e Territorialidade

A categoria geográfica território usado (SANTOS, 1999) demonstra a efetividade das relações de poder no âmbito social, econômico e ecológico, a dinâmica de produção e reprodução social em sua totalidade espacial, onde os atores sociais estabelecem, a partir de seus usos, diferentes conflitos e formas de apropriação. Segundo Santos (2000)

O território não é apenas o lugar de uma ação pragmática e seu exercício comporta, também, um aporte da vida, uma parcela de emoção, que permite aos valores representar um papel. O território se metamorfoseia em algo mais do que um simples recurso e (...) constitui um abrigo. (SANTOS, 2000, p. 111)

A forma como os atores se apropriam do território, a partir de suas relações sociais de produção e reprodução externam os movimentos internos e externos, a sua condição objetiva e subjetiva e seus campos de forças, portanto, esse processo é o que caracteriza a territorialização. De acordo com Saquet (2015)

A territorialização, desse modo, significa a apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades que envolvem diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados. (SAQUET, 2015, p. 30)

As formas presentes nesse espaço e as suas funções conectadas ao modo de produção vigente constituem diferentes relações de poder (FOUCAULT, 1986) que contribuem para funções e processos que originam uma estrutura espacialmente distinta do período histórico precedente, apesar de a estrutura espacial apresentar suas rugosidades no território (SANTOS, 1985), por essa razão, observa-se que o desencadeamento das ações sobre os objetos acontece antagonicamente, isto é, a territorialização muitas vezes é silenciosa, mas também turbulenta e contraditória.

A territorialização fomenta a reestruturação do e no espaço por meio de intensas transformações em sua estrutura econômica, social e ambiental o que ocasiona conflitos dos diferentes atores sociais porque os interesses são distintos e as novas formas-conteúdo (SANTOS, 1985) que são criadas não correspondem à historicidade da dinâmica local. Embora as mudanças sejam evidentes durante o processo e após a territorialização, ainda assim as rugosidades externam as marcas inscritas no espaço e a sua formação econômica, social e histórica (SANTOS, 1977).

Entender a dinâmica, modificações, oposições e conflitos que a territorialização provoca é adentrar no movimento contínuo e descontínuo, objetivo e subjetivo que se estabelece, sobretudo temporalmente e historicamente, nas ações providas nesse território, haja vista que as estruturas precedentes é que serão transformadas e darão nova roupagem ao processo de reestruturação produtiva, segundo Saquet (2007b)

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as re-territorialidades [...]. No território há temporalidades e territorialidade, descontinuidades, múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. É espaço de vida, objetiva e subjetivamente. (SAQUET, 2007b, p. 69 e 73)

Portanto, trata-se de um processo conflituoso, dinâmico e potencializador de alterações significativas no espaço, tais ações são provenientes da apropriação social, que é conduzida pela lógica do capital estabelecida, o que faz surgir diferentes territorialidades, des-territorialidades e as re-territorialidades (RAFFESTIIN, 1993; HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2007b; 2015), compondo o processo de territorialização, de maneira que estabelece uma nova formação e configuração territorial. De acordo com Machado (2016)

A territorialização corresponde então ao processo de formação de um território, e depende do conjunto de objetos e de ações de diversos agentes, sejam firmas, órgãos públicos ou indivíduos. É física e material, e está vinculada aos aspectos políticos e econômicos. A territorialidade, por sua vez, está direcionada à área de influência de indivíduos e grupos sociais, sendo eminentemente vinculada à esfera social. (MACHADO, 2016, p. 36)

Não se pode negar que a relação espaço-tempo no processo de territorialização é fortalecida pela dinâmica do capital e os interesses dessa lógica contribuem para acelerar ou diminuir a intensidade das modificações, a manutenção das formas e a alteração das suas funções, contudo, as estruturas existentes podem ser mantidas ou simplesmente repaginadas para dar fluidez ao capital, aumentar a densidade técnica e rapidez das ações, cujo objetivo é transformar em um espaço luminoso (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Diante do conjunto de fatores entremeados, a territorialização é importante analisá-la com foco na totalidade espacial, dado que desvelará todas as nuances envolvidas nessa relação dialética de uso do território por meio das formas espaciais pré-existentes que possuem, agora, novos elementos, objetos, funções e formas-conteúdo que foram estimuladas e criadas pela dinâmica do capital que influencia os múltiplos usos do território, conforme Haesbaert (2006, p. 120-121)

Pensar os processos de territorialização, ou seja, a formação de territórios, como um processo concomitantemente des-reterritorializador e, portanto, des-ordenador, não é tarefa fácil. Implica, em primeiro lugar, substituir as leituras estanques, “euclidianas”, de território como uma área ou superfície relativamente homogênea e dotada de limites ou fronteiras claramente estabelecidas. Devemos partir da constatação de que o espaço geográfico é moldado ao mesmo tempo por forças econômicas, políticas, culturais ou simbólicas e “naturais” que se conjugam de formas profundamente diferenciadas em cada local. (HAESBAERT, 2006, p. 120-121)

De maneira que a territorialização ocorre aparentemente conturbada no território por apresentar certa desorganização em meio às transformações que são estabelecidas na estrutura e formas desse espaço, todavia, pode-se dizer que a lógica é premeditada, estruturada, arquitetada e aplicada pela dinâmica do capital minuciosamente aproveitando o que há de

potencializador para fazer os múltiplos usos desse território sem que haja movimentos contrários à prática materializada e às condições de fomentar a capitalização do modo de produção vigente.

As condições estabelecidas pela lógica do capital no processo de territorialização favorece a reestruturação do território com vistas à dinamização dos múltiplos usos, no caso desta tese, as políticas públicas, especialmente, ambientais e turísticas foram auxiliaadoras da reestruturação produtiva do território da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais – APACC pelo turismo, constituindo, assim, o seu território turístico que foi impulsionado pela territorialização turística, conforme Silva e Silva (2006)

[...] a territorialização turística permitirá que os lugares e regiões transformem suas vantagens comparativas, proporcionadas pelo seu capital natural e cultural, em vantagens competitivas, assegurando a continuidade do dinamismo e contribuindo para promover, com uma determinada autonomia, um efetivo desenvolvimento socioeconômico (SILVA; SILVA, 2006, p. 192-193)

Os autores Silva e Silva (2006) deixam clara a relação dialética entre a natureza e a sociedade no contexto da territorialização turística, haja vista as mudanças e adaptações que são realizadas para atender à nova dinâmica produtiva do território, neste caso do turismo, se efetivam por meio da apropriação e criação de um panorama viável da capitalização da natureza em prol do desenvolvimento da atividade turística, embora também estimule a proteção ambiental com o objetivo de fomentar e credibilizar o setor em questão através da dinâmica do capital.

A lógica do capital é estabelecida no território por meio de um jogo de poder entre os atores sociais envolvidos e seus interesses diversos que inevitavelmente faz surgir conflitos relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais, conforme Machado (2016)

O processo de territorialização turística leva então a criação dos “territórios turísticos”, nestes espaços se efetivam também as relações de poder entre os agentes envolvidos. Estes agentes são em sua maioria: os turistas; operadores turísticos; redes hoteleiras; empresas aéreas; restaurantes; hotéis e pousadas; e agências de viagens locais e externas que comercializam pacotes turísticos. (MACHADO, 2016, p. 35)

Na territorialização estão imbricadas territorialidades que derivam das relações de poder no âmbito econômico, social e ambiental, notadamente, no campo de atuação do turismo, no qual é comum haver especulação imobiliária que suscita conflitos de uso do solo, mas também privatização de espaços públicos, como a praia, com isso, origina enfrentamentos entre o nativo e o turista, logo emanam campos de forças políticas e socioeconômicas que travam batalhas na perspectiva de resolução dos problemas advindos dessa territorialidade.

Segundo Saquet (2007b, p. 26), a territorialidade é o “desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, da família, etc.; resultado e condição do processo de produção de cada território, cada lugar”. Assim sendo, cada território tem suas especificidades produzidas e reproduzidas pelas relações sociais, apropriações e campos de forças socioeconômicos e ambientais diariamente, da mesma maneira que constituem novas territorialidades, na análise e interpretação de Raffestin (1993)

territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” e a “face agida” do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 45)

A territorialização turística demanda das relações sociais cotidianas determinadas por Raffestin (1993) como a “face vivida e a face agida do poder”, nada mais que a territorialidade que subsidiará a transformação desse território por meio da APACC e do turismo. No mesmo caminho interpretativo e de análise, Rodrigues (2006) destaca que

(...) no território de destino, ao mesmo tempo que dão o suporte para o turismo acontecer, são envolvidos em relações sociais complexas que modificam, de forma dialética o território que se transforma no seu todo ou em partes, o que igualmente irá produzir a transformação do todo. O resultado é que nada será como antes, considerando-se que a dinâmica territorial é sempre criação e recriação de territorialidades (RODRIGUES, 2006, p. 301).

Fica notória a importância da territorialidade no contexto da territorialização, visto que emoldura múltiplos usos desse território, aqui nesta tese apresenta-se o turismo, mas poderia ser outras atividades econômicas e sociais promotoras desse processo e que numa relação dialética que faz surgir, ao mesmo tempo em que desfaz e recria o território. Por fim, não se pode deixar de ressaltar e embasar o entendimento do território, territorialização e territorialidade a partir de Saquet (2015) quando destaca que

As territorialidades (econômicas, políticas e culturais) são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território num movimento contínuo de desterritorialização e reterritorialização: as relações sociais, as apropriações e as demais práticas espaço-temporais, ou seja, as territorialidades determinam cada território, influenciando, ao mesmo tempo, a sua própria reprodução (com rupturas e permanências), a partir do território formado, isto é, são influenciadas pelo território e em cada relação espaço-tempo. (SAQUET, 2015, p. 45)

Por isso, a presente pesquisa entende a territorialização como um processo amplo de apropriação social do território fruto de campos de forças e relações de poder econômico, social

e ambiental que continuamente são modificados pelas territorialidades, assim impulsionam o desenvolvimento de novas formas-conteúdo com funções, processos e estrutura significativamente transformados por essa dinâmica contraditória, antagônica e dialética.

2.2.2 Os múltiplos usos do território

O território é constituído por meio do processo de territorialização e suas territorialidades que conduzem para que haja uma utilização efetiva pelas atividades socioeconômicas inter-relacionadas com a lógica do capital, com isso provoca o favorecimento da dinâmica de inserção ou retirada de atividades econômicas desse território, permitindo fazer múltiplos usos com o objetivo de fortalecer o capital.

Todavia, para o melhor entendimento parte-se da seguinte pergunta “o que são múltiplos usos do território”, segundo o dicionário Dicio (2018, *on-line*) múltiplos significa “o plural de múltiplo. O mesmo que: diversos, vários, múltiplos, plurais” ou ainda “o que não é simples; composto, diverso, plural: raças múltiplas”. Já “usos” significa, de acordo com o dicionário Dicio (2018, *on-line*), “Ato ou efeito de usar; aplicação, emprego: palavra de pouco uso. Prática consagrada; costume, hábito, usança”. Por conseguinte, pode-se dizer que são as variadas formas de utilização de algo, neste caso, o algo é o território.

Os múltiplos usos é uma designação que não é comum no contexto geográfico, na verdade, é característico a utilização do “uso” independentemente do múltiplo, designando usos do território por exemplo; no entanto, o Serviço Florestal dos Estados Unidos, na década de 1950, caracterizou o conceito de uso múltiplo definindo como “o manejo de recursos naturais renováveis, de modo que sejam utilizados numa combinação que melhor atinja as necessidades da unidade”, (LOBÃO; BISPO, 2019 – *on-line*), também é comum a utilização do termo “usos múltiplos” na gestão de recursos hídricos, conforme ressaltado na ciência geográfica, notadamente se utiliza o termo “uso do território”, por isso, o esforço inicial de definição e entendimento da terminologia “múltiplos usos do território”.

Importante ressaltar que “uso múltiplo não é um conjunto de quaisquer usos, requer, antes de tudo uma administração consciente e coordenada dos diferentes recursos, sem menosprezar a produtividade da terra. A ocorrência casual de mais de um único uso, não é uso múltiplo” (LOBÃO; BISPO, 2019 – *on-line*), no entanto, enfatiza-se que se fará o emprego do termo “múltiplos usos do território” para designar variadas formas de utilização do território que são frutos do processo de territorialização e de suas territorialidades.

Segundo Silveira (2011) destaca que, no período contemporâneo, o uso do território foi extremamente seletivo, em virtude de que as camadas mais pobres foram segregadas, excluídas e expropriadas dos investimentos e das políticas públicas do estado, ações que promoveram a aceleração das desigualdades socioespaciais, enquanto se potencializava a inserção de variadas atividades econômicas e diferentes formas de apropriação social do território, isto é, os múltiplos usos do território favorecidos por iniciativa estatal paralelamente coadunados por interesses do mercado (GALLO, 2017).

De fato, os múltiplos usos do território e sua organização são geridos por diferentes atores sociais, em especial pelo Estado, conforme Gallo (2017, p. 482) “[...] um dos agentes mais significativo no exercício do poder de uso do território é o Estado”, uma vez que, através das políticas públicas, direciona investimentos, ações, mudanças e transformações econômicas, sociais e ambientais. Inevitavelmente, o Estado, faz uso do seu poder de regular financiamentos, investimentos e a legislação para incentivar os múltiplos usos que sejam interessantes para a dinâmica produtiva e que fortaleça a lógica do capital nesse território.

Os múltiplos usos do território acontecem numa relação recíproca entre o poder público, mercado e demais atores sociais envolvidos, todavia, com contrapartidas e relações de poder instituídas diferentemente entre cada um agente do processo, segundo Gallo (2017, p. 485)

[...] o processo de uso do território não se realiza isoladamente por um ou outro agente, já que uma complexa rede de articulações (lícitas ou não, visíveis ou não) acaba por se estabelecer e, em muitas, o Estado está presente – direta ou indiretamente. As corporações, instituições e agentes privados hegemônicos, para usar o território dependem da base do Estado para viabilizar e concretizar seus projetos; ao mesmo tempo, para se manter como elite dominante (que se efetiva pelo constante apoio do capital privado) a fração de classe que está no comando do Estado, atende aos interesses desses agentes corporativos por meio do aparato estatal. (GALLO, 2017, p. 485)

Logo, as relações de poder (FOUCAULT, 1986) são desiguais, de modo que os múltiplos usos do território seguem uma lógica de territorialização que, sem dúvida, é orientada pelos interesses das grandes corporações do capital, no caso desta pesquisa, pelo “*trade turístico*”, assim, o território enfrenta uma territorialização turística para assentar uma nova reestruturação produtiva pelo turismo, segundo Saquet *et al* (2010)

Dessa maneira, para reorganizar o território e a sociedade, é necessário repensar e reorganizar as relações de poder, como ocorre através de organizações políticas e produtivas alternativas (associações de agricultores e pequenas cooperativas). Esta forma de produção exige um rearranjo e novas relações dos homens entre si e com a natureza; um manejo adequado do solo, das plantas e das águas, relações de cooperação e participativas, enfim, a agroecologia traduz-se em traços societários diferentes dos emanados das grandes iniciativas produtivas capitalistas (SAQUET *et al*, 2010, p. 240)

Para concluir, acredita-se que entender os múltiplos usos do território contribui para a compreensão da territorialização e de suas territorialidades, como também das relações de poder e campos de forças sociais, econômicas e ambientais que há nesse território, por conta dos interesses diversos dos atores sociais que são conduzidos, especialmente, pela ação do Estado.

2.3 Turismo

O termo turismo tem raiz etimológica de *tour* que é de origem francesa e que significa “volta, volta ao redor, circuito” (BARRETTO, 2003; GRAMÁTICA.NET, 2017), também é mencionado como *tourns* que deriva do verbo *tornare*, que tem o significado de “giro, volta, viagem ou movimento de sair e retornar ao local de partida” (ANDRADE, 1992). A etimologia do turismo está conectada à ideia de movimento, saída de um ponto para outro e o seu retorno, de modo que os indivíduos possam contemplar, vivenciar e aprender com este giro.

A trajetória percorrida pelo turismo até a contemporaneidade foi marcada por transformações do seu conceito e grande segmentação de sua estrutura, segundo Oliveira (2014) a definição mais elaborada foi construída em 1942 por Valter Hunziker e Kurt Krapf, considerava o “turismo como o conjunto das relações e fenômenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que estas deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal. (OLIVEIRA, 2014, p. 17). Alguns pontos desta definição são mantidos na base conceitual da atividade turística, uma vez que os deslocamentos e a permanência, aparentemente, não deixaram de fazer parte do turismo.

A grande quantidade de conceitos de turismo que foram sendo construídos ao longo das décadas seguintes (1942), fizeram com que a Organização Mundial do Turismo – OMT se posicionasse sobre a problemática informando que “há uma ausência de definições conceituais claras que delimitem a atividade turística e a distingam de outros setores” (OMT, 2001, p. 35), diante disso, formulou um conceito geral para basilar o turismo no contexto mundial pautados na sua missão de promover, universalizar e induzir o desenvolvimento inclusivo.

O turismo é conceituado pela OMT (2003, p. 18) como “as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios ou outros objetivos”, importante ressaltar a ausência das dimensões social e ecológica, apenas sendo destaque o contexto econômico, entretanto, a atividade pode contribuir com efeitos diversos nas mais variadas dimensões, com isso surgiram críticas e formulações de conceitos que pudessem abarcar, de fato, o embasamento totalitário

do turismo. Importante destacar que, no início do século XX, o pesquisador Oscar de La Torre conceituou o turismo sendo

[...] um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1919, p. 19)

Percebe-se que De La Torre (1919) já incluía as dimensões social, econômica e cultural em seu conceito, mesmo assim, a OMT driblou a possibilidade de inseri-las, apesar de toda a complexidade no esteio do turismo.

Na perspectiva de analisar e entender a atividade turística Fratucci (2014, p. 45) destaca que o turismo “em sua essência e natureza primeira se compõe dos movimentos e das paradas dos turistas pelo espaço”. Essas paradas representam o processo de territorialização do visitante, momento que há apropriação dos elementos espaciais, mesmo que de forma superficial, de acordo com Fratucci (2008)

O turismo, visto como resultado das ações dos seus diferentes grupos de agentes sociais produtores, constitui-se em um sistema complexo, aberto, dinâmico e em eterno movimento, o que torna o trabalho de quem o pensa bastante árduo e sempre incompleto. Cada um dos agentes sociais age e interage com os outros agentes sociais de maneira quase sempre aleatória, sazonal e diacrônica, o que nos impede de pensar o turismo como um sistema fechado ou completo. Entretanto, esse movimento entre os diversos agentes sociais sempre se dá em uma dimensão espacial específica, o que torna o espaço um dos pontos de partida para a compreensão de todo o processo de produção do turismo. (FRATUCCI, 2008, p. 90-91)

A atividade turística possui uma dinâmica que incorpora as dimensões econômica, social, ecológica, cultura, etc. sendo efetivadas no espaço e a mediação, o planejamento e a gestão são realizadas pelo Estado, contudo com manobras do mercado a partir de um discurso para o desenvolvimento das localidades envolvidas.

O desenrolar do turismo é permeado pela apropriação do espaço a partir das relações sociais de produção e reprodução, por isso que também é caracterizado como “[...] um fenômeno social complexo e diversificado”. (BARRETTO, 2003, p. 17) sem deixar de lado a concretude de suas ações no espaço, de acordo com CRUZ (2001, p. 9) o turismo enquanto “prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”, a devida autora enfatiza as relações socioespaciais envolvidas com a lógica de produção e reprodução do espaço, fato que pode contribuir para o consumo da paisagem, como também para a segregação socioespacial.

Segundo Cruz (2000, p. 17), “Nenhuma outra atividade consome, elementarmente, espaço, como faz o turismo e esse é um fator importante da diferenciação entre o turismo e outras atividades produtivas. É pelo processo de consumo dos espaços pelo turismo que se gestam os territórios turísticos”, isto é, há uma apropriação do espaço voltada para a lógica produtiva, a fim de consolidar grandes corporações do turismo através do uso da paisagem turística, da população local como mão de obra barata, subemprego, especulação imobiliária e financiamento público para promover a infraestrutura direcionada para os empreendimentos turísticos, em detrimento da sociedade envolvida, conforme Rodrigues (1996):

O turismo cria espaços urbanos uma vez que necessita, para sua realização, da demanda da população anfitriã, do comércio dos serviços, das infraestruturas básicas e de apoio, dos sistemas de promoção e de comercialização, das instituições que exercem o poder de decisão. Todos estes elementos interagindo numa dada porção do território emprestam-lhe feições e estilos de vida reconhecidamente urbanos. (RODRIGUES, 1996, p. 12).

Todo o aparato infraestrutural demandado pelo turismo é direcionado somente para atender a frações do território onde estão presentes os meios de hospedagens e atrativos, por essa razão há um processo de segregação socioespacial, embora os equipamentos de serviços de segurança, saúde, saneamento, etc., estejam no mesmo ambiente, porém são criados para atender à demanda turística. A população em seu entorno, em princípio, não tem acesso, pois estão assentados fora do raio da atividade turística (KASPARY, 2012), segundo Rodrigues (2006, p.308), “[...] do ponto de vista social, trata-se de um modelo de turismo segregador e excludente”.

O turismo, apesar de sua complexidade, demanda por infraestrutura e investimentos públicos e privados, de modo que tem se efetivado como uma das principais atividades econômicas do mundo contemporâneo e influenciando territórios nas dimensões econômicas, sociais, ecológicas, culturais etc., seja positivamente ou negativamente, entretanto, os avanços do turismo somente ficaram mais evidentes após a revolução industrial e a partir da intensa inter-relação com a lógica do capital que propiciou mecanismos para gerar maiores receitas cambiais, por esse motivo, para analisar a atividade, se faz necessário observar diversas escalas e perspectivas (CORRÊA, 2011).

O turismo é uma atividade que pode ser analisada em diferentes perspectivas, uma vez que se conecta com as dimensões social, econômica, ecológica e cultural, segundo Moesch (2002) se configura como uma

[...] combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição interam-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiental diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjectividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico. (MOESCH, 2002, p. 9)

Este produto turístico, ressaltado por Moesch (2002), externa a complexidade⁶ na relação território, turismo e espaço geográfico. Já Rodrigues (1997, p. 83) define o turismo como um [...] fenômeno que apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras). É nessas áreas que se produz o espaço turístico ou se reformula o anteriormente ocupado.

Portanto, o espaço turístico (BOULLÓN, 2002, p. 79) é constituído a partir de uma dinâmica complexa dos seus elementos, pois é produzido e reproduzido, de maneira que transforma espaços. Rodrigues (1999, p. 56), ao se referir a essa dinâmica, afirma que o turismo, enquanto consumidor de espaço, “[...] caracteriza-se pelo uso efêmero do território num processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização”. Apesar dessa relação efêmera, o turismo pode potencializar e facilitar o desenvolvimento socioeconômico de um local, todavia, os ajustes na organização do território devem garantir as necessidades cotidianas do local, por conseguinte, refletir-se-ão na atividade turística (YÁGIZI, 2009).

O turismo também é destacado como “[...] um fenômeno estritamente social” (ROSE, 2002, p. 4), pois a apropriação do espaço pela atividade se dá exatamente pela intrínseca relação dos múltiplos usos do território pela sociedade que produz, reproduz, condiciona e é condicionada dialeticamente.

Diante do pressuposto, Silveira (1997, p. 87) contextualiza, de forma abrangente e específica, os aspectos direcionados ao fenômeno turístico destacando que está

⁶ Complexidade etimologicamente é a junção de complexo + i + dade, segundo o dicionário Dicio (2019, on-line) trata-se de “Característica do que é complexo, de difícil compreensão ou entendimento: a complexidade da teoria. Qualidade do que é difícil, confuso, complicado. Qualidade daquilo que possui múltiplos aspectos ou elementos cujas relações de interdependência são incompreensíveis”. A complexidade aqui relatada não é a Teoria da Complexidade de Edgar Morin, isto é, “aquilo que é tecido em conjunto”, denominado de pensamento complexo, mas se tem aproximações devido que os fatores, objetos, funções, processos, formas e estruturas estão em constante inter-relação impulsionada pela *práxis* humana, por esta razão o termo complexidade é entendido como a multiplicidade de fatores, dimensões e ações que agem dialeticamente no território. Em vista disso, as atividades como o turismo que possuem uma territorialização advinda de conflitos e interesses distintos dos atores sociais tem origem em conjecturas multifacetadas, isso ocorre exatamente pela dificuldade de análises de todas nuances envolvidas nas dimensões econômicas, sociais, ecológicas, culturais etc. que compõe o turismo, de modo que consolida com uma atividade complexa que parte de uma **tese** que se trata de uma afirmação ou situação inicialmente dada. Já a **antítese** é a oposição à **tese**. Das contradições, antagonismo e conflitos entre **tese** e **antítese** surge a **síntese**, que é praticamente uma nova tese e que carrega dentro de si elementos resultantes desse embate.

Classificado como a principal atividade econômica do mundo, superando até mesmo o petróleo em geração de divisas internacionais, o turismo tornou-se “objeto de desejo”. Para muitas regiões, essa atividade provoca impactos negativos no meio ambiente. São impactos que incidem tanto no meio natural (vegetação, rios, praias, mangues, montanhas, etc.), quanto no patrimônio histórico-cultural e modos de vida dos habitantes locais. (SILVEIRA, 1997, p. 87)

Considerando a definição de Silveira (1997, p. 95), fica evidente a importância da atividade turística, particularmente, no tocante ao crescimento econômico, sendo sobrepostos os benefícios sociais, ecológicos e culturais, ou seja, distanciando-se da possibilidade de melhoria das condições de vida da população envolvida em tal processo, por conseguinte, se percebe a complexidade do turismo.

Não se pode ocultar a complexidade da atividade turística, particularmente, por ser um fenômeno social; em função disso, para que possamos analisá-la, devemos partir do entendimento de sua totalidade para, a partir daí, compreender o turismo de forma dialética considerando o contexto socioeconômico, ecológico e cultural, assim como os atores sociais envolvidos. Conforme Cruz (2007),

[...] toda tentativa de uma leitura do turismo na sua relação com o espaço que parta de um isolamento desse fenômeno está, desde o início, fadada ao fracasso. É o mundo que explica o turismo e não o contrário. O esforço teórico e metodológico que se nos coloca é o de tentar encontrar sentidos e significados do mundo e, a partir daí, buscar apreender a inserção da atividade turística nessa totalidade (CRUZ, 2007, p. 8).

Deste modo, poderá minimizar efeitos negativos e maximizar os positivos, assim como oportunizar o dinamismo econômico, gerar benefícios sociais, culturais e ecológicos; no entanto, é importante considerar-se a participação social, o planejamento integrado e uma gestão democrática (GOMES, 2013).

O turismo se apropria do espaço, a fim de transformá-lo por meio de uma lógica da diferenciação geográfica dos lugares, do desenvolvimento desigual e combinado (SMITH, 1988), com isso, desencadeia um processo de espacialização ora desterritorializando, ora reterritorializando, bem como produzindo novas configurações geográficas, isto é, provocando a formação de novos territórios, neste caso, turísticos. De acordo com Souza (2012, p. 78) “O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, de maneira que diversos campos de forças econômicas, sociais e ecológicas potencializam conflitos, principalmente quando conectados à complexidade da atividade turística.

O turismo tem uma estreita e complexa relação com o território, especialmente porque a produção e reprodução – isto é, a apropriação do espaço – é constituída a partir de campos de

forças, movimentos interno e externo que acontecem dialeticamente, onde agentes sociais da produção interagem com o espaço e, por sua vez, com o denominado “território usado” (SANTOS, 1999), diante disso, provocando transformações, muitas vezes, estruturais, no território e através do turismo.

Apesar da complexidade do turismo, o discurso nas esferas pública e privada está voltado à resolução dos problemas sociais, econômicos, ecológicos e culturais das localidades escolhidas pelo capital para implantação, constituição e promoção do turismo. Segundo Rodrigues (1996, p.31), “a atividade turística por si só não é alternativa de desenvolvimento em regiões socioeconomicamente frágeis”. Afirmção compartilhada também por Luchiari (1999, p. 114) quando destaca que

O turismo coloca-se, muitas vezes, como única possibilidade de desenvolvimento econômico para um lugar, uma cidade, uma região [...] e muitas vezes também submete as populações locais a uma ordem externa, desarticulando culturas tradicionais, como é o caso da maioria das nossas comunidades litorâneas (LUCHIARI, 1999, p. 114).

O território da APA Costa dos Corais – APACC trata-se de uma área litorânea que já tem o turismo no seu esteio, por isso compreender a complexa relação da atividade turística com o território é de suma importância para a proteção dessa unidade de conservação – UC, identidade cultural da população local, como também estimular o desenvolvimento nas escalas local e regional.

A relação do turismo, APACC, população local e território, tem sido externada em conflitos diversos no âmbito social, econômico, ecológico e cultural. Por conseguinte, tem-se estabelecido antagonismos e contradições no território que foram estimulados pela complexa relação do turismo com o território que é incentivado pelo estado e o mercado como atividade que solucionará todos os problemas.

O território em questão (da APACC) possui IDHM baixo, apresenta uma média de 0,576 para os municípios do território turístico, considerando a escala de aferição utilizada pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2019), enquanto o turismo propõe alavancar a economia, o saneamento básico e a coleta dos resíduos sólidos, praticamente, são inexistentes, interessante destacar que é o território de uma UC federal, se tem como proposta o desenvolvimento, mas o que se percebe são desigualdades socioespaciais (SELVA, 2000; SELVA; COUTINHO, 2010; KASPARY, 2012, SANTOS, 2017; GOMES 2013, 2018), a

proposta é de geração de empregos, todavia, o que se constituem são subempregos⁷, a infraestrutura constituída visa atender aos empreendimentos turísticos e o turista, enquanto a população local sofre com a falta de saúde, educação e segurança, o turismo é estimulado como a principal atividade, mas não há estudos para avaliar a capacidade de carga das localidades, de modo que todas as questões ressaltadas apresentam-se como antagonismos e contradições no espaço.

Os planos, programas e projetos governamentais têm objetivos que conduzem para o desenvolvimentismo por serem construídos verticalizados, hierarquizados, sem ao menos o conhecimento das especificidades locais (SELVA 2000; SELVA; COUTINHO, 2010), não é diferente no território turístico da APACC, pode-se dizer que ainda mais complexo porque se trata da relação do território, turismo e unidade de conservação – UC distribuídos por 11 (onze) municípios, com isso, amplificam-se as dicotomias, oposições e conflitos dos múltiplos usos deste território que é potencializado pelo turismo como atividade que desenvolve, mas que também protege, de fato, uma relação dialética da sociedade e da natureza.

Ante o exposto, percebe-se que a atividade turística permeia variadas dimensões (social, econômica, ecológica, cultural, etc.), por isso, apresenta elevada complexidade de análise, ainda assim, os direcionamentos desencadeiam conflitos de uso do espaço e, sobretudo, tem foco no crescimento econômico, então se distancia do desenvolvimento, pois, segundo ressaltam Gastal e Moesch (2007, p.41) “O turismo ainda estaria reduzido a um instrumento de desenvolvimento econômico, parte de políticas setoriais, as quais não possuiriam clareza dos impactos causados e dos compromissos acarretados junto às localidades, quando de sua implantação”.

A inserção do turismo com vistas a um desenvolvimentismo contribui para aumentar a segregação socioespacial para transformar esse quadro em benefícios para a localidade se faz necessário produzir políticas que visem atender às perspectivas, inicialmente, da população local, sejam melhorias de infraestrutura, saúde, educação, segurança ou geração de emprego e renda. De acordo com Gastal e Moesch (2007, p.73) “[...] o turismo passará a exigir não só

⁷ Segundo Castan (1975, p. 120) “ambas as categorias — subemprego e desemprego disfarçado — nada mais são do que (...) duas configurações de um mesmo fenômeno, com ociosidade parcial no caso da subocupação e total, embora oculta, no caso do falso emprego”, isto é, deficientes condições de trabalhos, situação de ilegalidade, baixas remunerações, sem garantias e proteções legais ou direitos trabalhistas, jornadas de trabalho que podem ser temporárias, mas também exaustivas e tem total ligação com a informalidade do mercado, cujo objetivo é satisfazer as necessidade de sobrevivência do empregado, sem perspectivas de crescimento profissional. De acordo com Azevedo (1985, p.161) o subemprego ou desemprego disfarçado são “categorias estas utilizadas pelos teóricos para definir o grau de subutilização da mão-de-obra no processo produtivo”. De modo que se entenderá o subemprego, aqui nesta pesquisa, como as precárias condições de trabalho, a ausência de direitos trabalhistas, a temporalidade, a sazonalidade e a subutilização da mão de obra (CASTAN, 1975; AZEVEDO, 1984).

políticas públicas que visem a preparar os destinos para receber visitantes, mas também políticas públicas que venham a garantir, mesmo a grupos economicamente excluídos, o exercício e o usufruto do lazer e, por extensão, do turismo [...]”.

Deve-se, a partir das questões ressaltadas, focar em um turismo transformador não apenas dos equipamentos turísticos, mas da qualidade de vida das pessoas, com isso se aproximar da capacidade de dinamizar o crescimento econômico e favorecer os benefícios sociais e ecológicos que o setor turístico pode propiciar, especialmente, quando o desenvolvimento da atividade se faz estimulado por meio da atratividade da maior UC Federal marinha costeira do Brasil, a APACC; logo, os conflitos e contradições são diversos, sendo primordial uma concepção de turismo “[...]mais contemporânea e articuladora de vivências locais e globais entre cidadãos e visitantes, entre fluxos e fixos, resistiria a uma produção espetacularizada, artificial, só para turistas” (GASTAL; MOESCH, 2007, p.46).

O turismo é impulsionado pelas condições, de certo modo, de sedução dos seus atrativos para movimentar a sua cadeia produtiva, do mesmo modo que a infraestrutura da localidade turística possibilita o dinamismo, ambos os fatores contribuem para a evolução da atividade, no caso de UC marinha costeira, a atratividade é potencializada em função das praias, piscinas naturais, mangues etc., o que favorece o uso turístico aliado ao discurso de sustentabilidade; todavia, as condições socioespaciais são escamoteadas em função da espetacularização utilizada pelo setor turístico e governamental.

De maneira geral, como já enfatizado, o turismo se apropria do espaço e, por sua vez, dos seus elementos, dinâmica que considera a territorialização turística. Os elementos do espaço (SANTOS, 1997), nesta conjuntura, turístico são os “homens” que representam as relações sociais de produção e reprodução por meio da *praxis*, da mesma maneira que são os agentes sociais individuais; as “firmas” produzem bens e serviços, planejam a utilização do território turístico e comercializam os seus produtos através de empresas de turismo, destacam-se, agências turísticas, empresas de transporte, companhias aéreas, instituições com espaços para eventos, assim como os sistemas de promoção e de divulgação do turismo. Os “homens e as firmas” são elementos que possuem intensa relação na construção da cadeia turística (SANTOS, 1997; RODRIGUES, 1999).

Ainda em se tratando de elementos, destacam-se as “instituições” que regulamentam o turismo a partir de normas, organização e gestão da atividade, sendo o principal representante o Estado, no entanto, tem-se também, em níveis internacional e nacional, instituições como a Organização Mundial do Turismo – OMT, Organização Mundial do Comércio – OMC, Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro do Turismo – EMBRATUR, secretarias estaduais e

municipais de turismo, conjunto de órgãos que têm, como objetivo, a gestão turística; as “infraestrutura” são os equipamentos turísticos, além de transportes, comunicação, serviços de apoio, segurança, saúde e educação; para finalizar o “meio ecológico” exatamente a base física, o solo, o espaço físico, paisagens naturais, culturais, etc., que são utilizadas para contribuir para a atratividade local e promoção e desenvolvimento da atividade (SANTOS, 1997; RODRIGUES, 1999).

Analisar a dinâmica do território turístico da APACC perpassa a compreensão dos elementos presentes nesse espaço relacionados com os mecanismos de produção e reprodução, além de entender o turismo como uma atividade complexa por apresentar elementos (SANTOS, 1997; RODRIGUES, 1999) e fatores variados que contribuem para permear as dimensões econômica, social, ecológica e cultural.

É incontestável que a atividade turística é fruto das relações sociais de apropriação do espaço que dão origem a um processo dinâmico, antagônico e contraditório de territorialização turística recheado de interesses e conflitos que são materializados nas formas, estruturas, funções e processos (SANTOS, 1992), por isso que o turismo pode caminhar para perspectivas de desenvolvimento territorial, como também social. Isto posto, considera-se que o turismo é social, do mesmo modo que uma atividade econômica e complexo que influencia variadas dimensões.

2.3.1 Turismo e território

É essencial compreender que “o território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado” (SANTOS, 1999, p. 18). Complementando a ideia do autor supracitado percebe-se que “trata-se da categoria “território usado”, sinônimo de espaço geográfico e relativa a porções do espaço efetivamente usadas pela sociedade e pelas empresas”. (CRUZ, 2005, p. 28). De acordo com Steinberger (2009),

[...] é propositadamente impositivo por que se está afirmando que o turismo, antes de ser um fenômeno, um sistema, uma prática, um produto, um serviço ou uma indústria, é um uso do território. A anterioridade está no pressuposto de que o turismo só pode ser objeto de uma análise dialética, funcionalista, fenomenológica, sistêmica, neopositivista, empírica ou operacional por que é um uso do território. Se esse uso não se efetivar não há turismo e, assim, não há o que analisar (STEINBERGER, 2009, p. 39).

Evidentemente, o território turístico é fruto das relações de poder no campo social, econômico, ecológico e cultural, como também de uso pelo setor público e privado, assim como pela sociedade. Segundo Saquet *apud* Candiottto (2004, p. 81) ”O território é produzido espaço-

temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas [...].”

O processo de formação do território turístico acontece com a apropriação do espaço e se estabelece a partir de diversas relações de poder que são externadas num intenso campo de forças, mas também do consumo de suas paisagens, assim, ocorre à dominação do território pelos “homens” que são os atores sociais e paralelamente pelas “instituições” sendo destaque o Estado (SANTOS, 1997), no sentido de operacionalizar a dinâmica produtiva por meio do turismo e com a intervenção governamental através de um discurso desenvolvimentista que é apoiado pelas “firmas” (SANTOS, 1997) que são as operadores da atividade turística, logo em curso a territorialização turística

De acordo com Rodrigues (2006, p. 306), “O território turístico, em particular, sendo um espaço dominado e/ou apropriado, assume um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção compósita, ou seja, de multiterritorialidade”, permite que a análise verifique as escalas mundial, nacional e local, bem como as distintas territorialidades, a fim de entender a territorialização advinda dos conflitos derivados da produção e reprodução desse espaço.

Em vista disso, as transformações no território são notórias, mesmo que seletivamente e que resultem numa dada territorialidade, de modo que estão presentes na totalidade espacial, segundo Rodrigues (2006) na conjuntura que dá suporte ao destino, da mesma maneira que estão envolvidos na dinâmica territorial.

Os territórios turísticos, destacadamente os litorâneos, como é o caso da APACC, são incorporados em programas, projetos e planos governamentais, norteados por políticas desenvolvimentistas que expropriam a população do lugar, a fim de criar novos territórios de segundas residências, grandes hotéis, *resorts* e outros ambientes, dessa maneira artificializa o território através do processo de turistificação que reflete um arquétipo contraditório, produto articulado do mercado e Estado sobre o espaço, provocando uma territorialidade artificializada que são verdadeiros espaços simulacros, denominados de pseudo-lugares (CRUZ, 2007).

O processo de turistificação segundo Benevides (2007, p. 88) remete à “funcionalização do espaço pelas práticas turísticas [...]”, fenômeno que gera uma “[...] ambiência apropriada às práticas turísticas [...]”, para o autor é uma funcionalização a partir da intervenção no espaço, contudo, deixa vago quem são os agentes que realizam o processo e como acontece, já na perspectiva de Fratucci (2008, p. 66) vai mais além porque designa que a turistificação é

[...]o processo de apropriação de trechos do espaço pelos agentes do turismo para a implantação da atividade turística, pela inclusão de novos fixos e/ou da refuncionalização de outros já existentes e de novos fluxos e relações que caracterizam o turismo como fenômeno socioespacial contemporâneo. (FRATUCCI, 2008, p. 66)

Para Fratucci (2008) não se trata somente da apropriação, mas também da dinâmica de implantação, (re)funcionalização e ainda as relações entre os agentes e o espaço, conseqüentemente, produz e reproduz uma nova territorialização em função do turismo intermediada pelos “homens”, as “instituições” e “firmas” com suporte ao “meio-ecológico” (SANTOS, 1997).

Essas transformações no território ocorrem devido à dinâmica de três grandes estimuladores, segundo Knafou (2001, p. 70-71) são “[...] os turistas que estão na origem do turismo”; “o mercado [...]”; e os planejadores e promotores territoriais”. Os devidos agentes estimulam e provocam modificações significativas no território, criam, adaptam, resignificam e adjetivam de turístico, em virtude do fato de que a sua constituição tem total relação com o processo de turistificação condicionado pela atividade.

Segundo Knafou (2001) a relação entre o turismo e o território permite classificá-los das seguintes maneiras: os territórios sem turismo, praticamente inexistentes; o turismo sem território, não existe conexão entre a localidade e o ambiente turístico, ou seja, pseudo-lugares (CRUZ, 2000, 2007); e os territórios turísticos que foram inventados e produzidos para o turismo (KNAFOU, 2001, p. 71-73).

Os territórios turísticos são constituídos pela intensa dinâmica entre os agentes sociais de (re)produção, do território, turista, mercado e, sobretudo, pelo Estado que é responsável por intermediar o processo, cujo objetivo é transformar para promover a inserção da atividade, de acordo com Fratucci (2008)

O território do turismo é, portanto, a soma dos territórios dos turistas, dos agentes do mercado, do poder público, dos trabalhadores da atividade (diretos e indiretos) e do território da população local dos destinos turísticos. Nos processos de planejamento e de gestão desses territórios é condição *sine qua non* a contemplação das relações e interações que se estabelecem entre os territórios de cada agente social, pois é a partir delas que se estabelece o território do turismo, em sua concretude e totalidade. (FRATUCCI, 2008, p. 93)

A complexidade da relação, território e turismo, estabelecida com o processo de turistificação (KNAFOU, 2001; CRUZ, 2000, 2003, 2007; FRATUCCI, 2008, YÁZIGI, 2009) faz parte do discurso intervencionista das esferas pública e privada na organização, estímulo e desenvolvimento da atividade, cujo intuito é atender às demandas das grandes corporações do turismo, conseqüentemente, da lógica do capital (CALVENTE *et al*, 2008) e retroalimenta

“uma das mais dinâmicas atividades da economia global da atualidade” (FRATUCCI, 2008, p. 91)

Indiscutivelmente, a atividade turística tem possibilidade de contribuir para gerar transformações no espaço por meio das relações sociais de produção e reprodução que acontecem dialeticamente. Neste contexto, segundo Cruz (2007, p. 21), o turismo “tem uma inquestionável capacidade de transformar os lugares em função de seus interesses, não raras vezes escusos e estranhos aos locais dos quais se apropria” e transforma em pseudo-lugar (CRUZ, 2000) inserindo equipamentos e infraestrutura para atender às grandes corporações do turismo.

A Associação Brasileira de Resorts define *resorts* como “um empreendimento hoteleiro de alto padrão em instalações e serviços, fortemente voltado para o lazer em área de amplo convívio com a natureza, no qual o hóspede não precisa se afastar para atender suas necessidades de conforto, alimentação, lazer e entretenimento”, ou seja, artificializa o território. Desta forma, provoca uma territorialidade artificializada que Urry (2001) designa de “bolhas”, Yáziqi (2003) rótula de “confinamento territorial”, verdadeiros espaços simulacros que Cruz (2007, p. 25) denomina de “pseudo-lugares”, isto é,

[...] são lugares cuja história e identidade são prostituídas em nome de um uso especializado, de relações alienadas e alienígenas, produzidas pelo e para o turismo. Simulacros, por vezes espaços hiper-reais, espaços à margem, por vezes metonímias espaciais e, em todos os casos, metáforas da aldeia global, num mundo em que a aparência é cada vez mais importante que a essência e o falso [sic] ocupa, sem qualquer constrangimento, o lugar do real. (CRUZ, 2007, p. 25)

Destarte, o lugar perde espaço para o pseudo-lugar, se transformando em autênticas ilhas da fantasia em que o turista utiliza seu tempo livre usufruindo totalmente isolado da realidade local (YÁZIGI, 2009, CRUZ, 2000; 2007), onde a comunidade local é excluída e expropriada do seu lugar, em detrimento dos grandes empreendimentos turísticos, a partir de um discurso desenvolvimentista que aqui é entendido como potencializador do crescimento econômico e que somente atenderá aos interesses do capital (GOMES *et al.*, 2013).

Este padrão de intervenção do mercado e estado na implantação da atividade turística na faixa litorânea, denominado de turistificação (KNAFOU, 2001; CRUZ, 2000, 2003, 2007; FRATUCCI, 2008, YÁZIGI, 2009), provoca impactos negativos que podem afetar as esferas sociais, econômicas, ecológicas e culturais da realidade local. A prática referida apoiada no contexto turismo global e do capital internacionalizado confere um padrão excludente que implantam grandes cadeias de hotéis, que, no caso brasileiro, segundo Firmino (2006):

[...] instalam-se notadamente na zona costeira nordestina, imprimindo um processo de turistificação dos espaços, segregando turistas e comunidades locais, provocando choques culturais, enfim (re)produzindo um cenário de poder e dominação, baseado na secundarização e hierarquização das relações, elevados padrões de consumo, acumulação e lucro. (FIRMINO, 2006, p. 42)

Este modelo do turismo global tem acarretado uma territorialidade propulsora de impactos negativos e desvalorização local, tal qual ressalta Firmino (2006)

Nos moldes do turismo global, o padrão de uso e ocupação do litoral baseia-se na desapropriação de comunidades tradicionais, na introdução de formas elitistas de ocupação, explicitando, assim, territorialidades que representam uma dicotomia: busca insaciável de lucros *versus* busca de condições básicas de sobrevivência. Essas diferentes significações do litoral, desde a colonização até os dias atuais, marcam o processo contraditório e conflitante pelos povos que o utilizam. (FIRMINO, 2006, p. 75)

Os territórios turísticos são uma realidade brasileira, sobretudo, quando se analisa o litoral da Região Nordeste, em razão da beleza cênica, clima, temperatura das águas e políticas públicas a partir da década de 1970, fica notório que a turistificação, denominada também de urbanização turística (CRUZ, 2000; 2007; FONSECA, 2005; DANTAS, 2007, 2009; PEREIRA, 2014) foi intensa por toda a costa nordestina, de modo que os espaços foram transformados, bem como impulsionou uma reestruturação produtiva do território, notadamente pelo turismo.

No caso do território turístico da APA Costa dos Corais – APACC não foi diferente, uma vez que fez parte das políticas públicas de macroprojetos governamentais para impulsionar o turismo brasileiro e a urbanização turística (CRUZ, 2000; 2007; FONSECA, 2005; DANTAS, 2007, 2009; PEREIRA, 2014) do litoral nordestino, neste caso, Litoral Norte do Estado de Alagoas e Litoral Sul do Estado de Pernambuco. Ações intermediadas pelas esferas públicas Federal, Estadual e Municipal que contribuíram para profundas transformações, bem como estimulou a reestruturação produtiva do território que até então tinha, em seu esteio, a produção canavieira.

Os municípios presentes no território da APACC foram estimulados pelo processo de reestruturação produtiva para inserirem o turismo como uma das atividades econômicas, cujo direcionamento era a resolução dos problemas socioeconômicos através da dinamização da atividade turística fruto de um discurso desenvolvimentista, especialmente, do estado que apenas tem provocado crescimento econômico e se distanciado da melhoria da qualidade de vida da população local (SELVA, 2000, SELVA; COUTINHO, 2010; GOMES; ARAÚJO SOBRINHO, 2018).

O território da APACC é um exemplo do processo de turistificação no litoral nordestino, visto que, desde a década de 1970, tem sido transformado para dar suporte à atividade turística, de modo que entender as suas dinâmicas, processos da reestruturação produtiva e de sua complexa relação – particularmente, do turismo, território e unidade de conservação – é imprescindível para que seja protegida, promovida e conservada a UC e o seu território de influência, bem como a população local.

2.3.2 Turismo, planejamento e gestão ambiental

O turismo é constituído por meio da apropriação do espaço e, nesse movimento, surgem oposições, conflitos e ajustes, uma vez que o processo de territorialização possui um dinamismo que possibilita alterações significativas desse território, com isso provoca impactos econômicos, sociais, ecológicos e culturais que podem beneficiar a população da localidade receptora, mas também podem acarretar transformações socioespaciais segregadoras para as comunidades envolvidas. Diante do explicitado fica notória a necessidade de planejar o desenvolvimento da atividade turística, cujo intuito é evitar a potencialização de impactos negativos.

O planejamento da atividade turística requer estudos detalhados, sendo a informação uma ferramenta essencial para a realização dos procedimentos e buscarem investimentos para o desenvolvimento da atividade. Para o desenvolvimento do turismo, é necessária uma análise prévia das condições do território, com a finalidade de levantar dados informativos e diagnosticar as reais especificidades para se desenvolver a atividade. O primeiro passo poderá ser o levantamento do potencial turístico da localidade, o inventário da oferta turística e verificar a infraestrutura para dar suporte ao desenvolvimento do turismo.

Destaca-se que é relevante construir um planejamento cauteloso, que coordene as ações do homem sobre o meio ambiente, da mesma forma que respeite as especificidades locais, envolva os atores sociais no processo decisório e participativo, além de contribuir para a articulação e a integração das esferas pública e privada e, sobretudo com vistas a garantir o equilíbrio econômico, social e ecológico. Neste sentido, conforme Ruschmann (1999, p. 10), “o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim que o turismo destrua as bases que o fazem existir”.

A atividade turística é bastante complexa e se articula nas dimensões econômica, social, ecológica, cultural e até institucional, por isso, se faz necessário um planejamento e uma gestão

articulada e participativa que possa garantir a gestão dos conflitos e o equilíbrio das ações voltadas para a inserção do turismo no território, de acordo com Ruschmann (1997, p. 9) “[...] consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que destroem ou reduzem sua atratividade”, por conseguinte, entende-se que seja fundamental um planejamento e uma gestão voltados à constituição da atividade, como também é preciso respeitar as especificidades locais.

O planejamento do turismo, quando construído numa perspectiva do endógeno e com interação com o exógeno, pode acarretar significativa valoração, bem como conservação do patrimônio natural e cultural, ascensão da identidade local, desenvolvimento econômico com a finalidade de garantir qualidade de vida, assim como potencializar os arranjos produtivos locais.

Destarte, planejar é uma tarefa árdua, complexa e difícil, entretanto, importante para o desenvolvimento de qualquer atividade, principalmente, quando atrelada ao uso de territórios protegidos, ou seja, unidades de conservação – UC porque os riscos ambientais ficam iminentes e podem ocasionar efeitos irreversíveis, por estes motivos, deve-se pensar o planejamento integrado e como um processo de decisão, embora não se trata “apenas de decidir o que deve ser oferecido no futuro para uma determinada área. Essa tomada de decisão seria apenas uma parte de um processo global de planejamento-decisão-ação” (HALL, 2001, p. 24).

São várias as fases do planejamento do turismo que englobam desde a implantação de infraestrutura para atender às expectativas da atividade, até mesmo a publicidade e propaganda como ferramenta de divulgação do produto turístico, de acordo com Bissoli (2002), o planejamento pode ser entendido como uma análise da

[...] atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando o seu desenvolvimento e fixando um modelo de atuação mediante o estabelecimento de metas, objetivos, estratégias e diretrizes com os quais se pretende impulsionar, coordenar e integrar o turismo ao conjunto macroeconômico ao qual está inserido. (BISSOLI, 2002, p. 34)

Interpreta-se que Bissoli (2002) destaca a integração no contexto econômico da atividade turística como ponto para coordenar e estruturar metas e planos para impulsioná-la, todavia, desconsidera as relações sociais de produção no território turístico, bem como a participação ativa dos atores sociais, já Hall (2001) complementa e aprofunda a teorização do planejamento destacando não só os aspectos econômicos, pois inclui os diferentes atores sociais e as diferentes esferas de participação, por isso considera que

O planejamento turístico ocorre de várias maneiras (desenvolvimento, infraestrutura, uso do solo e de recursos, organização, recursos humanos, divulgação e marketing); estruturas (outro governo, organizações quase governamentais e não governamentais); escalas (internacionais, transnacionais, nacionais, regionais, locais e setoriais) e em diferentes escalas de tempo (para desenvolvimento, implementação, avaliação e realização satisfatória dos objetivos do planejamento). (HALL, 2001, p. 30-31)

Isto posto, entende-se que planejar é uma ação que abarca variadas dimensões – econômica, social, ecológica, cultural –, notadamente quando se trata do turismo, que também é uma atividade múltipla e que apresenta interesses distintos. Neste sentido, se faz necessário conciliá-los no desenvolvimento da atividade por meio do planejamento adequado construído numa perspectiva endógena, mas inter-relacionado ao contexto de influências regionais e globais, de maneira que evite a maximização de problemas ambientais, conforme destaca Trigo (2004) quando informa que o turismo

é um fenômeno que não cria apenas empregos, impostos e desenvolvimento. Se mal planejado e implementado, é fator de poluição, exclusão social, concentração de renda, aumento de prostituição, incremento da exploração sexual infantil e comprometimento de investimentos em projetos mal elaborados (TRIGO, 2004, p. 97).

A fim de distanciar-se de possíveis impactos negativos que o turismo também pode gerar, deve-se partir de um planejamento integrado e robusto que desmistifique influências e visões camufladas que possibilitem o desequilíbrio no desenvolvimento da atividade (BARRAGÁN MUÑOZ 2004; 2014; RUSCHMANN, 1997; 1999; 2012; HALL, 2001), especialmente, quando se trata de áreas costeiras protegidas pela legislação nacional que, segundo Diegues (1989, p. 40),

[...] estão sujeitas às pressões urbano-industriais sem precedentes na história. Em muitas regiões os mangues foram aterrados para a criação de infraestrutura urbana e turística. Além disso, elas são administradas por instituições variadas com pouca coordenação e, como resultado, ecossistemas costeiros essenciais estão sendo destruídos, antes que um planejamento adequado seja formulado e implementado. (DIEGUES, 1989, p. 40)

O planejamento e gestão integrados podem minimizar tais circunstâncias retratadas por Diegues (1989) e fortalecer a inserção do turismo como estimulador da proteção ambiental através dos usos desse território, notadamente, é o caso da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais – APACC que tem sido vetor de promoção da atividade turística no Litoral Norte de Alagoas e Litoral Sul de Pernambuco pelas praias, mangues, piscinas naturais, rios, entre outros atrativos presentes que favorecem e impulsionam o turismo, todavia, é uma via estreita entre a

proteção e a promoção, o uso e o desuso, fatos que contribuem para a dialética homem e natureza.

Segundo Vera Rebollo (1997, p. 60) enfatiza que "o turismo não é uma atividade econômica, mas uma atividade de caráter espacial que induz ou gera diversas atividades econômicas" [tradução livre nossa]. Diante disso, o espaço possui relevante papel para a estruturação e encaminhamento para o turismo e se constitui como suporte da atividade, recurso e dinamizador, entretanto, o planejamento deve ser encarado como uma fase de suma importância para a preparação, o acompanhamento e a evolução da atividade turística.

O planejamento do território turístico da APACC demanda do equilíbrio na inter-relação entre homem, meio ambiente e turismo, conforme Ruschmann (2012, p.7) considera que é "preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa da sua degradação". De forma complementar, a autora Cruz (2000) destaca o contexto da territorialização desde sua estrutura preexistente até a temporalidade mais recente

a nova organização socioespacial estabelecida pelo uso turístico do território dá-se sobre uma organização socioespacial preexistente e seria um engano crer que não há embates decorrentes do encontro dessas diferentes temporalidades. Os nexos antigos assimilam novidades, mas forçam, no limite a coexistência. (CRUZ, 2002, p.12)

Em função dos embates, interesses e conflitos do uso turístico do território é que se configura a importância do planejamento adequado e equilibrado (BARRAGÁN MUÑOZ 2004; 2014; RUSCHMAN, 1997; 1999; 2012; HALL, 2001) seguido de uma gestão ambiental e turística que possa estabilizar os descaminhos que atividade poderá conduzir provocando a maximização negativa de impactos econômicos, sociais e ecológicos, portanto deve ser gerida de forma planejada e integrada através de um modelo de gestão ambiental que Quintas (2006) conceitua

[...] como processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal do Brasil. (QUINTAS, 2006, p. 30)

Já Maimon (*apud* KNUTH, 2001) define a gestão ambiental "como um conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização na sua interface com o meio ambiente". Na mesma linha de raciocínio, trabalha Viterbo Júnior (1998, p. 51) informando que a gestão ambiental "nada mais é do que a forma como uma organização administra as relações

entre suas atividades e o meio ambiente que as abriga, observadas as expectativas das partes interessadas, ou seja, é parte da gestão pela qualidade total”.

A prática da gestão ambiental encontra-se condicionada, conforme Coimbra (1999), à utilização de instrumentos como fiscalização, licenciamento, monitoramento e educação ambiental. Todavia, para o desenvolvimento de tais ferramentas, torna-se preciso a instituição de instrumentos de ordenamento territorial que possibilitem, por sua vez, a correta manutenção e gerenciamento das questões pertinentes à gestão do território.

Como já citado, a atividade turística acarreta impactos econômicos, sociais e ecológicos, podendo ser negativos ou positivos; dessa forma, é preciso precaução, pois o turismo está atrelado ao consumo da paisagem, conforme Carneiro e Faria (2001, p. 70) “A relação do turismo com o meio ambiente dá-se principalmente por meio da paisagem, transformada em produto a ser consumido”.

Já Costa (2002, p.179) estabelece a relação do turismo com o meio ambiente, externa que a prática do ecoturismo pode contribuir para “[...] a conservação da natureza de modo eficaz e gratificante, ainda mais se estiver amparado em certificações ecológicas das empresas envolvidas, mas para tanto, deve haver participação efetiva da sociedade e formação de profissionais qualificados”.

O turismo é fruto de uma territorialidade complexa que muitas vezes acarreta efeitos negativos, mas também positivos, que podem transformar o local turístico; assim sendo, a atividade precisa estar norteada pelo planejamento através de uma metodologia complexa que envolva as dimensões social, econômica e ecológica. O planejamento poderá possibilitar o equilíbrio das dimensões social, econômica e ecológica e condicionar a sustentabilidade, desta forma, podendo propiciar contribuições para o desenvolvimento local.

O dinamismo do turismo é possibilitado, especialmente, pela lucratividade, desta forma, as esferas pública e privada estão entrelaçadas, mas com diferentes objetivos. No âmbito público, o objetivo é proporcionar o bem-estar da sociedade, apesar dos direcionamentos para atender os interesses da lógica do capital; assim como o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida, porém, o que tem ocorrido é a melhoria de infraestrutura para atender, particularmente, aos empreendimentos turísticos. Já na esfera privada tem-se, como objetivo, particularmente, o crescimento econômico, ou seja, o lucro. O Estado como instituição pode administrar os conflitos advindos desta atividade precisa equilibrar essas diferentes perspectivas, sejam nas dimensões econômica, social ou ecológica.

Este dinamismo da atividade turística requer que o planejamento seja sempre revisado, pois assim poderá se prevenir de problemas futuros e ainda evitar situações de risco, com isso ocasionando um equilíbrio das diferentes dimensões que envolvem o turismo.

Será utilizado, para a teorização da gestão ambiental, o conceito de Quintas (*ibidem*) em virtude de abranger a dimensão ecológica, social e econômica, porém, podendo fazer uso de complementações, devido à complexidade da gestão ambiental e turística.

A gestão ambiental e turística é complexa, por isso, se faz necessário considerar, de acordo com Selva e Coutinho (2007), os seguintes aspectos relevantes para o planejamento e gestão do turismo:

- a) A degradação ambiental que representa obstáculo e elemento desacelerador do aproveitamento sustentável do potencial turístico. Envolve um amplo leque de aspectos considerando as dimensões do ambiente: social, natural, cultural, histórica, antropológica, etc.;
- b) O rompimento e/ou desequilíbrios no funcionamento de sociedades locais, a exemplo de cidades litorâneas, populações tradicionais, etc.
- c) A saturação e a perda de importância do lugar com a concentração de atrativos e fluxos turísticos intenso nas grandes cidades. (SELVA; COUTINHO, 2007, p. 4).

Logo, o poder público local necessita ter uma atenção especial na construção, definição e aplicação de uma política ambiental municipal, de maneira que os instrumentos de gestão regulem e fiscalizem a atividade turística. Segundo Selva e Coutinho (2007)

Eis, portanto, a necessidade de atenção especial dos poderes públicos locais na definição de uma política ambiental para o município, de modo que todas as atividades desenvolvidas localmente possam ser tratadas considerando os instrumentos de gestão – a fiscalização, o licenciamento, o monitoramento das atividades e a educação ambiental [...]. (SELVA; COUTINHO, 2007, p. 4).

A localidade tem seus instrumentos de gestão, conseqüentemente, o turismo poderá ser planejado e ordenado e os conflitos podem ser mitigados pela gestão pública municipal, entretanto, a gestão deve inter-relacionar as escalas municipal, estadual, regional, nacional e global, pois compreender as dinâmicas externas da lógica capital turística pode contribuir para uma territorialização norteada de territorialidade assertivas que fortaleçam as relações sociais de produção do território local.

A gestão ambiental municipal “deve estar estruturada para efetivamente cumprir o seu papel, seja na forma de agente licenciador e fiscalizador de equipamentos, locais e atividades turísticas, seja, de uma maneira mais ampla, promovendo a proteção ambiental de forma integrada e contínua.” (SELVA; COUTINHO, 2007, p.5)

A gestão ambiental possui instrumentos que favorecem a indução deste processo; segundo Braga (2009, p. 15), “estão organizados em três grupos: de Ordenamento Territorial,

de Comando e Controle e de Tomada de Decisão”. Percebe-se que a atividade turística precisa ser norteada pelos princípios básicos da gestão ambiental, ou seja, a prevenção, responsabilidade e cooperação, deste modo, administrar os conflitos existentes e propiciar o desenvolvimento local.

O Brasil utiliza, como modelo de gestão ambiental, o Sisnama – Sistema Nacional de Meio Ambiente, cujo propósito é o de contemplar toda a esfera governamental, ou seja, Poder Público federal, estadual e municipal, tendo como objetivo gerir esta problemática de forma eficaz e harmônica. Todavia, cabem, estritamente ao município, propiciar a estrutura física e de equipamentos, recursos humanos e financeiros, bem como o aparato tecnológico, de forma a condicionar a melhoria da qualidade ambiental através dos instrumentos básicos para a gestão ambiental, ou seja, órgão ambiental, Secretaria do Meio Ambiente, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) e Fundo Municipal de Meio Ambiental (FMMA), já que de acordo com Quintas (2006)

Como principal responsável pela proteção ambiental no Brasil, cabe ao Poder Público por meio de suas diferentes esferas, intervir neste processo, de modo a contar que os interesses de determinados atores sociais (madeireiros, empresários de construção civil, industriais, agricultores, moradores, etc.) provoquem alterações no meio ambiente que ponham em risco a qualidade de vida da população afetada. (QUINTAS, 2006, p. 30)

Considerando as questões enfatizadas, fica perceptível a necessidade de atuação numa esfera local para promoção da gestão ambiental municipal, tendo em vista que é neste espaço onde ocorre “a materialização das relações socioespaciais e o exercício do poder, a partir dos fluxos de material e informação e das ações de coerção e de ordenamento territorial”. (COSTA *et al*, 2009, p. 57), todavia, não existe um manual pronto, pois cada município possui suas especificidades locais, de acordo com Selva e Coutinho (2007):

[...] não há receita pronta para o planejamento ou para a gestão ambiental municipal, nem para o planejamento e a gestão do turismo. A instrumentalização é indispensável, mas somente ela não é suficiente. Além da necessária articulação entre os diferentes setores e atores sociais é também preciso planejar e gerir a partir das realidades locais, considerando as especificidades dos lugares e das pessoas que neles residem (SELVA; COUTINHO, 2007, p. 6).

A gestão ambiental deve estar pautada na participação ativa da população local, para não se tornar excludente, especialmente quando se trata de planejar a atividade turística, uma vez que as especificidades locais precisam ser incessantemente estudadas para não ocasionar consequências danosas aos atores sociais.

A prática da gestão ambiental implica a utilização de instrumentos como fiscalização, licenciamento, monitoramento e educação ambiental. Todavia, para a aplicação de tais ferramentas, é imperioso que sejam instituídos instrumentos de ordenamento territorial que possibilitem, por sua vez, a correta manutenção e gerenciamento das questões pertinentes à gestão ambiental.

Este conjunto de políticas, normas e programas procura estabelecer um padrão para o desenvolvimento do turismo no Brasil; porém, como já foi mencionada a participação ativa da população local, é imprescindível, pois estará em jogo o espaço geográfico dessa comunidade, conseqüentemente, sendo os principais responsáveis pelas decisões que poderão acarretar mudanças significativas.

3 TURISMO, DESENVOLVIMENTO E REDES: REFLEXÕES SOBRE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS – O CASO DA APACC

A presente seção tem como objetivo discutir teoricamente a relação do turismo, desenvolvimento e as redes geográficas, tendo como foco as áreas naturais protegidas, neste caso, a APACC. Por conseguinte, a análise será norteada por um breve histórico da questão ambiental no mundo e no Brasil, com intuito de percorrer da escala global para a local, e, assim, compreender o processo construtivo da pauta ambiental, da mesma forma que verificar as dificuldades e possibilidades de gerenciamento dos conflitos e contradições para equilibrar ações e execuções sejam de políticas públicas ou de inserções de atividades econômicas numa perspectiva de sustentabilidade.

Destaca-se, também a importância de entender como aconteceu a construção do termo desenvolvimento sustentável, suas características, diferenciações e complementações, mas também estabelecer distinções entre o desenvolvimento e o crescimento econômico na busca do entendimento do desenvolvimento para liberdade (SEN,2000), de modo que permitirá compreender as fases, os avanços e os retrocessos da elaboração conceitual do desenvolvimento até sua consolidação com o Relatório de Brundtland.

Uma vez compreendido o desenvolvimento, será relacionado com a atividade turística na expectativa de contribuições para a sustentabilidade (SACHS, 2004; FOLADORI, 2001; 2007), especialmente, quando a atividade é desenvolvida em áreas naturais protegidas, isto é, analisar os conceitos e inter-relações que as UCs têm de fomentar a economia local, ao mesmo tempo em que pode contribuir para segregar do ponto de vista sócio espacial, por isso caracterizar o planejamento e a gestão do território contíguo e de influência das UCs para adentrar na complexidade das relações sociais de produção e reprodução desse espaço.

Por fim, analisar o conceito de redes geográfica e suas conexões com o território, haja vista a formação do território-rede, apesar de ser configurado em um território-zona (HAESBAERT, 2004) da UC e devido à contiguidade da área em questão.

3.1 A questão ambiental e o desenvolvimento: breve histórico.

A questão ambiental no mundo passa a ter notoriedade, apenas na década de 1970, contudo ainda no século XIX o pesquisador Ernst Haeckel (1869) propõe o termo “Ecologia” para se referir aos estudos das relações entre as espécies e seu ambiente, outro fato que contribuiu para o despertar ambiental mundial nesse período foi a criação do primeiro Parque

Nacional do Mundo, denominado de “Yellowstone” nos Estados Unidos (VEIGA, 2008; MMA, 2019).

Embora a criação do Parque de Yellowstone tenha impulsionado o surgimento de outros parques pela América e África, ainda assim a preocupação ambiental segue a passos lentos durante o início do século XX, somente meados da década de 1940 com a morte de 1600 pessoas, em Londres, por conta da grave poluição do ar provocada pela industrialização é que se tem uma nova iniciativa, com intuito de proteção ambiental que foi a fundação, na Suíça, da União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN (MMA, 2019)

A década de 1960 é marcada por acontecimento que dão o prelúdio do despertar ambiental mundial, visto que acabava de passar o período de duas grandes guerras mundiais que impulsionaram uma consciência de proteção da natureza, aliado à intensificação da revolução industrial e do crescimento econômico mundial e, por consequência, variados problemas ambientais (DIAS, 1992; DIAS, 2008; VEIGA, 2015) que desencadearam preocupações na comunidade científica no tocante às questões ecológicas, particularmente as relacionadas ao modelo produtivo e ao modo de vida.

Os principais fatos em relação à problemática ambiental na década de 1960 foram à criação, em 1961, do World Wildlife Fund (WWF), a primeira ONG ambiental mundial e, em 1962, a publicação do livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) pela autora Rachel Carson, obra que denunciou os problemas e estragos causados pelo uso do DDT e outros agrotóxicos contribuindo para a proibição desse produto e criação da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, a referida publicação é considerada um dos marcos regulatórios da questão ambiental mundial.

Em 1965 é utilizada pela primeira vez a expressão “Educação Ambiental” (Environmental Education) na “Conferência de Educação” da Universidade de Keele, Grã-Bretanha (GUILHERME, 2007; DIAS, 2008; VEIGA, 2015; MMA, 2019) que contribuiu para o início da conscientização ambiental mundial e para assegurar o desenvolvimento de ações educativas neste sentido. Três anos após (1968) aconteceu a Fundação do Clube de Roma uma organização governamental com o objetivo de sensibilizar às questões do meio ambiente.

A década de 1970 é considerada o marco regulatório do despertar para as causas ambientais no mundo, justamente porque temos a publicação do relatório “Limites do Crescimento” (*The Limits to Growth*) pelo Clube de Roma, em 1972, que indicava que as nações subdesenvolvidas deveriam desacelerar seu crescimento ao nível zero, com intuito de diminuição dos problemas ambientais (DALLA ROSA, 2011).

A publicação do Relatório “Os Limites do Crescimento” embasou, no mesmo ano, a I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (I CNUMAD), também denominada de Conferência de Estocolmo, por ter sido realizado na Suécia, mais precisamente na cidade de Estocolmo, pelas Organização das Nações Unidas – ONU, cujo objetivo “[...] foi discutir um projeto de sustentabilidade para a humanidade. Inicialmente, a preocupação do projeto centrava-se na proteção dos recursos naturais, já que esses mostravam sinais de esgotamento, há muito tempo, em vários lugares do mundo (DALLA ROSA, 2011, p. 25).

A CNUMAD é considerada o marco histórico, político e regulatório das questões ambientais no mundo, do mesmo modo que passa a se utilizar do termo “desenvolvimento” para tratar das questões econômicas e sociais envolvidas com o meio ambiente (DIAS, 1992; VEIGA, 2008; 2015), Inicialmente o termo não recebe adjetivação, segundo Veiga (2015, p. 24), a expressão “sustentável” foi utilizada, pela primeira vez, por “W. Burguer com o título A busca de padrões sustentáveis de desenvolvimento” em um seminário promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA que aconteceu em Estolcomo, em 1979, todavia, somente na década de 1990 é que ganha notoriedade a terminologia “Desenvolvimento Sustentável”.

O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” teve origem a partir das discussões conceituais do “Eco desenvolvimento”, termo que foi introduzido pelo Secretário da CNUMAD ocorrida em Estolcomo Maurício Strong (RAYNAULT; ZANONI, 1993), cujo intuito era fundamentar uma relação de equilíbrio entre a economia, sociedade e meio ambiente, a partir desse aprofundamento se estabelece um novo padrão que tem como base a proteção ambiental, “o uso dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza, pois nestes locais ainda havia a possibilidade de tais sociedades não se engajarem na ilusão do crescimento mimético” (LAYRARGUES, 1997, p. 3).

Este conceito de Eco desenvolvimento foi apropriado e largamente difundido a partir da Declaração de Cocoyoc no México em 1974, particularmente, pelo economista Ignacy Sachs que amplia e desenvolve conceitualmente, de forma que cria um quadro de estratégias para os ecodesenvolvimentos, tendo em vista três pilares: eficiência econômica; justiça social e prudência ecológica. Segundo Ignacy Sachs (1993), os conceitos de “Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável são entendidos praticamente como sinônimos”, como também sugere cinco dimensões interconectadas de sustentabilidade, são elas:

social (voltada para a redução da pobreza e para a organização social), *econômica* (relativa à manutenção da capacidade produtiva dos ecossistemas), *ecológica* (relacionada à preservação dos recursos naturais enquanto base da biodiversidade), *espacial* (voltada para uma configuração rural-urbana equilibrada) e *cultural* (referente ao respeito pelas especificidades culturais, identidades e tradições das comunidades locais) (SACHS, 1993, p. 24-27).

Portanto, o equilíbrio e o respeito a cada dimensão é o que garante haver o desenvolvimento sustentável, desde que haja eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica de acordo com Layrargues (1997)

O ecodesenvolvimento representa uma abordagem ao desenvolvimento cujo horizonte temporal coloca-se a décadas ou mesmo séculos adiante. Entende que a satisfação das necessidades das gerações futuras deve ser garantida, isto é, deve haver uma solidariedade diacrônica sem que, no entanto, comprometa a solidariedade sincrônica com a geração presente, já por demais sacrificada pelas disparidades sociais da atualidade. (LAYRARGUES, 1997, p. 3)

Por conseguinte, é fortalecido o conceito de desenvolvimento por meio do aprofundamento do ecodesenvolvimento e esse processo contribui para o despertar ambiental mundial durante a década de 1970 que foi tão produtivo, mas ao mesmo tempo conflitante e contraditório.

De acordo com Jacobi (2003, p. 190), a partir da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental que foi realizada em Tsibilisi (EUA), em 1977, é que foi iniciado “um amplo processo em nível global orientado para criar as condições que formem uma nova consciência sobre o valor da natureza e para reorientar a produção de conhecimento baseada nos métodos da interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade”, logo, estabelece os princípios orientadores da Educação Ambiental e fortalece a interdisciplinaridade, a crítica, a ética e a visão transformadora.

O fim da década de 1970 e o início de 1980 são marcados pelos acidentes nas usinas nucleares e contaminações tóxicas de grandes proporções, foram os casos de “Three-Mile Island, nos EUA, em 1979, Love Canal no Alasca, Bhopal, na Índia, em 1984 e Chernobyl, na ex-União Soviética”, em 1986” (JACOBI, 2003, p. 191), fatos que contribuíram plenamente para estimular e fortalecer o debate científico e público sobre os riscos ambientais nas sociedades contemporâneas.

A divulgação do Relatório Brundtlandt, em 1987, também denominado como o “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), o referido documento propôs defender a idealização do desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da perspectiva de análise que envolvesse a importância da relação da economia, sociedade, tecnologia, política e meio ambiente, sendo

assim “um ponto de inflexão no debate sobre os impactos do desenvolvimento” (JACOBI, 2003, p. 194).

O Relatório de Brundtlandt foi base para a II CNUMAD que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992, também denominada Rio-92 ou Eco-92 ou Cúpula da Terra. Esta conferência ficou consagrada como a principal reunião de Chefes de Estado da história da humanidade (JACOBI, 2003), enalteceu e evidenciou a relevância que as causas ambientais passaram a ocupar nas discussões políticas do mundo.

A Eco-92 também legitimou o termo “Desenvolvimento Sustentável” e destacou que “[...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46), destaca a importância que se deve dar ao desenvolvimento das localidades, contudo, a partir de uma perspectiva de conservação e preservação do meio ambiente, de modo que haja equilíbrio nas relações sociais de produção.

O debate ambiental no mundo é fortalecido, e há intensa mobilização para tratar das questões em nível internacional, a fim de organizar uma agenda ambiental que aprofunde as discussões sobre a sociedade, economia, política, cultura, tecnologia e meio ambiente com vistas a contribuir com o equilíbrio entre o crescimento econômico, a justiça social e os benefícios ao meio ambiente, exatamente o que é destacado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD (1988, p. 49) quando discorre sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável indicando ser

[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas. (CMMAD, 1988, p. 49)

Teoricamente, o conceito é bem ajustado e profundo, todavia, é na prática que surgem as contradições, antagonismos e conflitos decorrentes dos diversos interesses envolvidos na dinâmica produtiva interligada ao modo de produção vigente. Por isso que, ao longo das últimas décadas, as discussões e remodelações foram variadas, cujo intuito foi o de adequar o conceito e a prática ao desenvolvimento sustentável.

A Eco-92 buscou promover a organização de uma agenda ambiental mundial, além de ratificar o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” (CMMAD, 1988; JACOB, 2003; DIAS, 2008). O encontro visou, também, construir o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades

Sustentáveis e Responsabilidade Global, cujo objetivo era estabelecer conexões entre as políticas públicas de educação ambiental e a sustentabilidade por meio de princípios e um plano de ação para educadores ambientais. O tratado também enfatizava que “os processos participativos na promoção do meio ambiente, voltados para a sua recuperação, conservação e melhoria, bem como para a melhoria da qualidade de vida”. (JACOBI, 2003, p. 194).

Outro documento redigido na Eco-92 foi a Agenda 21¹⁰ que pode ser “definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica” (MMA, 2019, *on-line*). Ela representou um significativo avanço das discussões e implementações de diretrizes, políticas e programas ambientais pelo mundo que propiciou o fortalecimento do despertar ambiental.

De fato, a Eco-92 foi uma das mais destacadas agendas ambientais que o mundo já teve, pois as discussões levaram à elaboração de diversos documentos, como já citados, além da criação da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, da Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica e a Convenção da ONU de Combate à Desertificação, que apenas ratifica a importância aludida à devida conferência (ONU, 2019, *on-line*).

O debate ambiental mundial avança a partir da Eco-92, entretanto, numa dinâmica mais lenta do que se esperava, com isso, a agenda promulgada não é ratificada corroborando as contradições e conflitos sobre as formas de implementações, financiamentos e cooperações entre os países participantes. Embora tenham acontecido outros eventos de caráter importante para o mundo, como foi o caso da Segunda Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos (Istambul, 1999); a Sessão Especial da Assembleia Geral sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Nova York, 1999); a Cúpula do Milênio (Nova York, 2000) e seus Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (cujo sétimo objetivo procura “Garantir a sustentabilidade ambiental”) e a Reunião Mundial de 2005.

Após 10 (dez) anos da Eco-92 foi realizado, em Johannesburgo, na África do Sul, a Rio+10 que tinha como objetivo fazer um balanço das conquistas, desafios e das novas questões surgidas desde a Cúpula da Terra de 1992, teve direcionamento para a implementar, conceber e “transformar as metas, promessas e compromisso da Agenda 21 em ações concretas e tangíveis” (ONU, 2019, *online*). Como resultados, foi construída a Declaração de Johannesburgo

¹⁰ Na CNUMAD, em 1992, “179 países participantes da Rio 92 acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. O termo “Agenda 21” foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI”. (CNUMAD, 1992; MMA, 2019, *online*).

sobre Desenvolvimento Sustentável e um Plano de Implementação, bem como o Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento de Barbados.

Em 2012, a Organização das Nações Unidas resolveu repetir a CNUMAD, no Rio de Janeiro, foi denominada de Rio+20 e tinha o objetivo de fortalecimento da discussão ambiental mundial com bases nos pilares econômicos, sociais e ambientais, sendo permeado pelo desenvolvimento da economia verde e a reestruturação do governo das Nações Unidas. Todavia, as questões relacionadas ao clima ficaram pendentes e os compromissos firmados pelos participantes na conferência anterior não foram cumpridos.

Para finalizar, em 2015, foi realizada a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, em Nova York, que definiu os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS como parte de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável que deve finalizar o trabalho dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e não deixar ninguém para trás” (ONU, 2015, *on-line*). Ficou estabelecido que, até 2030, a implementação já esteja totalmente realizada. Estas ações ficaram conhecidas como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

3.1.1 Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável

Historicamente, pode-se considerar que o desenvolvimento sustentável tem um conceito inicial que foi legitimado a partir de 1987, fruto do Relatório “Nosso Futuro Comum” (CMMAD, 1991) no qual se destacou que “é a ambição de que a humanidade venha atender às suas necessidades atuais sem comprometer a possibilidade de que as futuras gerações também possam fazê-lo”. De fato, é um marco na história ambiental mundial e contribuiu para que sua ideia central fosse difundida e fomentasse a criação de diversos conceitos, apesar de terem surgido críticas também quanto à maneira como se delineou o conceito, segundo Veiga (2015). Um dos pontos conflitantes foi a ideia de “necessidades” porque o que é necessário para um grupo social, região ou país poderá não ser para outro, portanto, dicotômico, antagônico e até mesmo dialética a forma que o conceito foi estabelecido.

As críticas não se limitaram apenas às “necessidades”; elas expandiram-se também para o entendimento do “desenvolvimento”, talvez o ponto mais grave, já que houve uma sobreposição de terminologias, isto é, foram utilizados como sinônimos os termos desenvolvimento, crescimento econômico e desenvolvimento econômico, na verdade há conexões e complementações entre eles, inclusive, designavam a denominada ideia de progresso ou “progresso material” que está atrelada ao pensamento, estritamente, econômico e,

assim, ficando de fora o contexto social e ecológico que indicam o “desenvolvimento humano” (VEIGAS, 2015).

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 1990 (ONU/PNUD, 2019) foi o documento que apresentou, pela primeira vez, a definição para o “desenvolvimento humano” considerando não apenas as condições econômicas, mas também as questões sociais para compreender os avanços de uma localidade, de maneira que a ideia de progresso material escamoteia as condições sociais, logo o desenvolvimento humano apresenta os fatores econômicos e sociais para garantir o atendimento das necessidades dessa geração sem comprometer as próximas.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD também foi responsável por criar um instrumento de aferição do desenvolvimento com base em índices econômicos e sociais, contudo, foi um desafio naquele momento e continua a ser na atualidade, pois integrar os dados econômicos e sociais pode tornar obscura a realidade de dadas sociedades. Foi criado, a partir dos entraves e discussões, durante a construção do Relatório de Desenvolvimento Humano, o índice de Desenvolvimento Humano – IDH, cuja proposta é analisar com maior eficácia as condições socioeconômicas do território.

O IDH foi instituído como instrumento que deve ser complementado para que haja uma real análise do território verificado, segundo Veiga (2015, p. 16) “Na concepção de Amartya Sen e de Mahbub ul Haq, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida”. Por conseguinte, vai muito além de verificações de índices econômicos e sociais, ou seja, é compreender a capacidade de “alargar as liberdades humanas” (VEIGA, 2015, p. 16).

As liberdades humanas são dependentes, especialmente, de um conjunto de capacidades, sendo as mais elementares: “ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade” (VEIGA, 2015, p. 15), se pode ressaltar que há uma interligação ou mesmo uma interdependência, caso não haja um dos fatores os demais não se constroem, assim inviabilizando o processo de constituição do alargamento das liberdades humanas.

O PNUD destaca que o IDH, apesar da sua ampla capacidade de averiguação, deve ser complementado porque analisar as condições de vida de um grupo social apresenta uma diversidade de variáveis não só econômicas, mas também de satisfação humana, por isso, ao longo das últimas décadas, surgiram críticas ao conceito por utilizar estatisticamente índices

como Produto Interno Bruto – PIB *per capita* que é oriundo de uma média aritmética que pode camuflar a realidade social apresentada.

O caminhar conceitual do Desenvolvimento Sustentável foi trilhado sinuosamente até os dias atuais porque a diversidade de variáveis para entender as condições humanas fez com que a própria ONU abdicasse, durante longo tempo, o uso de tal terminologia mesmo já sendo consagrado o conceito na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco 92.

Já se passaram praticamente 27 (vinte e sete) anos da Cúpula da Terra ou Eco 92 e ainda existem dúvidas, críticas e sugestões para conceituar o desenvolvimento ora adjetivando como “sustentável” ora como “humano”, entretanto, o que se verifica é que houve notadamente um fortalecimento nas análises do desenvolvimento, principalmente, considerando as perspectivas das condições humanas e de suas liberdades.

Paralelamente, devido às falhas analíticas na conceituação e aplicação, foram criados mecanismos para a consolidação do Desenvolvimento Sustentável através de metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM que décadas após na Rio+20, apesar das tentativas de que a conferência fosse desambientada, foi modificado para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, contrariando as expectativas, neste caso, dos representantes brasileiros.

Necessário retornar as contradições no conceito de crescimento econômico e desenvolvimento que foram alvo de discussões durante a segunda metade do século XX, contudo, a discussão adquire mais força a partir da década de 1970 quando ocorre a primeira grande conferência mundial sobre o desenvolvimento, cujo objetivo inicial era discutir a problemática ambiental. Surgem os primeiros conceitos relativos ao desenvolvimento, todavia, sempre incorporados e marcados pelo crescimento econômico.

A sociedade contemporânea vive, praticamente, o paradigma do desenvolvimento ou o mito do desenvolvimento (CRUZ, 2000), uma vez que as esferas públicas e privada entoam um discurso aliado às melhorias socioeconômicas e ressaltam como fosse o desenvolvimento, entretanto, não passam de desenvolvimentismo¹².

Em vista disso, se faz necessário conceituar e diferenciar o desenvolvimento do crescimento econômico, segundo Vasconcellos e Garcia (2008, p. 255) “o desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os

¹² O desenvolvimentismo aqui é entendido como o discurso utilizado pelas esferas públicas e privadas para resolução de problemas socioeconômicos de uma localidade, todavia o que se estabelece é somente crescimento o econômico, portanto, muitas vezes, impulsionando e aumentando as desigualdades socioeconômicas.

indicadores de bem-estar econômico e social [...]”, ao passo que o crescimento é apenas o lado monetário que, por sua vez, é intrínseco ao desenvolvimento.

A relação do desenvolvimento e o crescimento econômico, de certa maneira, é indissociável, pois estão inter-relacionados, noutros termos, um é dependente do outro, conforme Meier e Baldwin (1968, p. 12) destacam “Embora seja possível estabelecer algumas específicas distinções entre estes termos, eles são, em essência, sinônimos”. O autor Lewis (1960) corrobora esse entendimento, afirmando que

Não podemos conceituar o desenvolvimento econômico somente a partir da riqueza ou da maior disponibilidade de bens e serviços. Se o desenvolvimento é a busca por atendimento das necessidades humanas, se o homem feliz é aquele que tem suas necessidades atendidas, então podemos concluir que a riqueza aumenta a felicidade (LEWIS, 1960, p. 540).

Os conceitos de desenvolvimento e crescimento possuem certa complexidade, principalmente pelas interpretações diversas que acarretam uma polissemia conceitual, embora haja uma coesão no contexto geral de que ambos são intrínsecos, pelo menos complementares, assim como a lógica do capital se aproveita para inseri-los no discurso de resolução dos problemas socioeconômicos, no entanto, com características facetadas no desenvolvimentismo, segundo Oliveira (2002), o

desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2002, p.40)

Fica atrelado o desenvolvimento à perspectiva de progresso que, por sua vez, se conecta à idealização de crescimento econômico como possibilidade de resolução das desigualdades sociais, contudo, se apresenta como um discurso que oculta à justiça social e a prudência ecológica (SACHS, 1993), conseqüentemente se tem, como premissa, que as desigualdades socioespaciais serão mitigadas, nada obstante, o que se verifica na realidade é o aumento das disparidades sociais e a segregação espacial, de acordo com Jaguaribe (1962)

O desenvolvimento, como ideia, se distingue e de certo modo se opõe à ideia ilustrada de progresso. O desenvolvimento, em termos conceituais, é a explicação de virtualização preexistente no processo histórico-social. Essas virtualizações são os modos de exercício da racionalidade. O processo do desenvolvimento, em termos reais, é o processo histórico-social mesmo enquanto se encaminha para a sua crescente racionalização (JAGUARIBE, 1962. p. 19).

Logo, fica perceptível a utilização de um discurso desenvolvimentista, especialmente, por parte das esferas públicas, contudo articulado com o mercado que utiliza o conceito de desenvolvimento e crescimento econômico como sinônimos, no intuito de apoiar a implantação de atividades no território, neste caso, da APA Costa dos Corais – APACC, relacionado ao turismo. Segundo Furtado (1983, p. 90),

[...] o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. [...]. O conceito de crescimento deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico. Esse crescimento não implica, necessariamente, modificações nas funções de produção, isto é, na forma em que se combinam os fatores no setor produtivo em questão.

De acordo com Furtado (1983), o conceito de desenvolvimento possui um duplo sentido, todavia distinto, já que o primeiro conduz à ascensão de um sistema social de produção na medida em que este, mediante a acumulação e progresso das técnicas, vem tornando-se mais eficaz, elevando com isso a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. Já em relação ao segundo sentido nota-se que o autor condiciona relacionar ao interesse de melhorias para a satisfação das necessidades humanas. Nesta contextualização, o crescimento econômico pode não ter capacidade de subsidiar o desenvolvimento, provocando, especialmente, acumulação de capital sem distribuição, bem como diminuição da qualidade de vida.

O crescimento econômico pode conduzir o contexto ao ponto de levar as relações sociais de produção no espaço a condicionarem a acumulação e a concentração de capital, provocando um aumento das disparidades sociais, diminuição da qualidade de vida e não contribuiu, certamente, para o desenvolvimento, pois, conforme, Sen (2000) o

[...] o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2000, p. 29)

Na concepção de Sen (2000), estão relacionadas à questão da liberdade, melhoria de vida, autonomia e o próprio crescimento. Sachs (2004) também compartilha desses fundamentos e indica que “o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente [...] para

se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (SACHS, 2004, p.13).

A complexidade conceitual de diferenciação, complementação e entendimento do desenvolvimento e do crescimento contribuíram para fomentar inúmeras teorias e debates, contudo, em meados do século XX, tornando-se mais notório, particularmente no período pós-guerra. A citação do britânico Dudley Seers é considerada como marco desta diferenciação, de acordo com Boisier (2001)

Seers, fuertemente inspirado en el pensamiento de Gandhi, sostiene que debemos preguntarnos a nosotros mismos acerca de las condiciones necesarias para la realización del potencial de la personalidad humana, algo comúnmente aceptado como objetivo. A partir de esta pregunta Seers apunta a la alimentación, como una necesidad absoluta (inmediatamente traducida a pobreza y a nivel de ingreso). Una segunda condición básica para el desarrollo personal es el empleo y la tercera, es la igualdad entendida como equidad, aquí por tanto ya se introduce un elemento subjetivo e intangible puesto que el concepto de equidad tiene tales dimensiones[...]. (BOISIER, 2001, p. 3)

A condição humana passa a ser alvo da diferenciação entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento tal qual proposto por Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986 *apud* Boisier, 2001, p. 5) a definição que condicionou uma nova direção para o conceito de desenvolvimento, partindo do pressuposto de que o indivíduo é mais importante nesse contexto, denominado “Desarrollo a Escala Humana”, caracterizado na seguinte explicação

Desarrollo [el desarrollo a escala humana] se concentra y sustenta en la satisfacción de las necesidades humanas fundamentales, en la generación de niveles crecientes de autodependencia y en la articulación orgánica de los seres humanos con la naturaleza y la tecnología, de los procesos globales con los comportamientos locales, de lo personal con lo social, de la planificación con la autonomía y de la Sociedad Civil con el Estado.

O foco é conseguir mediar os conflitos de interesses sociais e a lógica do capital para alcançar o desenvolvimento com bases na escala humana, e que se possa articular o domínio técnico, a natureza e a sociedade. Apesar de que os estímulos e as imposições realizadas pela dinâmica do capital podem contribuir para problemas sociais, econômicos, culturais e ecológicos, subsidiando somente o crescimento econômico, ao passo que as melhorias na qualidade de vida ficam apenas no discurso desenvolvimentista.

Discutir o desenvolvimento pressupõe uma dinâmica complexa recheada de interesses distintos e que se estabelece em diversas dimensões que estão conectadas às relações sociais de produção e reprodução do espaço (HARVEY, 2005; LEFEBVRE, 1961; 2001).

De fato, o desenvolvimento é estabelecido através das relações socioespaciais de produção que ocorrem através de um processo histórico-social, de outro modo, estão inscritas no espaço e são passíveis de verificação, em virtude do fato de que cada momento histórico é constituído de um período técnico que deixa suas marcas no espaço, também denominadas de rugosidades (SANTOS, 1978). Em vista disso, pode-se entender a divisão internacional do trabalho manifestada local e regionalmente, assim como o nível organizacional e de desenvolvimento.

O destacado desenvolvimento não se estabelece igualmente pelo espaço, de acordo Smith (1988) e Harvey (2004; 2012) o desenvolvimento “geográfico” desigual e combinado é intitulado assim porque produz riqueza em uma parte, especialmente, a partir da unificação do discurso do Estado e do Mercado, mas provoca intensa pobreza em outra área como resposta à combinação de desenvolvimento proposta por essa unificação.

O desenvolvimento geográfico desigual e combinado parte de uma dinâmica que é fomentada pela mobilidade do capital em todas as escalas espaciais, com isso resultando um efeito contraditório de produção de riqueza e pobreza. Segundo Smith (1988, p. 213) “O subdesenvolvimento, como o desenvolvimento, ocorre em todas as escalas espaciais e o capital tenta se movimentar geograficamente de tal que continuamente explora as oportunidades de desenvolvimento, sem sofrer os custos econômicos do subdesenvolvimento” (SMITH, 1988, p. 213).

Historicamente, o desenvolvimento mundial nunca se estabeleceu equitativamente, haja vista que foram fases de ascensão e queda em períodos e territórios diversos, notadamente foram impulsionados pela lógica capitalista de produção e acumulação, conforme Harvey (2004)

O globo nunca foi um campo nivelado em que a acumulação capitalista pudesse jogar seu destino. Foi e continua a ser uma superfície intensamente variegada, ecológica, política, social e culturalmente diferenciada. Os fluxos de capitais encontram alguns terrenos mais fáceis de ocupar do que outros em diferentes fases do desenvolvimento (HARVEY, 2004, p.51).

A dinâmica produtiva do espaço estimula as desigualdades espaciais através, especialmente, do consumo e fluxos dos capitais, por sua vez, impulsionados pelo primeiro ao longo do período histórico e que se retroalimentam espacialmente produzindo diferenças geográficas, de acordo com Harvey (2004, p. 111) “Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente”.

Certamente, compreender a dinâmica do desenvolvimento geográfico desigual e combinado pode contribuir para diminuir os impactos e as desigualdades socioespaciais (SPÓSITO, 2011, p. 128), no entanto, se faz necessário articular as escalas espaciais e considerar a complexidade do processo, as redefinições dos movimentos e relações espaços-temporais provocadas pelos diversos agentes sociais de produção do espaço, estes são dotados, segundo Corrêa (2011, p. 43) de, “interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”.

De acordo com Smith (1988, p. 16) “O desenvolvimento desigual é a marca registrada do capitalismo [...]” porque resulta das crises condicionadas pelo próprio modo de produção, cujo objetivo é dinamizar a produção e reprodução do capital que envolve, notadamente, as mudanças de escalas e a produção de diferenças geográficas através das interações que, para Harvey (2004, p. 115), poderão ser “interescares como intraescalares”, isto é, podem acontecer por meio de influência do mercado global para dentro do território, de forma que a intervenção estatal possibilita a organização estrutural para implementação do capital. Como também pode acontecer de dentro para fora através do fortalecimento do território numa parceria Estado e Mercado para fomentar o crescimento econômico e a lógica do capital.

Para Harvey (2004, p.110-111), “O exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas culturais”, a análise da mudança de escala revela a complexidade do desenvolvimento e permite o planejamento e gestão do território.

Diante do ressaltado sobre o desenvolvimento geográfico desigual e combinado entende-se que a característica principal é marcadamente espacial, mas que há produção de escalas espaciais, ajustes espaciais, acumulação por espoliação e diferentes lutas de classes no processo de mundialização do capital (SMITH, 1988; CHESNAIS, 1996; BENKO, 2002, HARVEY, 2004; SANTOS JÚNIOR, 2014).

A mundialização do capital tem, como parâmetro inicial, a seletividade espacial, exatamente para que a mobilidade envolta ao modelo produtivo possa subsidiar a acumulação e centralização do capital, por essa razão, analisar o desenvolvimento em variadas escalas pode permitir compreender os processos mais incutidos numa localidade e perceber, diante da seletividade espacial, núcleos regionais e/ou locais do desenvolvimento geográfico desigual e combinado.

A relação do desenvolvimento com a questão regional foi palco de intensas discussões das produções teóricas de Perroux (1967), Myrdal (1957) e Hirschman (1958), uma vez que são análises que foram desenvolvidas tendo como foco a mesma perspectiva e base teórica em Friedmann e Weaver (1979), notadamente, a integração funcional e o paradigma do desenvolvimento centralizado (HANSEN, 1981).

Segundo Oliveira e Lima (2003, p. 33), “o desenvolvimento de uma região pode ser explicado como resultado da interação de três forças: alocação de recursos, política econômica e ativação social. Essas forças mantêm relação de interdependência recíproca, ou seja, mantêm relações de retroalimentação”, exatamente porque derivam da dinâmica e mobilidade do capital que seletivamente escolhe espaços ou são realizados ajustes espaciais (HARVEY, 2004; 2005) com o objetivo de garantir acumulação do capital em determinadas localidades.

De acordo com a teoria dos polos de crescimento de François Perroux (1977) o crescimento não é homogêneo e se distribui, de forma dispersa, pelo território, sobretudo, no que o autor chama de regiões ou polos de crescimento (SOUZA, 2005).

Para analisar o desenvolvimento regional, pode-se partir de premissas diversas, no entanto, as teorias de Perroux (1967), Myrdal (1957) e Hirschman (1958) trazem o embasamento teórico necessário para elucidar e mitigar as principais dúvidas sobre o ponto em questão.

3.1.2 Turismo, desenvolvimento e sustentabilidade

A atividade turística surge da apropriação do espaço por meio de intenso dinamismo das relações sociais de produção e reprodução no processo de territorialização que transforma e ressignifica o território para atender à lógica constituída pelos interesses do capital. Este movimento de utilização dos recursos naturais, sociais e culturais do espaço contribuem para o surgimento de conflitos, contradições e antagonismo que podem afetar o desenvolvimento da atividade turística, por isso que a Organização Mundial do Turismo – OMT propõe um modelo de desenvolvimento turístico sustentável que é definido

como aquele que satisfaz as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras enquanto protege e aumenta oportunidades no futuro. Assuma-se que leva a um manejo de todos os recursos, de uma maneira que necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas enquanto a integridade cultural, processos biológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de suporte da vida são mantidos. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003, p. 24).

Fica claro que as preocupações com a gestão turística, haja vista destacar o manejo dos recursos e a preservação da integridade para as próximas gerações, no entanto HANAI (2012, p. 211) maximiza esta perspectiva quando comenta a devida definição da OMT (2001 e 2003) e destaca que a gestão do território pode ser ampliada a partir dos

[...] princípios do desenvolvimento turístico sustentável à conservação dos recursos naturais, históricos e culturais, à necessidade de um adequado planejamento e gestão da atividade, à satisfação da demanda e à ampla distribuição dos benefícios do turismo por toda a sociedade. (HANAI, 2012, p. 211)

O entendimento de Hanai (2012) ajusta a teorização da OMT (2001) sobre o desenvolvimento turístico sustentável quando destaca a importância de um adequado planejamento e gestão da atividade, de maneira que serão minimizados impactos provenientes dos usos desses recursos paisagísticos pelo turismo. De acordo com Vera Rebollo e Ivars Baidal (2003)

O desenvolvimento turístico sustentável é um processo de mudança qualitativa, produto da vontade política que, com a participação imprescindível da população local, adapta o marco institucional e legal, assim como os instrumentos de planejamento e gestão, a um desenvolvimento turístico baseado em um equilíbrio entre a preservação do patrimônio natural e cultural, a viabilidade econômica do turismo e a equidade social do desenvolvimento (VERA REBOLLO; IVARS BAIDAL, 2003, p.108).

Importante enfatizar que a participação dos atores sociais na construção e desenvolvimento turístico sustentável é imprescindível porque possibilita compreender as especificidades locais, evita conflitos no território e minimiza impactos ambientais. Neste contexto, incontestável que mediar às conexões do turismo e desenvolvimento sustentável é tarefa árdua, complexa e potencializadora dos benefícios sociais, econômicos e ecológicos.

Há um conjunto de variáveis nas dimensões econômica, social e ecológica que complexificam gerir o território turístico, do mesmo modo que pode conduzir para a sustentabilidade. Segundo Ruschmann (2008) é interessante compreender os conceitos de desenvolvimento sustentável e turismo porque “estão intimamente ligados à sustentabilidade do meio ambiente, o que se deve ao fato de que encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente não é tarefa fácil”. (RUSCHMANN, 2008, p. 109).

O planejamento e a gestão do turismo são etapas indispensáveis no desenvolvimento da atividade, pois são requisitos que podem conduzir para que o setor turístico tenha atratividade por meio do ambiente equilibrado e contribua com benefícios sociais e econômicos, isto é, segundo Elkington (2001, p. 20) o que se define como sustentabilidade; mais precisamente

como o “princípio de assegurar que nossas ações hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as gerações futuras”. Já Jacobi (2003) é mais profundo quando contextualiza a sustentabilidade, uma vez que trata dos limites, atores sociais envolvidos, das responsabilidades e das dimensões envolvidos

Assim, a ideia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de corresponsabilidade e de constituição de valores éticos. Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento. (JACOBI, 2003, p. 195)

O desenvolvimento do turismo perpassa pelo entendimento da sustentabilidade e da complexidade das variáveis envolvidas com a atividade, conforme destacam Irving e Sancho (2005) e reforçam que “a discussão da sustentabilidade, em sua perspectiva global, se consolida como um dos temas centrais na atualidade no debate do turismo como fenômeno complexo”.

O conceito de sustentabilidade estabelece inter-relação necessária de justiça social, melhoria da qualidade de vida, equilíbrio ambiental, bem como rompimento com os atuais padrões de desenvolvimento para um dado grupo (JACOBI, 1997; CAVALCANTI, 1997; 2009), todavia, as concepções de sustentabilidade possuem contradições, visto que ocorre um paradoxo da sustentabilidade ecológica versus a sustentabilidade social (FOLADORI, 2007), com isso se tornando dicotômico com o atual modelo de produção capitalista por conduzir a acumulação do capital, o individualismo e o aumento de consumo, desta forma não direcionando para a justiça social proposta por Jacobi (1997).

O discurso do setor público é de que o turismo pode propiciar o desenvolvimento, no entanto os resultados que têm sido verificados apresentam, apenas, crescimento econômico, isto é, acumulação de capital e fortalecimento das grandes corporações do turismo, enquanto a população local é expropriada, explorada e segregada, contribuindo assim para a acentuação das desigualdades sociais.

O discurso desenvolvimentista é a padronização para a implantação do turismo, especialmente, por parte das esferas públicas, mais articulada com o mercado que utilizam o conceito de desenvolvimento e crescimento econômico como sinônimos, como também no sentido da sustentabilidade, no intuito de apoio para a inserção do turismo.

O turismo pode ou não contribuir para o desenvolvimento dos arranjos produtivos, bem como pode provocar centralização do capital, logo se distanciando dos princípios da

sustentabilidade e dos preceitos do desenvolvimento. No entanto, o turismo é uma atividade econômica que visa atender à lógica do capital e deste modo o mercado é o maior regulador do desenvolvimento da atividade.

Segundo Foladori (2001, p. 141) o sistema capitalista tem como principal instrumento o mercado que organiza a produção e a economia, de acordo com o pensamento econômico neoclássico e keynesiano, todavia, podendo haver a intervenção do Estado apenas como acessório, assim como regulado pela "mão invisível", ressaltada por Adam Smith, esta conjuntura acontece a partir do século XIX quando se institucionalizou o denominado mundo ocidental foi teorizado pelo o pensamento neoclássico e keynesiano.

De forma geral, Foladori (2001) destaca que os limites da economia neoclássica, keynesiana e ecológica são frutos da não crítica ao funcionamento do modo de produção vigente, com isso possibilitando a mercantilização dos recursos naturais, neste caso, a utilização da paisagem como atrativo turístico. Consequentemente, é necessário discutir as relações sociais de produção e reprodução no território, considerando que as soluções técnicas e tecnológicas não dão conta das adversidades que surgem no desenvolvimento da atividade turística; assim, entender as relações entre o homem e natureza pode contribuir para a diminuição dos problemas ambientais, de acordo com Foladori (2001)

As relações sociais são as que se estabelecem entre os seres humanos a partir da forma como se distribuem os meios de produção (...) Trata-se das causas de fundo dos problemas ambientais. Causas nunca específicas, mais sempre essenciais, que se manifestam nas mais variadas relações técnicas e não se explicam a partir de uma análise de causalidade imediata. (FALADORI, 2001, p. 206):

O turismo é uma atividade que pode agregar valores, porém é necessário que esteja pautada nos princípios da sustentabilidade (FOLADORI, 2007), da participação social, do planejamento integrado e da gestão democrática, com isso pode contribuir com o desenvolvimento sustentável, segundo Silva (2011) trata-se do “[...] resultado da interação social em um determinado espaço, com bases culturais cultivadas no decorrer do tempo, com finalidades econômicas e obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade e considerando a manutenção do estoque ambiental existente.” (SILVA, 2011, p. 17).

Ressalta-se que a lógica capitalista é estabelecida como propulsora do crescimento econômico, nesta conjuntura, pelo turismo, pode-se inferir como uma primeira fase para o desenvolvimento, pois deve seguir-se à melhoria da qualidade de vida em vez de concentra-se apenas no acúmulo de capital, até porque, como já ressaltado, o turismo abarca as dimensões econômica, social, ecológica e cultural, por isso que se deve buscar uma perspectiva ampla do desenvolvimento, tal qual destaca Sen (2000)

Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumento especialmente escolhida. Ver o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importantes, em vez de restringi-la a alguns dos meios, que inter alia, desempenham um papel relevante no processo (SEN, 2000, p. 17-18).

Sabe-se que enfrentar a lógica capitalista na busca do desenvolvimento concentrado na perspectiva das liberdades humanas é adentrar um palco de conflitos e contradições entre o equilíbrio ecológico, a justiça social e o crescimento econômico que precisam serem estabilizados para evitar os efeitos antagônicos, embora seja possível a gestão do território com ações que justificam e concentram as expectativas para o desenvolvimento equitativo em busca da liberdade, segundo (SEN, 2000)

Assim: Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada à oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda (SEN, 2000, p. 71).

Destacadamente é imprescindível que haja o envolvimento dos atores sociais na construção do desenvolvimento, somente assim as perspectivas de liberdade poderão ser garantidas, em virtude de que são os verdadeiros conhecedores do território, apesar de envoltos no processo de territorialização que naturalmente é gerenciado pelo Estado e possuem interesses distintos e, por vezes, escusos que notadamente atendem às perspectivas do mercado capitalista, entretanto as ações diversas devem reverberar em benefício para a sociedade, de acordo com Barretto *et al* (2003, p. 33)

Cabe ao Estado construir a infraestrutura de acesso. Uma infraestrutura básica urbana que também atenda a população, locar e prover de uma superestrutura jurídica (secretarias e similares) cujo papel é planejar e controlar que os investimentos que o Estado realiza permitam o desenvolvimento da iniciativa privada, encarregada de construir os equipamentos e prestar os serviços para que retornem na forma de benefícios para toda a sociedade. (BARRETTO *et al*, 2003, p. 33)

Para finalizar, as discussões sobre sustentabilidade, desenvolvimento econômico, sustentável, social e crescimento econômico deixa-se claro que a pesquisa é norteadas nos preceitos do desenvolvimento como processo de expansão das liberdades (SEN, 2000) e que esteja alinhado aos pilares da eficiência econômica nas relações de produção, aliada à justiça social atrelada às melhorias das condições sociais e, por fim, a prudência ecológica por meio da proteção ambiental e uso condicionado ao equilíbrio ecológico (SACHS, 1986; 2004), do

mesmo modo que Sachs (1986; 1993; 2004) destaca, como tripé do desenvolvimento, isto é, que deve ser concomitantemente incluyente socialmente, sustentável, no contexto ecológico e sustentado do ponto de vista econômico, tornando-o economicamente viável.

Entende-se também que o turismo e o desenvolvimento estão extremamente alinhados por meio das suas dimensões econômica, social, ecológica e cultural, como também de sua complexidade de gestão, por isso que, numa escala global e regional, far-se-á uso do conceito amplo de desenvolvimento e nas especificidades da territorialização turística buscará um conceito que corrobore o entendimento do desenvolvimento local.

No âmbito da territorialização turística o conceito de desenvolvimento pode não permitir o entendimento das especificidades no âmbito da escala local porque são oriundas da dinâmica produtiva local, embora haja conexões com a economia globalizada, por esse motivo e também a mudança da escala global para a local que se discutirá o desenvolvimento local como forma de aproximar a escala para uma melhor compreensão da territorialização e turistificação do território turístico da APACC.

Na escala local, é que se materializa a territorialização turística e são desenvolvidos os conflitos, contradições e antagonismos que são originados pelos múltiplos usos do território, da mesma forma que as especificidades ficam latentes, com isso alavanca a necessidade de gestão do território, a fim de dirimir a maximização de impactos ambientais negativos e potencialize o desenvolvimento local que segundo Buarque (2002),

[...] pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e a condição para a qualidade de vida da população local. Este empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade. (BUARQUE, 2002, p. 25)

Para Buarque (2004) o desenvolvimento local sustentável é um processo de transformação social com vistas a “[...] elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações”.

Segundo Endlich (2007, p. 11), “[...] o desenvolvimento local é uma resposta à reestruturação produtiva que situa o desenvolvimento desigual num contexto de regiões

ganhadoras e regiões perdedoras”. Destaca-se também que o desenvolvimento deve estar pautado em transformação consciente da experiência local e regional, ou seja, preocupando-se com o presente, bem como com as gerações futuras.

A conceituação de desenvolvimento local referenciada por Buarque (1998; 2002; 2004) também é compartilhada, de certa forma, por Hanai (2012) que percebe o desenvolvimento local como

um processo endógeno de mudança e, para ser consistente e sustentável, deve levar ao dinamismo e à viabilidade econômica, mobilizando e explorando as potencialidades locais e contribuindo para elevar as oportunidades sociais e, ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são as bases de suas potencialidades. (HANAI, 2012, p. 210)

Este conceito engloba a conjuntura econômica, social e ecológica, preconizando assim um processo pautado na sustentabilidade, isto é, inclui a força do “local” para contribuir com o desenvolvimento sustentável, inclusive abordando a mobilização das pessoas e das instituições pela transformação socioeconômica das populações locais. Portanto, a “uma iniciativa ou um processo de desenvolvimento local quando se constata a utilização de recursos e valores locais, sob o controle de instituições e de pessoas do local, resultando em benefícios para as pessoas e o meio ambiente local” (JESUS, 2006, p. 27).

A abordagem de Jesus (2003, p. 72 e 75) contribui para o entendimento do desenvolvimento na perspectiva da mobilização dos atores sociais e instituições, ponto que cita “[...]. Assim, se trata de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs [...]” (JESUS, 2003, p.72 e 75).

Das diversas atividades econômicas existentes no mundo, uma delas é o turismo que se materializa no lugar e tem sido opção do discurso desenvolvimentista para ascensão das economias locais ou regionais, todavia tem contribuído, sobretudo, para o crescimento econômico. Por conseguinte, sendo importante o respeito ao endógeno, bem como a valorização da participação da população local na construção e execução do planejamento e gestão, isto é, a atividade precisa ocorrer na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento local (BUARQUE, 2002 e 2004; JESUS, 2006; ENDLICH, 2007; HANAI, 2012).

As particularidades, conflitos, contradições são materializados no território turístico destacadamente no âmbito local, apesar de sofrer influências globais, por esta razão que a escala local é a que apresenta as singularidades da dinâmica produtiva do turismo, portanto

compreender o desenvolvimento, com cerne no local, favorece entender a totalidade espacial, sendo assim será utilizado o conceito de desenvolvimento local (BUARQUE, 2002, 2004; ENDLICH, 2007; HANAI, 2012) para verificação das relações de produção local, e paralelamente, o entendimento do desenvolvimento (SEN, 2000; SACHS, 1986, 1993, 2004) numa amplitude de escala global, nacional e regional para a análise dos aspectos gerais.

3.2 Turismo em áreas naturais protegidas

Importante conceituar as áreas naturais protegidas antes de discutir a relação com o turismo, sendo assim a Convenção sobre Diversidade Biológica construída e assinada na Eco-92 designa que área protegida “significa uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação”. (MMA, 2019 – CBD, 1992, ARTIGO 2), embora tenha sido uma iniciativa interessante na perspectiva de proteção focou apenas nos limites, regulamentação e administração, mas não deixou claro quais os objetivos da conservação e os atores sociais que podem estar envolvidos.

De forma mais abrangente, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) definiu que áreas naturais protegidas se tratam de “uma área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos” (IUCN, 1994, p. 7). Neste caso, o conceito expôs, claramente, as intenções que estão abarcadas, como também fez relação com o contexto cultural, uma vez que são localidades com interações sociais efetivas e múltiplos usos desses territórios.

No Brasil há conceituação de áreas naturais protegidas inicialmente era entendido como o mesmo de unidades de conservação – UCs, segundo o Ministério do Meio Ambiente (2019)

são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. (MMA, 2019)

A devida conceituação deixa claro os preceitos da preservação, entretanto não evidencia a possibilidade de conservação desses ambientes porque temos UCs de proteção integral e de uso sustentável, em ambos os casos temos estabelecidos os devidos usos, bem como a presença ou não de atores sociais diversos.

As UCs de proteção integral têm por objetivo “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, entendendo-se como tal aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos mesmos” (BRAGA, 2009, p. 46), portanto, nessa categoria os usos são limitados e permeiam o contexto da preservação diferentemente das UCs de uso sustentável, que visam “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, entendendo-se como tal a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos [...]” (BRAGA, 2009, p. 46-47). Em ambos os casos, há tem múltiplos usos do território com bases na legislação ambiental brasileira e no tipo de UC (Quadro 02).

Quadro 02 – Categorias das unidades de conservação – Brasil.

CATEGORIAS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Proteção Integral
<p>1. Estação Ecológica: área destinada à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas, podendo ser visitadas apenas com o objetivo educacional.</p> <p>2. Reserva Biológica: área destinada à preservação da diversidade biológica, na qual as únicas interferências diretas permitidas são a realização de medidas de recuperação de ecossistemas alterados e ações de manejo para recuperar o equilíbrio natural e preservar a diversidade biológica, visitas com o objetivo educacional.</p> <p>3. Parque Nacional: área destinada à preservação dos ecossistemas naturais e sítios de beleza cênica. O parque é a categoria que possibilita uma maior interação entre o visitante e a natureza, pois permite o desenvolvimento de atividades recreativas, educativas e de interpretação ambiental, além de permitir a realização de pesquisas científicas.</p> <p>4. Monumento Natural: área destinada à preservação de lugares singulares, raros e de grande beleza cênica, permitindo diversas atividades de visitação. Essa categoria de UC pode ser constituída de áreas particulares, desde que as atividades realizadas nessas áreas sejam compatíveis com os objetivos da UC.</p> <p>5. Refúgio da Vida Silvestre: área destinada à proteção de ambientes naturais, no qual se objetiva assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna. Permite diversas atividades de visitação e a existência de áreas particulares, assim como no monumento natural.</p>
Uso Sustentável
<p>1. Área de Proteção Ambiental: dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas e privadas.</p> <p>2. Área de Relevante Interesse Ecológico: área com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local. Geralmente, é uma área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e com características naturais singulares. É constituída por terras públicas e privadas.</p> <p>3. Floresta Nacional: área com cobertura florestal onde predominam espécies nativas, visando o uso sustentável e diversificado dos recursos florestais e a pesquisa científica. É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam desde sua criação.</p> <p>4. Reserva Extrativista: área natural utilizada por populações extrativistas tradicionais onde exercem suas atividades baseadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais existentes e a proteção dos meios de vida e da cultura dessas populações. Permite visitação pública e pesquisa científica.</p> <p>5. Reserva de Fauna: área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas; adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.</p> <p>6. Reserva de Desenvolvimento Sustentável: área natural onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. Permite visitação pública e pesquisa científica.</p> <p>7. Reserva Particular do Patrimônio Natural: área privada com o objetivo de conservar a diversidade biológica, permitida a pesquisa científica e a visitação turística, recreativa e educacional. É criada por iniciativa do proprietário, que pode ser apoiado por órgãos integrantes do SNUC na gestão da UC.</p>

Fonte: Ministério do Meio Ambiente/SNUC, 2019.

A Lei nº 9.985/2000 criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, no qual organizou as UCs em 12 (doze) categorias, de forma que estruturou os objetivos específicos e se diferenciam quanto à forma de proteção, bem como os usos permitidos, logo a partir da contextualização socioambiental e econômica pode-se tipificar conforme cada categoria os devidos usos das UCs (Quadro 03).

Quadro 03 – Principais usos definidos das UC.

Classe	Principais tipos de uso, contemplados na Lei nº 9.985/2000	Categoria de manejo
Classe 1 – Pesquisa científica e educação ambiental	Desenvolvimento de pesquisa científica e de educação ambiental	Reserva biológica; estação ecológica
Classe 2 – Pesquisa científica, educação ambiental e visitação	Turismo em contato com a natureza	Parques nacionais e estaduais; reserva particular do patrimônio natural
Classe 3 – Produção florestal, pesquisa científica e visitação	Produção florestal	Florestas nacionais e estaduais
Classe 4 – Extrativismo, pesquisa científica e visitação	Extrativismo por populações tradicionais	Resex
Classe 5 – Agricultura de baixo impacto, pesquisa científica, visitação, produção florestal e extrativismo	Áreas públicas e privadas onde a produção agrícola e pecuária é compatibilizada com os objetivos da UC	Reserva de desenvolvimento sustentável; refúgio de vida silvestre; monumento natural
Classe 6 – Agropecuária, atividade industrial, núcleo populacional urbano e rural	Terras públicas e particulares com possibilidade de usos variados visando a um ordenamento territorial sustentável	Área de proteção ambiental; área de relevante interesse ecológico
Obs.: 1 Reserva de fauna não foi incluída, pois até o momento nenhuma unidade dessa categoria foi criada.		

Fonte: DAP/SBF/MMA, 2009.

A regulamentação e organização dos tipos de UCs e os devidos usos foi importante para evitar possíveis impactos negativos ao ambiente, como também realizar a gestão do território para perspectivas de equilíbrio nas dimensões econômicas, sociais, culturais e ecológicas, conjuntura que contribuirá para a sustentabilidade (FOLADORI, 2001; SACHS, 2004).

Dentre os tipos de usos propostos para as UCs o que se enquadra no contexto desta pesquisa é o Classe 6 que há múltiplos usos do território com destaque para a categoria Área de Proteção Ambiental – APA. Tendo em vista a classe pertencente aos riscos ambientais, conflitos, contradições e antagonismos são mais acentuados nessa tipificação, entretanto, pode estimular a sua proteção e o desenvolvimento do território contíguo e de influência.

No Brasil, a UC tipificada na categoria Área de Proteção Ambiental – APA está regulamentada pela lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981. Considerando as esferas Federal, Estadual e Municipal tem-se um total de mais de 340 APAs no país o que corresponde a aproximadamente 1.296.300 km² de área natural protegida. Esta categoria de UC é de uso

sustentável e há permissão de manutenção da população local, bem como diversas atividades econômicas (MMA, 2019), por essa razão também há conflitos, contradições e antagonismos diversos em relação às formas de utilização do espaço, em virtude de que é necessário conciliar a proteção com os usos permitidos.

Os variados usos das UCs visam estimular a proteção, o empoderamento e o desenvolvimento de atividades econômicas que possam contribuir para a população local numa perspectiva de sustentabilidade diferentemente do que se propunha às primeiras áreas naturais protegidas no mundo que tinha como preceito a proteção integral sem a relação humana num contexto de romantismo naturalista que impulsionou a criação de parques nacionais e influenciou as políticas ambientais no mundo e no Brasil, segundo Diegues (2004)

Essas ideias, sobretudo a dos românticos do século XIX, tiveram, portanto, grande influência na criação de áreas naturais protegidas[...]. É nessa perspectiva que se insere o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, originário dos EUA. A noção de ‘wilderness’ (vida natural/selvagem), subjacente à criação dos parques, no final do século XIX, era de grandes áreas não habitadas, [...] e se propunha a reservar grandes áreas naturais, poupando-as da expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação. (DIEGUES, 2004, p. 24)

A partir dessas expectativas, foram que surgiram os primeiros parques nacionais pelo mundo, sendo o marco histórico a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos, com o objetivo de reservar espaços à proteção da biodiversidade e dos recursos naturais (GORINI et al, 2006, p. 175). No Brasil, somente em 1937, que tivemos nosso marco temporal de criação de áreas naturais protegidas – que foi o Parque Nacional de Itatiaia, na Serra da Mantiqueira, entre os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, abriga uma interessante área de mata atlântica.

O Brasil teve, como balizamento para a criação dos parques nacionais, a visão romântica e naturalista da corrente de pensamento preservacionista, isto é, a área natural protegida deve ser um espaço intocado, entretanto, o contexto de surgimento dessas UCs no país tem como característica a presença de comunidades, a necessidade de desapropriação do território e o distanciamento da população local, são fatores que contribuem para conflitos (DIEGUES, 1996; 2004). Segundo Ferreira (2004),

As UCs brasileiras foram sendo implantadas em um contexto onde a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes em situação de confronto com os moradores das áreas colocadas sob proteção legal. Propostas de conservação formuladas em gabinetes, debatidas e referendadas muitas vezes em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas acabaram se tornando altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de diversas arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos e, principalmente os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente investidos na condição de atores (FERREIRA, 2004, p. 52).

Apesar dos conflitos originados com a criação das áreas naturais protegidas no Brasil as iniciativas de fortalecimento para proteção, valorização e empoderamento das populações locais que vivem no entorno ou dentro desses territórios tem sido modificada (ICMBIO, 2019), cujo objetivo é estimular que a comunidade tradicional para que seja parte da gestão das UCs, atitude que possibilita o engajamento na preservação do espaço.

No Brasil as áreas naturais protegidas têm múltiplos usos dos seus territórios, contudo destaca-se a atividade turística que tem alavancado economias locais por meio da utilização dessas UCs. No ano de 2018, verificou-se um total de 12,4 milhões de visitas com um aumento de 15,9% em comparação a 2017 (ICMBIO EM FOCO, 2019, p. 6-8), os Parques Nacionais da Tijuca, de Iguazu e de Jericoacoara foram respectivamente os mais visitados com 71% das visitas nas UCs do Brasil (Figura 5).

Figura 05 – Número de visitantes em UCs no Brasil (Milhões).



Fonte: Revista ICMBio em Foco, 2019.

Percebe-se a evolução no número de visitas nas UCs brasileiras, em virtude de que os investimentos realizados em infraestrutura, sinalização, melhorias de acesso, divulgação e a sensibilização ambiental que tem acontecido no mundo e no Brasil contribuem para o aumento do fluxo de visitantes (ICMBIO EM FOCO, 2019), elevação dos gastos e receitas provenientes da relação do turismo com essas áreas naturais protegidas, sem sombra de dúvidas, é de significativa importância para a economia local, como também nacional.

As demais categorias de UCs brasileiras também obtiveram aumento no número de visitantes, dentre estas estão a Reserva Extrativista do Arraial do Cabo (RJ), com 1,15 milhões

de pessoas, o Monumento Natural do São Francisco, com mais de 658 mil turistas, e a Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha com mais de 541 mil visitantes. Destaca-se também a nona colocação da APA Costa dos Corais – APACC que teve em 2018 cerca de 297 mil visitantes (Figura 6), ocupa a nona colocação no número de visitas entre todas as UCs do país (ICMBIO EM FOCO, 2019, p. 6-8)

Figura 06 – UCs mais visitados do Brasil.

Top 10 Unidades de Conservação Federais		Nº de visitantes
1	Parque Nacional da Tijuca	2.655.556
2	Parque Nacional do Iguaçu	1.895.628
3	Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo	1.156.698
4	Parque Nacional de Jericoacoara	1.091.829
5	Parque Nacional da Serra da Bocaina	700.915
6	Monumento Natural do Rio São Francisco	658.556
7	Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha	541.942
8	Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	526.106
9	Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais	297.465
10	Reserva Extrativista Marinha de Soure	280.851

Fonte: ICMBIO EM FOCO, 2019.

A visitação nas UCs brasileiras contribui para o reconhecimento e valorização das áreas naturais protegidas, proteção ambiental e a estimulação econômica, em virtude de que há uma intensa movimentação financeira advinda do fluxo turístico nesses espaços, entretanto da mesma forma que podem contribuir para o desenvolvimento, também dinamizam impactos negativos ao ambiente. De forma geral o fluxo turístico em UCs tem aumentado a cada ano e potencializado a economia nacional, regional e local, todavia simultaneamente aumenta a complexidade de gestão das áreas naturais protegidas pelos distintos interesses.

De acordo com o ICMBio (2019) “os visitantes gastaram cerca de R\$ 2 bilhões nos municípios do entorno das unidades de conservação. Com isso, foram gerados cerca de 80 mil empregos diretos, R\$ 2,2 bilhões em renda, outros R\$ 3,1 bilhões em valor agregado ao PIB e mais R\$ 8,6 bilhões em vendas” (ICMBIO EM FOCO, 2019, p. 6-8). É perceptível a importância social, econômica, ecológica e culturais que essas UCs têm para os territórios nos quais estão inseridas, assim como em sua área contígua e de influência. Segundo Souza *et al* (2017)

Os resultados destacam a importância do turismo nas UC e nas regiões adjacentes. Investimentos adicionais em uso público em UC estimularão o crescimento da visitação e, conseqüentemente, a expansão das economias locais, gerando benefícios para as comunidades locais e assegurando o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos. (SOUZA *et al*, 2017, p. 8)

As áreas naturais protegidas não têm, apenas, o caráter preservacionista, mas também a potencialidade de contribuir para o desenvolvimento local (BUARQUE, 2001, 2004; ENDLICH, 2007; HANAI, 2012) quando as articulações, políticas públicas e a gestão do território apresentam um planejamento adequado, endógeno e participativo (SEABRA, 2007a; SELVA; COUTINHO, 2010; RUSCHMANN, 2012).

As UCs têm múltiplos usos do território, sendo um dos principais o turístico que se apropria do espaço e o transforma em território turístico (KNAFOU, 2001; FRATUCCI, 2008), de maneira que as funcionalidades dos objetos e do sistema de ações contribuem para atender aos fluxos e fixos do turismo (SANTOS, 2006) permitindo que a dinâmica produtiva e as relações de poder econômico e social (FOUCAULT, 1986) sejam permeadas por esta lógica e corroborem a atividade turística. De acordo com Gorini *et al* (2006)

O turismo, por sua vez, aparece como a atividade com o maior potencial dinâmico, em uma UC. Até a década de 1980, os parques nacionais eram vistos como lugar de lazer e contemplação, com um forte componente de risco ambiental. Visitação e preservação apareciam como atividades antagônicas. O turismo – principalmente o chamado turismo de massa – era visto como um mal necessário. A partir dos anos 1990, no entanto, fortaleceu-se a ideia do desenvolvimento sustentável e, nessa ideia, o conceito do ecoturismo. Em lugar da beleza da paisagem, o maior atrativo dos parques passou a ser a natureza preservada. Assim, a proteção em si adquiriu um valor mercadológico, e não apenas ambiental. (GORINI *et al*, 2006, p. 180)

A lógica capitalista envolveu, inseriu e agregou valor aos cenários paisagísticos das UCs, com isso, fomentou uma dinâmica produtiva imbricada a territorialização turística que condicionou que os elementos do espaço fossem ressignificados para atender à racionalidade produtiva do capital turístico, assim sendo “os homens” são os turistas, os agentes de turismo, a população local, enquanto as firmas são as corporações do turismo, agências de turismo, hotéis etc., as “instituições” são as secretarias turismo em nível federal, estadual e municipal, e o “meio ecológico” é o território contíguo e de influência da área natural protegida (SANTOS, 1997) exatamente onde acontece a materialização da atividade turística e a totalidade social.

A dinâmica produtiva do turismo envolve diversos elementos e atores sociais com interesses distintos e conflituosos que contribuem para complexificar a gestão turística no qual a atividade está inserida, por esta razão que, no território no qual se desenvolve o turismo, é de

uma área natural protegida as precauções devem ser maximizadas porque a fragilidade e o risco ambiental podem contribuir para impactos negativos graves.

A atividade turística se apropria do espaço com o objetivo de consumir sua paisagem de forma efêmera, contudo, para isso, são construídos equipamentos e infraestruturas para o desenvolvimento do turismo, o que permite que haja o fluxo de visitação e materialização dos acontecimentos.

No desenrolar das atividades turísticas há transformações significativas nas dimensões econômicas, sociais, ecológicas e culturais que podem acarretar impactos negativos ao ambiente, do mesmo modo que podem ocasionar benefícios, logo, é norteadada por contradições, conflitos e oposições que são originados a partir das relações sociais produção e de poder nas esferas socioeconômicas e culturais.

A relação do turismo em áreas naturais protegidas reflete-se antagonicamente porque o espaço de proteção é o de utilização, de modo que conciliar os múltiplos usos da UC é tarefa complexa pelo nível de riscos ambientais que estão envolvidos (LYRA, 1997; CARPI JR, 2011). Destaca-se que apesar dos conflitos que podem surgir na utilização desses espaços a interação e visitação são pontos importantes para a sensibilização ambiental, valorização, empoderamento, mas também oportunidade para o desenvolvimento dos atores locais envolvidos.

Nas UCs categorizadas como APA, os riscos ambientais poderão aumentar, já que neste caso são áreas naturais protegidas que estão envolvidas em intensa ocupação humana e não há necessidade de desocupação, somados a estas características ainda se tem os múltiplos usos desse território que podem agravar a vulnerabilidade ambiental, por conseguinte conciliar e gerir as características e fatores é tarefa fundamental para a minimização dos riscos ambientais e maximização da proteção ambiental.

No caso da APACC, os riscos ambientais são mais evidentes por se tratar de uma área natural marinha com a presença de uma extensa barreira de corais, praias, mangues, restingas, santuário do peixe boi marinho, etc., além disso, composta por um território contíguo e de influência que abriga 11 (onze) municípios que são dinamizados pelo uso turístico.

A UC ocupa a nona posição em número de visitantes no Brasil, logo, a fragilidade ambiental está conectada ao uso turístico (Figura 7), mas também à dinâmica produtiva local oriunda de múltiplos usos do território como a agricultura, a pesca, o comércio e o turismo que têm despontado como uma das principais atividades econômicas do território da UC.

Figura 07 – O uso turístico das piscinas naturais de Maragogi/AL.



Fonte: Equipe Letsdive (<https://letsdive.com.br/mergulho-em-maragogi/>), 2019

A APACC é um ambiente que possui elevada fragilidade ambiental pela presença dos recifes de coral (Figura 8), do mesmo modo que este ambiente contribui intensamente com a atratividade turística do local aumentando os riscos ambientais.

Figura 08 – Atratividade dos Recifes de Coral – APACC.



Fonte: Luiz Netto, 2015.

É uma a relação antagônica que acontece na APACC porque, ao mesmo tempo em que promove a proteção ambiental, em especial, dos recifes de coral, o estímulo à visitação por meio do turismo contribui para elevar os riscos ambientais, apesar de que se tem, como objetivo, o desenvolvimento local pautado nas expectativas de preservação do ambiente, contudo, sabe-se que o uso indevido sem respeito à capacidade de carga, o pisoteio etc., podem corroborar para o aumento dos riscos ou mesmo torná-los impactos severos à UC.

Diante dos riscos ambientais de desenvolvimento do turismo em áreas naturais protegidas, deve-se articular o planejamento e a gestão em todos os níveis governamentais, com o intuito de minimizar os problemas e conflitos socioambientais. Portanto, inserir a população local na participação de tomada de decisões de utilização das UCs para fomentar o turismo, do mesmo modo que possibilitará a proteção, benefícios sociais e econômicos para, com isso, minimizar os riscos ambientais.

Infere-se que a tomada de decisão por meio da participação ativa, articulada e dinâmica da população local, com certeza, é minimizar riscos e impactos ambientais, bem como conflitos socioambientais, pois conhecem as especificidades locais o que contribuí para planejar adequadamente a inserção, manutenção e crescimento de atividades econômicas alinhadas as necessidades socioeconômicas, ecológicas e culturais da localidade, de forma que o equilíbrio das ações pode maximizar efeitos positivos para o território, sobretudo, quando o mesmo é uma UC de uso sustentável.

É notório que o desenvolvimento de atividades econômicas, como o caso do turismo, em áreas naturais protegidas e que legalmente são de uso sustentável, já se inicia, de certo modo, a partir de conflitos entre o uso, a proteção e o abuso, isto é, os objetivos são delineados para proteger o ambiente e diminuir riscos ambientais, mas a legislação indica a utilização sustentável como garantia de melhoria de qualidade de vida da população local dentro e no entorno da UC. Portanto, o planejamento adequado pode dirimir os conflitos, evitar os riscos ambientais e não ocasionar os impactos ao ambiente.

3.3 Redes Geográficas: o caso da APA da Costa dos Corais

O conceito de rede perpassa por diferentes ciências e significados, bem como apresenta certa complexidade pelo grande número de elementos que estão imbrincados neste, de maneira geral há uma disseminação de conceitos, especialmente, no período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996; 2001), período denominado de globalização, pois as relações

sociais de produção têm, como premissa, a fluidez e rapidez dos movimentos internos e externos no espaço, de forma que o tempo passa a ter maior significância nesse processo, embora não haja o desencaixe do espaço-tempo (BAUMAN, 2001, SANTOS, 1997; MASSEY, 2005).

Nesse sentido, diversos autores passaram a discutir os conceitos, história, evolução e as variadas formas de redes (MUSSO, 2001; 2003; 2004), redes geográficas (CORRÊA, 1989; 2011), redes técnicas (SANTOS, 1996; DIAS, 2001), redes urbanas (CORRÊA, 1989; 2011; SANTOS, 1993), rede regional (HAESBAERT, 2002), entre outros tipos de redes, cujo intuito foi identificar os usos mais frequentes e estabelecer, de certa forma, uma padronização conceitual e de utilização.

As pesquisas de Musso (2001, 2003, 2004) analisaram a gênese, a história, a formação antiga e moderna das redes, bem como a vulgarização conceitual na contemporaneidade, dessa maneira, “a noção de rede esteve associada a duas principais referências até o final do século XVIII (a técnica e o organismo), produzindo dois campos de representações” (COELHO NETO, 2013, p.20), ou seja, a técnica da tecelagem e do labirinto que apareciam no contexto mitológico das “redes de caça ou pesca”, aos “cordéis e cestas”, o entrelaçamento de fios ou palhas que possibilitassem a formação de fibras têxteis e a própria rede. O segundo campo, de acordo com Musso (*ibid*), era a referência à metáfora do organismo, na qual, era destacado que a organização de seus fluxos ou tecidos no corpo humano e a imagem do cérebro evidenciavam a formação de uma rede (COELHO NETO, 2013).

As metáforas da origem da rede conduzem para a mesma definição etimológica da palavra, isto é, “originária do latim *retis* designa um conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós, remetendo-se a técnica do artesanato e a fabricação de tecidos (COELHO NETO, 2013, p.22), deste modo e “para além de seus usos metafóricos, a rede absorve, atualmente, a questão da mudança social, ela é a prótese técnica de utopia social” (MUSSO, 2004, p. 34).

Apenas na segunda metade do século XIX que as redes adquirem maior relevância e são espalhadas pelo espaço muito rapidamente, os motivos que cooperaram para esse acontecimento foram os seguintes, de acordo com Corrêa (2011):

O desenvolvimento do capitalismo industrial necessitou e gerou novas demandas que suscitaram novos meios pelos quais as redes geográficas tornaram-se mais densas e eficientes, superando progressivamente o espaço pelo tempo. Instantaneidade e simultaneidade, que nos dias atuais caracterizam parte do funcionamento das redes geográficas, são o capítulo atual de uma história que não se concluiu. (CORRÊA, 2011, p. 203)

De acordo com Corrêa (2011), a rede social, no período contemporâneo, sofreu rupturas, modificações e transformações que contribuíram para subsidiar a formação de outros tipos de redes, neste caso, destaca-se a rede geográfica que tem como característica principal a “espacialidade, expressa em localizações qualificadas e com interações espaciais entre elas” (CORRÊA, 2011, p. 201), conseqüentemente, qualificando a rede social em termos geográficos, todavia não se pode distinguir de outras redes. De acordo com Ribeiro (2001, p. 35) “A organização espacial se revela, de um lado, a partir de elementos fixos, constituídos como resultado do trabalho social. E, de outro lado, através de fluxos que garantem as interações entre os fixos e os fluxos que originam as redes.

A sociedade contemporânea tem vivenciado um espaço constituído pelo elevado quantitativo de redes que foram estimuladas pela fluidez dos fluxos e adaptações dos fixos a partir da inserção de uma densidade técnica que é marcante do período técnico-científico informacional (SANTOS, 2006), também denominado de global, visto que a fase do capitalismo informacional foi potencializada pelo advento da internet que propiciou um espaço mais fluido e ágil interconectado na esfera global, segundo Castells (1999) “a sociedade em rede”.

O mundo globalizado tem como pressuposto o dinamismo, principalmente, das comunicações e dos transportes, uma vez que favorecem as conexões com os fixos e aceleram os fluxos na relação dialética do espaço-tempo. Nesse sentido, as redes são configuradas tendo como base características distintas e singulares, mas sempre alicerçadas em um conjunto de características que permitam a aceleração de troca de informações. Segundo Pereira e Kahil (2006) podem ser configuradas como:

as redes de infraestrutura, que funcionam como suporte para o fluxo de materiais e informações no território, como por exemplo as redes de transporte (rodovias, ferrovias, etc.), e as de comunicação e informação (infovias, internet, sistemas de comunicação via satélites, etc.) que apresentam-se como estruturas que são resultado e resultante de uma maior tecnicização do espaço geográfico, visando a realização ótima das ações empreendidas pelos agentes que delas participam. (PEREIRA; KAHIL, 2006, p. 218)

Em vista disso, as redes são interessantes e complexas por possuíram uma elevada capacidade de articulação de suas ações no contexto da divisão territorial do trabalho estabelecida em função da mesma, com isso permite “que os subespaços, ou seja, as regiões e lugares se especializem em um tipo de produção específica, o que requer mais movimento material e mais fluxo de informações” (PEREIRA; KAHIL, 2006, *op. cit.*).

As articulações e complexidades das redes se dão em tempos, parcerias e variadas escalas, segundo Dias (2001), podem acontecer nas escalas planetária, nacional ou local e sua dinâmica pode contribuir para a ordem ou a desordem e em ritmos variados das relações sociais de produção do espaço, já Santos (1999) ressalta que

As redes são, ao mesmo tempo, globais e locais. São globais porque cobrem todo o ecúmeno e, na verdade, constituem o principal instrumento de unificação do Planeta. Mas elas também são locais, já que cada lugar, através de sua estrutura técnica e de sua estrutura informacional, acolhe uma fração, maior ou menor, das redes globais. No lugar, elas servem ao trabalho e ao capital (vivo) e determinam a sua natureza. (SANTOS, 1999, p.14).

De acordo com Santos (1999), fica evidente a inter-relação da lógica de produção capitalista sejam em redes locais ou globais e na maioria das vezes com a intermediação do estado, cujo intuito é dinamizar a economia, entretanto, muitas vezes favorece à segregação socioespacial, pois os agentes sociais de produção estão territorialmente dispersos, a competitividade fruto da lógica do capital e do mercado cooperaram para que as redes se efetivem a partir de pontos específicos do território (PEREIRA; KAHIL, *op. cit.*), conforme Santos (2004)

A que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social. A primeira atitude leva a uma definição formal [...]. Mas a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, a despeito da materialidade com que dispõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração. [...] as segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço, que separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. (SANTOS, 2004, p. 262 e 284)

A partir da análise realizada por Santos (2004), sobre as redes, é possível inferir que independente do território ser contíguo ou não, os fluxos de capitais, pessoas, veículos etc., com certeza, acontecem horizontalmente e verticalmente, pois há complementaridades que envolvem os fixos e fluxos dessa rede, posto que o movimento que permite a troca entre os fixos é oriundo da dinâmica produtiva no contexto local, como também global, a dependência será do tipo de lógica do capital estabelecido.

As redes possuem dimensões que são básicas e independentes, contudo, que se articulam mutuamente, por isso, a complexidade das ações. No caso da rede geográfica, segundo Corrêa (2011, p. 205), apresentam três dimensões: “a organizacional, a temporal e a espacial” (Quadro

04), que estão em constante relação e movimento com a sua estrutura interna, o tempo e o espaço.

Quadro 04 – Dimensões das Redes.

Organizacional		Temporal		Espacial			
Agentes Sociais	Estado	Duração	Longa	Escala	Local		
	Empresas				Regional		
	Instituições		Curta		Nacional		
	Grupos sociais				Global		
Origem	Planejada	Velocidade dos fluxos	Lenta	Forma Espacial	Solar		
	Espontânea				Instantânea	Dendrítica	
Natureza dos Fluxos	Mercadorias		Instantânea		Instantânea	Forma Espacial	Circuito
	Pessoas						Barreira
	Informações						
Função	Realização	Frequência	Permanente	Conexões	Interna		
	Suporte					Periódica	
Finalidade	Dominação		Periódica		Periódica		Conexões
	Acumulação						
	Solidariedade						
Existência	Real	Frequência	Permanente	Conexões	Interna		
	Virtual					Ocasional	
Construção	Material		Ocasional		Ocasional		Conexões
	Imaterial						
Formalização	Formal	Ocasional	Ocasional	Conexões	Externa		
	Informal						
Organicidade	Hierárquica	Ocasional	Ocasional	Conexões	Externa		
	Complementaridade						

Fonte: Corrêa (2011, p. 205) – Adaptado por Celso C Gomes, 2018.

As dimensões das redes possuem componentes que são complementares, opostos e distintos que propiciam a dinâmica das relações de produção, deste modo oportunizando o fortalecimento, a densidade e ampliação reticular a partir dos conflitos, oposições e contradições no espaço, contudo, a sua análise específica é realizada considerando um recorte regional.

A formação de um recorte regional depende de fatores diversos, mas, sobretudo, da constituição de uma rede geográfica, segundo Castells (1999, p. 498) é “um conjunto de nós interconectados”, sendo o nó “o ponto no qual uma curva se entrecorta”, noutra passagem, o autor destaca que, para concluir qual a representatividade deste nó, apenas verificando a complexidade da estrutura da rede e do tipo de rede concreta que esteja sendo analisada. A região pode ser composta por diversos nós que devem estar articulados, contínuos ou mesmo descontínuos, visto que a essência da rede está no processo de interligação.

Segundo Pereira (2015, p. 7), “As redes funcionam como artefatos técnicos implantados em determinado espaço com o objetivo de exercer um poder de conexão de pontos e de passagens de fluxos. Fazem parte das redes as relações econômicas, sociais e espaciais que animam esses artefatos”, porquanto a infraestrutura e rede técnica presentes no espaço estimulam que os fluxos econômicos, sociais e espaciais aconteçam dinamicamente e dialeticamente a partir dos fixos e fluxos dessa rede geográfica. De acordo Castells (1999, p. 566), “as redes como estruturas abertas capazes de expandir-se de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede”.

As redes geográficas configuram e “constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 1999, p. 497). Já Haesbaert (2002, p. 122) destaca que o conceito de rede nasce com o capitalismo e, ao longo do tempo, a sociedade moderna foi-se tornando cada vez mais “resificada” ou reticulada. Logo, o território turístico da APA Costa dos Corais – APACC está agrupado em duas regiões turísticas (MTUR, 2013) como já destacado, composta por 11 (onze) municípios, constituindo, de forma preliminar, uma rede geográfica com a presença das características comuns de nós, articulações, integração e centralidade.

A perspectiva da regionalização demanda que os fluxos (SANTOS, 1996) tenham como característica a intensa fluidez no território. Segundo Santos (1996, p. 218), “Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade”, não sendo diferente para a atividade turística, visto que os fixos e os fluxos se impulsionam no sentido de fortalecimento da rede, mas também da concentração e dispersão pelo espaço, conforme Santos (1999):

As redes são, pois, ao mesmo tempo, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas. É comum, aliás, que a mesma matriz funcione em duplo sentido. Os vetores que asseguram à distância a presença de uma grande empresa são, para esta, centrípetos, e, para muitas outras atividades preexistentes no lugar do seu impacto, agem como fatores centrífugos (...) Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam novos. (SANTOS, 1999, p. 222)

De acordo com Haesbaert (2002, p. 133) “[...] a relação entre redes e territórios é permanente e indissociável”, portanto “[...] a estrutura social em rede pode atuar como um elemento fortalecedor do território (vide as redes de infraestrutura no interior de um Estado

Nação)”. Importante destacar que apresenta intenso fluxo entre os fixos (SANTOS, 1999) provenientes da mobilidade e dinâmica reticular desse território e não se trata somente de áreas contínuas de território-zona, da mesma forma que áreas descontínuas de territórios-rede, de acordo com Haesbaert (2004)

Enquanto os territórios-zona aparecem centrados em dinâmicas sociais ligadas ao controle de superfície ou à difusão em termos de áreas (em geral contínuas), utilizando prioritariamente o recurso a limites mais exclusivistas ou a “fronteiras” bem demarcadas, nos territórios-rede a lógica se refere mais ao controle espacial pelo controle dos fluxos (“canalização” ou dutos) e/ou conexões (emissores, receptores e/ou simplesmente reais). Uma característica muito importante é que a lógica descontínua dos territórios-rede admite uma maior sobreposição territorial, na partilha concomitante de múltiplos territórios. (HAESBAERT, 2004, p. 307)

É uma lógica que se estabelece descontinuamente pelos territórios fortalecendo a dinâmica de trocas de fluxos entre os fixos e permite retroalimentar o território-rede. Para complementar a compreensão dos processos que ocorrem no “[...] território aparece como movimento que se repete e territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2004, p. 280).

O dinamismo das redes é alimentado pela lógica produtiva instituída nesse território, por esta razão os fixos tornam-se “os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens”, já os fluxos constituem “o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo” (SANTOS, 1997, p. 77).

As redes têm a capacidade de, simultaneamente, territorializar e desterritorializar, igualmente reterritorializar o espaço configurando novos territórios, segundo Haesbaert “o que faz com que os fluxos que por elas circulam tenham um efeito que pode ser ora de sustentação, mais ‘interno’ ou construtor de territórios, ora de desestruturação, mais ‘externo’ ou desarticulador de territórios” (HAESBAERT, 2004, p. 294). Por conseguinte, o processo de territorialização constante pelo poder de circulação e reestruturação que os fluxos de informações, comunicações, capital etc., possibilitam nos fixos, entretanto, são fixos de novos territórios.

Destaca-se que compreender as redes perpassa pela análise da sua densidade técnica, seus fluxos, fixos, estrutura e dinâmica que apresenta complexidade porque envolve aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais que podem ser transformados significativamente na territorialização pela intensa troca de informações, capitais etc., sobretudo, quando coligado ao

turismo em território de unidade de conservação, isto é, uma territorialização turística que por meio da proteção ambiental incita o desenvolvimento do turismo, de modo que constroem territórios turísticos que é o caso da APACC no Litoral Norte de Alagoas e Litoral Norte de Pernambuco.

O território turístico da APACC tem sido favorecido por uma dinâmica reticular existente, no entanto, sem estruturação e estimulada pelos fluxos de turistas, comunicações, informações etc., advindos, especialmente, das capitais mais próximas da UC (Maceió/AL e Recife/PE), igualmente por municípios turísticos fora do território-rede (HAESBAERT, 2004) em questão, é o caso de Ipojuca/PE através do destino turístico Porto de Galinhas, bem como dinamismos por meio de destinos indutores que estão dentro dessa área, são os casos de Tamandaré/PE, particularmente impulsionada pela Praia dos Carneiros, e Maragogi/AL que é o segundo maior destino indutor do Estado de Alagoas.

O Ministério do Turismo (2013) implementou duas regiões turísticas nesse território da APACC, são elas: Região Turística Costa dos Corais; Litoral Norte de Alagoas; e Região Turística, Histórica Costa dos Arrecifes e Manguezais, Litoral Sul de Pernambuco, deixa claro a existência de um território turístico que foi dividido para atender aos critérios utilizados, entretanto, trata-se de um território-zona que constitui uma dinâmica de território-rede (HAESBAERT, 2004) tanto pelos fluxos de turistas e capitais advindos de outros municípios, estados, regiões, como também do mundo, além disso, dentro do território, a intensa troca de fluxos para atender às especificidades locais de serviços de hospedagens, comércio, náuticos, alimentação, transportes etc.

Segundo Hall (2001), as redes potencializadas pelo turismo, vêm sendo utilizadas como um meio de assimilar a dinâmica social de relações existentes e também no planejamento turístico. Na atividade turística, são criados roteiros, produtos e pacotes turísticos que conectam os destinos de maior demanda, neste caso, as capitais Maceió/AL e Recife/PE, seguidos dos municípios de Maragogi/AL e Tamandaré/PE. Neste âmbito, a existência das redes é um fator significativo para que esses destinos se tornem e permaneçam competitivos e fortaleçam o território turístico.

As redes de serviços são fomentadas por outras redes técnicas e materiais que dão suporte e as efetivam a partir da organização de pontos e agentes no território, assim realizando determinada atividade, segundo Pereira e Kahil (2006, p. 218), “podem ser consideradas como redes imateriais, porque denotam principalmente as articulações políticas e sociais organizadas

para a realização, de forma multilocalizada no território, por exemplo, da parcela técnica da produção de grandes empresas”.

A APACC já vivencia a constituição de uma rede de pequenos municípios que se retroalimentam para dinamizar o arranjo produtivo do turismo, todavia, o que aparenta é um modelo desarticulado nas esferas pública e privada que precisam ser analisados e compreendidos seus entraves e possibilidades, cujo intuito é a estruturação, o estímulo para o desenvolvimento da atividade, garantir a proteção do território turístico da APACC e diminuir os conflitos, contradições, antagonismos provenientes do uso turístico do território, a fim de favorecer o desenvolvimento local e regional (BUARQUE, 1999, 2004; ENDLICH, 2007; HANAI, 2012).

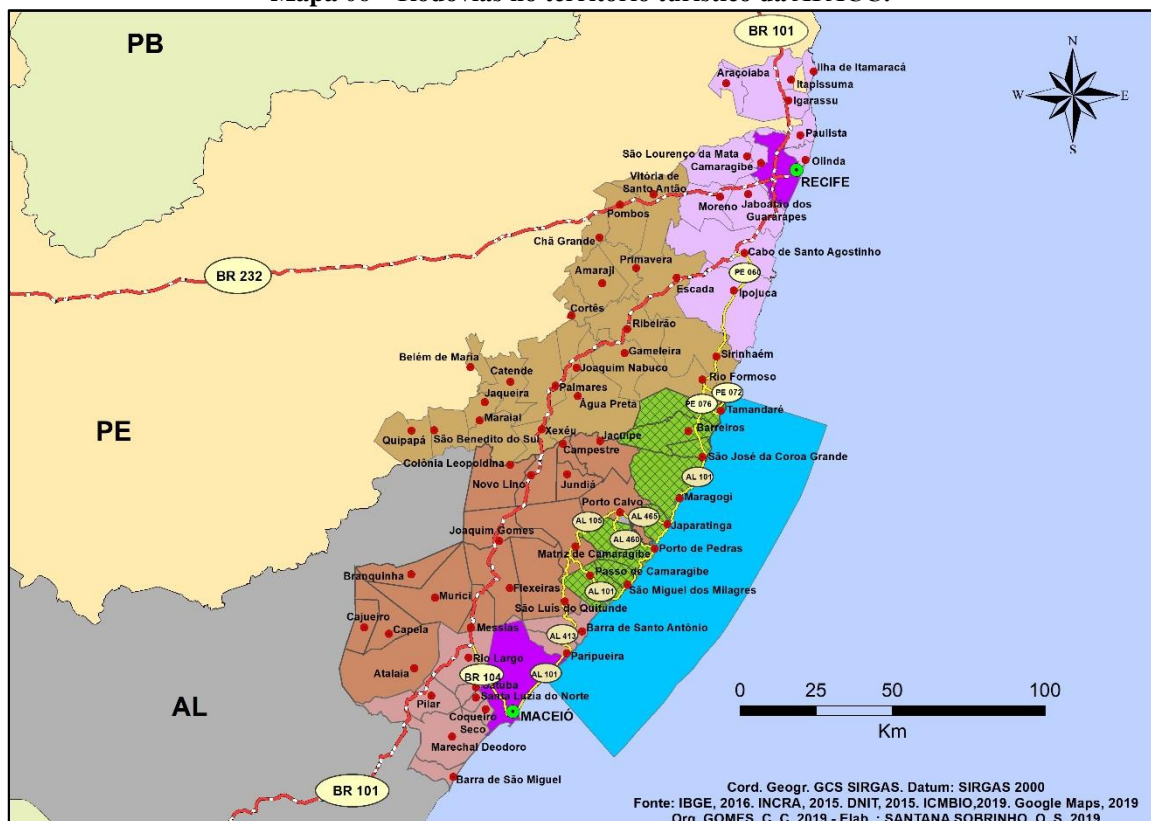
4 OS MÚLTIPLOS USOS DO TERRITÓRIO DA APA COSTA DOS CORAIS - APACC: REFLEXÕES SOBRE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL/LOCAL.

Objetiva-se, nesta seção, identificar e analisar sinteticamente os múltiplos usos do território da APACC e relacioná-los ao processo de urbanização por meio de associação à dinâmica produtiva histórica e, paralelamente, refletir sobre as contradições socioespaciais no processo de reestruturação produtiva local e regional do território da APACC.

4.1. O território da APACC e sua contiguidade

O território da APACC tem um eixo de conexão viária por meio da BR 101 entre Recife/PE e Maceió/AL, mais precisamente para acessar a UC, partindo da capital pernambucana se faz necessário adentrar a PE-60 no município de Cabo de Santo Agostinho/PE e esta rodovia estadual percorre os municípios pernambucanos que estão na área contígua e de influência da APACC, bem como permite acessar a AL 105 que dará acesso ao município de Barra de Santo Antônio, em seguida AL 101 que possibilitará adentrar aos demais municípios da área de proteção ambiental (Mapa 06).

Mapa 06 – Rodovias no território turístico da APACC.



Fonte: IBGE, 2016; DNIT, 2015. Elab. SANTANA SOBRINHO, O.S., 2019. Org. por GOMES, C.C., 2019.

De fato, a APACC possui um território-zona, mas que está conectado por meio de rodovias estaduais e federal das capitais supracitadas, constituindo um território-rede que favorece a dinâmica produtiva nos âmbitos local, regional, nacional e internacional, este último através dos fluxos turísticos de entradas pelos aeroportos de Maceió/AL e Recife/PE.

A APACC é administrada pelo Núcleo de Gestão Integrada – NGI ICMBio Costa dos Corais que tem sua sede em Tamandaré/PE no Centro de Gestão e Pesquisa de Recursos Pesqueiros do Nordeste – CEPENE, a cerca de 105 km de Recife, Pernambuco e duas bases avançadas, uma no Centro de Mamíferos Aquáticos – CMA, em Porto de Pedras/AL que fica a cerca de 110 km de Maceió e outra em Barra de Santo Antônio/AL, a cerca de 40 km da capital alagoana. Praticamente estão localizados de forma equidistante de duas capitais nordestinas que impulsionam o desenvolvimento econômico e social dessa área. As ações são integradas e em consonância do NGI, com isso fortalece a gestão territorial da UC.

Trata-se, como já mencionado, da maior UC Marinha Costeira do Brasil e ocupa aproximadamente 410 mil ha, distribuídos ao longo de 120 km de extensão ao longo da costa alagoana e pernambucana (Figura 09), sendo o seu limite à quebra de plataforma, também conhecido como “paredes” que fica distante a cerca de 30 km da praia, possui 18 milhas náuticas, também se destaca por ser a nona UC mais visitada do Brasil (ICMBIO, 2019).

Figura 09 – Recifes de Coral Praia de Paripueira/AL – APACC.



Fonte: Patrícia (www.vejanomapa.net.br – Acesso 10 jul. 2017), 2015.

A APACC foi criada em 1997 através de Decreto Federal com intuito de proteção de extensa formação coralina ao longo da costa alagoana e pernambucana e para propiciar a estruturação do seu ordenamento paralelamente à gestão do território, sendo que, para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos (Quadro 05):

Quadro 05 – Objetivos Gerais e Específicos da APACC.

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
Garantir a conservação dos recifes coralígenos e de arenito, com sua fauna e flora;	Garantir a recuperação da diversidade biológica desses ambientes e dos ambientes marinhos presentes na APACC;
Manter a integridade do habitat e preservar a população do peixe-boi marinho (<i>Trichechus manatus</i>);	Ordenar a atividade de pesca comercial artesanal, de subsistência e amadora para a recuperação e manutenção dos estoques pesqueiros viabilidade econômica, segurança alimentar (conforme definição da de manejo pesqueiro, FAO, 2010);
Proteger os manguezais em toda a sua extensão, situados ao longo das desembocaduras dos rios, com sua fauna e flora;	Preservar as áreas de reprodução, desenvolvimento e alimentação da fauna e flora marinha e estuarina, especialmente para as espécies ameaçadas (peixe boi, tartarugas, mero);
	Estabelecer linhas de pesquisas prioritárias para APA;
Ordenar o turismo ecológico, científico e cultural, e demais atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental;	Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica e estudos, para subsidiar o manejo e monitoramento da APA;
	Assegurar a divulgação para o reconhecimento da sociedade da importância da APA para a melhoria manutenção da qualidade de vida;
	Propiciar desenvolvimento socioambiental da população local garantindo o acesso às informações conhecimento;
Incentivar as manifestações culturais contribuindo para o resgate da diversidade cultural regional.	Incentivar a prática de atividades de baixo impacto;
	Monitorar e propor normas para o tráfego de cabotagem para garantir a salvaguarda da vida humana no mar e minimizar os impactos da atividade.

Fonte: ICMBIO/Plano de Manejo da APACC, 2013. Adaptado por Celso C Gomes, 2019.

Fica externada a importância que o território da APACC possui ao analisar os seus objetivos gerais e específicos contidos no plano de manejo, de forma que coaduna os interesses ecológicos, sociais, produtivos, econômicos e culturais, ao mesmo tempo em que denota sua fragilidade ambiental e significativa relevância para manutenção dos recifes de corais e arenitos, da mesma maneira que a reintrodução do Peixe-Boi Marinho por ser considerado o

santuário desses animais e local de ocorrência de espécies ameaçadas de extinção (ICMBIO/PLANO DE MANEJO APACC, 2013).

A missão da APACC é conservar a biodiversidade costeira e marinha, a beleza cênica no Litoral Norte de Alagoas e Litoral Sul de Pernambuco, e contribuir para a qualidade de vida das populações beneficiárias, por meio do ordenamento territorial e uso sustentável dos recursos naturais, com participação social (ICMBIO/PLANO DE MANEJO APACC, 2013), verifica-se que há uma aproximação do entendimento de desenvolvimento (SEN, 2000; SACHS, 1986, 1993, 2004) se a análise for numa escala global ou nacional, já se escala for aproximada (CORRÊA, 2011) serão identificados detalhes ao que concerne o desenvolvimento local (BUARQUE, 2002, 2004; ENDLICH, 2007; HANAI, 2012). Conseqüentemente, aliar os interesses gerais com os específicos será complexo, mas com certeza primordial para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e conservação dos recursos naturais.

O gerenciamento da APACC é realizado através do NGI ICMBio Costa dos Corais e conforme decreto de criação foi constituído o seu Conselho Gestor, denominado de CONAPACC, pela Portaria ICMBio nº 62/2011, renovado pela Portaria ICMBio nº 12/2014 e Modificado pela Portaria ICMBio nº 01/2016 em todos os casos regulamentado pela Lei Federal nº 9.985/2000 (SNUC), pelo Decreto Federal nº 4.340/2002, pela Instrução Normativa ICMBio nº 09/2014 e pelo Regimento Interno revisado e aprovado em 13/08/2015. O CONAPACC é composto pelos seguintes setores (Quadro 06):

Quadro 06 – Composição do CONAPACC.

Setores que Compõem o CONAPACC	
I – Órgãos e entidades da gestão pública, ligados à área ambiental ou afins, dos três níveis da federação (12 assentos).	
II – Usuários do território de influência da APA:	a) atividade pesqueira (6 assentos); b) atividade turística (6 assentos); c) agricultura, indústria e comércio (2 assentos).
III – Organizações não governamentais ambientalistas e de pesquisa (3 assentos).	
IV – Organizações de educação, cultura e associações comunitárias (3 assentos).	
V – Instituições de ensino e pesquisa (8 assentos).	

Fonte: ICMBIO/APACC, 2013; Portaria ICMBio nº 01/2016; adaptador por Celso C Gomes, 2019.

O CONAPACC é de caráter consultivo e tem paridade entre os setores do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada, sendo 20 (vinte) instituições-membro em cada segmento e

tem 40 (quarenta) assentos no total. Apesar de ser um conselho consultivo, sua representatividade e articulação política o torna efetivo.

Os principais objetivos do CONAPACC são, garantir a gestão participativa e integrada do território da APA; assegurar a proteção da diversidade biológica e cultural, a sustentabilidade dos usos dos recursos naturais; e gerenciar de forma integrada as políticas nacional, estadual e municipal na sua área de atuação, visando atender os objetivos específicos de criação da unidade e às metas e diretrizes do seu Plano de Manejo. O território da APACC tem uma vasta estrutura legal e institucional que se configuram como oportunidades para efetivar uma gestão alinhada aos preceitos ambientais e de melhoria da qualidade de vida da população.

A APACC tem como principal instrumento regulador o seu Plano de Manejo que foi instituído pela Portaria ICMBio nº 144/2013, a construção do documento ocorreu através de esforço conjunto da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Departamento de Oceanografia), do Projeto Recifes Costeiros e do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste – CEPENE (IBAMA). Com recursos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Programa Pew Fellows de Conservação Marinha (MAIDA; FERREIRA, 2006; ICMBIO, 2019).

A aprovação final do Plano de Manejo APACC em 2013 foi precedida de intensa luta pelas instituições parceiras que contribuíram para a sua construção porque inicialmente (2010) não totalmente aprovado, apesar de apresentar uma organização interessante, assim foram retomadas as discussões e análises até a aprovação e publicação de portaria do devido instrumento que permite gerir a UC (MAIDA; FERREIRA, 2003; ICMBio, 2019).

O Plano de Manejo da APACC está em um processo de atualização (2019), cujo intuito é fortalecer a estrutura legal e institucional para aplicação de gerenciamento adequado da UC, bem como minimização de conflitos, contradições e antagonismo no território, o novo plano de manejo já foi submetido ao ICMBio e a gestão da APACC aguardo o retorno da aprovação (ICMBio, 2019).

A partir da regulamentação do Plano de Manejo APACC, em 2013, foi organizado o zoneamento da UC que teve por objetivo estruturar espacialmente a área em parcelas denominadas de zonas que necessitam da implementação de ações de manejo adequado, de acordo com a sua especificidade de proteção, monitoramento, pesquisa, uso etc. Assim foram constituídas parcelas que embasaram um mosaico de áreas costeiras, ao longo de toda da UC.

A APACC foi dividida 07 (sete) zonas, onde cada uma possuem regras, normas específicas, assim como atividades que podem ser realizadas. As zonas da APACC estão divididas de acordo com suas singularidades (Quadro 07)

Quadro 07 – Zoneamento da APACC.

ZONA	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS
ZONAS DE USO SUSTENTÁVEL – ZUS	Áreas destinadas ao uso geral, todavia sujeitas às normas gerais da unidade. Abrange toda a extensão da APACC, exceto as demais zonas.	Compatibilizar o uso dos recursos com sua sustentabilidade e aumento da produção (renda) local.
ZONA DE PRAIA – ZP	Da linha de preamar média até a linha de baixa mar média (área de fluxo e refluxo de maré),	Conservar o ambiente natural de praia; garantir o pleno e natural fluxo das marés e da deposição de sedimentos; proteger habitat e fauna local; garantir a segurança do banhista; proteger o ambiente de desova dos quelônios; proteção de aves migratórias; minimizar a poluição. Minimizar o impacto das atividades das marinas.
ZONA DE CONSERVAÇÃO – ZC	Áreas destinadas ao manejo específico de espécies e/ou habitats dentro dos ecossistemas da UC, níveis de restrição específicos, conforme seus objetivos de manejo e conservação a serem identificados e definidos a partir de um amplo processo participativo com os atores envolvidos. Até o momento está criada a ZCVM do Peixe Boi, que foi proposta em audiência pública na construção do Plano de Manejo.	Proteger os sítios de fidelidade de espécies ameaçadas, como o peixe-boi; compatibilizar o uso dos recursos com a sustentabilidade ambiental da UC; permitir o desenvolvimento de alternativa de renda para a população; recuperar e renovar os estoques pesqueiros (exportação); aumentar a produção pesqueira local.
ZONA EXCLUSIVA DE PESCA – ZEP	Áreas destinadas ao uso dos recursos pesqueiros por pescadores profissionais. Suas características, objetivos específicos, localização e regras de uso serão definidas através de consulta pública e estudos técnicos,	Garantir a sustentabilidade do uso dos recursos pesqueiros; contribuir para a sustentabilidade econômica de diferentes grupos do setor pesqueiro.
ZONA DE VISITAÇÃO – ZV	Áreas destinadas ao uso turístico empresarial ou de base comunitária, conforme a vocação local, e de conservação de habitat.	Preservar as características naturais do ambiente marinho de recife de coral, onde estão inseridas as piscinas naturais; preservar as espécies da fauna e flora marinha associadas ao ambiente de recife de coral; recuperar as áreas recifais degradadas ao longo dos anos pelas atividades turísticas e de pesca; manter a integridade do atrativo natural que as piscinas naturais representam para os municípios; ordenar o uso da área pública onde estão inseridas as piscinas naturais; e possibilitar o desenvolvimento de pesquisa científica e programas de EA.
ZONA DE PRESERVAÇÃO DA VIDA MARINHA – ZPVM	Áreas de proteção, onde não é permitida nenhuma atividade antrópica, exceto pesquisa autorizada. Nessa área o ambiente permanece o mais preservado possível, representando o mais alto grau de preservação da UC. Tem importante papel como matriz de repovoamento de diversas espécies da fauna e flora marinha estuarina.	Aumentar o estoque pesqueiro através da exportação de biomassa; servir de parâmetro para monitoramentos com outras áreas que possuam ambientes semelhantes e usos diferenciados; preservar e garantir a evolução natural dos ambientes da UC; proteger a biodiversidade; recuperar e renovar os estoques pesqueiros; aumentar a produção pesqueira nas áreas adjacentes (exportação de biomassa); facilitar as atividades de pesquisa científica e monitoramento ambiental (Área Controle); realizar um intercâmbio/fluxo entre áreas, Conceito de interdependência dos ambientes da UC.
ZONA DE TRANSIÇÃO – ZT	Área destinada a ser “tampão” da Zona de Preservação da Vida Marinha (ZPVM).	Minimizar os impactos negativos nas ZPVM e facilitar as ações de fiscalização das ZPVMs.

Fonte: ICMBIO/APACC, 2013; Portaria ICMBio nº 01/2016; ICMBio, 2019.

O zoneamento proposto tem balizado as ações de gestão da APACC, notório que há uma flexibilização porque é comum nesse tipo de documento, exatamente para minimizar conflitos e maximizar avanços de preservação e conservação do território. A atualização submetida do Plano de Manejo está sob a avaliação do ICMBio (2019) e tem alterações significativas no zoneamento, especialmente, liberação, aumento ou diminuição de piscinas naturais e áreas de pesca que fazem parte do uso turístico do território da APACC.

A partir do Plano de Manejo da APACC foram estruturados para o período de 2013 a 2017, os Programas de Ação para implementação, manutenção, melhorias e organização de forma geral do território da UC, inclusive foram apresentados os meios para custear tais planos, bem como os níveis de responsabilidade de cada ação a ser desempenhada, de acordo com o ICMBio/APACC – Plano de Manejo (2013, p. 43)

É importante ressaltar que a efetividade das ações a serem realizadas por programas, possuem inter-relações com os demais atores da APA Costa dos Corais. E por serem corresponsáveis pela execução se faz necessário definir os papéis dos atores e suas respectivas responsabilidades sendo utilizada como ferramenta a Matriz de Responsabilidades, na qual se atribui os níveis de responsabilidade a cada ação a ser desempenhada.

De acordo com o embasamento do plano de manejo e a matriz de responsabilidades utilizadas pela gestão da APACC foram determinados os seguintes Programas de Ação:

1. Programa infraestrutura e gestão interinstitucional;
2. Programa de uso público (visitação);
3. Programa de pesquisa e monitoramento;
4. Programa de gestão socioambiental;
5. Programa de manejo da biodiversidade;
6. Programa proteção ambiental.

Cada programa tem sido gerido a partir de parcerias público-privada, cujo intuito é garantir o fomento de ações, do mesmo modo que realizar todas as etapas sugeridas sem a necessidade de paradas que pudessem comprometer o cronograma de execuções, pois, a depender do que se trata, poderia ocasionar possíveis retrocessos para o território da APACC. De maneira geral os programas de ação têm contribuído com melhorias de infraestrutura, gestão, manejo, proteção, pesquisa e monitoramento da UC (ICMBIO/COSTA DOS CORAIS, 2013).

Com base no plano de manejo e seus objetivos, zoneamento e programas de ação, a gestão da APACC determinou as zonas de atuação para cada tipo de uso e suas respectivas atividades nos âmbitos social, cultural, ecológico e econômico, a fim de diminuir os impactos negativos que a utilização de uma das zonas que seja indevida pode acarretar e danificar o equilíbrio de todo o território da APACC (Quadro 08). Portanto, o zoneamento minucioso permitiu a entender os riscos para cada zona, como também as atividades que devem ser realizadas, de maneira que esteja garantida a proteção do ambiente.

Quadro 08 – Resumo das regras por tipo de atividade por Zona – APACC.

Atividades	ZONAS					
	ZUS	ZC	ZEP	ZT	ZV	ZPVM
Turismo de base comunitária	P	P	NP	R	P	NP
Turismo particular	P	R	NP	R	P	NP
Passeio de Catamarã	R	NP	NP	NP	P	NP
Passeio Lancha ou Barco	R	R	NP	NP	P	NP
Mergulho Autônomo Particular	P	NP	NP	R	P	NP
Operadores de mergulho	P	NP	NP	R	P	NP
Pesca Amadora	P	NP	NP	NP	NP	NP
Pesca Subaquática	P	NP	NP	NP	NP	NP
Jet-sky (motonáutica)	P	NP	NP	NP	NP	NP
Tráfego Marinho de barcos de pesca e turísticas (NORMAN)	P	R	R	R	R	NP
Pesca de Linha	P	R	R	P	NP	NP
Coleta manual	P	R	R	P	NP	NP
Pesca de arrasto de porta motorizado	NP	NP	NP	NP	NP	NP
Cerco Motorizado	R	R	R	NP	NP	NP
Cerco não motorizado	P	R	R	P	NP	NP
Armadilha para peixe	P	R	R	NP	NP	NP
Armadilha para lagosta	P	R	R	NP	NP	NP
Didática no âmbito do ensino superior	P	P	P	P	P	NP
Atividades com finalidade científica	P	P	P	P	P	R
Legenda 1: NORMAN = Normas da Marinha do Brasil. ZUS = Zona de Uso Sustentado. ZC = Zona de Conservação. ZEP = Exclusiva de Pesca.			Legenda 1: ZT = Zona de Transição. ZV = Zona de Visitação. ZPVM = Zona de Preservação da Vida Marinha.			
Legenda 2: P = Permitido, considerando a legislação em vigor, as normas da APACC e da referida Zona. NP = Não Permitido. R = permitido com restrições específicas, conforme normas da ZONA.						

Fonte: ICMBio/Plano de Manejo APACC, 2013; PAPP, 2017. Adaptado por Celso C Gomes, 2019

As regras estabelecidas no zoneamento foram condutoras da estruturação e organização dos múltiplos usos do território da APACC, notadamente sabe-se que acontecem erros e o documento é flexível para dar oportunidade de mitigá-los com propostas que atendam a dinâmica local atrelada à sustentabilidade UC (SACHS, 2004; VEIGA, 2015).

O território da APACC é composto por recifes de corais e mangues, sendo uma das principais características da área o que confere elevada biodiversidade e representa a diversidade de grupos marinhos como algas, corais, peixes, crustáceos, moluscos, mamíferos aquáticos e outros, e ainda tem a inclui a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção como as tartarugas, baleias e o Peixe-Boi Marinho que consagra a UC como “Santuário” dessa espécie (Figura 10).

Figura 10 – Manguezais nas margens do Rio Tatuamunha – APACC.



Fonte: Toyota-APA-Costa-dos-Corais (www.motomais.com.br), 2019.

O município de Paripueira, que está no território de influência da APACC, possui uma unidade de conservação – UC denominada como o Parque Municipal Marinho de Preservação do Peixe-Boi Marinho, localizado mais precisamente na Praia de Paripueira, lugar onde se encontra a maior concentração de Peixes-Boi marinhos de todo o nordeste brasileiro, um dos mamíferos aquáticos com maior índice de ameaça de extinção do Brasil.

O Parque Municipal Marinho de Preservação do Peixe-Boi está sobreposto ao território da APACC o que garante, de certo modo, maior proteção, preservação e conservação. Na verdade, o parque foi criado por meio da Lei Municipal nº 12/1993, isto é, bem anterior à criação da APACC e sendo uma das primeiras iniciativas de preservação na Costa dos Corais, não só do peixe-boi, mas também com a finalidade de conciliar a proteção da flora, fauna e belezas naturais, com os objetivos de pesquisa, monitoramento e social (PROJETO ORLA PARIPUEIRA, 2012).

Antes de analisar o território da APACC é preciso adentrar a sua área contígua e de influência, por causa das relações econômicas, sociais, ecológicas e culturais que estão envolvidas e interferem na dinâmica produtiva local e acontecem independentemente dos seus limites como unidade de conservação, por isso que entender a lógica produtiva por todo território adjacente é determinante para a compreensão dos conflitos, contradições e antagonismo no território em questão.

A área contígua e de influência do território da APACC abarca 11 (onze) municípios, são eles: Maceió¹⁴, Paripueira, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto da Pedra, Japaratinga e Maragogi que são pertencentes ao Litoral Norte de Alagoas, do mesmo modo que fazem parte da Região Turística Costa dos Corais; e São José da Coroa Grande, Barreiros e Tamandaré que pertencem ao Litoral Sul de Pernambuco e fazem parte da Região Turística, Histórica Costa dos Arrecifes e Manguezais.

Como já destacado, compreender as relações e conexões entre a APACC e a sua área contígua e de influência permite entender como acontece os múltiplos usos do território e a sua produção e reprodução social, da mesma maneira que contribui para perceber como ocorreu a territorialização e suas territorialidades, com isso viabiliza que a análise aprofunde a identificação e caracterização da totalidade espacial.

Em vista disso, apresenta-se uma visão geral dos municípios no território da APACC (Quadro 09), cujo intuito é situá-los quanto às suas características gerais, o que permitirá compreender a sua dinâmica produtiva, a potencialidade existente para atividades específicas, o breve contexto histórico produtivo que estão inseridos, mais também sua atratividade conectada ao turismo.

¹⁴ O município de Maceió/AL não será considerado na pesquisa porque a APACC não percorre todo o seu território, bem como por se tratar de uma Capital Estadual, logo os dados estatísticos poderão alterar significativamente a análise, sendo assim para evitar possíveis distorções no quadro socioeconômico ficou estabelecido do não uso do referido município, como já justificado em nota de rodapé na apresentação da pesquisa.

Quadro 09 – Visão geral dos municípios do Território da APACC.

Municípios do Território da APACC	
<p>• Paripueira/AL: Distante 36 km do centro de Maceió. A cidade originou-se a partir de uma colônia de pescadores. Devido a sua proximidade com Maceió, passou a ser área de veraneio. Até 1988, o povoado pertencia ao município de Barra de Santo Antônio. A população é de aproximadamente 10 mil habitantes e a economia é gerada pela pesca, turismo e cana-de-açúcar. O município possui infraestrutura e belas praias, a exemplo de Paripueira e Sonho Verde, onde estão concentradas as piscinas naturais;</p>	<p>• Barra de Santo Antônio/AL: O município fica distante 45 km de Maceió e sua população é de aproximadamente 15 mil habitantes. A sede municipal, que está localizada às margens do Rio Santo Antônio, que deu origem ao nome da cidade, se divide entre a simplicidade da vida dos seus nativos e a grandiosidade de alguns monumentos históricos da arquitetura holandesa do século 18. A maior riqueza do município é o patrimônio natural, possuindo um grande rio margeado por manguezais e belas praias como Tabuba, Carro Quebrado e a Ilha da Croa;</p>
<p>• Passo de Camaragibe/AL: Distante 89 Km de Maceió, tem uma população de cerca de 14 mil habitantes. Nas margens do rio Camaragibe começou o povoado de Passo, ponto em que o rio oferecia mais facilidade na passagem daqueles que vinham de Pernambuco para Alagoas, sendo ponto de apoio para os navios holandeses. Daí a origem do nome, que passou a ser cidade em 1880 e fez parte dos acontecimentos históricos devido à invasão holandesa. Pousadas e hotéis fazenda fazem parte da paisagem que tem no cultivo do coco da Bahia, cana-de-açúcar, pesca e pecuária suas principais atividades econômicas. O coco de roda e samba matuto são os representantes da cultura popular. Os principais atrativos são os rios, lagoas e manguezais, além do mar e dos recifes e corais. As principais praias são da Barra de Camaragibe, Marceneiro e Morros;</p>	<p>• São Miguel dos Milagres/AL: Distante 93 km de Maceió, o município tem aproximadamente 9 mil habitantes. Passou a ser município em 1960 e até hoje mantém um aspecto rural. O município é tranquilo e de paisagens paradisíacas, o que estimulou a criação de pousadas caracterizadas como “pousadas de charme”, destacando-se por ser um dos circuitos de hospedagem mais charmosos do Brasil. No passeio de barco nas águas do Rio Tatuamunha é possível conhecer o projeto de conservação do peixe-boi marinho e eventualmente avistar os animais nadando entre os manguezais. As Praias do Toque, Porto da Rua e São Miguel dos Milagres são os principais atrativos do município. Além destes atrativos, na parte continental, há o Morro do Cruzeiro onde se pode ter uma ampla visão, não apenas do município, mas de uma grande parte do litoral da Costa dos Corais;</p>
<p>• Japaratinga/AL: Distante 121 km de Maceió, com aproximadamente 8 mil habitantes, originada a partir da colônia de pescadores cujo desenvolvimento foi a partir do século 19 com o início do ciclo do coco. Até 1960, Japaratinga pertencia a Maragogi, e hoje, é um importante polo turístico dotado de boa infraestrutura turística com restaurantes, hotéis e pousadas. As fazendas de coqueiros são um dos atrativos do município e podem ser visitadas por passeios a cavalos. Assim como nos outros municípios os principais atrativos são as praias, como por exemplo, Barreira do Boqueirão e Bitigui;</p>	<p>• Maragogi/AL: Distante 131 km de Maceió, com uma população de 25 mil habitantes, é o segundo destino mais procurado de Alagoas. Devido ao rio que banha o local, Maragogi, que significa “rio livre”, deu nome ao povoado em 1892. A infraestrutura turística conta com vários hotéis, pousadas, hotéis fazenda, restaurantes, centros de artesanato e várias opções de lazer ao visitante. O município conta com uma grande diversidade de atrativos, como por exemplo, fazendas com trilhas de Mata Atlântica, coqueirais, praias e as piscinas naturais (principal atrativo do município). O turismo desponta como principal atividade econômica, em seguida serviços de forma geral;</p>
<p>• Porto de Pedra/AL: Distante 128 km de Maceió, tem uma bela paisagem entre o mar e uma bela encosta, que deu origem ao nome do povoado, que passou a ser município em 1921, e tem uma população de aproximadamente 11 mil habitantes. Em 1633, sofreu a invasão dos holandeses, mas os portugueses conquistaram o domínio de volta, e parte dessa época ainda está preservada na conservação de alguns prédios dos séculos 17 a 19. Praias de Tatuamunha e do Patacho, A travessia de balsa pelo Rio Manguaba, entre o município e Japaratinga;</p>	<p>• São José da Coroa Grande: foi emancipado de Barreiro em 1958, localizado na Mesorregião Mata Sul Pernambucana, mais precisamente na Microrregião da Mata Meridional a cerca de 116km de Recife/PE, possui uma população estimada de 21.298 habitantes (IBGE, 2019). A economia é voltada para a agricultura, sobretudo, produção de cana-de-açúcar, comércio, indústria de transformação e o turismo que tem despontado como uma das principais atividades econômicas. Seus principais atrativos turísticos são as Praias da Coroa Grande, Gravatá e da Várzea do Una;</p>
<p>• Barreiros: fica localizado na Microrregião da Mata Meridional de Pernambuco, a cerca de 100 km de Recife/PE, possui uma população estimada de 42.659 habitantes (IBGE, 2019) e teve sua emancipação política de Rio Formoso, em 1860. O município tem como base da economia a agricultura com destaque à produção de cana-de-açúcar, o comércio, serviços e o turismo como atividade potencial. Tem como</p>	<p>• Tamandaré/PE criado em 28 de setembro de 1997, seu território foi desmembrado do território de Rio Formoso. Apesar de ser um município novo, é uma localidade bastante antiga, cuja denominação resulta do acidente geográfico que é a baía de Tamandaré (CONDEPE, 1992). Possui uma população estimada de cerca de 23 mil habitantes (IBGE, 2019). O município tem sua economia baseada na produção agrícola, especialmente, cana de açúcar, outra atividade que</p>

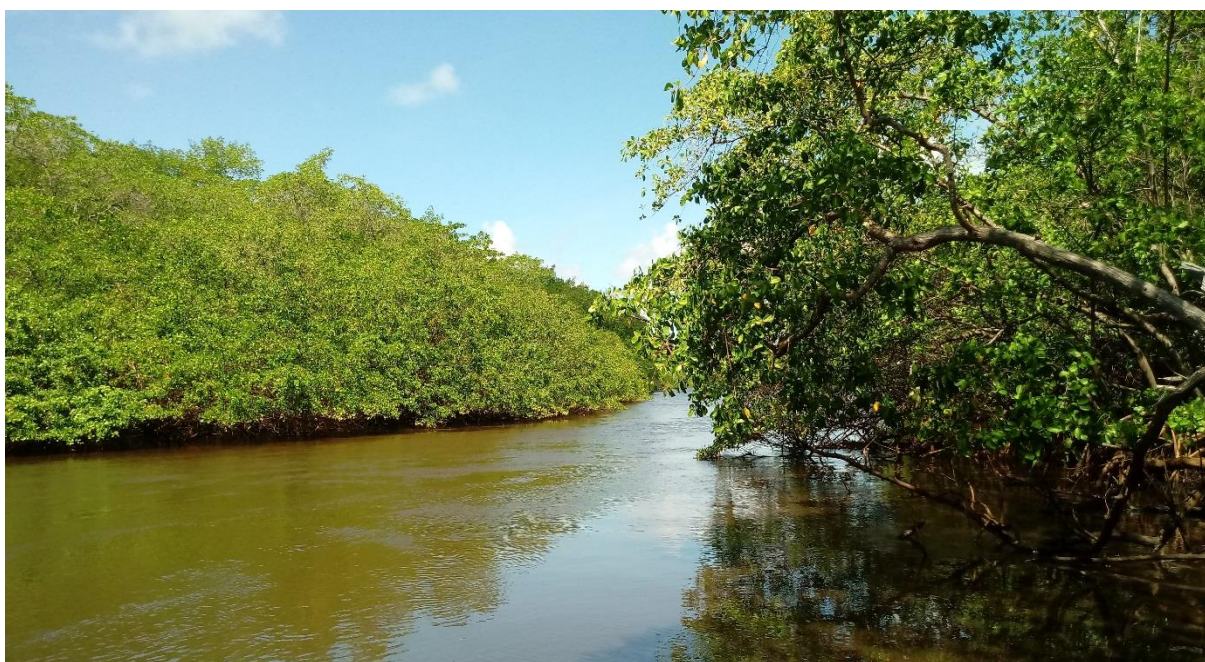
principal atratividade turística a Praia de Porto. Barreiros tem em seu território a presença de UC são os casos da APACC e da APAG. O município apresenta elevada desigualdade social e um quadro de vulnerabilidade ambiental bastante peculiar em função da sua estrutura geomorfológica;	tem se destacado é o turismo devido à beleza cênica de suas praias, principalmente, dos Carneiros. Tem quadro unidades de conservação no município, duas federais a APACC e Rebio Saltinho, uma estadual APA de Guadalupe e outra municipal o Parque Natural Municipal do Forte de Tamandaré.
--	---

Fonte: ICMBio, 2017; IBGE, 2019; SEDETUR/AL, 2016, CPRM, 2013. Adaptado por Celso C Gomes, 2019.

Os municípios do território da APACC de forma geral possuem um panorama histórico de formação territorial e econômica semelhantes, inclusive no contexto de desigualdades socioespaciais, destacam-se na produção canavieira e o processo de territorialização nas últimas décadas (1970 a 2019) têm contribuído para a reestruturação produtiva dos seus territórios em função da intervenção pública e do mercado, especialmente, embasados nas políticas públicas espaciais que têm sido promovidos durante esse período.

No contexto ambiental o território da APACC recebe a influência de 04 (quatro) Regiões hidrográficas no litoral alagoano, são elas: o Complexo Lagunar Mundaú-Manguaba, a do Rio Pratagy, a do Rio Camaragibe e a do Litoral Norte (SEMARH/AL, 2019); e 02 (duas) Bacias Hidrográficas no litoral pernambucano, a saber: Bacia hidrográfica do Rio Sirinhaém e Bacia do Rio Una (APAC/PE, 2019). Os rios que estão presentes na Costa dos Corais contribuem para a formação de diversos estuários e manguezais (Figura 11) que possibilitam a manutenção da vida marinha por se tratar de localidade de reprodução e alimentação, mas também é oportunizado para conservação das comunidades pesqueiras presentes no território.

Figura 11 – Manguezal no Rio Tatuamunha – APACC.



Fonte: Celso C. Gomes (Abril/19), 2019.

Os manguezais protegem a costa da erosão marinha e retêm sedimentos, por isso, contribuem para acumular nutrientes, ao mesmo tempo em que evitam assoreamento da costa. O nível de conservação dos manguezais da APACC é muito interessante, tanto que é promovida em parceria com IBAMA, ICMBio e Centro Mamíferos Aquáticos – CMA a reinserção do peixe-boi marinho na foz da Bacia do Rio Tatuamunha que é considerada o Santuário desse mamífero aquático (Figura 12).

Figura 12 – Praia e Foz do Rio Tatuamunha – Santuário do Peixe-Boi Marinho- APACC.



Fonte: Tatuamunha Turismo e Lazer (<http://tatuamunha.com.br/index.html>), 2019

O clima característico da Costa dos Corais é o tropical litorâneo, apresenta temperaturas acima dos 30° C, praticamente o ano todo, sendo marcado por duas estações uma seca e outra chuvosa com índices pluviométricos que ultrapassam os 2.000 mm (APAC/PE, 2019; SEMARH/AL, 2019), de modo que o território da APACC tem abundância de chuvas, mesclados com seus variados rios que constroem um cenário indescritível para o turismo.

O território da APACC, além da presença da vegetação de mangue e restinga, também as matas ciliares e pequenos resquícios de mata atlântica distribuídos, principalmente, nas partes mais elevadas do relevo. Importante destacar que esta área é reduto da mata atlântica, todavia,

ao longo dos séculos, tem sido suprimida para dar origem aos plantios de cana-de-açúcar. O relevo é caracterizado predominantemente pela planície e tabuleiros litorâneos.

Em se tratando da geomorfologia do território da APACC há predominância de praias planas e de areias claras e finas formando grande enseadas. Nas proximidades dos estuários, predominam as praias planas e de areias claras e finas que formam grandes enseadas. Nas proximidades dos estuários as praias possuem formação de sedimento muito fino e coloração escura com consistência lodosa, em função dos sedimentos carreados pelos rios. Os municípios de Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe e Japaratinga, em Alagoas, têm praias diferenciadas com presença de falésias e encosta de tabuleiro costeiro. As restingas ocorrem praticamente em todos os municípios da Costa dos Corais.

Há presença marcante e de predomínio na APACC do ecossistema recifal (Figura 13), praticamente por toda a UC, desde a linha de praia até aproximadamente 30 km com formações de recifes sobre a plataforma continental. Podem apresentar duas formações básicas: recifes de corais, constituídos por camadas sobrepostas resultantes da sedimentação de esqueletos de organismos marinhos ou recifes coralígenos, compostos principalmente por sedimentação de arenito e algas calcárias. Esses, por sua vez, podem ser recifes de franja ou de barreira (FERREIRA; MAIDA, 2006; ICMBIO/APACC/PAPP, 2017).

Figura 13 – Recifes de Coral na Praia dos Carneiros, em Tamandaré/PE – APACC.



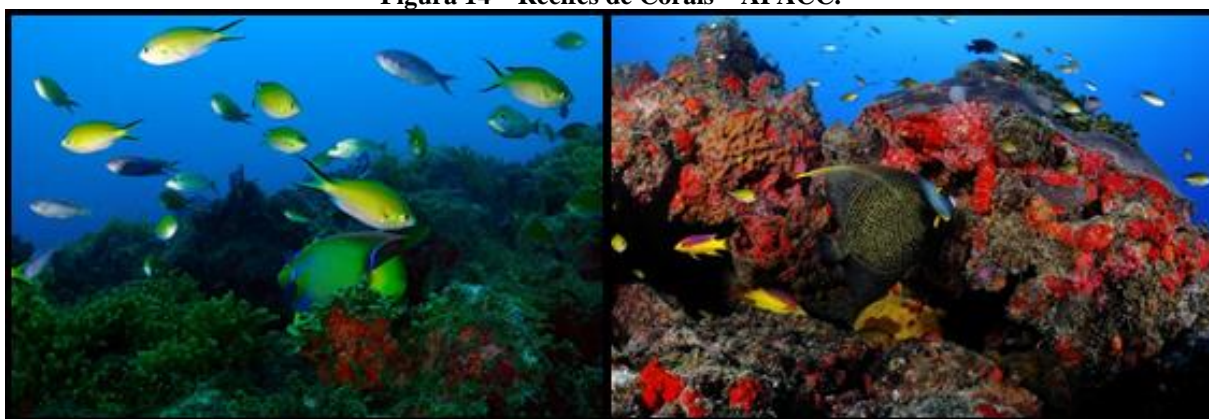
Fonte: Bruno Silva (<https://emalguumlugardomundo.com.br/praias-dos-carneiros-pernambuco/>), 2018.

De acordo Maida *et al* (2003) As formações coralígenas, paralelas à linha da costa, são responsáveis pela configuração das chamadas “piscinas naturais” destacando-se como um dos

mais importantes atrativos turísticos do litoral alagoano e pernambucano, como por exemplo, as piscinas naturais das praias de Pajuçara, Ipioca, Paripueira, Japaratinga, as galés de Maragogi, Porto de Galinhas, Tamandaré e São José da Coroa Grande.

Na APACC, os recifes de coral apresentam características peculiares (Figura 14), em função do tipo de crescimento isolado em colunas, notadamente com colunas com altura de cinco a seis metros e expandidos lateralmente no topo. Tais aspectos contribuem para que nas localidades que a um denso crescimento das colunas de coral, os recifes agrupam-se em seus topos, com isso constituem grandes estruturas com espaços abertos abaixo da superfície que formam um sistema de cavernas interconectadas (FERREIRA; MAIDA, 2006).

Figura 14 – Recifes de Corais – APACC.



Fonte: ICMBio, 2016.

A fauna de coral dos recifes na APACC é mais abundante e rica do que mais ao norte do Brasil, por isso que das 18 (dezoito) espécies existentes de corais pétreos que foram descritas na costa brasileira, 09 (nove) espécies desses corais são observados neste território, sendo os “principais formadores de corais nessa região são as espécies *Mussismilia harttii* e *Montastrea cavernosa*” (MAIDA; FERREIRA, 1997).

De acordo com Ferreira e Maida (2006), os estudos do pesquisador Laborel (1969) e Dominguez *et al* (1990) caracterizaram e concluíram que os recifes são formados por estruturas calcárias com crescimento no topo de bancos, especialmente, de arenitos. Já a segunda linha de corais é formada por recifes superficiais que emergem de profundidades entre um e oito metros, a depender da profundidade da lagoa e são expostos superficialmente na maré baixa. A terceira linha tem formação de uma barreira de coral com padrão de colunas de topos interconectados sobre um complexo de sistema de cavernas (MAIDA; FERREIRA, 2006).

Os recifes de coral presentes no território da APACC potencializaram a criação da UC com o objetivo, principal, de promover proteção e preservação, contudo paralelamente também

fomentaram e fortaleceram um dos usos do território, isto é, o turismo, uma vez que a própria formação dos corais, aliados às piscinas naturais (Figura 15), às praias paradisíacas e aos deslumbrantes estuários contribuíram para a ascensão da atividade que provoca impactos negativos significativos por meio da ação antrópica que acontecem nos limites da UC, da mesma maneira que são constituídos pelo dinamismo no território adjacente e de influência.

Figura 15 – Piscinas Naturais da Praia Porto da Rua – São Miguel dos Milagres/AL.



Fonte: Liany Garves (www.viagemeturismo.abril.com.br – Acesso 15 maio.2019), 2019.

Historicamente, outros impactos de origem antrópica também já foram registrados na APACC, mesmo antes de sua criação, por exemplo, quanto à extração de corais por meio da sedimentação para serem utilizados na agricultura, tal como a pesca predatória no ambiente e o turismo desordenado (MAIDA; FERREIRA, 2006). Infelizmente, parte desses impactos negativos continuam a acontecer nessa UC que é de suma importância para a proteção dos recifes de coral na costa brasileira e mundial.

A APACC possui uma estrutura institucional construída ao longo do seu período de criação com bases avançadas e infraestrutura, da mesma forma que tem um arcabouço legal estabelecido que dá suporte à gestão da UC e norteia as ações dos programas designados no plano de manejo (Quadro 10), como também permite desenvolver ações de educação ambiental, fiscalização, autuação, conduta consciente, criação Conselhos de Defesa do Meio Ambiente,

Conselhos Municipais de Turismo, fortalecimento de associações, entre outros mecanismo que contribuam com a gestão.

Quadro 10 – Legislação Específica da APACC.

Documento	Descrição
Portaria ICMBio nº 412 abril de 2018	Estabelece normas e procedimentos para o Cadastramento e a Autorização de Uso para o exercício das atividades e serviços comerciais de visitação na Zona de Visitação (ZV) de Ponta de Mangue, no município de Maragogi (AL), na Zona de Visitação (ZV) da Prainha, no município de São José da Coroa Grande (PE), e na Zona de Conservação da Vida Marinha (ZCVM) do Peixe-Boi, nos municípios de São Miguel dos Milagres (AL) e Porto de Pedras (AL).
Portaria ICMBio nº 85 janeiro de 2018	Delimita a Zona de Visitação na APACC, em Ponta de Mangue – Maragogi/AL.
Portaria ICMBio nº 638 outubro de 2017	Estabelece normas e procedimentos para o uso público na Zona de Visitação da Piscina Natural do Picão, em Japaratinga/AL.
Portaria ICMBio nº 95 outubro de 2016	Delimita as Zonas de Preservação da Vida Marinha e de Visitação na APACC, em Japaratinga/AL.
Portaria ICMBio nº 145 dezembro de 2014	Altera normas da Zona de Visitação do Plano de Manejo da APACC.
Portaria ICMBio Nº 12 fevereiro de 2014	Renova o Conselho Consultivo da APA Costa dos Corais.
Portaria ICMBio Nº 144 de fevereiro de 2013	Aprova o Plano de Manejo da APA Costa dos Corais.
Portaria ICMBio Nº 62 de 2011	Cria o Conselho Consultivo da APA Costa dos Corais.
Portaria ICMBio nº 49 de 2011	Delega competência ao Chefe da APACC para outorgar a pessoas físicas, autorização para prestação de serviços e realização de atividades de apoio à visitação na UC.
Instrução Normativa ICMBio nº 14 de 2010 – REVOGADA	Dispõe sobre o ordenamento da atividade de turismo e demais formas de exploração econômica das piscinas naturais de Maragogi e Paripueira.
Instrução Normativa ICMBio nº 8 de 2009 – REVOGADA	Cria e regulamenta as Zonas de Visitação e uso Público em Maragogi e Paripueira.
Instrução Normativa ICMBio nº 06 de 2008	Cria área de recuperação recifal (Zona de Preservação da Vida Marinha) em Tamandaré.
Portaria IBAMA nº 35 de 2002	Regulamenta o cadastro da atividade pesqueira na APACC.
Portaria IBAMA nº 33 de 2002	Atividades proibidas na APA Costa dos Corais.
Decreto de criação da APAC s/n de 1997	Cria a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais.

Fonte: ICMBio/APACC, 2019.

A gestão da APACC possui interessante arcabouço legal para o auxílio e balizamento do monitoramento, pesquisa, fiscalização e uso do território, entretanto, a sua extensa área, os múltiplos usos, os diversos municípios na área contígua e de influência, somados aos diferentes atores sociais são fatores que complexificam os procedimentos e contribuem, inclusive, para gerar conflitos, adversidades e contestações.

Os conflitos de usos do território pela especulação imobiliária, construções irregulares na linha de costa ou em áreas proibidas pela legislação (Figura 16), saneamento, embarcações em localidades fora da zona de visitação, limitação de número de embarcações e visitas, mais a pesca predatória, aliados aos conflitos diversos que já ocorrem na estrutura municipal e estadual amplificam os problemas no território da APACC, pois, como já mencionado, não se pode, somente, verificar os limites da UC, se faz necessário inter-relacioná-los com o território municipal, haja vista que é na municipalidade onde estão os equipamentos turísticos, por exemplo, e se configuram as relações sociais de produção e reprodução através dos “homens, firmas, infraestrutura instituições e meio ecológico” (SANTOS, 1985, op. cit.).

Figura 16 – Praia de São José da Coroa Grande/PE – APACC.



Fonte: Celso Cardoso Gomes (jun. 19), 2019.

A atividade de gestão da APACC demanda da organização, participação efetiva dos atores sociais envolvidos e, sobretudo, articulação entre as esferas públicas no que concerne ao planejamento adequado, eficiente, transparente e com destaque para as especificidades nas escalas local, regional, nacional e global (CORRÊA, 2011) porque direcionará para apropriado

gerenciamento das contradições e antagonismo que surgirão frutos das relações sociais de produção.

No intuito de compreensão de magnitude e amplitude da estrutura de gestão em torno da APACC importante destacar que seu território adjacente possui 10 (dez) municípios com cerca de 187.000 habitantes (IBGE, 2019), quadro de desigualdade social elevada (PNUD, 2019), geração de emprego e renda deficientes (MTE, 2019, IBGE, 2019), baixa percentagem de esgotamento sanitário (IBGE, 2019) e demais infraestruturas locais desordenadas, portanto, uma conjuntura que não favorece e nem está de acordo com os objetivos proposto no plano de manejo da UC, da mesma maneira com a legislação ambiental nas três esferas governamentais.

O território da APACC e sua área adjacente tem uma ocupação caracterizada pelo comércio portuário e a produção canavieira a partir do século XVII, inclusive, as formas ou melhor as rugosidades desta territorialização estão presentes no espaço, assim externam suas funções, estruturas e processos daquele período e que influenciaram a formação econômica, social e espacial (SANTOS, 1977) do período atual.

As características naturais do território, destacadamente, a grande quantidade de rios navegáveis, a existências de solos férteis, clima tropical e a abundância de água foram determinantes para a apropriação do território pelos colonizadores, escravos e produtos para suprirem a permanência das denominadas empresas coloniais, com presença marcante dos holandeses e portugueses no desbravamento exploratório mercantilista do período colonial.

Os séculos XVI e XVII foi um período de implantação do modelo mercantilistas com uma lógica exploratória da terra através da produção da cana-de-açúcar e, por sua vez, desenvolvimento dos engenhos de açúcar, cuja produção tinha base na mão de obra escravocrata e a presença de uma elite aristocrata rural.

Na verdade, o território era povoado pelos índios Potiguara e outras etnias, assim ficaram as heranças indígenas nos nomes dos lugares e costumes diversos, como o artesanato de palha e a casa de farinha. Já dos engenhos permaneceram costumes como a inserção de produtos na culinária como licores, cachaças e doces de frutas.

A presença da aristocracia rural e o desenvolvimento da cultura canavieira é extremamente marcante no território e visível nas formas espaciais pelas suas rugosidades, como já enfatizado, a formação dos municípios tem embasamentos na história econômica e social do período colonial, tanto que vários cidades foram originadas a partir do desmembramento do território de outra municipalidade e, caso seja analisado com maior aprofundamento será ratificado que teve início de uma sesmaria concedida naquele período.

4.2 Territorialização com moldes de urbanização turística

Entender o processo de urbanização do território da APACC e sua dinâmica produtiva histórica se faz necessário, com intuito de analisar os processos urbanos vinculados à Região Nordeste, especialmente do Litoral Norte do Estado de Alagoas e do Litoral Sul do Estado de Pernambuco, em virtude de terem características comuns.

Pode-se dividir o processo de urbanização do litoral nordestino, em particular, do Estado de Alagoas e do Estado de Pernambuco em três grandes períodos (Quadro 11):

Quadro 11 – Períodos da urbanização do litoral nordestino (Alagoas e Pernambuco).

Períodos (ANOS)	Acontecimentos	Características e formas de ocupação
1500 a 1800	Apropriação das terras pelos colonizadores, primeiras povoações, portos, fortificações, igrejas produção de açúcar, coco e pesca.	a) portos fluviais – localizados em fundo de estuário, nos pontos onde os rios deixavam de ser navegáveis, que desempenharam importante papel no escoamento do açúcar. Desses portos surgiram os núcleos primitivos de Porto Calvo, Porto de Pedras, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso e Barreiros (PPSHI, 1982 apud CPRH, 2003); b) edificações religiosas – erigidas em sedes de engenhos e seguida da criação de paróquias, do que é exemplo a “freguesia de Santo Antônio do Cabo”, hoje cidade, cujo “arraial embrião [...] começara a se configurar entre 1571 e 1580 em terras do engenho Barbalho” (ANDRADE; LINS, 1984, apud CPRH, 2003); c) fazenda de coco, vila de pescadores e porto litorâneo – aos quais se deve o nascimento dos núcleos urbanos de São José da Coroa Grande, Barra do Sirinhaém, Tamandaré, Maragogi, Japaratinga, entre outros.
1801 a 1950	Consolidação da produção de açúcar, coco e pesca, primeiras vilas, abertura dos portos, pequenas aglomerações urbanas.	Elevados à categoria de vila Rio Formoso, Porto Calvo, Porto das Pedras, São José da Coroa Grande, São Miguel dos Milagres, Cabo de Santo Agostinho, Passo de Camaragibe etc. Transformação de vilas em municípios, intervenção do estado em novas atividades econômicas.
1951 a 2017	Declínio da cana-de-açúcar, inserção de novas atividades Criação do Distrito Industrial do Cabo, implantação da ferrovia, estradas, reestruturação produtiva do território.	Desapropriação de engenhos, incentivos a diversificação econômica, projeto de colonização (Pernambuco), estímulo à diversificação agrícola, parcelamento da terra ao longo da BR-101 Sul, loteamentos dos engenhos, crise e decadência da produção do açúcar. O PROTERRA (1971), Macro-projetos de urbanização, PROÁLCOOL (1970), Destilarias e produção de cana-de-açúcar em larga escala, concentração fundiária, migração para os centros urbanos, turismo de segunda residência, descoberta do litoral e fortalecimento da atividade turística etc.

Fonte: Andrade, 1968; Andrade; Lins, 1984, CPRH, 2003, Lima, 2006. Adaptado por Celso C Gomes, 2019

De forma geral, a partir do século XVI, o povoamento e a estrutura produtiva do litoral nordestino avançam significativamente, especialmente, a partir do estabelecimento do Sistema de Capitânicas Hereditárias, em 1535, quando é criada a Capitania de Pernambuco (CONDEPE, 1998) e tinha como característica principal o modelo de exploração da produção açucareira no período colonial do Brasil.

De acordo com Andrade (1968; 1989), nas três primeiras décadas do século XVI aconteceu o que aqui é denominado de primeira territorialização (HAESBAERT, 1999) do Litoral Norte Alagoano e Litoral Sul de Pernambucano, uma vez que o fidalgo alemão Cristovão Linz obtém grande sesmaria ao sul da zona costeira pernambucana, naquele momento, Capitania de Pernambuco, e funda 05 (cinco) engenhos nos vales do Manguaba e do Camaragibe, assim constituindo o início da dinâmica produtiva desse território que tem foco na agricultura canavieira.

As terras férteis, os índices pluviométricos e os solos interessantes do litoral alagoano e pernambucano contribuíram, efetivamente, para que a cultura canavieira obtivesse sucesso, como também a condição de reserva de mata em abundância que alimentava os fornos dos engenhos “banguês”, posteriormente substituídos pelas usinas de cana de açúcar (ANDRADE, 1968, LIMA, 2006).

Outra característica importante era o sistema fluvial existente que facilitava o deslocamento das cargas de açúcar. Estas características contribuíram para que o território fosse sendo ocupado e a inserção de novas atividades fosse oportunizada, como por exemplo, o comércio, particularmente, às margens do Rio Formoso, na denominada Vila de Tamandaré que abrigava o Porto de Tamandaré importante centro de distribuição do açúcar, tal qual destacado abaixo pelo CONDEPE (1992):

Por ter profundidade adequada à navegação em todo o seu percurso, o rio Formoso propiciou o transporte de açúcar para o Recife e também diretamente para o porto de Tamandaré de onde era exportado, além de facilitar o transporte de pessoas e a comercialização de gêneros alimentícios diversos. A intensificação do transporte fluvial possibilitou o surgimento de estaleiros, ampliou a atividade pesqueira e a agricultura na área litorânea, destacando-se nesse item a cultura do coco que além de propiciar o fruto já bastante consumido na época, fornecia matéria prima para a fabricação de móveis e outros utensílios. (CONDEPE, 1992, p. 18)

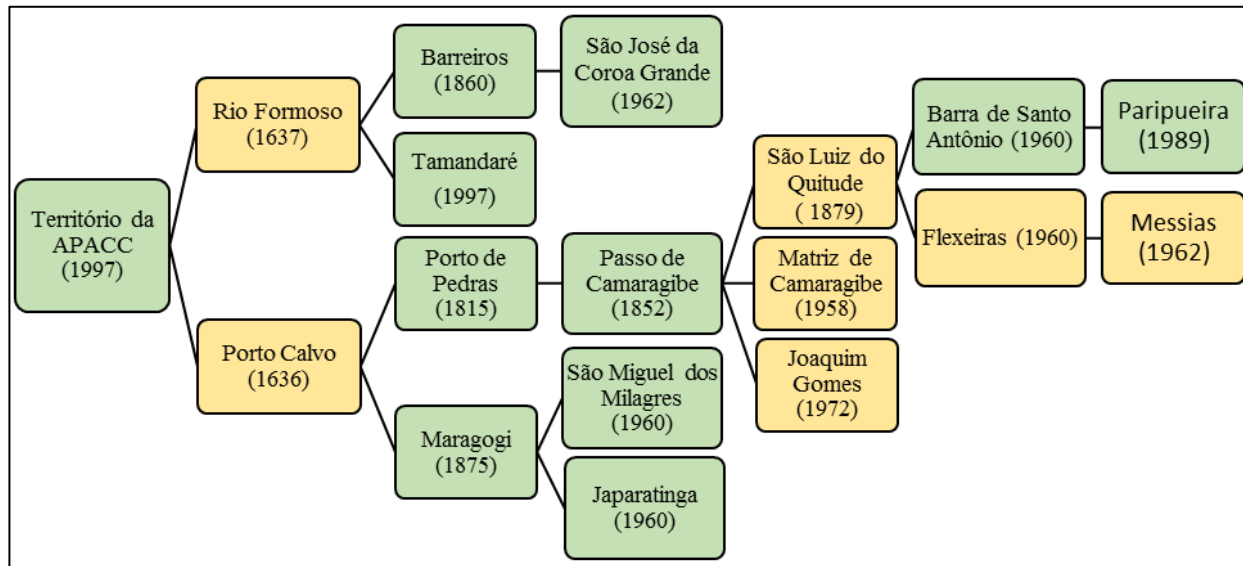
As características naturais foram potencializadoras desta primeira territorialização, no período colonial brasileiro, que assim seguiu a vocação açucareira e foi aumentando e conquistando novas terras, conseqüentemente foco de atração de trabalhadores e surgimentos de aglomerações urbanas (LOUREIRO, 1970, p. 22), fatos que colaboraram para o aumento do

número dos engenhos que rapidamente atingiram o somatório de 10 (dez) unidades (1630-1654), o conhecido período de domínio holandês (LOUREIRO, 1970; ANDRADE, 1997). Conforme Diegues Júnior (1980) e Lindoso (2000)

Desde cedo os engenhos começaram a pontilhar o território alagoano, o antigo ‘sul’ da Capitania de Pernambuco, (...) e também se legalizava com as doações de sesmarias; e completava-se com os caminhos, as picadas, as vias de acesso, que avançavam, sempre, em busca da civilização nos centros mais adiantados, e pelos caminhos do mar e dos rios – estradas líquidas – que Deus legou ao homem num desafio à sua audácia. (DIEGUES JÚNIOR, 1980, p. 42; LINDOSO, 2000, p. 37).

A cana-de-açúcar se adaptou interessantemente aos solos alagoanos e pernambucanos onde hoje se localiza o território contíguo e de influência da APACC, sendo os municípios de Rio Formoso e Porto Calvo (Figura 17), respectivamente no período colonial o Engenho Rio Formoso e a Vila de Bom Sucesso destaques no processo de territorialização que foi condicionada pela urbanização, embora a força motriz tenha sido a produção canavieira, as formas presentes no espaço e a estrutura são marcantes e se põem como rugosidades que apresentam a formação econômica, social e espacial, notadamente pela economia açucareira.

Figura 17 – Evolução histórica dos municípios do território da APACC.



Fonte: Frigolletto, 2019; IBGE Cidades, 2019. Adaptado por Celso C Gomes, 2019.

Até o início do século XVII, o povoamento do litoral nordestino ocorre intensamente devido ao crescimento econômico obtido pelo sistema canavieiro, desta forma, foi condicionada a formação de pequenas aglomerações urbanas; a partir daí, há o desenvolvimento do mercado de abastecimento local e o fortalecimento da agroindústria canavieira, tornando o território da Mata Meridional de Pernambuco e o Litoral Norte de Alagoas uma das áreas mais tradicionais de produção de cana-de-açúcar.

Conforme Andrade (2002), no século XVII, inicia-se o processo de colonização do Brasil pelos portugueses, os quais implementam a *plantation* açucareira em Pernambuco e na Bahia, em substituição à atividade extrativista do pau brasil e de outros produtos de valoração econômica mais baixa. A cultura e produção açucareira, apesar de representar um avanço das técnicas e da qualidade do produto, utilizou-se mão de obra manual por um longo período e ocasionou o desmatamento de várias áreas para a implantação de engenhos de variados portes e relevâncias¹⁵.

O território contíguo e de influência da APACC foi palco de revoltas, guerras, invasões e de dominação portuguesa e holandesa, fatos que fazem parte da história e memória brasileira, do mesmo modo que são situações que aconteceram durante o processo de primeira territorialização, etapa que teve como embasamento a expansão da mercantilização, um modelo de produção econômica que durou séculos e que tinha, como base, o engenho de açúcar, cuja produção se estruturava na mão de obra escrava e na criação de uma aristocracia rural externa. As formas espaciais constituídas ainda são encontradas no espaço e parte do modelo produtivo ainda existe até os dias atuais externados pelas rugosidades da formação econômica e social daquele período.

Não se pode deixar de mencionar que a territorialização imposta, durante os séculos XVI e XVII, no território que se encontra APACC foi conflitante porque a área já era densamente povoada por diversas tribos indígenas, com isso para explorar a terra se fez necessário dominá-la e infelizmente da maneira mais perversa, isto é, expulsando ou mesmo executando os indígenas, evidentemente fato extremamente grave que faz parte da nossa história.

A primeira territorialização do território contíguo e de influência da APACC foi intensa de conflitos, permeada de lutas e embasada na economia canavieira que permanece, de certo modo, até a atualidade, tem como principal característica o transporte fluvial do açúcar, fator que foi primordial, pois a devida área tinha interessantes rios que possibilitaram diversos portos que influenciaram o processo de urbanização e o fortalecimento da economia.

A dinâmica de territorialização nos séculos XVIII e XIX no território em questão, foram de consolidação da economia canavieira e inserção de outras atividades como a produção de coco e o fortalecimento da pesca, da mesma forma que contribuiu para a fundação das

¹⁵ Entre os engenhos que se notabilizaram na história pernambucana, destaca-se o Mamocabas, dos Paes Barreto. Inclusive, ainda podem ser encontradas no Município de Tamandaré as ruínas da capela do engenho, construída, em 1777, pelo mestre de campo José Luiz Paes de Mello, conforme informa BARRETO (1960).

primeiras vilas, aglomerações urbanas e dinâmica comercial entre as vilas, freguesias e a sede da capitania.

No século XIX, a construção da ferrovia que conectava Recife ao Cabo de Santo Agostinho, Escada, Ribeirão, Gameleira, Palmares e Catende, bem como mais adiante em 1882 chega a Garanhuns (a oeste) e Maceió (a sudoeste) e provoca um grande impacto na dinâmica econômica e de transportes porque os portos entram em decadência e dão espaço ao transporte ferroviário que possibilita maior eficiência, dinamismo e rapidez, conseqüentemente contribui para a economia da região, mas os portos como o de Tamandaré, Rio Formoso e Barreiros entram em declínio (ANDRADE, 1989; 2002).

De todo modo, à segunda territorialização ocorrida no território contíguo e de influência da APACC é fortalecedora da economia canavieira e teve interessante relação com o transporte ferroviário que dinamiza e favorece a criação de novos aglomerados urbanos, mesmo que estejam mais distantes de fundos de estuário onde estavam os portos.

O modelo mercantil permanece, durante esta territorialização, e não mudam as relações de formas de trabalho, a exploração da terra seguem as mesmas características e há a inserção da produção do coco (Sirinhaém) e da pesca (Tamandaré), a segregação social permanece, enquanto a aristocracia rural exerce seu pleno domínio do território. O devido cenário somente é modificado a partir de meados do século XX quando acontece o declínio da economia canavieira.

Apesar da importância histórica e cultural que os séculos XVI ao XIX tiveram no território contíguo e de influência da APACC, a devida pesquisa terá como foco principal, a análise histórica da territorialização o período de 1951 a 2019¹⁶, quando o território sofre intensas transformações nas dimensões urbana, econômica e social que foram estimuladas pelo Estado e que provocaram uma nova territorialização que se estabeleceu com padrões diferentes dos modelos anteriores, apesar das semelhanças existentes.

As primeiras décadas do século XX já foram de crise na produção canavieira e a partir de 1950, a economia canavieira entra em declínio como decorrência do aumento dos custos de produção e o preço do açúcar no mercado internacional, de modo que houve um esfacelamento do setor no litoral nordestino, em especial o Litoral Norte de Alagoas e Litoral Sul de Pernambuco que se destacam no setor desde o século XVII, conseqüentemente provocando

¹⁶ Destaca-se que os períodos utilizados para a análise foram criados para compreensão histórica dos fatos e não se trata do recorte temporal da pesquisa que ficou estabelecido de 1990 a 2019, visto que a APACC foi criada na década de noventa, entretanto sabe-se que para entender a territorialização vigente se faz necessário resgatar o passado mesmo que longínquo.

mudanças no cenário produtivo e de distribuição local que nesse momento dependia do açúcar, comércio e pesca, embora segundo Lima (2006) outros usos do território já estivessem adquirindo importância nesse espaço, como foram os casos, da lavoura tradicional e o coco-da-baía.

Na década de 1960, o Estado interveio no cenário de crise e com a perspectiva de fomentar o setor, como também inserir novas atividades ao território, por isso que foi criado o Grupo Especial para a Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste – GERAN que visava “eliminar a diferença de custos de produção da cana e do açúcar em relação à região Centro-Sul e, em segundo lugar (...) diversificar a produção agrícola em áreas ociosas dos latifúndios canavieiros, destinando-se essas áreas a médios produtores rurais.” (SALES, 1982, p. 27),

O GERAN foi extinto em 1971 através de decreto que cria o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte e do Nordeste – PROTERRA que tinha como principal objetivo “sustar o crescimento da tensão social na zona açucareira nordestina” (ANDRADE, 1988, apud CPRH, 2003).

No Litoral Pernambucano, uma das primeiras iniciativas foi o Decreto Estadual nº 532 de 29.09.1960, que teve como objetivo desapropriar a Usina José Rufino e seus 13 (treze) engenhos, que abarcavam cerca de 5.000 hectares da área do atual município de Cabo de Santo Agostinho. Foram destinados 1.600 hectares (32%) da área desapropriada ao Distrito Industrial e à expansão residencial da cidade do Cabo, reservando para esta última finalidade uma gleba à margem da BR-101 Sul. O restante da área, cerca de 3.400 hectares, foi cedido à Companhia de Revenda e Colonização (CRC), criada em 1955, para parcelamento e venda a pequenos agricultores, na tentativa de estimular a diversificação agrícola (ANDRADE; LINS, 1984; CPRH, 2003).

O PROTERRA promoveu intensas transformações no território contíguo e de influência da APACC, em virtude de que organizou, distribuiu terras e constituiu diversos assentamentos que integram o Litoral Sul pernambucano, são eles: Engenhos Tapugy de Cima; Tapugy de Baixo; Paris; e Bom Tom/Arariba (no município do Cabo de Santo Agostinho); Engenho Queluz (no município de Ipojuca); Engenhos Santo Elias; São Vicente; Tejupaba; Itaperussu; São José e Conceição de Quilebras (no município de Sirinhaém); Engenho Vermelho (no município de Rio Formoso); Engenhos Benfica; Bragança; São Domingos; Duas Barras; Três Marias; Boa Esperança; Outeiro Alto; Pracinha; Bom Futuro; e Camocim (no município de Barreiros) (CPRH, 1999; 2003a).

No Litoral Norte de Alagoas a dinâmica de transformação do espaço canavieiro em assentamentos rurais acontece somente na década de 1980 quando o setor canavieiro enfrenta uma nova crise pelos avanços tecnológicos na produção, de forma que os municípios de Maragogi, Porto de Pedras, Porto Calvo, São Miguel dos Milagres, São Luiz de Quitude e Matriz de Camaragibe foram contemplados com a reforma agrária. Destaca-se que foi criado em Maragogi, por exemplo, 17 (dezessete) assentamentos rurais que beneficiaram cerca de 1560 famílias.

Em ambos os casos, ou seja, do Litoral Norte de Alagoas e do Litoral Sul de Pernambuco, se tinha como pretensão promover a “reforma agrária parcial e consentida” (MELO, 1975, p. 266), entretanto as terras que foram adquiridas para serem os assentamentos rurais eram indicadas pelos proprietários da terra (engenhos de açúcar/usinas), notadamente terras ociosas, de áreas acidentadas e de difícil acesso, logo se constituindo um entrave para a produção. Duas situações foram características desse período, a primeira que os assentados vendiam os seus lotes e em seguida migravam para os centros urbanos e a segunda a grande dificuldade de produção nesses ambientes que, por sua vez, refletia em migração novamente.

O parcelamento do solo por meio da intervenção estatal continua a acontecer durante a década de 1970 por todo o Litoral Sul de Pernambuco, já o Litoral Norte de Alagoas tem situações incipientes, apenas na década seguinte, como já ressaltado, é que acontece um processo de reforma agrária mais acentuado. Um fato que condicionou esta tendência aos assentamentos foi à denominada política de preços mínimos do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA que tinha caráter protecionista à indústria açucareira do Norte-Nordeste.

A política implementada pelo IAA acarretou mudança radical no início da década de 1970 que estabelecia a paridade dos preços entre as duas regiões açucareiras, o setor entra em franca decadência, por isso, o aproveitamento das terras para a reforma agrária, no intuito de dinamizar a economia na área e evitar um colapso social pela luta da terra (ANDRADE; LINS, 1984).

A urbanização desta área ocorreu de forma acelerada e desordenada particularmente, durante a década de 1970, o que se justifica pelo declínio da indústria canavieira que acarreta a migração dos engenhos para vilas e sedes municipais, caracterizando o êxodo rural (CPRH, 1998), mas também a construção do Distrito Industrial do Cabo e no final da década de 1970 o Complexo Industrial Portuário de Suape; este último continua provocando migrações até o momento atual.

Ainda na década de 1970, o governo federal lança o Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL que gera um efeito dinamizador da economia canavieira e proliferação de

destilarias até meados da década de 1980, no entanto, com um sistema de produção em larga escala que contribui para a concentração fundiária, para o êxodo rural e para periferização (ANDRADE, 1968; 1984; 1989).

O êxodo ocasionado pela indústria canavieira estimulou o deslocamento da população para a periferia das cidades, particularmente, para as encostas, manguezais, alagados, entre outras, propiciando a formação de bolsões de pobreza, prostituição e violência. Com o passar dos anos, as prefeituras regularizam estes ambientes através de assentamentos, conjuntos habitacionais, entre outros, com vistas à implementação de políticas habitacionais, todavia, nem sempre de forma adequada (CPRH, 2003a).

O processo de ocupação urbana do Litoral Sul de Pernambuco e do Litoral Norte de Alagoas onde está localizada a APACC têm, como principais fatores contributivos: a expulsão em massa da população rural em decorrência da implantação do PROÁLCOOL (1975) e a descoberta das praias que caracteriza o lazer de fim de semana e veraneio, como rota de fuga das praias das regiões metropolitanas devido ao acelerado inchaço urbano que já acontecia na década de 1970.

O desenvolvimento do turismo no Litoral Sul de Pernambuco e no Litoral Norte de Alagoas, mais precisamente no território da APACC, é fruto dos investimentos que aconteceram na área a partir da década de 1970, cuja perspectiva foi de estimular o desenvolvimento da região através de macro-projetos de desenvolvimento. Foi o caso do Projeto Costa Dourada que construiu o Centro Turístico de Guadalupe, apoiado pelo PRODETUR/NE; o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata (PROMATA); Projeto Pinzon; Projeto Porto; Projeto Corais; Projeto Una; Projeto Tesouros do Mar; Projeto Civilização do Açúcar e Projeto Costa dos Corais (CONDEPE/FIDEM, 2002).

A urbanização da faixa litorânea sul foi estimulada pelo turismo de fins de semana e veraneio a partir da década de 1970 quando acontece a implantação, ao longo da orla, dos loteamentos de veraneios, os quais podem-se citar: o Casamar, em São José da Coroa Grande, Brasília, Las Vegas, Campas I, II e III, Alvorada, Praia Tamandaré e Anaizabela, em Tamandaré; AVer-O-Mar, Praia do Guaiamum e Praia de Sirinhaém, em Sirinhaém; Marinas do Aquirá, Enseada de Serrambi, Ponta de Serrambi e Merepe, em Ipojuca; e Praia de Gaibu, no Cabo de Santo Agostinho (CPRH, 1999; 2003).

A partir da década de 1980, o surgimento dos loteamentos foi intensificado contribuindo com a ocupação deste território de forma notável. Porém, ocasionando aterros de mangue, maceiós e gamboas, destruição de dunas, privatização de trechos de praia através de construção de muros, cercas, rampas e outras construções que impedem o acesso público.

A partir de 1989, houve um desmonte do PROÁLCOOL, fato que provocou uma intensa crise da economia açucareira e que se estendeu pelas décadas seguintes, por isso, é iniciada uma reestruturação produtiva do território, particularmente amparada pelas esferas públicas com programas de parcelamento de terra que foram realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, constituiu, assim, diversos assentamentos rurais e despertou o interesse pelo litoral, inicialmente pelos condomínios de segunda residência, denominadas “casas de veraneios” (CRUZ, 2000).

Portanto, de forma geral, a terceira territorialização do território contíguo e de influência da APACC segue até o momento atual (2019) sendo influenciada por políticas governamentais, mas também pelo êxodo rural, em menor intensidade, que continua a acontecer, como também prossegue a construção de grandes empreendimentos turísticos, privês, condomínios e outros, assim como o território apresenta um crescimento elevado do número de *resorts* e marinas, principalmente a partir da década de 1990. Não se pode deixar de mencionar que a atividade de produção canavieira permanece no território, entretanto continua enfrentando dificuldades, por isso que segue a reestruturação produtiva do território.

O território contíguo e adjacente da APACC possui a economia estruturada sobre a tríade formada pela agricultura, sendo principal a produção da cana-de-açúcar, indústrias (Complexo Portuário de Suape, com instalação da Refinaria Abreu e Lima, Estaleiro Atlântico Sul, Gerdau, CSN, entre outras) e em ritmo acelerado o turismo (principalmente o segmento de sol e praia) que propiciou uma urbanização turística através, inicialmente, dos loteamentos para o turismo de segunda residência.

É inegável que as territorializações enfrentadas pelo território contíguo e de influência da APACC deixaram marcas inscritas no espaço e construíram, a cada momento do passado, uma formação econômica, social e espacial (SANTOS, 1977; 1997), basicamente, oriundas das relações sociais de produção e de poder econômico, social, ecológico e cultural.

A territorialização inicial (1500 a 1800) tinha por base a produção canavieira, escravocrata e mercantilista, não foi diferente na segunda territorialização (1801 a 1950) porque a cana-de-açúcar continua dominando o cenário econômico, entretanto, com o incremento de novas atividades como a pesca, a produção de coco-baía e uma modificação significativa nos meios de transporte que foi a construção da ferrovia Recife/PE a Maceió/AL que, a partir desse momento, escoou a produção e abandonou os portos fluviais.

No entanto, nas primeiras décadas do século XX, a agroindústria canavieira adentra uma grave crise que o Estado cria condições para contornar, este foi um momento de transformações severas no território produtivo, pode-se dizer que uma reestruturação produtiva, interessante

que mesmo assim a agroindústria permanece e paralelamente tem-se uma primeira reforma agrária com intuito de diminuir as tensões sociais da luta pela terra, começa assim uma outra territorialização (1951 a 2019).

A nova territorialização apresentava resquícios da sua antiga formação econômica, social e espacial (SANTOS, 1977; 1997) e que estava embasada na velha agroindústria canavieira; porém, fatores contribuíram para a transformação do cenário produtivo da área, isto é, a necessidade de inserir o Brasil no mercado turístico internacional, a valorização da praia e do mar, as desigualdades sociais e por último a crise da produção canavieira, estimularam políticas públicas espaciais (STEINBERGER, 2006) que permitiram loteamentos paralelos à linha de praia para o fortalecimento do turismo de segunda residência, portanto, originou, de fato, a primeira territorialização turística da área contígua e de influência da APACC.

Na verdade, a territorialização turística permanece vigente porque o turismo de segunda residência (CRUZ, 2000) continua muito forte e produz verdadeiros bairros fantasmas (GOMES; ARAÚJO SOBRINHO, 2018), ao mesmo tempo em que chegam as grandes corporações turísticas com um modelo de turismo diferente, com características europeias e de criação de espaços simulacros (KNAFOU, 2001; URRY, 2001; CRUZ, 2007; YÁZIGI, 2009), os denominados *resorts* (Figura 18), somados às pousadas e grandes cadeias hoteleiras que se apropriaram do espaço.

Figura 18 – Equipamento turístico modelo *resorts*- APACC.



Fonte: Hotel Praia Dourada (<https://www.hotelpraiadourada.com.br/galeria/fotos/>), 2019.

Em meados da década de 1980, a crise da agroindústria canavieira é intensificada, o Estado criou mecanismos através das políticas públicas, como foi o caso do PRODETUR/NE I e II, para o fortalecimento do turismo. Embora, com toda a crise enfrentada pela agroindústria canavieira, a produção continua presente no território, mas o turismo vem conquistando espaços e promove uma reestruturação produtiva do território através da territorialização turística criando o território turístico da APACC.

A territorialização turística foi constituída a partir das políticas públicas e orquestrada pela lógica do capital, assim foi criando o território turístico a partir das transformações socioespaciais, ressignifica as formas outrora utilizadas pelo próprio mercado para a produção canavieira que agora são atrativos turísticos, as funções são modificadas e os objetos agora atendem aos fluxos turísticos, do mesmo modo que o poder público fomenta a atividade com justificativa de diminuição das desigualdades socioespaciais. As infraestruturas são criadas e arquitetadas para atendimento dos empreendimentos turísticos, enquanto a população local fica à mercê das políticas públicas.

Inferese que a territorialização turística iniciada na década 1950 no território contíguo e de influência que se localiza a APACC continua exercendo grande interferência e transformações socioespaciais por meio das políticas públicas. Esta territorialização tem constituído uma nova formação econômica, social e espacial (SANTOS, 1977; 1997), pois os elementos presentes no território externam as firmas que são as empresas turísticas, hotéis, agências de turismo, os homens que são os atores sociais representados pela população, turistas, agentes do turismo etc., as instituições secretarias de turismo, e os órgãos relacionados à gestão turística, bem como o meio ecológico que tem sido o esteio do desenvolvimento do turismo.

Ressalta-se que a territorialização turística na área em questão foi acentuada quando se cria a APACC, em 1997, pois se torna elemento que estimula o turismo e simultaneamente para a proteção ambiental, do mesmo modo que tornasse objeto de promoção do turismo para diminuição das desigualdades socioespaciais a partir do discurso desenvolvimentista promovido pelo poder público.

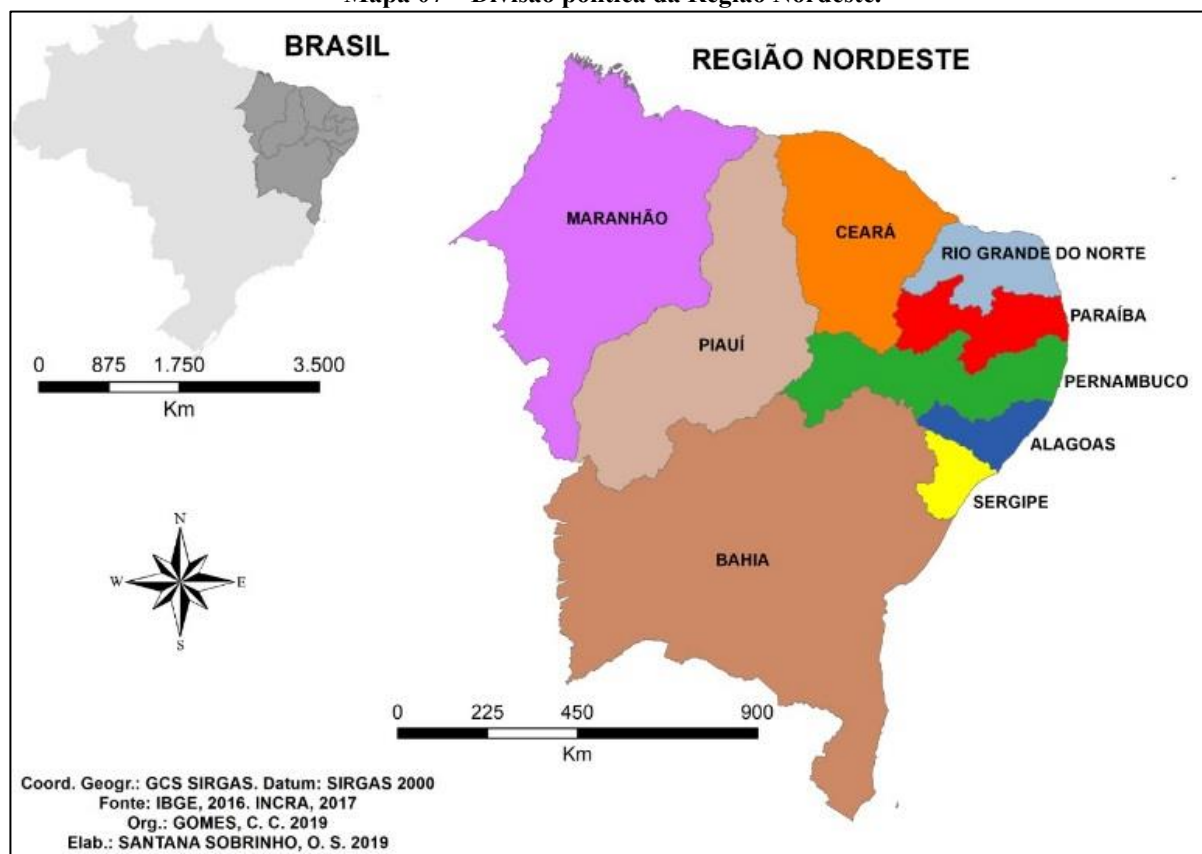
A UC tem como objetivo principal a proteção dos recifes de coral, mas também melhoria da qualidade de vida população local, de maneira que concilie a preservação ambiental atrelada ao desenvolvimento (SEN, 2000; SACHS, 2004; VEIGA, 2015), importante lembrar que existem múltiplos usos desse território que tem provocado conflitos, contradições e antagonismos que precisam ser geridos para que sejam transformados em oportunidades, com isso garantido os objetivos salvaguardados no plano de manejo da APACC (ICMBIO, 2013).

A territorialização turística tem transformado a base produtiva da área, como já ressaltado a cana-de-açúcar permanece no território, contudo, vagarosamente tem sido substituída pelo turismo que é inserido no contexto econômico local com promessa de geração de emprego e renda, do mesmo modo que desenvolvimento, todavia promove, sobretudo, crescimento econômico, acumulação de capital, expropriação, exploração e segregação socioespacial.

4.3. O despertar do turismo no litoral nordestino

A Região Nordeste do Brasil possui aproximadamente 1.561.177,8 km², equivale a 18,3% do território nacional, composta pelos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (Mapa 07).

Mapa 07 – Divisão política da Região Nordeste.

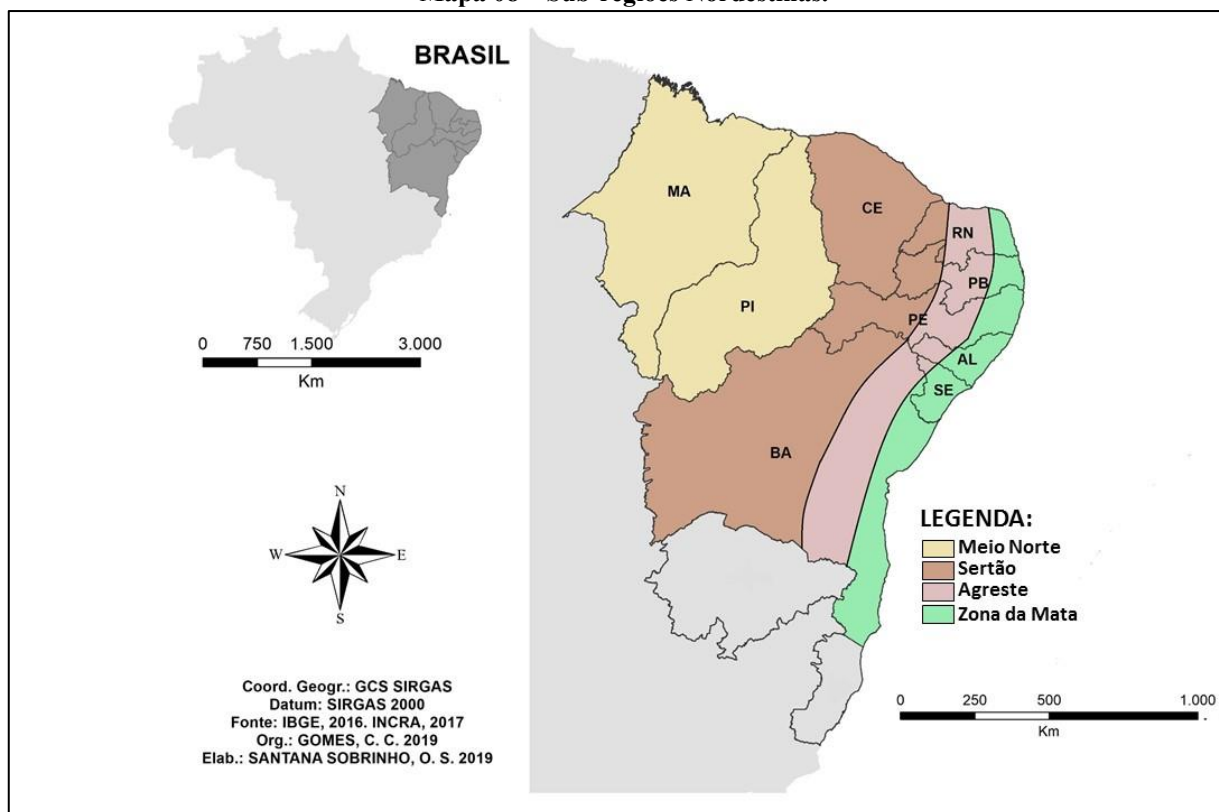


Fonte: IBGE, 2016; INCRA, 2017. Elab. SANTANA SOBRINHO, O.S, 2019. Org. por GOMES, C.C., 2019.

O território nordestino apresenta características naturais, sociais, econômicas e culturais muito distintas resultando em diferentes paisagens de leste para oeste e de norte a sul, por isso, foi dividido em sub-regiões, são elas: Zona da Mata; Agreste; Sertão e Meio Norte

(Mapa 08). Esta divisão procurou agregar as características físicas de cada sub-região, na perspectiva de facilitar a compreensão da área¹⁷. O Nordeste brasileiro possui aproximadamente 56 milhões de habitantes (IBGE, 2019), sendo que a maior parte está concentrada na faixa litorânea que inicia na foz do Rio Parnaíba e prossegue até o Recôncavo Baiano, ou seja, em parte da Zona da Mata.

Mapa 08 – Sub-regiões Nordestinas.



Fonte: IBGE, 2016; INCRA, 2017. Elab. SANTANA SOBRINHO, O.S, 2019. Org. por GOMES, C.C., 2019.

O litoral nordestino tem características físicas marcantes como recifes calcários e areníticos, assim como dunas, restingas, praias, estuários, manguezais, temperaturas elevadas, resquícios de mata atlântica etc. Portanto, remetem à interessante beleza cênica, com isso possibilita a utilização deste espaço para o uso turístico. Às características sociais, econômicas, culturais e naturais dessa faixa litorânea propiciam um estereótipo de “paraíso tropical” (CRUZ, 1997), todavia, possui forte contraste, particularmente, relacionado às desigualdades sociais.

¹⁷O Mapa 08 apresenta as sub-regiões nordestinas, todavia as mesmas foram determinadas manualmente, em virtude de que não foram encontradas bases cartográficas oficiais que pudessem contribuir com a construção do referido mapa e assim atender aos critérios cartográficos nacional. De forma geral o mapa foi construído atendendo as normas cartográficas, isto é, escala, legenda e demais elementos, apenas os delineamentos das sub-regiões que foram realizados manualmente. O intuito é mostrar que há esta divisão do território nordestino com bases em critérios naturais, econômicos e sociais, bem como destacar a faixa litorânea presente na Zona da Mata.

O contraste social existente na faixa litorânea nordestina não permite sua homogeneização, ou seja, a falta de saneamento, pavimentação, segurança, educação, saúde e lazer contribuem para disparidades sociais. Desse modo, o poder público precisa garantir a infraestrutura básica para os empreendimentos turísticos, a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico do turismo, a partir das transformações produzidas nesse espaço. Fato que contribui para um discurso desenvolvimentista de utilizar este espaço para atividade na perspectiva de ganhos sociais e econômicos, todavia os resultados são contributivos apenas para o crescimento econômico (FURTADO, 1983).

A faixa litorânea nordestina apresenta uma constante transformação do seu espaço pelo turismo em função do seu potencial natural (SELVA; COUTINHO, 2010), especialmente motivada pela necessidade de preservação e conservação do patrimônio natural, bem como pela vulnerabilidade do ambiente costeiro. De fato, tem ocorrido forte urbanização turística do litoral nordestino, pelas corporações turísticas com construção de *resorts* e turismo de segunda residência fruto da especulação imobiliária, em ambos os casos amparados pelo turismo de sol e praia que tem sido alvo das políticas públicas federais, estaduais e municipais.

Segundo Cruz (1999), a quantidade de turistas, o volume de capital proveniente do turismo e os investimentos em infraestrutura turística têm contribuído para um rápido crescimento do turismo no Nordeste, porém, os impactos negativos têm se intensificado nas comunidades receptoras como decorrência do ineficiente planejamento e do baixo envolvimento dos atores sociais nos processos decisórios e de gestão.

A Região Nordeste foi e continua a ser alvo do turismo através de uma intensa turistificação, mas até o século XVII era palco principal do crescimento econômico brasileiro, especialmente, pela cultura canavieira de exportação. Ocorre o declínio da atividade fazendo com que o Brasil transforme sua matriz econômica para a extração mineral, particularmente, do ouro e pedras preciosas, atividade que privilegia a Região Sudeste e parte sul do Nordeste. Com isso, ocorre um desequilíbrio econômico regional.

Apesar do desequilíbrio econômico regional impulsionado pela transformação econômica vivida pelo Brasil no século XVII, a Região Nordeste persiste na produção canavieira até o século XX, quando entra em declínio novamente. Na perspectiva de superar os problemas socioeconômicos a Zona da Mata nordestina passa a ser palco de uma nova territorialidade promovida pelas políticas públicas federais e estaduais para reorganizar produtivamente o território.

A decadência da agroindústria canavieira, a política de redistribuição de terras na faixa litorânea nordestina e a necessidade de incorporar o Brasil no mercado turístico são fatores que impulsionaram o desenvolvimento do turismo no Nordeste do Brasil, haja vista suas características naturais, principalmente, de clima e geomorfologia costeira que potencializam o cenário. O litoral no mundo nem sempre possuiu, todavia, a importância que tem atualmente porque era tido como o lugar do trabalho, do fedor, da pesca, do porto, conseqüentemente adquire conotação pejorativa de distanciamento, de acordo com Pereira (2014)

Nesse contexto, os espaços à beira-mar passam a ser desejados quando mudanças paulatinas nas representações sociais, ao longo dos séculos XVIII e XIX, desmistificam o até então desconhecido. As praias, outrora associadas somente ao trabalho, à pesca, ao fedor e ao porto, ganham nova conotação. A popularização das caminhadas na praia, o gosto pelos banhos de mar e de sol exemplificam a instituição e divulgação de novas relações da sociedade com o mar. As práticas marítimas modernas aproximam novos segmentos da sociedade com os ambientes costeiros. Transcorrido o século XX, os vetores de organização do espaço litorâneo (os litorais e as zonas costeiras) apontaram para a fusão de dois processos socioespaciais: a urbanização mediante a valorização dos espaços litorâneos. Atraídos por essas novas práticas, os cidadãos definem a praia como espaço para a excursão, para o turismo e para a moradia eventual – vilegiatura marítima – e/ou definitiva. (PEREIRA, 2014, p. 9)

De forma que se inicia uma nova inserção de valor ao litoral com conotações ao bem-estar, ao lazer, a descontração, a tranquilidade, bem como para se banhar como possibilidade terapêutica, cuidados corporais, além disso entende-se o mar e a praia como parque urbano que podem gerar emprego e renda (FONTELES, 2004; LIMA, 2006; DANTAS, 2009; PEREIRA, 2014). Assim há uma aproximação das relações sociais de produção com o litoral, com isso permite, inclusive, a sua ocupação e estruturação, ao mesmo tempo em que inicia um perverso processo de segregação socioespacial.

De acordo com Fonteles (2004, p. 36), a ocupação do litoral brasileiro “[...] começou a se estruturar de forma especial a partir do século XX, quando nos subúrbios das grandes cidades costeiras começou a ser praticado o banho de mar, configurando uma nova estrutura urbana, a qual se pode denominar bairro ou subúrbio de veraneio”, conseqüentemente, o litoral adquire valor de uso e de troca, além do fato de o poder público passar a intervir nesses espaços como possibilidade de desenvolvimento do turismo (FONSECA, 2005; PEREIRA, 2014), segundo Lima (2006, p. 74) “Diante desse fato, empreendedores turísticos têm propiciado a criação de espaços turísticos, transformando elementos da natureza em recursos e divulgando ambientes ou simulacros que correspondam ao imaginário dos turistas que sonham com paisagens paradisíacas”.

Os espaços turísticos litorâneos são articulados e promovidos pelo poder público como forma de alavancar a economia e contribuir para melhorias sociais, contudo a partir de um discurso desenvolvimentista que somente favorece o crescimento econômico, em detrimento da sociedade e exploração socioespacial do turismo, notadamente, na faixa litorânea, numa dinâmica que segundo Rodrigues (1999) fica caracterizada pelo uso do território de maneira efêmera e que o processo acontece continuamente, de maneira que provoca a desterritorialização e reterritorialização para atender à dinâmica do capital, isto é, atividades seculares são abandonadas como a pesca, o artesanato, entre outras, para dar espaço aos hotéis, *resorts*, privês e condomínios de segunda residência, nos quais a comunidade é empregada enquanto a paisagem puder ser consumida (CRUZ, 2000; FONSECA, 2005; DANTAS, 2007; 2009)

É estabelecida uma lógica de produção e reprodução do capital no espaço litorâneo brasileiro, sobretudo nordestino, que dinamiza a nova territorialização a partir dos elementos existentes, entretanto numa estrutura paralela das zonas de praia, cujo intuito é o distanciamento da prática associada à pesca e aos portos. São constituídas novas formas de estabelecimentos turísticos, como pousadas, hotéis e *resorts*, como também as segundas residências, em ambas as situações ocupam a linha paralela da praia. As funções do espaço são modificadas para atender à territorialização vigente que monopoliza e privatiza o espaço e o transforma em mercadoria nobre (FONTELES, 2004; LIMA; 2006; DANTAS, 2007; 2009).

O litoral nordestino foi tomado por esta lógica de valorização da praia por meio de políticas públicas que nortearam todo o processo e paralelamente o mercado influenciava quando fazia parte do discurso governamental de desenvolvimento através do turismo como propulsor das melhorias socioeconômicas, contudo, o que se percebe é a criação de infraestrutura para atender, especialmente, às corporações turísticas exatamente na linha paralela de praia, inclusive, segregando comunidades tradicionais e expulsando-as para locais mais distantes da sua prática secular porque, na refuncionalização das formas e de suas funções (SANTOS, 1997) o espaço se torna privativo.

A territorialização do litoral nordestino é permeada de contradições, conflitos e antagonismos que são originados a partir das relações sociais de poder nos âmbitos econômicos, sociais, ecológicos e culturais entre os atores sociais, de acordo com Santos (1997) as “instituições, os homens e as firmas” estão imbricadas numa dinâmica que os interesses são distintos e muitas vezes diferentes das necessidades que a população local possui, diante disso, o poder público – como ator de mediação e gestão – implementa infraestruturas que atendem à

linha paralela da praia, quer dizer onde se localiza a mercadoria nobre (DANTAS, 2007; 2009), de modo que apenas atende aos interesses das corporações turísticas em detrimento da localidade.

As formas nesse espaço são os equipamentos turísticos, portanto a direção dos fluxos de comunicação, pessoas, capitais, turísticos etc., acontecem em direção aos fixos que estão dispostos no território através das formas que possuem funções e processos que visam a atender à dinâmica econômica e as intervenções do poder público a partir de políticas públicas espaciais (STEINBERGER, 2006) que buscam fortalecer a valorização, no caso, da linha de praia por meio do turismo, segundo Dantas (2009),

Em conformidade com esta lógica de valorização, as cidades litorâneas nordestinas são transformadas em pontos de recepção e de distribuição do fluxo turístico, colocando os espaços litorâneos de todos os municípios do estado sob a dependência direta das capitais e sem a mediação de outros centros urbanos intermediários. (DANTAS, 2009, p. 89)

Fica estabelecido um território-rede (HAESBAERT, 2004) que retroalimenta as relações de poder econômico, enquanto dinamiza o território para que se torne ainda mais fluído (BAUMAN, 2001), com isso potencialize a lógica do capital estabelecida nos fixos e impulsionadas na rede (CASTELLS, 1999) pelos fluxos, principalmente, de capitais, de modo que abandona a lógica perpendicular de exploração do território (DANTAS, 2007; 2009, PEREIRA, 2014)

A territorialização imposta concomitante com as políticas públicas e os interesses do mercado tem provocado transformações significativas na área costeira, ao mesmo tempo em que inclui novas formas e processos no território, também contribui para novas funções dos fixos (SANTOS, 1997) e desenvolvem estruturas para mercantilizar a paisagem, neste caso, do turismo, segundo Selva e Coutinho (2010)

[...] um processo contínuo e dialético de desconstrução das paisagens naturais e culturais por vezes desestruturando economias e comunidades tradicionais e um processo de construção de equipamentos turísticos e serviços para o funcionamento e expansão da atividade propiciando o surgimento de serviços e de novas atividades econômicas. (SELVA; COUTINHO, 2010, p. 4)

Destarte, descaracterizando a territorialidade vigente, com isso transformando o espaço e dando origem a setores econômicos de importância superior às atividades tradicionais, logo se distanciando dos preceitos do desenvolvimento local (BUARQUE, 2004). São características

da territorialização na faixa litorânea nordestina que tem, como uma das principais atividades o turismo.

O discurso desenvolvimentista do poder público é de implantação do turismo com fins de mitigar os problemas socioeconômicos e até ecológicos, na verdade é apenas gerador de crescimento econômico (LEWIS, 1960; FURTADO, 1983; BOISIER, 2001; OLIVEIRA, 2002; SACHS, 2004) consequentemente, contribui para aumentar as desigualdades sociais.

O turismo é visto como a solução dos problemas ocorrentes em dada comunidade, bem como é entendido como opção de gerar maior crescimento econômico, contudo parte da população não consegue ser absorvida pelo novo mercado de trabalho que surge com a atividade, desta forma é excluída e expropriada do processo fruto do capital privado apoiado pelas ações de infraestrutura do poder público com um discurso de alavancar a economia local e de diminuir as desigualdades sociais. Por conseguinte, esta sociedade tem como resultados a perda da identidade cultural com o decorrer do tempo, processo migratório e subemprego, tal qual destacam Selva *et al* (2007):

No processo de expansão do turismo, o espaço natural é percebido num sentido mercantil e passa a ser reduzido a um empreendimento econômico. Neste cenário, as estruturas sociais tradicionais, como a dos pescadores artesanais, passam a ser encaradas como atrasadas, anacrônicas, inferiores. (SELVA *et al*, 2007, p. 5)

Deste modo, deixa de ser estimulador do desenvolvimento local para ser excludente, centralizador, provocador de impactos negativos, contribuindo somente para o crescimento econômico. O papel do Estado é incentivar o turismo através de políticas públicas abrangentes que promovam a inclusão da população envolvida, especialmente, na zona costeira, em virtude do fato de que a Região Nordeste possui uma concentração populacional nessa área.

A faixa costeira nordestina possui baixos indicadores sociais, econômicos e ecológicos, expressados, por exemplo, no desemprego, logo o turismo pode ser importante dinamizador econômico, entretanto, precisa ser considerada a complexidade da atividade turística (BENI, 1998). Os objetivos econômicos são preponderantes no processo de planejamento e ordenamento da atividade turística (SELVA; COUTINHO, 2010, p. 7). Desta forma, não se articula com a complexidade da realidade social, econômica e ecológica na qual o turismo está inserido, faticamente contribuindo adiante para impactos negativos.

O planejamento do turismo deve nortear uma política social local que interaja entre as dimensões sociais, econômicas e ecológicas de forma integrada e articulada para não ocasionar

desarticulação entre as políticas públicas e os agentes produtivos do espaço turístico, pois certamente acarretará impactos para a sociedade local (SELVA; COUTINHO, 2010, p. 7).

O planejamento do turismo no Brasil, particularmente, na Região Nordeste é fruto das políticas públicas oriundas do surgimento do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e o Conselho Nacional de Turismo pelo Decreto-lei nº 55 de 18 de novembro de 1966. A partir deste ponto, foi elaborada a Política Nacional do Turismo, inclusive como relevante para o desenvolvimento econômico do país, pois possibilitaria geração de divisas, emprego e renda para as comunidades locais (SELVA, 1999, p. 118).

Entre 1975 e 1979, foi elaborado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que tinha como objetivos principais: desconcentração das áreas metropolitanas e regiões circunvizinhas, ampliação de áreas industriais e de serviços fora do eixo Rio de Janeiro – São Paulo – Minas Gerais, com fins de planejar e coordenar o turismo, mas também maximizar a utilização das comunicações, principalmente, rodovias nacionais, e das infraestruturas produtivas regionais (SELVA, 1999, p. 118).

O II PND tinha, como característica primordial, desenvolver o turismo no contexto regional, particularmente na Região Norte e Nordeste do Brasil através das denominadas Políticas de Megaprojetos e do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – PRODETUR/NE. Segundo Cruz (1999, p. 268) as políticas de megaprojetos e do PRODETUR/NE visavam “[...] consolidar o território litorâneo nordestino dentro do mercado turístico global e, segundo esta lógica, obedecem a um modelo global de urbanização turística que implica uso intensivo do solo e reprodução de padrões urbanísticos estranhos ao local”. Por conseguinte, o modelo citado pode provocar profundas transformações no território, inclusive, a perda da identidade cultural.

As políticas públicas para o turismo procedentes da Política de Megaprojetos obtiveram força na década de 1980, especialmente com o fortalecimento do setor no âmbito internacional, fato que pressionou o governo brasileiro a investir na promoção do turismo nacional, bem como estruturar uma política para o setor embasado particularmente no planejamento (LIMA, 2006).

Na década de 1990, surge o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), instrumento que serviu de base para execução da Política Nacional de Turismo e subsidiou a criação de programas voltados a executar e viabilizar a Política Nacional do Turismo: a) Polos Turísticos; b) Turismo Interno; c) Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); d) Qualidade e Produtividade para Marketing Internacional; e) Formação de Recursos Humanos e Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo.

O cenário constituído pelas políticas dos megaprojetos contribuiu para o processo de turistificação dos territórios da faixa costeira nordestina, segundo Firmino (2006, p. 73) “[...] consiste na sua transformação em verdadeiras ilhas de lazer e contemplação das paisagens para turistas, de modo alheio à realidade dos residentes”, assim sendo, a identidade cultural e as peculiaridades do local ficam fora do contexto turístico, sendo a comunidade local aproveitada como mão de obra barata e segregada do ponto de vista sócio espacial.

Os programas e projetos entre as décadas de 1970 a 1990 na faixa litorânea nordestina tiveram como foco inserir o Brasil no mercado turístico global; todavia, a pouca experiência brasileira na construção de políticas públicas de turismo, aliada à ausência de diretrizes no contexto nacional propiciaram uma repercussão negativa no planejamento turístico e execução da atividade no território.

A Região Nordeste foi um grande exemplo das contradições das políticas públicas realizadas pela esfera federal, já que as políticas, programas e projetos ocorriam de forma hierarquizada, ou seja, o planejamento era construído sem conhecer, consultar e verificar o local, realizado dentro dos gabinetes, com isso, as políticas em outras esferas públicas, eram desconhecidas. Consequentemente, na medida em que eram aplicadas, ficavam perceptíveis às duplicidades, a grande diferença do planejado e executado e os desrespeitos com a população local.

O surgimento de impactos negativos da atividade turística foi inevitável, por conta da deficiente articulação nas esferas públicas, como também com o setor privado. De fato, o planejamento, gestão integrada e participativa do turismo eram ineficientes condicionando a efeitos negativos que foram entendidos como motivação para a superação da problemática socioeconômica através do turismo.

As falhas das políticas públicas e os insucessos dos programas e projetos, bem como a necessidade de incorporar o Brasil no mercado turístico globalizado propiciaram a construção na década de 1990 do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE). O intuito do PRODETUR/NE foi de promover a infraestrutura básica e de serviços públicos com a perspectiva de contribuir para o aumento fluxo do turismo, isto é, proporcionar a solidez da atividade turística brasileira no contexto nacional e internacional (MACÊDO, 2017).

O PRODETUR foi elaborado em cooperação pelos setores públicos federal e estadual, visando estruturar e executar aproximadamente quinhentos projetos em duas etapas (PRODETUR I e PRODETUR II), ambos financiados com recursos públicos em parceria com

o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo valor total foi de US\$ 800 milhões (SELVA; COUTINHO, 2010). Deste montante, segundo Selva (2010), cerca de US\$ 200 milhões foram destinados à

[...] ampliação e modernização de 08 aeroportos, e o restante para financiar a realização de obras múltiplas – saneamento, transportes, preservação do meio ambiente, recuperação do patrimônio histórico e administração dos resíduos sólidos -, bem como para promover o desenvolvimento institucional dos governos estaduais e municipais. (SELVA; COUTINHO, 2010, p. 7)

Evidentemente o espaço geográfico sofre modificações na execução das políticas, programas e projetos turísticos realizados pelo poder público, cujo intuito é contribuir para a infraestrutura, ou seja, na construção de grandes projetos hoteleiros privados, com isso propiciando atratividade para o capital privado.

O poder público estabeleceu áreas estratégicas para ampliar e diversificar a oferta turística, desta forma, iniciando o projeto de expansão do turismo na Região Nordeste (SILVA, 2006; 2011). Dentre os principais projetos neste panorama estratégico direcionado pelo poder público, destacam-se: o Costa do Sauípe na Bahia, o Orla em Sergipe, o Costa Dourada em Pernambuco e Alagoas, o Polo Costa dos Arrecifes em Pernambuco (SELVA; COUTINHO, 2010).

De forma geral, o Estado tem o papel de gerenciar os conflitos existentes na execução dos programas e projetos, mas também de organizar e ordenar as atividades econômicas, de modo que promova a infraestrutura básica e de serviços públicos nas localidades para que seja inserida a atividade turística (SILVA, 2011), assim minimizando possíveis conflitos do uso do espaço e da dinâmica do turismo.

O turismo na Região Nordeste é beneficiado pelas características naturais e investimentos de programas e projetos com vistas à inserção no mercado global, possibilitando o desenvolvimento da atividade, todavia, é necessário o devido planejamento integrado e uma gestão participativa dos atores sociais para evitar os possíveis impactos negativos nas localidades que apresentam essa vocação turística.

A faixa litorânea nordestina tem sido alvo dos grandes *resorts*, condomínios/privês e hotéis de grande porte que se aproveitam da beleza cênica e das condições de infraestrutura realizadas pelo Estado com uma perspectiva de crescimento e lucro. Esta dinâmica é corriqueira por toda a faixa litorânea nordestina, fato que não é diferente no território contíguo e de influência da APACC, onde prevalecem os tipos de empreendimentos citados, assim como um

turismo de segunda residência que transforma os espaços em verdadeiros bairros fantasmas no período de baixa estação do turismo.

Diante do que foi discutido sobre o despertar do turismo na Região Nordeste, entende-se que a territorialização foi advinda de uma conjectura de fatores que contribuíram para a dinâmica da atividade, primeiro a partir da década de 1970 a agroindústria canavieira entra em crise e, apesar do PROÁLCOOL (1975), há uma intensificação que conduz a uma decadência do setor.

Paralelamente, o poder público cria mecanismos para combater a luta pela terra, isto é, promove o PROTERRA, com intuito de distribuir terras e constituir assentamentos rurais, notadamente neste período são iniciados os programas de parcelamento de terra na zona costeira que dão origem às segundas residências pode-se dizer que é um segundo fator.

O terceiro fator condicionante foi à necessidade de inserção do Brasil no mercado turístico global. Somam-se aos fatores, indubitavelmente, as características naturais do litoral nordestino que potencializam o setor e o processo de ressignificação do espaço praia para a lógica do capital que se aproveita do local agora de descanso, lazer, terapia etc., para mercantilizá-lo e utilizá-lo, principalmente, através da especulação imobiliária para obtenção de lucro.

O conjunto de fatores mencionados contribuíram intensamente para a territorialização vigente na costa nordestina e, por sua vez, no território contíguo e de influência da APACC, uma vez que as formas espaciais foram reaproveitadas para ressignificação, como também para atribuir novas funções somadas à infraestrutura desenvolvida, notadamente, na linha paralela da praia que tem o objetivo de atender as corporações de turismo, mas também a especulação imobiliária por meio dos loteamentos, condomínios clubes e privês, denominados também de segunda residência.

4.4 Os múltiplos usos do território da APACC

O território contíguo e de influência da APACC possui cerca de 62% de sua população com elevada incidência de pobreza (IBGE, 2010; PNUD, 2013) o que reflete um desenvolvimento geográfico desigual e combinado (SMITH, 1988), do mesmo modo que as taxas de população ocupada (Tabela 05) é aquém do esperado para um território tão diverso que possui total capacidade para se desenvolver equitativamente (SEN, 2000).

Tabela 05 – Comparativo População Estimada/PEA/População Ocupada.

Território Contíguo e de Influência da APACC				
Município	Pop. Estimada	Pop. Economicamente Ativa (2010)	Pop. Ocupada (2017)	Pop. Ocupada 2017 (%)
AL - Barra de Santo Antônio	15.792	4.637	994	6,30
AL -Japaratinga	8.317	2.749	910	10,94
AL – Maragogi	32.369	10.470	4.935	15,30
AL – Paripueira	13.016	4.719	1.313	10,10
AL - Passo do Camaragibe	15.232	4.227	1.055	6,93
AL - Porto de Pedras	7.873	3.156	729	9,30
AL - São Miguel dos Milagres	7.888	2.677	1.062	13,50
PE - Barreiros	42.552	11.729	4.601	10,82
PE - São José da Coroa Grande	21.004	6.257	1.585	7,55
PE -Tamandaré	23.149	7.221	3.597	15,6
Total/Média	187.192	57.842	20.781	11,10

Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2010. IBGE Cidades, 2019. Adaptado por Celso C Gomes, 2019.

Como se pode observar na tabela 05, o território contíguo e de influência da APACC possui cerca de 11% da sua população total ocupada, dado que deixa clara a baixa geração de emprego e renda, mesmo comparando a População Economicamente Ativa – PEA com a população ocupada o território tem um percentual de cerca de 36% de sua PEA ocupada, logo um índice muito baixo e que reflete o quadro de desigualdades socioespaciais.

As desigualdades socioespaciais são oriundas das deficiências das políticas públicas federais, estaduais e municipais que influenciaram a mercantilização do espaço por meio de um discurso desenvolvimentista que tem refletido acumulação de capital, expropriação e exploração da localidade e da população (CRUZ, 2000; FONSECA, 2005; SELVA; COUTINHO, 2010; DANTAS, 2007; 2009). Embora seja um quadro repleto de contradições à área em questão possui múltiplos usos em seu território, os quais tiveram origem na territorialização impulsionada pelas políticas públicas no sentido de reestruturação produtiva a partir da década de 1970 quando a agroindústria canavieira entra em crise.

Destaca-se os seguintes múltiplos usos do território na APACC e de sua área contígua e de influência: a indústria de transformação, construção civil, agropecuária, extração vegetal e mineral, pesca, comércio e serviços (MTE/RAIS, 2016; IBGE, 2016), sobretudo, conectados a cadeia produtiva do turismo que nas últimas décadas tem evoluído consideravelmente (SEDETUR/AL, 2018; SETUR/PE, 2018; MTur, 2019).

A tabela 06 apresenta a distribuição de pessoas ocupadas por setores das principais atividades econômicas no território da APACC, os dados demonstram que os setores de

comércio e serviços se destacam, sendo os municípios de Barreiros/PE, Maragogi/AL Passo de Camaragibe/AL e Tamandaré/PE os principais representantes destes setores.

Tabela 06 – Principais atividades econômicas do território da APACC.

Território Contíguo e de Influência da APACC					
Município	Indústria	Construção	Comércio	Serviços	Agropecuária
AL – Barra de Santo Antônio	41	15	89	700	177
AL – Japaratinga	158	0	36	698	8
AL – Maragogi	236	13	453	3.243	70
AL – Paripueira	29	177	126	646	8
AL – Passo do Camaragibe	67	6	90	1.008	46
AL – Porto de Pedras	10	0	27	649	123
AL – São Miguel dos Milagres	7	1	68	826	22
PE – Barreiros	158	63	1.268	509	544
PE – São J. da Coroa Grande	27	22	467	209	22
PE – Tamandaré	388	98	555	1.096	115
Total	1.121	395	3.179	9.584	1.135

Fonte: MTE/RAIS, 2016. IBGE Cidades, 2016. Adaptado por Celso C Gomes, 2019.

Apesar das atividades econômicas relativas à agropecuária e a indústria apresentarem dados significativos, ainda assim ficam longe de se igualarem ao comércio e os serviços, de modo que entender porque esses setores estão mais amplos que os demais contribui para identificar o que está os impulsionando. Ressalta-se que a área tem origens numa forte territorialização advinda da agroindústria canavieira que mesmo adentrando em crise na década de 1970 e sendo acentuada a partir de meados da década de 1980, ainda assim persiste a produção canavieira no espaço, embora esteja perdendo campo para outras atividades (SELVA; COUTINHO, 2010; LIMA, 2006; KASPARY, 2012; GOMES, 2018).

A atividade de serviços que podem ser desde a prestação de serviços de eletricitista, encanador, garçom, jardineiro, cozinheiro, pedreiro, pintor, zelador etc., segundo o IBGE (2019)

Compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades dos Serviços, que pertencem às seguintes seções da CNAE 2.0: H – Transporte, armazenagem e correio; I – Alojamento e alimentação; J – Informação e comunicação; L – Atividades imobiliárias; M – Atividades profissionais, científicas e técnicas; N – Atividades administrativas e serviços complementares; parte da seção R – Artes, cultura, esporte e recreação; e S – Outras atividades de serviços. (IBGE, 2019)

Por conseguinte, o setor de serviços é amplo, diversificado e dinâmico, por esta razão influencia o desenvolvimento de diversos setores econômicos, dentre estes, o de turismo que

tem total conexão como a prestação de serviços, por exemplo, de bugueiros, marinheiros, jangadeiros, garçons, camareiras, recepcionistas, guias de turismo, transportes, alojamentos, alimentação, bancários etc. Ressalta-se a atividade turística porque o território contíguo e de influência da APACC, ao longo das últimas décadas (1970-2019), teve na sua territorialização o turismo como atividade fomentadora de territorialidades, inclusive, propiciando severa turistificação (KNAFOU, 2001; CRUZ, 2000, 2003, 2007; FRATUCCI, 2008, YÁZIGI, 2009).

O setor comercial é outra atividade que tem forte desempenho no território em questão, primeiro porque fomenta o desenvolvimento da agricultura, indústria, construção etc. e segundo por subsidiar a atividade turística no sentido da complementação da venda de produtos para as mais diversas áreas do setor, assim o comércio tem parâmetros de crescimento impulsionados pela agricultura, mas também pelo turismo, de modo que permite o crescimento das atividades comerciais no território da APACC.

Analisar a dinâmica das atividades econômicas dos serviços e comércio no território contíguo e de influência da APACC permite verificar que 82,5% da população ocupada da área em questão (Tabela 07) estão empregadas em ambos os setores, por este motivo demonstra elevada representatividade nas relações sociais de produção e nas formas presentes no território para atender à lógica constituída pelo capital. O que leva a crer que o responsável por esta articulação é o turismo, visto que impulsiona os setores, por se tornar um processo de retroalimentação através dos fluxos de capitais, comunicação, informação, transportes e pessoas.

Tabela 07 – Principais atividades econômicas do território da APACC.

Território Contíguo e de Influência da APACC					
Município	2017		2017		
	Pop. Economicamente Ativa - PEA	Pop. Ocupada	Comércio	Serviços	Total
AL – Barra de Santo Antônio	4.637	994	87	724	811
AL – Japaratinga	2.749	910	43	734	777
AL – Maragogi	10.470	4.935	465	3.871	4.336
AL – Paripueira	4.719	1.313	175	650	825
AL – Passo do Camaragibe	4.227	1.055	76	808	884
AL – Porto de Pedras	3.156	729	22	649	671
AL – São Miguel dos Milagres	2.677	1.062	80	879	959
PE – Barreiros	11.729	4.601	1.373	2.214	3.587
PE – São J. da Coroa Grande	6.257	1.585	511	836	1.347
PE – Tamandaré	7.221	3.597	627	2.317	2.944
Total	57.842	20.781	3.459	13.682	17.141

Fonte: MTE/RAIS, 2017; IBGE Cidades, 2017. Adaptado por Celso C Gomes, 2019.

Os dados da tabela 07 evidenciam que os municípios de Maragogi/AL, Barreiros/PE, São José da Coroa Grande/PE e Tamandaré/PE são destaques nos setores de comércio e serviços sendo altamente representativos quando comparados também à população ocupada os devidos municípios possuem mais 80% da população ocupada, apenas, nestes setores. São municípios que tiveram o processo de territorialização voltado para o turismo de segunda residência e em seguida o turismo de sol e praia, com isso, podem estar retroalimentando os setores de comércio e serviços.

No intuito de compreender as nuances envolvidas nos setores de comércio e serviços foi identificado que cerca de 39% da população ocupada do território contíguo e de influência da APACC trabalham diretamente na cadeia produtiva do turismo (Tabela 8), sendo destaques os municípios de Maragogi/AL e Tamandaré/PE que juntos acumulam 5.241 pessoas ocupadas no setor (MTE/RAIS, 2017), isto é, 65% dos trabalhadores estão relacionados ao setor de serviço ou comércio e diretamente conectados ao turismo, consequentemente contribui para a territorialização vigente que foi iniciada ,ainda na década de 1970, com a inserção da segunda residência.

Tabela 08 – Atividades relacionadas ao setor de serviços e comércio.

Território Contíguo e de Influência da APACC							
Município	Restaurantes e outros estabelecimentos	Agências de Viagens	Operador TUR	Serviços de reservas	Hotéis e Similares	Outros tipos de alojamentos	Total
AL – Barra de Santo Antônio	24	-	-	-	28	62	114
AL – Japaratinga	39	-	-	-	264	352	655
AL – Maragogi	469	94	7	4	1.302	2042	3918
AL – Paripueira	130	-	-	2	57	301	490
AL – Passo do Camaragibe	6	-	-	-	33	57	96
AL – Porto de Pedras	1	-	-	-	144	189	334
AL – São Miguel dos Milagres	38	-	-	1	147	339	525
PE – Barreiros	69	3	-	-	10	278	360
PE – São J. da Coroa Grande	34	3	-	1	14	145	197
PE – Tamandaré	382	-	-	10	228	703	1323
Total	1.192	100	7	18	2.227	4468	8012

Fonte: MTE/CAGED/RAIS/CNAE2.0, 2017. Adaptado por Celso C Gomes, 2019.

O turismo é um dos usos do território que foi importante no processo de territorialização a partir da década de 1970 com a crise da agroindústria canavieira, inicialmente por meio dos

loteamentos e condomínios de segunda residência que provocaram uma reestruturação produtiva (ANDRADE; LINS, 1984; CPRH, 1999; LIMA, 2006) desse território, notadamente, pela especulação imobiliária e o próprio turismo de veraneio. Nas décadas seguintes, iniciou-se um processo de consolidação como uma das mais importantes atividades econômicas da área.

O desenvolvimento do turismo nesse território tem sido estimulado pelas políticas públicas federais, estaduais e municipais, somados a beleza cênica das suas características naturais, a presença de duas áreas de proteção ambiental, uma reserva biológica e outras unidade de conservação, além disso, possui interessante localização porque fica entre os Estados de Alagoas e Pernambuco, a presença de meios de hospedagens, de órgãos públicos ambientais e organizações não governamentais, estes já conectados com os serviços e comércio (Turismo/Meios de Hospedagens/Restaurantes/Bares/Etc.).

O turismo de fins de semana e de segunda residência foi impulsionado pela potencialidade que o território da APACC. Possui recursos naturais, como por exemplo, bacias hidrográficas perenes, remanescentes de mata atlântica, manguezais, restinga, praias, recifes, cachoeiras, boa mancha de solos férteis, entre outros. O patrimônio histórico se apresenta através de fortificações, edificações etc. Já os traços culturais estão presentes desde a música, gastronomia, folguedos etc.

De forma geral, o turismo vem despontando como uma das principais atividades econômicas do território da APACC; o modelo é estruturado através de grandes empreendimentos turísticos como hotéis, *resorts*, condomínios, *privês*, bem como do turismo de segunda residência, caracteriza-se pela sazonalidade, isto é visitaçaõ intensa na alta estação do turismo, e tem se destacado o fluxo turístico de visitaçaõ nos municípios deste território.

Diante do ressaltado sobre as atividades econômicas presentes no território contíguo e de influência da APACC, destaca-se que a área analisada vivenciou diferentes situações ao longo das décadas (1970-2019) o que culminou em relações sociais de produção nas dimensões econômica, social, ecológica e cultural que provocaram um processo de territorialização imbricado, especialmente, ao uso turístico do território, inicialmente em complementação da atividade econômica canavieira, entretanto, a crise enfrentada pela produção canavieira instigou a reestruturação produtiva do território por meio de atividades comerciais, produção de coco-baia, pesca e, como já enfatizado, o turismo.

Para finalizar, pode-se inferir que os múltiplos usos do território da APACC são oriundos de territorializações (HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2015) que deixaram marcas inscritas no espaço e a presença de rugosidades que são perceptíveis quando se averiguam as formas espaciais, todavia, as formas foram ressignificadas dando origem a novas funções aos

fixos e aos fluxos (SANTOS, 1997) nesse território-zona pela sua contiguidade. Apesar de que com uma fluidez que supera as fronteiras e limites da relação local e invadem o contexto da escala global apresentando-se como um verdadeiro território-rede (HAESBAERT, 2004).

O território contíguo e de influência da APACC possui múltiplos usos, sendo um dos principais o turístico, ao mesmo tempo em que é utilizada como UC no intuito de proteção ambiental, paralelamente a produção canavieira persiste, enquanto atividades seculares de pescadores, marisqueiros etc. permanecem e lutam contra as novas formas de apropriação pela lógica do capital que aproveita os novos significados que são estabelecidos nos fixos para constituírem novas formas-conteúdo (SANTOS, 2006), como são os casos dos loteamentos nas linhas paralelas de praia que são aproveitados pela especulação imobiliária e que, contraditoriamente, segregam socioespacialmente, aquele que vive há séculos naquele espaço.

A territorialização reflete contradições nos múltiplos usos do território contíguo e de influência da APACC porque são interesses distintos, ou seja, os jangadeiros, barqueiros, marinheiros utilizam o mar e as piscinas naturais para o turismo, todavia o pescador quer utilizá-la para a pesca, enquanto o gestor da UC quer garantir a proteção do ambiente e, simultaneamente, o Estado, através das políticas públicas, estimula as atividades econômicas do turismo, pesca, comercialização imobiliária, agricultura como forma de desenvolvimento, entretanto, distante do tripé da sustentabilidade de Sachs (2004) e do desenvolvimento sustentável de Veiga (2015); logo, os conflitos e as contradições se interpõem antagonicamente através dos múltiplos usos do território.

4.5 A reestruturação produtiva do território

O fenômeno da reestruturação produtiva possui uma dinâmica na ordem microeconômica que provoca transformações estruturais no contexto da produção e do trabalho (FIGUEIRAS, 1997). O processo da reestruturação econômica mundial foi intensificado a partir da década de 1970 com a crise do sistema fordista de produção advindo do velho liberalismo, de forma que surge a doutrina neoliberal com ideologia de liberdade econômico ainda mais forte que é estimulada politicamente e estruturalmente para atender ao capitalismo contemporâneo (FIGUEIRAS, 1997; ALVES, 2007). A principal característica desse novo modelo é a flexibilidade, cujo intuito é dinamizar e liberar os processos produtivos, comerciais e financeiros, sob o comando do capital e provocar o distanciamento da rigidez no processo produtivo, com isso, não dificultar a acumulação flexível do capital (FIGUEIRAS, 1997, p. 907).

A mudança inicial foi a de redistribuição da produção em várias localidades, isto é, a fragmentação produtiva, novas relações de trabalho, produção visando a atender à demanda e ao mercado externo. Estas características visam contribuir totalmente ao capitalismo globalizado, segundo Alves (2007, p. 162) “O fenômeno da globalização constitui a causa de transformações do espaço geográfico, acarretando a mundialização dos espaços.

As informações instantâneas aproximam os lugares e amplia a tomada de conhecimentos acerca dos acontecimentos”, em vista disso a doutrina neoliberal estimulou a reestruturação produtiva e a globalização, de maneira que se retroalimentam, inclusive, aceleram o desenvolvimento das forças produtivas e potencializam a capacidade de acumulação flexível.

De acordo com Alves (2007, p. 155) “Não tem como negar que a globalização é fruto direto do capitalismo e teve seu processo acelerado nas últimas duas décadas em função dos avanços tecnológicos, principalmente nas áreas de informática, capitais e mercadorias que passaram a circular de maneira mais intensa entre os países”. Por conseguinte, a especialização e acumulação flexível modifica todo o sistema produtivo e contribui para transformações perceptíveis no espaço global.

Não foi diferente no território da APACC que sofreu intensas modificações, principalmente a partir da década de 1970, período de transformações econômicas globais, quando inicia a decadência da economia canavieira, com isso possibilitando a reestruturação produtiva do território, segundo Soja (1993), o processo de reestruturação não acontece mecanicamente ou automaticamente, visto que “[...] implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente” (SOJA, 1993, p. 193-194), neste caso, a influência do estado foi determinante para as modificações produtivas no território.

A crise da agroindústria canavieira foi um momento crucial de apropriação do território da APACC para novas formas de usos, especialmente, fomentada pelo processo de urbanização que possibilitou a desapropriação de engenhos, realização de reforma agrária com a distribuição de assentamentos rurais e loteamentos residenciais que provocaram o despertar para o litoral, com isso estimulando a inserção do turismo de segunda residência, cujo objetivo era o desenvolvimento econômico e social do território.

O poder público utiliza, justamente, para fortalecer o seu discurso de implantação da atividade turística na faixa litorânea, a problemática socioeconômica enfrentada nestas localidades e as características físicas que as fazem possuir uma vocação turística natural, mas o modelo empregado visa somente o crescimento econômico. Logo, percebem-se as oposições

e contradições entre o discurso governamental, o planejamento, a gestão e as ações realizadas que distanciaram e impossibilitaram a participação ativa da população local, o planejamento desarticulado e sem integração, assim como a infraestrutura proporcionada pelo Estado aponta apenas para atender aos empreendimentos turísticos que são verdadeiros complexos artificiais, denominados de *resorts*.

Um dos órgãos mais representativos do processo de reestruturação produtiva do território nordestino foi a Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Nordeste – SUDENE, visto que a partir da década de 1960 constitui um cenário político e econômico que estimulou incentivos fiscais, financiamento público e atração de empresas, fatores que contribuíram para dinamizar a economia regional e inseri-la no contexto nacional (SILVA; FERREIRA, 2008, p. 4), todavia, as políticas governamentais foram centralizadoras e condicionadoras de concentração de investimentos nos grandes centros urbanos.

Segundo Silva e Ferreira (2008), a seletividade da economia global que procura espaços competitivos percebe no litoral nordestino, neste caso no território da APACC, as características necessárias para a reprodução do capital, ou seja, a beleza cênica, o quadro climático e demais aspectos naturais que conduz a um estereótipo de “paraíso tropical” (CRUZ, 2000), conseqüentemente, desponta como potencialidade para o desenvolvimento do turismo. Inicialmente, foi estimulado através do turismo de segunda residência e veraneio, com o passar das décadas são incorporadas às grandes cadeias de hotéis e aos *resorts*. De acordo com Silva e Ferreira (2008)

É nesse cenário que o setor do Turismo encontra novas possibilidades de expansão, não apenas no que diz respeito aos valores globais envolvidos, mas na própria significação de sua importância no desenvolvimento regional, abordagem até então tangencial ou periférica nos planos e projetos realizados pelo Estado nas décadas passadas. (SILVA; FERREIRA, 2008, p. 5)

As políticas públicas direcionadas pelo estado contribuíram efetivamente para a inserção do turismo como uma das principais atividades no litoral nordestino, neste caso, no território da APACC, no entanto, alguns fatores contribuíram para esta dinâmica, isto é, a crise da economia canavieira, o êxodo rural, a vocação natural do território, a beleza cênica, a necessidade de colocar o Brasil no cenário turístico internacional, como também a própria reestruturação produtiva que o sistema capitalista enfrentou a partir da década de 1970 com o neoliberalismo, logo impulsionando a produção e acumulação flexível no território que são característica preponderantes na era da globalização.

Diante do que foi destacado sobre a reestruturação produtiva do litoral nordestino, fica evidente que, no período de 1970 a 2019, as transformações foram significativas e influenciaram decisivamente para a inserção do turismo, uma vez que os processos de urbanização foram principalmente conectados a uma turistificação do território que substituiu a atividade açucareira pela turística através da especulação imobiliária com as segundas residências, mas com o avançar do tempo à inserção de grandes corporações do turismo neste cenário.

4.6 As contradições socioespaciais no processo de reestruturação produtiva

A reestruturação produtiva do território da APACC tem contribuído para o surgimento de muitas contradições socioespaciais, já que o fluxo turístico tem provocado expansão urbana e especulação imobiliária; com isso, a população local é expropriada e segregada do espaço; a infraestrutura oportunizada pelo estado visa atender aos empreendimentos turísticos em detrimento da população local, de modo que têm ocasionado conflitos de uso do território entre a comunidade, empreendedores turísticos, gestores e estado; as políticas públicas federal, estadual e municipal são desarticuladas contribuindo para a ineficiência do planejamento e gestão.

Os desajustes no gerenciamento do território contribui para beneficiar à lógica do capital; a infraestrutura local deficiente e o corpo técnico despreparado potencializando o subemprego, enquanto a inserção da atividade visa mitigar os problemas socioeconômicos; a ineficiente fiscalização ambiental do poder público se opoendo assim ao contexto de proteção da UC; a relação conflitante do turismo, unidade de conservação, preservação e população local; a estrutura institucional deficiente conflitante com as políticas públicas, entre outros antagonismo e contradições que são percebidos na área em questão.

O turismo na APACC representa a oportunidade para o desenvolvimento local e regional, a proteção ambiental e o estímulo ao empoderamento da sociedade, mas também conflitos de uso e ocupação do solo, especulação imobiliária, violência, concentração econômica, segregação social, entre outros, deste modo representando riscos ambientais (CARPIJR, 2011), visto que se trata de uma APA marinha, cujo objetivo principal é a proteção dos recifes de corais e arenitos (ICMBIO, 2016).

O surgimento de conflitos entre veranistas e população local na APACC decorre de: uso indevido dos recursos naturais; especulação/expansão imobiliária e turística desordenada; desrespeito à legislação vigente; incompatibilidade do uso turístico com a legislação vigente e

o plano de manejo da APA, por exemplo; utilização de embarcações turísticas em ecossistemas frágeis(Figura 19); utilização da faixa de praia para o comércio informal e desordenado, desarticulação dos órgãos fiscalizadores; entre outros (SILVA, 2011).

Figura 19 – Vista aérea dos recifes de corais – Maragogi/AL.



Fonte: Guia da Semana, Juliana Sartori, 2017.

Estas práticas e interesses distintos precisam ser mediados pelo poder público para evitar a potencialização de riscos ambientais, conflitos socioambientais e impactos ao ambiente, se pode destacar que a gestão tem acontecido por meio de ações do CONAPACC, mas com pouca efetividade porque a vasta área e os variados atores sociais dificultam o processamento das decisões e o cumprimento da legislação vigente, , com isso impossibilitando coordenar o turismo e contribuir de forma efetiva com o desenvolvimento local e regional, bem como de diminuir os riscos a UC.

Por se tratar de uma área de proteção ambiental costeira marinha, é extremamente frágil seu equilíbrio ambiental, principalmente quando aliado aos diversos usos do território (Figura 20), destacam-se a agricultura, pesca, comércio, indústria de transformação e, principalmente, o turismo. Os diversos usos do território se apresentam, praticamente, incompatíveis com a UC, porque esta relação tem sido conflituosa, inclusive, aumentando a possibilidade de risco ambiental.

Figura 20 – Usos do território – APA da Costa dos Corais.



Fonte: Celso Gomes, Compilação de imagens, 2018.

Segundo Fortunato *et al* (2011, p. 13) “compreender que há riscos ambientais pressupõe, portanto, relacionar os atos às incertezas sobre suas possíveis consequências, que nem sempre trazem dano no sentido negativo do termo”, numa segunda passagem do autor supracitado, ele destaca que “a questão do risco, portanto, não pode ser ignorada, mas compreendida. Dito de outra forma, uma ação protetiva não deve ser resultado da escolha entre derrubar árvores ou protegê-las com a própria vida, mas deve surgir após análise da situação sob diversos prismas” (FORTUNATO *et al*, 2011, p. 13). Destarte, planejar e gerir os diversos usos do território da APACC é mitigar possíveis riscos ambientais (CAPRI JR, 2011; FORTUNATO *et al*, 2007), assim permitindo que as gerações futuras possam desfrutar deste espaço.

Das atividades que fazem parte dos múltiplos usos do território da APACC a que mais tem se destacado é o turismo, pois é percebida como estimuladora e propulsora do desenvolvimento e como uma opção que pode contribuir para maior geração de lucro, acumulação de capital, isto é, apresenta-se mais rentável (SELVA, 2000) dentre as demais atividades econômicas, porém este modelo visa, especialmente, o crescimento econômico e faz parte do discurso desenvolvimentista do setor público e privado.

De fato, tem aumentado o fluxo turístico (MTUR, 2019; SEDETUR/AL, 2019; SETUR/PE, 2019) no território contíguo e de influência da APACC nas últimas décadas (1970-2019), no entanto, tem contribuído para uma expansão urbana caracterizada por uma deficiente

estrutura de saneamento, sobretudo, nas áreas cuja população apresenta um menor rendimento mensal, como também o uso indiscriminado do espaço turístico, seja para o comércio, pesca, serviços, mais especialmente para a visitação das piscinas naturais e recifes de corais.

O uso inadequado das piscinas naturais contribui para o aumento do risco ambiental (Figura 21), pois é um ambiente de elevada fragilidade ambiental, logo a visitação excessiva e o contato direto podem levar a degradação dos corais.

Figura 21 – Piscina Natural – Praia dos Carneiro, Tamandaré/PE – APACC.



Fonte: Tripadvisor (www.tripadvisor.com.br – Acesso em 12 mar. 2019), 2015.

A fragilidade ambiental está norteadada pelo risco ambiental (LYRA, 1997; CARPI JR, 2011) que, por consequência, maximiza a possibilidade de impacto ambientais negativos na APACC por meio do uso exacerbado, especialmente, das piscinas naturais que se configuram como um dos principais atrativos turísticos da UC.

Diante das especificidades e da fragilidade ambiental, o planejamento e a gestão (BARRAGÁN MUÑOZ 2004; 2014; RUSCHMANN, 2012; QUINTAS, 2006) do território devem respeitar as características locais, por meio de articulações nas esferas públicas municipais, estaduais e federal, de forma que, as políticas públicas devem partir do endógeno, mas também fazer o movimento inverso, a fim de evitar possíveis impactos negativos, do mesmo modo que a participação ativa dos atores sociais é condição primordial para que haja empoderamento e assim seja refletido em proteção da UC (Figura 22).

Figura 22 – Galés de Maragogi/AL – APACC.



Fonte: Enrico Marone, 2013; Litoral, 2018.

A gestão pública no âmbito dos municípios da referida APACC está desestruturada em virtude de não possuir sistema de informações, equipamentos, perfil de demanda, fluxo de turistas, estudo de capacidade de carga, agentes sociais preparados, entre outros aspectos. Torna-se uma contradição, devido à existência de interessante estrutura institucional, ligada à gestão ambiental e turística de alguns municípios, como é o caso de Tamandaré/PE e Maragogi/AL, entretanto, na prática não conseguem atingir um modelo de atuação dinâmico e eficaz.

A gestão deve ser compartilhada entre as esferas governamentais para que as ações sejam integradas, articuladas e eficientes, afinal trata-se de uma UC Federal, área estratégica do turismo de Alagoas e de Pernambuco, apresenta uma importância inegável para a proteção dos recifes de coral e a dinâmica produtiva dos municípios presentes no território contíguo e de influência da APACC são dependentes da atividade turística, logo se percebe a presença das três esferas governamentais para o processo de gestão ambiental e turística.

O grande desafio para os municípios da APACC é conseguir articular os projetos e programas municipais nas esferas estadual e federal, assim como, fazer com que os agentes sociais, sociedade civil, organizações não governamentais e setor privado, participem ativamente do processo de planejamento e gestão (SELVA; COUTINHO, 2007). Nesta

perspectiva, as potencialidades locais seriam ampliadas e os riscos ambientais praticamente mitigados (LYRA, 1997; CARPI JR, 2011).

Ressalta-se que a participação social se configura como imprescindível a este processo, uma vez que atualmente tem ocorrido desvairadamente um crescimento econômico, provocando problemas sociais, econômicos e ecológicos. Embora apresentando uma estrutura organizacional interessante, os municípios da APACC remam contra o planejamento e a integração.

De maneira geral as principais contradições e antagonismos verificados na APACC são as construções irregulares, especialmente, na linha de costa da praia, a pesca predatória, baixo percentual de área com saneamento básico, descarte irregular de resíduos sólidos, desrespeito à legislação ambiental e turística e o turismo desordenado. As construções irregulares na linha de praia, somados aos aterros de áreas de manguezais e em locais inapropriados que privam o acesso dos atores sociais, logo se estabelece um conflito de uso do solo que por sinal segrega socioespacialmente a população local das proximidades de linha de praia.

Outra situação grave, é a pesca predatória e irregular, que acontece porque a legislação vigente é ampla e os variados equipamentos utilizados podem, a depender, da área que está sendo realizada a pesca acarretar impactos negativos irreversíveis. Trata-se de UC Federal Marinha que o seu território contíguo e de influência estão 10 (dez) municípios que apresentam menos de 40% de saneamento básico (IBGE, 2019; COMPESA, 2019; CASAL, 2019), por consequência os devidos efluentes são descartados em rios ou mesmo diretamente no mar, conflito interessante entre as legislações porque indica a obrigação de sanear, mas o próprio ente governamental é o primeiro a desrespeitá-la quando não cria estações de tratamento e demais equipamentos que contribuam como suporte.

Um dos grandes problemas da área em questão é o descarte irregular dos resíduos sólidos, primeiro, que nos períodos de alta estação do turismo as prefeituras, principalmente, as de menor porte não conseguem dar conta do recolhimento dos resíduos, segundo o próprio turista não respeita a legislação e também descarta de forma irregular e terceiro a própria população local também não contribui para a destinação correto dos resíduos sólidos, aliados a ingerência das esferas governamentais nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal contribuem para um cenário tortuoso e trágico de impactos ao ambiente.

O turismo desordenado é outra situação do território da APACC que desrespeita as regras de uso, a capacidade carga e a legislação vigente e que se torna um paradoxo, uma vez que é entendida como a principal atividade econômica do território, ao mesmo tempo em que se torna quem mais contribui para impactos negativos no ambiente.

Em todos os casos mencionados de contradições e antagonismos do território da APACC perpassam pelo não cumprimento da legislação ambiental e turística pelos atores sociais sejam os que tratam da gestão ou aqueles que utilizam o território para sobreviver ou os que desfrutam enquanto turistas. Os múltiplos usos do território conduzem para múltiplas contradições e se estabelece de maneira antagônica as situações entre os atores sociais dentro de uma UC que se trata da maior área de proteção ambiental marinha costeira do Brasil.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E TURÍSTICAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO DA APACC.

A presente seção visa discutir as políticas públicas a luz das questões ambientais e turísticas no processo de reestruturação produtiva do território da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais – APACC, especialmente, impulsionada pelo turismo, de modo que compreender a importância das políticas públicas perpassa pela história inscrita e marcada no espaço. Portanto, a reestruturação produtiva do território é oriunda de processos, conflitos e ações frutos de políticas que estão presentes em rugosidades e na estrutura socioespacial, neste caso, do território turístico da APACC.

Infere-se que também será foco desvelar as políticas públicas, identificá-las, realizar análise e detalhamento no âmbito nacional, estadual e municipal para que assim sejam construídos quadros sínteses que possibilitem estabelecer comparativos, verificar complementaridades e redundâncias, com isso fortalecer os argumentos amparados nas políticas públicas existentes que influenciaram o processo de reestruturação produtiva do território.

A partir da compreensão das influências das políticas públicas será traçado o panorama nacional, estadual e municipal para verificar as devidas contribuições positivas ou negativas para o território.

5.1 As políticas públicas espaciais

A reestruturação produtiva do território da APACC não foi proveniente de pequenas ações, programas e projetos desconectados do gerenciamento do Estado, isto é, o poder público federal, estadual e municipal, de fato o espaço territorial é marcado por formas espaciais e estruturas que contribuem para o entendimento do contexto histórico e a sua formação socioespacial e econômica, mas a intervenção pública foi determinante para reestruturação, ordenamento e reestruturação da produção espacial através de políticas, inclusive, direcionadas à inserção do Brasil no mercado turístico internacional.

A fim de entender as rugosidades, marcas e formas espaciais no território da APACC faz-se necessário esclarecer as políticas federal, estaduais e municipais, todavia se indaga o que é política? Segundo Japiassú e Marcondes (2006, p. 156 e 157) “política [...] Tudo aquilo que diz respeito aos cidadãos e ao governo da cidade, aos negócios públicos”, já Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 954) destacam que o termo política é “Derivado do adjetivo originado de

pólis (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social [...]”, ambos os conceitos se interligam ao social, de outro modo há uma conexão direta com o fazer do homem imbricado ao bem comum ao mesmo tempo em que se envolve ao exercício do poder, de acordo com Aristóteles (I, 1253a2)

O homem é por natureza um animal político, tem primeiro na família sua socialização e garantia da manutenção da vida em seus aspectos financeiros e educativos, mas é na Polis que se realiza plenamente, encontrando no fiel cumprimento das leis a justiça, dado que só podemos ser feliz no exercício da justa medida, ou seja, sendo prudentes e encontrando o meio termo em nossas ações. (ARISTÓTELES, I, 1253a2)

Isto posto, as raízes da política estão na relação homem, poder, bem comum e cidade, haja vista o processo de sociabilização origina conflitos diversos que devem ser mitigados a partir do diálogo ou mesmo da arte de governar, com isso estimula o equilíbrio das ações no contexto da sociedade amparada pelas leis e justiça que se colocam como embasamento teórico, prático e político para administrar e evitar desigualdades.

A política, por si só, é constituída no universal, de outra forma, o que pertencem a todos, assim constituído no processo de socialização que é derivado de conflitos que devem ser gerenciados pelo Estado, com isso, fica caracterizado como o domínio público ou das políticas públicas, segundo Dias (2003, p. 121), a política pública “como sendo um conjunto de ações executadas pelo Estado, buscando atender às necessidades da sociedade. As linhas de ação dessa política devem estar direcionadas ao bem comum e satisfazer ao interesse público”. Portanto, deve atender as predileções da coletividade e as decisões seguem como parâmetro imparcialidade independentemente de quais atores sociais estejam envolvidos nas questões ou conflitos

Segundo Souza (2006, p. 23) “Considera-se que a área de políticas públicas contou com quatro grandes ‘pais’ fundadores: Harold Laswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton”, a autora destaca que

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública); Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional; Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio; Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. (SOUZA, 2006, p. 24)

Por conseguinte, a preocupação central é a construção e a constituição das políticas públicas, assim como o equilíbrio no processo de formulação e execução destas, cujo intuito é dirimir conflitos no processo de sociabilização, de acordo com Souza (2006, p. 24) “A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz”. Segundo Rodrigues (2011):

as políticas públicas são resultantes da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados [...] constituem-se de decisões e ações que estão revestidas da autoridade soberana do poder público”. Políticas públicas governamentais são aqui entendidas como o “Estado em ação”. É o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. (RODRIGUES, 2011, p. 14)

Tanto os interesses são distintos como os atores sociais são diversos, por sua vez se originam conflitos que o Estado a partir de atuações no âmbito da universalidade e direito de todos buscam equilibrar as ações, embora seja um campo de incertezas, turbulento e até mesmo harmônico que deve ser moderado a partir das políticas públicas, de acordo com Rodrigues (2011, p. 25) “Tudo isso envolve habilidades para gerenciar complexidades (em cenários de incertezas e turbulência, por exemplo) e conseguir colaboração de todos os que estão envolvidos na implementação de determinadas ações de governo”.

As políticas públicas são desenvolvidas a partir de tipologias indicadas e constituídas por Theodor Lowi (1972) através de quatro formas, são elas, as políticas distributivas, as políticas regulatórias, as políticas redistributivas e as políticas constitutivas, assim sendo “Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente” (SOUZA, 2006, p. 28). O campo das políticas públicas se estabelece muitas vezes de maneira controversa, lenta ou mesmo dinâmica, de modo que a gestão deste processo é o que pode garantir a sustentabilidade das decisões sejam públicas ou privadas, independentemente do tipo de forma que possuam. De acordo com Souza (2006)

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26)

A depender do campo de atuação, as políticas públicas são adjetivadas como sendo ambientais, sociais, econômicas, culturais, entre outras; no entanto, são materializadas no espaço, por isso, pode-se dizer que são políticas públicas, antes de qualquer fato, espaciais, de outra forma, políticas espaciais.

O caminho deve ser a “valorização da dimensão espacial”, de modo que possibilite “discutir a problemática da inserção do espaço nas políticas públicas nacionais, especialmente nas aqui denominadas políticas espaciais”. (STEINBERGER, 2006, p. 30), visto que os entraves socioeconômicos e ecológicos se materializam exatamente no espaço, portanto, as políticas públicas devem ser pensadas a partir deste e pela população local.

Ainda segundo Steinberger (2006),

Não se reconhece que nessas políticas os adjetivos ambiental, territorial, regional, urbano e rural são qualidades do seu substantivo que é o espaço. Por essa razão, com frequência, são rotuladas como setoriais e sociais quando, na verdade, são essencialmente políticas de caráter espacial nas quais, em tese, o espaço tem um significado que vai muito além do espaço-palco. (STEINBERGER, 2006, p. 32).

Destarte, se entende aqui que as políticas, antes de qualquer coisa, são espaciais e que a produção e reprodução neste acontece dialeticamente, ao mesmo tempo em que produz se reproduz, logo modifica e é modificado, conseqüentemente as políticas espaciais devem garantir o equilíbrio das ações públicas e privadas.

Compreender as transformações provocadas pelas políticas públicas deriva de analisar as rugosidades manifestadas pelas relações sociais no espaço através de seus processos, estruturas, formas e funções que testemunham a história escrita no passado e no presente (SANTOS, 1985), permitindo “entender que as formas espaciais são formas-conteúdo porque os objetos geográficos que as representam ganham valor ao longo do tempo histórico”. (STEINBERGER, 2006, p. 39).

Diante do entendimento que as políticas públicas, preliminarmente são políticas espaciais, é que se pode compreender o desenvolvimento de atividades socioeconômicas estimuladas pelo Estado e o mercado através de políticas específicas, neste caso para o turismo, segundo Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, p. 294) é “Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico [...]”, principalmente quando se trata de uma unidade de conservação – UC, como é o caso da APACC, uma vez que o planejamento de desenvolvimento da atividade deve ser minucioso e participativo embasado na política de turismo, segundo Beni (2001)

[...] a política de turismo é a espinhal dorsal do ‘formular’ (planejamento), do ‘pensar’ (plano), do ‘fazer’ (projetos e programas), do ‘executar’ (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do ‘reprogramar’ (estratégia) e do ‘fomentar’ (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais”. (BENI, 2001, p. 177)

Desenvolver o turismo a partir de políticas públicas alicerçadas na participação dos atores sociais e estruturada nas bases legais pode contribuir no contexto da integração, articulação e fortalecimento das perspectivas socioeconômicas e ambientais desse território, com isso pode estimular a atividade, mas também a proteção do meio ambiente, a justiça social e o próprio crescimento econômico que constituirá o marco regulador e orientador do turismo, segundo Dias (2003, p. 120)

[...] no sentido de uma ação empreendida com objetivo específico, existem, de modo geral, quando da existência da atividade turística. Uma política de turismo, formalmente instituída através de um documento norteador, pode ser inexistente, mas desde que existam medidas empreendidas pelo Estado, em que nível for, seja no sentido de orientar, regulamentar ou ordenar a atividade ou segmentos do turismo, existe uma política de turismo. (DIAS, 2003, p. 120)

Importante salientar que as políticas públicas do turismo são materializadas no espaço, deste modo, compreender a estrutura socioespacial a partir de escala apropriada no contexto geográfico é fundamental para a interpretação e a análise detalhada das condições socioeconômicas locais, assim como possibilita averiguar o estímulo e fortalecimento, nesta conjuntura, da atividade turística a partir da intervenção do Estado pelas políticas espaciais para o turismo.

5.2 Panorama das políticas públicas ambientais no Brasil

O turismo é uma atividade que se apropria do espaço e faz uso da paisagem local territorializando e reterritorializando (HAESBAERT, 1999), de maneira que transforma, positivamente ou negativamente a economia, a sociedade, a cultura e o meio ambiente, conseqüentemente é de suma importância estar norteado por políticas públicas ambientais e de turismo que poderão possibilitar o desenvolvimento local (BUARQUE, 2004) pautado na sustentabilidade (FOLADORI, 2007).

As políticas, os programas e os projetos ambientais e turísticos existentes devem promover a preservação, conservação e melhoria ambiental, tal como propiciar a construção e adequações da infraestrutura do turismo, visando, de forma preliminar, à população local, em

seguida, os empreendimentos turísticos e, por sua vez, o turista. De forma geral, o poder público deve gerir os conflitos socioambientais em torno do desenvolvimento das atividades econômicas, neste caso, o setor turístico.

O Estado¹⁸ tem um papel fundamental para a mediação dos conflitos socioambientais. De acordo com o artigo 225 da Constituição Federal Brasileira, é responsabilidade do poder público defender e preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. Neste sentido, o Poder Público detém a competência para aplicar a gestão ambiental pública, inclusive, intercedendo nos conflitos entre os atores sociais, do mesmo modo que no uso dos recursos ambientais (QUINTAS, 2006, p. 48-52).

Para Silva (2011, p. 61) “[...] o Poder Público é responsável por assegurar os interesses da coletividade no processo de apropriação e uso dos recursos ambientais, mesmo quando há legitimidade dos interesses individuais específicos”. Portanto, a gestão deve acontecer sob a mediação do Estado, com vista a garantir a imparcialidade no processo decisório dos conflitos que possam ocorrer no território, evidentemente embasados na legislação vigente no país.

O alinhamento das questões ambientais no Brasil possui interessante arcabouço legal e tem, como um dos marcos regulatórios o Artigo 225, capítulo VI – Do Meio Ambiente na Constituição Federal Brasileira, de 1988, segundo a qual

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, art. 225)

Fica clara a importância da manutenção da qualidade de vida atrelada ao equilíbrio do ambiente, tendo como ressalva a garantia que as próximas gerações tenham o direito de ter acesso ao meio ambiente de maneira responsável e, sobretudo, conectados à sustentabilidade.

As atividades econômicas, – neste caso, o turismo – podem ser estimuladoras e garantir o equilíbrio do ambiente, de maneira que preservem e mantenham a qualidade de vida de acordo com o previsto na CF/1988, mais também na Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA que foi instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e que se rotula também como um dos marcos regulatórios da legislação ambiental brasileira.

¹⁸ “De acordo com a tradição marxista, o surgimento do Estado decorre da divisão de classes na sociedade, e neste sentido, Engels (1985) resgata desde a origem da família, a natureza da propriedade privada e conseqüentemente a formação das classes com o surgimento da necessidade do Estado para atenuar seus antagonismos. No entanto, o Estado passa a si posicionar a favor da classe mais poderosa que se transforma em classe dominante e fomenta instrumentos para a manutenção deste poder” (SILVEIRA, 2010, p.46).

De acordo com a PNMA, em seu artigo 3º, inciso I define que meio ambiente é “[...] o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Por conseguinte, a manutenção de um ambiente equilibrado perpassa por conflitos sociais, econômicos, ecológicos e culturais que devem ser geridos pelo Estado a partir do seu embasamento legal, no caso específico, do turismo a gestão deve priorizar os interesses locais para garantir que as próximas gerações tenham direito de uso desses espaços e que contribuam para o desenvolvimento local.

Embora a atividade turística seja contributiva para transformações espaciais, tanto nas formas, como nas formas-conteúdo (SANTOS, 1997), também pode contribuir para a justiça social, o ambiente equilibrado e, notadamente, para o crescimento econômico, desde que sua gestão seja articulada e respeite o embasamento legal, do mesmo modo que tenha por “[...] objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (BRASIL, PNMA, LEI 6.938/81, Art. 2º).

As transformações socioespaciais advindas do turismo podem ser caracterizadas como impactos negativos ou positivos a localidade, segundo a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 001/86, art. 1º ressalta que

Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II – as atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V – a qualidade dos recursos ambientais.

Diante do explicitado fica notória a relevância de um planejamento do turismo articulado, adequado e que respeite as especificidades locais (RUSCHMANN, 2012), a fim de evitar possíveis impactos ambientais, sobretudo, negativos que contribuam para a degradação ambiental (LEI nº 6.938/81, ARTIGO 3º, II).

A Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, efetuada pelo Decreto nº 86.176/81, destaca a constituição pela União, Estados e Municípios das Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico que são “trechos contínuos do território nacional, inclusive nas águas territoriais, a serem preservadas e valorizadas no sentido cultural e natural, e destinadas à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico”, por isso, a gestão dos conflitos, impactos e degradação ambiental devem estar norteadas por políticas públicas espaciais (STEINBERGER, 2006), visto que o espaço será compreendido como uma totalidade social (SANTOS, 1977).

As Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico (Lei nº 6.513/1977) quando impactados negativamente estão amparadas pelo arcabouço legal brasileiro, especialmente, protegidas pela a Lei nº 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais) que ressalta o reordenamento da “[...] legislação ambiental quanto às infrações e punições. Concede à sociedade, aos órgãos ambientais e ao Ministério Público mecanismo para punir os infratores do meio ambiente”, incontestável a importância e o respeito à legislação vigente seja municipal, estadual ou federal, tal como as suas secretarias, órgãos e outras instituições de fiscalização ambiental, cujo intuito é garantir que as próximas gerações tenham acesso a um meio ambiente equilibrado.

A Legislação Ambiental brasileira (Quadro 12) é reconhecida internacionalmente por possuir uma estruturação e articulação de interessante coerência e delineamento (MMA, 2019), todavia, ainda há falhas no processo de execução delas mesmas, seja por deficiência em infraestrutura ou mesmo pela desestruturação dos seus órgãos fiscalizadores, assim como pela ineficiência do planejamento e gestão dos recursos humanos aliados ao baixo investimento e construção de políticas públicas que garantam a efetivação da fiscalização, orientação e punição dos crimes ambientais.

Quadro 12 – Histórico das políticas públicas ambientais no Brasil (1934-2019).

Período	Políticas Públicas Ambientais	Detalhamento
A partir de 1934 a 1960	Código Florestal – Lei 4771/65 Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965	Regulamentação, importância das florestas, o direito e demais orientações a respeito do uso e manejo.
	Código de Águas instituído pelo Decreto nº 24.643/ 1934	Definições sobre o uso, propriedades, serviços e fiscalização.
	Código de Minas (Código de Mineração em 1967 e modificado em 1996). Decreto-lei nº 1.985/1940 e revogado pelo Decreto-Lei nº 227/1967.	Administração dos recursos minerais, a indústria de produção mineral e a distribuição, o comércio e o consumo de produtos minerais.
	Código de Pesca, modificado em 1967 criação da Lei de Proteção à Fauna	Controle, fiscalização e monitoramento das atividades pesqueiras
1967	Criação o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), através do Decreto-lei 289/67.	Revogação do Código Florestal Responsável por aplicar a Lei de Proteção à Fauna (nº 5197/67) e o Código Florestal.
1975	Decreto-lei nº 1.413/1975	Regulamentação, políticas de controle e monitoramento da poluição industrial
1981	Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA que foi instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981	Regulamentação das questões sobre meio ambiente no Brasil. Criação do SISNAMA, IBAMA e CONAMA
1988	Lei do Gerenciamento Costeiro – número 7.661 de 16/05/1988	Define as diretrizes para criar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.
	Artigo 225, capítulo VI – Do Meio Ambiente na CF, de 1988,	Um dos marcos regulatório da legislação ambiental brasileira.

Período	Políticas Públicas Ambientais	Detalhamento
1997	Política Nacional de Recursos Hídrico – PNRH que foi instituída pela Lei nº 9.433/1997	Assegurar a disponibilidade de água, regulamentação, fiscalização, órgãos de controle e gestão dos recursos hídricos.
1998	Lei de Crimes Ambientais instituída pela Lei nº 9.605/1998	Designa o que são infrações, punições e outros mecanismos de proteção do meio ambiente.
1999	Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Instituída Pela Lei 9795/1999 e o Decreto 4281/2006	Regulamenta a criação e implementação de programas de EA no Licenciamento ambiental.
2000	Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – Lei nº 9.985/2000	Regulamentação, ordenamento e mecanismos para a defesa dos ecossistemas naturais e de preservação dos recursos naturais.
2007	Lei 11.445/2007 – Estabelece a Política Nacional de Saneamento Básico -	Regulamenta o saneamento (drenagem urbana, abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos).
2008	Lei da Mata Atlântica instituída pela Lei nº 11.428/2006 e pelo Decreto nº 6.680/2008	Garantia de proteção, manejo e fiscalização da Mata Atlântica.
2011	Lei da Cooperação entre a União, Estados e Municipais que foi instituída pela Lei Complementar nº 140/2011	Define as competências dos poderes públicos no âmbito Federal, Estadual e Municipal sobre as questões.
2012	Novo Código Florestal instituído pela Lei nº 12.651/2012	Definições de condutas, monitoramento, fiscalização, infrações, delimitações e proteção das áreas florestadas do Brasil.
2015	Lei nº 13.153/2015 Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.	Mecanismos de combate à desertificação e efeitos da seca; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação.
	Portaria Interministerial nº 390/2015 foi instituído o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA	Aumentar a qualidade e a quantidade de processos de formação e participação de jovens no enfrentamento da injustiça ambiental.
2019	Decreto nº 9.806/2019 altera o Decreto nº 99.274/1990.	Nova organização dos assentos que compõem o CONAMA, composição e funcionamento.
	O Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019 que altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008,	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo para apuração.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2019. Adaptado por Celso C Gomes, 2019.

A legislação ambiental brasileira obteve um interessante avanço a partir da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA, instituída em 1981, pois estruturou as bases legais e deu direcionamentos à questão ambiental no Brasil. Após a PNMA, somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal – CF é que novamente temos um avanço significativo em defesa do meio ambiente, em virtude de que o Artigo 225 da CF/1988 trata exclusivamente das questões do Meio Ambiente, assim fortalece e contribui para a pauta ambiental brasileira.

Apesar da interessante estrutura de legislação e gestão ambiental (QUINTAS, 2006) constituída nas últimas décadas pela esfera pública federal, a questão ambiental no Brasil vivencia problemas de elevada complexidade por conta dos baixos investimentos em infraestrutura, deficiente capacitação e formação técnica, da mesma maneira que apresenta desarticulação e ineficiência do planejamento, gestão e execução das políticas ambientais, por conseguinte, o combate aos impactos, crimes e degradação ambiental (CARNEIRO, 2003) ficam muito aquém do necessário para que se consiga preservar o ambiente para as gerações futuras.

A atividade turística deve estar alinhada, através do planejamento e gestão, que contribuam para a minimização de possíveis impactos ambientais negativos, bem como a gestão ambiental deve considerar a atividade turística em todos os níveis da administração pública e privada, especialmente no âmbito local, municipal, onde, de fato, o turismo é materializado e onde são executadas as políticas ambientais; assim, o poder público efetivará sua missão de preservação e conservação do meio ambiente para as futuras gerações.

O poder público é o grande responsável para administrar o planejamento e execução da atividade turística, como também aplicar a gestão ambiental (QUINTAS, 2006), particularmente, no contexto municipal, sendo este o agente licenciador e fiscalizador de equipamentos, locais e atividades turísticas, podendo promover, desta forma, a proteção, a conservação e a gestão ambiental de forma ampla, integrada e contínua (BRAGA, 2009).

O Brasil faz uso do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA como modelo de gestão ambiental que atua através dos três níveis do Poder Público – federal, estadual e municipal. Segundo o Ministério do Meio Ambiente – MMA (2019) “[...] estabelece estratégias para essa articulação de modo a promover a gestão ambiental descentralizada, democrática e eficiente”. O SISNAMA possui como principais funções:

- Implementar a Política Nacional do Meio Ambiente;
- Estabelecer um conjunto articulado de órgãos, entidades, regras e práticas responsáveis pela proteção e pela melhoria da qualidade ambiental;
- Garantir a descentralização da gestão ambiental, por meio do compartilhamento entre os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). (BRASIL, PNMA, 1981, Art. 1º)

O MMA (2019) parte da premissa de que haja integração tanto intragovernamental quanto intergovernamental quando se trata de implementação de políticas públicas de meio

ambiente, assim possibilita a efetivação de tais ações de maneira integrada (MMA, 2019) e articulada através da estrutura de gestão do SISNAMA (Quadro 13)

Quadro 13 – Estrutura do SISNAMA.

Órgão Superior	Órgão Consultivo e Deliberativo	Órgão Central
Conselhos de Governo	Conama	MMA
Órgãos Executores	Órgãos Seccionais	Órgãos Locais
Ibama e ICMBio	Estados	Municípios

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2019.

No entanto compete à esfera municipal, onde está materializada a atividade, neste caso turística, ser o agente atuante em cumprir a sua função. Evidentemente, é necessária uma estrutura física e de equipamentos, recursos financeiros e quadro técnico especializado, vislumbrando administrar os conflitos na perspectiva de melhoria da qualidade de vida (BRASIL, MMA, 2008).

Com base na legislação vigente através da PNMA (1981), SISNAMA e CONAMA (1981) tem-se os seguintes instrumentos para a execução do processo de gestão ambiental, a saber: órgão ambiental, Secretaria de Meio Ambiente ou compondo com outras áreas uma Secretaria, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) e Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA). Esta estrutura visa mitigar e administrar os possíveis conflitos existentes.

A gestão dos conflitos relativos ao meio ambiente necessita estar delineado por uma estrutura política atuante e que estimule a participação dos atores sociais locais através dos seus representantes legais (BRASIL, 2006). Logo, possibilitará planejar e administrar a gestão ambiental e turística a partir das necessidades do ambiente local como também refletirá na melhoria da qualidade de vida, deste modo, servirá de base para o turismo e contribuirá para a manutenção da identidade local.

Segundo o IBGE (2006), são poucos os municípios brasileiros que possuem, ao mesmo tempo, pelo menos três instrumentos básicos para a gestão ambiental municipal. Sendo assim, a tarefa de funcionalizar o SISNAMA se torna árdua. O MMA promoveu em todo o Brasil o Programa de Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais, com o intuito de difundir e fortalecer a gestão ambiental municipal, entretanto, os problemas continuam a acontecer.

Não há receita pronta para o planejamento, gestão ambiental e turística, no âmbito municipal, pois a materialidade dos acontecimentos possui características e especificidades variadas de acordo com o local, inclusive de identidade local. Desta forma, é indispensável que haja uma participação ativa quanto aos atores sociais para mitigar os possíveis conflitos originados desta relação do turismo com a apropriação do meio ambiente, sobretudo, quando se trata de Unidade de Conservação – UC, como é o caso, visto que são ambientes que apresentam certa fragilidade ambiental e devem ser respeitados, já o seu uso deve acontecer de acordo com as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

O SNUC foi criado conforme o disposto no inciso I do art. 6º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, o Art. 1º destaca e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL, MMA, 2008; 2011).

O Art. 3º da referida Lei nº 9.985/2000 trata especificamente da composição do SNUC e destaca que “é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais [...]” (BRASIL, MMA, SNUC, 2011, p. 7) e a sua gestão está estruturada pelos seguintes órgãos e com as respectivas atribuições (Quadro 14).

Quadro 14 – Estrutura do SNUC.

Órgão Central	Órgão Consultivo e Deliberativo
MMA	Conama
Órgãos Executores	Caráter Supletivo
Ibama e ICMBio	Órgãos estaduais e municipais de meio ambiente

Fonte: BRASIL, MMA, SNUC, 2011, adaptado pelo autor.

A criação, gestão e manutenção das Unidades de Conservação – UC estão determinadas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que cria o SNUC, como também detalha a composição, tipo, conceitos, critérios e peculiaridades.

O SNUC caracteriza “12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo”. Destarte, as UC estão categorizadas como sendo de proteção integral e de uso sustentável (Tabela 09).

Tabela 09 – Quantitativo Geral de Unidades de Conservação.

Tipo / Categoria	Esfera						TOTAL	
	Federal		Estadual		Municipal			
Proteção Integral	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)
Estação Ecológica	30	72.088	60	47.495	5	40	95	119.624
Monumento Natural	5	115.314	32	961	19	158	56	116.433
Parque Nacional / Estadual / Municipal	74	268.207	218	94.534	163	804	455	363.545
Refúgio de Vida Silvestre	9	2.984	52	3.179	11	204	72	6.367
Reserva Biológica	31	42.664	25	13.493	8	51	64	56.208
Total Proteção Integral	149	501.258	387	159.662	206	1.256	742	662.176
Uso Sustentável	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)
Floresta Nacional/Estadual/Municipal	67	178.159	41	135.856	0	0	108	314.015
Reserva Extrativista	66	135.087	29	19.880	0	0	95	154.967
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	2	1.026	32	111.250	5	171	39	112.447
Reserva de Fauna	0	0	0	0	0	0	0	0
Área de Proteção Ambiental	37	897.220	195	340.671	114	58.428	346	1.296.319
Área de Relevante Interesse Ecológico	13	341	30	605	14	199	57	1.145
RPPN	670	4.885	250	843	2	0	922	5.728
Total Uso Sustentável	855	1.216.717	577	609.105	135	58.798	1567	1.884.620
Total Geral	1004	1.717.976	964	768.767	341	60.054	2309	2.546.797
Área Considerando Sobreposição Mapeada	1004	1.712.051	964	762.184	341	59.987	2309	2.499.567

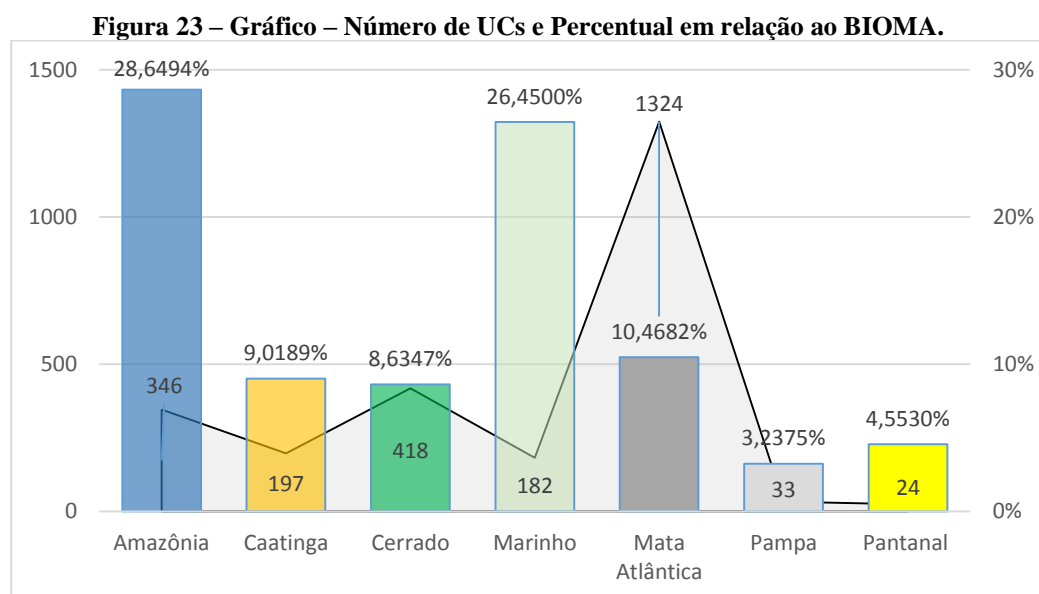
Fonte: CNUC/MMA (www.mma.gov.br/cadastro_uc), 2019 – Adaptado por Celso C Gomes.

As UC têm um papel preponderante na proteção, preservação e conservação dos mais diversos tipos de ambientes, ecossistemas e biomas brasileiros, visto que são cerca de 2.550.000 km² de áreas de proteção de uso sustentável e de proteção integral, assim como são mais de 2.300 áreas legalmente protegidas que representam um número bastante expressivo no que concerne à proteção ambiental no Brasil (BRASIL, MMA, 2019, on-line). Porquanto, se tratam de territórios que apresentam, certamente, fragilidades ambientais advindas da pressão urbana, da agropecuária, da industrialização, poluição atmosférica, entre outros fatores que podem impactar ambientalmente, de forma negativa, essas UC.

As UC protegem espécies animais e vegetais muitas vezes ameaçadas de extinção, mas também as relações e conexões dos mais variados ecossistemas nesse ambiente, dessa forma garante, em parte, o equilíbrio ecológico e fortalece a possibilidade de as próximas gerações terem a oportunidade de acessá-las.

O SNUC estimula a proteção dos ambientes, tal como impulsiona a visitação com a finalidade científica, ambiental, cultural e turística nos mais diversos biomas do Brasil, sendo assim, as UC influenciam o seu entorno contribuindo com o desenvolvimento das localidades quando se há um planejamento articulado com as questões sociais, ecológicas, culturais e econômicas (SEABRA, 2007; SELVA; COUTINHO, 2010; RUSCHMANN, 2012).

A distribuição das UC no território brasileira relacionado aos biomas evidencia uma interessante disparidade distributiva (Figura 23) que externa o baixo quantitativo de áreas de caatinga, cerrado, pampas e do pantanal que estão protegidas integralmente, da mesma maneira que se faz o uso sustentável destas.



Fonte: MMA, SNUC, 2019, adaptador pelo autor.

De acordo com os objetivos do SNUC a proteção e conservação dessas áreas são requisitos mínimos, do mesmo modo que, preservar e restaurar os recursos ambientais, bem como os ecossistemas naturais, com isso pode ser valorizada a diversidade biológica dessa UC, além de impulsionar o desenvolvimento sustentável local a partir de atividades científicas e econômicas, como por exemplo o turismo, entretanto, observando os limites da sustentabilidade desses ambientes (BRASIL, MMA, SNUC, LEI nº 9.985/2000).

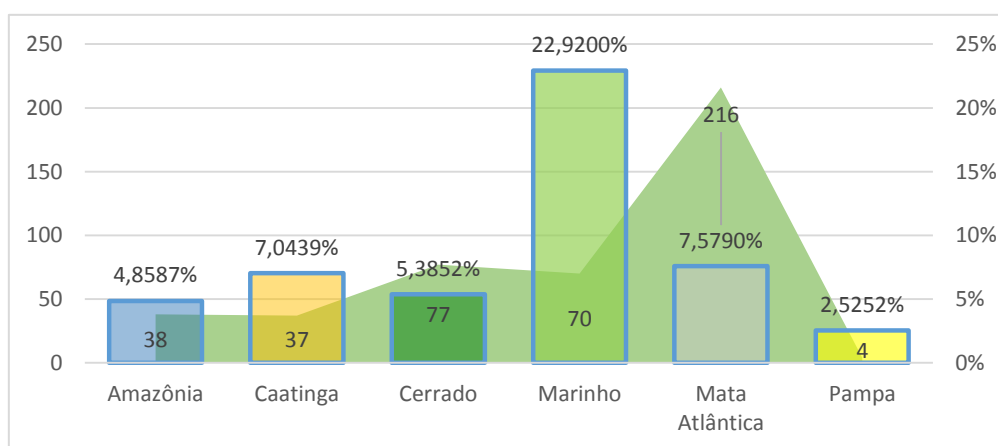
O desenvolvimento do turismo em UC apresenta possibilidades de estímulo à proteção, da mesma forma que pode contribuir para impactos negativos ao ambiente, haja vista o fato de que a atividade turística está norteada por questões sociais, econômicas, culturais e ecológicas que podem desencadear uma sensibilização ambiental ou mesmo a degradação do ambiente,

principalmente quando se trata de unidades de uso sustentável, por exemplo, Área de Proteção Ambiental – APA, segundo o Ministério do Meio Ambiente

é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, MMA, SNUC, 2011, LEI nº 9.985/2000, ART 15)

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação o Brasil, possui cerca de trezentos e quarenta Áreas de Proteção Ambiental – APA (Figura 24), ocupa 1.296,319 km², representando 14,96 % do território das UC brasileiras, dos quais cerca de 35,5% de área continental protegida e cerca de 64,4 % de área marinha protegida, entretanto, esse tipo de UC é constituída por terras públicas e privadas, fato que pode contribuir para impactos ambientais negativos (MMA, SNUC, 2019).

Figura 24 – Gráfico – Número de APA e Percentual em relação ao BIOMA.



Fonte: MMA, SNUC, 2019, adaptador pelo autor.

A distribuição das APA é irregular pelo território quando comparada aos biomas brasileiros, se percebe que as áreas de mata atlântica e de biomas marinhos acumulam um maior percentual UC, embora isto não queira dizer que apresentam as maiores áreas territoriais protegidas. A categoria APA, consideradas pelas suas características, isto é, parte do seu território – pode ser privado ou público – contribui para que possua, notadamente, um maior quantitativo de conflitos socioambientais, visto como os múltiplos usos do seu território e do entorno provocam impactos, a depender do uso, de diferentes tamanhos, escalas e valores.

A presente pesquisa, terá uma maior observância para a categoria de UC de uso sustentável APA, no caso, APA Costa dos Corais – APACC, considerada a maior UC Federal

marinha costeira do Brasil, por isso de significativa importância compreender os múltiplos usos, sobretudo, através do turismo, mas também a dinâmica da atividade, a influência no seu entorno, os conflitos e possibilidade de contribuição para o desenvolvimento regional e local atrelados a legislação vigente em âmbito Federal, Estadual e Municipal. Portanto, assegurar o uso da APACC conectado, especialmente, ao equilíbrio dos ecossistemas presentes e o respeito à população.

5.3 Panorama das políticas públicas de turismo no Brasil

As políticas públicas de turismo no Brasil têm, como marco inicial, o Decreto Lei nº 406, de 04 de maio de 1938, mais especificamente o artigo nº 59, que descrevia a situação de venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres, tal medida constituída no governo de Getúlio Vargas foi caracterizada como instrumento de fiscalização prévio da atividade turística (CRUZ, 2001), conseqüentemente, a primeira intervenção pública para o setor, assim como desenvolvimento de regulação e de legislação específica para a atividade turística.

A regulação inicial da política de turismo brasileira contribuiu para a criação da Divisão do Turismo em 1939, cuja finalidade era supervisionar, regulamentar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo no país. Foi considerada como o primeiro organismo público brasileiro de atuação frente ao setor turístico (DIAS, 2008) contribuindo para a gestão dos processos de implantação, melhorias e diminuição de possíveis impactos da atividade.

O Brasil regulamenta a sua primeira legislação mais específica para o turismo, apenas, na década de 1940, quando foi instituído o Decreto Lei nº 2.440, de 23 de julho de 1940, que trata especificamente das conexões dos diversos agentes de produção do espaço turístico, sejam públicos ou privados, do mesmo modo que cria as condições oficiais para o desenvolvimento do turismo, segundo Cruz (2001)

Ao permitir a conexão entre agências de viagens e turismo, agências de turismo e companhias e agências de navegação e de passagens marítimas, o poder público criava as condições oficiais para que os diferentes agentes privados envolvidos com o turismo no país organizassem a atividade, e que se constituísse, de fato, em um setor da economia, como em outros países há muito já havia acontecido. Essa organização da atividade turística é condição *sine qua non* para o desenvolvimento do chamado turismo de massa no país. (CRUZ, 2001, p. 47)

Pode-se destacar como as primeiras ações efetivas para o desenvolvimento do turismo no Brasil, contudo o período (1940-1966) foi marcado por turbulências, oscilações e dificuldades que contribuíram, de certo modo, para o fortalecimento e a criação da primeira

Política Nacional do Turismo – PNT e a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR através do Decreto Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966.

O Decreto Lei nº 55/1966 foi preponderante para a organização do setor turístico que passa a entender a atividade como uma perspectiva econômica para o Brasil, paralelamente à criação da EMBRATUR, que teve como principal objetivo a divulgação do país no exterior. De acordo com Kasparly (2012, p. 60), a instituição foi “Criada sob o regime militar com intuito de divulgar o Brasil como destino turístico, o início das suas atividades é marcado por propagandas no exterior com a projeção das praias, festas e mulheres brasileiras”, assim, a imagem do país foi divulgada no mundo, por sua vez, décadas após contribuíram para uma visão preconceituosa e conectada à prostituição da mulher brasileira.

A EMBRATUR elaborou a Política Nacional do Turismo, no contexto da política econômica nacional, voltada ao planejamento e coordenação da atividade turística como importante alternativa de geração de divisas para as localidades (LIMA, 2006). No ano seguinte, é promulgado o Decreto-Lei nº 60.224, de 16 de fevereiro de 1967, que cria o Sistema Nacional de Turismo, que vai ter o seu tripé de sustentação no Conselho Nacional de Turismo (CNTur), na EMBRATUR e no Ministério das Relações Exteriores. Inicialmente, o CNTur, por meio de sua Resolução nº 71, de 10 de abril de 1969, estabelecia a elaboração de um Plano Nacional de Turismo (Plantur).

A origem do Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), instrumento de execução da Política Nacional do Turismo – cujo propósito era o de ordenar as ações do setor público no tocante à diversificação dos produtos – possibilitou a geração de empregos e divisas, uma melhor distribuição da renda nacional, a proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural, além de subsidiar as ações do setor privado no que concerne ao planejamento e execução de suas atividades (LIMA, 2006).

Também na década de 1970 foi criado o Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR através do Decreto Lei nº 1.191, de 27.10.71 e paralelamente o Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset através do Decreto Lei nº 1.376/74, cujo objetivos foi de fomentar a atividade turística através de incentivos fiscais na construção, ampliação ou reforma dos meios de hospedagens, como também avançar na construção de hotéis de luxo e melhoria da qualidade da infraestrutura. Diante da evolução do setor turísticos foi necessário avançar na legislação e formas de financiamentos a longo prazo, cujo intuito foi ampliar o mercado turístico e promover o Brasil como destino turístico preparado para a recepção dos turistas estrangeiros (MÜLLER *et al*, 2011).

Os investimentos públicos e privados no turismo brasileiro durante a década de 1970 foram fundamentais e determinantes para os avanços significativos, uma vez que “as empresas hoteleiras nacionais praticamente dobraram sua capacidade e empresas internacionais se instalaram no Brasil” (MÜLLER *et al*, 2011, p. 697). O período foi da chegada de grandes corporações do turismo ao Brasil como Sheraton (1974), Holiday Inn (1975), Meridien (1975), Novotel (1976) e Club Mediterrané (1977) que trouxeram e alavancaram o sistema de gestão do turismo e de hotelaria no país, logo contribuíram para o processo de consolidação do turismo (SOLHA, 2002; MÜLLER *et al*, 2011))

De fato, a chegada das grandes corporações do turismo impulsionaram o setor e contribuíram também para que o poder público ampliasse suas bases legais a partir da regulamentação de decretos, artigos, leis, além da criação de conselhos, fundos, órgãos e instituições que fomentassem o turismo brasileiro e fortalecessem a intervenção estatal, evidentemente, amparada pelo arcabouço legal criado na ambiência legítima e necessária para a consolidação do turismo, principalmente através de sua Política Nacional de Turismo.

O arcabouço legal construído pelo poder público para ordenar o turismo possibilitou a ampliação dos investimentos privados no setor, notadamente, a partir do Decreto Lei nº 2.294/1986 que fomentou uma lógica neoliberalista no Brasil, dessa forma, a atividade turística passou a ser explorada livremente pela iniciativa privada, fato que foi positivo, mas acarretou em problemas no contexto da organização e direcionamento do turismo, segundo Cruz (2005, p. 32): “Em função desse pressuposto legal, multiplicaram-se, de forma desordenada, as agências de viagens no país, muitas delas fechadas em pouco tempo em decorrência da desqualificação profissional de seus agentes responsáveis, conforme aponta Boiteux (2003)”.

Na década de 1990, o Brasil foi palco de investimentos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que apoiavam a inserção do Brasil no processo de globalização da economia por meio de megaempreendimentos turísticos, medidas e ações que foram particularmente destinadas à Região Nordeste. Neste cenário, foi criado, em 29 de novembro de 1991, pela Portaria Conjunta SUDENE/EMBRATUR nº.001, o Programa para o Desenvolvimento do Turismo na Região Nordeste – PRODETUR/NE.

No ano seguinte, com a Portaria Conjunta nº 002 de 19 de março de 1992, é disciplinado o funcionamento do seu Comitê Executivo e de Coordenação, com o objetivo de acompanhar as iniciativas, na esfera Estadual e municipal, e articulá-las com os agentes financeiros transnacionais (BID), bem como através de parceria do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), iniciar a implantação do PRODETUR/NE, com a finalidade de aproveitar o potencial turístico

nordestino; contempla ainda projetos nos quais a repercussão econômica e os benefícios sociais previstos buscam: a) geração de empregos (diretos e indiretos); b) melhoria da qualidade de vida da população; c) aumento da demanda por bens e serviços; d) ampliação da rede de saneamento básico (esgotamento sanitário e abastecimento de água); e) recuperação do patrimônio histórico; f) melhoria e ampliação da rede viária; g) recuperação do meio ambiente; e h) ampliação e recuperação dos aeroportos (LIMA 2006).

O PRODETUR/NE ocorreu em duas etapas: na primeira, o PRODETUR/NE I, tem investimentos aproximados em mais de US\$ 626 milhões, em cerca de 264 projetos, como resultado da parceria entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e BID, promovendo significativas melhorias na infraestrutura turística da região (BNB, 2019). A segunda etapa do programa, o PRODETUR/NE II, assinada em 2002, estimou investimentos globais de US\$ 400 milhões, dos quais US\$ 240 milhões oriundos do BID, que foram repassados aos Estados por meio de subempréstimos contratados com o BNB. A contrapartida nacional totaliza US\$ 160 milhões. Para que o processo participativo fosse assegurado, o programa exigiu a criação de Conselhos de Turismo em cada polo a ser beneficiado. Os conselhos são compostos por representantes do setor público, do setor privado e do terceiro setor.

O PRODETUR/NE em sua segunda fase tem por objetivos a consolidação da atividade turística, bem como complementação e inovação para organização da atividade turística diante do que foi realizado na primeira fase. Uma das particularidades do PRODETUR/NE II é a implementação de ações voltadas para o turismo sustentável, com isso gerando melhoria da qualidade de vida; todavia, ainda ocorre uma centralização na área litorânea, assim como a gestão do turismo acontece de forma inadequada, pois os instrumentos deste processo são deficientes, principalmente em municípios fora dos polos setorizados pelo programa que pouco desfrutam dos recursos ou mesmo não os recebem, fato este que comprometeu a gestão turística.

A implantação do PRODETUR, bem como de outras políticas públicas do turismo acarretou um processo de urbanização turística na faixa litorânea nordestina, inclusive, proporcionando valorização e expansão imobiliária, mas também privatização do espaço público e degradação socioespacial, entre outros impactos negativos.

Os agentes públicos e privados têm procurado inserir a Região Nordeste do Brasil em políticas, programas e projetos que visam melhorar e adequar à infraestrutura local para receber o turista doméstico e internacional, todavia, o planejamento sempre está pautado no turista em detrimento da população local; com isso, tem acarretado problemas econômicos, sociais, ecológicos e culturais ao território, deixando assim de contribuir para o desenvolvimento local.

Retornando um pouco à década de 1990, quando tivemos a EMBRATUR transformada em autarquia através da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, tem-se que ela passa a ter a denominação de Instituto Brasileiro de Turismo, mudança que contribuiu para subsidiar e apoiar a Política Nacional de Turismo – PNT. Coube à EMBRATUR formular, coordenar e executar esta política (DIAS, 2008). Segundo Becker (1999, p. 187), foi um momento de descentralização administrativa e empoderamento de estados e municípios em relação à implementação da política de turismo.

O Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), instrumento que serviu de base para execução da Política Nacional de Turismo, de acordo com FIRMINO (2006, p. 78) tinha as seguintes premissas:

- a) Ordenamento das ações do setor público, no tocante à diversificação dos produtos, à geração de empregos e divisas, à melhor distribuição da renda nacional, à proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural;
- b) Subsídio às ações do setor privado no concernente ao planejamento e execução de suas atividades.

O PLANTUR subsidiou a criação de programas para executar e viabilizar a Política Nacional do Turismo: a) Polos Turísticos; b) Turismo Interno; c) Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); d) Qualidade e Produtividade para Marketing Internacional; e) Formação de Recursos Humanos e Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo. As medidas instituídas, em parte, foram alcançadas e corroboraram a diminuição das desigualdades regionais e sociais (DIAS, 2008). Apenas em 1996 é que o PLANTUR sai do papel e assim são iniciadas as ações, medidas e diretrizes para o triênio (1996-1998).

Segundo Dias (2008, p. 144), “Antes desse período, no ano de 1994, foi criado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, resultado do processo de descentralização do governo federal” que foram iniciados com a execução do Plantur, pois tinha como um dos objetivos a descentralização das ações, a fim de garantir uma maior fluidez e flexibilização das diretrizes turísticas para dinamizar o setor.

O PNMT adotava um discurso de acordo com o modelo promovido pela Organização Mundial do Turismo – OMT que tinha como objetivo a gestão turística centralizada no nível local e a efetiva participação de todos os atores e agentes de produção do espaço turístico (DIAS, 2008), portanto, contribuía com o empoderamento da localidade, fortalecimento da economia local, sentimento de pertencimento, além do fato de as decisões serem tomadas estabelecendo como base as especificidades da localidade.

Ainda na década de 1990, tivemos preconizada a segunda Política Nacional de Turismo através do Decreto nº 448/1992, contudo, apenas é instituída durante o primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), isto é, em 1996, quando foi posta, em execução, a PNT. Segundo Cruz (2001), tratou-se do

[...] mais completo e detalhado documento oficial, na história das políticas federais para atividade, a tratar do setor turismo; o que não implica, necessariamente, maior eficiência relativamente às políticas anteriores. Por ser uma política setorial, a política de turismo somente pode ser bem sucedida se articulada com outras políticas setoriais e se entendida como uma pequena parte de um imenso jogo de relações. (CRUZ, 2001, p. 62)

O governo brasileiro passa a entender a PNT (1996) como uma atividade econômica importante para o desenvolvimento do país, em virtude de que pode ser geradora de riqueza, estimuladora de criação de emprego e renda, além de fazer parte do Produto Interno Bruto – PIB mundial, por sua vez, brasileiro.

A partir desse contexto, há um fortalecimento do setor turístico no Brasil, tanto que, em 1998, passa a fazer parte do Ministério do Esporte e do Turismo, com certeza é um dos marcos regulatórios da história das políticas públicas, neste caso, do turismo.

A PNT também criou o Programa Nacional de Ecoturismo e o Programa de Capacitação Profissional para o Ecoturismo, de 1996 a 1999, tinha como objetivo minimizar os impactos produzidos pelo turismo; tem destaque também o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, como um instrumento de gestão participativa que repensa a participação das comunidades nas tomadas de decisão (LIMA, 2006).

A segunda PNT apresentou lacunas entre a teoria e a prática, visto que a necessidade de integração entre as políticas setoriais contribuiu para a ineficiência das ações que eram entendidas como separadas e não conjuntas, assim se distanciando da efetivação que poderiam ter caso fossem compreendidas como uma política espacial (STEINBERGER, 2006).

Entre erros e acertos, o Estado Brasileiro tem um avanço bastante significativo em 2003 no tocante ao setor turístico, pois cria um ministério específico para gerir as questões do turismo através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Marco histórico para o Brasil que passa a ter o Ministério do Turismo como responsável pela regulação, organização, administração e gestão da atividade no contexto nacional e internacional.

A criação do Ministério de Turismo – MTur brasileiro diminuiu a hegemonia da EMBRATUR que passa a exercer um papel de promoção do turismo internamente e externamente, com isso contribuindo efetivamente para ações que possibilitem a consolidação

do país como destino turístico e transformem a imagem estereotipada brasileira, especialmente, no exterior.

O Ministério do Turismo (MTur) no bojo de suas atribuições formulou o Plano Nacional de Turismo – PLANTUR, 2003-2007, com o objetivo de ampliar e desenvolver o turismo brasileiro com excelência, de forma que esteja integrado regionalmente, bem como possibilitando estimular e facilitar o consumo nos mercados nacional e internacional.

O PLANTUR foi constituído com foco numa gestão descentralizada que envolvesse as dimensões territoriais e institucionais. Foram estabelecidos para realização sete macroprogramas: 1. Gestão e relações institucionais; 2. Fomento; 3. Infraestrutura; 4. Estruturação e diversificação da oferta turística; 5. Qualidade do produto turístico; 6. Promoção e apoio à comercialização; e 7. Informações turísticas. O quarto macroprograma citado foi o de maior importância do MTur e que o gerenciou através do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) roteiros do Brasil, apesar de também contribuir para a interação integração dos demais macroprogramas.

O terceiro Plano Nacional de Turismo foi construído para ser executado no triênio 2007-2010, cuja denominação era “uma viagem de inclusão” (MTur, 2007). A gestão do turismo tinha, como ênfase, a eliminação das desigualdades regionais e da exclusão social (KASPARY, 2012), de acordo com o MTur (2017)

O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do país no cenário turístico mundial. A criação de emprego e ocupação, a geração e distribuição de renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito ao meio ambiente, a proteção ao patrimônio histórico e cultural e a geração de divisas sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas. (MTUR, 2017, p. 16)

Fica evidente que o MTur tinha pretensões de integração com perspectivas para diminuição das desigualdades regionais e sociais no território brasileiro, entretanto, a tarefa foi e continua a ser árdua em função de que as dimensões continentais do país, heterogeneidade natural, social e cultural, bem como as condições socioeconômicas e ecológicas, com certeza foram entraves no processo de execução das políticas, programas e projetos que muitos, apenas, foram concretizados na faixa litorânea brasileira e nas principais cidades, assim se distanciando dos objetivos centrais, mas avança no enfoque regulatório, na promoção e consolidação do Brasil como destino turístico (KASPARY, 2012; MTur, 2007; DIAS, 2008).

O poder público tem gerido o turismo como atividade fundamental para alavancar o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, inclusive, com a percepção de integração e participação como está proposto no PRT. Todavia, as políticas, programas e projetos, são ineficientes, bem como a estruturação institucional e técnicas não oferecem condições para a implementação de um turismo incluyente, em virtude de que, na maior parte dos casos, os interesses dos empreendimentos turísticos estão na frente dos interesses da população local.

A Política Nacional do Turismo, PNT, através do PLANTUR, criou os seguintes programas: Polos Turísticos; Turismo Interno; Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); Qualidade e Produtividade para Marketing Internacional; Formação de Recursos Humanos e Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo. O foco principal foi a infraestrutura das áreas litorâneas que tinha a perspectiva de inserção do Brasil no mercado turístico internacional (LIMA, 2006).

Depois do avanço promovido pelo governo brasileiro quando cria o Ministério de Turismo (MTur, 2003), outra importante iniciativa foi a construção e renovação da Lei Geral do Turismo através do Decreto 7.381/2010, de 02 de dezembro de 2010, regulamentou a Lei nº 11.771/2008, de 17 setembro de 2008, que trata da Política Nacional de Turismo que

define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, dispõe sobre o Plano Nacional de Turismo – PNT, institui o Sistema Nacional de Turismo, o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, dispõe sobre o fomento de atividades turísticas com suporte financeiro do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, o cadastramento, classificação e fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos e estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas. (BRASIL, 2010, DECRETO 7.381/2010, art. 1º)

A referida política tinha como objetivo central desenvolvimento social e econômico da área envolvida, atuando inclusive de maneira descentralizada, propondo um elo entre as esferas governamentais, bem como a iniciativa privada e a sociedade. Para isso o Plano Nacional de Turismo tem como um dos objetivos realizar ações para regionalização do turismo; contudo ainda existe uma segmentação do turismo, basicamente ligado ao segmento de sol e praia.

O último Plano Nacional de Turismo do Brasil foi aprovado através do Decreto nº 9.791, de 14 DE maio de 2019, o período de sua execução será de 2018-2022. O Art. 1º do PLANTUR destaca como principais objetivos o ordenamento das ações governamentais, orientar a atuação do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo nacional. Fica claro que o governo brasileiro faz um esforço no sentido de organização da cadeia turística entre os entes federados e a iniciativa privada para que assim aumento o fluxo turístico interno e externo (BRASIL, 2019, DECRETO nº 9.791/2019, Art. 1º e 2º)

De acordo com o Ministério do Turismo (2018) o Plano Nacional do Turismo

foi elaborado de forma coletiva, com o apoio das áreas técnicas do Ministério do Turismo, EMBRATUR e agentes públicos e privados, por meio da Câmara Temática do Plano Nacional de Turismo, constituída dentro do Conselho Nacional de Turismo. Esse documento espelha os anseios do setor e do cidadão que consome turismo. Neste contexto, o conjunto de medidas propostas neste documento contribui para consolidar o turismo como um eixo estratégico efetivo de desenvolvimento econômico do país.

O histórico da construção das políticas públicas de turismo no Brasil teve um interessante avanço desde os primeiros esforços de regulamentação na década de 1930 com o Decreto Lei nº 406/1938 até os dias de hoje com a publicação do Projeto de Lei nº 7413/2017 que revogava ações e alterava a PNT 2008, todavia, foi arquivado pelo plenário.

De maneira geral houve significativa progressão das políticas públicas de turismo, efetivação de infraestrutura e desenvolvimento e um processo de consolidação do setor turístico, mas a junção do Estado em parceria com o Mercado tem contribuído para uma lógica capitalista que se distancia do desenvolvimento regional e local (BUARQUE, 2004) e se aproxima da maximização das desigualdades socioespaciais, segundo Cruz (2006)

[...] a mudança “de um Estado interventor para um Estado parceiro do Mercado” vem contribuindo quase que exclusivamente para a “produção e reprodução do capital”, um aspecto contraditório no discurso do turismo, que declaradamente deveria estar focado na diminuição das desigualdades sociais. (CRUZ, 2006, p. 337)

Pode-se inferir que foi um avanço interessante em direção as articulações das políticas públicas de turismo a aproximação do Estado juntamente ao *Trade* Turístico porque as especificidades do setor foram melhor analisadas e o diálogo era diretamente com quem vivencia as dificuldades, possibilidades e situações de êxito na inserção de projeto e programas turísticos. Contudo, os direcionamentos e ações eram constituídas para atender diretamente aos empreendimentos turísticos, sobretudo, nas proximidades de linha de praia, assim a infraestrutura construída visava à melhoria dos equipamentos turísticos, ao passo que a população local, apenas desfrutavam dos poucos reflexos dessas transformações, sendo coadjuvantes desse território que foi apropriado pelo turismo e lhes tira o direito de uso de um espaço que lhes pertence.

São contradições que foram estabelecidas ao longo da construção das políticas públicas de turismo no Brasil, de outro modo, entende-se que são peculiares os conflitos e os interesses diversos no momento de elaboração das políticas permitem avanços e retrocessos quando são implementadas, entretanto, não se pode negar que os avanços foram significativos apesar do antagonismo concebido na história das políticas públicas de turismo no país (Quadro 15).

Quadro 15 – Histórico das políticas públicas do turismo no Brasil.

Período	Políticas Públicas do Turismo
1938	• Decreto Lei nº 406/1938, o artigo nº 59 que descrevia sobre a situação de venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres.
1938 – 1966	• Primeira Política Nacional de Turismo, iniciativa de regulamentação; • Regulação/normatização do setor, atuando sobre venda de passagens e funcionamento, em geral, de agências de viagens e de transportes.
1966 até os anos 80	• Criação da EMBRATUR – Fomento do setor para a criação de facilidades para a implementação de infraestruturas turísticas (binômio fomento-rodoviarização), gestão centralizadora e mercado regulador e interventor.
1987	• Crise econômica brasileira, o setor é afetado diretamente.
1992	• Plantur (Plano nacional do Turismo) – Disciplinar o público e o privado pelos ditames do modelo (neoliberal) de gestão descentralizada; Prodetur/NE – Implementação/melhoria de infraestrutura básica e de transporte (aeroportos, principalmente) no Nordeste; e campanhas de marketing. • Criação do Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.
1994	• PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Valorização da escala local no planejamento governamental do setor.
1996-1999	• Plano Nacional do Turismo 1996/1999.
2003	• Criação do Ministério do Turismo e instituição do PNT 2003/2007.
2004	• Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil surge em substituição ao antigo PNMT em escala regional e cria polos turísticos.
2005	• O governo o brasileiro, através do Ministério do Turismo envolveu-se em um projeto internacional para alívio da pobreza através do turismo.
2007-2010	• Plano Nacional do Turismo 2007/2010.
2010	Lei nº 11.771/2008, de 17 setembro de 2008, aprovação da terceira Política Nacional de Turismo, objetivo principal regionalização do turismo.
2011-2014	• Plano Nacional do Turismo 2011/2014.
2012	• Reconhecimento da profissão de Turismólogo.
2013	Aprovação de Estrutura Regimental do MTur.
2013-2016	• Plano Nacional do Turismo 2013/2016.
2014	• Regulamentação das atividades das agências de turismo.
2015	Atualização do mapa de turismo e aprovação de regimento interno do MTur.
2016	Institui o Programa de Regionalização do Turismo.
2018-2022	• Plano Nacional do Turismo 2018/2022.
2018	• Institui o Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo – Prodetur+Turismo, aprova o documento com as Diretrizes Estratégicas do Programa e institui o Selo+Turismo; • Disciplina o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – Cadastur instituído pela Portaria MTur nº 130.
2019	• Projeto de Lei nº 7413/2017 que revogava ações e alterava a PNT 2008, entretanto foi arquivado pelo plenário da Câmara dos Deputados.

Fonte: Compilado e adaptado (RODRIGUES, 1996; BECKER, 1999; CRUZ, 2006; IRVING; SANCHO, 2007; KASPARY, 2012; MTur, 2019,). Adaptado por GOMES, C. C., 2019.

Segundo Lima (2006, p. 64) “[...] o planejamento turístico vem se pautando no discurso de que o turismo é uma das atividades de maior crescimento em nível mundial, que pode promover um aumento percentual significativo da população economicamente ativa”, mas o que se percebe de resultado é a exploração e expropriação da população local, em detrimento do mercado turístico, conseqüentemente, promovendo desigualdades socioespaciais em diversas escalas.

O Estado se utiliza de um discurso intervencionista e que o turismo é a opção mais rentável para o desenvolvimento do território, contudo Cavalcanti e Paiva (1995) alertam

[...] que apesar desse discurso, a intervenção do Estado no turismo e no urbano no Brasil, particularmente na Região Nordeste, assim como em outros países de capitalismo não desenvolvido, não expressa uma preocupação com a reprodução da força de trabalho, [...], mas atende à regeneração ampliada do capital. (CAVALCANTI; PAIVA, 1995, p. 102)

Esta questão também é enfatizada por Rodrigues (2001) quando ressalta que as políticas de turismo são sempre “orquestradas” pela política econômica vigente [...], indiferentes às características dos lugares (LIMA, 2006). De fato, as políticas existentes contribuem para o modelo vigente do capital (MÉSZÁROS, 2002), assim apropria-se do território, contribui para exploração e especulação imobiliárias, segregação socioespacial e desigualdades sociais.

5.4 As políticas públicas ambientais e de turismo no território da APACC

Discutir as políticas públicas ambientais e de turismo no território da APACC é uma tarefa complexa, haja vista a UC ter uma vasta extensão entre os Estados de Alagoas e Pernambuco, abriga 11 (onze) municípios, dos quais 08 (oito) são alagoanos e 03 (três) são pernambucanos. Logo, a gestão desse território turístico é realizada tanto no âmbito federal, em vista de ser uma UC Federal, mas também em nível estadual por fazer parte de duas regiões turísticas de acordo com o Ministério de Turismo (2019, on-line), são elas: a Região Turística Histórica, dos Arrecifes e Manguezais (Pernambuco) e a Região da Costa dos Corais (Alagoas).

A gestão ambiental e turística no Brasil, até a década de 1990, acontecia através da mediação, notadamente, da esfera pública federal, com isso externava fragilidade devido à centralização do planejamento e dos processos decisórios, no poder público federal, contribuía para a construção de planos, programas e projetos hierarquizados e sem conexão com a localidade que seria aplicada, logo favorecia para o surgimento de conflitos socioambientais (ACSELRAD, 2004; 2010).

O Governo Federal deu início a um processo de descentralização da gestão, por meio da Lei nº 7.661, de 1998, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, cujo objetivo foi contribuir para uma maior eficiência nas ações realizadas para o gerenciamento local. Desse modo, os municípios e estados passaram a instituir e subsidiar seus próprios planos, programas e projetos para o gerenciamento costeiro, conseqüentemente passaram a

dividir/compartilhar as atribuições no tocante ao ordenamento do uso e ocupação do espaço que antes era apenas centralizada na esfera federal (GOMES *et al*, 2013).

As decisões de implementação das políticas ambientais e de turismo, “[...] apesar de toda importância atribuída às decisões tomadas na esfera federal, sabe-se que é na unidade municipal que ocorrem ou não, as determinações legais e as diretrizes dos instrumentos máximos da gestão pública” (GOMES *et al*, 2013, p. 5), por isso, é incontestável que a construção das políticas públicas tenha como esboço o espaço (SANTOS, 1997) para assegurar o respeito às singularidades locais, empoderar a população envolvida e garantir o equilíbrio socioeconômico e ecológico. A adjetivação das políticas públicas, apenas, servirá de nomenclatura sem escamotear as condições socioespaciais (STEINBERGER, 2006), contradições e adversidades que possam estar presentes no espaço.

Segundo Carvalho (2001, p.131), “o Estatuto da Cidade mantém a divisão de competência entre os três níveis de governo, concentrando na esfera municipal as atribuições de legislar em matéria urbana”. Sendo os problemas de ordenamento das cidades evidenciados numa escala maior, ou seja, em nível local, o poder público aparece como principal responsável e sujeito para gerir os conflitos existentes, de fato como mediador do processo de gestão ambiental (QUINTAS, 2006), sobretudo quando se trata de âmbito municipal.

Não se pode negar a importância também da gestão no âmbito municipal, uma vez que os conflitos no território são materializados em nível local (MARICATO, 2006) a partir de suas condições socioespaciais, contradições e antagonismos que reverberam em desigualdades socioespaciais (GOMES *et al*, 2013). Em vista disso, as políticas públicas devem ser construídas através de uma estância de governança que possibilite o ordenamento do território a partir das dificuldades vislumbradas na localidade, em especial, quando se tratar de UC de uso sustentável, como é o caso da APACC.

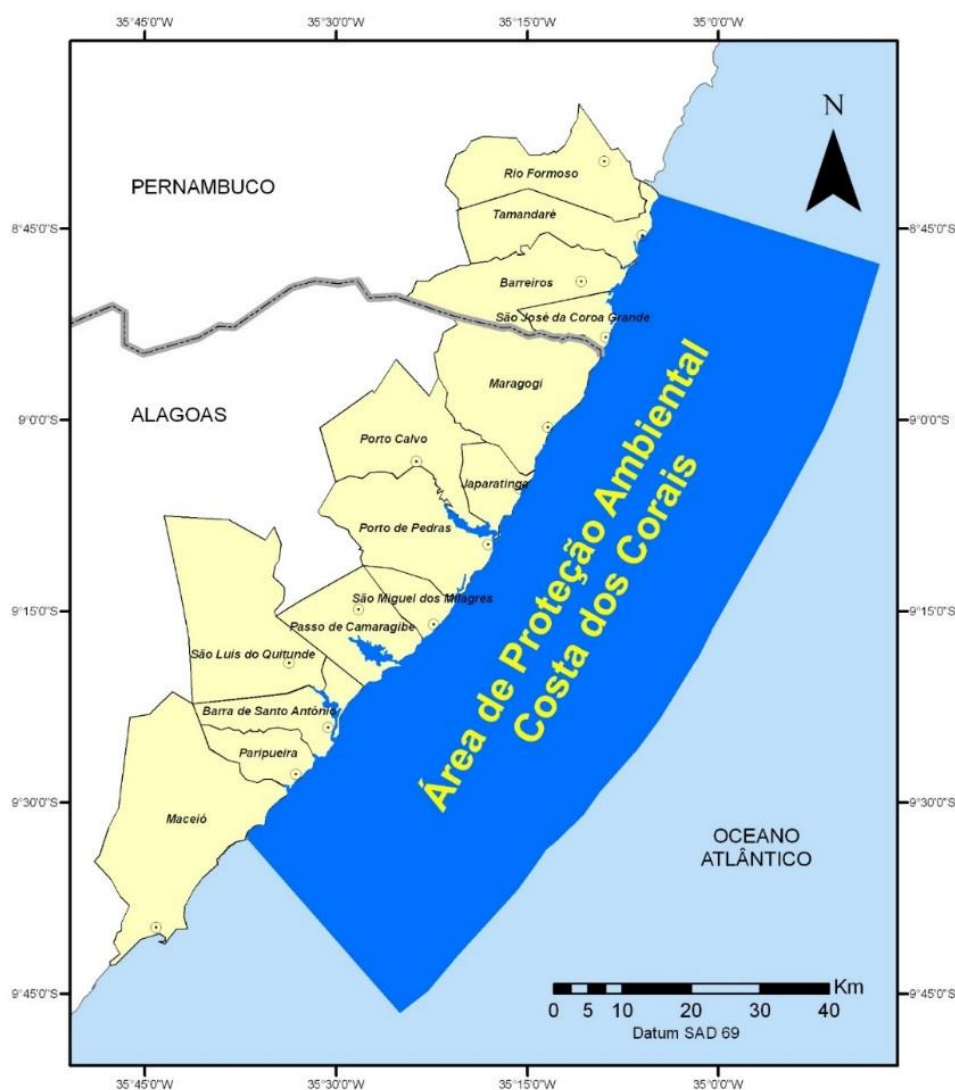
A grande extensão territorial da APACC, somada a uma gestão ambiental e turística realizadas por vários municípios pertencentes às 02 (duas) regiões turísticas (MTur, 2019) que, estão distribuídas em 02 (duas) unidades da federação, com certeza contribuem para diferentes entraves econômicos, sociais, culturais e ecológicos que devem ser atenuados por políticas públicas ambientais e de turismo que estimulem a proteção do ambiente, do mesmo modo que contribuam para o desenvolvimento, diminuição de conflitos e impactos ambientais negativos (ACSERALD, 2004; 2010).

As leis ambientais e turísticas, precisam respeitar a identidade cultural do lugar, por isso que o papel do poder público é de gerenciar o conflito, isto é, aplicar o modelo de gestão

ambiental e turística em dado território (QUINTAS, 2006), mas esta aplicabilidade está atrelada à esfera municipal. O intuito é compreender quais são os desafios e possibilidades para os instrumentos legais que contribuem para o dinamismo da atividade turística, bem como propiciar o desenvolvimento local.

Compreender as políticas públicas ambientais e turísticas no território da APACC perpassa pelo detalhamento das ações realizadas para o Litoral Norte do Estado de Alagoas e para o Litoral Sul do Estado de Pernambuco, haja vista o fato de a UC estar localizada entre esses estados (Mapa 09); por sua vez, o desenvolvimento das políticas tem direcionamentos e influências sobre os poderes públicos estaduais por se tratar de áreas estratégicas para o turismo dessas unidades da federação, mas também iniciativas no âmbito federal através de projetos vinculados à gestão da APACC que são destinados, especificamente, à UC e ao seu entorno.

Mapa 09 – Localização e limites da APACC.



Fonte: ICMBIO/APACC, 2017

As políticas públicas ambientais e turísticas, no lado pernambucano do território de influência da APACC, tiveram maior destaque a partir das decisões do PNGC quando aprovou o Decreto Estadual nº 21.972, de 29 de dezembro de 1999, que originou o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro do Litoral Sul do Estado de Pernambuco, cujo objetivo constitui a promoção do desenvolvimento sustentável dessa parcela do território, tendo como foco programas de desenvolvimento social, centrados nas atividades que protejam e conservem os ecossistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população envolvida.

O Litoral Sul de Pernambuco é alvo estratégico das políticas públicas Federais e Estaduais, pois nessa área estão localizados o Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, empreendimento de destaque que dinamiza a economia nacional e estadual; e as praias de Porto de Galinhas e dos Carneiros, respectivamente pertencentes aos municípios de Ipojuca e Tamandaré que são importantes atrativos turísticos que potencializam e fomentam a Região Turística Histórica, dos Arrecifes e Manguezais, inclusive a APACC tem parte do seu território na mesma.

O Estado de Pernambuco tem realizado políticas, planos, programas e projetos (Quadro 16) na perspectiva de contribuir para o crescimento do Litoral Sul, por sua vez a APACC contribui essencialmente para o fortalecimento do turismo na região, pois os seus 120 km de praias, piscinas naturais, recifes de corais, mangues, restingas etc., estimulam a visitação e corrobora o desenvolvimento, bem como a gestão do território possibilita mitigar possíveis conflitos socioambientais (ACSERALD,2004; 2010) oriundos da utilização do espaço.

Quadro 16 – Síntese das políticas, planos, programas e projetos para o Litoral Sul – PE.

Políticas/ Planos/Programas/Projetos	Objetivos
Decreto Estadual nº 19.635/1997 Criação da Área de Proteção Ambiental de Guadalupe – APAG	Proteger e conservar os sistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente, os recursos hídricos, visando à melhoria da qualidade de vida da população local, a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável
Decreto Estadual nº 21.135/1998	Regulamentação do uso e ocupação do solo da APA de Guadalupe, aprovando o Zoneamento-ecológico-econômico e cria o Conselho Gestor
Decreto nº 21.972 de 29 de dezembro de 1999 – Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro – ZEEC – Litoral Sul	Promoção do desenvolvimento sustentável, implementação de programas de desenvolvimento econômico-social, proteção e conservação de ecossistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos, visando a melhoria da qualidade de vida da população em sintonia com a proteção dos ecossistemas.

Políticas/ Planos/Programas/Projetos	Objetivos
Lei Nº 12.321, de 06 de janeiro de 2003	Cria normas disciplinadoras de utilização da orla marítima, visando a proteção do meio ambiente e do patrimônio turístico e paisagístico pernambucano.
Lei Estadual nº 13.787/2009	O Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC, no âmbito do Estado de Pernambuco
Lei Estadual nº 14.249/2010	Organização e regulamentação do licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente em Pernambuco
Lei estadual nº 14.258/2010, que instituiu a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC),	Estabelecer o ZEE costeiro como um dos instrumentos da PEGC.
Lei Estadual nº 15.621/2015	Cria a Política Florestal do Estado de Pernambuco, cujo intuito é preservação e conservação dos ambientes.
Portaria Estadual CPRH nº 196/2017	Aprovação da revisão do Plano de Manejo da APAG
Decreto 46.052, de 23 de maio de 2018. APA MAR Recifes Serrambi	Declara como Área de Proteção Ambiental (APA) a área marinha compreendida entre o estuário do Rio Maracaípe, no município de Ipojuca, e os limites da APA de Guadalupe e da APA Costa dos Corais, no município de Tamandaré/PE
AGENDA 21 do Estado de Pernambuco	Estabelecer uma estratégia de ação do Estado, baseada em compromissos de mudanças, democratização e de descentralização.
Descentralização do Controle e Gestão Ambiental – Municipalização do Controle Ambiental dos Empreendimentos de Impacto Local	Desenvolver critérios e condições para repasse de algumas das atividades de controle ambiental para os municípios.
Caminhos para o Desenvolvimento	Implantar infraestrutura viária.
Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo	Promover o desenvolvimento do turismo integrado à conservação ambiental e à valorização cultural, dinamizando a economia e ampliando a oferta de trabalho para a população local.
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA	Promover a mudança e o desenvolvimento da região da Mata pernambucana, historicamente vinculada à economia da cana-de-açúcar, cujos indicadores de pobreza estão entre os mais baixos do Estado, através da construção de estratégias participativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população dos seus 43 municípios.
Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR I	Promover, de forma sistêmica, o desenvolvimento do Setor Turismo da Região Nordeste, a partir da disponibilização de infraestrutura de apoio ao Turismo, priorizando ações que mantenham e expandam o turismo.
Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR II	Melhorar a qualidade de vida da população permanente nos municípios integrantes dos Pólos de Desenvolvimento Integrado de Turismo prioritários, gerar emprego e renda e a qualidade do meio ambiente
Projeto Áreas Estuarinas de Pernambuco – Proposta de Diagnóstico e ZEE	A promoção do desenvolvimento sustentável dessa parcela do território pernambucano, com o intuito de potencializar as oportunidades e minimizar os impactos negativos, bem como a superposição de ações.
Zoneamento Ambiental e Territorial das Atividades Náuticas – ZATAN (Fase de Conclusão)	Promover o ordenamento aquaviário da região do estuário do Rio Formoso, na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe, litoral sul de Pernambuco.

Fonte: CPRH, 2003b/SEMAS/ALEPE – Adaptado e Organizado por GOMES, C. C., 2019.

Fica notório o extenso arcabouço legal e os mais variados planos, programas e projetos que foram direcionados para a gestão ambiental e turística do Litoral Sul do Estado de Pernambuco, cujo objetivo, principal, foi de promover o desenvolvimento sustentável da área amparados por uma estrutura e infraestrutura que contribuíssem para a gestão do território. Neste contexto o território turístico da APACC foi beneficiado por estas ações, que foram fundamentais para o fortalecimento da questão ambiental e do turismo, dentre estas, a criação da APA de Guadalupe (1997), o ZEEC – Litoral Sul (1999), a Lei 12.321/2003 (Normas disciplinadoras de uso da orla marítima) e a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro – PEGC (2010).

Do ponto de vista da gestão turística o Estado de Pernambuco também desenvolveu ações paralelas as políticas públicas ambientais visando potencializar a atividade, merecem destaques: o PRODETUR I e II, a Política de Megaprojetos (1990) o Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco (2008-2020) com o slogan “Pernambuco para o Mundo” que estabelece diretrizes e o subprograma de Estruturação e Requalificação dos Equipamentos Turísticos do Litoral Sul.

As iniciativas da gestão pública do Estado de Pernambuco relacionada ao turismo, na década de 1990, fomentaram a atividade, entretanto, com desarticulações entre as esferas governamentais, pouco envolvimento dos agentes do espaço turístico nos processos decisórios e da gestão turística, do mesmo modo que os planos, programas e projetos hierarquizados sem o devido conhecimento das especificidades locais contribuíram para ineficientes ações e até mesmo maximizaram conflitos socioambientais e desigualdades socioespaciais que não foram diferentes no território turístico da APACC.

Embora, durante a década de 1990, as políticas públicas e ações geridas pelas esferas governamentais tenham sido executadas sem a devida preparação dos municípios e dos agentes do espaço turístico, ainda assim foram provocadoras do aumento de fluxo turístico, geração de emprego, melhoria de infraestrutura e da divulgação do Brasil e, neste caso, do litoral nordestino, especialmente no território da APACC, no cenário turístico mundial. Por conseguinte, sendo importante passo para o desenvolvimento e fortalecimento do turismo brasileiro, tanto internamente, como também externamente.

Os Estados de Alagoas e Pernambuco, nesse período (1990), lançaram uma interessante proposta de estruturação do Plano de Turismo Costa Dourada que tinha como objetivo conectar o litoral norte alagoano ao litoral sul pernambucano por meio de um complexo turístico hoteleiro, projeto que apenas passa a ser executado com os investimentos do PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Nordeste e da Política dos

Megaprojetos Turísticos, ambas ações são consideradas como as principais iniciativas do desenvolvimento do turismo no Nordeste do Brasil.

A Política dos Megaprojetos Turísticos tinha, como objetivo central, a implantação de infraestrutura destinada à criação de uma rede hoteleira moderna e mais ampla, cujo intuito foi à modernização do “trade turístico” para receber, especialmente, o turista estrangeiro. O modelo foi baseado nos meios de hospedagens europeus de “resorts” que criam espaços simulacros ou bolhas artificiais, (CRUZ, 2000; YÁZIGI, 2009) que se distanciam da realidade local. Esta política implementou os projetos (Quadro 17): Parque das Dunas/Via Costeira (RN), o Projeto Cabo Branco (PB), o Costa Dourada (PE e AL) e o Projeto Linha Verde (BA). Tal política priorizou o turismo de sol e praia, especialmente, nas capitais litorâneas e em suas proximidades.

Quadro 17 – A Política de Megaprojetos Turísticos no litoral nordestino.

Megaprojeto	Características
Megaprojeto Parque das Dunas – Via Costeira	O Parque das Dunas foi implantado no município de Natal/RN numa área que compreendia 8,5 km de extensão na orla e situado em localização privilegiada. Foram utilizados investimentos estaduais em parceria com o Governo Federal. Projeto iniciado no final da década de 1970. Tinha por objetivo a ampliação dos meios de hospedagem e, por sua vez, fortalecimento do turismo, bem como proteção do lençol dunar.
Megaprojeto turístico de Cabo Branco	Foi implantando em João Pessoa/PB. A sua execução foi iniciada em 1989 através de recursos do poder público estadual. O principal objetivo era a melhoria da infraestrutura turística, notadamente, na capital. Apresentava um discurso preservacionista, uma vez que reservavam espaços para criação de áreas de preservação ambiental, como também infraestrutura hoteleira e residencial.
Megaprojeto Costa Dourada	Foi implantado em 1992 e tinha como área o litoral norte de Alagoas e o litoral sul de Pernambuco. O objetivo foi o desenvolvimento de infraestrutura e urbanização de aproximadamente 120 km de costa, entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho/PE e Paripueira/AL. Localizado entre duas capitais (Maceió e Recife) e impulsionado por destino turísticos consolidados, como por exemplo Porto de Galinhas, em Ipojuca/PE, e Maragogi/AL
Megaprojeto Linha Verde	Iniciado em 1993 na Região Turística Costa dos Coqueiros, mais precisamente no litoral ao norte de Salvador. O objetivo foi o desenvolvimento de infraestrutura, como por exemplo, pavimentação, saneamento que possibilitasse o acesso à linha da costa, melhoria dos meios de hospedagem, divulgação e desenvolvimento do turismo.

Fonte: PDITS Polo Costa dos Corais, 2012. Abreu e Moreira (2017), adaptado por GOMES, C.C, 2019.

De modo geral, a Política de Megaprojetos Turísticos implementada pelos estados em parceria com o governo federal potencializou o turismo no litoral nordestino e contribuiu para promover um interessante avanço na infraestrutura hoteleira, do mesmo modo que propiciou pavimentação, saneamento e investimentos nesses municípios, porém, a desarticulação, hierarquização e priorização de localidades foram preponderantes para que o desenvolvimento

acontecesse abaixo do esperado, potencializando, assim, as desigualdades socioespaciais e maximizando o turismo, sobretudo nas capitais e regiões metropolitanas, de forma, desintegrada e com profunda desconexão entre os municípios envolvidos.

No caso específico dos municípios do território turístico da APACC, a principal articulação foi o Megaprojeto Costa Dourada que tinha por objetivo a integração e fortalecimento do turismo através de uma rota integrada e potencializada pelas capitais mais próximas (Maceió e Recife) e os destinos turísticos consolidados (Porto de Galinhas – Ipojuca/PE e Maragogi/AL).

A estratégia de integração dos território turísticos (STEINBERGER, 2006) pertencentes a Alagoas e Pernambuco foi de melhorar a infraestrutura de acesso viário através de investimentos públicos e privados entre os estados e municípios da APACC, todavia, as ações foram pontuais e com grandes dificuldades para conseguir investimentos, de modo que a atração de recursos privados ficou aquém do esperado (CRUZ, 2001; SEDETUR/AL/PDITS, 2012; XAVIER, 2016; ABREU; MOREIRA, 2017), embora tenha havido incentivos e linhas de financiamentos públicos que contribuíram para o crescimento do turismo.

O governo do Estado de Alagoas também fomentou a atividade turística a partir de políticas, planos, programas e projetos direcionados ao litoral norte alagoano (Quadro 18), sobretudo, a partir da década de 1990, quando as políticas de megaprojetos são idealizadas e executadas, sendo entendidas como as principais ações governamentais para o desenvolvimento do setor do turismo e que foram materializadas, especialmente, com o PRODETUR I e PRODETUR II.

Quadro 18 – Síntese das políticas, planos, programas e projetos para o Litoral Norte – AL.

Políticas/ Planos/Programas/Projetos	Objetivos/Detalhes
Lei nº 575 instituiu o Código Municipal de Maceió, em 1958.	Disciplinar a Taxa de Turismo e Hospedagem, com intuito de desenvolvimento do turismo e o incentivo ao intercâmbio político e econômico municipal.
Lei nº 598, de 31 de maio de 1958 instituiu o serviço de turismo da Prefeitura Municipal de Maceió.	Promoção e incentivo do Turismo na capital, por intermédio de ações como a divulgação de belezas naturais e paisagísticas.
Lei nº 3.543/75, de 30 de dezembro de 1975.	Cria a Coordenação do Meio Ambiente, cujo intuito é a fiscalização e direcionamentos das ações.
Lei nº 4.090/79, de 05 de dezembro de 1979	Dispõe sobre a Proteção do Meio Ambiente do Estado de Alagoas.
Decreto nº 5.536, de 03 de outubro de 1983.	Estabelece novas normas para proteção do Meio Ambiente no litoral do Estado de Alagoas
Lei nº 4.682/85, de 17 de julho de 1985.	Declara protegidas as Áreas com vegetação de Mangue no Estado de Alagoas e dá outras providências.
Lei nº 4.986/88, de 16 de maio de 1988.	Cria o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA e adota outras providências.

Políticas/ Planos/Programas/Projetos	Objetivos/Detalhes
Lei n.º 5.854/96, de 14 de outubro de 1996.	Dispõe sobre a Política Florestal no Estado de Alagoas.
Decreto n.º 38.319, DE 27 de março de 2000.	Dispõe sobre a Composição do Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM.
Lei n.º 6.177, de 01 de agosto de 2000. Fundo Especial de Desenvolvimento do Turismo – FUNTURIS.	Captar e investir recursos destinados à modernização, viabilização e execução de ações pertinentes à implementação do turismo.
Lei n.º 6.221, de 08 de janeiro de 2001.	Dispõe sobre a estrutura da Secretaria de Estado do Turismo e Esportes – SETURES.
O Programa do Arranjo Produtivo Local de Turismo da Costa dos Corais – 2004	Transformar a referida região em um destino turístico consolidado e sustentável.
Lei delegada n.º 25, de 15 de abril de 2003. Alterada pela Lei n.º 6.567, de 5 de janeiro de 2005.	Dispõe sobre a estrutura da secretaria executiva de turismo – SETUR, e dá outras providências.
Lei n.º 6.651/05, de 22 de dezembro de 2005.	Dispõe sobre o Ordenamento do Uso do Solo nas faixas de domínio das rodovias estaduais e subjacentes.
Lei n.º 6.787/15, de 22 de dezembro de 2006.	Dispõe sobre a consolidação dos procedimentos adotados quanto ao licenciamento ambiental e das infrações.
Política de Turismo – Decreto n.º 27.141, de 17 de março de 2013. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo.	O Plano (2013-2023) – Aumentar o fluxo de turistas, a permanência média do turista, elevar a taxa de ocupação hoteleira, aumentar o número de empresas cadastradas e descentralizar o turismo.
Lei n.º 7.499, de 14 de junho de 2013. Modifica dispositivos da Lei Estadual n.º 6.943, de 13/06/2008.	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de guias de turismo no Estado de Alagoas, e dá outras providências.
Lei n.º 7.231, de 7 de janeiro de 2011. Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável de Alagoas.	Dispõe sobre a e sobre a criação de Áreas Especiais De Interesse Turístico (AEIT).
Resolução CEPRAM n.º 31/2016.	Dispõe sobre a proibição do tráfego de veículos motorizados nas áreas de praia da Zona Costeira.
Projeto de Criação do Observatório do Turismo de Alagoas.	Implantar um observatório do turismo em Alagoas,
Projeto de Educação Ambiental nos Municípios Turísticos.	Intensificar a educação ambiental nos municípios turísticos, principalmente os localizados no litoral.
Projeto de Dinamização e Sustentabilidade do Turismo no Baixo São Francisco.	Possibilitar o desenvolvimento sustentável da área a partir de iniciativas que dinamizem a economia local com equilíbrio ecológico e justiça social
Projeto de Remapeamento dos Municípios Turísticos	Inserir novos municípios no mapa do turismo alagoano a partir da identificação de potencialidades
Projeto Criação e Estruturação de Conselhos Municipais de Turismo	Consolidação da regionalização do turismo, sendo o principal representante as prefeituras municipais
Projeto Consolidação do Programa de Municipalização do Turismo	Desenvolver iniciativas e ações para a consolidação de processos de regionalização do turismo.
Plano de Desenvolvimento de Alagoas, criado em 2017.	Entender o turismo como vetor de desenvolvimento inclusivo e sustentável, mas também promotor do fortalecimento da cadeia produtiva da atividade.

Fonte: PDTIS, 2012; SEDETUR/AL, 2013; <https://www.ima.al.gov.br/legislacao/>, 2019; ALEG/AL, 2019; adaptado por GOMES, C. C., 2019.

O Estado de Alagoas contribuiu, claramente, para o desenvolvimento do turismo em seu território através de ações com base na legislação ambiental e turística, cujo intuito foi fortalecer o arcabouço legal a partir de planos, políticas, programas e projetos que direcionassem e

maximizassem o turismo, notadamente, por seus destinos indutores Maceió (Região Metropolitana) e Maragogi (Projeto Costa Dourada), no caso deste último há uma influência significativa no território da APACC, visto que potencializou os municípios adjacentes e reorganizou produtivamente a estrutura socioespacial (SAQUET, 2015).

O território do Projeto Costa Dourada, desde meados da década de 1970, já sofria intensas modificações na sua estrutura socioeconômica por conta da diminuição da produção canavieira e fechamentos de usinas de açúcar e álcool, isto posto, as desigualdades socioespaciais aumentavam e davam sinais de uma reestruturação produtiva do seu território a partir de políticas públicas federais e estaduais que estimularam o desenvolvimento do turismo com vistas ao revigoreamento da economia regional e, por sua vez, a diminuição das desigualdades sociais, segundo Cruz (2005)

Soma-se à clara e inaceitável negligência com o território, o insustentável discurso da diminuição das desigualdades regionais, como se o turismo, uma atividade setorial, fosse capaz de reverter, por si, uma realidade histórica e estruturalmente concebida, expropriada, excludente e especialmente seletiva, típica do modo de produção a que estamos todo submetidos (CRUZ, 2005, p. 35)

Portanto, percebe-se que houve uma clara iniciativa das esferas públicas em reestruturar o território do Projeto Costa Dourada através do turismo e a partir de um discurso desenvolvimentista que estimulou os municípios a optarem pela inserção da atividade como mola propulsora do combate às desigualdades socioespaciais e, por sua vez, do desenvolvimento, todavia, se estabelece um modelo hierarquizado, contraditório e antagônico que visa, notadamente, ao crescimento econômico em detrimento dos avanços sociais e do equilíbrio ecológico se distanciando da possibilidade de contribuir para o desenvolvimento local e regional (BUARQUE, 2004), de acordo com Abreu e Moreira (2017)

Entre o final dos anos de 1970 e o início dos anos 1990 observa-se um conjunto de ações empreendidas pelos poderes públicos estaduais de diversos estados nordestinos com o objetivo de alavancar o desenvolvimento do turismo na região por meio de megaprojetos turísticos. Tais ações configuraram-se, no contexto brasileiro, como um dos primeiros “ensaios” de investimentos públicos diretos em infraestrutura turística para alavancagem de investimentos privados ao setor. (ABREU; MOREIRA, 2017, p. 5)

Embora na década de 1990 o Projeto Costa Dourada tivesse sido uma das principais políticas públicas de reordenamento territorial e de ampliação da economia desse território, somente com o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE é que há o processo de consolidação do turismo como destaque da economia regional e nacional.

O PRODETUR faz parte das políticas públicas federal que buscavam alavancar o desenvolvimento econômico e social da zona costeira, em especial, nordestina, através de parcerias e investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e do Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

A SUDENE em ação conjunta com o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR instituiu através da Portaria nº 01, de 29 de novembro de 2011 o PRODETUR, cujo mote foi ordenar o desenvolvimento turístico na Região Nordeste (CRUZ, 1999), mas também contribuir para os indicadores sociais e econômico.

A SUDENE tinha uma área de atuação que englobava os 09 (nove) estados nordestinos, o norte do Estado de Minas Gerais e norte do Estado do Espírito Santo, de acordo com Abreu e Moreira (2017, p. 13) “A origem dos recursos do Programa é do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o órgão executor é o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que acumula a função de repassador dos recursos”.

Os territórios litorâneos até então não tinham valor agregado no Nordeste, isto é, as localidades próximas às praias eram habitadas pelas classes menos favorecidas e comunidades tradicionais, a partir da década de 1980, as políticas públicas nacionais incorporam um tímido marketing turístico que tiveram como destaques o sol, o mar e as praias na Região Nordeste somados a decadência da indústria sucroalcooleira, já na década de 1990, fortaleceram ainda mais a inserção da atividade turística no território e as grandes transformações socioespaciais.

O território praieiro é transformado socioespacialmente para acomodar a atividade turística e a sua infraestrutura, de maneira que adquire valor agregado em consonância e estímulo da intervenção estatal e do mercado em propiciar o desenvolvimento e inserir o Brasil no mercado global do turismo.

Segundo Cruz (20005, p. 34-35) “[...] o território é reduzido a ‘um produto’ mal acabado, cuja transformação em mercadoria passível de competição no mercado internacional de ‘produtos’ (lugares) turísticos requer a intervenção do Estado”. Neste mesmo sentido de exploração, segregação e expropriação do território a partir de inserção de valor Selva *et al* (2007) destacam que

No processo de expansão do turismo, o espaço natural é percebido num sentido mercantil e passa a ser reduzido a um empreendimento econômico. Neste cenário, as estruturas sociais tradicionais, como a dos pescadores artesanais, passam a ser encaradas como atrasadas, anacrônicas, inferiores. Este é, basicamente, o discurso que legitima a expulsão dessas comunidades dos locais onde habitaram (e desenvolveram uma relação dialética de coexistência com o meio natural) durante gerações e se privilegia uma atividade imposta que desestruturou economias tradicionais na zona costeira do Nordeste brasileiro. (SELVA *et al*, 2007, p.5)

Logo, paisagens naturais seculares que foram berço de comunidades tradicionais, neste caso na zona costeira nordestina, passaram por um processo de revalorização do território que favoreceram a supervalorização das terras e, assim, a segregação socioespacial e a expropriação do território, de acordo com Cruz (2000)

Esse paradigma naturalista permeia as políticas de turismo do Nordeste, perpetuando uma história antiga e malfadada de desenvolvimento regional, apoiado em estratégias que tomam a natureza ora como problema ora como solução dos problemas regionais e desconsidera necessárias alterações na estrutura socioeconômica regional como condição *sine qua non* para qualquer possível desenvolvimento. (CRUZ, 2000, p. 11)

De modo que novos espaços, paisagens e atrativos são criados e condicionadas pela dinâmica do turismo no decorrer da estruturação e instalação de equipamentos para atendimento dos turistas (SELVA *et al*, 2007), de modo que surgem condomínios clubes, pousadas, hotéis, *resorts*, assim como infraestrutura, a fim de contribuir para o surgimento de um novo cenário turístico em meio à paisagem natural que instiga por sua beleza cênica e estimula à visitação, tal fenômeno de redefinição do espaço foi perceptível no litoral nordestino, segundo Selva *et al* (2007, p. 5)

O processo de redefinição se inicia no final da década de 1970 com o fenômeno da residência secundária – muito embora já existissem casas de veraneio em algumas comunidades –, e é alavancado na década de 1990 com a Política Nacional de Turismo – implementada na região pelo PRODETUR –, que consolidou o turismo nas Regiões Metropolitanas de Recife, Fortaleza e Salvador e nas demais capitais, ao mesmo tempo em que criou polos turísticos englobando pequenas cidades, distrito e comunidades litorâneas. (SELVA *et al*, 2007, p. 5)

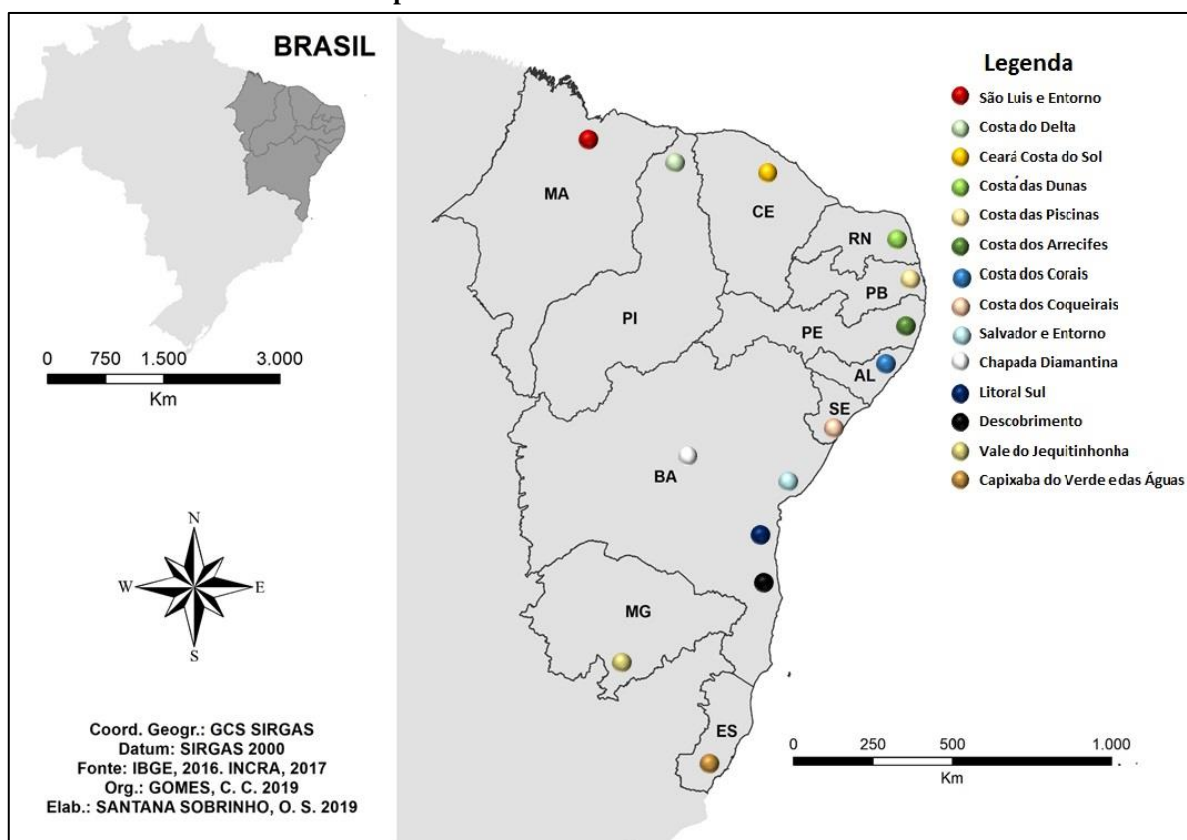
O PRODETUR foi uma das mais importantes políticas federais para a ampliação do turismo nacional e consolidação do país no mercado turístico internacional, tinha como principais objetivos (PDITS, 2012; BNB, 2019)

- propiciar uma estrutura institucional adequada para fomentar e encorajar o turismo sustentável, por meio do fortalecimento institucional de órgãos de turismo de estados e municípios, órgãos ambientais estaduais e outros órgãos de municípios localizados nas áreas turísticas selecionadas;
- melhorar as condições ambientais e de saneamento nas áreas turísticas, via investimentos em fornecimento de água e coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos e na recuperação e proteção ambiental, além do fortalecimento institucional das companhias de água e esgoto;
- facilitar os deslocamentos para e dentro da região, por meio de investimentos no melhoramento de aeroportos, sistemas de vias urbanas e rodovias secundárias e de acesso, complementados pelo fortalecimento dos órgãos estaduais de transportes em termos de sua capacidade operacional e de manutenção;
- melhoria e diversificação dos produtos turísticos da região, por meio de atividades como a recuperação e preservação do patrimônio histórico com revitalização de seu entorno e a melhoria de praias, parques e outros recursos naturais.

De fato, o PRODETUR implementou, dinamizou e consolidou o turismo no litoral nordestino, não foi diferente na área do Megaprojeto Costa Dourada que atualmente faz parte de duas regiões turísticas (MTur, 2019) são elas: Região Turística Histórica dos Arrecifes e Manguezais e a Região Turística da Costa dos Corais, ambas surgiram a partir de Polos Turísticos constituídos ainda no PRODETUR I e o território turístico dos municípios destes envolvidos fazem parte da APACC.

Para o cumprimento das metas estabelecidas pelo PRODETUR/NE foram criados polos turísticos (Mapa 10) a partir das peculiaridades de cada área (PAIVA, 2010), cuja intenção foi implementar as políticas públicas com foco na diminuição das deficiências estruturais, do mesmo modo que para atender às demandas de infraestrutura e gestão do território, com isso promover a melhoria da estrutura dos polos e dinamizar a cadeia turística, de modo regionalizado.

Mapa 10 – Polos turísticos PRODETUR/NE.

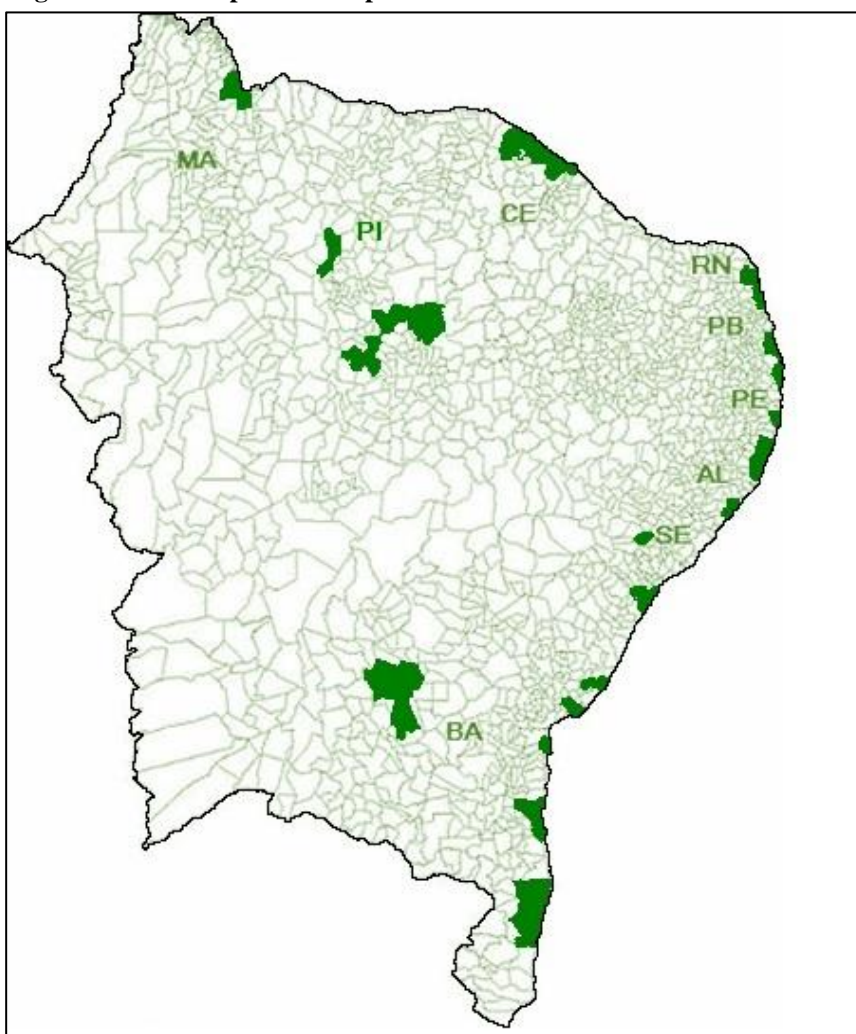


Fonte: IBGE, 2016; INCRA, 2017; BNB/PRODETUR/NE I, 2005. Adaptado por Celso Gomes, 2019

As ações implementadas através do PRODETUR/NE favoreceram o desenvolvimento turístico, em especial, das capitais e regiões metropolitanas (Figura 25), de fato, houve uma concentração de recursos nessas áreas que contribuiriam para, de certo modo, articular o processo de integração, por isso que as ações visavam “[...] a criação de um sistema de objetos

que permitam a transformação das capitais em nós da rede, bem como permitem a distribuição dos fluxos nas áreas turísticas locais”, ainda de acordo com os autores as capitais se tornam portões de entradas para os polos turísticos, isto é, “lugares estratégicos para o processo de expansão territorial do turismo, de uma rede internacionalmente organizada” (ABREU; MOREIRA, 2017, p. 14), buscam assim compor uma nova estrutura socioespacial, logo uma nova geografia do turismo.

Figura 25 – Municípios contemplados com recursos do PRODETUR/NE I.



Fonte: ABREU, 2005. Adaptado por Celso Cardoso Gomes, 2019.

Fica evidente a concentração das ações do PRODETUR I na zona costeira nordestina, em vista disso há uma maximização do turismo de sol e praia com um modelo de segunda residência (veraneio), mas também *resorts*, segundo Yáziği (1998, p. 43) “esta modalidade de turismo é anterior à escalada do confinamento no Brasil; já existia em muitas partes do mundo, como ilhas da fantasia, mas aqui, devido à violência ou à paisagem-tornada-desinteressante,

encontra fortes razões para sua reafirmação”, assim se estabelece um modelo que segrega, expropria e que fica desconectado do interior brasileiro e, neste caso nordestino, de maneira que se distancia do foco do desenvolvimento integrado, contínuo e sustentável que pode ser estimulado pelo turismo.

A primeira fase do PRODETUR/NE fomentou 264 projetos com investimentos de cerca de US\$ 626 milhões (Tabela 10) que contemplaram a construção e/ou reforma e ampliação de aeroportos, a pavimentação e/ou recuperação de rodovias, a disponibilização de serviços de saneamento básico por meio da implantação de sistemas de água e esgoto, a recuperação de patrimônio histórico em diversas áreas turísticas e a proteção ambiental (BNB, 2019) nos estados participantes do programa.

Tabela 10 – Valores aplicados por estado, envolvendo somatório dos recursos do BID e da Contrapartida Local (Estados e União).

Estado	Valores (US\$ milhões)
Maranhão	40,943
Piauí	21,123
Ceará	141,767
Rio Grande do Norte	38,240
Paraíba	32,783
Pernambuco	41,975
Alagoas	7,017
Município de Maceió	36,350
Sergipe	50,757
Bahia	215,011
Total	625,966

Fonte: Banco do Nordeste, Relatório Final do PRODETUR/NE I, 2019.

O PRODETUR I foi preponderante para o desenvolvimento e melhoria da infraestrutura básica da zona costeira nordestina e caracterizou-se “como arranque do desenvolvimento turístico no Nordeste” (BNB, 2019) porque estimulou a partir de investimentos do BNDES, BID e BNB que o turismo fosse incorporado como um dos principais setores econômicos do Brasil, sendo o litoral nordestino, inicialmente, o carro-chefe desse crescimento e incorporação.

De forma geral, o PRODETUR I concentrou recursos nas regiões metropolitanas e capitais, priorizou o desenvolvimento do segmento do turismo sol e praia, com isso promoveu a urbanização turística do território devido aos investimentos em infraestrutura, do mesmo

modo que constituiu territórios turísticos (KNAFOU, 2001; STEINBERGER, 2006) que facilitaram a entrada de novos investimentos, aumentaram o adensamento urbano, contribuíram para a segregação socioespacial, fragilização das culturas locais e exploração dos recursos naturais (XAVIER, 2016), conseqüentemente se distancia da proposta de integração, desenvolvimento local e regional, assim como o equilíbrio ecológico que eram diretrizes indicadas pelo Estado.

Os avanços no desenvolvimento do turismo, melhorias de infraestruturas e resultados de forma geral do PRODETUR I constituíram um cenário interessante que fora motivador para a inicialização da construção do PRODETUR/NE II, de acordo com Paiva (2010, p. 204) “As negociações iniciadas em 1999 foram sucedidas por estratégias mais racionais em substituição às anteriores, que muitas vezes se baseavam em tentativas de acerto e erro. Para a continuidade do programa foram disponibilizados US\$ 800 milhões”.

O PRODETUR/NE II estabeleceu metas e diretrizes complementares à primeira fase, contudo, o foco principal foi o de melhorar a qualidade de vida da população residente nos polos de turismo, iniciativa interessante quando se pensa no desenvolvimento regional e local porque as ações devem atender, primeiro, ao território turístico e, em seguida, serão refletidas na dinâmica do turismo e do turista, com isso a infraestrutura realizada atenderá às demandas da população local sem deixar de lado a atividade turística.

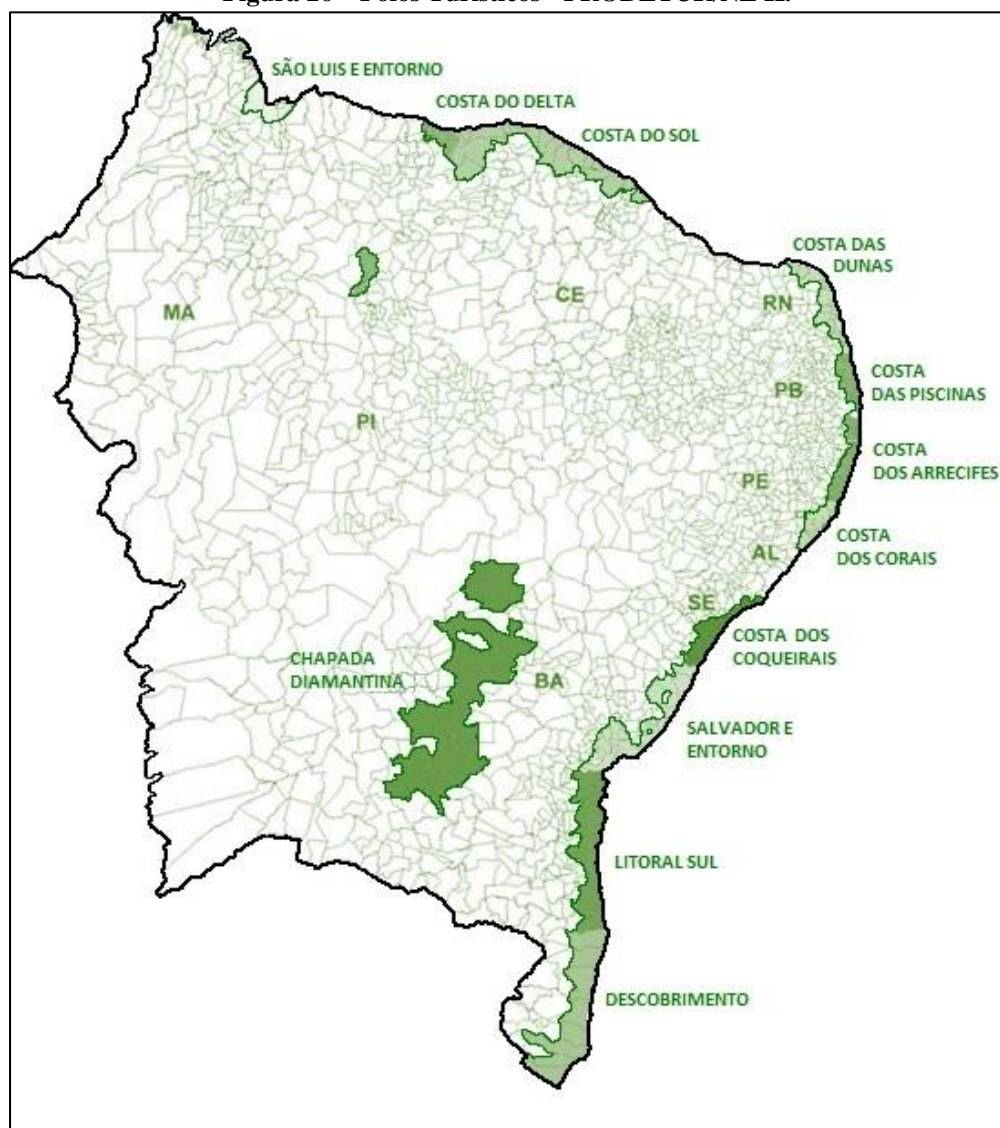
De acordo com o BNB (2005) o PRODETUR/NE II visava promover o aumento das receitas provenientes da atividade turística ascendendo o fluxo de visitação, permanência e gastos dos turistas na localidade. Objetivava também melhorar a capacidade de gestão dessas receitas por parte dos Estados e Municípios a partir da descentralização da governança, participação efetiva dos agentes produtivos do espaço turístico e criação de conselhos de turismo e meio ambiente, cujo intuito foi o da municipalização das ações, em virtude de que a materialização dos acontecimentos ocorre no contexto local.

Outra interessante diferença da segunda fase do PRODETUR/NE foi à preocupação com a sustentabilidade do turismo, seja no tocante ao meio ambiente, seja o que concerne às questões sociais e econômicas, de modo que, além de gerar emprego e renda, deveria assegurar a manutenção, crescimento, consolidação do polo turístico e contribuir no sentido da acessibilidade da gestão municipal ambiental e turística, ordenamento de uso do solo e ocupação, como também expansão do turismo para novas localidades.

O PRODETUR/NE II também foi fomentado pelo BNB em parceria com o BID, BNDES e governos estaduais do Nordeste, no entanto, construiu um cenário diferente para a execução das propostas, isto é, “[...] identificou algumas áreas, do ponto de vista do turismo,

com vocações semelhantes, e iniciou o processo de formação de 16 polos turísticos, 14 dos quais receberam investimentos” (ABREU; MOREIRA, 2017, p. 17). Foram constituídos os seguintes polos de turismo: Polo Costa dos Corais/AL; Polo do Descobrimento/BA; Polo Chapada Diamantina/BA; Polo Litoral Sul/BA; Polo Salvador e Entorno/BA; Polo Costa do Sol/CE; Polo Capixaba do Verde e das Águas/ES; Polo São Luís e Entorno/MA; Polo Vale do Jequitinhonha/MG; Polo Costa das Piscinas/PB; Polo Costa dos Arrecifes/PE; Polo Costa do Delta/PI; Polo Costa das Dunas/RN; Polo Costa dos Coqueirais/SE (Figura 26).

Figura 26 – Polos Turísticos - PRODETUR/NE II.



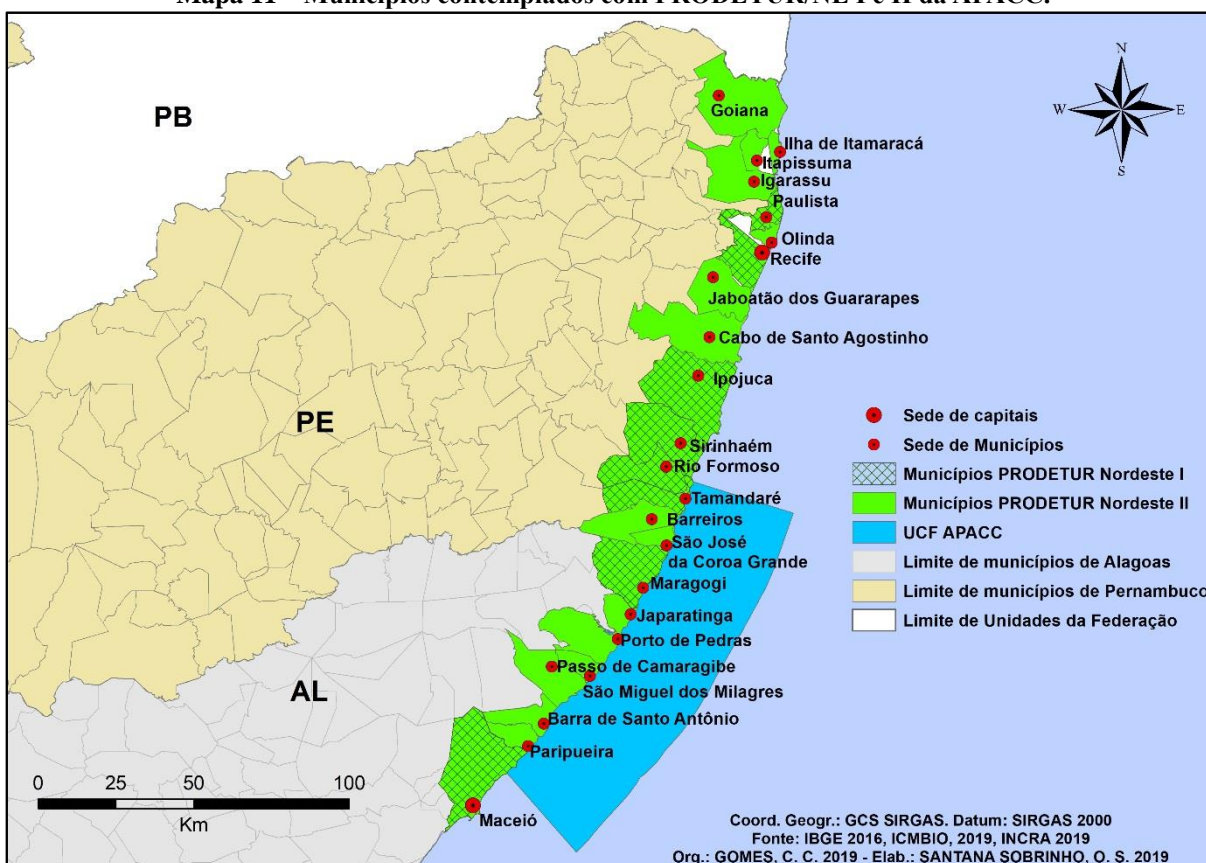
Fonte: Abreu, 2005. Adaptado por Celso Cardoso Gomes, 2019.

Essa nova metodologia baseada em “grupos de municípios contíguos com atrativos turísticos similares ou complementares, que têm a determinação comum de desenvolver a capacidade local necessária para uma gestão turística sustentável” (BNB, 2012, p. 2),

denominados de polos turísticos que têm o papel de fortalecer as relações, conexões e integrações para alavancar o desenvolvimento regional, segundo Becker (2010, p.17) se trata de “[...] um espaço geográfico claramente definido, com pronunciada vocação para o turismo, envolvendo atrativos turísticos similares e/ou complementares”.

Dos polos turísticos constituídos com as novas diretrizes do PRODETUR II, apenas 02 (dois) são destaques para esta tese, são eles, Polo Costa dos Corais/AL e o Polo Costa dos Arrecifes/PE (Mapa 11), pois o território turístico de parte destes fazem parte da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais – APACC, unidade conservação – U.C foco deste estudo. Assim, compreender as políticas públicas ambientais e de turismo pode esclarecer detalhes da dinâmica turística e da reestruturação produtiva do território.

Mapa 11 – Municípios contemplados com PRODETUR/NE I e II da APACC.



Fonte: IBGE, 2016; ICMBIO, 2019; INCRA, 2019. Elab. SANTANA SOBRINHO, O. S., 2019. Org. GOMES, C.C., 2019.

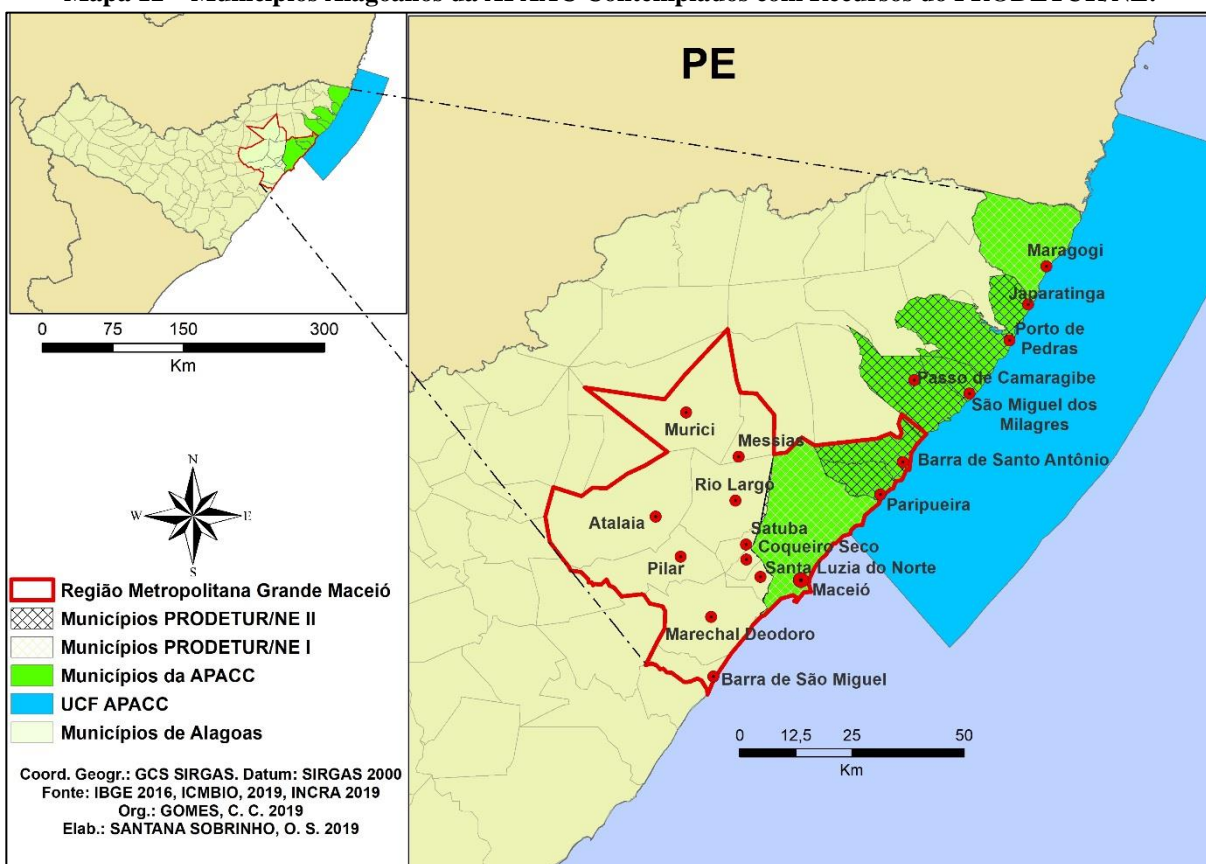
5.4.1 O Polo Turístico Costa dos Corais/AL

O Estado de Alagoas possui 02 (dois) polos turísticos de acordo com o PRODETUR II, são eles Polo Lagoas e Mares do Sul e o Polo Costa dos Corais, sendo este último foco desta

pesquisa, em virtude de que o território turístico dos municípios presentes na APACC faz parte deste, por isso, o interesse em compreender a sua composição e dinâmica.

O Polo de turismo Costa dos Corais é composto por 11 (onze) municípios do litoral norte de Alagoas, são eles, Maceió, Paripueira, São Luiz do Quitunde, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe, Matriz de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto Calvo, Porto de Pedras, Japaratinga e Maragogi, abrange uma área total de 2.160,17 km² que representa 7,77% do território alagoano, anteriormente faziam parte do Polo Costa Dourada, entretanto com a nova metodologia utilizada pelo PRODETUR passam a integrar este novo polo turístico, bem como faz parte do Arranjo Produtivo Local Costa dos Corais que receberam investimentos do PRODETUR/NE I e II (Mapa 12).

Mapa 12 – Municípios Alagoanos da APAAC Contemplados com Recursos do PRODETUR/NE.



Fonte: IBGE, 2016; ICMBIO, 2019; INCRA, 2019. Elab. SANTANA SOBRINHO, O. S, 2019. Org. GOMES, C.C, 2019.

A Costa dos Corais abriga aproximadamente 120 km de praias, mangues, restingas, estuários e ainda cercada por uma extensa barreira de corais, vastos coqueirais, antigos engenhos e riquíssimas manifestações folclóricas e artísticas. São destaques indutores do turismo nesse polo os municípios de Maceió e Maragogi, em Alagoas.

Foi realizado um diagnóstico das potencialidades turísticas dos municípios do Polo Costa dos Corais sendo identificados variados atrativos culturais, sociais e ecológicos, sendo os principais destaques as piscinas naturais e praias como Antunes, Japaratinga, Carro Quebrado e Barra de Camaragibe. O território turístico dos municípios do Polo Costa dos Corais estão na APACC o que tem estimulado a visitação e contribuído com a proteção do ambiente.

5.4.2 O Polo Turístico Costa dos Arrecifes/PE

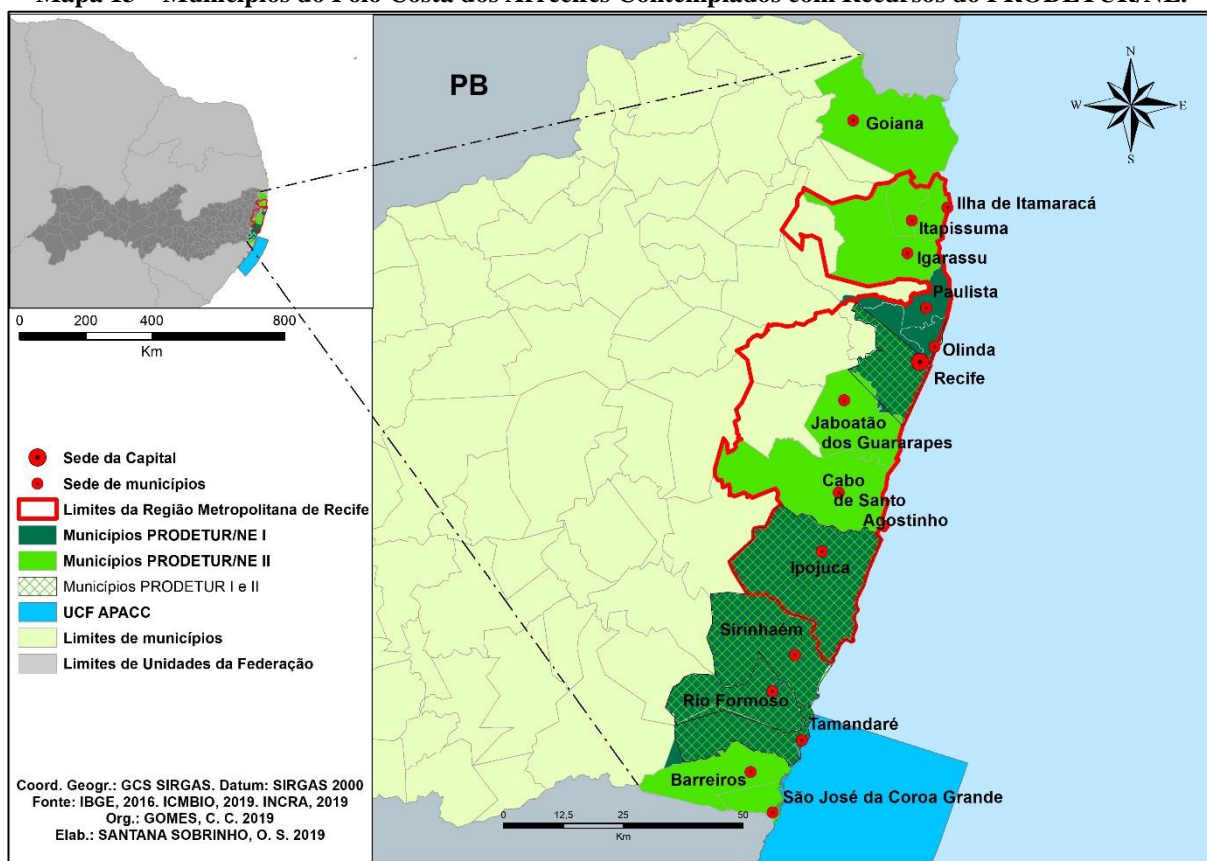
O Estado de Pernambuco através das políticas públicas do PRODETUR/NE, PDTIS e PRODETUR Nacional estruturou 03 (três) polos turísticos, são eles: Polo do Vale do São Francisco, o Polo Agreste e o Polo Costa dos Arrecifes, sendo este último foco desta pesquisa, uma vez que 04 (quatro) municípios deste polo pertencem ao território turístico da APACC, assim sendo os investimentos, programas, projetos e diretrizes são de interesse do estudo para compreender a dinâmica turística e a reestruturação produtiva do território.

O Polo Costa dos Arrecifes é composto por 04 (quatro) importantes destinos turísticos do Estado de Pernambuco: Região Metropolitana do Recife (Recife; Olinda e Jaboatão dos Guararapes); Litoral Norte de Pernambuco (Goiana; Igarassu; Ilha de Itamaracá; Itapissuma; Paulista); Litoral Sul (Cabo de Santo Agostinho; Sirinhaém; Rio Formoso; Tamandaré; São José da Coroa Grande; Barreiros) e Fernando de Noronha (Arquipélago de Fernando de Noronha).

O Destino turístico Litoral Sul que compõe o Polo Costa dos Arrecifes possui 03 (três) municípios que seus territórios turísticos que fazem parte da APACC, são eles: Tamandaré; Barreiros e São José da Coroa Grande, de modo que as políticas públicas e investimentos nessa área são muito importantes para compreender a relação do turismo com esta UC.

Os investimentos do PRODETUR/NE e II foram concentrados nas capitais e regiões metropolitanas, mas também em municípios litorâneos por isso que o Litoral Sul de Pernambuco obteve investimentos, de certo modo, foi um prolongamento do Projeto Costa Dourada entre Pernambuco e Alagoas que já visava a melhorias de infraestruturas para esse território, contudo numericamente ampliado e agora concentrados apenas no Polo Costa dos Arrecifes, de modo que os municípios que estão na área contígua e de influência da APACC também foram contemplados (Mapa 13).

Mapa 13 – Municípios do Polo Costa dos Arrecifes Contemplados com Recursos do PRODETUR/NE.



Fonte: IBGE, 2016; ICMBIO, 2019; INCRA, 2019. Elab. SANTANA SOBRINHO, O. S. 2019. Org. GOMES, C.C, 2019.

5.4.3 A finalização do PRODETUR II e a migração para o PRODETUR Nacional

A metodologia, diretrizes, metas e objetivos do PRODETUR/NE II continuaram influenciando uma concentração de recursos na zona costeira nordestina, embora tenha havido investimentos no interior da região Nordeste. Dos estados contemplados na segunda fase do programa, apenas 06 (seis) conseguiram financiamento no PRODETUR/NE II, já os demais enfrentaram “problemas no contexto da aprovação dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS ou não conseguiram atingir a capacidade de endividamento para firmar o contrato de sub-empréstimo” (MACÊDO, 2018, p. 171).

Os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia tiveram cerca de 73% dos recursos desta fase do PRODETUR/NE, de forma que comprova a concentração de investimentos nas capitais e regiões metropolitanas, inclusive que já tinham sido contemplados e apresentavam maior organização e infraestrutura turística (Tabela 11). De toda forma, permanece a concentração de investimentos na faixa litorânea o que intensifica a urbanização turística e, por sua vez, a turistificação.

Tabela 11– PRODETUR/NE II – Investimentos em cada estado de acordo com fonte de financiamento.

ESTADO	VALOR APLICADO (milhões de US\$)			
	BID	Contrapartida	TOTAL	Porcentagem
Bahia	38.947.000,00	46.878.000,00	85.825.000,00	21,94%
Ceará	60.239.000,00	27.604.000,00	87.843.000,00	22,46%
Minas Gerais	26.889.000,00	13.292.000,00	40.181.000,00	10,27%
Pernambuco	75.072.000,00	37.461.000,00	112.533.000,00	28,77%
Piauí	14.786.000,00	12.517.000,00	27.303.000,00	6,98%
Rio Grande Do Norte	21.383.000,00	16.086.000,00	37.469.000,00	9,58%
TOTAL	237.316.000,00	153.838.000,00	391.154.000,00	100%

Fonte: BNB (2012) Relatório de Término de Projeto PRODETUR/NE II, adaptado por GOMES, C. C., 2019.

A tabela 11 evidencia uma distribuição dos investimentos concentrada que propiciou e reforçou uma produção e reprodução do território marcado por contradições socioespaciais que se refletiram numa lógica segregadora e adversa que, segundo Macêdo (2018), provocaram

o desenvolvimento desigual na escala regional pois os investimentos decorrentes do Programa acabaram por reforçar a infraestrutura de estados como Ceará, Bahia e Pernambuco – que já possuíam maior robustez em termos de desenvolvimento da atividade turística – enquanto os outros estados da região Nordeste continuaram à margem dos investimentos. (MACÊDO, 2018, p. 171)

Reflete-se em um desenvolvimento desigual (SMITH, 1988) do território turístico (KNAFOU, 2001; STEINBERGER, 2006) com aprofundamento das desigualdades socioespaciais e, neste caso, numa escala regional e que se apresenta contraditoriamente e antagonicamente com os objetivos, diretrizes e metas do PRODETUR/NE II. Evidentemente não se pode deixar de lado outros fatores que foram influenciadores de uma maior abrangência dos financiamentos e dos resultados.

Essa lógica estabelecida pelas políticas públicas, sobretudo o PRODETUR/NE II, foram responsáveis por significativas transformações socioespaciais em vastos trechos da zona costeira nordestina, inclusive reordenando o território (CRUZ, 2005; PAIVA, 2010; XAVIER, 2016; MACÊDO, 2018), em certos casos, de maneira positiva, mas também provocando sérios impactos negativos, entretanto, contribuiu efetivamente para a consolidação do turismo na Região Nordeste e, por sua vez, fortaleceu a imagem turística do Brasil no cenário internacional.

Não se pode negar as contribuições que o PRODETUR/NE propiciou para o turismo brasileiro, haja vista a infraestrutura promovida, as capacitações em gestão pública municipal, os estudos de mercado, a constituição dos conselhos de turismo e de meio ambiente, as recuperações do patrimônio histórico-cultural e ambiental, ações que potencializaram a

capacidade de gestão municipal e consolidaram atividade turística no mercado global, embora tenha concentrado investimentos na orla, de acordo com Abreu e Moreira (2017)

Em termos espaciais, a concentração dos investimentos em trechos específicos da orla culminou num processo de territorialização da atividade turística e da constituição do que Cruz (2001) denomina de territórios turísticos, trazendo a reboque um processo de fragmentação intraurbana e desterritorialização de atividades autóctones, muitas vezes institucionalizado pelo poder público, ao criar zonas específicas para o estímulo ao desenvolvimento da atividade. (ABREU; MOREIRA, 2017, p. 21)

A intervenção estatal através do PRODETUR/NE intensificou o processo de territorialização (HAESBAERT, 2009) por meio de dois modelos principais, são eles, o primeiro é o turismo de segunda residência que abarca (Figura 27), padroniza e privatiza longos trechos de orla, já o segundo são os denominados *resorts* que se caracterizam como espaços simulacros, bolhas ou pseudo-lugares (URRY, 2001; YÁZIGI, 2003; CRUZ, 2000; 2007) dessa forma, escamoteia, segrega e expropria a população local e cria uma realidade artificializada do território em um complexo processo de turistificação (CRUZ, 1999, 2001, 2005, 2007).

Figura 27 – Condomínios Village Praia dos Carneiros.



Fonte: Celso Cardoso Gomes (Março/19), 2019.

Tornam-se verdadeiros territórios turísticos frutos de uma padronização e especulação imobiliária que transformam socioespacialmente o local e lhe conferem uma realidade fictícia totalmente diferente do que a população local vivencia (Figura 28) por meio de um complexo processo de turistificação que sofre intensa influência das esferas públicas e do mercado.

Figura 28 – Salinas de Maragogi Resorts - APA da Costa dos Corais – APACC.



Fonte: Hotel Urbano (www.hurb.com/hoteis/maragogi - Acesso em: 10 mar. 2019), 2018.

Apesar das contradições perceptíveis no território o PRODETUR/NE alcança parte dos seus objetivos e como já fora ressaltado contribuiu para a consolidação do turismo brasileiro no mercado mundial, por isso “A partir do ano de 2008 o PRODETUR passou a ser concebido como uma Política Nacional recebendo a denominação de Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL) e estendendo-se a outras regiões brasileiras” (XAVIER, 2016, p. 75).

O PRODETUR Nacional possui ações no âmbito local, regional e nacional, sendo o seu principal objetivo fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático, desconcentrado, descentralizado, diversificado e sustentável, alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento turístico nacional, logo possibilita a criação de emprego e renda, em especial para a população local (XAVIER, 2016).

O programa nessa fase está sendo operacionalizado pelo Ministério do Turismo e conta com investimentos do BID através de uma Linha de Crédito Condicional (CCLIP) firmado por meio do Contrato 2321/OC – BR. Teve início em 2010 com recursos aproximados de US\$ 1 bilhão em que Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro são os primeiros Estados a serem contemplados nessa terceira fase. O PRODETUR Nacional tem uma gestão pública cooperativa e descentralizada com projetos e programas diretos com o BID, como também em parceria com estados, municípios, governo federal e iniciativa privada (BID, 2011).

O MTur e o BID, nesta fase do PRODETUR, condicionaram critérios para atenderem aos estados e municípios, são eles:

1. Elaboração de carta-consulta à COFIEIX para autorização de contratação de financiamento internacional dentro de suas respectivas capacidades de endividamento;
2. Cada Estado ou município deverá selecionar as áreas turísticas prioritárias para recebimento dos investimentos;
3. Para cada área priorizada, deverá ser elaborado um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), que orientará a execução do financiamento;
4. Os PDITS deverão ser avaliados pelos respectivos Conselhos de Turismo. (BRASIL, 2008, p. 17)

Assim, os estados e municípios se adequaram às recomendações para traçarem seus projetos, entretanto conectados a um dos componentes do PRODETUR Nacional de acordo com a sua respectiva estratégia (Quadro 19), de maneira que as necessidades para o desenvolvimento turístico local estejam relacionadas à proposta da Política Nacional de Turismo e contribua para a efetivação da atividade no panorama regional e nacional.

Quadro 19 – Componentes e Estratégia do PRODETUR Nacional.

Componentes	Estratégia
Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico	Concentram-se nos investimentos relacionados com o planejamento, a recuperação e a valorização dos atrativos turísticos públicos necessários para promover, consolidar ou melhorar a competitividade dos destinos em modalidades ou tipos específicos de turismo.
Componente 2 – Estratégia de Comercialização	Este Componente contempla ações destinadas a fortalecer a imagem dos destinos turísticos e a garantir a eficiência e eficácia dos meios de comercialização escolhidos.
Componente 3 – Fortalecimento Institucional	Integra ações orientadas a fortalecer a institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenação em âmbito federal, estadual, local e do setor privado, e do apoio à gestão turística estadual e municipal (reestruturação de processos internos, equipamento, desenvolvimento de software, capacitação e assistência técnica).
Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos	Integra todos os investimentos em infraestrutura e de serviços não vinculados diretamente a produtos turísticos, mas necessários para gerar acessibilidade ao destino e dentro dele (infraestrutura de acesso e transporte) e satisfazer as necessidades básicas do turista durante sua estada, em termos de água, saneamento, energia, telecomunicações, saúde e segurança.
Componente 5 – Gestão Ambiental e Social	É dirigido à proteção dos recursos naturais e culturais, que constituem a base da atividade turística, além de prevenir e minimizar os impactos ambientais e sociais que os diversos investimentos turísticos possam gerar. Dentre as ações previstas, estão incluídas, as avaliações ambientais estratégicas, estudos de impacto ambiental, entre outros.

Fonte: Manual de Operações PRODETUR Nacional, 2018, adaptado por GOMES, C. C., 2019.

O PRODETUR Nacional propiciou investimentos a partir de 2008 (Tabela 12) em diversos estados e municípios, cujo intuito foi aumentar o fluxo de turistas, elevar a receita do turismo e descentralizar as ações no contexto do planejamento turístico do Brasil como foco a sustentabilidade, regionalização e fortalecimento da economia do turismo.

Tabela 12 – Gastos PRODETUR Nacional por Estado (Valores em R\$) – Convênios 2008

UF	Empenhado	Saldo a Empenhar	Pago	Saldo a Pagar
AL	44.200.000,00	37.324.660,44	10.500.000,00	33.700.000,00
AP	880.000,00	0	0	880.000,00
CE	17.656.381,20	56.281.548,06	8.000.000,00	9.656.381,20
GO	18.515.699,97	35.060.000,00	0	18.515.699,97
MG	262.511,08	262.511,08	0	262.511,08
MS	2.638.216,63	15.000.000,00	0	2.638.216,63
MT	760.000,00	0	760.000,00	0,00
PA	2.814.000,00	3.755.350,00	0	2.814.000,00
PB	3.733.561,39	4.200.000,00	0	3.733.561,39
PE	8.267.211,32	0	2.994.328,90	5.272.882,42
PI	2.916.222,09	2.807.500,00	0	2.916.222,09
PR	3.101.116,22	11.123.999,58	0	3.101.116,22
RJ	13.902.528,00	21.520.065,63	0	13.902.528,00
RS	3.520.000,00	4.768.539,24	280.000,00	3.240.000,00
SC	135.000,00	0	0	135.000,00
SE	1.958.711,24	0	315.000,00	1.643.711,24
TO	2.500.000,00	14.375.000,00	0	2.500.000,00
TOTAL	127.761.159,14	192.104.174,03	22.849.328,90	102.411.830,24

Fonte: Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo SNPDTUR, 2008.

Os estados de Alagoas e Pernambuco tiveram valores empenhados com o PRODETUR Nacional em 2008, dados que deixam claro os investimentos realizados nos Polo Costa dos Corais/AL e Polos da Costa dos Arrecifes/PE que são áreas pertencentes, respectivamente, ao Litoral Norte de Alagoas e Litoral Sul de Pernambuco, como também seus territórios turísticos estão presentes na APACC. Demonstra, assim, que as políticas públicas têm direcionado recursos para as áreas estratégicas do turismo, mesmo que não seja o necessário para angariar as melhorias necessárias e a ampliação da capacidade de gestão do território.

De forma geral, o PRODETUR tem ampliado seus investimentos no território brasileiro numa perspectiva de fortalecimento da atividade turística nacionalmente e internacionalmente, todavia, ainda há muito a realizar em termos de infraestrutura, capacidade de gestão, capacitação de corpo técnico, acessibilidade, sinalização, padronização e empoderamento das localidades, somente assim consolidará o Brasil no mercado global turístico, embora, nas 03 (três) edições do PRODETUR, já tenham ocorrido ações, investimentos e fortalecimentos da cadeia produtiva do turismo (Quadro 20).

Quadro 20 – Resumo das diretrizes gerais do PRODETUR.

Ano da aprovação	PRODETUR NE I	PRODETUR NE II	PRODETUR Nacional
	1994	2002	2010
Órgão executor	O BNB e as Unidades de Execução Estaduais	O BNB com participação do antigo Ministério do Esporte e Turismo, Unidades de Execução Estadual, órgãos estaduais e os conselhos de turismo. Posteriormente passou a contar com a cooperação do MTur.	Os Governos dos Estados de Alagoas e Pernambuco são os mutuários e a execução é da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR) por meio da Unidade de Coordenação do Programa (UCP).
Investimento	US\$ 800 milhões	US\$ 248.298(milhões)	US\$ 125 milhões
Objetivos	Fortalecer a capacidade do Nordeste de manter e apoiar sua crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região; Melhorar as condições das áreas turísticas (em termos de infraestrutura básica e serviços públicos); Atrair atividades turísticas complementares ou melhoradas do setor privado.	Melhorar a qualidade de vida da população permanente em polos turísticos (medida pelo aumento do emprego); serviços urbanos e uma melhor qualidade ambiental.	Aumentar as receitas municipais para que seja possível fornecer. Consolidar as ações de expansão e melhoria da atividade turística no Estado, promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações residentes nas áreas contempladas pelo Programa; Aumentar a receita do turismo com o desenvolvimento do modelo —sol e praial e a diversificação das ofertas turísticas do estado com a interiorização das ações.
Componentes	Desenvolvimento institucional; Obras múltiplas em infraestrutura básica e serviços públicos; Melhoria de aeroportos.	Fortalecimento da Capacidade Municipal Para a gestão do Turismo; Planejamento Estratégico, Treinamento e Infraestrutura para o Crescimento Turístico; Promoção de investimentos da Iniciativa Privada.	Produto Turístico; Promoção e Marketing Fortalecimento institucional; Infraestrutura e serviços básicos; Gestão ambiental.
Resultados	Contribuição para o desenvolvimento socioeconômico da região Nordeste; Estruturação e fortalecimento da gestão municipal;	Aumento do fluxo turístico no Nordeste; Fortalecimento da capacidade institucional estatal e municipal; Estruturação do Produto turístico; Criação de redes e instancias de governança.	Diversificação do produto turístico com a criação de Polos para o interior do estado; Melhor distribuição dos recursos; Fortalecimento da capacidade institucional; Maior efetivação das ações executadas; Concentração das ações na UCP, o que permitiu uma maior efetivação e controle das ações.
Pontos críticos	Concentração de recursos; Incapacidade de gestão dos municípios; Fraqueza institucional para o planejamento; Dificuldades financeiras de grande parte das cidades beneficiadas.	A falta de capacidade técnica na elaboração dos planos; A concentração dos investimentos; Dificuldades financeiras para a contrapartida; Desarticulação das ações; A complexidade do programa.	A desarticulação entre os órgãos executores e os municípios; Desconhecimento dos municípios sobre a existência do plano; A participação não efetiva do conselho.

Fonte: XAVIER, 2016, SNPDTUR/PRODETUR, 2008, 2009, adaptado por GOMES, C. C., 2019.

O quadro acima destaca a evolução do PRODETUR/NE desde a década de 1990 até a migração para o PRODETUR Nacional a partir de 2010 quando a política, de certa forma, ganha maior notoriedade, deste modo passa a ter atuação no âmbito nacional amparada pela Política Nacional de Turismo e com o objetivo de consolidar a gestão turística cooperativa e descentralizada, avançando rumo a um modelo de desenvolvimento turístico a partir do qual os investimentos dos governos estaduais e municipais respondam tanto às especificidades próprias como a uma visão integral do turismo no Brasil, mas também a inclusão social e um fortalecimento institucional por meio da gestão participativa.

5.5 As políticas públicas municipais de turismo e meio ambiente no território da APACC

No âmbito municipal do território da APACC as políticas públicas ambientais e turísticas, praticamente, são ínfimas, por certo que a estrutura de gestão municipal, na maior parte desses municípios, se quer possuem corpo técnico especializado e infraestrutura básica para gerir as os conflitos socioambientais advindos do turismo.

A APACC tem em seu território turístico 11 (onze) municípios que fazem parte do Litoral Norte de Alagoas e do Litoral Sul de Pernambuco, da mesma maneira que são, respectivamente, pertencentes à Região Turística Costa dos Corais/AL e a Região Turística Histórica dos Arrecifes e Manguezais/PE. Estes municípios possuem uma estrutura institucional deficiente e um arcabouço legal que tem como esteio, apenas, o Plano Diretor dessas localidades.

Durante o trabalho de campo, foi possível constatar em conversas com gestores e outros atores sociais que apesar de constar legislações específicas e estrutura institucional constituídas, em alguns desses municípios, apenas funciona para fins de comprovação porque, na realidade, não possuem infraestrutura, corpo técnico preparados e equipamentos para efetivarem o planejamento, gestão e fiscalização dos acontecimentos, de certa forma, a municipalidade também é uma vítima do processo porque é abocanhada pelo discurso político-ideológico, entretanto, os investimentos prometidos sequer passam por pertos destes.

Embora o território seja área estratégica do turismo em ambos os estados, tenha a presença de unidades de conservação – UC e órgãos ambientais Federal, Estadual e Municipal, ainda assim as políticas públicas ficam aquém do necessário para uma gestão eficiente do território (Quadro 21), na maior parte dos municípios, exceto Maragogi/AL e Tamandaré/PE que possuem estrutura de gestão ambiental e turística instituída e em funcionamento (KASPARY, 2012; GOMES, 2013; GOMES; ARAÚJO SOBRINHO, 2018).

Quadro 21 – Instrumentos para a Gestão Ambiental e Turística dos municípios da APACC.

Município	Secretaria/Diretoria de Turismo	Secretaria/Diretoria de Meio Ambiente	Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente	Plano Diretor	Fundo Municipal de Turismo e Meio Ambiente	Projeto Orla	Lei Orgânica
Barra Santo Antônio	SEC	SEC	S	S	N	N	S
Maragogi	SEC	SEC	S	S	S	S	S
Paripueira	DIR	DIR	S	S	N	S	S
Passo do Camaragibe	SEC	SEC	S	N	N	N	S
Porto de Pedras	SEC	SEC	S	S	N	S	S
São Miguel dos Milagres	SEC	DIR	S	S	N	S	S
Japaratinga	DIR	DIR	S	N	S	N	S
Barreiros	SEC	DIR	N	S	N	N	S
São José Coroa Grande	DIR	SEC	S	S	S	S	S
Tamandaré	SEC	SEC	S	S	S	S	S
Rio Formoso	DIR	DIR	S	S	N	S	S
OBS.: SEC – Secretaria; DIR – Diretoria; N – Não; S - Sim							

Fonte: IBGE, 2019; Pesquisa Direta, Elaborado e Organizado por GOMES, C. C., 2019¹⁹.

Em se tratando do quadro institucional e de legislação dos municípios no território turístico da APACC se constata que os municípios possuem toda estrutura legal implantada no papel, porém, o funcionamento das secretarias, diretorias, conselhos de defesa de meio ambiente e conselhos municipais de turismo, na maior parte dos casos, acontece com grandes deficiências por falta de equipamentos, materiais, veículos, além de corpo técnico sem especialização e sem estrutura de funcionamento, isto é, certos casos nem uma sala, prédio ou espaço existem para abrigar a secretaria, diretoria ou órgão do município.

Todos os municípios do território turístico da APACC possuem Lei Orgânica e Plano Diretor o que contribui para o ordenamento territorial, mas também com a gestão do território turístico da UC, pois a partir dessa legislação são executados o zoneamento ecológico-econômico, cujo intuito é a organização territorial a partir dos critérios contidos em cada meio legal instituído para que haja contribuição com o equilíbrio ambiental, justiça social, crescimento econômico, tendo em vista, assim, o desenvolvimento local como principal pauta.

Em termos legais o município de Maragogi/AL possui um arcabouço de proteção ambiental e turística bem interessante, sendo destaques a sua lei aquaviária e a Lei nº 629/2017

¹⁹ As informações foram obtidas por meio de entrevista semiestruturada aos gestores públicos responsáveis por Secretarias de Meio Ambiente, Turismo ou em ambos os casos, bem como outros atores sociais envolvidos no contexto da gestão pública municipal ou estadual. As entrevistas foram realizadas durante o trabalho de campo no território da APACC, no período de junho/agosto/setembro de 2018 e fevereiro/março/abril/maio/junho/agosto de 2019, cujo intuito foi fortalecer os dados primários para responder aos objetivos geral e específicos da pesquisa, bem como para a averiguação das hipóteses e a defesa da tese.

que trata do Código Ambiental e a partir deste instituiu o Fundo Municipal de Preservação do Meio Ambiente – FMPMA, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA e institui o Sistema Municipal do Meio Ambiente de Maragogi – SISMMAM, a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, ambos são instrumentos legais que subsidiam o ordenamento do território turístico municipal, como também da APACC.

O município de Maragogi/AL possui estrutura de gestão turística composta por Fundo Municipal de Turismo, Conselho Municipal de Turismo e Secretaria de Turismo que são amparados pela legislação federal e estadual vigente e pela estrutura institucional do Estado de Alagoas com órgão que apoiam o desenvolvimento turístico e a proteção ambiental municipal, estadual e no território turístico da APACC.

A legislação municipal de Tamandaré/PE também é muito relevante para a gestão do território turístico da APACC, uma vez que possui estrutura básica de gestão ambiental, tal como Secretaria de Meio Ambiente, Fundo Municipal de Defesa Meio Ambiente – FMDMA, Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente - COMDEMA, além da presença do Instituto Chico Mendes – ICMBIO, o Instituto Recifes Costeiros – IRCOS, o Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste – CEPENE e da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CPRH/PE.

Fornecendo suporte ao processo de gestão do turismo o município de Tamandaré/PE apresenta na sua estrutura política a Secretaria de Turismo integrada à Cultura, Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e o Fundo Municipal de Turismo, bem como é beneficiada pelos recursos do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR), além de possuir Plano Diretor com a finalidade de integrar esse modelo organizacional.

Embora exista toda uma estrutura de gestão ambiental e turística nos municípios de Maragogi/AL e Tamandaré/PE, a atividade turística no território da APACC tem ocorrido de forma não planejada e sem integração, possibilitando a maximização dos efeitos negativos relacionados ao social, ecológico e econômico, principalmente pela escassa participação dos atores sociais, pois não tem sido efetiva, dinâmica e transparente, bem como pela falta de articulação e integração das esferas pública e privada.

Outra iniciativa, no que tange à legislação, muito interessante para a estrutura de gestão do território foi o Decreto Municipal nº 12/93 que criou o Parque Municipal Marinho de Paripueira/AL, bem como a Lei nº 104 de 04 de dezembro de 2001 que trata do Código de Postura Municipal, instrumentos que contribuíram para o arcabouço legal de gestão e proteção do território turístico da APACC, em virtude de que fortaleceu a legislação existente, a capacidade de gestão do território e estimulou o dinamismo da atividade turísticas no território.

Os municípios do território turístico da APACC, de forma geral, apresentam uma estrutura de gestão constituída na teoria, contudo na prática há deficiências de infraestrutura, equipamentos e materiais, já o corpo técnico precisa ser melhor especializado e deve haver maiores investimentos para que haja um planejamento integrado e satisfatório para a UC.

5.6 As contribuições das políticas públicas para a reestruturação produtiva do território da APACC

É inegável a grande contribuição que as políticas públicas ambientais e turísticas promoveram no território turístico da APACC, mesmo antes da criação da UC, em 1997, posto que já na década de 1990 com a Política de Megaprojetos é iniciada, com a maior veemência, uma reestruturação produtiva desse território em função da decadência da agroindústria canavieira e a crise econômica brasileira (1990), fatores que foram efetivos para a transformação produtiva do território.

A transformação produtiva do território da APACC foi impulsionada na década de 1990 com o Megaprojeto Costa Dourada que visava ao eixo de ligação entre Cabo de Santo Agostinho/PE e Paripueira/AL, tendo como objetivo a melhoria da infraestrutura hoteleira e paralelamente reforçava o turismo de segunda residência que já antes, no período Nacional-Desenvolvimentista (1950), iniciava sua implantação. No mesmo período foi aprovada a segunda Política Nacional do Turismo que incorpora a atividade com uma possibilidade de crescimento econômico e desenvolvimento para o Brasil.

A consolidação do território turístico vem acontecer com a parceria entre o BID, SUDENE, EMBRATUR e BNB, ainda na década de 1990, quando é criado o PRODETUR/NE I que tinha como objetivo a melhoria da infraestrutura turística, fato que não foi diferente no território turístico do Litoral Norte de Alagoas e Litoral Sul de Pernambuco que foram beneficiados pelos investimentos no sentido de ampliação do Megaprojeto Costa Dourada, fortalecimento do turismo na zona costeira nordestina e consolidação do Brasil no mercado turístico global.

Em 1993, apoiado pelas ações do PRODETUR I, foi criado o Centro Turístico de Guadalupe – CT Guadalupe, composto pelos municípios de Rio Formoso, Sirinhaém e Tamandaré e tinha como objetivo o ordenamento da orla marítima conectada à exploração turística e manutenção dos ecossistemas costeiros, sobretudo, os manguezais, de acordo com Lima (2006)

O Centro Turístico de Guadalupe foi projetado numa região inexplorada e com características para o desenvolvimento turístico. No projeto o centro foi dividido em zonas turísticas, como a dos Carneiros, do Rio Formoso, da Gamela, Guadalupe, Campestre, Marítima e de Reserva Biológica, mas para ter acesso a essas zonas foi traçada a Via Litorânea de Guadalupe, com extensão de 9 km, que vai do entroncamento da PE-61 até o píer sobre o Rio Formoso. (LIMA, 2006, p. 92)

Todavia, a criação do CT de Guadalupe foi responsável por severos impactos ambientais negativos que foram alvo de ações do Ministério Público Federal através de exigências de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e um termo de ajustamento de conduta que será firmado, apenas, em 2008, no sentido de diminuir as consequências para o ambiente.

O trecho denominado sistema viário do Centro Turístico de Guadalupe foi fortemente impactado pelas obras de infraestrutura do PRODETUR I, por isso que, em 2008, foi realizado um Termo de Ajustamento de Conduta MPF/PE/MC nº 002/2008 entre o Ministério Público Federal, o Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Turismo – SETUR, Unidade Executora Estadual – PRODETUR-PE, Procuradoria Geral do Estado – PGE, Departamento Estadual de Rodovias – DER, a CPRH e o município de Tamandaré e do outro lado, como intervenientes o IBAMA/PE, ICMBIO/PE e o CONDEMA – Tamandaré/PE, ficou acordado que

Cláusula primeira – O presente acordo tem por objeto a execução de medidas de prevenção e de reparação (recuperação e compensação) dos impactos ambientais causados pelas obras do empreendimento “Sistema Viário do Centro Turístico de Guadalupe”, nos Municípios de Tamandaré e de Rio Formoso. (MPF/PR/PE/MC nº 235/2008 – TAC, p. 4).

O PRODETUR/NE I foi amparado pela Política Nacional de Turismo e pelo Plano Nacional de Turismo ambos tinham, como perspectivas, a implementação de um modelo neoliberal de gestão descentralizada e menor intervenção estatal, assim o território turístico da APACC, mesmo antes de sua criação, começava a sua reestruturação produtiva sob intervenção, neste caso, do estado e do mercado.

Durante o período do PRODETUR/NE I, houver duas mudanças significativas no cenário ambiental do território turístico em questão, foram as seguintes: criação da APA de Guadalupe – APAG de domínio do Estado de Pernambuco e da APA da Costa dos Corais – APACC de domínio Federal, ambas foram criadas em 1997. Com certeza, trata-se de um marco, do ponto de vista ambiental, social e econômico para este território turístico, já que a criação de ambas as áreas de proteção ambiental fomentou e fortaleceu o desenvolvimento do turismo.

Com o PRODETUR/NE II os municípios presentes no território turístico da APACC passam a fazer parte do Polo Costa dos Corais/AL e do Polo Costa dos Arrecifes/PE, de certa

forma, foi um processo de regionalização turísticas, a fim de construção dos polos a partir de especificidades comuns dos municípios envolvidos. Os polos de turismo foram beneficiados pelos investimentos do PRODETUR através do PDTIS que tinha, como objetivo, a melhoria da qualidade de vida da população local, o fortalecimento do turismo e o desenvolvimento sustentável.

No âmbito municipal, o território turístico da APACC, em 2003, teve um interessante avanço na consolidação do turismo com a criação do Parque Natural Municipal do Forte de Tamandaré – PNMFT que foi instituído através do Decreto n.º 013, em 10 de setembro de 2003 pela Prefeitura de Tamandaré/PE. O parque abrange 349 hectares e contempla uma área terrestre beira-mar de 5,5 ha, que inclui o Forte Santo Inácio de Loyola, a Capela e o antigo cemitério; e uma área marinha, que engloba a Zona de Recuperação Recifal de Tamandaré (PREFEITURA DE TAMANDARÉ, 2019). O PNMFT contribuiu para o fortalecimento do turismo, do mesmo modo que para a proteção ambiental, uma vez que tem área sobreposta com os territórios da APACC e APAG.

Os investimentos, avanços e adversidades seguem com o PRODETUR Nacional amparados pela Política Nacional do Turismo (2008) no território turístico da APACC e confirmam o segmento do turismo sol e praia como escolha para o desenvolvimento da área que já possui vocação turística.

As políticas públicas brasileiras de Megaprojetos, o PRODETUR/NE I e II, seguidas do PRODETUR Nacional foram protagonistas no desenvolvimento da zona costeira nordestina, sendo responsáveis, inclusive, pela turistificação e reestruturação produtiva do território que sofrera com a decadência da agroindústria canavieira, a partir do fim da década de 1970, com isso, a introdução de novas atividades econômicas através de políticas públicas e da intervenção do estado e do mercado, situação que não foi diferente no território turístico da APACC.

Evidentemente que mesmo antes da criação da APACC, merecem destaques alguns fatos que colaboraram para a inserção do turismo como nova dinâmica produtiva do território, a exemplo do PROTERRA, o despertar para a praia e o mar, os loteamentos para segundas residências, a necessidade de inserir o Brasil no mercado turístico, a Política de Megaprojetos, o CEPENE, a criação do Parque Municipal Marinho de Paripueira, o Projeto Peixe-Boi Marinho, entre outras ações que possibilitaram o desenvolvimento do turismo.

6 A TURISTIFICAÇÃO E A DINÂMICA PRODUTIVA DO TERRITÓRIO DA APACC: AS CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS, OS RISCOS AMBIENTAIS E AS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.

O turismo na APACC é uma das principais atividades econômicas no contexto dos múltiplos usos do seu território, evidentemente porque a UC também é estimuladora do turismo devido, principalmente, à sua beleza cênica, patrimônio natural e cultural que preserva, e neste caso trata-se de uma UC Federal Marinha Costeira, isto é, 120 km aproximadamente de praias, restingas, manguezais, foz de rios, recifes de corais e arenito, de modo que compreender os reflexos da turistificação no seu território pode contribuir para a proteção ambiental dessa APA e estimular o desenvolvimento local e regional.

A expansão do turismo nos municípios das APACC tem sido antagônica e contraditória nas últimas décadas (1990-2019), uma vez que há um discurso do poder público e privado aliado ao desenvolvimentismo, logo se estabelece uma lógica pautada, na maior parte dos casos, na expropriação e segregação das localidades, assim como de consumos das paisagens que é fomentado por territórios, por exemplo, de Unidades de Conservação – UC.

Os territórios que têm no lastro UC sofrem influências de uma lógica estabelecida pela dinâmica do capital e que é estimulada pelo poder público, a partir de políticas públicas, programas, projetos e ações que colaboraram para fomentar a inserção do turismo como sendo a principal saída para contribuir com o desenvolvimento. Entende-se que o turismo é uma opção de ganhos e lucro, isto é mais rentável (SELVA, 2000) do que as atividades que estão presentes no território, entretanto, esse modelo visa, especialmente, ao crescimento econômico, ou seja, à acumulação do capital (CHESNAIS, 1997; HARVEY, 2004; 2005; ALVES, 2007).

Diante do explicitado, será discutido, na presente seção, o processo de turistificação do território da APACC a partir de sua territorialização turística que deu origem ao território turístico, de forma a identificar fatores, adversidades e possibilidades para a área em questão, no intuito de compreender os conflitos das relações do turismo, território, preservação ambiental e o discurso desenvolvimentista das esferas públicas e das corporações turística, da mesma maneira que analisar a dinâmica socioespacial, seus antagonismos e contradições.

6.1 A turistificação do território da APA da Costa dos Corais – APACC

O território contíguo e de influência da APACC possui vasta extensão, mais de 180 mil habitantes e trata-se da maior UC Federal marinha costeira do Brasil (ICMBIO, 2019), cuja

economia historicamente tem em seu lastro a produção canavieira, em seguida, a inserção da pesca, cultivo do coco-baía e na última intensa territorialização, a partir da década de 1970, há a inserção do turismo de segunda-residência por meio de políticas públicas de reestruturação do território.

Embora permaneça como uma atividade econômica importante do território contíguo e de influência da APACC a produção canavieira tem sido substituída pelo turismo desde o início da territorialização marcada pela profunda inserção da atividade turística segunda-residência, fato que contribuiu para reestruturar, produtiva e economicamente o território.

Na década de 1980, as políticas públicas foram fortalecidas para a inserção do turismo de sol e praia com bases no “Modelo Cancun” (Figura 29), de acordo com Cruz (2002, p. 80) consiste na “urbanização turística de trechos da costa pouco ou nada urbanizados, com grande concentração do equipamento hoteleiro”, são *resorts* litorâneos de alto padrão, serviços e infraestrutura necessária para a dinâmica da atividade aliada ao cenário natural das praias e convívio com a natureza, com isso, é criado um espaço fechado totalmente diferente da estrutura da localidade no qual está inserido.

Figura 29 – Modelo Cancun – México.



Fonte: Matteo Colombo (<https://fortune.com/2017/12/28/airlines-cancun-violence-mexico-tourism/> Acesso em: 10 jun. 2019), 2017.

O “modelo Cancun” (CRUZ, 1997; 2002; CORDEIRO, 2012) promove profundas transformações na organização socioespacial preexistente, de modo que se constituem espaços fechados à população local, ao mesmo tempo em que a suntuosidade do empreendimento turístico e exclusividade do espaço natural estão abertas aos hóspedes (Figura 30), de acordo Cruz (2002, p. 136) quando indica que “são microcosmos nos quais tudo funciona a contento de seus moradores temporários, ao contrário, muitas vezes do que se passa do lado de fora”. Inegável o processo de exclusão e segregação que se estabelece por meio do modelo empregado, especialmente a partir da década de 1980, para o desenvolvimento do turismo na zona costeira nordestina.

Figura 30 – Cancun Resort – Riviera Maya - Modelo Cancun – México.



Fonte: Fábio Pastorello (<https://viagenscinematograficas.com.br/2019/04/cancun-riviera-maya-resort-all-inclusive.html> - Acesso em 08 ago. 2019), 2019.

A lógica empregada no desenvolvimento turístico da zona costeira da Região Nordeste apresenta intensas semelhanças com o modelo supracitado, pois ocupa a linha paralela da costa, espaços naturais privilegiados nos quesitos beleza cênica e preservação, privatização do acesso, artificialização do território, locais arquitetados para serem interdependentes das áreas circunvizinhas, de fato são verdadeiras ilhas da fantasia, simulacros, bolhas, pseudo-lugares (KNAFOU, 2001; CRUZ, 2000, 2003, 2007; FRATUCCI, 2008, YÁZIGI, 2009) e com severo

distanciamento dos interesses da população local (Figura 31). As transformações socioespaciais são provenientes das políticas públicas do Estado, a fim de atender às demandas das grandes corporações turísticas, assim sendo as melhorias de infraestrutura visam aos empreendimentos do turismo, em vez de serem constituídas para atenderem às demandas da sociedade local e, por sua vez, refletirem-se também nas atividades econômicas.

Figura 31 – Flats Carneiros Beach Resorts, Tamandaré/PE.



Fonte: Reserva de Hotéis (<https://reservar-hoteis-brasil.com/flats-no-carneiros-beach-resort/> - Acesso em: 10 jul. 2019), 2016.

A imagem do Flats Carneiros Beach Resort, no território da APACC, revela as características dos empreendimentos turísticos da zona costeira nordestina e fica claro que nada modificou a inserção do Modelo Cancun, no início da década de 1980 até o momento atual, uma vez que a lógica permanece em construção, exclusão, expropriação e segregação da população local (SELVA *et al.*, 2007; CRUZ, 2007; CORDEIRO, 2012).

Notadamente, as transformações socioespaciais foram impulsionadas por linhas de créditos imobiliários e para os empreendimentos turísticos, do mesmo modo que as políticas públicas estão direcionadas para os interesses do capital (GOMES; ARAÚJO SOBRINHO, 2018). Segundo Silva e Ferreira (2012) “Não é simplesmente a expansão da área urbanizada

que está em jogo e sim à produção de territórios de valorização turística, capturando a singularidade da natureza ou da cultura local por meio da transformação do solo” (SILVA; FERREIRA, 2012, p. 137).

Pode-se inferir que é uma espetacularização permeada por uma dinâmica escamoteada através de interesses de exploração do território, cujo objetivo é expandir o turismo, concorda-se com Selva *et al* (2007, p. 5) quando destaca que uma das características do processo de crescimento da atividade turística é a mercantilização do espaço natural, isto é, ressignifica as funções para que os processos estejam de acordo com os interesses que estão aliados ao capital.

Ressalta-se que a Região Nordeste do Brasil, particularmente a zona costeira, teve a inserção da atividade turística como uma das bases de sua economia em um longo processo de territorialização que promoveu significativas transformações sociais, culturais, ecológicas, econômicas e espaciais por toda a área, fatores que contribuíram para a formação do território do turismo (KNAFOU, 2001) De acordo com Fratucci (2008) “[...]sobre um mesmo trecho de espaços, diversos processos de territorialização que se superpõem e compõem o que denominamos de território do turismo”. Segundo este autor, fica claro que não se trata de uma área contígua e sim reticular, descontínua e que é compreendido como um território-rede (HAESBAERT, 2004; FRATUCCI, 2008; 2014)

Estas mudanças que originaram o território do turismo tiveram início com a crise da agroindústria canavieira, somados à ressignificação da praia como local de lazer, bem-estar, saúde terapêutica e possibilidade de geração de emprego e renda (FONTELES, 2004; LIMA, 2006; DANTAS, 2009; PEREIRA, 2014), além disso, o despertar governamental para a inserção do Brasil no mercado internacional, conseqüentemente foi delineada a territorialização imbricada ao turismo, isto é, a territorialização turística, importante enfatizar que não aconteceu espontaneamente porque as políticas públicas e os interesses do mercado tiveram grande influência em tais acontecimentos.

A territorialização turística teve as mesmas características por toda zona costeira nordestina, entretanto, as políticas públicas de turismo foram seletivas no sentido de financiamentos e intervenções para fomentar o crescimento da atividade, conseqüentemente, o desenvolvimento do turismo ocorreu de forma geograficamente desigual (CRUZ, 2000; 2007; SELVA; COUTINHO, 2010), assim como houve uma concentração de investimentos e ações nas capitais e regiões metropolitanas, embora tenha havido revalorização de todo o litoral nordestino por conta das características naturais, sobretudo, quanto aos aspectos climáticos, da geomorfologia costeira e da própria beleza cênica.

As marcas do passado permanecem como rugosidades (SANTOS, 1985) dessa nova territorialização turística que foi profundamente influenciada pela dinâmica produtiva do capital e paralelamente orquestrada pela intervenção do Estado por meio de políticas públicas que direcionaram a área em questão para uma formação econômica, social e espacial (SANTOS, 1977) que atendessem à lógica do capital. O autor Fratucci (2014) destaca e analisa, com propriedade, os fatores contributivos para a territorialização e os procedimentos promovidos para a potencialização do turismo no litoral nordestino

O poder público, enquanto agente social responsável por orientar os rumos de uma sociedade em um determinado território, vem atuando, através da elaboração e implementação de políticas públicas de turismo, de modo parcial, privilegiando as demandas e interesses do capital financeiro, em detrimento das demandas e interesses dos demais agentes sociais também envolvidos com o fenômeno turístico. (FRATUCCI, 2014, p. 92)

Tais acontecimentos fazem parte da dinâmica produtiva histórica da zona costeira nordestina, tanto que estão presentes nas rugosidades desse processo nos novos usos, funções e estruturas, no entanto, as formas-conteúdo (SANTOS, 1977; 1985; 2003) são outras e expressam a materialização da territorialização turística proveniente das políticas públicas e dos interesses da lógica capitalista.

O litoral nordestino enfrentou diversas territorializações advindas de procedimentos conflituosos, contraditórios e antagônicos, da mesma forma que são originadas de sobreposições de interesses distintos dos atores sociais envolvidos, isto é, não aconteceu paulatinamente, haja vista que foram mudanças, muitas vezes bruscas, que contribuíram para potencializar os interesses dos atores hegemônicos, todavia, não se pode negar que houve modernização, geração de infraestrutura e que atuou praticamente como de urbanização turística (FONSECA, 2005; SEABRA, 2007; DANTAS, 2009; PEREIRA, 2014) atrelada à turistificação, segundo Cruz (1999, p. 7)

(...) outro aspecto da modernização de territórios litorâneos nordestinos é dado pelos megaprojetos turísticos em implantação. Esses megaprojetos modernizam, “instantaneamente”, as porções de território sobre as quais se assentam. Estradas pavimentadas, energia elétrica, telefonia, hotéis de luxo, heliportos, campos de golfe e inúmeros outros objetos são introduzidos, de uma só vez, nesses territórios, trazendo consigo novos fluxos (de pessoas, de informações, de capitais etc.). É o turismo impondo seu tempo, criando seu espaço. (CRUZ, 1999, p. 174),

Tem-se um conjunto de ações para contribuir infraestruturalmente com o desenvolvimento do turismo, logo ampliasse os fluxos de investimentos, comunicações, informações e de pessoas

pelo território-rede (HAESBAERT, 2004) que apresenta interessante fluidez (BAUMAN, 2001) no processo de retroalimentação dos fixos, tendo em vista os novos objetos presentes no espaço e a necessidade de aproximação e rapidez de interligação deles para que a dinâmica turística viesse a contribuir, efetivamente, para a acumulação do capital (HARVEY, 2004; 2005; ALVES, 2007).

O dinamismo do território é interdependente das redes e densidades técnicas (CASTELLS, 1999) presentes e inter-relacionadas com seus fixos e fluxos para que isso aconteça se faz necessário a atuação da gestão pública intermediando os conflitos e oposições que possam ser constituídos a partir dos múltiplos usos do território. Para Selva e Coutinho (2010), na zona costeira nordestina esta conjectura é originada a partir da década de 1970 com o fenômeno da segunda-residência que provocou a criação de pequenos povoados e vilas que mais tarde são transformados em cidades. Segundo Selva e Coutinho (2010)

Grande parte destas áreas tornaram-se cidades e, a partir de 1991 com a implantação do PRODETUR verifica-se uma urbanização turística em vilas e cidades e a consolidação do turismo nas Regiões Metropolitanas de Recife, Fortaleza e Salvador e nas demais capitais, ao mesmo tempo em que foram criados polos turísticos englobando pequenas cidades, distritos e comunidades litorâneas. (SELVA; COUTINHO, 2010, p. 2)

Entende-se que a territorialização tem intensa relação com o processo de urbanização do território porque os direcionamentos do poder público coadunaram com ambas as perspectivas de infraestrutura à contribuir para o turismo e paralelamente provocava a formação e o aumento de vilas, povoados e cidades que tinham proximidades com o ambiente turístico. Este movimento acontece principalmente a partir da década de 1990.

A territorialização ocorrida no litoral nordestino deu origem ao território do turismo, entretanto, uma vez constituído os encaminhamentos, manobras, modificações e estímulos que possibilitaram o desenvolvimento da atividade houve uma acentuação nas transformações do espaço, de outro modo intensificasse a criação de objetos com funções que oportunizem o dinamismo econômico, conseqüentemente entra em cena um severo processo de turistificação do território (KNAFOU, 2001; CRUZ, 2000, 2003, 2007; FRATUCCI, 2008, YÁZIGI, 2009) que tem por objetivo a naturalização dos acontecimentos, especialmente, conectados a supervalorização da atividade para diminuição das desigualdades sociais (CRUZ, 1997; 2000; FRATUCCI, 2014; GOMES; ARAÚJO SOBRINHO, 2018).

Amparado no discurso desenvolvimentista entra em curso transformações socioespaciais ainda mais intensas e diretas do que durante a territorialização turística, visto

que o momento é de fortalecimento, essencialmente, da atividade turística e, para isso, a criação de objetos nos fixos e facilitação da fluidez dos fluxos (SANTOS, 2006) são condições preponderantes para o desenvolvimento e consolidação do turismo, de maneira que o poder público intervém em ações para o turismo e no urbano no Brasil, de acordo com Cavalcanti e Paiva (1995, p. 102) “[...]particularmente no Nordeste, assim como em outros países de capitalismo não desenvolvido, não expressa uma preocupação com a reprodução da força de trabalho, [...], mas atende à regeneração ampliada do capital”.

Salienta-se que as contradições e antagonismo se fizeram extremamente presentes durante o processo de turistificação na zona costeira nordestina, na verdade continua a exercer tais influências que são derivadas dos múltiplos usos do território por meio dos diversos interesses envolvidos, porém, com uma lógica preponderante que é de acumulação do capital (HARVEY, 2004; 2005) e para isso, a apropriação, a expropriação e a segregação são características corriqueiras desse processo porque fortalecem a dinâmica produtiva, tal qual destacam Selva e Coutinho (2010) o

[...] que se observa é que preponderam objetivos econômicos no planejamento e ordenamento da atividade turística e, as comunidades costeiras assistem a um turismo excludente, vendo as suas relações com a realidade e possibilidades de melhoria de qualidade de vida sendo substituídas por outras relações e possibilidades de ampliação de negócios com a chegada do estrangeiro, distanciados de uma proposta de sustentabilidade e esta pressupõe a participação da população local. (SELVA; COUTINHO, 2010, p. 7)

Destarte, as relações de poder econômico, social, ecológico e cultural fazem parte de um jogo segundo o qual os participantes envolvidos estão do mesmo lado, haja vista que o Estado representa a instituição de gestão públicas e defesa dos interesses da população local, mas o que se percebe é que o mercado influencia as decisões dos investimentos, escolha de localidades, setores contemplados etc., assim orienta e conduz o poder público a agir em prol do desenvolvimento da atividade turística, mesmo que as melhorias que serão produzidas reflitam-se, apenas como infraestrutura da cadeia produtiva do turismo. Neste sentido, Cavalcanti e Paiva (1995) afirmam que o turismo no litoral nordestino

tem reproduzido o contexto socioeconômico nacional, a problemática conjuntural e os velhos problemas estruturais da região, revelando a sua face mais cruel na prostituição infantil-juvenil, na implantação de uma infraestrutura (*sic*) turística caótica quando inexistente infraestrutura(*sic*) urbana na maioria de suas cidades, no crescimento do setor informal, na prevalência de interesses imediatistas sem que haja uma política definida para o setor e também no acentuado caráter neocolonialista. (CAVALCANTI; PAIVA, 1995, p. 103)

A turistificação que aconteceu e que perdura no território da zona costeira nordestina tem, como já mencionado, influência significativa da lógica produtiva do capital sobre as decisões da gestão pública, fato que transcorre naturalmente, silenciosamente e determina as melhores condições para estabelecer suas relações de poder (FOUCAULT, 1986) nas diversas dimensões políticas, socioeconômicas e ambiental, tendo como objetivo fomentar a acumulação do capital.

Diante do explicitado, ocorre o início de uma veemente turistificação antecedida pela territorialização com bases na atividade turística, todavia, com características de urbanização porque há uma especulação imobiliária nas proximidades dos empreendimentos turísticos, bem como remodelação de infraestrutura para atender à lógica implementada pelo Estado nessa produção abstrata do espaço turístico (SELVA *et al*, 2007; CORDEIRO, 2012).

Percebe-se que foi um processo de produção abstrata do espaço turístico fundamentados em três situações, a primeira a legitimação do discurso político-ideológico, a segunda tinha intuito de consolidar a imagem do Brasil no mercado internacional e a terceira foi o discurso desenvolvimentista de melhor alternativas para diminuir as desigualdades socioespaciais, bem como gerar emprego e renda. Estas justificativas abalizaram o processo de turistificação da zona costeira nordestina.

A primeira fundamentação consiste na legitimação do discurso político-ideológico de inserção da atividade embasada em que o território possui vocação natural para o turismo, com isso bastava criar mecanismos que possibilitassem a construção de políticas públicas para estruturação e infraestrutura do local, em seguida a inserção da atividade turística no território (SELVA *et al*, 2007). A naturalização das ações que se põem silenciosamente no espaço para amplificar o discurso necessário para implantação do turismo, de acordo com Cordeiro (2012)

A naturalização do discurso tem caráter determinante no processo de ocupação do espaço porque gera na população local um estado de apatia. Ao se legitimar a vocação turística do litoral, consegue-se uma sensação de não reação em nível local, pois este, inerte, passa a crer na inevitabilidade do fato e na inutilidade da reação. (CORDEIRO, 2012, p. 163)

E assim de maneira naturalizante que toda a costa do litoral nordestino foi sendo ocupada e turistificada, especialmente a partir da década de 1980, apesar das residências secundárias já estarem presentes no cenário antecipadamente com o uso da mesma metodologia da vocação natural que nosso território possui para o turismo, segundo Cordeiro (2012, p. 163) “Apresentar a turistificação como um fenômeno natural é, portanto, uma postura que visa

mascarar ainda mais as relações de poder e os interesses que se fazem presentes na constituição do espaço turístico” (CORDEIRO, 2012, p. 163).

O discurso de vocação natural para implantar o turismo no litoral nordestino é imposto com indicativos para a disponibilização do território para a instalação dos empreendimentos turísticos e com o modelo a ser seguido, no caso os denominados resorts, além disso, deve-se seguir um planejamento adequado e criar infraestrutura para o atendimento do público internacional e nacional das classes altamente favorecidas (SELVA *et al*, 2007), bem como é gerenciado o direcionamento dos investimentos para atingir, exatamente, a linha de praia onde são construídas as grandes redes hoteleiras, portanto, o discurso político-ideológico é totalmente fortalecido pela gestão pública em parceria com as grandes corporações do turismo (RODRIGUES, 1999; FRATUCCI, 2014), de forma que a população local perceba como única opção de atividade econômica a ser desenvolvida no território (SELVA, 2000).

Fica claro que a legitimação do discurso a partir da naturalização das relações sociais de produção, do mesmo modo das relações de poder político, econômico e empresarial corporativista que somente buscam favorecer a dinâmica do capital por meio da utilização dos recursos naturais e da mão de obra local como possibilidade de capitalização através da mercantilização da natureza.

A população local assiste ao movimento de implantação da atividade no deleite ilusório do discurso político-ideológico da vocação natural que a localidade tem para inserção do turismo, contudo, o propósito é puramente capitalista. Castilho (2002, p. 2) é enfático sobre esta questão e deixa claro o envolvimento dos atores hegemônicos locais quando destaca que o “[...] discurso das elites econômico-políticas locais constituídas por homens políticos e empresários, sempre desempenhou um papel importante no sentido de fazer com que aqueles grupos sociais acreditassem [...], que eles também teriam condições de integrarem-se ao espaço”.

Ledo engano, o discurso que transborda de uma narrativa com aparência extremamente clara, eufórica e de felicidade com intuito de permitir que a localidade avance, na verdade é obscuro e permeado de contradições, ao mesmo tempo em que antagônico e conflitante, logo potencializa o desenvolvimento geográfico desigual e combinado (SMITH, 1988; HARVEY, 2004; 2012), como também segrega espaços e explora a população local entoando integração, da mesma forma que dispõe de emprego, exclui porque tem uma mão de obra com deficiente qualificação, os resultados revelam-se trágicos porque aquela comunidade tradicional abandona suas atividades seculares em busca de seus sonhos e somente alcançam a intensificação das desigualdades sociais (CRUZ, 1999; RODRIGUES, 1999).

A segunda fundamentação da produção abstrata do espaço turístico da zona costeira nordestina foi de consolidar a imagem por meio da publicidade nacional e internacional, a fim de garantir a elevação do fluxo turístico e para isso constituiu-se uma percepção de lugares calmos, vida boa, conforto, segurança e muita tranquilidade, características somadas à beleza cênica e a vocação natural, com certeza desvelava um “Paraíso Tropical” (CRUZ, 1997; 2000), todavia, nem tudo que uma escala revela, em outra pode ser visto, assim pode ser o território turístico recheado de detalhes que não podem ser visto ao observar revistas de turismo, folders e no marketing, por consequência a deslumbrante imagem que seduz é a mesma que desalenta, desencanta e diminui a dinâmica produtiva do turismo quando se verifica a totalidade social.

Segundo Luchiari (1999, p. 126) a “Utilização de estratégias de marketing, na produção de cartões-postais, faz parte do planejamento turístico que visa a colocar a cidade no mercado”, entretanto, antes é preciso consolidar o estereótipo do imaginário com representações que conduzam à felicidade e ao desejo, de forma a fortalecer e aguçar a pretensão de visitar o que, certamente, pretende-se é o deleite de consumo da paisagem efemeramente pelo turismo que, na verdade, foi instigada pela dinâmica do capital extremamente fluida, frenética e fatal para o território.

O emaranhado de interesses dos atores sociais hegemônicos é consolidado através das políticas públicas nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, de tal modo que o Estado se torna responsável em materializá-los por meio de planos, programas e projetos que atendam às expectativas de consolidação do imaginário estereotipado da paisagem natural. De acordo com Hiernaux e Lindón (2012), quando destacam que

As imagens vêm se posicionando como uma nova forma de cimento social. Em torno da imagem se tecem os vínculos sociais, se criam identificações, se configuram aspirações, as alteridades adquirem rosto, se dita o que consumir, se conhece lugares remotos ou próximos, formas de apropriação do espaço são objetivadas, entre muitas outras questões. (HIERNAUX; LINDÓN, 2012, p.10)

Por conseguinte, o imaginário se destaca, antecipadamente, mesmo que no bojo incutido das relações sociais estejam presentes o panorama de desigualdades sociais, as relações de poder sejam austeras e a própria imagem ludibria o consumidor no entusiasmo de sonhar em visitar e aproveitar o devido espaço, de tal modo que o marketing turístico delineia toda uma conjuntura que favorece a dinâmica produtiva da atividade, embora possa frustrar o visitante o que importa é consolidar a imagem, neste caso, do litoral nordestino no contexto turístico nacional e internacional.

A consolidação da imagem turística do litoral nordestino foi construída a partir do discurso de vocação natural e simultaneamente superando o ideário de “região problema do Brasil” (SEABRA, 2007), fato que complexifica o processo, porém, não inviabilizou devido à flexibilidade de novas narrativas e a própria beleza cênica da paisagem litorânea contribuiu para a superação e fundamentação do discurso político-ideológico, segundo Sá (2002)

De nada vale uma imagem idealizada sem as bases estruturais e sociais bem definidas. (...) No turismo, uma imagem pode atrair o cliente, mas se a estrutura social é problemática e as condições regionais e as infraestruturas são deficientes, essas irão atuar como imagem contraposta, diminuindo o interesse do consumidor e muitas vezes criando uma outra imagem repulsiva, comumente chamada de negativa. (SÁ, 2002, p.12)

E, assim, a imagem turística do litoral nordestino é consolidada, superando o discurso de problemáticas sociais e externa à praia como potencialidade de lazer, descanso e geração de emprego e renda. De acordo com Cordeiro (2012), não basta criar a imagem turística se faz necessário consolidá-la e criar a encenação, ou de outro modo pode-se dizer que o encanto porque “sob a égide do espetáculo, que as imagens acabam por substituir a realidade (DEBORD, 1997, p. 16).

Segundo Cordeiro (2012, p. 167), “É, pois, na articulação destes dois elementos (imagem e espetáculo) que o processo de produção do espaço turístico passa do plano do abstrato para o concreto”, no caso do litoral nordestino a imagem praia, sol e mar foram características de um cenário impecável para a dinâmica do espetáculo, sobretudo conduzidos pelas ações do poder públicos e os atores sociais hegemônicos, todavia, também se fez necessário um discurso desenvolvimentista para a amplificação desse processo.

O discurso desenvolvimentista é a terceira justificativa para transformação de porções desse espaço em território turístico, uma vez que, diante das desigualdades sociais existentes, o Estado fundamenta a narrativa segundo a qual a problemática socioeconômica será mitigada a partir da inserção da atividade turística, assim a população local compreende como sendo a melhor saída para a geração de emprego e renda (SELVA *et al*, 2007; CORDEIRO, 2012, GOMES; ARAÚJO SOBRINHO, 2018).

As promessas de fortalecimento da economia e benefícios sociais ficam entranhadas e imbricadas no discurso ilusório do poder público e por demais presentes nas políticas públicas que justificam impetuosamente a melhoria da qualidade de vida do território turístico, contudo, pode-se dizer que é, nas letras miúdas, onde estão os detalhes sórdidos desta construção porque são espaços simulacros (CRUZ, 1999, FRATUCCI, 2008; YÁZIGI, 2009) que camuflam os

verdadeiros objetivos e se distanciam das necessidades do território local, com isso reflete ainda mais desigualdades socioespaciais (SELVA, 2000; SELVA; COUTINHO, 2010; KASPARY, 2012, SANTOS, 2017; GOMES 2013).

As promessas são de benefícios sociais, culturais, ecológicos, mas o que se sobrepõem é o crescimento econômico pautado na exploração dos recursos naturais e da mão de obra barata local, somados ao discurso político-ideológico fortalecido no imaginário e na vocação natural para a atividade turística (CORDEIRO, 2012), conseqüentemente, divulga-se o desenvolvimento (SEN, 2000; SACHS, 2004), entretanto, na realidade, trata-se do desenvolvimentismo (FURTADO, 1983; SACHS, 2004), isto é, o crescimento econômico é prioridade para atender às perspectivas da lógica do capital, enquanto as dimensões sociais, ecológicas e econômicas, ficam apenas no diálogo.

O discurso político-ideológico de vocação natural para o turismo, à consolidação da imagem do litoral nordestino como de interessante expectativa para a atividade e acrescentado às perspectivas desenvolvimentistas construíram o panorama abstrato ideal para o desenvolvimento do turismo na zona costeira nordestina, por estes motivos o Estado e, por sua vez, as políticas públicas direcionaram o foco para a área e conduziram a ampliação da economia deste setor, tendo em vista a lógica de apropriação do território e de acumulação, com isso, promove-se a urbanização e, paralelamente, a turistificação (CRUZ, 1999; YAZIGI, 2009; FRATUCCI, 2008; 2014) do litoral nordestino, fato este que maximiza um desenvolvimento geográfico desigual e combinado (SMITH, 1988; HARVEY, 2004; 2012).

Importante destacar que, a partir da década de 1970 até o início dos anos 1990, a zona costeira nordestina enfrenta sua territorialização turística e, paralelamente, é intensificada através da turistificação, houve um conjunto de medidas pontuais dos estados nordestinos, cujo intuito foi o de fomentar o turismo através de megaprojetos turístico, infere-se que foram as propostas iniciais para alavancar investimentos para o setor, segundo Cruz (2001) é a denominada “Política de Megaprojetos Turísticos”.

Foram contemplados 05 (cinco) estados nordestinos com a Política de Megaprojetos Turísticos, são eles, Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Sendo referência o Megaprojeto Parque das Dunas – Via Costeira (PD/VC) que foi iniciado no final da década de 1970 e promoveu transformações espaciais significativas no litoral potiguar implantando o parque hoteleiro (ABREU; MOREIRA, 2017). Será destacado com maior ênfase o Megaprojeto Costa Dourada que foi implantado entre o Litoral Norte de Alagoas e o Litoral Sul de Pernambuco, visto que é onde está localizado o território turístico da APACC, por isso, sendo interessante para compreender a sua turistificação.

O Projeto Costa Dourada foi iniciado na década de 1990 entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho/PE e Paripueira/AL com o objetivo de conectar Maceió/AL a Recife/PE através de um corredor turístico (Figura, 32), com isso, objetivou-se fomentar o desenvolvimento da infraestrutura e da urbanização turística, haja vista que, neste espaço, já existiam locais com elevada atratividade turística como Porto de Galinhas (Ipojuca/PE) e Maragogi/AL) consequentemente, foram indutores da turistificação nesse espaço.

Figura 32 – Localização do Projeto Costa Dourada – AL/PE.



Fonte: Abreu e Moreira (Google Earth editada), 2017.

O território contíguo e de influência da APACC foi contemplado com um conjunto de ações e políticas de turismo, na década de 1970, com diversos projetos como o Pinzon, Porto, Una, Civilização do Açúcar etc., que foram estruturantes e de inserção de loteamentos para residências secundárias, denominadas também de casas para veraneio (CONDEPE/FIDEM, 2002), ações que caminharam em dois sentidos, primeiro de urbanização que foi advinda da territorialização turística e o segundo de turistificação do território, já que a primeira conduziu à formação do território turístico.

Na década seguinte (1980), houve a intensificação no surgimento dos loteamentos de veraneio, ao longa da orla, do mesmo modo que preenchem vastos trechos do território, inclusive contribui para os primeiros impactos ambientais negativos, pois há aterros de mangues, maceiós e gamboas, bem como trechos da praia passam a ser privativos cerceando o direito de ir e vir do transeunte (CPRH, 1999; 2003). É o início da profunda turistificação que

o território enfrentará com as políticas públicas seguintes, especialmente, com a Política Megaprojetos Turísticos, que desencadeou o Projeto Costa Dourada e, em seguida, o Programa para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste – PRODETUR (LIMA, 2006; SELVA; COUTINHO, 2007).

O processo de turistificação é intensificado em toda zona costeira nordestina por meio de políticas públicas, entres as décadas de 1980 e 1990, quando o governo federal brasileiro, com bases na fundamentação, já salientada e na lógica de valorização turística para o espaço cria o Programa para o Desenvolvimento do Turismo na Região Nordeste – PRODETUR/NE que obteve investimentos do BID, BNDES e BNB, por esta razão e na concepção dos benefícios que a atividade podem promover, conforme ressalta Dantas (2009) no excerto abaixo:

Caso peculiar na análise do turismo litorâneo é o das metrópoles nordestinas, ao incorporarem as zonas de praia dos municípios à lógica de valorização turística alicerçada pelo PRODETUR-NE a partir do final do século XX (anos 1980-1990). A crença nos benefícios do turismo provoca no Nordeste um *boom* turístico, alicerçado por políticas públicas de valorização das zonas de praia e centradas nas capitais, transformadas em pontos de recepção e de distribuição do fluxo turístico. (DANTAS, 2009, p. 48)

De fato, a partir do PRODETUR/NE I (1995 a 2005), a atividade turística ganha extremo impulso para o seu desenvolvimento no Litoral Norte de Alagoas e Litoral Sul de Pernambuco, mais precisamente no território contíguo e de influência da APACC, em virtude de os investimentos terem passado dos US\$ 600 milhões, conforme destaca Dantas (2009), segundo o qual há concentração dos recursos nas capitais e regiões metropolitanas, contudo as zonas de praias também são contempladas como foi o caso da área do Projeto Costa Dourada, como já citado onde está localizado o território da APACC.

Durante o PRODETUR/NE I, uma das principais iniciativas no território contíguo e de influência da APAAC, foi à construção do Centro Turístico de Guadalupe – CT Guadalupe, em 1993, que objetivava o desenvolvimento do turismo com bases na sustentabilidade através do ordenamento da orla marítima dos municípios participantes (Rio Formoso, Sirinhaém e Tamandaré) através de zonas turísticas e para o acesso foi construída a denominada Via Litorânea de Guadalupe, constituindo um corredor turístico. A obra viária provocou impactos ambientais negativos, por isso, foi realizado em 2008, um Termo de Ajustamento de Conduta MPF/PE/MC nº 002/2008 entre as partes envolvidas.

No contexto de obras estruturantes, a Via Litorânea de Guadalupe foi de extrema importância para o desenvolvimento do turismo no Litoral Sul de Pernambuco e, por sua vez, no território da APACC, pois possibilitou a inserção da Praia dos Carneiros no contexto

turístico (Figura 33), integrou a zona turística aos demais territórios e aproximou aos destinos já indutores, naquele momento, Porto de Galinhas (Ipojuca/PE) e Maragogi/AL. Esta ação fomentou e fortaleceu o turismo no território, bem como propiciou visibilidade a denominada Costa dos Corais.

Figura 33 – PE -072 - Via Litorânea de Guadalupe — Ponte sobre o Rio Ariquindá.



Fonte: Renata Queiroga (Google Earth), 2018. Compilado/Adaptado por Celso C Gomes (03 mar. 2019), 2019.

Outro município do território da APACC beneficiado com recursos do PRODETUR/NE I foi Maragogi/AL para a implantação da rede de esgotamento sanitária visando ao atendimento da área urbana localizada na zona costeira do município (KASPARY, 2012), entretanto, os resultados não foram satisfatórios e o problema continua presente, além de provocar contradições e antagonismo, em virtude de fazer parte do território de uma UC.

Cerca de 9% dos recursos investidos pelo BID no PRODETUR/NE I foram destinados aos municípios de Pernambuco e Alagoas, especialmente os localizados no Litoral Norte Alagoano e Litoral Sul Pernambucano por se tratar de área estratégica do turismo para ambos os estados, conseqüentemente, o denominado território contíguo e de influência da APACC, foi extremamente beneficiados com os devidos recursos que potencializaram o desenvolvimento do turismo e intensificaram o processo de turistificação com a criação de novos objetos nos fixos, da mesma forma que promoveu a facilitação dos fluxos com a construção de vias de acesso.

Em se tratando de via de acesso, é importante mencionar que a construção da rodovia AL – 101 Norte, em 1979, foi responsável pela conexão entre Maceió/AL e Recife/PE pela zona costeira (Figura 34), sendo o trajeto exatamente do Projeto Costa Dourada, assim possibilitou incrementar o turismo porque sua construção foi às margens do município de Maragogi/AL, bem como dá acesso à rodovia PE-60 no Estado de Pernambuco, adentrando o município de São José da Coroa Grande até o município de Cabo de Santo Agostinho/PE, portanto, configurando a rede de transportes, comunicações e pessoas entre as capitais do Estado de Alagoas e de Pernambuco, do mesmo modo que percorre todo o território contíguo e de influência da APACC. A estrada deu visibilidade ao litoral e a possibilidade da territorialização turística ascendida pela turistificação do território turístico.

Figura 34 – Rodovia AL – 101 – Maragogi/AL.



Fonte: Myllena Diniz (agenciaalagoas.al.gov.br – Acesso em: 10 ago. 2019), 2016.

Além das políticas públicas fatos pontuais também contribuíram para o processo de turistificação, como foram os casos, respectivamente, da inauguração dos seguintes meios de hospedagem Hotel Marinas de Tamandaré/PE (1984), Colônia de Férias do SESI (1989), em Tamandaré/PE e o caso da construção do Hotel Salinas de Maragogi, em Maragogi/AL no ano de 1988, com inauguração em 1990 (FIRMINO, 2006; KASPARY, 2012), pode-se enfatizar que foi um marco histórico do desenvolvimento turístico na região, haja vista ter sido o primeiro grande empreendimento de turismo do município e da denominada Costa dos Corais/AL nesse

período. De forma geral os 03 (três) meios de hospedagens foram os precursores do desenvolvimento turístico do território da APACC.

A década de 1990 marcou o início de grandes transformações para o Litoral Norte de Alagoas e Litoral Sul de Pernambuco, por conta de alguns fatores, inicialmente porque o PRODETUR/NE I promove grandes investimentos, principalmente, de infraestrutura de acesso, ordenamento de orla, sinalização turística, saneamento, estudos de demanda etc., outro fator contributivo foi o Parque Municipal Marinho do Peixe-boi, em Paripueira/AL, criado em 1993, espaço que garantiu, de certo modo, a proteção do ambiente desse animal e dos recifes de coral (PARIPUEIRA, 2019).

Destaca-se, também, a criação da Área de Proteção Ambiental de Guadalupe – APAG, em 1997, como forma de compensar os impactos do CT Guadalupe e garantir a proteção dos mangues, corais, restingas etc. (CPRH, 1999; 2003), presentes nesse espaço, assim como ordenar o território para mitigar conflitos e impactos ambientais, trata-se de uma UC do Estado de Pernambuco. Em 23 de outubro de 1997, acontece um marco histórico e ambiental para o território em questão, pois foi criada a UC Federal Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais – APACC, sendo naquele momento a maior APA Marinha do Brasil (ICMBIO/APACC, 2013), de fato trata-se de um divisor de águas do desenvolvimento do turismo, da turistificação e da gestão do território (Figura 35).

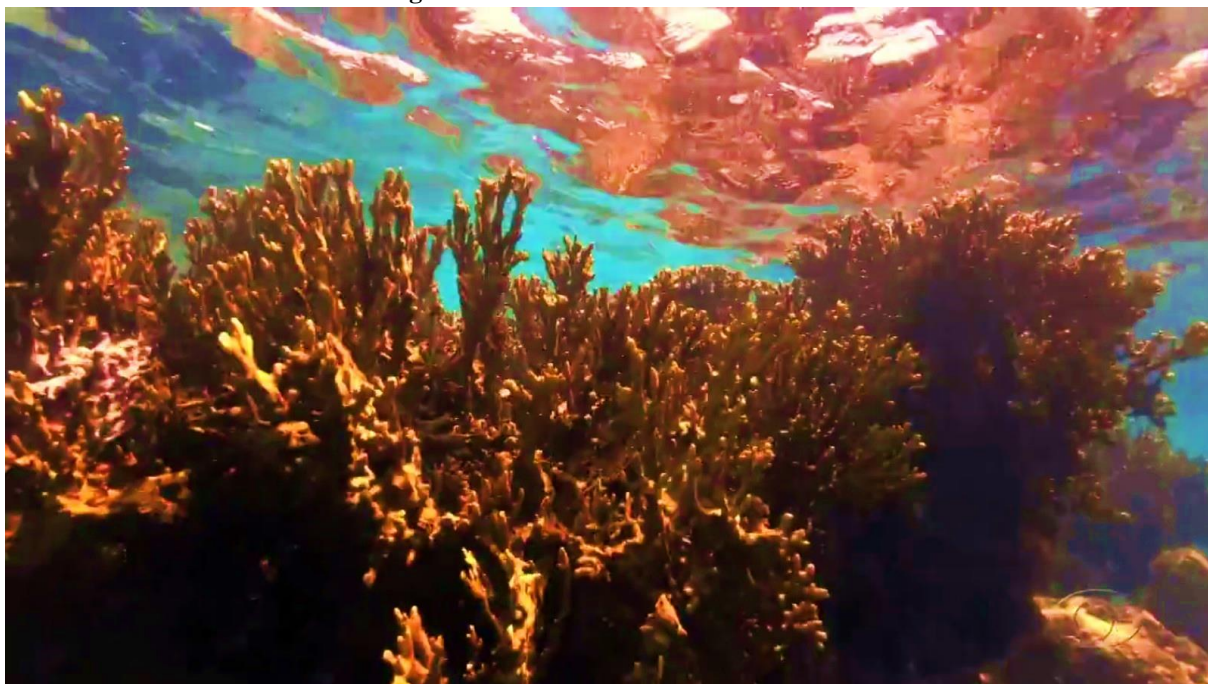
Figura 35 – Vista Aérea da Praia de Tamandaré/PE.



Fonte: Panoramio, Mr. Carioca (Acesso em: 10 fev. 2016), 2011.

A criação da APACC teve, como objetivos principais, garantir a conservação dos recifes coralígenos e de arenito, com sua fauna e flora, bem como propiciar o desenvolvimento socioambiental da população local garantindo o acesso às informações e conhecimento (ICMBIO/APACC/PLANO DE MANEJO, 2013), uma conjuntura de preservação e conservação ambiental para um território vasto, com vários municípios e, notadamente, de uma importância ambiental significativa, já que são mais de 120 km de formação de recifes de coral (Figura 36), praias, mangues, rios, estuários, restingas, piscinas naturais etc., ambiente que por si só externa a sua necessidade de proteção e simultaneamente estimula os múltiplos usos do território, especialmente, pelo turismo (SELVA *et al*, 2007; GOMES; ARAÚJO SOBRINHO, 2018).

Figura 36 – Recifes de Coral – APACC.



Fonte: g1.globo.com/al (Reprodução – Acesso em: 03 jan. 2019), 2018.

A APACC fomentou, favoreceu e fortaleceu o crescimento da atividade turística no seu território contíguo e de influência, como também contribuiu para a proteção ambiental, conflitos socioambientais, impactos ambientais e o desenvolvimento local. Foi um conjunto de fatores positivos e negativos a partir dos múltiplos usos desse território, em virtude de que se trata de uma APA, assim o fluxo de pessoas no espaço não é proibido, bem como não houve a necessidade de desapropriação da área porque a categoria da UC permite a permanência e devido à maior parte de sua extensão ser marinha.

Depois que foi criada a APACC, o território contíguo e de influência teve aumento do seu fluxo turístico, como também número de pousadas, hotéis, resorts, receptivos, bares e restaurantes, na verdade a cadeia produtiva do turismo obteve significativo impacto (SELVA; COUTINHO, 2010; KASPARY, 2012; GOMES, 2013), com isso, acentua-se o processo de turistificação imbricado às políticas públicas como é o caso do PRODETUR/NE que contribuiu para a infraestrutura dessa área, do mesmo modo que cria condições para a implantação de grandes corporações do turismo.

O PRODETUR/NE I continuou exercendo grande influência no processo de turistificação do território da APACC, tanto que em 2003 foi criado o Parque Natural Municipal do Forte de Tamandaré – PNMFT, cujo objetivo foi manter a integridade do patrimônio histórico-cultural que o forte representa para o município, mas também ordenar o uso da área pública onde está localizado o parque, preservar os ambientes naturais costeiros e marinhos da Baía de Tamandaré; são alguns dos objetivos do PNMFT. O processo de restauração, reorganização e reestruturação foram realizados com investimentos do PRODETUR/NE e, só foi entregue em 2017 pelo governo do Estado de Pernambuco (Figura 37).

Figura 37 – Parque Natural Municipal do Forte de Tamandaré- PNMFT.



Fonte: Edmar Paz, 2017.

O PRODETUR/NE II foi estruturado com metodologia diferente da primeira fase o que propiciou organizar os municípios em Polos Turísticos e tinha como principal proposta à

melhoria da qualidade de vida da população local atrelada ao desenvolvimento da atividade turística e, sobretudo, pautado no foco ao meio ambiente e a sustentabilidade (FOLADORI, 2001; 2007).

O território da APACC ficou dividido entre os Polos Turísticos da Costa dos Corais/AL e da Costa dos Arrecifes/PE, respectivamente localizados no Litoral Norte de Alagoas e Litoral Sul de Pernambuco. Nessa segunda fase, os investimentos foram diretamente relacionados à questão ambiental, sustentabilidade e o turismo, sendo estabelecidas quadro prioridades, a saber elas “i) reformar o setor público; ii) aumentar a competitividade; iii) reduzir as desigualdades sociais, e iv) enfrentar problemas de gestão ambiental e recursos naturais” (MACÊDO, 2018, p. 194).

A turistificação do território em questão foi extremamente influenciada pelos investimentos do PRODETUR/NE, mas também da regulação imposta pelo BID, isto é, os critérios e regras fixadas em cada etapa a serem cumpridas, de modo que foi importante para as localidades se adequarem tanto a legislação federal, estadual e municipal nos tocantes ao turismo, meio ambiente, governança e sustentabilidade (MACÊDO, 2018). Para atingir tais regulamentações, o BID constituiu os denominados Polos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável que tinham, como instrumento de regras, critérios, planejamento e execução, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS.

Verifica-se que o processo de turistificação do território contíguo e de influência da APACC não aconteceu espontaneamente porque tem origens de políticas públicas direcionadas exatamente para dinamizar a atividade turística. O poder público interviu expressivamente para reorganizar o território e para isso inseriu o turismo como, praticamente, a única saída para o desenvolvimento local (BUARQUE, 2002; ENDLICH, 2007; 2004 HANAI, 2012).

O processo de revalorização das praias (FONTELES, 2004; DANTAS, 2009; PEREIRA, 2014) foi fator preponderante para a dinâmica de inserção do turismo porque o território além de adquirir, eleva seu valor de uso e de troca (LUSTOZA, 2012), conseqüentemente, as comunidades tradicionais de pescadores, marisqueiros etc., começam a ser segregadas socioespacialmente para dar origens aos loteamentos de segundas residências, da mesma forma quanto aos meios de hospedagens.

Pode-se ressaltar que a turistificação do território da APACC foi contemplada com amplos investimentos do PRODETUR/NE I e II em saneamento, pavimentação, capacitações, fortalecimento institucional e legal, reforma e restauração de monumentos históricos, construção, requalificação e reordenamento da linha da praia, estudo de planejamento e execução, estruturação de sistema de esgoto sanitário e de sistema de abastecimento de água,

reforma e requalificação de sinalização turística, houve concentração nas obras de infraestrutura básica e fortalecimento da gestão (PAIVA, 2010; XAVIER, 2016; MACÊDO, 2018). Portanto, aconteceram avanços, principalmente, na melhoria das vias que dão acesso e fortalecimento da gestão.

A partir de 2010, foi iniciado o PRODETUR Nacional com o objetivo de fomentar as receitas municipais pelo turismo de sol e praia, consolidar as ações de expansão e melhoria da atividade turística, promover a melhoria da qualidade de vida das populações residentes e diversificar a oferta turística.

O PRODETUR Nacional teve, como principais resultados, a diversificação do produto turístico com a criação de Polos para o interior do estado e o fortalecimento da capacidade institucional, embora ao mesmo tempo houve desarticulação entre os órgãos executores e os devidos municípios, faltou articulação por parte da esfera federal junto à municipalidade, bem como o estímulo ao envolvimento efetivo dos atores sociais.

Cabe destacar outra ação na esfera das políticas públicas que também tem contribuído para a gestão e ordenamento do território da APACC que é o Projeto Orla de iniciativa do governo federal, com supervisão do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) pertencente à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), tendo, como coordenadores, a Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente (SQA/MMA) e a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP).

O Projeto Orla tem, como um dos seus objetivos, o fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço, destarte busca valorizar, desenvolver e articular o uso sustentável da orla marítima (PROJETO ORLA, 2006a), com o intuito de potencializar o espaço visando contribuir para o desenvolvimento sustentável (SACHS, 2004).

Os municípios de Tamandaré/PE, Barreiros/PE, São José da Coroa Grande/PE e Paripueira/AL já obtiveram ações e investimentos pelo Projeto Orla (Figura 38), já o município de Maragogi/AL, em outubro de 2018 (MARAGOGI/PROJETO ORLA, 2018), iniciou o desenvolvimento da primeira etapa do projeto, interessante iniciativa por se tratar de um dos principais municípios indutores do turismo no Estado de Alagoas e, por sua vez do território da APACC.

Figura 38 – Urbanização da orla Marítima de Paripueira/AL – Projeto Orla.



Fonte: Celso Cardoso Gomes (05 jun. 2019), 2019.

O arcabouço de políticas públicas para a zona costeira nordestina, em especial ao território contíguo e de influência da APACC, no tocante ao turismo foi profundamente contributivo no que se trata ao desenvolvimento da atividade, apesar de paralelamente, ter intensificado o processo de turistificação de forma desordenada e fazer surgir conflitos socioambientais; em contrapartida, também estimulou a capacidade de gestão dos municípios, apesar da deficiente estrutura e das ações verticalizadas que são propostas nos âmbitos federal e estadual que pouco conhecem e investem na dinâmica produtiva do município.

Inferese que a Política de Megaprojetos (final da década 1970) com destaque para o Megaprojeto Costa Dourada (1992), o PRODETUR/NE I (1995-2005) e PRODETUR/NE II (2002-2012) foram decisivos no processo de turistificação do território contíguo e de influência da APACC porque, por meio destas políticas, programas e projetos é que a área sofreu severa transformação ao que concerne seu cenário econômico, social, cultural e ecológico, no entanto, não se pode esquecer o processo de territorialização relacionado ao turismo que foi antecedente, principalmente, a década de 1980, com a crise da agroindústria canavieira e o processo de redistribuição de terras, inserção do turismo de segunda residência com a formação dos loteamentos que foi o lastro para a formação dos territórios turísticos e permanece como atividades especulativa da área (Figura 39).

Figura 39 – Comercialização de Loteamento em Tamandaré/PE.



Fonte: Celso Cardoso Gomes (15. Maio 2019), 2019.

Destaca-se, também, que a criação da APACC, em 1997, sem sombra de dúvida foi de extrema significância para o processo turistificação, embora a UC tenha sido criada com o objetivo de proteção ambiental, potencializou o desenvolvimento do turismo porque serve como marketing relacionado à preservação do meio ambiente, aliado ao discurso de sustentabilidade e do ecoturismo (Figura 40), no entanto, trata-se de uma APA que tem vasta área marinha cujos principais atrativos são as piscinas naturais na formação coralígena (MAIDA; FERREIRA, 2003); consequentemente, a fragilidade ambiental é severa e os riscos ambientais são iminentes.

Figura 40 – Especulação imobiliária com o discurso midiático da sustentabilidade, Tamandaré/PE.



Fonte: Celso Cardoso Gomes, 2018.

A constituição da UC também contribuiu para o planejamento, ordenamento e gestão do território porque passa a ter a presença de órgãos ambientais de fiscalização e execução como o IBAMA, ICMBIO, CPRH/PE, IMA/AL, como também a formação de Conselhos de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, Conselhos Municipais de Turismo – COMTUR, Conselho da APACC e o desenvolvimento na municipalidade, mesmo que inicial, da estrutura de gestão ambiental e turística (SELVA; COUTINHO, 2010; SELVA, 2012; GOMES, 2013).

Por fim, destaca-se que o processo de turistificação do território contíguo e de influência da APACC teve, como destaque, ao longo do período de 1970 a 2019, a especulação imobiliária como atividade que contribuiu grandiosamente com as transformações dessa área (Figura 41), inclusive, segregando socioespacialmente, em virtude de que as primeiras modificações aconteceram na linha de costa com a revalorização da praia (FONTELES, 2004; DANTAS, 2009, PEREIRA, 2014) e o surgimento dos loteamentos para veraneio, respectivamente foram estimuladores e supervalorizaram o valor de uso e de troca da terra que aumentaram vultuosamente, assim comunidades tradicionais de pescadores, entre outros, são praticamente retiradas do seu território (KASPARY, 2012) para darem espaço às orlas marítimas, grandes corporações do turismo e condomínios de luxo.

Figura 41 – Especulação Imobiliária/Condomínios, Tamandaré/PE.



Fonte: Celso Cardoso Gomes, 2018.

6.2 A dinâmica produtiva do território turístico da APA da Costa dos Corais

Há uma grande dificuldade em obter dados do perfil e fluxo turístico do território contíguo e de influência da APACC são poucos os documentos que retratam a totalidade do espaço, com isso, foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais, como também entrevistas semiestruturadas e informais que possibilitaram a identificação de dados por região turística através dos PDITS/Costa dos Arrecifes (2010) e PDITS/Costa dos Corais (2012), perfil do turista Costa dos Corais da SEDETUR/AL (2016) que apenas enfatizavam, contudo, os municípios de Maragogi, Japaratinga e Passo de Camaragibe, a pesquisa de Gonzaga e Izidoro (2016) sobre o perfil do turista e condutores na visitação ao peixe-boi marinho e os PAPP/PUPP/APACC construído pela Consultoria Plantuc, 2017 e 2019. Para fortalecer os dados levantados foi realizado trabalho de campo, a fim de comprovar e identificar outras especificidades sobre o fluxo turístico no território.

A partir dos dados de fluxo turísticos levantados junto ao ICMBio em Foco (2019) e da constatação no trabalho de campo, pode-se identificar, no território contíguo e de influência da APACC, um perfil turístico de visitantes originários, principalmente, Recife/PE, Agreste Pernambucano, sobretudo Caruaru/PE, Porto de Galinhas, em Ipojuca/PE e Maceió/AL (KASPARY, 2012; GOMES, 2013). De acordo com PAPP/APACC (2017) o Estado de São Paulo atinge um percentual de cerca de 35% de emissão de turistas para a Costa dos Corais, seguido do Rio de Janeiro com 32% dos quase 300 mil visitantes da UC (ICMBIO EM FOCO, 2019).

A dinâmica turística ocorre de três formas principais: o veraneio; o hoteleiro e a visitação diurna (Day Use); todos condicionados, notadamente, pelo segmento de turismo de sol e praia (KASPARY, 2012; GOMES, 2013; ICMBIO/APACC, 2017).

O veraneio, ou seja, o turismo de segunda residência é tradicional nos municípios da APACC, de modo que esses turistas são oriundos, principalmente, dos estados de Alagoas e Pernambuco. O veranista fica um maior tempo na cidade e utiliza menos os serviços de restaurantes e bares, isto é, a cadeia produtiva local é menos impactada. O turismo veranista é destaque no processo de expansão do mercado imobiliário entrelaçado ao turístico, especialmente, nos municípios de Tamandaré e São José da Coroa Grande, em Pernambuco, isto ocorre pela disponibilidade de terras para a ampliação, particularmente, ao longo das praias que banham a área urbana dos municípios. De forma mais incipiente destaca-se o município de Paripueira/AL, que também apresenta avanços no contexto do turismo veranista.

O turismo hoteleiro possui uma dinâmica de recebimento de turistas advindos de outras capitais, regiões ou países, cujo intuito é o de permanecer mais de um dia nos meios de hospedagens existentes. Este segmento tem apresentado significativa evolução tanto no aumento do número de meios de hospedagens, como no fluxo de turistas que têm visitado os municípios, especialmente, Tamandaré/PE, Maragogi/AL e Japaratinga/AL (GOMES, 2013). Este aumento do fluxo turístico tem sido justificado pelos investimentos do PRODETUR/NE na melhoria da infraestrutura dos municípios do território turístico da APACC.

A visitação diurna ou *Day Use*, isto é, a do turista que visita a localidade e, no fim da tarde, retorna para outra cidade, também chamado de bate e volta no mesmo dia com utilização de receptivos com estruturas variadas (Figura 42), neste último caso muito fomentado por Maceió/AL e Porto de Galinhas, em Ipojuca/PE, aqui intitulado como excursionista, tem aumentado, principalmente, no município de Tamandaré/PE, São José da Coroa Grande/PE, Paripueira/AL, Rota dos Milagres/AL e, sobretudo em Maragogi/AL que possui uma estrutura voltada para o setor.

Figura 42 – Estrutura de receptivo de *Day Use* – Praia dos Carneiros, Tamandaré/PE.



Fonte: Max (travelerbase.com – 28 jul. 2019), 2019.

De forma geral, o turismo vem despontando como uma das principais atividades econômicas do processo de reestruturação produtiva do território da APACC. O modelo é estruturado através de grandes empreendimentos turísticos como hotéis, *resorts*, condomínios, privês, bem como do turismo de segunda residência e o excursionista por meio dos receptivos.

O turismo no território da APACC está estruturado em 05 (cinco) subzonas conforme Quadro 22.

Quadro 22 – Segmentação/Subzonas do Território Turístico da APACC.

Subzona	Municípios	Características
Veraneio e “Day Use”	Paripueira e Barra de Santo Antônio	O grau de desenvolvimento turístico aumentou significativamente, assim como a oferta de possibilidades de atividades e infraestruturas de apoio ao turismo.
Turismo Ecológico	Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras	A região compreendida pelos municípios de Passo do Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras já recebe um fluxo maior de visitantes, principalmente no verão (incluindo turistas do tipo “ <i>day use</i> ”), mas ainda mantém características estéticas, ambientais e sociais que visam a valorização da cultura local, abrigando também o projeto de conservação do peixe-boi marinho e outras atividades que visem a valorização socioambiental.
Turismo Consolidado	Maragogi e Japaratinga	Maragogi além de ser hoje um dos 65 destinos indutores do turismo pelo MTUR é também o segundo destino turístico mais procurado do estado de Alagoas, ficando atrás apenas da capital. O município ao longo dos últimos 5 anos consolidou seu principal produto turístico (as piscinas naturais). Japaratinga nos últimos 5 anos, em decorrência de suas características naturais, de infraestrutura e a maior proximidade com Maragogi, foi um dos municípios que mais se desenvolveu no âmbito de estruturação turística e, hoje, possui uma atividade consolidada, tendo como alicerce as visitas nas piscinas naturais
Turismo Consolidado Day Use, Veraneio e Hoteleiro.	Tamandaré e São José da Coroa Grande	O município de Tamandaré tem uma boa estrutura de meios de hospedagens, bares e restaurantes que tem contribuído com a dinâmica do turismo de sol e praia, especialmente, com a visitação da Praia dos Carneiros que induz a atividade, neste caso num mix de “Day Use”, Veranistas e Turistas, por meio da hotelaria. No caso de São José da Coroa Grande tem consolidado o veraneio pelo elevado número de condomínios privados, fato que também é muito característico de Tamandaré.
Turismo incipiente	Barreiros/PE	Continua num processo incipiente de desenvolvimento da atividade turística, deficiente infraestrutura de acesso as praias, poucos meios de hospedagem e as condições naturais dos atrativos tem dificultado o crescimento da atividade

Fonte: PLANTUC/PUPP/APACC, 2019.

O que tem estimulado a chegada do turista no território são as características naturais da área, somados à beleza cênica e à grande variedade de atrativos naturais, históricos, culturais etc., a própria UC pelas suas características já instiga a visitação (Quadro 23).

Quadro 23 – Principais Atrativos Turísticos dos municípios do território da APACC.

MUNICÍPIO	ATRATIVOS	MUNICÍPIO	ATRATIVOS
Barra de Santo Antônio	Ilha da Crôa	São Miguel dos Milagres	Engenho Mata Redonda
	Praia de Carro Quebrado		Igreja Matriz
	Praia de Tabuba		Praia de Porto da Rua
	Igreja de Nossa Senhora da Conceição		Capela de Santo Antônio
	Banda de Pífanos		Praia de São Miguel dos Milagres
	Praia do Forte		Praia do Riacho
	Praia da Barra		Rio Tatuamunha e Dantas
	Praia das Enseadas		Riachos Corumbá
	Rio Santo Antônio Grande		Fonte Grande/Bom Destino/Conceição
	Piscinas Naturais		Piscinas naturais
	Arrecifes		Manguezais
Porto de Pedras	Praia de Tatuamunha	Passo de Camaragibe	Praia de Barra de Camaragibe
	Praia do Patacho		Praia de Marceneiro
	Igreja Matriz		Praia dos Morros de Camaragibe
	Capela do Outeiro do Farol		Igreja de Nossa Senhora da Conceição
	Engenhos de Cana e Casas-Grandes		Engenho São José do Patrocínio
	Praia de Crôa do Tubarão		Casario Colonial
	Rio Manguaba/Canavieira/Rosa/Mocaitá		Banda de Pífanos ou Termo de Zabumba
	Riacho dos Macacos e Brocotó		Lagoas Deus Andou/Jacumaitã
	Travessia Rio Manguaba de Barco/Balsa		Lagoas Canduca, Periperi, Brejo de Fora
	Estuários		Rio Camaragibe
	Coqueirais		Riacho Tumba e Jacaratinga
Paripueira	Piscinas Naturais	Maragogi	Piscina naturais/Galés de Maragogi
	Praia Sonho Verde		Fazenda e Engenho Marrecas
	Gastronomia		Crôa de São Bento
	Igreja de Santo Amaro		Praia de Barra Grande
	Ruínas do Forte		Praia de Buralhau
	Pirâmide da Emancipação		Praia da Peroba
	Praia Costa Brava		Trilha do Visgueiro
	Praia de Paripueira		Engenho Jenipapo
	Parque Municipal Marinho de Preservação do Peixe-Boi		Ruínas do Convento Beneditino
Japaratinga	Praia de Japaratinga	Tamandaré	Circuito de Coqueirismo
	Rio Manguaba		PNMFT
	Praia de Barreiras do Boqueirão		Piscinas Naturais
	Igreja Nossa Senhora das Candeias		Igreja de São Benedito
	Igreja de Santa Luzia		Igreja de São José
	Ruínas da Igreja de Barreiras do Boqueirão Rio Salgado		Igreja de São Pedro
	Riachos Cacuoba e Bitingui		Praia de Tamandaré, Campas, Forte
	Riacho Batinga e Praia do Pontal		Praia do Pontal
Bica das Barreiras do Boqueirão	Praia da Boca da Barra		
São José da Coroa Grande	Piscinas naturais	Barreiros	Praia dos Carneiros
	Engenho Morim		Igreja Matriz
	Praia do Gravatá		Ruínas da Usina Central
	Ruínas do Porto de Açúcar		Praia do Porto Nassau (Porto)
	Praia de São José da Coroa Grande		
	Igreja de São José		
	Museu do Una		
	Estaleiro Naval Mestre Zuza		
	Praia da Várzea do Una		
	Praia da Barra		
	Rio Una		
Pedra Grande			

Fonte: PDITS/Costa dos Arrecife, 2012; PDITS/Costa dos Corais, 2012; PLANTUC/PUPP/PAPP/APACC, 2017 e 2019. Adaptado por Celso C Gomes, 2019

O atrativo turístico praia é comum a todos os municípios do território da APACC, como também a presença dos recifes de coral e na maior parte deles tem piscinas naturais que, com certeza, é a principal atratividade da área, já que são utilizadas para o banho com visualização dos corais e peixes coloridos, assim como o mergulho conduzido e de batismo, somente no município de Maragogi/AL, ocorrem cerca de 23 mil visitas por mês nas piscinas naturais (Figura 43).

Figura 43 – Visitação das Piscinas Naturais com Catamarã, Maragogi/AL.



Fonte: Tour Plans (www.tourplans.com – Acesso em: 10 set. 2018), 2018

A visitação das piscinas naturais acontece por meio de deslocamento de catamarãs com cerca de até 60 (sessenta) pessoas e lanchas com até 12 (doze) pessoas, neste caso, é característico dos municípios de Maragogi/AL, Paripueira/AL, Japaratinga/AL, Tamandaré/PE, São José da Coroa Grande, já os municípios de Porto de Pedras/AL, São Miguel dos Milagres/AL, Passo de Camaragibe/AL, Barra de Santo Antônio/AL e também Tamandaré/PE têm visitas por meio de jangadas com até 08 (oito) pessoas.

O plano de manejo da APACC descreve e determina os detalhes para a visitação das piscinas naturais como a capacidade de carga, tipo de embarcação, tempo de permanência, o

nível da maré, local para atracar, boias indicativas, proibição de consumo de bebida alcoólica e de alimentação dos peixes, enfim, são diversas as recomendações para garantir a manutenção e a sustentabilidade do ambiente (ICMBIO/APACC, 2013) porque são quase 300 mil visitas durante o ano que podem ocasionar transformações significativas, de modo que a fiscalização e o cumprimento do regramento são condições imprescindíveis para o equilíbrio ecológico.

A visitação de catamarã e de jangada nas piscinas naturais são experiências diferentes porque a primeira envolve um grande número de pessoas, atividades físicas como aeróbica, são mais distantes da costa e as piscinas são maiores. Já a visitação de jangada normalmente envolve um maior bucolismo, menor número de pessoas, mais contemplativo, piscinas menores, mas também com elevada diversidade natural e um contato mais direto com as pessoas do lugar (Figura 44). Em ambos os casos os regramentos tanto do plano de manejo da UC, como a legislação ambiental brasileira são requisitos básicos para o desenrolar das visitas, no entanto, é preciso que haja consciência ambiental ou o despertar para a mesma.

Figura 44 – Visitação das Piscinas Naturais de São Miguel dos Milagres/AL.



Fonte: Hotel Porto da Praia (Reprodução), 2019.

O município de Tamandaré/PE tem um diferencial relacionado à visitação das piscinas naturais porque a barreira de corais é tão próxima da costa que é possível fazer o deslocamento andando até o ambiente quando está na baixamar (maré baixa). Especificamente, a piscina localizada na Praia dos Carneiros, garante uma experiência diferente das demais localidades (Figura 45). Todavia, também contribui para impactos ambientais significativos aos recifes de coral, uma vez que no deslocamento há o pisoteio dos corais, fato que contribui para quebrá-

los, como também esmagá-los e provocar a sua mortandade, apesar de existir fiscalização pelos órgãos gestores presentes no município.

Figura 45 – Piscina Natural da Praia dos Carneiros, em Tamandaré/PE.



Fonte: Shutterstock, 2017.

O município de Tamandaré possui toda a estrutura de gestão ambiental e turísticas necessária para a fiscalização, somados ainda a presença do NGI Costa dos Corais, Gestão da APA de Guadalupe e CPRH, conseqüentemente as articulações acontecem, porém, muitas vezes não conseguem ser eficientes porque, no período de alta estação, o volume de visitantes é muito elevado o que infelizmente contribui para a ineficiência e para o aumento dos problemas ambientais na área.

A visitação às piscinas naturais estão conectadas ao veranista porque este grupo além de, particularmente, na alta estação, retornarem ao ambiente, buscam o contato com o atrativo, contudo o *Day Use*, bate-volta ou excursionista também ao visitar o território da APACC busca as praias e as piscinas naturais, do mesmo modo acontece com o turista que permanece mais dias e utiliza os meios de hospedagem, por consequência impulsiona a atividade turística a partir das três formas de visitação.

A APACC tem uma dinâmica turística que, apesar da sazonalidade, tem conseguido consolidação durante o ano inteiro, notadamente, os municípios de Maragogi/AL e

Tamandaré/PE que já possuem uma boa infraestrutura de meios de hospedagens, bares, restaurantes e demais equipamentos que contribuam com a lógica do turismo, faz com que as visitas perdurem por todas as estações.

A dinâmica produtiva do turismo no território contíguo e de influência da APACC vai além das atividades nas piscinas naturais é possível caminhar nas praias, passear de bicicleta, banho de mar, observação do peixe boi-marinho, banho de cachoeira, trilhas ecológicas, mergulho livre, mergulho autônomo, batismo (mergulho), mergulho conduzido, pesca esportiva, banho de bica, esportes em brinquedos náuticos como *stand up padle*, caiaque etc., como também pode-se realizar o passeio de orla em lancha, passeio de jangada no manguezal, visitas a mirantes, faróis, fortificações, casarios históricos, entre outras atividades culturais presentes no território e recentemente tem sido fortalecido o turismo rural na área em questão.

A movimentação provocada pelo território turístico contribui para o fortalecimento da economia local, uma vez que a cadeia produtiva influencia, potencializa e estimula a dinâmica econômica por meio da utilização, compra e consumo nos bares, restaurantes, meios de hospedagens, supermercados/mercadinhos, distribuidoras de bebidas, hortifrutigranjeiros, transportes, bem como acarreta o crescimento do emprego e a geração de renda, consequentemente retroalimentam os fluxos e fixos desse território e contribui para o desenvolvimento local (BUARQUE, 2002; 2004; ENDLICH, 2007; HANAI, 2012).

Apesar dos municípios de Maragogi/AL e Tamandaré/PE – que apresentam melhor estruturação turística – conseguirem a manutenção da dinâmica produtiva, ainda assim a sazonalidade turística é cruel porque na baixa estação os condomínios e privês tornam-se verdadeiros bairros fantasmas (GOMES; ARAÚJO SOBRINHO, 2018), apenas durante o final de semana é que há uma melhor movimentação, embora o excursionista ou *day use* estejam muito presentes no dia-a-dia do território, em razão da forte proximidade, como já salientado outrora, de Porto de Galinhas que favorece a visita na Praia dos Carneiros e as Galés de Maragogi, da mesma maneira que esses excursionistas são advindos de Maceió.

A sazonalidade turística retrai a economia do território turístico por causa da diminuição do fluxo turístico da baixa estação, mas não totalmente, em razão do fluxo de turista e do excursionista durante o ano todo, sobretudo em Maragogi/AL e Tamandaré/PE (KASPARY, 2012; GOMES, 2013), como mencionado, assim os grandes restaurantes que possuem toda a estrutura voltada para a recepção de grupos das grandes corporações turísticas nacionais promovem o dinamismo necessário para que o turismo estabeleça sua racionalidade atrelada à acumulação do capital (HARVEY, 2004; 2012).

A produção e reprodução das relações sociais no contexto do território turístico tem embates, conflitos e contradições por diversas razões e interesses, um dos quais é materializado no turismo condicionado pelo veranista por razão da especulação imobiliária de loteamentos, condomínios e da faixa, imediatamente, paralela à linha de praia que desde seu processo de revalorização (FONTELES, 2004; LIMA, 2006; DANTAS, 2009; PEREIRA, 2014), tem sido apropriada pela lógica do capital, de modo que a exploração do uso do solo está totalmente imbricada na dinâmica produtiva turística desse território, por conseguinte se tem um processo paralelo de segregação socioespacial.

Ao longo de quase toda faixa de praia do território turístico da APACC percebe-se a privatização desta área seja por hotéis, *resorts* ou pousadas, ou seja, por condomínios de luxo que cerceiam o direito de ir e de vir da população local, bem como daquele que queira visitar sem ter que se hospedar em um desses locais, prática muito comum na Praia dos Carneiros, em Tamandaré/PE, Praia do Patacho, Porto de Pedras/AL, trechos de praias de Maragogi, São Miguel dos Milagres, Japaratinga e Barra de Santo Antônio em Alagoas.

O dinamismo que envolve o turismo no território da APACC tem, paralelamente, outras atividades presentes como a agricultura de subsistência, a produção de coco-baia e abacaxi, incipiente pecuária, indústria de transformação e a agroindústria canavieiras, todavia estão em franca decadência, fato que tem contribuído para a reestruturação produtiva do território pela atividade turística, na verdade já se trata do processo de consolidação, uma vez que, a partir da década de 1970, o turismo de segunda residência adentra o território, deste período até o momento atual (2019) somente cresce e condiciona a cadeia produtiva do turismo.

A reestruturação produtiva do território tem consolidado o turismo como principal atividade através de investimentos e políticas públicas direcionadas para fortalecer o setor, recentemente foi publicado o mapa do turismo brasileiro pelo Ministério do Turismo (2019) e todos os municípios da APACC estão presentes, externa a importância das regiões turísticas que estão localizados, mas também a importância socioambiental que o território possui. São ações públicas que paralelamente o mercado também se faz presente e que tem fomentado, fortalecido e favorecida a consolidação do território na nova dinâmica produtiva turística.

As regiões turísticas da Costa dos Corais/AL e da Costa dos Arrecifes/PE, onde está localizada a APACC, terão municípios contemplados pelo programa Investe Turismo que desembolsará cerca de R\$ 200 milhões (MTUR, 2019) nas melhorias de infraestrutura e formação de mão de obra, mais um motivo que comprova o processo de consolidação e de importância do turismo no processo de reestruturação produtiva.

A reestruturação produtiva do território da APACC tem um conjunto de iniciativas do poder público que contribuem para fortalecer a dinâmica turística por meio de políticas públicas para investimentos no turismo que estão aliadas ao discurso da sustentabilidade, o próprio Plano de Turismo (2018-2022) trata do turismo sustentável, o governo atual (2019) criou uma Secretaria de Ecoturismo no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, cujo intuito é promover concessões público-privadas das UC conectadas a estratégia do desenvolvimento sustentável.

Nos âmbitos Estadual e Municipal são inúmeras iniciativas com vistas a um desenvolvimentismo por meio do turismo pautados no discurso político-ideológico de vocação natural para a atividade e de ser a melhor opção para a melhoria das condições socioeconômicas, mas os resultados são muito diferentes das falácias governamentais, com isso se estabelece, na prática, a expropriação, exploração e segregação socioespacial.

O modelo de implementação do turismo utilizado pelas diversas esferas públicas busca concretizar as ações propostas no discurso desenvolvimentista, se faz o uso do slogan ecológico, sustentabilidade e meio ambiente inter-relacionados ao turismo, nesse momento adentra a importância das UC porque unifica as duas racionalidades propostas, de forma, que não haja antagonismos aparentemente, isto é, a proteção do território e o uso com fins puramente econômicos, contudo envoltos a uma lógica ambiental espúria de acumulação de capital e que pouco tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população no entorno da área protegida. Como resultados aumentos de desigualdades socioespaciais e impactos ambientais negativos severos.

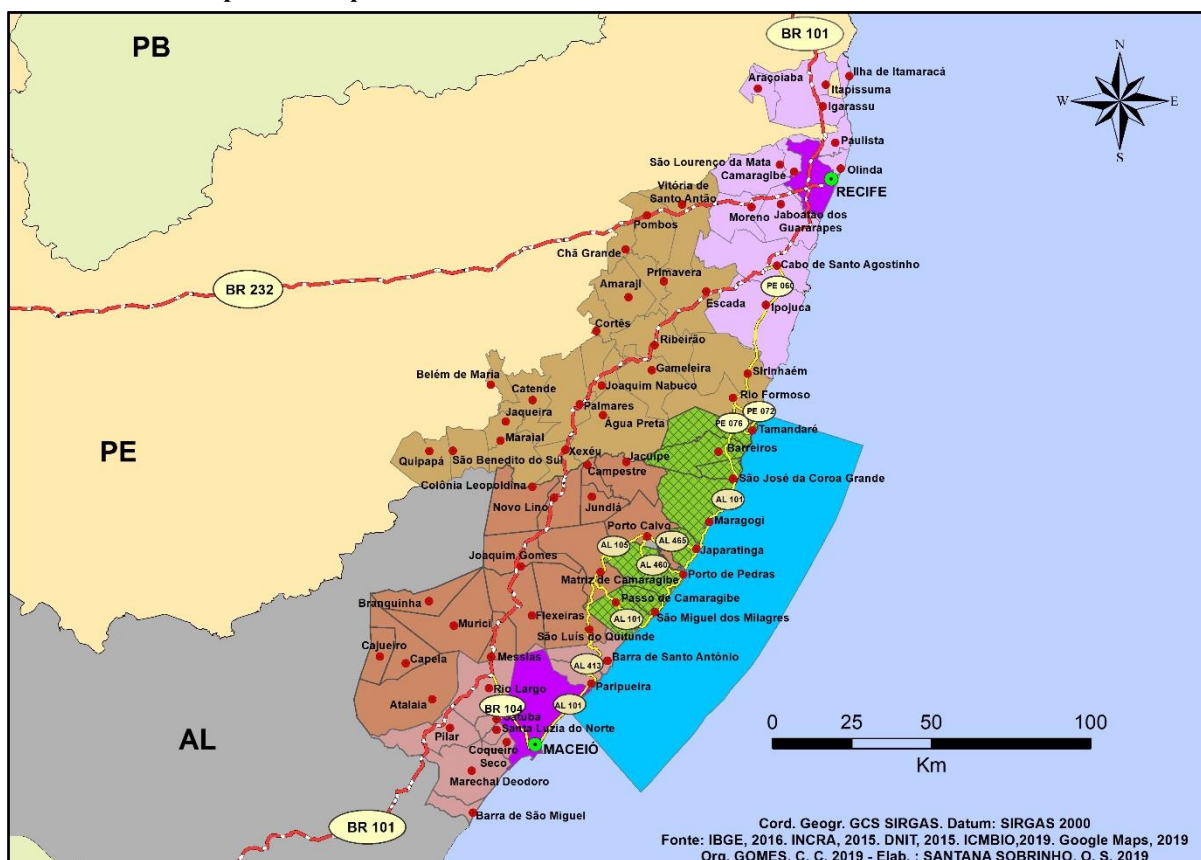
Conciliar os interesses sociais, políticos e de proteção ambiental amparado por uma lógica capitalista direcionado ao turismo em UC, com certeza, é navegar no contraditório e no antagonismo de decisões que poderão ser sobrepostas pelas predileções econômicas e que ficarão distantes dos propósitos concatenados com vistas à sustentabilidade (FOLADORI, 2001; 2007), de modo que a área natural protegida é mercantilizada no processo e simultaneamente são alavancados as possibilidades sociais, entretanto a racionalidade nada mais é que de acumulação do capital nessa dinâmica produtiva turística. Por isso que a gestão ambiental e turística (QUINTAS, 2006; SELVA; COUTINHO, 2010; BARRAGÁN MUNÓZ, 2014) deve ser participativa e com fins aos interesses primeiramente socioambientais.

A dinâmica produtiva do turismo no território da APACC é muito favorecida pela proximidade de 02 (duas) capitais nordestinas são elas, Maceió/AL e Recife/PE, praticamente são equidistantes da NGI Costa dos Corais que é a principal base da UC, por esta razão o fluxo turístico, em especial, de outros países, capitais e municípios brasileiros têm como porta de entrada, os aeroportos destas capitais e utilizam suas malhas rodoviárias para acessar a APA, o

processo é dinâmico e numa lógica de retroalimentação interessante porque possibilita a visita de outros municípios e atrativos.

A saída de Maceió/AL para visitar as piscinas naturais de Maragogi/AL permite que o deslocamento seja feito pela via litorânea (AL-105 e 101) e todo o trajeto já pertence à APACC, consequentemente valoriza e potencializa todo o território-zona, mas que está estruturado em território-rede (HAESBAERT, 2004; 2010) porque há uma interconexão, pode-se dizer, fixa do turismo *Day Use*, aqui também intitulado de excursionista, durante todo o ano para visitar, principalmente, Maragogi/AL, Japaratinga/AL e Paripueira/AL o que propicia a visita da área contígua, estes municípios apresentam um conjunto de objetos e equipamentos que possibilitam a recepção e impulsiona, induz e influencia os fluxos que são realizados, notadamente, via terrestre (Mapa 14).

Mapa 14 – Mapa de Rodovias de acesso ao Território Turístico da APACC.



Fonte: IBGE, 2016; INCRA, 2015; DNIT, 2015; ICMBIO, 2019; Google Maps, 2019. Elab. SANTANA SOBRINHO, O.S, 2019. Org. por GOMES, C.C., 2019.

Os visitantes que chegam por Recife/PE fazem o deslocamento via BR 101 Sul e via litorânea (PE-60, PE-072 e PE-076) para chegarem a Tamandaré/PE, onde fica a sede da APACC, o município ressaltado apresenta equipamentos e objetos que permite a recepção de

excursionistas e turistas, contudo, este último tem uma maior presença no território, já o *Day Use*, acontece principalmente na Praia dos Carneiros (Tamandaré/PE) impulsionados por Porto de Galinhas (Ipojuca/PE) que tem um elevado fluxo turístico e proporciona o movimento no território-rede da APACC.

Parte das rodovias utilizadas para deslocamento e circulação no território contíguo e de influência da APACC foram provenientes de investimentos da Política Pública de Megaprojetos Turísticos (fim da década de 1970), como foi o caso do Projeto Costa Dourada, e do PRODETUR I e II (Via Litorânea de Guadalupe/Praia dos Carneiros), em ambos os casos promoveram a interação, integração e facilitação de deslocamentos entre os municípios, pode-se mencionar, pertencentes ao território-rede que são retroalimentados com fluxos de informações, cargas, pessoas e capitais, por consequência fomenta e intensifica a dinâmica produtiva do território turístico.

As conexões desse território-rede na APACC são fomentadas por fluxos internacionais de turistas que fazem a sua entrada por meio dos aeroportos, como outrora mencionado, adentram pelas rodovias estaduais e acessam as praias, mangues restingas, piscinas naturais, estuários etc., da UC, como também os equipamentos turísticos, com isso a lógica do capital se estabelece mesmo que os territórios estejam desconectados (HAESBAERT, 2004; HARVEY, 2012).

Salienta-se que é uma racionalidade econômica global/local e local/local a partir das feiras de turismos, convênios, marketing/publicidade o mundo passa a conhecer o destino turístico de forma abstrata, numa consolidação da sua imagem, assim, o território se alonga virtualmente, pela mercantilização da paisagem local através do consumo global que fará o uso de um território rede com possibilidade de interconexões a depender da densidade técnica, de sua luminosidade, rapidez e fluidez (SANTOS; SILVEIRA, 2006), exatamente o que acontece também no território turístico da APACC.

Para finalizar, a discussão sobre a dinâmica produtiva do território turístico da APACC, infere-se que o segmento de sol e praia é o grande indutor do turismo na área, fomentado por diversos atrativos naturais, históricos e culturais, sendo destaques as piscinas naturais, os recifes de coral e as praias, o movimento é contínuo, apesar de sofrer com a sazonalidade, e considerado turismo de massa. A visitação acontece por meio do *day use* (excursionista), o turista (hoteleiro) e o veranista (segunda residência/casas de veraneio).

6.3 Os conflitos, antagonismos e contradições socioespaciais relacionadas à dinâmica produtiva do turismo

Sabe-se que o turismo é uma atividade que provoca transformações consideráveis no espaço, já que no processo de apropriação são estabelecidas novas funções, formas e infraestrutura para atender à finalidade turística, resultado que, com o surgimento de novos objetos nesses fixos, as suas formas-conteúdos são alteradas e ressignificam o espaço (SANTOS, 1997) de outro modo, pode-se inferir que se trata de uma reterritorialização (HAESBAERT, 1999; 2004) com características do turismo, logo, forma o que é denominado de território turístico (KNAFOU, 2001).

O processo de territorialização turística se interpõem silenciosamente e insere seus padrões arquitetônicos, de consumo e de mais-valia, fazendo transparecer aparente tranquilidade no que tem sido modificado, mas é, na verdade, um processo contraditório, arrebatado por um conjunto de interesses que, notadamente, são distintos, os conflitos ficam engatilhados prontos para tornarem-se visíveis e praticamente incontroláveis, enquanto o antagonismo se perpetua nesse jogo envolvente das relações de poder (FOUCAULT, 1986), sobretudo, econômico que prontamente fará surgir e deixará visíveis as desigualdades socioespaciais.

O território turístico foi constituído a partir de contradições, conflitos e antagonismos que foram geridos pelo poder público, na perspectiva de harmonizar os interesses dos atores sociais, no entanto, é público e notória a influência das grandes corporações do capital nas decisões governamentais, principalmente, quando se trata do desenvolvimento do turismo por meio de um discurso político-ideológico de vocação natural, seguido da consolidação de um estereótipo de “Paraíso Tropical” (CRUZ, 1999) e pode se dizer do alibi de uma falácia desenvolvimentistas de resolução da problemática socioeconômica local.

Ressalta-se que o processo de territorialização em questão é fruto de múltiplos usos do território, com isso, não há uma atividade, pelo menos inicialmente, dominante porque os variados interesses econômicos se apropriam de porções do território, sendo um deles pela atividade turística, de fato o turismo apresenta considerável fluidez o que contribui para as relações sociais de produção e reprodução sejam dinâmicas e retroalimentem seus fluxos, com isso potencializem a acumulação do capital (HARVEY, 2004; ALVES, 2007). Embora haja uma maximização do uso do território pelo turismo, outras atividades econômicas entram na disputa por parcelas do panorama econômico, de maneira que surge conflitos e predileções que

provocam, muitas vezes, o esmagamento e esfacelamentos de atividades que são seculares naquele território.

O território apresenta uma tessitura complexa que desperta possibilidades para múltiplos usos, especialmente, quando se trata da zona costeira nordestina, porquanto possui características naturais que tem contribuído ao longo dos séculos para a produção canavieira, como também do coco-baía, comércio, pesca e agricultura, particularmente, de subsistência, entretanto a crise que tem atingido a agroindústria canavieira, desde da década de 1970, tem provocado a reestruturação produtiva do território e dentre as atividades econômicas, o turismo tem se destacado por conta da características físicas do litoral nordestino, como a geomorfologia costeira, com a presença de estuários, restingas, baías, mangues, recifes de coral etc., assim como a sua beleza cênica e, sobretudo, a climatologia que tem temperaturas agradáveis durante o todo ano. Portanto, maximiza o turismo como preponderante atividade no contexto da reestruturação do território (FIGUEIRA, 1997; ALVES, 2007).

Os territórios turísticos litorâneos enfrentam a sazonalidade do seu uso, apesar de que a zona costeira nordestina tem praticamente temperaturas elevadas e sol durante todas as estações do ano, o que contribui para manter o fluxo turístico anualmente, evidentemente, há diminuição, contudo, também há a manutenção da atividade turística. No caso do território contíguo e de influência da APACC, tem-se um movimento de cerca de 290 mil visitantes durante o ano, como já mencionado, é a nona UC Federal mais visitada do país (ICMBio EM FOCO, 2019).

O fluxo de visitação que acontece na APACC é impulsionado pelos múltiplos usos do seu território pelo turismo, como por exemplo, a visitação as piscinas naturais, recifes de coral, rios, estuários, praias e mangues com o uso de jangadas, catamarãs ou lanchas, a atividade de mergulho, a visitação ao santuário do peixe-boi marinho, como também o acesso direto à área de praia e demais ambientes, o passeio de buggy por praias, mirantes e área urbana etc., a variedade de atrativos faz com que a APACC tenha um dinamismo fundamental para a vitalidade econômica do turismo (HARVEY, 2004; ALVES, 2007).

Além dos usos pelo turismo do território contíguo e de influência da APACC, há também a atividade de pesca, o comércio, a agricultura, a imobiliária etc., por esta razão, acontecem conflitos de usos entre a população local e o turista, o pescador e o jangadeiro, o bugueiro e o barraqueiro, o veranista e o nativo, o marinheiro e o jangadeiro, as instituições fiscalizadoras como IBAMA, ICMBio, IMA/AL, CPRH/PE e o pescador, jangadeiro, marinheiro, comerciante, agricultor, turista etc.

A dinâmica destacada, contribui para transformar o território turístico da APACC, num verdadeiro palco de guerra, pela abundância de interesses e usos, conseqüentemente surgem

contradições e antagonismos perante a legislação, tipo e forma de uso, cerceamento da praia, construções e aterros irregulares, descarte de resíduos sólidos em local inapropriado, deságue inadequado de esgoto, loteamento irregulares e especulação imobiliária.

São diversos os conflitos socioambientais (ACSERALD, 2004; 2010) que surgem no território em questão porque além de seguir a legislação vigente comum, trata-se de UC, com isso a necessidade de cumprir a legislação ambiental Federal, Estadual e Municipal, por consequência as especificidades são maiores o que provoca situações de sobreposições perante a legislação vigente, como também a maior parte do território da APA é marinho, logo contribui para seguir os parâmetros da Política Nacional de Gerenciamento Costeiro e regras específicas da Marinha do Brasil.

A APACC foi criada com objetivo de “garantir a conservação de recifes coralígenos e de arenito, com sua fauna e flora” (ICMBIO/COSTA DOS CORAIS, 2013) como destacado no seu plano de manejo, mas o que se percebe, apesar do empenho da gestão e dos analistas da UC, bem como a legislação e o comprometimento da gestão municipal, é o antagonismo da preservação com o uso intensivo das piscinas naturais existentes (Figura 46), com isso acontece o pisoteio, a quebra dos recifes de coral, o excesso de pessoas e embarcações, entre outros impactos.

Figura 46 – Visitação as Galés de Maragogi/AL.



Fonte: Adriana Moreira (www.viagem.estadao.com.br – Acesso em 05 jul. 2019), 2019.

Em se tratando de visitação às piscinas naturais, Maragogi/AL, por exemplo, recebe mensalmente, uma média de 21.800 pessoas (MARAGOGI, 2018) e, neste caso, já há um controle por parte da Secretaria de Meio Ambiente de Maragogi/AL em relação à venda dos *vouchers*, fato que não ocorre em outros municípios no território da APACC, portanto, o volume de visitação anual em toda a APA, provavelmente, é muito maior; por esta razão o estudo de capacidade de carga, a delimitação ou reordenamento de novas piscinas naturais, a renovação do plano de manejo, a fiscalização e o respeito à legislação são condições imprescindíveis para a proteção ambiental.

O fluxo turístico no território da APACC chega a atingir cerca de 297 mil pessoas anualmente, considerando apenas os dados das Secretarias de Meio Ambiente e Turismo dos municípios de São José da Coroa Grande/PE, Maragogi/AL, Japaratinga/AL, São Miguel dos Milagres/AL e Porto de Pedras/AL que são computados pelo ICMBio para determinar o número total de visitantes no ano (PUPP/APACC, 2019). Devido ao vasto território da UC e infelizmente ainda não há metodologia aplicada para computar os dados de todo o território, por consequência, o que é externado oficialmente pelo Ministério do Meio Ambiente fica aquém da realidade do território.

O território contíguo e de influência da APACC tem municípios como Tamandaré/PE, São José da Coroa/PE, Paripueira/AL que triplicam sua população chegando a alcançar aproximadamente 60 a 70 mil pessoas, somente no carnaval (TAMANDARÉ, 2019), por isso que os dados de visitação, com certeza, superam o volume divulgado oficialmente. Pergunta-se como conciliar à fragilidade que o ecossistema recifal apresenta com o grande número de visitantes, a resposta é clara, pois, na verdade, torna-se antagônico e contraditório o uso intensivo com os objetivos de proteção ambiental.

As discrepâncias em relação ao elevado fluxo turístico não ficam apenas relacionados ao uso intensivo do espaço, mas também reflete outras problemáticas como a expansão urbana porque há um crescimento no número de condomínios fechados nos municípios de São José da Coroa Grande/PE, São Miguel dos Milagres/AL, Porto de Pedras/AL e Tamandaré, especialmente na Praia dos Carneiros, o que potencializa a especulação imobiliária por meio de loteamentos e condomínios de alto padrão que contribuem para a segregação socioespacial, em decorrência do alto valor de uso e de troca do solo.

A especulação imobiliária percorre principalmente dois caminhos, o primeiro através de loteamentos para condomínios de luxo e o segundo com faixas exclusivas de praias para *resorts* e grandes hotéis a beira mar (Figura 47), por conseguinte, há a privatização da faixa de praia e o cerceamento de entrada e circulação do transeunte, inclusive, para a população local o que

provoca conflitos devido a esta apropriação irregular e a limitação do direito de ir e vir no território que pertence ao povo, isto é, a linha de praia.

Figura 47 – Clube Flats Meridional - Praia dos Carneiros, Tamandaré/PE.



Fonte: Booking.com (Acesso em: 03 ago. 2019), 2019.

Um dos casos mais emblemáticos aconteceu no município de Porto de Pedras/AL cujos pescadores e nativos foram impedidos, por veranistas, pousadeiros e donos de sítios de coqueiros, de circular pela estrada que dá acesso às Praias de Lages e Patacho, bem como suas palhoças (cabanas/caiçaras) na beira mar foram derrubadas para que não colocassem seus utensílios de pesca naquele espaço.

A Colônia de Pescadores Z-25 juntamente com o Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP e a prefeitura do município de Porto de Pedras adentraram, junto à Superintendência de Patrimônio da União – SPU com um Termo de Ajustamento de Uso Sustentável – TAUS que foi deferido após audiências públicas, notificações e negociações sempre com a participação da gestão da APACC, SPU e outros órgãos ambientais. Foi um processo demorado, mas que garantiu o direito constitucional de uso do território.

De maneira geral, o processo de urbanização turística acentua a turistificação e impulsiona a dinâmica do turismo no território da APACC, assim contribuindo para intensas modificações nas dimensões social, econômica, cultural e ecológica, visto que, na alta estação da atividade turística, a população chega a aumentar cerca de 30% (KASPARY, 2012; GOMES, 2014), com isso, provoca desgastes nas variadas dimensões ao mesmo tempo em que potencializa, apenas, o crescimento econômico (FURTADO, 1983).

O espaço urbano da APACC apresenta uma densidade populacional elevada, cerca de 187 mil habitantes, tendo em vista o fato de ser um território que possui alta fragilidade ambiental, paralelamente às desigualdades socioespaciais são evidentes e em grande parte dos casos têm origem nas políticas públicas desarticuladas e na ineficiente estrutura de gestão públicas no âmbito das esferas Federal e Estadual que pouco contribuem para facilitar e estruturar a capacidade da gestão Municipal.

O perfil de urbanização turística, paralelamente à turistificação desse território, tem promovido aglomerações de condomínios fechados, fato este que aumenta o tamanho da população local grandiosamente, sobretudo, no período de alta estação, do mesmo modo que, durante a sazonalidade turística, esses espaços se transformam em verdadeiros bairros fantasmas (desertos) no período da baixa estação (Figura 48) e simultaneamente provocam retração econômica, desemprego, abandono e desigualdades socioespaciais (GOMES; ARAÚJO SOBRINHO, 2018).

Figura 48 – Condomínios Fechados/Bairros Fantasmas em Tamandaré/PE.



Fonte: Celso Cardoso Gomes (10 mar. 2019), 2019.

Esta dinâmica suscita antagonismos entre o inchaço e o vazio urbano do território contíguo e de influência da APACC, conseqüentemente, o primeiro acarreta problemas diversos como o descarte irregular de resíduos sólidos, esgoto a céu aberto, falta d'água, deficiência na limpeza urbana etc., no segundo caso, percebe-se a depredação, o abandono do espaço urbano e intensas desigualdades sociais.

Dentre as várias contradições existentes no território da APACC, salientam-se, as construções e os aterros irregulares na linha de costa e dos mangues por serem um dos principais

problemas da gestão do território (QUINTAS, 2006; SELVA; COUTINHO, 2010; BARRAGÁN MUNÓZ, 2014), pois como se trata de APA (SNUC/LEI nº 9.985/2000, ART 15) que é um tipo de UC que, quando criada, já há ocupação humana e não tem necessidade de desocupar porque é enquadrada na categoria de uso Classe 06 (MMA/SNUC/Lei nº 9.985/2000) que permite a livre circulação, produção, comercialização etc., com certeza, as dificuldades aumentam para o controle, fiscalização e execução de ações que modifiquem a situação do território.

No território contíguo e de influência da APACC, são inúmeros os casos de aterros irregulares e de construções na linha de costa e mangues exatamente porque algumas dessas situações são anteriores à criação da UC (1997) e outros casos foram surgindo devido à extensa área para a fiscalização, o que contribui para que haja o descumprimento da legislação ambiental brasileira (Figura 49), já que a praia é propriedade da união, considerada área pública, não podendo haver intervenções sem a prévia autorização da SPU, IBAMA e ICMBIO, da mesma maneira acontece com a questão dos aterros em áreas de mangues que são Áreas de Preservação Permanente – APP, portanto, em ambos os casos, qualquer que seja a modificação, será considerada crime ambiental (Lei nº 9.605/1998).

Figura 49 – Construção Irregular na Linha de Costa – Praia de Mamucabinhas, em Tamandaré/PE.



Fonte: JC Online (<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/cienciamambiente> - Acesso em 02 out. 2019), 2015.

Os reflexos da dinâmica do turismo são notórios no espaço urbano da APACC, uma vez que, o elevado fluxo turístico da alta estação provoca acúmulo de resíduos sólidos, uso irregular da faixa de praia, segregação socioespacial, especulação imobiliária, conflitos entre os nativos e os turistas de segunda residência, apropriação irregular do espaço, entre outros. São potencializadas situações adversas para o espaço urbano que antagonicamente contribuem e fortalecessem o crescimento econômico (LEWIS, 1960; JAGUARIBE, 1962; FURTADO, 1983; SACHS, 2004) e a acumulação do capital (HARVEY, 2004), ao passo que as promessas de desenvolvimento (SEN, 2000; SACHS, 2004) ficam, somente, no discurso político-ideológico.

Destaca-se que a dinâmica urbana é propulsora de alterações significativas no território porque a especulação imobiliária, certamente, se apropria do processo e influencia, tendenciosa e profundamente o ordenamento, urbano que, neste caso, está totalmente interligado com a turistificação, haja vista o estímulo que é condicionado pelo turismo para ocupação e os múltiplos usos do território.

Importante lembrar que existe o arcabouço legal para suprir as demandas, conflitos, antagonismo e contradições no território independente de qual forma de uso esteja propiciando tais transformações e que as mesmas possam contribuir para impactos negativos, portanto seja nos âmbitos Federal, Estadual ou Municipal existem leis e instrumentos que podem harmonizar tais acontecimentos por meio da gestão do território (QUINTAS, 2006; SELVA; COUTINHO, 2010; BARRAGÁN MUNÓZ, 2014).

A aplicação da legislação na gestão do território, neste caso, turístico e de uma UC Federal marinha costeira, contribui para conflitos, por razão dos múltiplos usos desse território, seja pelo turismo com atividades de visitação às piscinas naturais, praias, mangues, estuários, a prática do mergulho, passeio de orla embarcado, visitas as praias em buggy etc., ou seja, pela pesca, comércio e agricultura.

O Quadro abaixo expressa, detalhadamente, os usos turísticos do território contíguo e de influência da APACC (Quadro 24) como destacado no plano de manejo (ICMBIO/APACC, 2013), entretanto, poucos municípios têm as atividades totalmente regulamentadas, isto acontece pela deficiência de infraestrutura, carência de formação técnica do quadro de servidores, pouco investimento na estrutura de gestão ambiental e turística, de modo que o poder público Federal e Estadual que deveriam dar o suporte a municipalidade, infelizmente, não consegue a devida articulação e conexões necessárias para o direcionamento de investimentos, estruturação e maximização da gestão pública, por esta razão os conflitos surgem e o gerenciamento fica aquém do necessário para evitá-los e contorná-los.

Quadro 24 – Resumo dos usos do turismo no território da APACC.

Atividades Existentes	Paripueira	São Miguel dos Milagres	Porto de Pedras	Maragogi	Japaratinga	Passo de Camaragibe	Barra de Santo Antônio	Barreiros	São José da Coroa Grande	Tamandaré
Passeio nas Piscinas Naturais										
Catamarã										
Lancha										
Escuna										
Jangada										
Fotografia Subaquática										
Mergulho										
Mergulho conduzido										
Mergulho de Batismo										
Brinquedos náuticos (Incipiente)										
Caiaque										
StandUp										
Passeios no Mangue										
Trilhas ecológicas										
Observação de Fauna										
Peixe-boi										
Passeio de Orla										
Passeio embarcado (Lancha, escuna e catamarã)										
Venda de bebidas e lanches										
Atividades recreativas										

Fonte: ICMBio/APACC/PAPP, 2017. Adaptado por Celso C. Gomes, 2019.

Pode-se citar os municípios de Maragogi/AL, Paripueira/AL, São José da Coroa Grande/PE e Tamandaré/PE que têm os usos turísticos regulamentados para mergulho, brinquedos náuticos, passeio de orla e a visitação das piscinas naturais em catamarã, escuna, lancha ou jangada, a depender das especificidades da zona de visitação presente no Plano de Manejo da APACC (ICMBIO/APACC, 2013), do mesmo modo que, em termos de fluxo turístico, são os mais destacados também (ICMBIO/APACC/PAPP, 2017).

Apesar de toda a organização da gestão pública desses municípios, ainda assim acontecem impactos negativos de sobrecarga das piscinas, embarcações sem autorização, ultrapassagem das delimitações de uso, alimentação irregular dos peixes, tempo de permanência excedido, pisoteio dos corais etc. Importante lembrar que foram destacados apenas o uso coletivo e empresarial, mas se tem uso privativo e individual, isto é a pessoa física, cujo controle é menor e os impactos negativos são muitas vezes piores.

O contraditório é intensamente presente no território da APACC, ora subsidia o antagonismo e ora induz ou produz o conflito pelas mais diversas problemáticas que estão em torno dos múltiplos usos da área contígua e de influência, notadamente quando se trata de UC Marinha Costeira de proteção de recifes de coral maximiza a possibilidade de embates e

discordâncias da dinâmica territorial provocada pela deficiência da gestão pública, no caso uma contradição mais que presente no território é a situação do saneamento básico, pois a maior parte dos domicílios sequer possuem esgotamento sanitário adequado, de modo que uma APA de proteção dos recifes costeiros, recebe grande quantidade de efluentes nos seus rios e consequentemente no mar.

O território contíguo e de influência da APACC possui apenas 16,78% dos seus 44.267 domicílios com esgoto sanitário adequado (Tabela 13), sendo destaques os municípios de Barreiros/PE com 44,2%, Maragogi/AL com 38,8%, Barra de Santo Antônio/AL com 23,4% e Tamandaré/PE com 17,9% do território saneado (IBGE, 2010). Como se trata de uma UC, os percentuais deveriam ser bem mais elevados para exatamente cumprir os requisitos da legislação ambiental brasileira (BRASIL, CONTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, ART. 225), de forma que a dicotomia entre proteger e impactar não fosse fomentada, especialmente, pelo poder público, em virtude de que se trata de uma competência gestão pública em nível estadual.

Tabela 13 – Comparativo Domicílios Ocupados/Esgoto Sanitário Ocupado – APACC

Território Turístico da APACC				
Município	Período			
	Pop. Estimada (2019)	Domicílios Ocupados (2010)	Esgoto Sanitário (%) (2010)	Internações por diarreia (2016)
AL – Barra de Santo Antônio	15.792	3.508	23,4	1,7
AL – Japaratinga	8.317	1.996	11,3	1
AL – Maragogi	32.369	7.358	38,8	0,4
AL – Paripueira	13.016	2.836	12,9	1,1
AL – Passo do Camaragibe	15.232	3.735	3	0,8
AL – Porto de Pedras	7.873	2.224	4	0,1
AL – São Miguel dos Milagres	7.888	1.963	8	3
PE – Barreiros	42.552	10.399	44,2	0,3
PE – São José da Coroa Grande	21.004	4.899	4,3	0,4
PE – Tamandaré	23.149	5.349	17,9	0,7
Total/Média	187.192	44.267	16,78	9,5

Notas: Esgotamento sanitário adequado: [população total residente nos domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário do tipo rede geral e fossa séptica / População total residente nos domicílios particulares permanentes] x 100.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. IBGE, 2018. Adaptado por Celso C. Gomes, 2019

O município de Passo de Camaragibe/AL possui 3% de saneamento adequado, seguido de Porto de Pedras/AL com 4%, São José da Coroa Grande/PE com 4,3% e São Miguel dos Milagres/AL com 8% (IBGE, 2010) são exatamente os menores níveis de saneamento básico do território turístico da APACC, consequentemente, são efluentes que não são tratados e despejados diretamente em rios ou diretamente no mar e que podem acometer a população local de diversas doenças, dentre as quais a diarreia que atinge um percentual de 9,5% dos habitantes da UC.

A situação do esgotamento sanitário inadequado perpassa totalmente pela esfera pública estadual porque é de sua competência a gestão dessa problemática, ao mesmo tempo em que passa de mocinho a vilão, visto que um dos piores impactos ambientais negativos na área em questão é o saneamento básico, conseqüentemente, a Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento do Estado de Alagoas e a Companhia Pernambucana de Saneamento estão entre os maiores agressores da área em questão, as quais são as responsáveis para gerir o saneamento básico, paralelamente, o mesmo poder público é o responsável por legislar e cumprir a legislação emblematicamente contraditória.

O saneamento básico inadequado se torna antagônico porque o Estado que protege e que aplica a legislação ambiental é o mesmo que impacta e é punido, isto é, o Estado punindo o Estado, evidentemente sabe-se, que nesse contexto, o que se percebe é um município atuando a partir de sua legislação, bem como a esfera Federal aplicando a lei e punindo de acordo com a legislação vigente brasileira.

Ainda com destaques ao saneamento, no Plano de Manejo da APACC (ICMBIO, 2013) fica evidente, em um dos seus objetivos, a obrigatoriedade de “proteger os manguezais em toda a sua extensão, situados ao longo das desembocaduras dos rios, com sua fauna e flora”, logo o despejo de efluentes em rios, maceiós, gamboas ou diretamente no mar propiciam impactos negativos severos a esse ambiente (Figura 50), por esta razão, põem-se na contramão da legislação específica e dos objetivos de criação da UC.

Figura 50 – Despejo de Efluente/Esgoto a céu aberto- APACC.



Fonte: Celso Cardoso Gomes (01 jun. 2019), 2019.

O despejo de efluentes na APACC é realmente muito grave porque em todo o território ocorre o deságue de efluentes (esgoto) em áreas de praia, logo, os impactos são visíveis e extremamente prejudiciais aos recifes de coral, embora os governos de Alagoas e de Pernambuco tenham realizado ações pontuais para mitigar a situação, ainda assim, os problemas persistem e se revelam em várias partes.

Discutir as questões socioambientais de uma UC, com certeza, é uma trajetória com nuances variadas de fragilidade, intensidade e possibilidades no lastro que dá o suporte físico para as relações sociais de produção que são pujantes e conflitantes, por conta dos interesses distintos dos atores sociais, sendo que precedesse da proteção ambiental porque é o objetivo central desses ambientes e que possuem atividades, muitas vezes seculares, como é o caso da pesca, em se tratando da mesma na APACC tem provocado graves problemas, em função da forma como tem sido efetivada.

A pesca possui diversas maneiras de ser realizada (Figura 51), com vários apetrechos, tipos de embarcações e recursos diferentes o que, a depender do ambiente, pode ocasionar possíveis impactos negativos ao ambiente, com o intuito evitar tais situações, a legislação permeia regras que são muito específicas para cada situação, o que acaba possibilitando atuações que provocam conflitos e impactos (ICMBIO, 2019).

Figura 51 – A atividade de pesca na APACC.



Fonte: Bárbara Pinheiro (10 abr. 2019), 2018.

Apesar de todo o antagonismo entre a pesca legal e a predatória, o pescador na APACC é reconhecidamente um grandioso colaborador da proteção dos recifes de coral, caso não fosse ficaria ainda mais difícil à gestão e manutenção dos ecossistemas. Sabe-se da ocorrência da pesca predatória da lagosta com o uso de marambaias, do polvo utilizando água sanitária, do caranguejo com redinha e a pesca com o uso de rede em área não apropriada (ICMBIO, 2019), isto posto, os danos ao ambiente são notórios e drásticos, especialmente, com a diminuição do quantitativo do pescado na área. Todavia, a pesca ilegal é uma pequena parcela em relação ao que é produzido, com respeito ao meio ambiente, pelas colônias de pescadores presentes no território da UC.

Assim, harmonizar os múltiplos usos do território da APACC, sobretudo, a pesca é tarefa primordial para evitar impactos diretos e indiretos a fauna e flora da área, bem como ter aquele que conhece o mar e a sua dinâmica a favor da proteção ambiental com o cultivo e manutenção de hábitos que respeitem ao meio ambiente, sem sombra de dúvida é garantir que o pescado seja abundante, mas também a proteção da formação coralígena, de acordo com o ICMBIO/APACC (2019)

O desrespeito às regras pode trazer danos à sustentabilidade dos recursos diretamente pescados e também ao ecossistema, prejudicando a manutenção de outras formas de vida (prejuízos indiretos) e, de uma maneira, geral está comprometendo o sustento dos pescadores que agem de maneira correta. (ICMBIO/APACC/PROTEÇÃO, 2019)

As condições de usos do território para a pesca, agricultura, comércio, turismo e suas atividades adjacentes são determinantes para a manutenção do equilíbrio ambiental, pode-se dizer que é condição *sine qua non* para a manutenção dos recifes de corais, além disso, retroalimentam as atividades pondo-se como uma via de mão dupla para os acontecimentos, isto é, proteção, uso com respeito à legislação, conseqüentemente, o caminhar para a sustentabilidade nas dimensões econômica, social, ecológica e cultural (FOLADORI, 2001; SACHS, 2004).

Salienta-se que o território passou por profunda territorialização, a partir da década de 1970, com um processo de reestruturação produtiva que provocou modificações no cenário econômico, particularmente, por meio da atividade turística que tem se consolidado ao longo das décadas, inicialmente, com o turismo de segunda residência, em seguida com o turismo de massa aliado ao sol, praia e mar, bem como surgiu na contramão desta lógica, a denominada Rota Ecológica do Milagres, que tem perfil de pousadas de charme²⁰, apresenta características

²⁰ “A Associação de Hotéis Roteiros de Charme congrega atualmente 70 Hotéis, Pousadas e Refúgios Ecológicos situados, do Norte ao Sul do Brasil, em 16 estados e 61 destinos turísticos. Fundada em 1992 como entidade privada sem fins lucrativos, seus membros são selecionados anualmente pela variedade de suas características e

de atendimento com muito luxo, tranquilidade, conforto e ambientalmente responsáveis, são pousadas destinadas ao público de altíssimo poder aquisitivo.

O turismo tem sido a principal atividade no processo de reestruturação produtiva do território contíguo e de influência da APACC, principalmente, a partir de 1990 quando o PRODETUR/NE I e em seguida o PRODETUR/NE II (2005) contribuem efetivamente para infraestrutura de aeroportos, rodovias, pavimentação, ordenamento de orla marítima, saneamento, estruturação institucional e legal, bem como investimentos em capacitação e formação de pessoal para atender às corporações do turismo, entretanto, o modelo empregado delineou-se antagonicamente porque fomentou enclaves, espaços simulacros, bolhas ou pseudo-lugares (URRY, 2001; CRUZ, 2007; YÁZIGI, 2009), enquanto o restante do território apresenta um desenvolvimento geográfico desigual e combinado (SMITH, 1988; HARVEY, 2004; 2012a).

O turismo foi estimulado pelas políticas públicas no processo de territorialização e em seguida turistificação, não foi uma dinâmica espontânea, houve incentivos do poder público que foram potencializados pelas grandes corporações do turismo, como também pelo setor imobiliário porque à primeira fase de inserção do turismo foi conectada à segunda residência ou o veraneio, por conseguinte, condicionada fortemente pela especulação imobiliária por meio da comercialização de loteamentos e condomínios privados, somente nas décadas de 1980 e 1990 é que o turismo de sol, mar e praia tem seu fortalecimento por meio da massificação.

Para o turismo se tornar preponderante para a economia, pode-se dizer, regional, houve pormenores que indicam a influência de ações da intervenção estatal como o discurso desenvolvimentista de salvaguarda, a problemática socioeconômica de dadas localidades e, inclusive, promover o equilíbrio do meio ambiente, especialmente, quando a prática é realizada por estímulos de uma APA.

As desigualdades sociais, aliadas à possibilidades de geração de emprego e renda somados à vocação natural que a área apresenta e ainda aproveitar a maximização da publicidade envolvendo a questão ambiental imbricada a UC, de fato, eram sinônimos de sucesso e de resolução de problemas socioeconômicos no discurso político-ideológico que foi impulsionado pela consolidação da imagem nordestina como local predestinado para o descanso, lazer, contemplação, terapia, saúde e (FONSECA, 2005; DANTAS, 2009),

personalidades independentes, segundo rígidos critérios quanto ao conforto, qualidade de serviços e responsabilidade socioambiental, sempre de forma economicamente viável e sustentável. É uma proposta condizente com produtos referidos de forma variada como "luxury", "thematic hotels", "wellness", "boutique hotels" ou ainda que pratiquem uma hotelaria que alia os princípios de qualidade, ética e responsabilidade social". In: <https://roteirosdecharme.com.br/quem-somos.php>, acesso em 25.09.2019.

sobretudo, acumulação de capital que reverberava contradição do discurso público, da mesma forma que antagonismos entre contribuir para o desenvolvimento ou fomentar as desigualdades socioespaciais.

Em vista disso, o que se constata é o desenvolvimento desigual perpetuado em todo o território e simultaneamente ilhotas de crescimento econômico, da lógica capitalista, da expropriação, da exploração e da segregação socioespacial que desvelam os verdadeiros objetivos incutidos na racionalidade desenvolvimentista estabelecida também no território da APACC.

Opostamente aos objetivos de proteção ambiental que a UC possui, estão os dados de baixo percentual de saneamento, elevada visitação às piscinas naturais, aumento de fluxo turístico, descarte inapropriado de resíduos sólidos, a continuação da pesca predatória, baixa geração de emprego e renda, situação de insegurança, portanto, é a política ilusória do desenvolvimento.

É um cenário tortuoso, adverso e contrastante que apresenta interessante possibilidade de ser transformado para contribuir ainda mais com a proteção ambiental e o desenvolvimento local (BUARQUE, 2002; 2004; ENDLICH, 2007; HANAI, 2012), mas serão necessárias modificações intensas na dinâmica turística e cumprimento à risca da legislação ambiental Federal, Estadual e Municipal, como também estimular a participação ativa dos atores sociais, a fim de que sejam empoderados.

Contornar as adversidades em um território vasto e importante do ponto de vista da preservação ambiental e do turismo é tarefa árdua para a gestão da UC, além de atuar na parte terrestre que é contígua e de influência, em virtude de que a maior parte da APACC é marinha, cerca de 400 mil hectares de área para uma equipe de gestão que somados são 44 (quarenta e quatro) colaboradores, sendo 11 (onze) servidores, 04 (quatro) bolsistas, 05 (cinco) estagiários e os demais são funcionários terceirizados para limpeza e manutenção, o quadro de pessoal está distribuído nas 04 (quatro) bases de operação²¹. Para subsidiar as ações a gestão possui 10 (dez) veículos, 04 (quatro) embarcações e 02 (dois) motonáuticas e outros utensílios para a manutenção diária das atividades (ICMBIO/APACC, 2017).

Em uma primeira análise, pelo número de colaboradores, de veículos e embarcações, precipitadamente conclui-se que há uma excelente estrutura, entretanto são 120 km de praias a

²¹ Os dados foram obtidos por meio de entrevista semiestruturada realizada durante o trabalho de campo no território da APACC, no período de janeiro a agosto de 2019, momento que foram entrevistados colaboradores e gestores da UC, cujo intuito foi fortalecer os dados primários para responder aos objetivos geral e específicos do trabalho, bem como para a averiguação das hipóteses e a defesa da TESE.

serem fiscalizadas – detalhe entre estuários, rios, mangues, restingas, maceiós e gamboas, mais também 18 (dezoito) milhas náuticas para realizar ações de prevenção, fiscalização e autuação, lembrando – a gestão da APACC não dispõem de embarcações de navegação em mar aberto. Nesse contexto, depreende-se que é patente uma dependência da Marinha do Brasil, Polícia Federal ou outra instituição que disponha de embarcações para ações no território marinho da UC. É nessa conjuntura que ainda há fiscalização nas piscinas naturais, a fim de evitar possíveis excessos nos limites dessa zona de visitação conforme o plano de manejo.

Apesar de toda carência que há para efetivar uma gestão ainda mais assertiva, em 2017, foram 57 (cinquenta e sete) pareceres emitidos pelos servidores, 62 (sessenta e dois) autorizações de pesquisa obtidas na APACC, 23 (vinte e três) novas autorizações, 06 (seis) relatórios submetidos, foi à décima sétima UC em pareceres submetidos (em 329) e a terceira UC de uso sustentável em pareceres submetidos (ICMBIO/APACC, 2017), por conseguinte, tem havido uma atuação dinâmica, integrativa e efetiva da Gestão da APACC, sabe-se, notadamente, das deficiências existentes e das dificuldades a serem enfrentadas devido ao tamanho da área, o quantitativo de habitantes e de visitação, o número de municípios na área contígua e de influência e a falta de equipamentos que contribuem para a atuação aquém das necessidades do território.

As dificuldades são grandes no contexto de investimentos públicos que a cada dia diminui os repasses para a manutenção das instalações, veículos e demais equipamentos da UC, em contrapartida às iniciativas de Parcerias Ambientais Público-Privadas – PAPP têm fortalecido a APACC, em virtude de que já foram firmadas parcerias com o Projeto de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF Mar sendo o executor o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, também há uma parceria com o Projeto TerraMar sendo operacionalizado pela Agência Alemã de Cooperação Técnica – GIZ e uma das parcerias mais significativas é com a Fundação Toyota por meio da parceria do SOS Mata Atlântica porque criou o projeto Toyota APA Costa dos Corais que tem como objetivo a conservação e sustentabilidade da APACC, de acordo com a Fundação Toyota do Brasil (2019)

O Projeto Toyota APACC tem como prioridades a criação de um fundo de investimento, que garantirá a perpetuidade no apoio à gestão, proteção e sustentabilidade da APA; o suporte e financiamento de atividades de organizações e comunidades locais que já atuam em prol da conservação da área, o que inclui o Plano de Manejo governamental e o empoderamento da comunidade para que desenvolva atividades e negócios sustentáveis ligados à pesca e ao turismo responsáveis dentro da área de proteção ambiental.

Esta iniciativa, sem dúvida tem contribuído grandiosamente para a estruturação institucional, infraestrutura dos Núcleos de Gestão Integradas (Tamandaré /Saltinho/Porto de Pedras/Barra

de Santo Antônio), fomento a material de consumo, manutenção e aquisição de equipamentos etc., portanto, o suporte de investimentos tem sido muito interessante e possibilitado uma gestão efetiva diante de todas as dificuldades enfrentadas para gerenciar uma UC no Brasil.

Um dos pontos propostos pelo Projeto Toyota APACC é o desenvolvimento de atividades, de forma sustentável, como a pesca e o turismo o que concomitantemente faz parte dos objetivos do seu plano de manejo, contudo o turismo, em especial, têm suas dinâmicas além dos limites territoriais da UC, isto é, a materialidade de parte dos acontecimentos ocorre no território contíguo e de influência da área em questão, por esta razão administrar os interesses distintos dos atores sociais contribui para situações conflituosas e que estão, muitas vezes, além das questões de gerenciamento da APACC.

Os diversos interesses dos atores sociais em relação à atividade turística têm propiciado conflitos e direcionamentos que são opostos aos objetivos do plano de manejo da APACC que preconiza o ordenamento das atividades econômicas conciliados a manutenção da qualidade de vida, partindo da premissa da conservação ambiental (ICMBIO/APACC, 2013).

O turismo faz múltiplos usos do território, por meio de variadas formas, como exemplo, a visitação às piscinas naturais que pode ser considerado um dos mais notáveis atrativos turísticos, entretanto, o excesso de pessoas que as visitam provocam pisoteio de corais, turbidez da água, produtos químicos como protetor solar etc., por consequência impactos ambientais negativos que conduzem contrariamente ao que propõem os objetivos de criação da UC.

O ordenamento do turismo é um imenso desafio para a gestão da APACC porque os usos do território são diversos, os interesses são distintos e são diferentes atores sociais que estão sob influência da lógica capitalista, de modo que há contradições na dinâmica das relações sociais de produção por conta que o poder público, enquanto o gestor também sofre influência do mercado, o que direciona as ações através das políticas públicas que estimulam a atividade turística e a infraestrutura necessária para o seu desenvolvimento, antes mesmo de proporcionar as melhorias de qualidade de vida para a população local.

Infere-se que há uma priorização da atividade turística no planejamento e investimentos (SELVA, 2000; SELVA; COUTINHO, 2010; GOMES, 2013), somente com a execução dessas ações e o surgimento de problemas sociais que afetem a dinâmica produtiva do turismo é que os pleitos da população local passam a ser atendidos, na verdade o que busca-se é mitigar possíveis entraves para o crescimento da atividade, de modo que sanar problemas de pavimentação ou iluminação pública etc. passam a ser prioridades porque podem desencadear retração econômica e conflitos com a racionalidade imposta pelas grandes corporações econômicas que investiram nesse território.

A reestruturação produtiva do território se fez, principalmente, através do turismo, por isso que se deve priorizar o ordenamento da atividade, a fim de evitar possíveis impactos ambientais negativos para a área, já que se trata de uma UC Federal Marinha Costeira que abriga o santuário do peixe-boi marinho, diversas espécies da fauna marinha em extinção e, sobretudo, os recifes de coral, pois é uma das maiores barreiras de corais do mundo (ICMBIO, 2019). Portanto, medidas que garantam a proteção, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável para não maximizar os impactos ambientais negativos, conflitos socioambientais e a degradação ambiental, percebe-se nitidamente o antagonismo materializado no território.

6.4 Os riscos ambientais no território turístico da APACC

A reestruturação produtiva do território contíguo e de influência da APACC, de fato foi induzida ao desenvolvimento da atividade turística a partir das políticas públicas Federal, Estadual e Municipal, com isso, a dinâmica produtiva iniciou suas interconexões e necessidades em atender à esta racionalidade econômica proposta.

O turismo é uma atividade que tem materialidade na apropriação do espaço transformando as suas porções em territórios turísticos (KNAFOU, 2001), processo que apresenta conflitos, complexidades nos âmbitos econômico, social, ecológico e cultural, neste caso, o seu “*locus*” é UC costeiro-marinha, o que aumenta a dificuldade de gestão, porque, além de sua própria delimitação oficial, deve-se considerar sua área contígua e de influência, onde acontece, a maior parte, da dinâmica produtiva pela presença dos equipamentos e objetos fixados para darem suporte ao turismo e aos seus fluxos.

Salienta-se que é uma UC Costeiro-Marinha criada para a proteção dos recifes de coral o que indica elevada fragilidade ambiental, por esta razão a proteção e o uso externam-se dicotômicos e contraditórios, apesar de que podem refletir em estímulos para a conscientização ambiental, desde que a gestão pública tenha como foco a sustentabilidade (FOLADORI, 2007) por meio da participação ativa dos atores sociais, o planejamento integrado, considerando a atividade econômica, a melhoria da qualidade de vida, as características da UC, particularmente, o seu território costeiro-marinho, a fim de evitar os possíveis riscos ambientais.

Segundo Amaro (2005, p. 7), “o risco é, pois, função da natureza do perigo, acessibilidade ou via de contacto (potencial de exposição), características da população exposta (receptores), probabilidade de ocorrência e magnitude das consequências”. Por conseguinte, o risco é a eminência de acontecer um acidente podendo ser de ordem econômica, social, cultural ou ecológica (CERRI; AMARAL, 1998). Isto posto, a desestruturação e os conflitos advindos

da complexidade da atividade turística poderão contribuir para configurar-se como risco ambiental, isto é, situação na qual determinado local/área tem probabilidade, susceptibilidades e vulnerabilidade, logo a APACC se enquadra em tais características haja vista o seu tipo de formação coralínea que possui e devido ao crescimento do turismo.

É inegável que o turismo tem sido a principal escolha para a reestruturação produtiva do território da APACC, como também é notória a potencialidade de impactos ambientais negativos por meio dos múltiplos usos, em especial, da atividade turística que tem, como atrativos: praias, piscinas naturais na formação coralínea etc., o que maximiza assim o risco ambiental, pois, de acordo com Lyra (1997, p. 49), “pode ser entendido como toda e qualquer forma de degradação que afete o equilíbrio do meio ambiente” ocasionando o desequilíbrio ambiental e podendo evoluir para um desastre natural (CARPI JR. 2011).

A dinâmica produtiva do turismo na APACC contribui para riscos ambientais pelas seguintes situações, a fragilidade dos ambientes coralíneos, estuários, restingas e manguezais, como também a presença do peixe-boi marinho e outras espécies em vias de extinção, são características naturais que potencializam a possibilidade de desequilíbrio ecológico, certamente, quando somados aos 187 mil habitantes do território (IBGE, 2019), assim como as relações sociais de produção e reprodução, refletem-se em grande perigo ambiental.

Os ambientes/atrativos naturais da APACC têm usos distintos e que podem contribuir para vulnerabilidade quando há excessos que ultrapassem a capacidade de carga, por exemplo, das piscinas naturais (Recifes de Coral) tanto no contexto de pisoteamento, esmagamento, turbidez de água ou mesmo o branqueamento dos corais, o descontrole pode levar ao risco, além disso, o deságue de efluentes a céu aberto e diretamente nos rios contribuem para a poluição das águas que podem afetar o desenvolvimento dos corais e de espécies da flora e fauna da região.

Há presença de espécies coralíneas, peixes etc. em vias de extinção, a espécie mais emblemática, é o peixe-boi marinho que tem nessa faixa costeira o seu reduto, denominado de “Santuário do Peixe-Boi Marinho” (ICMBIO/APACC, 2013), na Rota Ecológica do Milagres, mais precisamente no Rio Tatuamunha, município de Porto de Pedras/AL, local que é realizada a reinserção desse animal à natureza após cuidados e adaptações.

Para minimizar os riscos ambientais (LYRA, 1997; CARPI JR, 2011) ao peixe-boi marinho, foi realizado, em 2009, um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC pelo Ministério Público Federal de Alagoas, entre as prefeituras de São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, ICMBIO/APACC, CMA e a Associação de Turismo de Base Comunitária Peixe-Boi com vistas à proteção e ao ordenamento do turismo de observação do mamífero aquático mais ameaçado

de extinção no litoral brasileiro (Figura 52), tendo em vista que seu habitat é a Costa dos Corais (ICMBIO, 2019). De modo que o controle da emissão de efluentes é uma questão de manutenção desse mamífero, pois a contaminação de rios como o Tatuamunha pode contribuir para a não sobrevivência da espécie.

Figura 52 – Santuário do Peixe-Boi – Soltura do Peixe Boi Luna



Fonte: Luiz Lacerda (Peixe Boi Luna). Adaptado por Celso C Gomes, 2019.

Importante lembrar que o território da APACC possui menos de 40% dos seus domicílios ocupados com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2010) o que reverbera em contradição e antagonismos materializados na localidade, enquanto o Plano de Manejo (ICMBIO, 2013), a legislação ambiental brasileira e demais regramentos específicos indicam a importância da estruturação do saneamento básico, do outro lado, o ente governamental o “Estado” que é regulador se põem como infrator do processo, haja vista que não cumpre a legislação específica e provoca severo impacto ambiental negativo por toda a UC.

O despejo de esgotamento sanitário inadequado também contribui para impactos em estuários, manguezais e recifes de corais, por conta que acarreta desequilíbrio ecológico das águas dos rios que estão presentes nesses ambiente e provoca à mortandade de microrganismos, peixes, até mesmo a flora desses ecossistemas, com isso há uma diminuição da fauna marinha, da mesma forma que impacta a vida dos pescadores, marisqueiros e demais pessoas que sobrevivem da produção desse espaço, mais uma vez o antagonismo da proteção, uso e impactos.

Outro risco iminente da APACC é gerado pela especulação imobiliária que utiliza, em especial, a linha paralela da praia e suas proximidades para a construção de loteamentos, hotéis, pousadas e condomínios de luxo, o problema é que as construções, muitas vezes, acontecem além do limite determinado pela legislação brasileira, assim adentra o espaço de praia irregularmente – da mesma maneira, acontece em áreas de manguezais, o que é ainda mais grave, posto que são feitos aterros que prejudicam incontestavelmente, a dinâmica desse ambiente (ICMBIO, 2019).

São muitas contradições e antagonismos que intensificam os riscos ambientais desse território turístico, haja vista as próprias políticas públicas, que impulsionam situações no sentido de crescimento e fortalecimento da atividade econômica, embora, por vezes, provoquem consideráveis impactos ao meio ambiente, como foi o caso da construção da Via Litorânea de Guadalupe/dos Carneiros (APACC), entre o Rio Formoso e Tamandaré, em Pernambuco, este foi considerado o mais grave impacto ambiental negativo provocado pelo PRODETUR/NE (CPRH, 2003), apenas um exemplo das diversas ingerências que acontecem no território turístico dessa UC.

Durante a alta estação do turística na zona costeira nordestina, entre setembro a março de cada ano, o território turístico da APACC sofre um intenso aumento populacional por conta do fluxo turístico de veranistas que retornam aos condomínios que ficaram fechados cerca de 06 (seis) meses (SELVA; COUTINHO, 2010; KASPARY, 2012, GOMES, 2013), mas também pelos turistas que aproveitam o período de maior intensidade solar para visitarem as praias, piscinas naturais etc., e também pelo aumento de fluxo do excursionista *Day Use*, destaca-se que, apesar de ser uma UC de uso sustentável, a pressão demográfica pode contribuir para riscos ambientais e, por sua vez, impactos ambientais negativos.

O boom populacional do verão em municípios como Maragogi/AL, Japaratinga/AL, Paripueira/AL, Tamandaré/PE e São José da Coroa Grande/PE faz aumentar em cerca de 30% a população (KASPARY, 2012; GOMES, 2013, ICMBIO, 2019), e tal dado representa com esse dado elevado risco para o ambiente, uma vez que com a mesma intensidade se acentua o despejo de efluentes, o descarte irregular dos resíduos sólidos, a demanda de consumo de bebidas, comidas e utensílios que refletem, inclusive, em elevação dos preços para a população local. De fato, o adensamento populacional provoca desgastes ao ambiente e, notadamente, na qualidade de vida da população local que é impactada pela falta de água, segurança, saúde e pela perda do sossego dessas pequenas cidades.

A pressão demográfica impulsionada pelo fluxo turístico, principalmente regional, vai além da alta estação do turismo porque implicam novos loteamentos e condomínios fechados

que, por vezes, retroalimentam os aterramentos de locais inadequados, o cerceamento de entrada das praias, as construções irregulares em linha de praia e a segregação socioespacial da população local que é afastada da zona costeira para dar espaços aos hotéis, *resorts* e pousadas.

De forma geral, o risco ambiental no território turístico da APACC fica entre o uso e o abuso, a proteção e a degradação, a gestão e a privação do ordenamento das atividades econômicas e a aplicação da legislação ambiental, conseqüentemente riscos, impactos e degradação ambiental são provocados pelo próprio poder público quando não segue os preceitos da lei ou mesmo age como não tivesse a legislação, entretanto, outro cenário é possível desde que haja planejamento, direcionamentos, respeito e participação ativa da população local nas decisões das ações para o ambiente em questão.

Com o intuito de contribuir para a diminuição dos riscos ambientais, particularmente, relacionados à atividade turística, é importante envolver instituições públicas, como universidades, institutos técnicos e instituições privadas, juntamente com a população local para planejar e executar a atividade, sendo esta mediada e gerenciada pelo Estado.

6.5 Perspectivas para o desenvolvimento local: planejamento e gestão do território

O território turístico da APACC possui perspectivas para que haja contribuições para o desenvolvimento local, isto é, já apresenta vocação natural para a atividade, haja vista as características físicas e a beleza cênica, mas também meios de hospedagens e receptivos estruturados, malha viária de rodovias em bom estado de conservação e com interconexões com vários municípios, apesar de algumas deficiências e estradas que somente existem no papel.

A APACC está localizada nas proximidades de Maceió/AL e Recife/PE, inclusive dos seus aeroportos, o que favorece aos fluxos nacional e internacional de pessoas, a existência de um território-rede baseado na dinâmica diária de excursionistas e turistas, bem como políticas públicas direcionadas à consolidação do turismo e, por fim, a UC está dividida entre as Regiões Turísticas da Costa dos Corais/AL e a Costa dos Arrecifes/PE, ambas áreas estratégicas para o turismo dos seus respectivos estados. Potencializar, portanto, a dinâmica turística pautada na sustentabilidade é crucial para que se possa trilhar o caminho para o desenvolvimento local (GOMES, 2013).

O conjunto de características pertencentes ao território turístico da APACC permite inferir que o desenvolvimento tem acontecido geograficamente desigual e combinado (SMITH, 1988; HARVEY, 2004; 2012) porque existem ilhas ou arquipélagos de desenvolvimento, na

verdade, há uma maximização do crescimento econômico que se tem refletido na estruturação de porções do território com o objetivo de atender à racionalidade turística e econômica.

O espaço é transformado, significativamente, a partir da criação de objetos e equipamentos neste fixo (SANTOS, 1996), fato que possibilita porções de desenvolvimento no território, isto é, a lógica econômica seletivamente destina recursos, melhorias e infraestruturas às áreas necessárias para a reprodução do capital, enquanto a maior parte da localidade vivencia a segregação socioespacial articulada por meio do planejamento, gestão e execução de políticas públicas (CRUZ, 2000).

Conforme já destacado, tem-se um conjunto de políticas públicas que foram articuladas e arquitetadas para influenciar a inserção do turismo como opção de melhoria das questões socioeconômicas, da mesma maneira que constituiu o território turístico (KNAFOU, 2001), primeiro com uma territorialização turística e depois intensificasse a turistificação que permite e garante a transformação de parte do território para atender às grandes corporações turísticas a partir de uma lógica capitalista de acumulação que expropria, explora e segrega a população local, no entanto, é possível outro cenário para o desenvolvimento local, diante das características e potencialidade do território em questão.

São 10 (dez) municípios pertencentes ao território contíguo e de influência da APACC que já tem, em seu lastro, a atividade turística em curso, mas com características distintas, pode-se enfatizar que são territórios turísticos, haja vista que o território veranista (segmento) está conectado aos condomínios que podem ser uma via articuladora da manutenção da economia local, principalmente entre a baixa e alta estação, desde que haja mecanismos que atraiam a visitação, isto é, festivais, passeios ecológicos, festas, encontros e outras manifestações culturais que propiciem um calendário anual de atividades que visará fomentar a economia da localidade durante o transcorrer do ano, com isso, a geração de emprego e renda poderá ser mantida anualmente, sem que haja retrações intensas advindas da sazonalidade turística.

É um território com a presença de territórios turísticos diferenciados porque não são somente as piscinas naturais que contribuem para a visitação da APACC, outras atratividades existem e podem suscitar diferentes maneiras de permanência nessas localidades, haja vista o cenário cultural, histórico e social que advém de períodos remotos da colonização da zona costeira alagoana e pernambucana e que se confundem com a história brasileira, ainda no século XVI, isto é, a presença de rugosidades das diferentes formações econômicas, sociais e espaciais (SANTOS, 1977) que o território enfrentou até o momento atual (2019) e que foram transformadas em novos objetos, como também originaram novas formas-conteúdo nesse espaço, por consequência, o turismo se apropria e favorece ao crescimento da atividade.

Do mesmo modo que o veranista pode manter um fluxo constante anualmente, os turistas e os excursionistas também, percebesse que há uma dinâmica fortalecida nos municípios de Maragogi/AL, Tamandaré/PE e menos densa em Japaratinga/AL e Paripueira/AL, da mesma forma que em processo de consolidação, a Rota Ecológica dos Milagres/AL, por isso que unificar e consolidar a imagética do território turístico é uma das principais ações para o fortalecimento do turismo e o caminhar para o desenvolvimento local, visto que o fluxo acontecerá na perspectiva de conhecer a composição do território-zona (HAESBAERT, 2004) onde estão materializados os municípios, contudo, a necessidade de permanência será maior que a média de dias que ficam os turistas atualmente, por conseguinte, haverá a necessidade de deslocamento por toda área o que contribuirá com os hotéis, pousadas, comércio, restaurantes, bares, distribuidoras de bebidas e de alimentos, com toda a cadeia produtiva do turismo, com isso, haverá reflexos na geração de emprego e renda.

Como se trata de uma vasta área aqui intitulada de território turístico da APACC, pode-se estimular as conexões e interconexões entre os municípios dessa rede, visando à integração e ao fortalecimento da economia regional, assim, as contribuições serão mais efetivas, tendo em vista que o roteiro turístico não visará apenas a um atrativo, e sim a um conjunto de atrativos que são potencializados pela proteção dos recifes coralíneos da UC (MAIDA; FERREIRA, 2003; 2006). A própria APA já é sinônimo de atratividade, consequentemente, fazer o uso dessa imagem maximiza as expectativas para a dinâmica do turismo, cujo objetivo primordial é a justiça social, o equilíbrio ecológico e o crescimento econômico, isto é, o desenvolvimento local (BUARQUE, 2004; ENDLICH, 2007; HANAI, 2012).

Um dos grandes gargalos da retração econômica, desemprego e desenvolvimento geográfico desigual desse território é a sazonalidade turística porque no processo de reestruturação produtiva do território se tornou uma das principais atividades, por esta razão, o planejamento do turismo (BARRAGÁN MUÑOZ 2004; 2014; SEABRA, 2007a; SELVA; COUTINHO, 2010; RUSCHMANN, 2012) deve abarcar medidas que favoreçam a permanência do visitante por mais dias e que haja o deslocamento dele dentro do território turístico.

A manutenção do turista por mais tempo no território possibilitará que ele se torne um excursionista (*day use*) porque poderá ficar hospedado em um dos municípios que possuam uma melhor infraestrutura turística e, paralelamente, fará incursões para visitar as demais localidades em rede, do mesmo modo que poderá fazer um roteiro turístico na APACC recheado de ecoturismo, observação do peixe-boi-marinho, visitas às praias, piscinas naturais, estuários e manguezais, contemplação da paisagem, reconhecimentos histórico-cultural, gastronômico e

social, será uma verdadeira imersão nas singularidades da UC e, simultaneamente, o estímulo ao desenvolvimento local sustentável (BUARQUE, 2004; ENDLICH, 2007; HANAI, 2012).

O planejamento do turismo deve contemplar a participação ativa dos atores sociais nos processos decisórios para que não ocorram verticalização e hierarquização das ações por meio das esferas governamentais. A população local conhece as especificidades dessa área, com isso contribui para que os planos, programas e projetos sejam melhor articulados e evitem possíveis impactos ambientais negativos ao território que apresenta elevada fragilidade ambiental. Portanto, conciliar as especificidades, envolver os atores sociais, integrar espaços e fortalecer a imagem do território turístico são tarefas que a gestão pública deve realizar para que os resultados sejam de benefícios sociais, equilíbrio ecológico e crescimento econômico (SACHS, 2004; FOLADORI 2007), logo se refletirão em desenvolvimento local.

O território turístico da APACC tem municípios com interessante estrutura para gerir o ambiente, como são os casos em especial, de Maragogi/AL e Tamandaré/PE que possuem estrutura básica de gestão ambiental e turística (SELVA; COUTINHO, 2010; GOMES, 2013) o que contribui para a manutenção e equilíbrio do ambiente, entretanto se faz necessário que os demais municípios, principalmente, os que apresentam menor poderio econômico e político, também articulem e organizem seu arcabouço legal e institucional para que todo o território tenha amparo na gestão da UC, do poder público Federal e Estadual e, sobretudo, da municipalidade onde acontecem os problemas na prática.

A materialização dos acontecimentos ocorre na esfera pública municipal, por isso, ter e estar em funcionamento os elementos da gestão pública ambiental e turística é imprescindível para o desenvolvimento de qualquer atividade, certamente, o turismo deveria merecer ainda mais atenção porque suas ações influenciam as dimensões econômica, social, ecológica e cultural, destarte, seja qual for o resultado dessa dinâmica, poderá repercutir diretamente na qualidade de vida da população local. Todavia, a municipalidade pelos baixos investimentos das políticas públicas Federal e Estadual em formação de corpo técnico, infraestrutura, arcabouço legal e institucional apresentam grandes deficiências no contexto da gestão do território, pois a verticalização e hierarquização das ações do poder público ficam engessadas ao chegarem aos municípios porque não atendem, sequer, às especificidades locais.

Vislumbrar perspectivas para o desenvolvimento local com bases na sustentabilidade indica à necessidade de articulação, integração e participação da população local ativamente, assim como a inserção e a adequação de infraestrutura para a sociedade local, cujo objetivo é a melhoria da qualidade de vidas dessas pessoas, logo o turismo adentra apenas como uma atividade econômica presente no território e não como salvação da problemática social, de

maneira que os investimentos são destinados à estruturação dos equipamentos urbanos, evidentemente essas ações também refletir-se-ão no desenvolvimento do turismo.

Salienta-se que são muitos os desafios que, superados, transformar-se-ão em perspectivas para o território turístico e contribuirão para mitigar os riscos ambientais, fortalecer a economia e estimular o desenvolvimento local. A gestão, no entanto, deve acontecer de forma integral porque as especificidades desse território demonstram sua fragilidade ambiental e demonstram, ao mesmo tempo, sua vocação natural para o turismo, a importância do equilíbrio ecológico para a manutenção de espécies em vias de extinção e a proteção dos recifes de coral, fatores que precisam ser priorizados no planejamento e gestão (QUINTAS, 2006; SELVA; COUTINHO, 2010; BARRAGÁN MUNÓZ, 2004; 2014) porque contribuirão para a melhoria da qualidade de vida dos mais de 187 mil habitantes que vivem no território contíguo e de influência da APACC.

De forma geral, as perspectivas para o desenvolvimento local do território turístico da APACC são evidentes, uma vez que o turismo já se faz presente, alguns municípios já possuem estrutura de gestão ambiental e turística, a beleza cênica da UC em virtude de que são 120 km de praias, piscinas naturais, manguezais, estuários etc., área estratégica para o turismo alagoano e pernambucano sem falar Maragogi/AL, que é um dos principais municípios da APA e o segundo maior indutor de turismo do seu estado, notadamente por sua proximidade com Porto de Galinhas, em Ipojuca/PE, cujo turismo já está consolidado, como também das capitais de Alagoas e Pernambuco que maximizam o território-rede (HAESBAERT, 2004. Neste sentido, estas e outras características potencializam a dinâmica produtiva do turismo e, por sua vez, do desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O tema pensado para a presente tese foi “*Os Múltiplos Usos do Território da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (Alagoas – Pernambuco): Reorganização Produtiva e Turismo*”, cujo objetivo central era analisar os múltiplos usos do território, especialmente em UC, as contribuições do turismo e das políticas públicas para a proteção ambiental e o desenvolvimento local e regional, em particular no território turístico da APACC, no período de 1990 a 2019. Entretanto, a aproximação inicial do referencial bibliográfico e documental, contribuiu para modificar o entendimento e substituir a “Reorganização Produtiva” pela “Reestruturação Produtiva” porque, se pensa que, o processo de territorialização ocorrido, na área pesquisada, foi constituído através de campos de forças e relações de poder, entre os atores sociais, especialmente, o Estado e as grandes corporações econômicas, conseqüentemente, houve, de certo modo, influências no processo de inserção produtiva no território que já tinha, em seu esteio, múltiplos usos e que foram reestruturados para atender à lógica do capital.

De forma preliminar, foi realizado o levantamento das referências bibliográficas e documentais, momento que desvelou dificuldades em encontrar informações consolidadas que tratassem de forma específica do território da APACC, assim como de sua área contígua e de influência, fato que contribuiu como elemento, a mais, de dificuldade na construção do trabalho, por isso que, a análise teve que ser realizada considerando as duas regiões turísticas que envolvem a UC, informações das municipalidades e dados estaduais, no sentido de construção de tabelas, quadros e gráficos especificamente para a área estudada, em função da inexistência dos mesmos por se tratar de 10 (dez) municípios envolvidos e suas relações diretas com a APA.

Enfatiza-se que durante a pesquisa teórica e empírica, a obtenção de dados e informações econômicas, sociais, históricas e ambientais detalhadas do território em questão, apenas foi possível, a partir da análise de cada município para posterior compilação de material, de modo que foi necessária a construção de mapas, tabelas, quadros etc., de maneira original. Diante do explicitado, fica claro que compreender a totalidade do território de influência e contíguo da APACC, se fez necessário, adentrar a escala local e fazer as inter-relações entre as municipalidades e, especificamente, a unidade de conservação, com isso permitiu e ao mesmo tempo se configurou como oportunidade de construir materiais inéditos em se tratando da APACC, logo se constitui como uma interessante contribuição para esse território.

Embora, tenha havido dificuldades em obter informações compiladas dos municípios presentes no território da APACC, os poucos materiais encontrados foram interessantes para elucidar as questões em torno do objeto de pesquisa, por esta razão, foi possível teoricamente

delinear os argumentos e análises para entender as especificidades do território, partindo do objetivo geral que quando confrontado empiricamente, sob luz da ciência geográfica, fez desvelar os detalhes incutidos nas entranhas do território. Portanto, o território turístico da referida APA, surgiu mesmo antes da UC ser constituída (1997), na verdade o desenvolvimento do turismo nessa área tem origens ainda mais remotas e entrelaçadas a crise da dinâmica produtiva local, notadamente, a partir da década de 1970.

As primeiras constatações teóricas fizeram com que o caminho a ser percorrido fosse da compreensão da história local, mesmo que longínqua, somente assim poderia compreender a formação econômica, social e espacial, igualmente a dinâmica produtiva local atual, embora o recorte temporal tenha sido definido previamente (1990-2019), a materialidade dos acontecimentos somente seria desvendada cutucando o passado para que assim, a partir das rugosidades presentes, possibilitassem entender as formas espaciais atreladas a sua historicidade. Destarte, foram definidos três grandes períodos históricos, a saber: 1500 a 1800, 1801 a 1950 e 1951 a 2019, de maneira que cada momento histórico, houve uma territorialização recheada de conflitos, antagonismo e contradições que perduram até o momento atual.

A primeira territorialização foi baseada na produção canavieira, escravocrata e excludente que tinha como base o transporte fluvial da produção, sendo assim as características naturais do território se tornaram fatores contributivos para o desenvolvimento econômico, uma vez que a presença de estuários permitiu as construções de portos para escoar a produção, como também o tipo de solo, clima e a hidrografia eram condizentes com a cultura produtiva que foi inserida. Consequentemente, surgem os primeiros portos, comunidades e comércios, pode-se inferir que se tratam dos primeiros passos da urbanização brasileira e que foi marcante do ponto de vista do domínio do território, tendo em vista fazer jus a posse da terra através do uso do solo para a produção agrária.

O período histórico definido, 1801 a 1950, igualmente destacado como segunda territorialização, permanece com as características econômicas e sociais semelhantes, isto é, pleno domínio dos senhores de engenhos, sob tutela dos seus capatazes, enquanto a população negra é explorada, expropriada e segregada, evidentemente escravizada, a relação social escravocrata de produção da cana-de-açúcar permanece no lastro da zona da mata nordestina. Há, um aumento da produção canavieira, por conta da expansão da área produtiva, do domínio de novas técnicas e maiores investimentos, por conseguinte é um período de grande ápice econômico para esse território, como também consolidação urbana porque surgem as primeiras

vilas e cidades, bem como surgem conflitos e antagonismos marcantes entre o dominar, explorar e o segregar.

Merece destaque, a construção da ferrovia que visava conectar Recife ao Litoral Sul de Pernambuco e posteriormente a Maceió em Alagoas, visto que transforma, acelera, insere e dinamiza novas áreas produtivas, de maneira que potencializa a acumulação de capital, do mesmo modo que faz surgir novos povoamentos ao longo de suas estações. O transporte que era realizado por meio de embarcações, o que dificultava produzir longe dos portos, a partir da chegada da ferrovia facilita o transporte da produção, sendo assim favorece e fortalece a economia canavieira porque amplia-se a área produtiva.

A denominada, segunda territorialização, também foi marcada por turbulências, principalmente, no início do século XX, quando o preço do açúcar decaiu e a concorrência aumenta no mercado internacional, fatores que conduziram a economia canavieira brasileira, especificamente, da Zona da Mata nordestina para severa crise econômica e paralelamente intensa pressão social pelo acesso à terra, momento em que o poder público, mesmo que lentamente, intervém no sentido de dinamizar a economia através de políticas públicas como o PROTERRA e o PROÁLCOOL, apesar de terem contribuído com a melhora do cenário econômico do período, ainda assim não foi suficiente para acabar a crise canavieira.

Infere-se que, até meados do século XX, as ações governamentais visavam, reorganizar a dinâmica produtiva do território por meio de incentivos fiscais, distribuição de terra e financiamentos, contudo, há um aprofundamento da crise econômica porque as políticas públicas instituídas não foram suficientes para dinamizar a conjuntura econômica, de modo que foi necessário reestruturar produtivamente o território, tendo em vista a referida crise, somada a necessidade de inserir o Brasil no mercado turístico internacional e aliada ao processo de revalorização da faixa litorânea para o uso do lazer, do descanso, da saúde etc., dar-se início à reestruturação econômica da Zona da Mata nordestina e, por sua vez, ao território da APACC.

A terceira territorialização, foi delineada pelo processo de reestruturação produtiva do território, primeiro para dar respostas a mais uma crise da agroindústria canavieira, notadamente, na Zona da Mata nordestina, segundo porque as políticas públicas não conseguem reacender e efetivar a produção açucareira, conseqüentemente, o poder público, por meio de políticas de megaprojetos, insere no território o turismo de segunda residência massivamente, amparados num contexto político-ideológico de vocação natural para a atividade, igualmente destacam como saída e opção mais rentável para a dinamização da economia, além de utilizarem um discurso desenvolvimentista que, somente, maximiza o crescimento econômico, mas também a segregação socioespacial aumenta.

Destaca-se, que o território da APACC vivencia, ainda hoje (2019), a terceira territorialização que passou a ser adjetivada de turística, notadamente, na década 1970, porque a lógica produtiva coadunada pelo Estado e o mercado, escolhem o turismo como uma das principais atividades, a serem desenvolvidas na faixa litorânea nordestina, assim formam os territórios turísticos, inicialmente, através da segunda residência, em seguida pelas pousadas e hotéis e, a posteriori, pelas grandes corporações turísticas, por meio de *resorts*, embasados no denominado, “modelo Cancun” de turismo de massa e no segmento de sol e praia, apesar das contra-racionalidades existentes no território.

De fato, as políticas públicas, foram determinantes para a reestruturação produtiva do território, a princípio, com a política de megaprojetos, em seguida, pelo PRODETUR/NE I e II que foi fomentado pelo Plano Nacional de Turismo, logo, fica notório os elevados investimentos realizados na costa nordestina que propiciaram o crescimento do setor e, simultaneamente, a urbanização turística, porque o turismo de segunda residência estava atrelado aos grandes loteamentos e condomínios privados, com isso, houve intensa ocupação urbana do território, indubitavelmente, concentração dos investimentos nas capitais, regiões metropolitanas e na faixa costeira.

A territorialização turística é ampliada por meio de intenso processo de turistificação que transforma significativamente o território litorâneo, particularmente, as proximidades de linha de praia, pois nessa área é que estão os equipamentos turísticos. Apesar disso as marcas do passado estão presentes nas formas espaciais, isto é, as rugosidades apresentam a formação econômica, social e espacial passada, contudo o processo de turistificação é voraz, dinâmico e transformador das frações do território, de modo que as formas são modificadas para contribuir com a lógica produtiva vigente, assim o turismo tem desencadeado, papel relevante na faixa costeira nordestina, em especial, no atual território da APACC, como sendo uma das principais atividades econômicas e que tem, paulatinamente, substituído a agroindústria canavieira que continua em franca decadência nesse território.

A década de 1990, é marcante para o crescimento do turismo no litoral nordestino, visto que as políticas públicas, em especial, PRODETUR/NE, direcionam recursos para a atividade, sobretudo, para contribuir com a infraestrutura local, com vistas, a ampliação do fluxo turístico e modernização dos equipamentos, os resultados foram satisfatórios, embora tenha havido concentração de recursos, principalmente, nas capitais e regiões metropolitanas, como já mencionado, bem como essas políticas contribuem com o processo de urbanização turística da costa litorânea. Tendo em vista, os objetivos governamentais, pode-se ressaltar que a atividade

turística adentra a fase de consolidação na conjuntura econômica brasileira, particularmente, na faixa litorânea nordestina.

O cenário favorável para o crescimento do turismo, durante a década de 1990, não é diferente para o Litoral Norte de Alagoas e o Litoral Sul de Pernambuco, ambos já eram considerados áreas estratégicas para os seus respectivos estados, em virtude de que, destinos turísticos como Maragogi/AL, Porto de Galinhas (Ipojuca/PE) e Praia dos Carneiros (Tamandaré/PE) estão presentes nessa área, conseqüentemente, a reestruturação produtiva faz uso do território, para fortalecimento da atividade turística.

Durante a década de 1990, além das políticas públicas, vários acontecimentos foram contributivos para a ascensão do turismo no litoral nordestino, especialmente, entre a faixa costeira de Alagoas e de Pernambuco, destaca-se como relevante, o seminário promovido pela CORALLUS, em 1994, porque elabora proposta que foi apresentada ao poder público e tinha como perspectiva o manejo, a conservação e a pesquisa nos recifes de coral, a partir da criação de uma UC, a pressão realizada ao governo brasileiro através desse documento, resultou na criação, em 1997, da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais – APACC. Tal medida contribuiu com a proteção ambiental, ao mesmo tempo em que maximizou o turismo, constitui uma intensa relação dicotômica entre proteger e utilizar, usar e impactar, conservar e mercantilizar, conseqüentemente, tem amparo no discurso desenvolvimentista, aliado a preservação do ambiente e mitigação dos problemas sociais.

A partir da criação da APACC, a área de influência e contíguo da UC tem, notadamente, grande ascensão do setor turístico, fato que tem desencadeado conflitos, contradições e antagonismo porque acontecem múltiplos usos desse território, portanto, mediar os diversos interesses, com intuito de proteção, benefícios sociais e ecológicos e, paralelamente, crescimento econômico, certamente, se torna um palco turbulento e, diga-se de passagem, de um ambiente que apresenta elevada fragilidade ambiental e que o uso, indevido, beira o risco ambiental iminente.

Diante do explicitado, se faz pensar que, a gestão desse território deve seguir a legislação ambiental e turística vigente, de forma criteriosa, em função de sua fragilidade ambiental, como também por se tratar de UC de uso sustentável, logo o uso e o abuso estão muito próximo da situação de risco ambiental e, por conseqüência, de impactos ambientais negativos.

Considerando as hipóteses construídas para nortear a pesquisa, infere-se que: a primeira hipótese “*as políticas públicas ambientais e turísticas promovidas pelo Estado no território da APACC contribuíram para a reestruturação produtiva, proteção ambiental e o desenvolvimento, tanto que promoveu um dinamismo econômico no sentido de evitar*

contradições socioespaciais”, foi confirmada em parte, pois, de fato as políticas públicas conduziram o processo de reestruturação produtiva do território contíguo e de influência da UC, inclusive possibilita a criação da APACC e de legislações ambientais e turísticas específicas com o objetivo de proteção ambiental, com isso, promove o dinamismo econômico, especialmente, na alta estação do turismo, entretanto, não evita o surgimento de intensas contradições socioespaciais que ficam evidentes com a baixa geração de emprego e renda, a deficiente infraestrutura de equipamentos urbanos para a população local, a incidência de pobreza elevada e de forma geral o IDHM é muito baixo. Portanto, a dimensão social não obtém os benefícios e requisitos necessários para atingir, o que se propõe, como desenvolvimento local.

Em se tratando da segunda hipótese *“uma das atividades que tem se destacado no Brasil, mas em um ritmo mais lento que o mundial, é o turismo, apesar disso pode ser dinamizador da economia local e regional, assim como propiciador de benefícios sociais e ecológicos, quando pautado no planejamento e gestão integrados. No território da APACC a dinâmica turística tem sido rápida e estimuladora do desenvolvimento, especialmente, do crescimento econômico, enquanto a sustentabilidade tem ficado distante de ser efetivada”*, se pode destacar que foi confirmada porque a atividade turística tem crescido em um ritmo acelerado no mundo, por razão de seus processos serem bastante fluídos, de maneira que permite fluxos de capitais, informações, materiais e pessoas com elevada agilidade e, de certo modo, integração entre os fixos dos territórios envolvidos, logo reflete no crescimento rápido do turismo, como também intensa acumulação de capital, assim sendo há, certamente, retroalimentação, entre os fixos e fluxos o que garante pleno desenvolvimento para atividade, mas a infraestrutura existente, estrutura de gestão do território integrada e articulada são características que possibilitam o dinamismo.

Por isso que, no Brasil o ritmo de crescimento é bem menor, haja vista possui deficiente infraestrutura das localidades, rodovias em péssimo estado de conservação, desestrutura dos aeroportos, recursos humanos despreparados, elevado índice de insegurança, gestão ineficiente, desarticulada e até inexistente são características que freiam o dinamismo do turismo no contexto brasileiro, apesar disso têm ocorrido pequenos avanços, contudo, insuficientes para articular, maximizar e estabelecer que a atividade turística apresente o mesmo ritmo de crescimento que o mundial.

A hipótese também destacava a possibilidade de contribuir com o dinamismo econômico, benefícios sociais e ecológicos, ressalta-se que quando a análise é num contexto mundial confirma-se tal afirmação, de fato, o turismo tem capacidade de estimular e

potencializar as referidas dimensões, entretanto é condição *sine qua non* que o planejamento seja integrado ao processo de gestão e que haja a participação efetiva dos atores sociais, fazendo com que sejam integrados aos processos decisórios, na verdade devem ser os protagonistas da construção do planejamento e gestão do território.

Do ponto de vista do desenvolvimento e da sustentabilidade, se destaca que a atividade turística utiliza como marketing a proteção ambiental, a preservação do ambiente, como também mercantiliza a natureza, sendo assim há um discurso desenvolvimentista que tem maximizado, apenas, o crescimento econômico, ao passo que os benefícios sociais e ecológicos ficam aquém, contudo, não se pode deixar de enfatizar que há o estímulo, do mesmo modo que há potencialidade de dinamizar e propiciar o desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, entende-se que esta hipótese atende às perspectivas externadas e assim foi confirmada.

A terceira hipótese versava sobre *“a gestão da atividade turística no Brasil, em particular, no território turístico da APACC, tem o planejamento ineficiente e desarticulado nas esferas pública e privada, com isso, não se aproxima da possibilidade de contribuir com o desenvolvimento local e regional”*, verificou-se que existem diversas contradições, conflitos e antagonismos no processo de planejamento e gestão ambiental e, particularmente, do turismo, pois é uma conjuntura delineada, por três níveis de gerenciamento do território, isto é, o poder público Federal, em função que trata-se de UC Federal, logo atende as legislações específicas ambientais e turísticas, do mesmo modo em que está sob a responsabilidade das políticas estaduais, neste caso, de 02 (dois) estados, porque o território contíguo e de influência da APACC é constituído por municípios de Alagoas e Pernambuco, e ainda, pelas diretrizes municipais no contexto da materialidade da gestão desse território.

Percebe-se, que articular as esferas governamentais e atender as perspectivas dos atores sociais, especialmente, dos agentes produtivos do espaço turístico se desvelam como desafiador e conflituoso porque são interesses distintos que percorrem, desde a condição de sobrevivência até a acumulação do capital, assim, o antagonismo fica evidente e as relações de poder contundentes.

A hipótese também retratava a possibilidade de contribuição para o desenvolvimento local e regional, todavia, como já mencionado, acontece uma potencialização do crescimento econômico em detrimento aos benefícios sociais, ambientais e culturais, logo reflete contradições entre as dimensões que o desenvolvimento deve abarcar, dessa forma, se distancia do que propõe, embora haja dinamização e resultados positivos durante o processo, o antagonismo entre a questão econômica, social e ambiental acaba ficando desbalanceado, com

um peso enorme estabelecido pela lógica produtiva do capital por meio de um discurso desenvolvimentista. Portanto, a devida hipótese foi confirmada.

A quarta hipótese da pesquisa discorria sobre “*a gestão ambiental direcionada ao turismo no âmbito de unidades de conservação tem acontecido de forma desarticulada, centralizada e a participação dos atores sociais não tem sido efetiva, dinâmica e transparente, em especial, na APACC*”, ressalta-se que a hipótese foi confirmada porque a gestão da UC, apesar dos esforços em ampliação do diálogo com os setores sociais, culturais e econômicos, bem como das perspectivas externadas para descentralização de ações de proteção, conservação e melhorias no território, além disso têm empreendido conexões entre os gestores públicos municipais, agentes de produção do espaço turístico, associações e as organizações não governamentais com vistas ao fortalecimento da estruturação de gestão ambiental e turística, ainda assim tem havido centralização das decisões, notadamente, entre o poder público e as grandes corporações turísticas.

O processo de gestão da APACC tem ocorrido de forma desarticulada, embora tenha havido ampliação dos canais de comunicação, particularmente, pelo Núcleo de Gestão Integrada Costa dos Corais que tem buscado garantir que os usos desse território aconteçam de maneira harmonizada, da mesma forma que respeitem a legislação ambiental, principalmente, por meio do desenvolvimento da atividade turística.

A APACC possui um conselho gestor (CONAPACC) com 40 (quarenta) membros entre sociedade civil e poder público, o que tem permitido uma participação interessante no planejamento e gestão de processos decisórios da UC, contudo, é um território longo, o que tem dificultado ser efetiva a participação dos atores sociais, isto é, o CONAPACC tem sido efetivo, entretanto, o envolvimento da população local no âmbito da municipalidade, tem sido abaixo do que se espera, porque as audiências públicas tem pouca participação, o envolvimento nas ações coletivas é mínimo, o que dificulta o acesso às informações, o empoderamento e o sentimento de pertencimento desses atores sociais.

As articulações entre a gestão da APACC e o poder público, especialmente, municipal tem ocorrido bastante fragilizada, em vista disso os municípios são muito desarticulados, apesar de que alguns, como são os casos de, Maragogi/AL, Tamandaré/PE e São José da Coroa Grande/PE possuem interessante estrutura de gestão ambiental e turística, contudo a execução das decisões e ações têm falhas graves, devido a deficiente estrutura institucional, baixa qualificação do corpo técnico e quantitativo de pessoal abaixo do necessário, ausência de equipamentos básicos, de modo geral a infraestrutura é insuficiente e os investimentos são

mínimos, assim este conjunto de fatores têm contribuído para desarticulação do processo de gestão e, inclusive, atrapalha o dinamismo e transparência das ações.

Por fim, a quinta e última hipótese expunha que “*a dinâmica socioespacial existentes no território da APACC não tem contribuído com a proteção do ambiente, do mesmo modo que não tem empoderado os atores sociais, assim como, pouco têm contribuído para o desenvolvimento regional e local, particularmente, através do turismo*”. No transcorrer da pesquisa a devida hipótese foi confirmada, visto que o território contíguo e de influência da UC possui cerca de 187.000 habitantes que, durante o período de alta estação do turismo, aumenta pelo menos, cerca de 30%, em função da grande quantidade de casas de veraneio (segundas residências) que há no território, somadas também ao grande número de pousadas, hotéis e *resorts* existentes.

De acordo com o ICMBIO a APACC, é a nona UC mais visitada do Brasil, chega a atingir, cerca de 297.000 visitantes durante o ano, considerando as informações do ICMBIO que tem base, apenas, nos dados de visitação das piscinas naturais dos municípios de São José da Coroa Grande/PE, Maragogi/AL, Japaratinga/AL, São Miguel dos Milagres/AL e Porto de Pedras/AL, portanto o número de visitantes, com certeza, é muito maior, dessa forma deve-se trabalhar para criar mecanismos de controle de visitação a todos os ambientes da APACC, cujo objetivo é a proteção, como também organização dos espaços e respeito a capacidade de carga, assim evitando riscos ambientais e possíveis impactos ambientais negativos.

Diante do elevado fluxo de visitas, os objetivos de proteção ficam mais distantes de serem atingidos, porque conciliar esta dinâmica a fragilidade ambiental que área possui, torna-se um terreno entremeado de campos de força e relações de poder que têm contribuído para riscos e impactos ambientais.

O inchaço urbano, provocado no período de alta estação pelo intenso fluxo turístico, acarreta o uso excessivo de água, deságue de efluentes no rios e oceano, esgoto a céu aberto, como também aumenta a produção de resíduos sólidos e o descarte em locais inapropriados, desrespeito a capacidade de carga dos ambientes naturais visitáveis, insegurança e muita desorganização. Os municípios que estão diretamente conectados a esta dinâmica, não conseguem com seu quadro de servidores, gerir todos os problemas, pois já possuem estrutura de gestão institucional, ambiental e turísticas deficientes pelos baixos investimentos governamentais, sendo assim os impactos e conflitos são diversos no território.

A dinâmica socioespacial também fomenta outros problemas, antagonismos e contradições que estão conectados à atividade turística, a saber: cerceamento da praia, especulação imobiliária, construções e aterros irregulares, loteamentos que desrespeitam a

legislação vigente, bem como a segregação socioespacial, logo o propósito objetivado de proteger o ambiente com a criação da APACC sofre intensos reflexos dos impactos originados por esta dinâmica, como também potencializa as desigualdades sociais.

A hipótese também destacava o contexto de empoderamento dos atores sociais por meio da dinâmica socioespacial impulsionado, principalmente, pelo turismo, entretanto há um baixo envolvimento nos processos decisórios no território turístico da APACC, apenas acontece via participação do CONAPACC, entretanto, como já mencionado, no âmbito da municipalidade fica abaixo do esperado porque o Estado, através das políticas públicas, direciona investimentos para atender, sobretudo, as grandes corporações do capital, ao passo que as verdadeiras necessidades da localidade ficam em segundo plano, uma vez que o importante é contribuir com a infraestrutura para o desenvolvimento da principal atividade, neste caso, o turismo.

Em se tratando da perspectiva externada na hipótese sobre, a pouca contribuição para o desenvolvimento regional e local, propiciada, pela atividade turística, destaca-se que há uma sobreposição da dimensão econômica, isto é, ocorre maximização do crescimento econômico, entretanto os benefícios sociais e ambientais ficam em segundo plano, de maneira que, as desigualdades socioespaciais são acentuadas e os impactos ambientais negativos são evidentes, consequentemente os resultados propiciam o desenvolvimentismo.

O poder público, utiliza o discurso político-ideológico de vocação natural, para inserção do turismo como atividade econômica de uma localidade, do mesmo modo em que ressalta a geração de emprego e renda, bem como a potencialidade econômica da cadeia produtiva do setor turístico, contudo os efeitos percebidos no território turístico, neste caso, da APACC externam uma realidade contraditória e antagônica ao devido discurso, o que se constata é o elevado percentual de desempregados e de subempregados, mesmo no período de alta estação do turismo. Portanto, os reflexos mostram contundentes desigualdades sociais, expressadas pela falta de moradia, pavimentação, esgotamento sanitário, recolhimento de resíduos sólidos, somados a especulação imobiliária, a segregação socioespacial, a insegurança e, sobretudo, pela elevada incidência de pobreza do território.

Os aspectos mencionados desvelam que os benefícios sociais propostos são insuficientes para atingir o desenvolvimento, na verdade, os efeitos são contraditórios e antagônicos, o que contribui para aumentar as desigualdades sociais e, por sua vez, fomentar a acumulação do capital em detrimento da população local. Por conseguinte, se tem um desenvolvimento geográfico desigual e combinado recheado de intensa expropriação, exploração e segregação social.

No tocante, a dimensão ambiental do desenvolvimento, verificou-se que entre o discurso e a realidade muitas contradições são perceptíveis no território turístico da APACC, destaca-se que é a maior UC Federal Marinha Costeira de proteção dos recifes de coral, em vista disso se configura como uma área de elevadíssima fragilidade ambiental e que possui múltiplos usos do seu território, o que tem delineado situações de eminente risco ambiental, igualmente impactos ambientais negativos porque, metaforicamente, fica numa gangorra, a proteção e os usos que permeiam por equilíbrio, contudo os abusos, o desrespeito à legislação vigente, a capacidade de carga dos ambientes, os aterros e construções irregulares são alguns dos desequilíbrios verificados e que tem contribuído, especialmente, para o desenvolvimentismo.

Diante do explicitado sobre a quinta hipótese, fica evidente, a confirmação da veracidade porque, sinteticamente, o turismo, tem contribuído com impactos ambientais, a população local não tem sido empoderada e o desenvolvimento proposto, somente, maximiza o crescimento econômico, logo é uma prática desenvolvimentista.

Para além das hipóteses, verificou-se os múltiplos usos do território contíguo e de influência da APACC, bem como suas interferências na dinâmica produtiva local, logo, fica notória, a presença da agroindústria canavieira que continua, com aparente, domínio do território agrário, apesar do seu declínio ter sido intensificado desde o início da década de 1990, o que propiciou a reestruturação produtiva do território, evidentemente, induzido pelas políticas públicas no âmbito Federal, Estadual e Municipal, por consequência a zona de praia adquire maior valor de uso e de troca, o que estimula e provoca a inserção do turismo de segunda residência e inserção de grandes corporações turísticas.

Constatou-se que o território turístico da APACC possui três segmentações do turismo, a saber: turismo veranista ou segunda residência, excursionista ou *day use* e o turismo hoteleiro, todos amparados no turismo de sol e praia, de certo modo, consolidado e com grande fluxo de visitantes diariamente e, por sua vez, anualmente, entretanto com destaque para os municípios de Maragogi/AL e Tamandaré/PE, por isso que, se faz necessário, estimular a rede turística e o tempo de permanência do turista no território contíguo e de influência da UC, cujo intuito é fortalecimento da economia dos municípios aliado a proteção ambiental, isto é, o desenvolvimento local.

Identificou-se também que, o território turístico da APACC, tem a presença do turismo ecológico, especialmente, visitas ao santuário do peixe-boi marinho, neste caso, diretamente relacionado a Associação de Turismo de Base Comunitária do Peixe-Boi Marinho, em Porto de Pedras/AL. O ecoturismo, tem sido desenvolvido na área, por meio de trilhas ecológicas, passeios de jangadas nos rios e manguezais, como também relacionado as pousadas de charme

que tem como premissa a responsabilidade social, o equilíbrio ambiental, de maneira geral a sustentabilidade.

Os dois casos ressaltados estão localizados na Rota Ecológica dos Milagres, nos respectivos municípios: Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, ambos em Alagoas. Destaca-se que, a proposta da Rota Ecológica, segue na contramão da lógica produtiva do turismo de massa, visto que busca desenvolver as atividades, com o máximo, de equilíbrio ambiental, aliada ao luxo e conforto, destarte se diferencie da dinâmica geral da APACC, características que têm fortalecido o turismo, nessa área específica, igualmente contribui para diminuição das desigualdades sociais, assim corrobora para o desenvolvimento local.

Diante da grande extensão do território turístico da APACC, se fez necessário, compreender a dinâmica da atividade nos municípios envolvidos, como também quem são os visitantes da UC e de onde vem, logo ficou constatado, que se tem elevado percentual de visitantes, no contexto do turismo de segunda residência, que são advindos do agreste alagoano e pernambucano, igualmente das regiões metropolitanas de Maceió/AL e de Recife/PE. Em se tratando do fluxo de visitantes do turismo hoteleiro e excursionista ou *day use*, destaca-se que a Região Sudeste do Brasil, notadamente, o Estado de São Paulo é o maior emissor para área em questão. A partir dessa identificação foi possível entender que a APACC, apesar de ter um território-zona, os seus fluxos turísticos, sobretudo, do turismo hoteleiro, são realizados em um contexto de território-rede.

O território turístico da APACC, faz parte de uma rede, que tem grande influência das capitais Recife/PE e Maceió/AL, porque os fluxos turísticos de entradas, nacional e internacional, são feitos através dos aeroportos localizados nesses municípios, em seguida são utilizadas as rodovias estaduais dos Estados de Pernambuco e Alagoas para chegarem ao território contíguo e de influência da UC, portanto, se estabelece um território-rede, com elevado fluxo de informações, mercadorias, turistas e capitais, com uma dinâmica que retroalimenta-se e, também, tem contribuição e influência, dos destinos indutores consolidados Maragogi/AL e Porto de Galinhas, em Ipojuca/PE, conseqüentemente fortalece a dinâmica turística no território da APACC.

Constatou-se também, que os visitantes do território turístico da APACC, não sabem que estão em uma UC, muito menos, que se trata da maior APA Marinha Costeira do Brasil, de modo que, as regras existentes para a visitação, são desrespeitadas porque o turista, não entende, em certos casos, que está visitando uma das maiores barreiras de corais do mundo e que o

ambiente é extremamente frágil, da mesma maneira que acessar as piscinas naturais e outros atrativos da UC, pode contribuir para eminente risco ambiental.

Utiliza-se a atratividade da APACC, isto é, suas praias, rios, manguezais, estuários, maceiós, restingas e, principalmente, as piscinas naturais, para a comercialização do território turístico, de fato trata-se da mercantilização da natureza, com fins para atender as perspectivas da lógica produtiva vigente, cujo intuito é a acumulação do capital, por isso que os visitantes chegam ao território turístico, mas não sabem que é uma UC, simplesmente porque o processo de venda, do produto turístico, no mercado nacional ou mesmo internacional, apenas, tem interesse na beleza cênica local e diretamente nos atrativos, conseqüentemente fica esquecida a delimitação da APA, os regramentos, o respeito a legislação ambiental Federal, Estadual e Municipal. Portanto, os objetivos de proteção ficam à mercê dos múltiplos usos e abusos do território pelas grandes corporações turísticas.

O turista deve acessar, o território turístico da APACC, sabendo do que se trata, uma vez que, contribuirá para a manutenção, respeito e equilíbrio do ambiente, do mesmo modo que potencializará e retroalimentará a visitação, em virtude de que chegará ao ambiente com conhecimento das regras e importância da conservação dos recifes coralíneos. Assim sendo, o turismo contribuirá para a proteção ambiental e estimulará a visitação, igualmente maximizará as contribuições para o desenvolvimento local.

Verificou-se que o território turístico da APACC, embora já existam sinalizações turísticas, a infraestrutura existente é deficiente e ineficiente, por esse motivo deve-se melhorar os acessos viários, sinalizações, passarelas de acesso às praias, mirantes, rios, manguezais etc., construir núcleos de recepção dos visitantes, estabelecer forma de controle de acesso a UC, seja por meio de taxa de entrada, ou seja, pelo menos por pulseira para identificação, controle e fiscalização da conduta do visitante. Fica notório que, particularmente, o controle de acessos é bastante complexo devido as várias rodovias estaduais de acesso e porque a APA, por conta de sua grande área, não é fechada, como normalmente acontece com os parques nacionais.

Ressalta-se que os objetivos indicados, as hipóteses apresentadas, as questões de pesquisa delineadas e a execução das fases metodológicas foram essenciais para entender a tese da pesquisa. Diante do exposto, o território turístico da APACC, foi concebido por meio de políticas públicas, em especial, ambientais e turísticas, que foram fundamentais para a reestruturação produtiva do território, pode-se dizer que, uma nova territorialização, recheada de influências e mecanismos para fomentar a acumulação do capital, conseqüentemente surgem múltiplos usos do território, sendo destaque o turístico, que contribui para determinantes

transformações socioespaciais, como também impactos ambientais negativos e antagonicamente a proteção ambiental.

De fato, a territorialização turística no território da APACC, foi influenciada por intensa turistificação que acentuou o processo e culminou em expropriação, exploração e segregação social, estes motivos colaboraram para transformações no território e severos impactos ambientais, embora tenha possibilitado, também, pequenas contribuições no sentido do desenvolvimento, notadamente, a maximização do crescimento econômico.

A territorialização, iniciada com o processo de reestruturação produtiva do território, foi fomentada, particularmente, pelo turismo, de forma que constituiu o território turístico, neste caso, da APACC, cujo objetivo foi a proteção dos recifes de coral, contudo despontou contraditoriamente com os múltiplos usos do território, de modo que o excesso de visitantes, a desestruturação da UC, a ineficiência da gestão dos municípios, por razão dos baixos investimentos e pouco apoio do poder público Estadual e Federal são fatores contributivos para transformações socioespaciais significativas.

Por fim, enfatiza-se que as políticas públicas foram estimuladoras da proteção ambiental, contudo são estabelecidas antagonicamente porque produzem a territorialização da APACC, por meio do turismo, um dos múltiplos usos do seu território, que devido a sua abstração, flexibilidade e fluidez possibilita interessante lógica produtiva de acumulação do capital, a partir dos usos dos fixos presentes no território e alimentado pelos fluxos de turistas, mercadorias e capitais, conseqüentemente fomenta o território-rede.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Muniz. **Uma “Viagem” de Inclusão: Turismo, Desenvolvimento e Território.** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR – 2010.
- ABREU, Luciano Muniz. MOREIRA, João Paulo Noronha. **Políticas de Turismo e território: uma análise da experiência brasileira com foco no Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE.** In: I Colóquio Nacional Sobre Cidades Litorâneas e Turismo – I CILITUR, 2017.
- ABREU, Luciano Muniz. COSTA, Aline Nogueira da. **Turismo e Litoral: transformações espaciais, fragmentação urbana e exclusão social no Nordeste do Brasil.** Revista *Thésis*, Rio de Janeiro, volume 2, nº 3, 2017. Disponível em: <http://www.thesis.anparq.org.br/>. Acesso em 10 maio 2019.
- ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais.** In: *Conflitos Ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- _____. **Mediação e Negociação de Conflitos Socioambientais.** 1ª Palestra proferida na Abertura do IX Encontro Temático da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Brasília, 2010.
- AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DE PERNAMBUCO (CONDEPE/FIDEM). **Região de Desenvolvimento da Mata Sul.** Disponível em: <http://www.portais.pe.gov.br/web/condepeFidem/matasul>. Acesso em 13 jun.2011.
- ALAGOAS. **Ajuda memória-APL Costa dos Corais: 15 out. 2015.** 2015.
- _____. Assembleia Legislativa de Alagoas. **Legislação Estadual – Ambiental e Turística.** Disponível em: <https://www.al.al.leg.br/leis/legislacao-estadual>. Acesso em 10 set. 2019.
- _____. **Boletim de Ocupação Hoteleira.** Maceió: SEDETUR, 2014. ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação. **Diagnóstico do Plano Estadual de Educação 2015- 2025.** Maceió: SEE, 2015.
- _____. Lei nº. 7. 231, de 7 de janeiro de 2011. **Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Estado de Alagoas e sobre a criação de Áreas Especiais De Interesse Turístico (AEIT) na subzona de Desenvolvimento Econômico II,** que engloba os municípios de Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres até o Povoado de Barra de Camaragibe, em Passo de Camaragibe, e na Subzona de Desenvolvimento Econômico V, que engloba os municípios de Coqueiro Seco, Marechal Deodoro, Barra de São Miguel e Roteiro, até a Praia do Gunga. Diário Oficial [do] Estado de Alagoas. Maceió, AL, 10 jan. 2011. 2011a.
- _____. **Relatório de situação e recursos disponibilizados por parceiros.** 2011.
- _____. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. **PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Polo Costa dos Corais.** *Diagnóstico.* Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/ALAGOAS/PDITS_COSTA_DOS_CORAIS.pdf, Maceió, 2012.
- _____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo 2013-2023.** Maceió: SEDETUR, 2013.
- ALMEIDA, Maria Geralda. **A geografia imaginária dos lugares turísticos.** In: XII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. *A geografia Aplicada e as Dinâmicas de Apropriação*

da Natureza. Universidade Federal de Uberlândia, 2009. Disponível em <http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/comunicacao.html>. Acesso em 05 jan. 2019.

ALVARENGA Manuela M. de; SANTANA, Simão Bossi. **O conceito de produção do espaço no pensamento geográfico.** Disponível em: EGAL 2015. <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/04.pdf>. Acesso em 10 maio 2019.

ALVES, José Luiz. **Globalização, acumulação flexível e configuração espacial.** Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, no 3, set/dez. 2007.

ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ANDRADE, Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. **Pirapama: um estudo geográfico e histórico.** Recife: Ed. Massangana, 1984. (Estudos e Pesquisas, 31).

ANDRADE, Manuel Correia de. **História das usinas de açúcar de Pernambuco.** Recife: FJN. Ed. Massangana, 1989. 114 p. (República, v.1).

_____. **O Brasil e a questão agrária.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

_____. **Latifúndio, cana-de-açúcar e coco no norte de alagoas.** Boletim Paulista de Geografia. Junho de 1968. N.º 45.

APAC – Agência Pernambucana de Águas e Climas. Bacias hidrográficas. Disponível em: http://www.apac.pe.gov.br/pagina.php?page_id=5&subpage_id=37. Acesso em 05.09.2019.

ARAÚJO SOBRINHO, Fernando. L. **Turismo e dinâmica territorial no eixo Brasília-Goiânia.** 2008. 447 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

ARAÚJO, Lindemberg M.; CARVALHO, Roberta C., **O turismo de massa em debate: a importância de sua análise para o planejamento turístico do estado de Alagoas, Brasil.** Disponível em: [https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/10/\[35\]x_anptur_2013.pdf](https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/10/[35]x_anptur_2013.pdf). X ANPTUR, Universidade de Caxias do Sul, 2013.

ARISTÓTELES. **A política: O homem é por natureza um animal político.** Livro I, 1253.a2.

_____. **Política.** Trad. António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Edição Bilingue: Grego-Português. Lisboa: Editora Veja, 1998.

AZEVEDO, Beatriz Cristina Zago de. **Emprego, desemprego e subemprego: uma revisão da literatura crítica.** In: Ensaios FEE, Porto Alegre, 6(1):155-168, 1985.

BARRAGÁN MUÑOZ, Juan Manuel. **Las áreas litorales de España: del análisis geográfico a la gestión integrada.** Barcelona: ARIEL. 2004.

_____. **Política, Gestão y Litoral: una nueva visión de la gestión integrada de áreas litorales.** Editora Tébar Flores, S.L Madrid- España, 2014.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** 17 ed. rev. atual. Campinas-SP: Papirus, 2003.

BARRETTO, Margarita. BURGOS, R; FRENKEL, D. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais.** Papirus Editora, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 2001.

BECKER, Bertha. K. **Políticas e planejamento do turismo no Brasil**, In.: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENEVIDES, Ireleno. P. **O amálgama componente dos destinos turísticos como construção viabilizadora dessa política sócio-espacial**. GEOUSP, v. 21, p. 85-102, 2007.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 4. ed. rev. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo, Hucitec, 1996.

BID, BNB. **Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE – Regulamento Operativo**. Fortaleza, 1994.

SÁ, Rosana B. **A Imagem do Brasil no Turismo: construção, desafios e vantagem competitiva**. São Paulo: Aleph, 2002.

BISSOLI, Maria Angela M.A. *Planejamento Turístico Municipal com suporte em sistema de informação*. 2. ed. São Paulo: Futura, 2002.

BLACHE, Vidal de La. **Princípios de geografia humana**. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. **Perspectivas de Desenvolvimento do Nordeste até 1980 - Turismo**. Fortaleza: BNB, 1971.

_____. **PRODETUR/NE In action. Actions towards Tourism Infrastructure in the Northeast of Brazil**. Fortaleza: BNB, 2002.

_____. **Efeitos Globais do Prodetur/NE I – Enfoque Turístico**. Fortaleza: BNB, 2005.

_____. **Relatório Final de Projeto - Memorando do Executor. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE I)**. Fortaleza-CEBNB, 2005a.

_____. **Relatório Final de Projeto - Anexos do Memorando do Executor**. 2005b.

_____. **Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE I)**. Fortaleza-CEBNB, 2005b.

_____. **PRODETUR/NE II - Regulamento Operacional**. Fortaleza-CEBNB, 2005c.

_____. **Project Completion Report – PCR. PRODETUR/NE I**. Fortaleza, 2005. (memorando do Banco do Nordeste do Brasil S.A. apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. - documento eletrônico disponível em: www.bnb.gov.br. Consultado em dezembro de 2010).

_____. **Relatório de Término de Projeto - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE II)**. Fortaleza-CEBNB, 2012.

_____. **Desenvolvimento Regional. PRODETUR NE Polos de Turismo. 2016**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/prodetur/ne-ii/polos-de-turismo>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Textos RENOR - Nordeste do Brasil: Turismo - Avaliação**. Brasília/BNDES, 1998. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11837>. Acesso em 05 jan. 2017.

BOBBIO, Norberto, 1909- **Dicionário de política I** Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.) Vários Colaboradores. Obra em 2v.

BOISIER, Sergio. **Política econômica, organização social e desenvolvimento regional**. In: HADDAD, P. R. (Org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

_____. **Estudios Sociales (Chile)**; Santiago, 2001. p. 95-139.

BOULLÓN, Roberto. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

_____. **Planificación Del espacio turístico**. México: Trillas, 1990.

BRAGA, Ricardo. **Instrumentos para a gestão ambiental e de recursos hídricos**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

BRASIL 2000. Lei Federal Nº 9.985 de 18/07/2000. **Regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e da outras providências**.

_____. CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº357, d 17 de março de 2005. **Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 mar. 2005. Disponível em: Acesso em: 20 abr. 2009.

_____. Constituição (1981). Lei nº 6902, de 27 de abril de 1981. **Dispõe Sobre A Criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e Dá Outras Providências**. Brasília: Dou, 28 abr. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6902.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, poder Executivo, Brasília, DF, 05 out.1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm., Acesso em 04 fev. 2019

_____. **Decreto Federal nº 4.340 de 22/08/2002**. Regulamenta a Lei Nº 9.985 de 18/07/2000 (SNUC) e da outras providências.

_____. **Legislações ambientais**. Disponível em: Acesso em: 10 mar. 2009.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Consultoria Jurídica**. Legislação Ambiental Básica / Ministério do Meio Ambiente. Consultoria Jurídica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, UNESCO, 2008. 350 p.: il; 25,5. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_conjur/arquivos/108_12082008084425.pdf. Acesso em 01 fev. 2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76 p.

BROSE, Mário. **Desenvolvimento local**: uma conceituação empírica. Disponível em: <http://www.lead.org.br>. Acesso em: 17 ago. 2010.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, 1998.

_____. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA. Brasília, junho de 1999.

_____. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2. ed., 2004.

CABRAL, Nájila R. A. J; SOUZA, Marcelo P. **Área de Proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas.** São Carlos: Rima, 2002.

CALVENTE, Maria del Carmen M. H., GALVÃO FILHO, Carlos E. P.; MARTINS, Érica M. **Turismo, redes, regiões e produção geográfica sobre o território brasileiro.** In: Geografia - v. 17, n. 1, jan./jun. 2008 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia.** In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. 10 Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O consumo do espaço.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto. 1999. p. 173-186.

_____. **A cidade.** 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A Condição Espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, Kátia Saraiva; FARIA, Dóris Santos. **Sustentabilidade ecológica no turismo.** Brasília: ed. UnB, 2001.

CARNEIRO, Ricardo. **Direito ambiental uma abordagem econômica.** Rio de Janeiro: Forense, 2003.

CARPI JR., S. **Identificação de riscos ambientais e proteção da água: uma aproximação necessária,** 2011. p. 34.

CARVALHO, Sônia Nahas. **Estatuto da Cidade: aspectos políticos e técnicos do Plano Diretor.** São Paulo Perspectivas. Vol. 15 n.4 São Paulo, out/dez, 2001. Disponível em: www.scielo.br Acesso em 09 de junho de 2018.

CASAL - COMPANHIA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA E SANEAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Sistema de esgoto de Maragogi.** 2019. Disponível em: <https://www.casal.al.gov.br/sistema-de-esgoto-de-maragogi/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

CASTAN, Nelson (1975). **Considerações sobre categorias de análise.** Indicadores Econômicos RS, Porto Alegre, FEE, 3(3), jul./set.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação.** A sociedade em rede. Vol.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A sociedade em rede.** Tradução: Ronei de Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. Volume I, 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (**A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, I**).

CASTILHO, Cláudio J. M. de. **Turismo: uma prática sócio-espacial que se redefine e uma nova perspectiva de análise do espaço geográfico.** Revista de Geografia. Recife: UFPE/DCG-NAPA. v. 15, n.1, jan./dez. 1999. p. 21-50.

_____; SELVA, Vanice S. F, (orgs.) **Políticas públicas e gestão dos ambientes costeiros.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

CAVALCANTI, Clóvis. **Condicionantes biofísicos da economia e suas implicações quanto à noção do desenvolvimento sustentável.** In: ROMEIRO, A. R.; REYDON, B.; LEONARDI,

M. L. (Org.): Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, p. 61-82l, 1997.

_____. **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: editora Cortez, Recife: FUNDAJ, 1997.

CAVALCANTI, Keila Brandão; PAIVA, Maria das Graças de Menezes Venâncio. **Repensando o crescimento do turismo no Nordeste a partir da intervenção do Estado**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. 29(1):101-109, jan/mar, 1995.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLAVAL, Paul. **Evolución de la Geografía Humana**. Barcelona: Oiko-Tau, 1981.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

_____. **Nosso futuro Comum**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COELHO NETO, Agripino Souza. **Rede e Territórios**. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 19-34, mai./ago. 2013.

COMPESA. Companhia Pernambucana de Saneamento. Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos. **O esgotamento sanitário**. 2019. Disponível em: <https://servicos.compesa.com.br/esgotamento-sanitario/>. Acesso em: 07 ago. 2019.

CONDEPE/FIDEM - Instituto de Planejamento de Pernambuco. **Plano de desenvolvimento sustentável da Mesorregião da Mata Pernambucana; versão preliminar**. Recife: CONDEPE, 1998. (versão preliminar).

_____. **Monografia Mesorregional. Microrregiões da mata setentrional, da mata meridional e de Vitória de Santo Antão**. Recife, 2001.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. Disponível em: <https://www.cbd.int/history/>. Acesso em 10 mar. 2019.

CORDEIRO, Itamar Dias. **Políticas Públicas e a produção do espaço turístico no litoral do Nordeste Brasileiro: o caso do PRODETUR/NE**. In: CASTILHO, Cláudio J. M. de; SELVA, Vanice S. F, (orgs.) Políticas públicas e gestão dos ambientes costeiros. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente**. Revista Cidades, Volume 9, Número 16, 2011a.

_____. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão**. In: CARLOS, Ana F. A., SOUZA, Marcelo, L., SPOSITO, Maria Encarnação B A (orgs.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Editora Contexto, 2011b.

COSTA JÚNIOR; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da Biodiversidade em Áreas Protegidas. In: GUERRA José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (orgs.). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COSTA, Paula Chamy Pereira da. **Reflexões finais: a real contribuição do ecoturismo para a natureza.** In: NEIMAN, Zysman (Org). Meio ambiente, educação ambiental e ecoturismo. São Paulo: Manole, 2002.

CPRH. **Diagnóstico Socioambiental da APA-Guadalupe.** Recife, 1998.

_____. **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Sul de Pernambuco.** Recife, 2003a.87p.

_____. **Internalização do ZEEC, sistematização dos planos e programas do litoral sul.** Recife, 2003b. 60p.

CRUZ, Rita C. A. **Políticas de turismo e construção do espaço turístico litorâneo no Nordeste do Brasil.** In: LEMOS, Amália Inês G. de (org.). Turismo: Impactos Socioambientais. 2. ed. São Paulo: Hucitec. 1999. pp. 263-272.

_____. **Política de Turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à geografia do turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Política de Turismo e Território.** São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado.** GEOSUL (UFSC), Florianópolis, SC, v.20, n.40, p. 27-43, 2005.

_____. **Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço.** In: LEMOS, A.I.G; ARROYO, M; SILVEIRA, M.L. (Org) *América latina: cidade, campo e turismo.* São Paulo: CLACSO, p.337-350, 2006.

_____. **Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares.** São Paulo, Roca, 2007. 140p.

_____. **Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual – para pensar a realidade brasileira.** In: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs). Turismo de Base Comunitária – diversidade de olhares e experiência brasileira. Letra e Imagem, s.d.

DAGNINO, Ricardo S.; CARPI JR, Salvador. **Risco ambiental: conceitos e aplicações.** CLIMEP - Climatologia e Estudos da Paisagem, Rio Claro/SP, 2:2, p. 50-87, julho/dezembro 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/climatologia/article/view/1026/958>>. Acesso em: 20 maio.2019.

DALLA ROSA, Teresinha Aparecida. **Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável: Os Debates e Embates frente à Complexidade dos Termos.** 2011. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico, Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE, Univali - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2011. Cap. 3.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no Nordeste brasileiro.** In: Revista GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 22, pp. 09 - 30, 2007.

_____. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral.** Fortaleza: Edições UFC, 2009. 127 p.

DE LA TORRE, Oscar. **El turismo: fenómeno social.** 2ed. México, 1ed. Fondo de cultura económica, 1997.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo.** São Paulo: Ed. Contraponto. 2003

DEMO. Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

- DIAS, Genebaldo F. **Educação ambiental: princípios e prática**. São Paulo: Gaia, 1992. 399p.
- _____. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.
- DIAS, Leila C. **Redes: emergência e organização**. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: Conceitos e temas*. 3^a. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 141-162.
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003. DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**, 2008.
- _____. **Hotelaria e turismo: elementos de gestão e competitividade**. Campinas SP: ALÍNEA, 2006. p. 117. Futura, 2006.
- DICIONÁRIO DICIO. RIBEIRO, Débora (Ed.). **Significado das palavras: Uso e Múltiplos**. 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/multiplo/>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas**. Maceió: Edufal, 1980.
- DIEGUES, Antonio. C. **Inventário das áreas úmidas brasileiras**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1989.
- _____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais na Mata Atlântica**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ELKINGTON, J. **Canibais de garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.
- ENDLICH, Ângela. M. **Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades?** In: **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/257/201>>. Acesso em 06 jul. 2011.
- FERREIRA, Lúcia C. **Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de área protegidas no Vale do Ribeira, SP**. In: *Ambiente e Sociedade*. Campinas, v. VII, n.1, p. 47-66, jan/jun. 2004.
- FERREIRA, Beatriz P.; MAIDA, M. **Fishing and the future of Brazil's northeastern reefs**. *InterCoast*, v. 38, p. 22-23, 2001.
- _____. **Monitoramento dos recifes de coral do Brasil: situações e perspectivas**. Brasília: MMA, 2006.
- FERREIRA, Beatriz P.; MAIDA, M.; CAVA, F. **Características e perspectivas para o manejo da pesca na APA marinha Costa dos Corais**. In: Congresso Brasileiro de Unidade de Conservação, 2000. Campo Grande, MS. Anais Campo Grande, p. 50-58, 2000.
- FERREIRA, Beatriz P.; MAIDA, M.; MESSIAS, L. **Interações entre a pesca artesanal e o turismo em Tamandaré, APA Costa dos Corais**. In: Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário, 9., 2003. Congresso sobre gestão e planejamento das zonas costeiras dos países de expressão portuguesa, 2., 2003, Recife. Anais Recife: Abequa, p. 1-3, 2003.
- FIGUEIRAS, Luiz A M. **Reestruturação Produtiva, Globalização e Neoliberalismo**. In: Seminário Interdisciplinar "O Mal-Estar no Fim do Século XX", organizado pelo Depto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana e pela Escola Brasileira de Psicanálise - Bahia/ Polo Feira, no dia 14/05/1997.

FIRMINO, Fabiana S.; LIMA, C. V. F. M.; SELVA, V. S. F.; SOBRAL, M. C. **Regiões Litorâneas do Nordeste: Impactos do Consumo, Produção e da Transformação do Território pela Atividade Turística.** Site Eco Terra Brasil. Eco Artigo Científico/Técnico. 2004. Disponível em: <http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=temas&tipo=temas&cd=492>. Acesso em 10 jun. 2016.

_____. **Dinâmica do Turismo na Zona Costeira Nordestina: Questões conflitantes do desenvolvimento turístico da Praia dos Carneiros (Tamandaré/PE).** 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas/SP:** Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. Tradução Marise Manoel.

_____. **Paradojas de la sustentabilidad: ecológica versus social.** Trayectorias: REVISTA DE CIENCIAS SOCIALES DE LA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE NUEVO LEÓN, Monterrey, N.L., p.20-30, 24 maio/ago. 2007.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes. **Competitividade turística e racionalidade espacial do litoral potiguar.** In: UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL, 2005, Natal. Anais... Natal: UGI, 2005, p.1-13.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes; COSTA, Ademir Araújo. **A Racionalidade da Urbanização Turística em Áreas Deprimidas: O espaço produzido para o visitante.** MERCATOR, Revista de Geografia da UFC; Fortaleza, n. 6, 2004. p. 25-32.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais.** São Paulo: Aleph. 2004.

FORTUNATO, I.; Fortunato Neto, J. **Risco ambiental à luz dos princípios da precaução e da prevenção.** 2011, p. 13.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FRATUCCI, Aguinaldo C. A. **O ordenamento territorial da atividade turística no Estado do Rio de Janeiro: processos de inserção dos lugares turísticos nas redes do turismo.** 2000a. 178 f. Dissertação (mestrado em geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

_____. **Os lugares turísticos: território do fenômeno turístico.** Revista GEOgraphia, revista da pós-graduação em geografia da UFF. Niterói, ano II, n.4, 2000b. p. 121-133.

_____. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo.** 2008. 308 f. Tese (doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2008.

_____. **dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil.** In: PIMENTEL, T.D.; EMMENDOERFER, M.L.; TOMAZZONI, E.L.(org.). **Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações.** Caxias do Sul: Educs, 2014.

FUNDAÇÃO TOYOTA DO BRASIL. **Projetos: Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais** (2011). Disponível: <http://www.fundacaotoyotado brasil.org.br/acesibilidade/projetos/costa-dos-corais>, acesso em 04 jan. 2019.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963. 270 p.

_____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1974. 122 p.

_____. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

GALLO, Fabrício. **Usos do território e o papel do Estado no Brasil**: notas sobre a atuação da Agência Desenvolve SP. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 2, p. 480-496, agosto. 2017. ISSN 2179-0892.

GASTAL, Suzana; MOESCH, Marutschka M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GODOY, Paulo R. T. **A produção do espaço**: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. In: Revista GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), 2008.

GOELDNER, Charles; RITCHIE, J. R. Brent; MCINTOSH, Robert W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Tradução: Roberto Catado costa. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, Celso Cardoso. **Turismo e desenvolvimento local: desafios e possibilidades para o município de Tamandaré-PE**. 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

GOMES, Celso. C; ARAGÃO, João Paulo G.; SELVA, Vanice S. F. **Reflexões sobre a dinâmica do turismo na área costeira nordestina**. IN: Terra: [livro eletrônico]: Qualidade de Vida, Mobilidade e Segurança nas Cidades/Giovanni Seabra (organizador). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013. ISBN 978-85-237-0630-2.

GOMES, Celso. C; ARÁUJO SOBRINHO, Fernando L. **O território turístico da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais (ALAGOAS – PERNAMBUCO)** - Brasil: a complexa relação do planejamento, gestão, turismo e conflitos no território. IN: XVI Colóquio Ibérico de Geografia: Península Ibérica no Mundo [livro eletrônico]: problemas e desafios para uma intervenção ativa da Geografia. José Alberto Rio Fernandes; Jorge Olcina; Maria Lucinda Fonseca; Eduarda Marques da Costa; Ricardo Garcia; Carlos Freitas (Coordenadores). Editora: Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2018. I ISBN: 978-972-636-275-3 (E-book).

GOMES, Paulo C. da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de. *et al.* (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GONZAGA, E. P.; IZIDORO, F. B. **Perfil dos turistas e dos condutores do passeio de observação do peixe-boi-marinho em Alagoas**. In: XI CONNEPI: Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. Parcerias Ambientais Público-Privadas – PAPP, Maceió, 2016.

GORINI Ana Paula Fontenelle; MENDES, Eduardo da Fonseca; CARVALHO, Daniel Mostacada Pinho. **Concessão de serviços e atrativos turísticos em áreas naturais protegidas**: o caso do Parque Nacional do Iguaçu. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 24, p. 171-210, set. 2006.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. Tradução: Geraldo G. De Souza. São Paulo: Edusp, 1993. p. 310.

GUILHERME, Márcia L. **Sustentabilidade sob a ótica global e local**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

_____. **Região, diversidade territorial e globalização**. GEOgraphia (UFF), Niterói, v. 1, n.1, p. 15-39, 1999.

_____. **Territórios alternativos**. SP/RJ: Contexto/EdUFF, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Território e região: numa “constelação” de conceitos**. In: MENDONÇA, Francisco. LOWEN-SAHR, Cecilian Luiza. SILVA, Márcia da (Organizadores). Espaço e tempo: complexidades e desafios do pensar e do fazer geográfico: Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonia (ADEMADAN), 2009.

_____. **Regional-Global: dilemas da região e regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. (pp. 20-90).

_____. **Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas**. In HAESBAERT, Rogério. Revista Antares, n° 3 – Jan/jun 2010.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HANAI, Frederico Y.. **Desenvolvimento Sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR), Taubaté-SP, 2012, v.8, n. 1, p.198-231. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/index>. Acesso em: 10 abr. 2016.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**. 22ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012a.

HIERNAUX, Daniel ;LINDÓN, Alícia. **Renovadas Intersecciones: la espacialidad y los imaginarios**. In Lindón, A. & Hiernaux, D. *Geografías de lo Imaginario*. (Cap.1, pp.09-27). Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil municipal de Tamandaré**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 20 fev. 2016.

IBGE/POF-2002/2003-IBGE, 2010 - PNUD, 2013 - MTE/RAIS - **Município - 2014**, adaptado por Celso C Gomes, 2017.

_____. **Sinopse dos censos demográficos 2000 e 2010: domicílios particulares ocupados, localizados por área**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=resultados>. Acesso em 15 ago.2019.

_____. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **População estimada:**, Estimativas da população residente com data de referência 1o de junho, 2018.

_____. **Estatísticas:** Econômicas: Serviços. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos.html>. Acesso em: 12 set. 2019.

_____. **IBGE cidades@**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 10 abr. 2019.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/>. Acesso em 10 set. 2019.

ICMBIO. **QUEM SOMOS**. s.d. Disponível em: Acesso em: 11 maio 2018.

_____. **Plano de Manejo Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais**. Tamandaré, ICMBio, 2013. 73 p.

_____. **PORTARIA N° 145, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014**.

_____. **Dados de Visitação 2007 – 2016**. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Coordenação Geral de Uso Público e Negócios. Brasília, 2016.

_____. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: Princípios e Diretrizes**, 2017

_____. **Guia do visitante da APA Costa dos Corais**. In: <http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/guia-do-visitante.html>. Acesso em: 30 maio 2017.

_____. APACC. **Apresentação – Visitação nas piscinas naturais a Zona de Conservação do Peixe-Boi 05/2017**. São Miguel dos Milagres, 2017.

_____. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais**. 2013. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/planos-de-manejo/zoneamento.html>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. **Relatório de Gestão 2017: Infraestrutura e gestão interinstitucional**. In: http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/Documentos_25%C2%AA_reuni%C3%A3o/Relat%C3%B3rio_da_Gest%C3%A3o_NGI_ICMBio_Costa_dos_Corais_PDF.pdf, Tamandaré, 2017. Acesso em 10 ago. 2019.

_____. **Legislação específica da APA Costa dos Corais**. In: <http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/downloads.html>. Acesso em 07 fev. 2019.

_____. PLANTUC. PAPP – Parcerias Ambientais Público-Privadas. **APA COSTA DOS CORAIS: Panorama do território, atuação do ICMBio na região e viabilidade econômica e jurídica do modelo de PAPP**, 2017. Disponível em: <http://www.papp.org.br/wp-content/uploads/2018/04/costa-corais.pdf>. Acesso em 10 set. 2019.

_____. **Relatório de Gestão 2018: Pesquisa, Monitoramento e Manejo**. In: http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/Documentos_28%C2%AA_Reuni%C3%A3o_do_CONAPAC/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_PESQUISA_CONAPAC_2018.pdf, Tamandaré, 2018.

_____. PLANTUC. PUP -**Plano de Uso Público da APA Costa dos Corais**. Belo Horizonte, 2019.

ICMBIO EM FOCO. **Brasília: ICMBIO MMA**, ANO 11, n. 503, 15 fev. 2019. Semanal. In <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/icmbioemfoco503.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

IRVING, Marta A.; Sancho, Altair P. **Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico**. Caderno Virtual de Turismo, 2005.

IUCN – International Union for Conservation of Nature. **Guidelines for protected areas: management categories**. Gland: International Union for Conservation of Nature – IUCN, World Conservation Monitoring Centre – WCMC, 1994.

JACOBI, Pedro. **Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão**. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. In: Cadernos de Pesquisa. n. 118. São Paulo: Autores Associados, 2003. p. 189-205.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. Editora Fundo de Cultura S.A.: Rio de Janeiro, 1962. p. 19.

JAPIASSÚ, Hilton. MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

JESUS, Paulo de. **Desenvolvimento Local**. In: CATTANI, David. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre, Ed. Veraz, 2003.

_____. Sobre o desenvolvimento local sustentável: algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa. In: PEDROSA, Ivo; MACIEL FILHO, Adalberto do Rego; ASSUNÇÃO, Luiz Márcio de Oliveira (Orgs.). **Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável**. Recife: Edupe, 2006.

_____. Sobre o desenvolvimento local sustentável: algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa. In: PEDROSA, Ivo; MACIEL FILHO, Adalberto do Rego; ASSUNÇÃO, Luiz Márcio de Oliveira (Orgs.). **Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável**. Recife: Edupe, 2007.

KASPARY, Manuela Grace de Almeida Rocha. **O desenvolvimento local e o desenvolvimento turístico do município de Maragogi, Alagoas**. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012. Cap. 4.

KNAFOU, Remi. **Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo**. In: RODRIGUES, A.A.B (org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec. p. 62-74, 2001.

KNUTH, Kátia R. **Gestão ambiental: um estudo de caso para o setor têxtil – S.C. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)** – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2001.

LAYRARGUES, Philippe. P. **Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução de um conceito?** In: Proposta 25(71):5-10.1997.

LEFEBVRE, Henri. **El Marxismo**. Buenos Aires: EUDEBA, 1961.

_____. **A Reprodução das Relações de Produção**. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973. 115p.

_____. **Espacio y politica**. Barcelona: Edicions 62, 1976.

_____. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. 5ª Edição. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

- _____. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. São Paulo: Civilização Brasileira. 1995.
- _____. **A Cidade do Capital**. Tradução: Maria H. R. Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEWIS, William A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.
- LIMA, Clarisse V. F. M. **Urbanização turística do Litoral Sul de Pernambuco: o caso do município de Tamandaré**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPE, Recife, 2006.
- LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Cataventos, 2000.
- LOBÃO, Dan Érico; BISPO, Kátia Curvelo. **Uso múltiplo da propriedade rural: gestão, conservação produtiva e uso**. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo36.htm>. Acesso em 08 ago. 2019.
- LOPÉZ DE ÁVILA MUÑOZ, A.; GARCÍA SÁNCHEZ, S. **Destinos Turísticos Inteligentes**. p. 61-69. 2013.
- LOUREIRO, Osman. **Açúcar, notas e comentários**. Maceió: Gráfica São Pedro, 1970. 395p.
- LOWI, Theodor. **Four Systems of Policy, Politics, and Choice**. *Public Administration Review*, 32: 298-310. 1972.
- LUCHIARI, Maria T. D. P. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP**. Tese (Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- LUMBABO, Cátia; COSTA, D. S. **Territórios: conceitos e algumas práticas recentes de gestão**. In: *Gestão Pública: práticas e desafios*. Recife, Edições Bagaço, 2009.
- LUSTOZA, Regina E. **Uma reflexão sobre a produção do espaço urbano**. A: International Conference Virtual City and Territory. "8º Congresso Internacional Ciudad y Territorio Virtual, Río de Janeiro, 10, 11 y 12 Octubre 2012". Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- LYRA, Marcos M. **Dano ambiental**. In: *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v.8, 1997. p. 49-83, out-dez.
- MACÊDO, Mariana B. **Quando planos públicos são elaborados por consultorias privadas: o PRODETUR/NE e a terceirização na política pública de turismo**. 2017. 348 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MACHADO, Helen C. **A TERRITORIALIZAÇÃO TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE URUBICI – SC**. 2016. 188 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Cap. 3.
- MACHADO, Paulo A. L. **Meio ambiente: as 17 leis ambientais do Brasil**. Disponível em: <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/meio-ambiente-as-17-leis-ambientais-do-brasil/>. Acesso em 12 set. 2019.
- MAIDA, Mauro FERREIRA, B. P. **Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais**. In: *Atlas dos Recifes de Coral nas Unidades de Conservação Brasileiras*. MMA, Brasília, 2003.
- _____. **Coral reefs of Brazil: an overview**. In: *Proceedings of the 8th international coral reef symposium*, 1997. p. 74.

MAIDA, Mauro; PAULA PONTES, A. C.; FERREIRA, B. P.; CASTRO, C. B.; PIRES, D. O.; RODRIGUES, M. C. M. **Relatório do workshop sobre os recifes de coral brasileiros: pesquisa, manejo integrado e conservação.** Tamandaré, PE. 1997. 30 p.

MARAGOGI/PROJETO ORLA. Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano de Gestão integrado da Orla Marinha do município de Maragogi.** Maragogi, AL, 2018.

MARICATO, Ermínia. **O ministério das cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano.** IPEA. Políticas sociais - acompanhamento e análise | 12 | fev. 2006

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço.** Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.

MAX-NEEF, MANFRED A. et al. **Desarrollo a escala humana.** Barcelona: Nordan-Comunidad, 1994.

MEIER, G. M.; BALDWIN, R. E. **Desenvolvimento Econômico.** 1ª Ed. São Paulo: Mestre Jou, 1968. 766p.

MELO, Mário Lacerda de. **O Açúcar e o Homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro.** Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975. (Série Estudos e Pesquisas, 4).

MENEZES, Eduardo Frigoletto. **Evolução municipal do Estado de Alagoas.** Disponível em: <http://www.friigoletto.com.br/GeoAlagoas/evolucao.htm>. Acesso em 19 set. 2019.

MÉSZÁROS, István. **“Para além do capital”**, 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas protegidas: Unidades de Conservação e os usos permitidos.** In: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/usuarios-permitidos.html>. Acesso em 16 set. 2019.

_____. **Convenção Sobre Diversidade Biológica - CDB.** In: <https://www.mma.gov.br/informma/item/7513>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. GERCO – Gerenciamento Costeiro. **Base legal GERCO: Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988.** Disponível em: <https://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/base-legal-gerco.html>. Acesso em 10 set. 2019.

_____. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.** Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/sistema-nacional-de-ucs-snuc.html>. Acesso em 16 set. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. RAIS. **Município – 2014.**

_____. RAIS. **Evolução do emprego.** Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/portal-mte/rais/#2>, acesso em 23 jun. 2016.

_____. **Bases estatística: RAIS e CAGED. 2017 E 2018.** Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php. Acesso em: 12 set. 2019.

_____. SPPE/DES/CGET - CAGED LEI 4.923/65.t CAGED Estatístico: base 2018. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi>. Acesso em 08 set. 2019.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo: Diretrizes, Metas e Programas (2003-2007).** Brasília: MTUR, 2003.

_____. **Vivências Brasil aprendendo com o turismo nacional:** ecoturismo com mergulho Fernando de Noronha. Brasília: MTUR, 2006.

_____. **Plano Nacional de Turismo:** Uma viagem de inclusão (2007-2010). Brasília: MTUR, 2007.

_____. **Plano Nacional de Turismo (2013 – 2016).** Brasília: MTUR, 2013.

_____. **Economia do turismo cresce no Brasil.** Disponível em http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20140417-1.html, acesso em 08 de outubro de 2014.

_____. **Anuário Estatístico de Turismo (2015).** Brasília: MTUR, 2015.

_____. **PRODETUR Nacional.** Disponível em: http://www.setur.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_1_id=22082&folderId=8282856&name=DLFE-38611.pdf. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. **PRODETUR Nacional.** Disponível em: http://www.sed.ms.gov.br/wpcontent/uploads/sites/46/2015/03/PRODETUR_Nacional-o-programa.pdf> Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. **Roteiros do Brasil:** Programa de Regionalização do Turismo Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf, acesso em 10 nov. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Termo de ajustamento de conduta MPF/PE/MC nº 002/2008:** medidas de reparação ambiental (recuperação e compensação) relacionadas à implantação do sistema viário do CT – Guadalupe. In: <http://www.prpe.mpf.mp.br/internet/index.php/internet/content/download/3391/27905/version/1/file/Man-2008-235+-+TAC-02-2008+-+PA+1197-2000-41+-+CT+Guadalupe.pdf>. Acesso em 20 maio 2019.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico.** São Paulo: Contexto, 2002. 144 p.

MORAES, Antonio Carlos R.; FERNANDES, Florestan. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In: Ratzel: geografia. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo: Ática, 1990, p. 7-27.

_____. **Geografia:** Pequena História Crítica. São Paulo: Annablume, 2005.

MÜLLER, Dalila. HALLAL, Dalila Rosa. RAMOS, Maria da Graça Gomes. GARCIA, In: Tania Elisa Morales. O despertar do turismo no Brasil: a década de 1970. Book of proceedings Vol. I – International Conference on Tourism & Management Studies – Algarve 2011. pp. 692-700.

MUSSO, Pierre. Genèse et critique de la notion de réseau. In: PARROCHIA, D. (org.). **Penser les Réseaux.** Seyssel: Champ Vallon, 2001.

_____. **Critique des réseaux.** Paris: Press Universitaires de France, 2003.

_____. A filosofia da Rede. In: PARENTE, A. **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação.** Porto Alegre: Sulina, 2004.

NAKAGAWARA, Yoshiya Nakagawara Ferreira. **As principais leis ambientais brasileiras.** (27.11.2015). Disponível em: <https://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/as-principais-leis-ambientais-brasileiras>. Acesso em 10 set. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Geografia agrária:** perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Orgs.). **O campo no século**

XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Maria. **A influência dos eventos na taxa de ocupação hoteleira Study Case: Montebelo Viseu Hotel & Spa**. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/8757/1/2014.04.005_.pdf. Acesso em 15 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (Org.). **ONU Meio Ambiente: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onumeioambiente/>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. (Org.). **A ONU e o meio ambiente: Mini-guia das conferências de meio ambiente e desenvolvimento sustentável**. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman., 2003.

_____. **Por que el turismo: El turismo – um fenómeno económico y social**, 2018. Disponível em: <http://www2.unwto.org/es/content/por-que-el-turismo>. Acesso 01 jun. 2018.

PAIVA, Ricardo A. Turismo, Políticas Públicas e Urbanização na Região Metropolitana de Fortaleza. In: PPLA 2010: SEMINÁRIO POLÍTICA E PLANEJAMENTO, 2, 2010. Curitiba. Anais... Curitiba: Ambiens, 2010. [CD]

PARIPUEIRA (Município). Constituição (1993). **Lei Municipal nº 12**, de 30 de junho de 1993. Criação do Parque Municipal Marinho do Peixe-boi.

_____. Projeto orla: Plano de gestão integrada da orla marítima de Paripueira/AL. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/941-projeto-orla.html>. Acesso em 10 set. 2019.

PEREIRA, Alexandre Q. **A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. 202 p.

PEREIRA, Mirlei de F. V. KAHIL, Samira P. **O território e as redes: considerações a partir das estratégias de grandes empresas**. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. CARVALHO, Pompeu Figueiredo de (Org.). Geografia: ações e reflexões. Rio Claro: UNESP/IGCE. AGETEO, 2006. 434. ISBN: 978-85-88454-12-5

PERNAMBUCO. Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer. **Plano Estratégico de Turismo de PE: Pernambuco para o Mundo – 2008/2020**. Recife, 2008.

_____. Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer. Disponível em: <http://www.pe.gov.br/secretarias/secretaria-de-turismo-esportes-e-lazer/>. Acesso em: 21 ago. 2016.

_____. Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer. **Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PDITS: Polo Costa dos Arrecifes**. Disponível em: http://www2.setur.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=24303939&folderId=25394195&name=DLFE-189501.pdf. Acesso em 15 set. 2019.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. RDH (1990): **Relatório do Desenvolvimento Humano: definição e medição do desenvolvimento humano**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>. Acesso em 19 set. 2019.

_____. **Ranking dos IDH dos municípios do Brasil 2000**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2003>. Acesso em: 13 fev. 2013.

_____. Atlas do Desenvolvimento no Brasil. Ranking dos IDH dos municípios todo o Brasil (2010). In: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>. Acesso em 08 set.2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMANDARÉ. **Atrativos turísticos**. Disponível em: <https://tamandare.pe.gov.br/atrativos-turisticos/>. Acesso em 15 set. 2019.

PRODETUR-PDITS **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS. 2007**.

PROJETO ORLA. Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada. Brasília, DF, 2006a.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUINTAS, José. S. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. IBAMA. 2º edição. Brasília. 2006.

RAFFESTIN, Claude. **O que é o território?** In: RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática. 1993, pp. 143-158.

RATZEL, Friedrich. **O solo, a sociedade e o Estado**. In: Revista do Depto. de Geografia, São Paulo, FFLCH-USP, n. 2, p. 93-101, 1982.

RAYNAUT, Claude, Zanoni, Magda (1993). **La Construction de l'interdisciplinarité en Formation intégrée de l'environnement et du Développement**. Paris:UNESCO (Document préparé pour la Réunion sur les Modalités de travail de CHAIRES UNESCO DU.DÉVELOPPEMENT DURABLE. Curitiba, 1 - 4 juillát 93 - mimeo).

RELATÓRIO BRUNDTLAND, G. H. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

RIBEIRO, Miguel Â. **As redes geográficas sob a ótica analítica de Miossec**. Geo UERJ. Rio de Janeiro, n. 10, p. 2001, p.35-46.

RODRIGUES, Adir B. Percalços do Planejamento Turístico: o PRODETUR/NE. In: RODRIGUES, Adir. B. (Ed.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo-SP: Hucitec, 1996. p. 147–162.RODRIGUES, Adir. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. (org.). **Turismo desenvolvimento local**. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, Adir B. (org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec. P. 62-74, 2001.

_____. Turismo e territorialidades plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In LEMOS, Amália; ARROYO, Monica e SILVEIRA, Maria (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, p. 297-315.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011. (Coleção Folha Explica).

RÖPER, Monika. **Geografia Social e Unidades de Conservação**. Reflexões teóricas e exemplos da bacia do Alto Rio Paraguai (Mato Grosso). Revista Geosul, Santa Catarina, n. 27, jan./jun. de 1999.

ROSTOW, Walt W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. 5ª Ed. Ampliada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. 274 p.

RUSCHMANN, Doris V. de M **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

_____. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 5ª ed., Campinas: Papyrus, 1999.

_____. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

_____. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papyrus, 2008.

_____. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 16ª ed., Campinas: Papyrus, 2012

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1981.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

_____. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALATIEL, José Renato. **Marx - Teoria da Dialética: Contribuição original à filosofia de Hegel**. Especial para a Página Pedagogia & Comunicação 27/10/2008 18h13. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/marx---teoria-da-dialetica-contribuicao-original-a-filosofia-de-hegel.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 10 jun. 2016.

SALES, Teresa. **Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Série Cadernos CEBRAP, 36).

SANTOS JÚNIOR, José Arnaldo Ribeiro dos. **David Harvey e a teoria do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo**. Geografia em Questão V.07 ♦ N. 02 ♦ 2014 pág. 10-28. ISSN 2178-0234.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**, Boletim Paulista de Geografia, nº 54, 1977.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Para que a geografia mude sem ficar a mesma coisa**. Boletim Paulista de Geografia, nº 59, 1982.

_____. **Espaço e Método**. Ed. Nobel São Paulo, 1985.

_____. **A natureza do espaço – Técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996, 308p.

_____. **A natureza do espaço**; São Paulo; Hucitec: 1997.

_____. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**. Território. Ano IV, n. 6, p. 5-20, Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2012. p. 96.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: Território e sociedade no início do séc. XXI.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, Marcos A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana:** O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

_____. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade.** In: Geosul, n. 43, v. 22, 2007b.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. **Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: geografia, região, espaço e território.** In: Geo UERJ - Ano 12, nº. 21, v. 2, 2º semestre de 2010. www.geouerj.uerj.br/ojs ISSN 1981-9021

SAQUET, Marcos A. SILVA, Sueli da. **MILTON SANTOS:** concepções de geografia, espaço e território. In: Revista Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42 www.geouerj.uerj.br/ojs . ISSN 1981-9021 -

SCHNEIDER, Volker. **Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. Civitas – Revista de Ciências Sociais,** v. 5. n. 1, p. 29-57, jan.-jun. 2005.

SEABRA, Giovanni. F. **Ecos do turismo:** o turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

_____. **Turismo Sertanejo.** João Pessoa: Ed Universitária/UFPB, 2007a.

_____. (Organizador). **Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007b. 358p.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos.** São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SEDETUR. **Pesquisa Perfil do Turista 2016 Costa dos Corais - Maragogi, Jarapatinga e Passo de Camaragibe.** Maceió: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo; Costa dos Corais. Maceió, 2016.

SELVA, Vanice S. F. Notas sobre o turismo e a redefinição espacial do litoral da região Nordeste do Brasil. In: **Revista de Geografia.** UFPE/DCG-NAPA. Recife, 1999. Semestral. pp.117-128.

_____. **Le tourisme et la rédéfinition de l'espace des comunautés du littoral Nord-Est du Brésil.** In: UMBELINO, Jorge. *Sustainable Tourism.* Lisboa: Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa. 2000 (p. 259-269) Série Estudos n. 3.

_____. **Litoral da área de proteção ambiental – APA de Guadalupe:** de ambiente natural a espaço do turismo. Revista Nordestina de Ecoturismo, 5(1), 8-16, 2012.

SELVA, Vanice. S. F.; CORDEIRO, I. D.; BEN, C. C.; PINHO, F. **Ecos do Turismo na Comunidade de Aver-o-Mar** (Sirinhaém – PE): Uma Reflexão Partilhada para o Desenvolvimento Local Sustentável. Revista de Ciência, Empreendedorismo e Tecnologia. 2007. IV, n.03, Agosto.

SELVA, Vanice. S. F.; COUTINHO, S. F. S. **Conservação das paisagens para uso turístico: desafios para a gestão ambiental municipal.** In: Anais do X Encontro Nacional de Turismo com Base Local. João Pessoa: UFPB. 2007

_____. Turismo em ambientes costeiros: reflexões sobre a gestão do turismo no município de Tamandaré - Polo Costa dos Arrecifes – Pernambuco. In: VI Encontro Nacional de Turismo de Base Local. **Anais do VI Encontro Nacional de Turismo de Base Local** – ENTBL, Niterói-RJ, 2010.

SEMARH – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Estudos Hidrológicos das Bacias Hidrográficas da RH do Litoral Norte**. Disponível em: <http://www.semarh.al.gov.br/programas/arquivos-para/Bacias%20do%20Litoral%20Norte>. Acesso em 04 jul. 2019.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad.: Laura Teixeira Motta. Ver.Técnica: Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da; FERREIRA, Angela Lúcia. **Três momentos da urbanização turística: estado, mercado e desenvolvimento regional no Nordeste brasileiro, 1997-2007**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (89). [ISSN: 1138-9788]

_____. **Imobiliário-Turístico no litoral nordestino: Investimentos estrangeiros e impactos locais nas praias potiguares**. In FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. Segunda residência, lazer e turismo. Natal: EDUFRN, 2012. p.127-153

SILVA, Patrícia. P. **Terceirização nos serviços públicos**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho - Brasília, v. 77, n. 1, p. 95–130, 2011.

SILVA, Sylvio B. M. **O turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: uma perspectiva territorial**. In: SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara – Christine Marie Nentwig. Estudos sobre globalização, território e Bahia. 2 ed. Salvador: UFBA: Mestrado em Geografia. Departamento de Geografia, 2006. p. 185-196.

SILVA, Vivian D. **Conflitos socioambientais da atividade turística em unidades de conservação: a Área de Proteção Ambiental de Guadalupe – Pernambuco**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVEIRA, Maria L. **Globalización y territorio usado: imperativos y solidariedades**. IN: Cuadernos del cendes. Ano 25, n. 69, terceira época, set/dez., 2008.

_____. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, Leila C. e FERRARI, Maristela. **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Ed. Insular, 2011.

SILVEIRA, Marcos A. T. da. **Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo: desenvolvimento local**. São Paulo, Hucitec. 1997.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 250.

SNPDTUR - Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. **Relatório de Gestão 2008**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/relatorios/relatorios_2015/SNPDTur2008_gestao.pdf. 07 mar. 2019.

SOJA, Eduardo. N. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Marcelo J. L. de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I., GOMES, P. C. C. CORRÊA, R., Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1995, p. 77-116.

_____. de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (Org.) Geografia: conceitos e temas. 15ªEd. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SOUZA, Thiago. V. S. B.; THAPA, B.; RODRIGUES, C. G. O.; IMORI, D. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2015: Sumário Executivo**. ICMBio. Brasília, 2017.

SOUZA, Thiago. V. S. B.; SIMÕES, H. B. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2017: Sumário Executivo**. ICMBio. Brasília, 2018.

SPOSITO, Maria E. B. **A produção do espaço urbano: agentes escalas e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

STEINBERGER, Marília. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: **Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília: Paralelo 15/LGE, 2006, pp. 29-82.

_____. (org.). **Territórios Turísticos no Brasil Central**. Brasília: LGE Editora, 2009.

T.D.; EMMENDOERFER, M.L.; TOMA ZZONI, E.L.(org.). **Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul: Educs, 2014.

TRIGO. Luiz. G. **problemas e possibilidades do turismo brasileiro**. In: MOESCH, M; GASTAL, S. (org.). Um outro turismo é possível. São Paulo: Contexto, 2004. p. 94-105.

TROUBE C., TOLOTTI S., COLOMBANI O.; BERTON, G.; et al. – **Terre, où est ton avenir?**: spécial environnement. Croissance le monde en développement, n° 350, juin 1992.- 49 p.

URRY, John. **O Olhar do Turista: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 2001.

VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 292 p.

VEIGA. José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2015.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia Zatz. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Armazém do Ipê)

VERA REBOLLO, José F. (Coord.). **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel, 1997.

VERA REBOLLO, José F.; IVARS BAIDAL, José A. **Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible**. In: VALDÉS PELÁES, L; PÉREZ FERNANDEZ, J.M. DEL VALLE TUERO, E.A. Experiências públicas y privadas en el desarrollo de um modelo de turismo sostenible. Oviedo: Fundación Universidad de Oviedo, 2003a. p.105-129.

VITERBO JÚNIOR, E. **Sistema integrado de gestão ambiental:** como implementar um sistema de gestão que atenda à norma ISO 14001, a partir de um sistema baseado na norma ISO 9000. São Paulo: Aquariana, 1998.

XAVIER, Pricylla W. L. **O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) Polo Costa dos Arrecifes e a contribuição para Ilha de Fernando de Noronha, Pernambuco,** Brasil, 2016. TESE DE DOUTORADO PRODEMA/UFPE.

YÁZIGI, Eduardo. **Saudades do futuro:** por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: Plêiade, 2009. 573 p.

_____. **Turismo:** uma esperança condicional. 3. ed. São Paulo: Global, 2003.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Modelos de entrevista semiestruturada secretários municipais

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA I

MUNICÍPIO DE _____

SECRETARIA _____

NOME _____

1. Quais são os usos/atividades econômicas município de _____?
2. Comente a dinâmica do turismo? Tipo de visitantes? Período? Outras informações?
3. O município possui legislação ambiental e turística? Quais?
4. Quais são as políticas, programas e projetos relacionados ao turismo e meio ambiente no município? Existe parceria com o Governo Federal e Estadual?
5. Contextualize se a atividade turística tem um papel importante ou não no desenvolvimento do município. Por quê?
6. A Administração Pública tem investido na infraestrutura (pavimentação, habitação, saneamento, segurança, saúde, praças etc.,) com vista a atender à comunidade local e/ou ao setor turístico?
7. Caracterize a estrutura de gestão ambiental e do turismo do município. (CONSEMA, COMTUR, etc.)
8. A Administração municipal possui corpo técnico especializado para atender o setor turístico?
9. Na última década o município recebeu subsídios de políticas governamentais, no âmbito estadual ou federal, tais como PRODETUR, Projeto Orla, Ministério do Turismo, Secretaria do Turismo, Instituições não governamentais, entre outras?
10. Em se tratando de associações/ONGs quais estão presentes no município (Pescadores, Jangadeiros, guias de turismo, restaurantes/bares, hotéis, pousadas etc.?)
11. O planejamento e gestão da atividade turística tem a participação de todos os atores sociais? Comente.
12. Nas últimas duas décadas o número de hotéis/pousadas tem aumentado ou diminuído no município?
13. A atividade turística tem provocado especulação imobiliária no município?
14. As políticas públicas municipais têm sido estimuladoras da valorização local, identidade e participação social?
15. Existem outras Unidades de Conservação no município? Quais são elas?

Apêndice 2 – Modelos de entrevista semiestruturada agente de produção do espaço**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA II****AGENTE DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO -
COMUNIDADE/REPRESENTANTE SOCIAL/OUTROS****MUNICÍPIO** _____**NOME** _____

1. Que atividades eram desenvolvidas nas décadas de 1980/1990 no município?
2. Em que momento o turismo passa a ser importante para a comunidade deste município?
3. Em sua opinião o município possui potencial turístico? Por quê?
4. Em sua opinião quais são os pontos positivos e negativos da atividade turística para o município?
5. Que tipo de função a comunidade tem ocupado nos empreendimentos turísticos?
6. Qual a renda mensal (+ ou - 1 salário) da comunidade envolvida com a atividade turística?
7. O turismo tem provocado impactos/problemas para a comunidade? Que tipos?
8. O planejamento e gestão da atividade turística tem a participação de todos os atores sociais?
9. A comunidade local tem abandonado as atividades artesanais (pesca etc.) em função do turismo?
10. O custo de vida da comunidade tem aumentado nas últimas décadas por conta do turismo?
11. Com o fortalecimento da atividade turística no município têm surgido prostituição, tráfico de drogas e violência de uma forma geral?
12. Organizações não governamentais e instituições privadas tem realizado capacitações e cursos com relação a atividade turística no município?

**Apêndice 3 – Modelos de entrevista semiestruturada –
Associados/Cooperados/Sindicatos**

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA III

ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS/SINDICATOS/OUTROS

MUNICÍPIO _____

NOME _____

1. A atividade turística tem contribuído com a área a qual faz parte a devida associação/cooperativa/sindicato etc.
2. A associação/cooperativa/sindicato _____ tem promovido cursos, capacitações, oficinas etc., na perspectiva de melhoria das condições de vida da população e preparação para a atividade turística?
3. A administração pública possibilita a atuação das associações/cooperativa/sindicatos no contexto da atividade turística?
4. As associações/cooperativas/sindicatos influenciam na decisão de construção e instalação de empreendimentos turísticos?
5. A administração pública tem proporcionado incentivos econômicos (entre outros) e de infraestrutura para as associações/cooperativas/sindicatos que atuam no setor turístico?

Apêndice 4 – Modelos de entrevista semiestruturada ONG/Outros**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA IV****ONG/OUTROS****MUNICÍPIO** _____**NOME** _____

1. Explique os objetivos da ONG no território turístico da APACC.
2. Descreva os pontos positivos e negativos da atividade turística para APACC.
3. A atividade turística tem provocado impactos ambientais negativos na APACC? Quais ações governamentais conectadas à programas e projetos da ONG tem sido estimuladora da proteção ambiental.
4. A desigualdade social presente no território da APACC tem diminuído ou aumentado por conta do turismo? Por quê?
5. As políticas públicas e ambientais nas esferas municipal, estadual e federal tem sido estimuladora da proteção ambiental?
6. As políticas públicas e ambientais nas esferas municipal, estadual e federal tem sido estimuladora da proteção ambiental?
7. A criação da APACC, na década de 1990, estimulou e garantiu a proteção ambiental do seu território?
8. Tem acontecido conflitos socioambientais no território da APACC? Quais? Por quê?
9. A gestão da APACC promove uma articulação entre os municípios do seu território?
10. O uso do território turístico da APACC tem sido estimulador da segregação socioespacial? Por quê?
11. O território turístico da APACC tem sido estimulador da segregação socioespacial? Por quê?

Apêndice 5 – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno da pós-graduação _____, do curso de Doutorado em Geografia da Universidade de Brasília, matrícula nº _____ e portado da identidade nº _____, que pode ser contatado pelo e-mail _____ e pelos telefones (____) _____.

Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com Secretários de Municípios/Estados, Agentes de Produção do Espaço Turístico, Sindicatos, Associações, Organizações Não governamentais, Órgãos e Instituições Ambientais e do Turismo, demais instituições no âmbito da cadeia produtiva do turismo, da preservação e da conservação ambiental visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a realização de um trabalho de construção e conclusão da Tese de Doutorado intitulada “**OS MÚLTIPLOS USOS DO TERRITÓRIO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA COSTA DOS CORAIS (ALAGOAS – PERNAMBUCO): REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TURISMO**”.

Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que **os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes**, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

_____, ____ de _____ de 2019